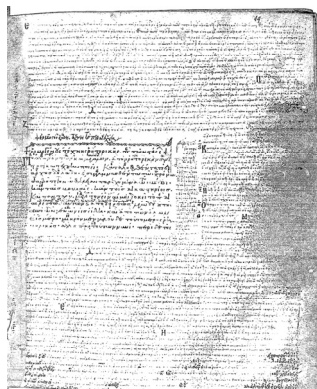




**Rui Miguel de Oliveira
Duarte**

**Comentários ao tratado sobre os *Estados de causa*
de Hermógenes de Tarso por autor anónimo**





**Rui Miguel de Oliveira
Duarte**

**Comentários ao tratado sobre os *Estados de causa*
de Hermógenes de Tarso por autor anónimo**

dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Literatura, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor Manuel Alexandre Júnior, Professor Catedrático do Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e co-orientação do Prof. Doutor João Manuel Nunes Torrão, Professor Catedrático do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

Apoio financeiro da FCT (Programa Praxis XXI) FSE (Fundo Social Europeu) no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio da FCG (Bolsa de Curta Duração).

Τῷ ὑψίστῳ Θεῷ, διὰ τοῦ Υἱοῦ τοῦ μου Κυρίου Ἰησοῦ Χριστοῦ, πᾶσα ἡ δόξα καὶ ἡ τιμὴ καὶ ἡ εὐλογία τῇσδε τῆς τετελεσμένης τέχνης χάριν.

Ao Deus Altíssimo toda a glória, honra e bênção, na pessoa do Seu Filho, Jesus Cristo, meu Senhor, pela conclusão deste trabalho.

o júri
presidente

Reitora da Universidade de Aveiro

vogais:

Doutora Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Doutor Manuel Alexandre Júnior, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (orientador)

Doutor Arnaldo Monteiro do Espírito Santo, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Doutor João Manuel Nunes Torrão, Professor Catedrático da Universidade de Aveiro (co-orientador)

Doutor Carlos de Miguel Mora, Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Doutora Maria Fernanda Amaro de Matos Brasete, Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Ao M. Michel Patillon, pela sugestão do tema, pelo olhar clínico nas leituras do trabalho, pelas sugestões dadas, pela recepção em França.

Ao Prof. Doutor Manuel Alexandre Júnior, Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pela orientação principal, leitura do trabalho, sugestões, incentivos e amizade.

Ao Prof. Doutor João Manuel Nunes Torrão, do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, pela co-orientação e pela leitura de introdução e pela recepção nesta Universidade, tendo-me concedido um espaço em gabinete para trabalho.

À Prof. Doutora Maria Fernanda Brasete, do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, pela leitura do texto crítico.

Ao laboratório de investigação UPR76, em Villejuif, França, pelo acolhimento e pela disponibilização dos seus espaços, biblioteca e recursos, entre Janeiro e Fevereiro de 1999.

Ao Institut de Recherche et d'Histoire des Textes (IRHT) — séction grecque, nas pessoas do seu director, Paul Géhin, e dos investigadores Jacques-Hubert Sautel e Pierre Augustin, pelo acolhimento cordial e pela disponibilização dos seus espaços, biblioteca e recursos, entre Janeiro e Julho de 1999, Novembro e Dezembro de 2001 e Agosto de 2005, e ainda pelo apoio no tocante a com questões de crítica textual e paleografia grega.

A Mme. Brigitte Mondrain, por me ter admitido à frequência do seu curso de Paleografia Grega, em sessões teórico-práticas de cerca de hora e meia semanal, até ao fim de Junho de 1999, Université de la Sorbonne.

À Bibliothèque nationale de France (BnF) — site Richelieu, pelo acolhimento na sua sala de leitura do Département des Manuscrits Occidentaux.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), pelo apoio financeiro ao abrigo do Programa Praxis XXI, entre Dezembro de 1998 e Novembro de 2001, com bolsa de doutoramento (ref.^a PRAXIS XII/ BD/13859/ 97).

À Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), por Bolsa de Curta Duração que me permitiu a deslocação em investigação a Paris, entre Novembro e Dezembro de 2001.

À minha família, pelo seu amor.

Aos amigos do Grupo Bíblico Universitário de Aveiro (GBU-A), geração de 1998 a 2001, pela amizade que perdurará perenemente.

À minha noiva, Christine Ventura, pela sua presença e por me ensinar a acreditar em mim mesmo e ainda a rir, quando, diante de contratempos, apetecia esquecer-me do que é a paciência.

Palavras-chave

Escólio, comentário, escólios **P**, lema, estado de causa, Hermógenes de Tarso.

Resumo

O tratado *Estados de causa* (Περὶ στάσεων), do retor Hermógenes de Tarso, do séc. III d.C., foi objecto ao longo de séculos de grande número de comentários escolares. Nos *scriptoria* escolares dos mosteiros bizantinos, estes comentários, ou escólios, eram agregados ao texto comentado, com o intuito de complementar o ensino do mesmo.

Uma parte desses escólios foi transmitida numa família de códices designada por **P**. Desses escólios fez Walz uma edição no século XIX (vol. 7 104-696). Para a presente tese, seleccionou-se uma secção deste abundante *corpus* de escólios (104-245), e dela se propõe um novo texto crítico e uma tradução, recurso com o qual se pretende dar a conhecer estes textos a um público mais vasto.

Keywords

Scholion, commentary, **P** scholia, lemma, issue, Hermogenes of Tarsus

Abstract

Hermogenes of Tarsus *On issues* (Περὶ στάσεων), dated III a.D., was through the centuries a matter of great amounts of scholar commentaries. In the *scriptoria* and schools of byzantin monasteries, these commentaries, or *scholia*, were attached to the texts they commented, for teaching purposes.

Part of these scholia could be found in a manuscript family, called **P**. Of these materials Walz (vol. 7 104-696) made an edition in the XIX cent. For our thesis, a section among this *corpus* was chosen (104-245), of which a new critical text is presented, with a translation as a means to make these texts known to a larger public.

Mots-clefs

Scolie, commentaire, scolies **P**, lemme, état de cause, Hermogène de Tarse.

Résumé

Le traité *Les Etats de cause* (Περὶ στάσεων), du rhéteur Hermogène de Tarse, daté du III^e siècle après J.-C. a été à travers les siècles l'objet d'un nombre très grand de commentaires d'école. Au sein des *scriptoria* des monastères byzantins, ces commentaires, ou scolies, ont été adjoints au texte qu'ils commentaient, servant comme un complément à l'enseignement de ce texte. Une part de ces scolies a été transmise grâce à une famille de manuscrits désigné par **P**. C. Walz en a fait une édition au XIX^e siècle. (vol. 7 104-696). Pour cette thèse, une section de cet abondant *corpus* a été choisie (104-245), dont on présente un nouveau texte critique accompagné d'une traduction portugaise, laquelle est un instrument qui permettra à un public plus général de prendre connaissance de ces textes.

TÁBUA DOS CONTEÚDOS

PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO	21
1. HERMÓGENES E A DOCTRINA DOS ESTADOS DE CAUSA	21
1.1. ORIGENS E DESENVOLVIMENTOS DA TEORIA	21
1.2. SÍNTESE DO SISTEMA DE HERMÓGENES	27
2. O TEXTO DOS ΣΧΟΛΙΑ	30
2.1. COMPOSIÇÃO DOS ESCÓLIOS	30
O ESCOLIASTA “ANÓNIMO”	30
OS ANTECESSORES DO “ANÓNIMO”	33
2.2. HISTÓRIA DA CRÍTICA TEXTUAL DOS ESCÓLIOS.	38
CÓDICES P	39
APÓGRAFOS	43
RAMOS DA TRADIÇÃO	44
O ARQUÉTIPO P	49
STEMMA CODICVM..	49
A EDIÇÃO WALZ VOL. VII (W7)	50
CONJECTURAS DE HEATH	53
CONSTITVTIO TEXTVS A PARTIR DE OUTROS TEXTOS.....	54
3. A NOVA EDIÇÃO CRÍTICA	56
3.1. NECESSIDADE DO NOVO TEXTO CRÍTICO	56
3.2. CRITÉRIOS DE EDIÇÃO	56
SELECÇÃO DO TEXTO	56
SELECÇÃO DAS VARIANTES	56
MARCAÇÃO DO TEXTO	57
APARATOS	57

NUMERAÇÃO DOS ESCÓLIOS .	59
DISPOSIÇÃO DOS ESCÓLIOS .	59
LEMAS ...	61
PAGINAÇÃO ..	61
3.3. A TRADUÇÃO	61
3.4. ÍNDICES	67
<i>SIGLA ET SIGNA</i>	68
TEXTO E TRADUÇÃO	71
1. ΣΧΟΛΙΑ ΕΙΣ ΕΡΜΟΓΕΝΟΥΣ ΣΤΑΣΕΙΣ ΑΝΟΝΥΜΑ COMENTÁRIOS AO TRATADO <i>ESTADOS DE CAUSA</i> DE HERMÓGENES	72
2. ΠΕΡΙ ΠΡΟΣΩΠΩΝ ΜΗ ΕΧΕΤΑΖΟΜΕΝΩΝ PESSOAS QUE NÃO SE PRESTAM A EXAME .	107
3. ΠΕΡΙ ΤΩΝ ΕΓΓΥΣ ΑΣΥΣΤΑΤΩΝ QUESTÕES PRÓXIMAS DAS MAL CONSTITUÍDAS	152
4. ΔΙΑΙΡΕΣΙΣ ΤΗΣ ΜΕΘΟΔΟΥ ΤΩΝ ΣΤΑΣΕΩΝ DIVISÃO DO MÉTODO DOS ESTADOS DE CAUSA	182
5. ΠΕΡΙ ΟΡΟΥ DEFINIÇÃO ..	191
6. ΠΕΡΙ ΠΡΑΓΜΑΤΙΚΗΣ ESTADO DE CAUSA PRAGMÁTICO	198
7. ΠΕΡΙ ΑΝΤΙΛΗΨΕΩΣ JUSTIFICAÇÃO.....	207
8. ΠΕΡΙ ΤΩΝ ΑΝΤΙΘΕΤΙΚΩΝ ΟΠΟΙΣΙΩΣ ..	215
9. ΠΕΡΙ ΑΝΤΙΣΤΑΣΕΩΣ COMPENSAÇÃO.....	217
10. ΠΕΡΙ ΑΝΤΕΓΚΛΗΜΑΤΟΣ CONTRA-ACUSAÇÃO	221
11. ΠΕΡΙ ΜΕΤΑΣΤΑΣΕΩ TRANSFERÊNCIA ..	222
12. ΠΕΡΙ ΣΥΓΓΝΩΜΗΣ DESCULPA ...	223
13. ΠΕΡΙ ΤΩΝ ΝΟΜΙΚΩΝ ΣΤΑΣΕΩΝ ESTADOS DE CAUSA LEGAIS	226
14. ΠΕΡΙ ΑΝΤΙΝΟΜΙΑΣ ΑΝΤΙΝΟΜΙΑ .	237
15. ΠΕΡΙ ΑΜΦΙΒΟΛΙΑΣ	

AMBIGUIDADE	249
16. ΠΕΡΙ ΜΕΤΑΛΗΨΕΩΣ	
OBJECÇÃO	257
BIBLIOGRAFIA	279
ÍNDICES	293
INDEX HERMOGENIANVM	293
INDEX LOCORVM	295
INDEX NOMINVM	296
INDEX VERBORVM	298

PREFÁCIO

Corria o ano de 1996 quando procurei contactar M. Michel Patillon. Tomei esta iniciativa através da Société d'Édition Les Belles Lettres, pois com esta chancela fora dada à estampa, em 1988, o seu importante estudo sobre o retor Hermógenes de Tarso (séculos II-III d.C.), *La théorie du discours chez Hermogène le rhéteur, essai sur la structure de la rhétorique ancienne*.

O meu propósito era precisamente especializar-me neste autor, tendo em vista, em primeira fase do projecto, candidatar-me ao grau de Doutor. Em Hermógenes, o que particularmente me interessava era a doutrina retórica das στάσεις ou dos estados de causa, de grande fortuna na Grécia e em Roma.

O interesse por esta doutrina surgira no meu coração quando leccionava a cadeira de Literatura Latina, na Universidade da Madeira, nos anos de 1993-1996, aos cursos de Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa e Línguas e Literaturas Modernas — variante de Estudos Portugueses. À luz dessa doutrina, foi possível ler os discursos de Cícero (em especial a *Defesa de Milão*) de forma mais rica e — o que tornava esse aprendizagem mais viva — de harmonia com os cânones teóricos em que os discursos foram produzidos e eram entendidos. Quanto às fontes teóricas e à terminologia, o contacto que eu e os alunos tivemos foi quase exclusivamente com as adaptações latinas (de uma *Retórica a Herénio*, de um Cícero, de um Quintiliano, além de retores menores) de um sistema que, como tudo o que respeitava à retórica, tivera a sua génese entre os Gregos.

O que me seduzia sobremaneira o espírito em tal doutrina era o seu carácter de contencioso civil e forense, a sua intrínseca ligação aos debates e disputas de ordem civil e criminal entre os cidadãos, e a preocupação, que está no seu cerne, com o esmiuçar das múltiplas variantes em que esse contencioso se expressava. Parecia-me que a retórica antiga —

área de estudo pela qual desde os últimos anos da Licenciatura me enamorara — se restringia a esse sistema, restrição essa que, na minha mente, não a empobrecia, bem pelo contrário, antes lhe dava a força vital que faziam dela uma grande educadora da Antiguidade e a disciplina basilar da vida pública e da cidadania, bem como da literatura antigas. Ainda na experiência de professor de Literatura Latina, foi possível ler os prólogos polémicos das comédias de Terêncio como peças de discursos judicial ou epidíctico, em cuja ossatura se podiam detectar os estados de causa. Tal não seria estranho, pois os latinos amavam os debates do *fórum*.

Regressado ao Continente, a paixão pelo tema mantinha-se, e a escolha por Hermógenes, dado o facto de ter sido o grande sistematizador da doutrina, revelou-se-me com naturalidade. O projecto inicial era o de traduzir e estudar o tratado *Περὶ στάσεων*. M. Patillon, que gentilmente ofereceu o seu apoio, observou que Hermógenes, ele mesmo, se achava já suficientemente estudado e que, em alternativa, seria preferível um projecto mais original, ainda que em redor de Hermógenes. Um projecto tal seria estudar e produzir nova edição crítica dos abundantes escólios editados por Christian Walz no volume 7 da série *Rhetores Graeci*, nos distantes anos de 1832-1836. Com efeito, são de grande interesse estes escólios, não só em si mesmos, pela profundidade dos comentários ao texto e à doutrina hermogenianos, como também por constituírem bom testemunho do carácter escolar e artificioso das retóricas tardo-imperial e bizantina. A despeito do ingente trabalho realizado por Walz, a sua edição é defeituosa a vários títulos, a começar pelo facto de se basear especialmente em apógrafos. Justificar-se-ia pois uma nova edição dos escólios. Tal trabalho, por outro lado, ficaria enriquecido com uma tradução para português, a primeira em absoluto destes textos. Em Dezembro de 1997, na Universidade de Aveiro, principiou o meu trabalho.

A perspectiva de trabalhar na crítica textual grega pareceu desde logo entusiasmante. Antes mesmo de iniciar o programa de Doutoramento, participei, como aluno não inscrito, no primeiro semestre do ano lectivo de 1996-1997, no seminário de Codicologia, integrado no plano de estudos do Mestrado em Estudos Clássicos, no Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob regência do Prof. Doutor Aires Augusto Nascimento e com a gentil licença do próprio. No primeiro semestre de 1999 e entre os meses de Novembro e Dezembro de 2001, durante um mês, pude trabalhar em Paris, França, na Section Grecque do IRHT (Institut de Recherche et d'Histoire des Textes) centro de investigação pertencente ao CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) francês, e no Département des Manuscrits Occidentaux da Bibliothèque

nationale de France. Conheci pessoalmente e recebi conselho e orientação de Michel Patillon e de outros investigadores, como Paul Géhin, Pierre Augustin, Jacques-Hubert Sautel. Pude, sobre estes temas, consultar obras e ler na íntegra algumas outras, designadamente: Paul Maas, *Critique des textes* (tradução francesa inédita por Michel Patillon do original alemão *Textkritik*); Mioni, *Paleografia grega*; B. A. van Groningen, *Greek paleography*, Alberto Bernabé, *Manual de critica textual y edición de textos griegos*. Na École Pratique des Hautes Études, situada na Sorbonne, segui um curso de Paleografia Grega, em sessões teórico-práticas de cerca de hora e meia semanal, ministrado por Brigitte Monrain, especialista no domínio e investigadora em manuscritos gregos de medicina. Assisti a ciclo de quatro conferências subordinadas ao tema *Le livre grec, des origines à la Renaissance*, por Jean Irigoin, na Bibliothèque nationale de France, nos dias 10, 17, 24 e 31 de Março de 1999. Estas actividades permitiram-me a familiarização com os domínios da critica textual, codicologia e paleografia gregas.

Lembro-me, aquando da minha passagem pelo Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para consultas na biblioteca, em 1998, da observação que a Sra. Doutora Maria Helena da Rocha Pereira fez numa breve conversa que tivemos sobre do meu trabalho, e em que lhe pedi conselhos acerca de crítica textual grega, a ela que nesse domínio adquiriu experiência, sendo das raras pessoas em Portugal que trabalhou nesse domínio. Com essa experiência pudera eu tomar contacto, pois nesse mesmo ano recenseei o volume II da sua edição da *Descrição da Grécia*, de Pausânias, para a Teubner, na *Euphrosyne*, vol. XXVI, pp. 499-500. Com votos de bom trabalho, observou ela que, normalmente, só se abalança a uma edição crítica quem se encontra em fase adiantada da carreira. Com efeito, a tarefa revelou-se não raro difícil, e por diversas vezes foi-me necessário reformular hipóteses, refazer os mesmos caminhos e análises, por uma outra perspectiva, e considerando novos elementos que antes não tinha ao dispor ou tinha olvidado, para chegar a diferentes conclusões. Apesar de eu me achar em fase inicial da carreira, assumi o empreendimento como um desafio, e as leituras e formação recebida em Paris não apenas me vivificaram a paixão como contribuíram para me aguçar o engenho. Com efeito, quanto me familiarizava com estes tipos de problemas, técnicas e sintaxe de métodos, mais eu sentia que fluía neles, como uma máquina bem oleada. Essa fluência aliava-se e podia ser inclusive explicada pelo prazer que efectivamente tinha na tarefa, e colocando a mira na sua conclusão. Considero-me, não obstante, ainda um mero aprendiz nestas matérias, com muito caminho ainda por trilhar.

As fases do trabalho foram claramente demarcadas. Como no início apenas dispunha do velho texto de Walz, era por ele que deveria principiar. E assim foi. Como, todavia, a sua edição dos escólios ocupa demasiadas páginas para uma tese de doutoramento (582

páginas) e como se projectava uma tradução portuguesa dos mesmos, houve necessidade de limitar a secção de texto a trabalhar aos dezasseis primeiros capítulos (141). Segui aqui o conselho de M. Patillon, que por iniciativa própria havia já feito consultas ao *corpus* de escólios. A primeira tarefa foi traduzir o texto, precisamente a partir da edição de Walz. Esta tradução, que se fez acompanhar de notas, seria, no entanto, provisória, uma vez que o próprio texto de Walz era provisório. Após esta fase, munido de documentação e de novos conhecimentos em resultado das estadias em Paris, pus mão à obra nas tarefas de recenseamento e avaliação dos testemunhos e de fixação do texto. Esta foi a fase mais delicada e morosa do trabalho, e isto não apenas pelas exigências inerentes tanto à avaliação crítica e estabelecimento das relações de dependência entre os vários testemunhos manuscritos como à escolha das lições, mas também pela necessidade de dactilografar todo o texto grego. Estabelecido e dactilografado o texto, procedeu-se à construção dos aparatos e, finalmente, à reformulação da tradução, tomando por base o novo texto.

Durante os quatro anos mediados entre Dezembro de 1997 e Novembro de 2001 beneficiei de bolsa ao abrigo do Programa Praxis XXI da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). No Verão de 2001, surgiu a necessidade de efectuar uma nova viagem a Paris para recolha de outros materiais. Para solicitar apoio financeiro à FCT para a deslocação não me achava já dentro do prazo, pelo que recorri à Fundação Calouste Gulbenkian (FCG). Foi-me atribuído subsídio de bolsa de curta duração, tendo eu colocado a condição de apenas o receber após o termo da bolsa da FCT, pois estão regulamentarmente vedadas quaisquer acumulação e simultaneidade.

Findo o subsídio de manutenção garantido pela FCT, necessitei de procurar actividade profissional. Voltei assim ao exercício da docência, no 2º ciclo do ensino básico, a partir de 2002, e até agora (um ano em S. João da Madeira, dois em Oliveira de Azeméis e no presente ano como professor do quadro de zona pedagógica de Vila Real, e trabalhando e residindo em Chaves). Estando pois em pleno exercício de actividade profissional, deixei de dispor de tempo inteiro para a finalização do trabalho. É verdade que as dificuldades envolvidas no mesmo se revelaram maiores do que inicialmente supunha, designadamente por compreender uma edição crítica e por ter sido necessário, para levar esta a cabo, dactilografar a totalidade do texto grego. Só muito tarde, quando todo o texto estava já dactilografado, tive acesso ao CD-ROM TLG — versão E, que contém os escólios de Walz 7. Com efeito, se dele pudesse ter disposto tempestivamente, teria sido possível abreviar o trabalho, importando o texto para um simples ficheiro informático, o qual serviria de ponto de partida para a edição do texto definitivo. Acresce a tudo isto a inexperiência prévia no domínio da crítica textual. Todavia, tanto na fase em que à tese dedicava a totalidade do

meu tempo quanto depois, desde o momento em que tive de dividir esse tempo com a actividade laboral e ainda com outras actividades (designadamente a participação na comissão criada na Sociedade Bíblica de Portugal para a revisão da tradução interconfessional em português corrente da Bíblia, intitulada *A Boa Nova*), o trabalho não deixou de continuar, pelo menos com o mesmo ânimo.

Enquanto o desenvolvia, foi-me ainda possível, paralelamente, publicar várias resenhas críticas nas revistas *Euphrosyne* e *Ágora* e artigos científicos, dois dos quais directa ou indirectamente relacionados com o tema da tese. Os artigos foram:

- "Da brandura na educação helenística e romana", *Revista da Universidade de Aveiro – Letras* vol. 16 (1999), pp. 211-224; resumos em português e francês.
- "Aventuras de um editor de textos críticos gregos", *Ágora* vol. 3 (2001), pp. 25-49; resumos e palavras-chave em inglês, português, espanhol e francês.
- "*De ambiguitate scripti apud Quintilianum: fundamentos de uma teoria retórica*": *Actas do COLÓQUIO LITERATURA LATINA DE AUGUSTO A ADRIANO*, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 29-30 Nov. 2000, pp. 41-62.

Os últimos meses, ora findos, foram ocupados com revisão e releitura do trabalho.

Este é o resultado do esforço investido e que aqui e agora se submete à apreciação. É um trabalho que pode abrir e rasgar caminhos a outros, no concernente a Hermógenes e à sua recepção. Por um lado, está em aberto a possibilidade de estender o labor colocado nos escólios correspondentes às páginas 104-245 do volume VII de *Rhetores Graeci* por Christian Walz aos escólios das páginas restantes (245-696). Por outro, a investigação feita permitiu verificar a necessidade de estudar e editar de novo os escólios de Sópatro, antes editados pelo mesmo Walz, nos volumes IV e V. Com efeito, mais uma vez, o trabalho de Walz, não obstante o esforço filológico que representou, tem defeitos e está ultrapassado. Exigem-se novas edições críticas, feitas segundo critérios modernos, dos mananciais de comentários de que foi objecto Hermógenes, edições que resultem da compulsão de variedade e qualidade de testemunhos, e com verdadeiros aparatos críticos. E estas são características não discerníveis, em geral, no trabalho de Walz. Assumir uma ou ambas estas tarefas, ordenadamente, é, pois, hipótese não afastada para um futuro mais ou menos próximo. Existe, pelo menos, um compromisso de intenções entre mim e M. Patillon para trabalhar nos escólios de Sópatro, sendo que ele mesmo prepara uma nova edição das obras de Hermógenes, baseada na colação de um manancial maior de testemunhos do que a de Hugo Rabe. A partir dessa nova edição do retor de Tarso, quando ela visse a luz, seria igualmente de ponderar a produção de uma tradução portuguesa do *corpus* hermogeniano.

No momento em que o presente trabalho se conclui, posso com convicta segurança e honestidade fazer minhas as palavras do sábio Salomão, na Bíblia Sagrada (Livro de Eclesiastes 7:8): a medida de sucesso é maior no fim do que no início dos empreendimentos. Esta grande e tão simples verdade ensina-nos que os inícios, com efeito, só se justificam com os alvos que se pretende atingir, e que apenas se pode considerar que há vitória quando eles são atingidos; por outro lado, os fins são melhores do que os inícios porque entretanto vamos amadurecendo, e connosco amadurece o nosso fruto, que é o trabalho que concluímos.

Chaves, Outubro de 2005

INTRODUÇÃO

Hermógenes de Tarso, a sua teoria dos estados de causa e a sua recepção são o cerne deste trabalho. O que mais especificamente aqui se propõe é uma edição crítica, acompanhada de tradução original para português, de uma pequena parte de um *corpus* de comentários escolares anónimos compilados em manuscritos bizantinos dos séculos X-XI d.C..

1. HERMÓGENES E A DOCTRINA DOS ESTADOS DE CAUSA

1.1. ORIGENS E DESENVOLVIMENTOS DA TEORIA

Para a origem da denominação da doutrina das *στάσεις* existem duas tentativas de explicação: por analogia com uma luta de pugilismo entre dois adversários; ou devido à sua função na causa em debate, isto é, como o fundamento, o ponto em que a causa se estabelece. Quintiliano (3.6.4 e 7.1.8) dá conta da dupla explicação. Marciano Capela e Agostinho transmitem a primeira, e igualmente os comentários objecto deste trabalho (1.21.2-3). Da segunda faz-se eco Grílio¹). Hermógenes (*Estados de causa* 35.17-19²), por sua vez, refere explicitamente a primeira explicação mas deixa em aberto outras possibilidades, preterindo discutir o assunto. Seja qual for a origem da designação, tanto uma como a outra

¹ Respectivamente Marciano Capela ed. A. Dick, Estugarda, Teubner, 1969 (1925¹), 219.5, Agostinho ed. C. Halm, *Rhetores Latini minores*, Leipzig, 1863, reimpr. Francoforte 1964, 144.13 sqq., e Grílio ed. Josef Martin, Paderborn, 1927, 46.25 sq. e 64.4 sq.

² A edição de referência do *corpus Hermogenianum* é a de Hugo Rabe, *Hermogenis opera*, in *Rhetores Graeci*, vol. 6, Leipzig, Teubner, 1913, pp. 28-92 (reimpr. 1985).

de explicação são bem elucidativas do elemento de contencioso, nuclear à doutrina. Própria da retórica aplicada aos pleitos civis, adaptou-se em especial ao γένος δικανικόν, o género polémico por natureza e aquele que se imporia no seu desenvolvimento³. A predominância do elemento forense na doutrina dos estados de causa é bem visível no sistema de Hermógenes: a partir do estado de causa da qualidade, todos os demais, à excepção do pragmático, prendem-se com a qualificação judiciária.

A doutrina é de origem antiga. As mais antigas fontes que contêm elementos teóricos sobre a matéria são a *Retórica a Alexandre* e a *Retórica* de Aristóteles⁴, do século IV a.C., as quais, por sua vez, se fariam eco da prática e reflexão que remontariam ao século V a.C.⁵. Mas são apenas elementos, porquanto a mais antiga sistematização conhecida pertence a Hermágoras de Temnos (*floruit* em meados do séc. II a. C.)⁶. O seu sistema tem como suporte princípios tomados da filosofia, tanto da sua própria como da anterior, de Platão, de Aristóteles e dos estóicos⁷. Hermágoras estudou as questões do ponto de vista da determinação do estado ou da postura a assumir no púlpito pelos dois antagonistas na defesa que cada um faz da sua posição face ao caso em juízo e no ataque à do outro. O trabalho de Hermágoras tornou-se a referência na matéria, de tal forma que os teorizadores da retórica que posteriormente sobre ela se debruçaram dele dependeram e o citaram. O essencial da sua doutrina foi, portanto, sendo por esta via preservado. Hermágoras, em contrapartida, passou igualmente a depender destes teorizadores, pois somente graças a eles, aos testemunhos e às citações que de Hermágoras fizeram é possível reconstituir a sua doutrina. Estes são os dados que possuímos, o que não impede que se tenha questionado o relevo frequentemente dado às semelhanças entre a doutrina dos estados de causa de Hermágoras e as versões mais tardias da mesma. É o entender de Malcolm Heath, que considera esse relevo exagerado, sendo que uma das razões de tal exagero, e não a menor, seria

³ A propósito da predominância do elemento judicial, cd. ainda a síntese dos três géneros aristotélicos feita por Manuel Alexandre Júnior, *Hermenêutica Retórica*, Lisboa, Alcalá, 2004, pp. 30-32. Em Hermágoras a aplicação da doutrina estendia-se aos três géneros retóricos. Vd. Janet B. Davis, "Stasis Theory", ed. Theresa Enos, *Encyclopedia of Rhetoric and Composition. Communication from Ancient Times to the Information Age*, New York & London, Garland Publishig, Inc., 1996, pp. 694, e Michel Patillon, *La théorie du discours chez Hermogène le rhéteur*, Paris, Les Belles Lettres, 1988, pp. 65-67. Segundo o Anónimo (1.11.6-25), em comentário a 28.6-7, Hermógenes admitiria tal aplicação aos três géneros.

⁴ Respectivamente, 1422b5, 1426b23-1427b30, 1429a5-19, 1442b2-1444b21 e 1354a27-28, 1354b13-16, 1358b31-1359a26, 1374b4-18, 1375b7-24, 1376a12-23, 1397a23-1397b13, 1403a28-31, 1416a6-34, 1416b20-22, 1417a1-3, 8-10, 1417b21-16.

⁵ Cf. W. Jäneke, *De statuum doctrina ab Hermogene tradita*, diss. Leipzig, 1904, pp. 15-20.

⁶ Ed. Dieter Matthes, *Hermagorae Temnitae testimonia et fragmenta*, Leipzig, 1962.

⁷ Cf. Walter Jäneke, *op. cit.*, respectivamente pp. 30-34, 34-54, 54-78. São estóicos os conceitos de διαίρεσις, υποδιαίρεσις, αντιδιαίρεσις, μερισμός, entre outras categorias da divisão do sistema.

o argumento circular de que Hermógenes tem sido usado para reconstituir a teoria hermagoriana devido às similitudes inventariadas entre um e outro⁸.

Ao sistema de Hermágoras, ter-se-iam acrescentado elementos de fontes mais antigas, designadamente de Aristóteles, nos retores greco-ródios, donde teriam derivado as remodelações e traduções latinas da doutrina. Com o contributo ainda de outras fontes anexas, surgem paralelamente os trabalhos do Mestre de Cícero e da *Retórica a Herénio*⁹. Tais desenvolvimentos deram-se no curto espaço de um só século, o que mostra que a doutrina dos estados de causa se complicou rapidamente¹⁰. E este é um sinal da notoriedade que ela ganhou na teorização retórica. As teorias retóricas latinas interpretaram-na como *status* ou *constitutiones causae*. Muito relevantes são a este respeito os contributos, além dos autores e obras mencionados, do próprio Cícero (*Do orador*, *Invenção retórica*, *O orador*, *Tópica*, *Partições retóricas*) e de Quintiliano.

A doutrina conheceu forte impulso e acréscimo de importância a partir do século II d.C.. Tal acréscimo de importância, todavia, é inversamente proporcional ao desenvolvimento da *praxis* oratória a que a doutrina se encontrava ligada. Assim, a retórica ligada às questões civis, à oratória dos pleitos jurídicos e das assembleias de cidadãos regrediu, em virtude das mudanças políticas. A democracia directa e a república haviam dado lugar à centralização dos poderes e das competências administrativas para a pessoa dos Césares, e deste modo a retórica convertia-se em matéria essencialmente escolar, um jogo com fim em si mesma¹¹. Esta mudança acentuava-se crescentemente no império romano, ainda que no mundo grego se tivesse já antes dado. Ora, a doutrina das *στάσεις* foi um dos domínios da retórica escolar que mais se popularizou, a ponto de se tornar central no universo da doutrinação retórica. Hermógenes de Tarso (*Estados de causa* 34.16-35.2) nota que o estudo das questões susceptíveis de se constituir em estado de causa deve ser a base do estudo das espécies e tipos de problemas retóricos e de discursos. Este estudo, no seu objecto (28.13-14), confunde-se mesmo com a invenção retórica, embora sem esgotar o que pertence ao âmbito desta. Como observa S. Glöckner, a prática dos teorizadores de então seria

⁸ Malcolm Heath, “Hermagoras: transmission and attribution”, *Philologus* 146 (2002), pp. 287-298.

⁹ Esta hipótese de reconstituição dos percursos e filiação entre Hermágoras e os latinos é colocada por Dieter Matthes, “Hermagoras von Temnos 1904-1955”, *Lustrum* 3 (1958), pp. 59-215 e 262-278, esp. 99. Cf. *Retórica a Herénio* 1.24. Sobre o problema da autoria do tratado *Retórica a Herénio* vd. Gualtiero Calboli (introdução, texto crítico e comentário), *Cornifici. Rhetorica ad C. Herennium*, Bolonha, Pàtron, 1993, pp. 3-11. Cícero *Invenção retórica* 1.14 define a doutrina como *pars iuridicialis*.

¹⁰ Como observa Michel Patillon, *op. cit.*, p. 58.

¹¹ M. Patillon, *op. cit.*, p. 48.

o tratamento sumário das outras partes para se dedicarem com toda a atenção à doutrina das *στάσεις*, ainda que guardando a organização habitual do todo da retórica¹².

É neste contexto da retórica escolar, sofística, que se manifesta Hermógenes¹³, natural de Tarso, contemporâneo do imperador Marco Aurélio e cuja vida se estendeu entre os séculos II-III d.C.. Cinco tratados constituem o *corpus* de obras que lhe são tradicionalmente atribuídas: um manual de proginasmas (*Περὶ προγυμνασμάτων*), um tratado sobre os estados de causa (*Περὶ στάσεων*), um outro sobre a invenção retórica (*Περὶ εὐρέσεως*), outro ainda sobre as categorias de estilo (*Περὶ ἰδεῶν*), e um último sobre o método da habilidade (*Περὶ μεθόδου δεινότητος*)¹⁴.

A atribuição de todas estas obras ao retor de Tarso tem gerado discussão, e tanto quanto se pensa somente o *Περὶ ἰδεῶν* e o *Περὶ στάσεων* serão autênticos. Poderá ter havido dois homens com o mesmo nome, e ambos dedicados à reflexão de temática filosófica e de retórica forense, um sofista, de Tarso, e um outro retor, sendo este último o autor de *Περὶ στάσεων* e *Περὶ ἰδεῶν*¹⁵.

Dos cinco tratados constitutivos do *corpus Hermogenianum* os que mereceram maior favor e apreço ao longo das eras foram precisamente os autênticos. Com efeito, o *Περὶ προγυμνασμάτων* foi superado em popularidade pelo manual homónimo de Aftónio¹⁶, do século IV, embora as doutrinas de um e de outro sejam similares¹⁷. Ainda assim, mereceu em solo latino uma atenção que se consubstanciaria na adaptação de Prisciano, no início do

¹² “Quaestiones rhetoricae. Historiae qualis fuerit aevo imperatorio capita selecta”, *Breslauer philologische Abhandlungen* 8,2 (1901), p. 113. Sobre a doutrina das *στάσεις* e das discussões que suscitava entre os sécs. II-IV cf. *ib.*, pp. 1-115.

¹³ Cf. uma biografia em Filóstrato, *Vida de sofistas* 2.7. Vd. ainda L. Radermacher, s.v. “Hermogenes, Rhetor auf Tarsos”, *RE* 8A, cols. 865-877, Schmid-Stählin, “Geschichte der Griechischen Literatur”, *Handbuch der Altertumswissenschaft*, 2ª série, vol. 2.2 (1924), pp. 929-937; H. Rabe, “Aus Rhetoren-Handschriften. 1. Nachrichten über das Leben des Hermogenes”, *RhM* 62 (1907), pp. 247-262. Sobre o lugar de Hermógenes na teoria retórica e na retórica de escola do seu tempo, vd. Patillon, *op. cit.*, pp. 19-23.

¹⁴ Para uma edição completa do *corpus* cf. n. 2 e, para tradução completa do mesmo, vd. PATILLON, M., trad. integral, *Hermogène. L'Art rhétorique*, Paris, L'Age d'Homme, 1997. Para traduções parciais, vd. a Bibliografia.

¹⁵ Para uma visão do problema da constituição do *corpus* hermogeniano e da sua autoria, bem como da possibilidade de existência de dois Hermógenes, vd. a thèse d'État de Michel Patillon, *Le corpus d'Hermogène. Essais critiques sur les structures linguistiques de la rhétorique ancienne, accompagnés d'une traduction du corpus*, 3 vols., 1083 páginas dactilografadas, Paris, 1985, e mais sucintamente, *La théorie...* 8-17. Quanto à sua biografia, a vida de Hermógenes também não deixou de causar espanto, de adolescente prodígio à senilidade precoce, é recordado que teria vivido até tarde, a tal ponto que mereceu de Antíoco, o sofista, ser chamado “velho no meio das crianças e criança no meio dos velhos”; são também referidos pormenores mais ou menos lendários, como o da autópsia realizada ao seu corpo, que teria revelado um coração de dimensões exageradas e revestido de pêlos. Cf. os dados biográficos de Filóstrato, *Vida de sofistas* 2.7 e a *Suda* II n.º 3046 ed. Adler.

¹⁶ Ed. H. Rabe, *Rhetores Graeci*, vol. 10, Leipzig, Teubner, 1926.

¹⁷ Cf. a tradução de M. Patillon, *Hermogène, L'art rhétorique*, Paris, L'Age d'Homme, Paris, 1997, e a introdução a este tratado pp. 40 sqq.

século VI¹⁸. Tanto o *Περὶ στάσεων* como o *Περὶ ἰδεῶν* tiveram uma influência tal que se estendeu até ao Renascimento. No Portugal renascentista, sabe-se que Pedro Nunes usou inicialmente para as suas aulas os escólios de Sópatro e Marcelino, na edição aldina, mas que posteriormente recorreu ao próprio texto de Hermógenes¹⁹.

O *Περὶ στάσεων* é a mais completa sistematização jamais feita sobre a doutrina dos estados de causa. Historicamente, teve o mérito de testemunhar o estado da doutrina nessa época e de ser uma obra fundamental para o conhecimento da história da doutrina. Mais geralmente, é crucial se se quiser estudar a mudança da retórica ligada às questões civis para a escolar²⁰.

Sobre a ligação entre Hermógenes e Hermágoras não é possível dizer muito, no entender de M. Patillon²¹. Entre um e outro, no entanto, podem detectar-se os seguintes pontos de comparação²²: a limitação do objecto da retórica às questões políticas; a definição de controvérsia, em que Hermógenes ao mesmo tempo continua e se separa de Hermágoras, desprezando a distinção entre causa e tese, mas integrando esta como um mero ponto entre outros no desenvolvimento de uma causa²³; nos preliminares de Hermágoras há um estudo sobre as sete circunstâncias da questão política, enquanto Hermógenes somente fala da necessidade da pessoa e do acto para que se constitua uma controvérsia (*Estados de causa* 29.7-8); Hermógenes fala nos preliminares da sua teoria das questões mal constituídas, ao passo que em Hermágoras figura no fim da teoria dos estados de causa²⁴; Hermógenes não depende de Hermágoras no problema da determinação do ponto em juízo (*κρινόμενον*) segundo a sequência *κατάφασις* — *ἀπόφασις* — *αἴτιον* — *συνέχον* — *κρινόμενον*, tomando de Hermágoras apenas o conceito de *κρινόμενον*, mas sem o discutir²⁵.

Para além de pontos de concordância ou divergência de Hermógenes face a Hermágoras, podem observar-se naquele dois aspectos acerca do tratado *Περὶ στάσεων*²⁶. Por um lado, a influência de Teodoro de Gádara, notória na noção de *κεφάλαιον*, além de nas noções de quantidade (*πηλικότης*) e de relação (*πρός τι*), no uso do lugar comum em qualquer momento do discurso e ainda na sujeição dos princípios teóricos às realidades e a cada caso particular (*ὁ καιρός*) cf. *Estados de causa* 49.6). Por outro, através do testemu-

¹⁸ Ed. C. Halm, *Rhetores Latini minores*, Leipzig, 1863, reimpr. Frankfurt, 1964.

¹⁹ Cf. John R. C. Martyn, “Lectures given by Pedro Nunes at the University of Lisbon”, *Euphrosyne* 23 (1995), pp. 281-288. A respeito da influência do *Περὶ ἰδεῶν*, cf. Annabel M. Patterson, *Hermogenes and the Renaissance seven ideas of style*, Princeton, 1970.

²⁰ Vd. M. Patillon, *La théorie du discours...*, p. 10.

²¹ *Ib.* pp. 58-59.

²² *Ib.* pp. 60-61.

²³ Cf. *Estados de causa* 49.16, 65.13 etc. e D. Matthes, *op. cit.* pp. 120-132.

²⁴ D. Matthes, *Hermagorae...*, frg. 19.

²⁵ Cf. Patillon, *op. cit.* pp. 62-63.

²⁶ Cf. *ib.* pp. 58-59.

nho de Sulpício Victor (ed. C. Halm 311-352)²⁷, sabe-se que Hermógenes toma boa parte da matéria do seu tratado de um modelo comum a Zenão de Atenas, autor do século II d.C., de quem Victor foi discípulo. Minuciano teria um sistema semelhante ao de Zenão²⁸.

Existe alguma verdadeira originalidade na doutrina de Hermógenes? No fim da enumeração das questões próximas das mal constituídas (*Estados de causa* 34.14-15), Hermógenes nota que se pode encontrar uma variedade de outras. O escoliasta entende que este foi um trabalho pessoal de retor de Tarso. Na opinião de Patillon, porém, não é possível afirmar que estejamos perante um contributo original de Hermógenes²⁹. Este terá integrado o sistema dos estados de causa com os desenvolvimentos particulares de cada um deles. A concepção de tais desenvolvimentos reflectirá uma tendência da tradição da doutrina a partir do século II d.C.. Hermógenes terá retomado assim parte da matéria tradicional a este respeito. Mas haverá nele uma nova forma de realizar essa integração, com a sistemática apreensão e objecção, por cada orador, dos argumentos do adversário, o que origina múltiplas e complexas subdivisões de pontos de argumentação. Face ao propósito, por exemplo, de um Quintiliano, que, embora denuncie o uso escolar de tais desenvolvimentos, ainda pense na formação dos advogados, a forma de proceder de Hermógenes é de natureza escolar³⁰. Face ainda ao que se poderá discernir como um estado da doutrina na sua época, designadamente pela comparação com o sistema de Zenão de Atenas, o trabalho de Hermógenes é uma tentativa de precisão e clarificação, além de um esforço de se ater ao essencial, a que se junta a preocupação de multiplicar as distinções, como forma de capacitar o sistema para resolver toda a variedade de situações³¹. Outra qualidade, detectada por Patillon, é a forma rigorosa como Hermógenes pensa e concebe a sua exposição, na transição de assunto entre o tópico da vontade e da possibilidade e os chamados “elementos que vão do início ao fim” (*Estados de causa* 46.24-47.2)³².

²⁷ W. Jäneke, *op. cit.* pp. 132-153.

²⁸ Sobre a datação da obra de Zenão e uma comparação com Minuciano, cf. S. Glöckner, “Quaestiones...” pp. 106-107.

²⁹ Cf. *Théorie du discours...*, p. 62 e *Hermogène. L'art rhétorique*, p. 70.

³⁰ *Ib.* p. 71.

³¹ *Ib.* p. 74-75.

³² *Ib.* Cf. escólio 2.59 e n. 25 à tradução.

1.2. SÍNTESE DO SISTEMA DE HERMÓGENES

Para permitir a melhor inteligência da doutrina e do enquadramento teórico dos comentários, será útil fornecer uma síntese da mesma, mais particularmente da sistematização que Hermógenes dela fez³³.

Hermágoras propunha quatro estados de causa básicos (στοχασμός “conjectura”, ὅρος “definição”, ποιότης “qualificação”, μετάληψις “objecção”), além de outros quatro legais (ῥητὸν καὶ διάνοια “letra e espírito”, ἀντονομία “antinomia” ou “conflito entre leis”, ἀμφιβολία “ambiguidade”, συλλογισμός “inferência”) e igual número de questões ἀσύστατα “mal constituídas” (μονομερές “unilateral”, ἰσάζον “igual”, ἀντιστρέφον “reversível”, ἄπορον “inconclusiva”). Em Hermógenes, por seu turno, são mantidos os mesmos estados de causa legais, mas aos quatro básicos são acrescentados seis especificações da qualificação (πραγματική “estado de causa pragmático”, ἀντίληψις “justificação”, ἀντίστασις “compensação”, ἀντέγκλημα “contra-acusação”, μετάστασις “transferência de culpa”, συγγνώμη “desculpa”), no total de treze. À lista de questões mal constituídas são acrescentadas outras quatro (*Estados de causa* 32.10-33-16 ἀπίθανον “improvável” ou “inverosímil”, ἀδύνατον “impossível”, ἄδοξον “desonrosa”, ἀπερίστατον “isenta de circunstâncias”), e são introduzidas ainda três ἐγγὺς ἀσυστάτων “próximas das mal constituídas” (*ib.* 33.17-34.13 ἑτερορρεπές “desequilibrada para um dos lados”, κακόπλαστον “mal-forjada”, προειλημμένον “juízo prévio”).

O sistema dos estados de causa funcionava do seguinte modo: primeiramente, examinava-se se seria obscuro ou patente que o acto em questão tivesse sido praticado (*ib.* 36.7-15). Se fosse obscuro, investigava-se o acto e se fora praticado pela pessoa suspeita. Surgia daí uma conjectura. Se e quando ficasse claro que fora praticado por essa pessoa, investigava-se se o acto seria perfeito ou imperfeito do ponto de vista da denominação juridicamente aceitável e adequada face à sua natureza. Se fosse imperfeito, a pesquisa centrar-se-ia na definição (*ib.* 37.4-13); se fosse perfeito, prosseguia-se para a qualidade do acto. Aqui dever-se-ia estabelecer, em primeiro lugar, se este seria justificável quanto à justiça, à legalidade e à conveniência (*ib.* 37.14-17). Seguidamente, se se alegasse justiça, legalidade e conveniência para o cometimento do acto, investigava-se se estas se justificavam, por um lado, por meio de argumentos ou razões³⁴, ou, por outro, com base na sua legalidade. No

³³ Cf. Janet B. Davis, *op. cit.* pp. 693-696. Para mais minúcia vd. W. Jäneke, *op. cit.*, Ray Nadeau “Hermogenes’ On stases: a translation with an introduction and notes”, *Speech Monographs* (= *Communication Monographs*) 31 (1964), n° 4, pp. 381-388, M. Patillon, *Théorie du discours...* pp. 48-55 e *Hermogène...*, pp. 57-67.

³⁴ Cf. escólio 7.1.5.

primeiro caso, apresentar-se-iam situações examináveis em termos de estados de causa da qualificação racional; no segundo, em termos de estados de causa legais (*ib.* 34.17-20). Há aqui uma grande diferença face a Hermágoras, para quem os estados de causa racionais e legais se justapunham e eram hierarquicamente equivalentes. Para Hermógenes, constituem divisões da qualificação, dependendo pois desta. Se a qualificação do acto se baseasse em razões, inquiria-se se diria respeito a um acto futuro (por cumprir) ou passado (já cumprido). Se dissesse respeito a um acto futuro, surgia um estado de causa pragmático, que tinha natureza deliberativa, e, no segundo caso, uma στάσις δικαιολογική “qualificação judiciária” (*ib.* 38.1-9). Daqui podiam resultar duas situações: ou o réu não admitia que o acto fosse interdito e malicioso e interpunha uma justificação; ou admitia que o acto era interdito, mas procurava defender-se, interpondo alegações (*ib.* 38.10-39.19). Esta segunda situação tinha a designação genérica de ἀντίθεσις “oposição”. Em graus decrescentes de defensibilidade, o réu poderia, pois, alegar que do acto, apesar de mau, resultara compensatoriamente um benefício maior, por si só suficiente para o justificar. Se, porventura, tal alegação não pudesse ser feita, o réu atribuía a responsabilidade moral pelo acto a um terceiro. Novamente duas situações poderiam aqui ocorrer: ou o alegado responsável era a própria vítima, a quem o réu dirigia então uma contra-acusação, argumentando que esta, por diversas razões (por exemplo, pelo seu carácter e modo de vida), merecera o crime sofrido; ou se, porém, o réu não estivesse em condições de fazer tal alegação, o terceiro envolvido, para quem o réu podia transferir a responsabilidade, seria uma pessoa, coisa, circunstância ou estado exterior ao acto. Outra dupla possibilidade poderia aqui surgir: ou transferia a culpa para alguém ou algo a quem poderia legitimamente responsabilizar; ou, se não pudesse fazer tal alegação, atribuía-a a algo a quem a culpa não poderia legitimamente ser atribuída. Isto no tocante aos estados de causa racionais, todos dependentes do estado da qualificação.

Se a qualificação, por outro lado, se prendesse com a legalidade, em vez de com a justiça, entrava-se no domínio dos estados de causa legais (*ib.* 39.20-42.4). Primeiramente, investigava-se se o crime em julgamento seria digno de punição, face ao que o texto da lei literalmente estipulava e face ao sentido que o legislador lhe pretendia conferir (*ib.* 39.21-40.13). Caso para o acto cometido não existisse legislação específica, mas existisse para outros similares, inferia-se então, por analogia com estes, uma intenção não escrita na lei escrita que pudesse ser aplicada ao acto cometido (*ib.* 40.14-19). Outro caso (*ib.* 40.20-4.13) era o da antinomia, ou existência de normas conflitantes relativas ao acto em apreço. Haveria em tal situação a necessidade de decidir a qual das normas se haveria de

atribuir maior autoridade. O último caso era o da ambiguidade do sentido de um texto legal, que tornava difícil decidir se o acto deveria ou não ser considerado legal³⁵.

Se em Hermágoras todos os estados de causa se achavam ao mesmo nível, Hermógenes estabelece entre eles uma hierarquia, subordinando todos ao primeiro, o da conjectura. Exterior a toda esta estrutura de sucessivas dicotomias descendentes, colocou a objecção de Hermágoras, mas redefinindo-a³⁶, distinguindo entre fundamentos documentais e não documentais (*ib.* 42.5-43.8). Com a objecção, procurava-se impugnar a própria acção judicial mediante argumentos de ordem processual ou técnica. Entre outras possibilidades, poder-se-ia activar uma excepção³⁷.

Além das questões que podiam ser examinadas em termos de estado de causa, havia outras, referidas acima, que não perfaziam condições para tal, sendo portanto de rejeitar. Eram de dois tipos: as mal constituídas, de que Hermógenes classifica oito espécies (*ib.* 32.10-33.16); e as próximas das mal constituídas, em número de três (*ib.* 33.17-34.14).

O sistema dos estados de causa apresentado por Hermógenes tratava de questões que pertenciam à retórica judicial mas também poderia ser útil para especialistas em legislação. Todavia, como correctamente observa Davis³⁸, a idiosincrasia e a antiguidade de alguns dos exemplos fazem parecer que tenha sido concebida em especial para instrução de estudantes de retórica, e não para estudantes de leis. Uma das características mais saliente do sistema era certamente a divisão dicotómica descendente sucessiva de cada questão, o que lhe conferia uma aparência de dialéctica. Ao mesmo tempo, servia para o estudante de retórica de um verdadeiro método de pesquisa (isto é, de invenção), variegado e abundante em recursos.

³⁵ Há semelhanças entre o método de descoberta dos estados de causa e o dos exercícios preparatórios de retórica ou *proginasmas*, indício de que pertenciam à tradição curricular escolar. Cf. *Proginasmas* de Élio Téon de Alexandria (ed. Michel Patillon, Paris, Les Belles Lettres, 1997, 100.16-21, p. 23), em que uma das modalidades de expressão discursiva da *cria* era por ambiguidade, sendo que o exemplo aí citado é do mesmo tipo do citado por Hermógenes.

³⁶ Cf. Janet B. Davis, *op. cit.*, p. 695.

³⁷ Cf. *infra* a propósito da tradução destes vocábulos pp. 65-66. Nos *Proginasmas* de Téon de Alexandria (ed. Michel Patillon, Paris, Les Belles Lettres, 1997, 100.22-27, *loc. cit.*) uma das modalidades de expressão discursiva da *cria* é a precisamente *μετάληψις*, com o sentido de mudança de assunto.

³⁸ *Loc. cit.*

2. O TEXTO DOS ΕΧΟΛΙΑ

2.1. COMPOSIÇÃO DOS ESCÓLIOS

O ESCOLIASTA “ANÓNIMO”

Da popularidade de retórica de Hermógenes ao longo das eras temos como indício a profícua produção de comentários por retores de escola, desde Harpocrácion, contemporâneo crítico da sua teoria dos estados de causa³⁹. Entre esses comentários existe um abundante *corpus*, cuja tradição textual é inseparável da do texto por eles comentado e que figura numa família restrita, designada **P** por Hugo Rabe⁴⁰, uma de entre o número significativo das famílias de códices transmissores do conjunto dos tratados do retor de Tarso. Esses comentários (ou escólios) tiveram até à data uma única edição, por Christian Walz, no volume 7 da sua série *Rhetores Graeci*⁴¹. É a estes escólios, de autor anónimo, que a presente dissertação diz respeito.

A utilidade dos escólios cingia-se à utilização na retórica escolar, como complemento do estudo e comentário do texto do mestre de Tarso, e deste modo se explica que os manuscritos tenham sido especialmente preparados para a edição conjunta de ambos os textos, como adiante se verá na história da crítica textual dos escólios. Considera-se o seu compositor como anónimo, mas na verdade seria preferível falar de anónimos, tantas foram as mãos que na sua composição intervieram.

Com efeito, os mestres escolares que se debruçaram sobre o texto hermogeniano e o ensinaram nas escolas foram, ao longo de séculos, redigindo comentários, recolhendo outros ainda, seleccionando os que lhes interessavam, que citavam literalmente ou com adaptações aproveitando deles alguns elementos e fazendo sínteses e confrontos com outros; foram introduzindo novas reflexões sobre os comentários alheios, debatendo e

³⁹ Por outro lado, Harpocrácion teria influenciado a teoria hermogeniana das categorias de estilo. Cf. M. Patillon, *Anonyme de Séguier. Art du discours politique*, Paris, Les Belles Lettres, 2005, pp. LVIII-LXV. Acerca do problema da identificação de retores com este nome vd. Malcolm Heath, “Porphyry’s rhetoric”, *CQ* 53 (2003), pp. 144-166, esp. 147, e idem, “Theon and the history of the progymnasmata”, *GRBS* 43 (2003), pp. 129-160, esp. 132sq..

⁴⁰ Cf. Hugo Rabe, cf. “Rhetoren Corpora” *RhM* 67 (1912), p. 323. Vd. infra nesta introdução a História da crítica textual do texto dos escólios.

⁴¹ Pp. 104-696. Vd. infra a crítica a este trabalho, na História da crítica textual do texto dos escólios.

polemizando com eles. Compilaram os materiais ao dispor, na maior quantidade que lhes fosse possível, copiaram-nos em novos manuscritos assim os transmitindo aos seus sucessores. Faziam-no com propósitos pedagógicos: para preparação, interpretação e amplificação do seus cursos sobre o Autor⁴². Tal explicaria a preocupação em recolher e preservar nas cópias os comentários existentes. Estamos obviamente no domínio da conjectura da reconstrução retroactiva do caminho provável. O resultado deste processo de composição é o de uma *rudis indigestaque molis* de anotações sem ordenação e sem obediência aparente a qualquer plano⁴³, a não ser talvez o de os fazer acompanhar o conjunto dos cinco tratados de Aftónio/ Hermógenes, para compreensão da retórica em geral, e ainda como introdução e explanação pormenorizada para cada tratado particular⁴⁴. Por outro lado, existem dois sistemas de escólios, uns, chamados *maiora*, os outros, *minora*. Estes sistemas seriam possivelmente de origens e datas diversas: estes últimos seriam mais recentes do que a aqueles, e a sua inserção entre os outros não teria sido, na opinião de H. Rabe, presumivelmente anterior aos séculos IX/X⁴⁵. O facto de haver um duplo sistema de escólios indicia que houve trabalho de hierarquização e organização mínimo, e não uma total ausência de critério, não obstante também algumas indecisões, pois casos há em que o mesmo material textual se acha num manuscrito entre os escólios *maiora*, e no outro entre os *minora*⁴⁶.

De indícios internos ao texto dos escólios de debates entre comentaristas de Hermógenes citemos alguns exemplos:

1.1.1-7 'Εδόκει τισί χρῆναι τὸν τεχνικὸν εὐθὺς ἐν ἀρχῇ προτάξαι τὸν περὶ τῆς ῥητορικῆς ὅρον, εἴγε ἢ νῦν αὐτῷ προκειμένη πραγματεία ῥητορικὴ ἐστίν. 'Αλλὰ περὶ μέρους — φασίν — ἔλεγε τῆς ῥητορικῆς, οἱ δὲ ὅροι περὶ τινων τελείων βούλονται εἶναι· εἰκότως οὖν οὐχ ὠρίσατο τὴν ῥητορικὴν· οὐ γὰρ περὶ πάσης αὐτῷ προὔκειτο λέγειν. 'Αλλὰ φαμέν ὅτι πολλῶ μᾶλλον περὶ μέρους αὐτῆς διαλεγόμενος ὥφειλε τὸν ὅρον τῆς ῥητορικῆς προτάξαι· μὴ γὰρ μαθόντες τὸ ὅλον οὐκ ἂν δυνηθείμεν τὰ μέρη αὐτοῦ γινώσκειν.

“Entendiam alguns críticos que o Autor deveria ter estabelecido logo de início a definição de retórica, já que o objecto de estudo que presentemente se propõe é a retórica. Mas — afirmam — ele falava sobre uma parte da retórica. As definições pretendem dar conta de coisas íntegras. Justamente, portanto, ele não definiu a retórica, pois não se propunha falar sobre a sua totalidade. Nós, porém, afirmamos que, uma vez que ele discorre sobre uma parte da retórica, com maioria de razão deveria estabelecer previamente a sua definição, pois sem apreendermos a totalidade não poderemos conhecer as suas partes.”

1.11.15-21 Τινές δέ φασι μὴ δηλοῦσθαι διὰ τοῦ “πανταχοῦ” (*Estados de causa* 28.7) τὸ πανηγυρικόν· περὶ γὰρ στάσεων ὁ λόγος τῷ ῥήτορι, τὸ δὲ πανηγυρικὸν ἀστασίαστον. 'Αλλὰ πρῶτον μὲν περιττῶς ἂν δόξη κεῖσθαι τὸ “πανταχοῦ”. 'Επειτα οὐδὲ ἀστασίαστον ἀεὶ τὸ πανηγυρικόν, ἀλλ' ἐστὶν ὅτε καὶ αὐτὸ στασιάζεται, ὥσπερ ἐπὶ τοῦ πολιτικοῦ πανηγυρικοῦ,

⁴² Cf. H. Rabe, *Prolegomenon sylloge*, Leipzig, Teubner, 1931, reimpr. 1995, praefatio 6 p. XLIII.

⁴³ *Ib.*, p. LXXIII.

⁴⁴ *Id.*, “Rhetoren-Corpora”, p. 324.

⁴⁵ *Id.*, *Prolegomenon syllog*, pp. XXII-XXIII. Cf. *infra* p. 40.

⁴⁶ Cf. u.g. aparato crítico do escólio 16.d.

περὶ οὗ φησὶν ἐν τῷ Περὶ ἰδεῶν ὁ Ἑρμογένης, ἔνθα καὶ πρόβλημα τὸ περὶ Ἀλκιβιάδου προτίθησιν λέγων.

“Afirmam alguns que a espécie panegírica não se revela através da menção “em todas as circunstâncias” (*Estados de causa* 28.7), pois o Autor trata dos estados de causa e no discurso panegírico não há causa alguma em discussão. Porém, em primeiro lugar, a menção “em todas as circunstâncias” parecerá supérflua. Em segundo, nem sempre os estados de causa estão ausentes da espécie panegírica, mas sucede que esta discute também uma causa, como no discurso panegírico político, sobre o qual fala Hermógenes no tratado *Categorias de estilo*. É aí que se coloca, a respeito de Alcibíades, o seguinte problema...”

1.16.3-4 Φαίνεται δὲ περὶ τῶν ἰδεῶν εἰς τὸ μετέπειτα λέγων, ἀλλ’ οὐ διαίρεσιν ἡμῖν τοιαύτην, οἶαν τινὲς ἔφασαν παραδιδούς.

“É um facto que ele fala mais adiante das categorias de estilo, mas sem nos transmitir uma divisão como a que alguns asseveraram.”

1.36.15-22 Καί τινες φασιν ὅτι μοιχὸν ἐνταῦθα τὸν μοιχικὸν ἄνδρα τὸν τρόπον, μήπω δὲ εἰς ἔλεγχον ἔλθοντα φησὶν. Οὐ τοῦτο δὲ μόνον, ἀλλὰ δεῖ καὶ τοῦτο νοεῖν· ὅτι μοιχὸν λέγει οὐ διὰ μοιχείαν κρινόμενον, ἀλλ’ ἐφ’ ἑτέρῳ πράγματι, ὡς ἐπὶ τοῦ ἀριστέως μοιχοῦ ἀναθέντος τὰ ὅπλα εἰς τὸ ἱερὸν καὶ ἀσεβείας κρινόμενον· ἐνταῦθα γὰρ ἡ μοιχεία εἰσῆλθεν εἰς δικαστήριον οὐ κρίσιν ὑπέχουσα, ἀλλὰ διὰ τὴν ἀσεβείαν ἐξεταζομένη. Τὸ γὰρ ζητούμενον εἰ ἡσέβηκεν ἢ νόμῳ, τῶν ἀριστέων τὴν πανοπλίαν ἀναθεῖς.

“E afirmam alguns que ele designa aí por «adúltero» o homem com modo de conduta adúltero, mas que ainda não foi submetido à respectiva prova. No entanto, não se deve considerar apenas isto, mas também o seguinte: ele designa por «adúltero» um homem julgado não só por adultério, mas ainda por um outro acto, por exemplo um condecorado por bravura, adúltero, julgado por haver consagrado armas dentro de um santuário e por impiedade. De facto, neste caso o adultério vai a tribunal sem ser submetido a julgamento, mas é objecto de exame devido à impiedade cometida, pois o ponto em inquirição incide sobre se ele cometeu ou não impiedade, de acordo com a lei dos condecorados por bravura, ao consagrar as suas armas”.⁴⁷

Nos exemplos citados, por um lado, analisa-se o sistema doutrinário de Hermógenes por si mesmo. Por outro, este sistema é objecto de comparação com o de outros teorizadores (designadamente Minuciano⁴⁸, um seu contemporâneo de uma geração anterior), além de ser posto em confronto com as críticas que lhe são dirigidas. Em todos os casos, resulta sempre no elogio da razão e inteligência do retor de Tarso⁴⁹.

Todo o complexo processo de composição dos escólios ficou a dever-se às mãos de muitos homens ao longo de séculos, e é assim que com propriedade se pode falar de muitos anónimos. Contudo, postula-se convencionalmente um escoliasta Anónimo. Este não seria o autor, mas um hipotético compositor, professor de retórica e editor, enfim, o último res-

⁴⁷ Vd. ainda 2.a.8-34; 2.54.2-9; 2.56.1 sqq.; 2.57; 2.62.6-15; 2.64.2-6; 2.66.16; 2.79.21-29; 2.84.1-3; 2.87.1-19; 3.94.14-23; 3.97.5 sqq.; 3.14.2 sqq.; 3.15.21 sqq.; 3.19; 4.4; 4.6; 4.7.19-31; 6.2; 6.3; 6.11; 6.13.14-21; 6.14.7 sqq.; 7.3; 7.7.3-9; 14.4-6 sqq.; 14.9.5-7; 14.10 sqq.; 16.3; 16.4.3 sqq.; 16.d.16; 16.10.2-6.

⁴⁸ Cf. os escólios 1.26; 2.58; 2.59.1; 2.67; 3.99; 3.13; 4.7; 8.1; 9.2; 12.1; 13.3; 14.10; 16.f.

⁴⁹ Para além dos passos citados nas notas anteriores, Cf. os escólios 1.26; 2.58; 2.59.1; 2.67; 3.99; 3.13; 4.7; 8.1; 9.2; 12.1; 13.3; 14.10; 16.f.3.98.2-6; 3.15.39 sqq.; 6.7.5-6; 13.6.1-2; 14.9.5-7, 30-32; 16.10.1-6.

ponsável pela compilação e cópia de toda a bateria de comentários cujo estado final nos foi transmitido pelos dois manuscritos que compõem a família **P** (o *Parisinus* graecus 1983 e *Parisinus* graecus 2977⁵⁰). Seriam os exemplos citados de polémica entre comentaristas possíveis sinais da mão desse último comentarista-compilador? Existe pelo menos uma coerência, a impressão de uma unidade conferida pelos elogios a Hermógenes⁵¹. De autógrafos desta mão nada resta. Os códices Pa e Pc manuscritos são cópias do seu trabalho. Deste anónimo seria a mão que manuscreeu o ascendente comum igualmente hipotético da família **P**, o seu arquétipo perdido⁵².

OS ANTECESSORES DO “ANÓNIMO”

São pistas de outros escólios e dos seus autores nos nossos escólios que se tentará seguidamente inquirir. Deixar-se-á fora do âmbito da pesquisa a questão mais vasta das fontes do nosso escoliasta, pois como fontes se entenderão todos os textos e referências de conteúdo teórico, incluindo outros escólios ou matéria de teoria retórica. A nossa pesquisa incidirá em exclusivo sobre sinais da identidade de comentaristas de Hermógenes utilizados pelo Anónimo que sejam detectáveis nos materiais textuais agora editados, correspondentes a W7 104-245.4⁵³.

Existem com efeito indícios de redacções e comentaristas compiladores desde o século III. O mais antigo comentarista referido é o filósofo neo-platónico Porfírio⁵⁴: 9.2.26 e 16.a.11-14, 21. A primeira reproduz a distinção porfiriana entre estados de causa da συγγνώμη (desculpa) e da μετάστας (transferência de culpa). Em 16.a.11-14 apresenta-se a sua distinção entre os estados de causa da αντίληψις (justificação) e da μετάληψις (objecção), retomada e elogiada na linha 21 deste mesmo escólio.

⁵⁰ Vd. infra a história da crítica textual do texto dos escólios.

⁵¹ A determinação das camadas de texto e a detecção as intercepções das mãos que intervieram na sua construção seria uma interessante e ingente tarefa, mas que não será possível contemplar no âmbito do presente trabalho, pelas limitações que lhe estão impostas.

⁵² Sobre o conceito não unívoco de “arquétipo” em crítica textual cf. a síntese de Alberto Bernabé, *Manual de crítica textual y edición de textos griegos*, Madrid, Ediciones Clásicas, 1992, pp. 668sq.. Apesar de o termo se aplicar a realidades diversas e de ter sido objecto de discussão no âmbito deste domínio científico, há um mínimo denominador comum: é a noção de manuscrito modelo a partir do qual outros foram copiados. É neste sentido genérico que o utilizamos.

⁵³ Fora do âmbito do nosso trabalho ficam os escólios de **P** a que se refere W7 245.5-696.

⁵⁴ Fragmentos de Porfírio estão publicados por M. Heath, “Porphyry’s rhetoric: testimonia and fragmenta”, *GRBS* 43 (2002), pp. 129-160. Cf. também o seu comentário “Porphyry’s rhetoric”, *CQ* 53 (2003).

ção de escólios dos três, tradição essa editada por Walz (W4 39-846⁵⁷). De Sópatro (da segunda metade do século IV), existe ainda um *corpus* à parte, editado em W5 1-211⁵⁸. O Sópatro de W4, no entanto, seria uma personagem diferente da de W5: este último o verdadeiro Sópatro, o primeiro um Deutero-Sópatro, sofista alexandrino de finais do século V, que utiliza como fontes materiais de W5⁵⁹. De Siriano, que escreveu na primeira metade do século V, editou Rabe os comentários (R2⁶⁰), trabalho que resultou melhor do que o feito por W4.

Outro antecessor do Anónimo é um tal Paulo. A ele se refere o escoliasta como “o nosso Paulo” em 16.a.16, W7 525.27-28 e W7 619.23, o que faz pressupor que o autor das referências fosse um seu discípulo. São-lhe feitas referências ainda em W7 624.21 e 29. O escoliasta dos prolegómenos dos comentários ao tratado *Περὶ στάσεων* (R14 238.2-14 = W7 34.11-35.1) nota que Paulo lhe designou a tarefa de responder aos críticos de Hermógenes. Isto faz pensar que o autor destes comentários seria a mesma pessoa de 16.a.16, W7 525.27-28, W7 619.23 e 624.21.

A *Suida*, por seu turno, fala de um sofista egípcio Paulo, filho de Besaríon, no tempo de Constantino⁶¹. Eunápio⁶² dá-o como mestre na cidade de Atenas, nos tempos dos imperadores Galieno (253-268 d.C.), Cláudio (268-270)⁶³, Aureliano (270-275), Tácito (275-276) e Probo (276-282). Esta indicação permite situar o *tempus uitae* de Paulo entre os terceiro e quarto quartéis do século III. Para Glöckner⁶⁴ seria o mesmo Paulo, conclusão que, no entanto, não parece cronologicamente muito sustentável, pelo facto de o principado de Constantino se ter iniciado décadas mais tarde, no ano 306. Segundo outros estudiosos, Paulo teria ensinado por volta de 420 d.C. em Cesareia⁶⁵. Neste caso, seria necessário remontar a origem destes materiais textuais ao século V. Segundo alguns⁶⁶, este Paulo

⁵⁶ H. Rabe, “Die Dreimänner-Kommentar W IV”, *RhM* 64 (1909), pp. 578-590.

⁵⁷ C. Walz, *Rhetores Graeci* vol. 4.

⁵⁸ *Id.*, *Rhetores Graeci* vol. 5, 1-211.

⁵⁹ Bem como de uma das fontes de W7, João de Cesareia. De Sópatro e do seu homónimo de W4 falta ainda uma boa edição crítica. Sobre toda esta questão, vd. M. Heath, “*Metalepsis, paragraphe* and the scholia to Hermogenes”, *Leeds International Classical Studies* 2.2 (2003), pp. 1-91, esp. 15-18, 24-27, 32-34.

⁶⁰ H. Rabe, *Rhetores Graeci* vol. 2.

⁶¹ 812.1.

⁶² *Vida dos sofistas* 4.3.1 ed. J. Giangrande, Roma, 1956.

⁶³ Trata-se de Cláudio II o Gótico.

⁶⁴ *Op. cit.* p. 88.

⁶⁵ Cf. Keil ap. W. Stegemann, s.v. “Paulus 20)” *RE* 18 4, coll. 2374-2376.

⁶⁶ B. Keil, “Pro Hermogene”, *Nachrichten von der königlichen Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen*, 1907, pp. 167-222.

remontar a origem destes materiais textuais ao século V. Segundo alguns⁶⁶, este Paulo seria João de Cesareia, embora os argumentos a favor desta tese não sejam de todo convincentes⁶⁷. Para outros João teria antes sido discípulo de Paulo⁶⁸.

Outro antecessor é Eustátio. Em 3.97.50-55 faz-se referência a um ἐγγὺς ἀσυστάτων κατὰ κακοήθειαν (questão próxima das mal constituídas por motivos de má conduta), uma entre as espécies não designadas, desconhecidas ou desprezadas por Hermógenes e às quais ele se refere liminarmente com a afirmação que é lema do escólio (34.14-15): τάχα δ' ἂν καὶ παρὰ ταῦτα εἶδη τινὰ εὐρεθεῖη ἄλλα τοιαῦτα “Certamente, podem descobrir-se, para além destas, ainda outras espécies semelhantes”. Esta espécie, juntamente com o exemplo aí citado, é considerada como um ἑτερορρεπές (questão desajustada para um dos lados). As palavras do Anónimo concordam com a referência a Eustátio pelo escoliasta Crisóstomo no códice *Messanensis* 119 f. 79v⁶⁹, como observa Glöckner⁷⁰, o que faz supor que a fonte do escoliasta fosse este autor. Outra referência a Eustátio, relativamente ao qual o Anónimo manifesta discordância, acha-se em 14.9.5-7 e em W7 646.12-14⁷¹, sendo a referência, neste último passo, nominal. Aquilo que para Hermógenes (84.15-16; cf. 41.2-3, 8) é um tópico específico da antinomia por divisão da letra e do espírito, é designado por Siriano (R2 195.23-196.2, 15-16) uma questão πραγματικὴ κατὰ ἀντινομίαν e por Eustátio uma πραγματικὴ κατὰ ῥητόν. Ainda segundo Glöckner⁷², a observação crítica do Anónimo pode ser dirigida tanto a Siriano como a Eustátio. Por outro lado, pode referir-se a Porfírio, como nota Marcelino (W4 268.24-26)⁷³. Quanto ao tempo e lugar em que teria vivido este Eustátio, Eunápio⁷⁴ dá-o como natural da Capadócia, como filósofo e discípulo de Jâmblico. Por conseguinte, o seu tempo de vida situar-se-ia no século IV. Observa Glöckner⁷⁵ que as coincidências com Porfírio e a coerência com o ensino de Evágoras⁷⁶ permitem identificar Eustátio como filósofo, mais precisamente do meio neo-platónico.

⁶⁶ B. Keil, “Pro Hermogene”, *Nachrichten von der könunlichen Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen*, 1907, pp. 167-222.

⁶⁷ Heath, “*Metalepsis...*” p. 30, não obstante admitir a fraqueza dos argumentos a favor da tese, considera-a globalmente plausível.

⁶⁸ No artigo sobre Paulo na *RE* (cf. n. 64), Stegemann coloca a hipótese de João de Cesareia ser o discípulo que cita Paulo em R14 238.2-14 = W7 34.11-35.1, ainda que, segundo pensamos e se procura demonstrar seguidamente, seja Eustátio.

⁶⁹ Ed. H. Rabe “De Christophori comentario in Hermogenis librum” *RhM* 50 (1895), pp. 241-249, esp. 246.

⁷⁰ S. Glöckner, *op. cit.*, p. 78.

⁷¹ E não em 646.22, como erroneamente indica este autor.

⁷² *Op. cit.* p. 80. Outra referência explícita a Eustátio encontra-se em W7 613.15-17 e 704.

⁷³ Para um comentário mais minucioso acerca do problema de a quem se possam referir 14.9.5-7 vd. a n. 10 ao cap. 14 da tradução.

⁷⁴ *Vida dos sofistas* 5.1.5 ed. Giangrande.

⁷⁵ *Op. cit.* p. 86.

⁷⁶ Cf. *ib.* pp. 64-71.

Outro elemento a considerar seria a referência a um filósofo Eustátio numa das cartas do imperador Juliano, como destinatário da mesma⁷⁷. Esta referência permitiria situar Eustátio no terceiro quartel do século IV.

No entanto, o elemento que mais definitivamente contribui para a tarefa de datar Eustátio é a citação do próêmio do comentário de Eustátio no códice *Vindobonensis* 130 f. 87v. A afirmação atribuída a Eustátio coincide com a dos prolegómenos dos comentários ao tratado *Περὶ στάσεων* (R14 238.2-3) que refere Paulo. Fazamos o paralelo:

Vindobonensis 130 f. 87v

R14 238.2-3

μέμφεται δὲ ὁ Εὐστάθιος καὶ αὐτῷ τῷ
τεχνιῷ τὸ πανταχοῦ εἰρηκότι, διὸ καὶ μάντις
ἐν προοίμοις τῆς αὐτῆς ἐξηγήσεως
ὑπischόμενος φαίνεται παντὸς ὑπεξελεῖν τὸν
τεχνικὸν ἁμαρτήματος

εἰ καὶ δόξειεν ἄν τινι παράδοξον τὸ
ἐπάγγελμα παντὸς ὑπεξελεῖν ἁμαρτήματος τὸν
τεχνικόν, ὑπισχνούμεθα τοῦτο πάντως,
Παύλου τοῦ πάνυ δόντος ἡμῖν ἀποφαίνεσθαι.

Deste modo, Eustátio seria necessariamente posterior a Paulo, com a probabilidade de ser Eustátio esse discípulo e a fonte dos comentários de 16.a.16, W7 525.27-28, W7 619.23 e 624.21. A sua vida -ia por conseguinte em pleno no século V.

As dificuldades de datar Eustátio podem, por outro lado, fazer pensar que se trataria de dois autores homónimos, e não do situar-se mesmo: um, o capadócio discípulo de Jâmblico; o outro, o escoliasta de Hermógenes⁷⁸.

Outros possíveis antecessores são mais recentes. O investigador polaco G. Kowalsky⁷⁹ e suas discípulas L. Rychlewska⁸⁰ e V. Borzemska-Lesnikowska⁸¹ e, mais tarde, o italiano Roberto Romano⁸² viram nos escólios de S. Nilo de Rossano, mutilados do seu início e insertos no códice *Parisinus supplementus Graecus* 670 ff. 1r-179v séc. XI (Pj Rabe), uma das fontes do Anónimo W7 320 sqq.. Nilo de Rossano, cuja vida teria decorrido entre 910

⁷⁷ Epístula 36 ed. Bidez.

⁷⁸ Cf. os artigos “Eustathios” 16) e 17) em *RE* 11. Halbband 1451-1452 e “Eustathios” 2) e 3) *Kleines Pauly* 2, coll. 62-463.

⁷⁹ *Hermogenis de Statibus*, ed. G. Kowalsky, Travaux de la société des sciences et des lettres de Wroclaw, sér. A, n° 1, Wroclaw, 1947, cf. pp. XXI, XXVI, XXIX.

⁸⁰ “In Anonymum Hermogenis Statuum interpretem (Rh. Gr. VII, 397-442 Walz) cum Nilo (Par. Gr. Suppl. 670 sqq. 36v-65r) collatum observationes criticae”, *Eos* 41, 1 (1940-1946), pp. 173-184, e 42, 1 (1947), pp. 195-211.

⁸¹ “De Anonymo Hermogenis Statuum interprete (Rh. Gr. VII 320-397 W.) cum Nilo (Par. Suppl. Gr. 670 ff 1r-36r) comparato”, *Analecta Hermogeniana*, Travaux de Société de Sciences et Lettres de Wroclaw, série A, 42 (1951), pp. 17-43.

⁸² “Il commentario a Ermogene attribuito a S. Nilo di Rossano (Par. suppl. gr. 670, ff. 1-179v)”, *Epeteris Etairias Byzantinon Spoudon* 47 (Atenas 1989), pp. 253-274; “Niliaca ab Anonymo Rh. Gr. VII W. non expressa”, *Vichiana* 3ª sér., 2 (1991), pp. 263-264; “Um nuovo capitolo del commentario a Ermogene attribuito a S. Nilo di Rossano”, *Vichiana* 3 (1992), pp. 189-198.

e 1005, foi o fundador e abade do mosteiro bizantino de Grottaferrata⁸³. O códice Pj não seria de sua mão, mas provavelmente das de discípulos seus⁸⁴. A comparação dos comentários de Nilo no códice Pj com os do Anónimo W7 conduziu estes eruditos à conclusão da massiva utilização dos escólios de Nilo por parte do Anónimo W7, especialmente em virtude das abundantes omissões em W7 relativamente ao texto de Nilo. Os paralelismos estreitos entre os dois *corpora* de comentários haviam já sido anteriormente recenseados mediante a colação feita por Minóide Minas, viajante e bibliófilo grego do século XIX, que adquirira o manuscrito no monte Atos e se interessou pelo seu estudo⁸⁵. Estando, contudo, o manuscrito mutilado do seu início, não é possível determinar em que medida também os materiais textuais editados em W7 104-320 dependem de Nilo.

Em virtude das datas prováveis dos códices **P** e de Nilo (séc. XI), pode colocar-se a hipótese de o Anónimo ser um contemporâneo mais novo deste último. Estes códices teriam sido copiados pouco tempo depois da composição do arquétipo; datam, pelo menos, do mesmo século. Mais ainda: poderia postular-se que estes códices seriam originários do *scriptorium* do mesmo mosteiro. Com efeito, este mosteiro foi um importante centro escolar de retórica e simultaneamente de cópia de manuscritos⁸⁶.

Como subsídio para a fundamentação de tal hipótese cite-se outro comentarista, um certo “Cristóvão”, cujos fragmentários escólios ao Περὶ στάσεων, insertos no manuscrito *Messanensis S. Salv.* 119 (séc. XIII) ff. 1r-136r, foram editados por Rabe⁸⁷. Nada se sabe da identidade deste escoliasta — se seria ou não o conhecido Cristóvão de Mitilene⁸⁸ — nem quando viveu. Pode saber-se que é posterior a Fócio (m. 891), uma vez que este é o mais recente dos autores que Cristóvão nomeia. Parece que o nosso Anónimo depende deste Cristóvão, ou pelo menos de fontes comuns a ambos. Este é o parecer de Glöckner⁸⁹, que assinala que, ao tempo do abade Nicolau II (anos de 1131-1140), havia entre os monges do mosteiro de Grottaferrata, e no número dos quais se contava também S. Nilo, um

⁸³ Grottaferrata localiza-se em Rossano, uma povoação da Calábria, no sudeste de Itália. O seu nome antigo era *Crypta ferrata*, donde o nome decalcado para italiano de “grotta” (gruta). Para informações sobre o passado e o presente desta povoação e a importância do seu mosteiro e do abade Nilo como intermediário entre o ocidente latino e o oriente bizantino grego cf. o sítio <http://www.sannilomillenario.it/>, onde se pode aceder a ligações aí disponíveis a outras páginas. De Nilo de Rossano foi escrita uma biografia em grego bizantino por um seu discípulo, Bartolomeu, intitulada Βίος. Recentemente (mais propriamente, a 26 de Setembro de 2004) foi celebrado o milénário do mosteiro. Vd. ainda *The Oxford Dictionary of Byzantium* vol. 2, coll. 885-886.

⁸⁴ S. Glöckner, “Quaestiones...”, pp. 4-5.

⁸⁵ Cf. *ib.*, p. 9.

⁸⁶ Sobre questões da actividade cultural de Nilo e do mosteiro de Grottaferrata e sua relação com a datação do códice *Par. Suppl. Gr.* 670 vd. R. Romano, “Il commentario...” 256 sqq.

⁸⁷ Rabe, “De Christophori...”, pp. 241-249.

⁸⁸ *Ib.*, p. 242.

⁸⁹ “Quaestiones...”, p. 5.

certo “Cristóvão”⁹⁰. A nosso ver, contudo, poderia dizer-se que Cristóvão depende de Nilo e — até mesmo — do nosso Anónimo. Comparativamente aos deste, os escólios de Cristóvão são mais descuidados e registam grande número de omissões⁹¹. Por outro lado, se este “Cristóvão” for efectivamente o monge de Grottaferrata, não é apenas posterior a Nilo, mas também ao Anónimo. Recorde-se que ambos os códices Pa e Pc datam do séc. XI.

Sobre outros nomes não foi encontrada qualquer informação. Esses nomes são Abante (9.2.15), referido a propósito da diferença entre συγγνώμη (desculpa) e μετάστασις (transferência de culpa), e Antípatro (16.a.15; 16.f.10) a propósito da μετάληψις (objecção), assunto em que teria pontos em comum com Minuciano⁹².

2.2. HISTÓRIA DA CRÍTICA TEXTUAL DOS ESCÓLIOS

A família de códices designada por **P** tem como modelos mais antigos conhecidos dois códices, ambos do século XI: *Parisinus graecus* 1983 (Pa); *Parisinus graecus* 2977 (Pc). Compreende ainda vários apógrafos, datados desde os séculos XIII ao XVI, e dos quais foram examinados seis: *Parisinus graecus* 2916 (Pb = Par.2 W7); *Borbonicus* (= *Farnesinus*) II.E.5 (Ne); *Ambrosianus* sup. P 34 [*graecus* 617] (Aa); *Vaticanus graecus* 2228 (Vδ); *Palatinus graecus* 23 (Vh); *Monacensis* 8 (Mb)⁹³.

Os escólios de **P** tiveram até à data uma única edição, por Christian Walz, inserta no volume 7 da colecção *Rhetores Graeci*, pp. 104-696 (W7).

⁹⁰ Cf. A. Rocchi, *De ceonobio Cryptoferratensi eiusque bibliotheca et codicibus praesertim Graecis commentarii*, Tüsculo, 1893, 10, p. 247.

⁹¹ Glöckner, *loc. cit.*

⁹² Outro comentador do Περί στάσεων de Hermógenes de que depende o Anónimo é Jorge Mónio, nas secções de texto correspondentes s W7 655.3-660.30, 676.25-682.12, 690-25.695.46. Sobre estes comentários vd. G. Kowalsky, “Ad Georgii Moni in Hermogenis Status commentarii capita scholiis P adjecta andonationes criticae”, *Eos* 40 (1939), pp. 49-69.

⁹³ As siglas utilizadas são as de H. Rabe, “Rhetoren Corpora”, p. 323, a a do Monacensis 8, que é tomada de Stephan Glöckner, *Die Handschriften der P-Scholien zu Hermogenes Περί τῶν στάσεων*, Breslau (hoje Wroclaw) 1928, p. 5.

CÓDICES P

Dois são os códices representantes desta família de manuscritos integrantes da tradição da obra de Hermógenes e de outros textos de retórica.

Parisinus graecus 1983 (Pa), Paris, Bibliothèque Nationale de France, de pergaminho, 260 x 210 mm, 295 fólhos, século XI.

É o melhor dos códices e aquele cuja construção foi mais bem cuidada. A caligrafia é igualmente cuidada, bem desenhada e regular do alto ao fundo dos fólhos, a tinta castanha clara. Foram introduzidas aqui e ali correcções supralineares pela mesma mão que copiou os escólios (Pa¹), algumas outras por uma segunda mão, que usa uma tinta mais escura (que designámos por Pa²), havendo ainda anotações marginais e correcções de uma terceira mão (Pa³). A esta última deve-se também a restauração do texto perdido em alguns lugares devido a severa deterioração do material. A terceira mão usa uma tinta de cor semelhante à de Pa², mas com um traço de letra diferente, menos cuidado, e em tamanho maior. A segunda mão data provavelmente dos séculos XII-XIII, sendo necessariamente anteriores à cópia dos códices Pb e Ne, que dele dependem⁹⁴. Pela caligrafia pode datar-se a terceira mão dos séculos XIII-XIV. O trabalho de Pa³ é necessariamente posterior à cópia do modelo dos apógrafos de Pa, pois em nenhum destes há indícios de ter havido recurso às variantes de Pc, que, na tradição do texto, figuram como únicas. São as seguintes as intervenções da terceira mão:

1.5.3 φήσαις Pa³ || 1.21.4 ἔργω Pa: ἔργων Pa³ || 1.21.11 δύνανται em todos os testemunhos: γνῶσιν Pa³ || 2.53.1 δευτέρων: τρίτην Pa³ || 3.97.10 ἄν εὐρεθείη: ἀνευρεθείη Pa³ || 16.3.2 μεταλήψεως Pa³.

O texto de Hermógenes, que ocupa os fólhos 44-284⁹⁵, está escrito num espaço delimitado aproximadamente ao centro da página no sentido da altura e encostado à linha da margem de lombada, sendo o restante espaço da página reservado à escrita dos escólios, que ocupam cerca de 55 a 62 linhas, do alto até abaixo, à volta do texto de Hermógenes. O texto de Hermógenes ocupa assim apenas cerca de um sexto do total da superfície escrita, o que mostra que os fólhos foram especialmente preparados para receber não só o texto de base, como também os escólios. A caligrafia dos escólios é de dimensões inferiores à do texto hermogeniano. Os escólios relacionam-se com o texto por meio de chamadas de nota numéricas, escritas a tinta vermelha no interlínio do texto hermogeniano e retomadas à

⁹⁴ Cf. infra a relação dos apógrafos com a intervenção da segunda mão.

⁹⁵ Ver seguidamente o conteúdo do códice.

margem do dos escólios. O espaço entre o texto de Hermógenes e o dos escólios está reservado para receber outros escólios, de caracteres de dimensões inferiores. As chamadas de nota destes últimos consistem em caracteres gráficos. Estes factos, aliados à disposição destes escólios (entre o texto de base e os escólios grandes), fazem pensar que estes escólios seriam considerados de importância secundária pela comunidade escolar de leitores de Hermógenes de então. Por tais motivos estes escólios são chamados *scholia minora*⁹⁶. O texto dos escólios está dividido em várias partes tituladas, que na nossa edição considerámos como capítulos, como já W7 fizera. Os títulos dos capítulos, quando figuram, são escritos destacados, a tinta mais escura e de tamanho maior, ora à margem do texto de Hermógenes, ora sobre o texto de Hermógenes, ora no próprio texto dos escólios, separados do resto do texto na linha por espaçamento maior.

Os escólios editados no presente trabalho, correspondendo a W7 104-245.4, encontram-se nos fólhos 44r-59v.

Este códice contém uma série de textos de doutrina retórica:

1. ff. 1r-3r: apotegmas de filósofos inc. ἀνανευούσθω ὁ περὶ τοῦ Θεοῦ λόγος...

2. ff. 3-4: diversos tratados anónimos:

ff. 3r-4r περὶ ποδῶν μετρικῶν inc. πούς ἐστι μετρικὸν σύστημα... (ed. Uhlig, *Denys de Thrace*, Suppl. III 117)

ff. 4r-4v περὶ μέτρων ῥητορικῶν inc. ὅτι τὰ φυσικὰ... (ed. W3 712)

ff. 4v-5v περὶ ποδῶν ἀκμῆς inc. δάκτυλος ἀνάπαιστος... (ed. W3 719).

3. ff. 5v-7v: Máximo o Sofista, περὶ ἀλύτων ἀντιθέσεων inc. αἱ ἄλυτοι ἀντιθέσεις... (R14 427-447 = W5 577-590) seguido de μέθοδος προσφωνητικῶν λόγων.

4. ff. 8r-10r: ἀκριβὴς τίς εἰμι τῆς βίβλου πίναξ, isto é, índice preciso do conteúdo do manuscrito, incluindo dos tratados de Aftónio e Hermógenes.

5. 10v-12v προλεγόμενα εἰς τὰ του Ἀφθονίου τῆς ῥητορικῆς προγυμνάσματα inc. τί ἐστι ῥήτωρ... (ed. W2 1-9.20).

6. ff. 13r-34r: Aftónio, Προγυμνάσματα com escólios.

7. f. 34v: anónimo, πῶς ἐπιγινώσμεθα τὰς στάσεις (ed. W5 231)

8. ff. 35r-38r: colectânea de Προλεγόμενα τῶν στάσεων inc. πολλοὶ πολλὰς παρόντος (ed. R14 183-214.19), seguidos de anónimos Περὶ πίστεως (ed. R14 214.20-215.15) e Περὶ κοινωνίας καὶ διαφορᾶς τῶν στάσεων inc. Τί ἴδιον στοχασμοῦ; (R14 221.6-228.19), e de breve compilação de excertos de Loliano, Plutarco e Sópatro (ed. R14 215.20-217.18)

9. ff. 38v-39v+41r: Troilo o Sofista, Προλεγόμενα τῆς ῥητορικῆς Ἑρμογένους inc. ὅτι χρησιμὸς ἐστι... (ed. R14 44-58 = W6 42-55). Este texto é interrompido no fim do f. 39v e retomado no início do f. 41r inc. ἐπειδὴ σὺν θεῷ....

⁹⁶ Ver a edição de Walz.

10. 40v+42r-43r Προλεγόμενα τῶν στάσεων inc. εἰ καὶ δόξειεν ἄν τινι παράδοξον... (ed. R14 238-255). O texto é interrompido no fim do f. 40v e retomado no início do f. 42r até 43r.
11. 41r: anónimo, Προλεγόμενα τῶν στάσεων contendo espécies de στοχασμοί inc. τῶν στοχασμῶν οἱ μὲν... (ed. W6 54.7-55.22).
12. ff. 41r-41v: Febámon, Περί σχημάτων ῥητορικῶν (ed. Spengel 3 43-56).
13. ff. 43r-43v: Ἔτερα προλεγόμενα τῶν στάσεων (ed. R14 255-258).
14. ff. 44r-284v: Hermógenes, τέχνη ῥητορική com escólios:
 - ff. 44r-107v: Περί στάσεων (escólios ed. W7 104-696);
 - ff. 108r-163v: Περί εὐρέσεων (escólios ed. W7 697-860);
 - ff. 164r-268v: Περί ἰδεῶν (escólios ed. W7 861-1087);
 - ff. 268v-284v: Περί μεθόδου δεινότητος.
15. ff. 285r-287r: Προλεγόμενα τῶν εὐρέσεων (ed. W7 52-74).
16. ff. 287-287v: Σημειῶδες εἰς τὰς εὐρέσεις (ed. W7 74-76).
17. ff. 287v-289r: Τὰ προλεγόμενα τῶν ἰδεῶν (ed. R14 388-390), que inclui um texto Περί κοινωνίας καὶ διαφορᾶς τῶν ἰδεῶν (ed. W7 77-80.22).
18. ff. 289r-290v: Συριανοῦ εἰς τὸ περὶ ἰδεῶν Ἑρμογένους (ed. R1 96-112).
19. ff. 290v-292r: Teofrasto, Χαρακτῆρες capítulos 1-15.
20. ff. 292r-295r: anónimo, Περί τῶν τοῦ λόγου σχημάτων (Sp. 3 110-160). O fim do texto está mutilado neste manuscrito, mas figura integralmente em Pc.

Parisinus graecus 2977 (Pc = Par.1 W7), Paris, Bibliothèque Nationale de France, de pergaminho, 232 x 169 mm, 344 fólhos (acrescidos de um segundo fólio 305), século XI.

A preparação do códice, bem como a caligrafia, são menos cuidadas do que as de Pa. Nota-se a intervenção de uma única mão, que utilizou tinta castanha, devendo-se-lhe algumas correcções supralineares. O modo de edição é semelhante ao de Pa. O texto de Hermógenes, que ocupa os fólhos 60-326r, está escrito num espaço delimitado aproximadamente ao centro da página no sentido da altura e encostado à linha da margem de lombada, sendo o restante espaço da página reservado à escrita dos escólios, que ocupam cerca de 48 a 55 linhas, do alto até abaixo, à volta do texto de Hermógenes. O texto de Hermógenes ocupa também apenas cerca de um sexto do total da superfície escrita. A caligrafia dos escólios é de dimensões inferiores à do texto hermogeniano. Os escólios têm igualmente chamadas numéricas de notas. Além destes escólios, existem *scholia minora*, que ocupam espaço vago entre o texto de Hermógenes e os escólios grandes. O texto dos escólios está igualmente, como em Pa, dividido em capítulos. Os títulos dos capítulos são escritos destacados, a tinta mais escura e em tamanho maior, ora no próprio texto dos

escólios, separados do resto do texto na linha por espaçamento maior, ora à margem do mesmo.

Os escólios editados neste trabalho encontram-se nos fólhos 60r-79v.

Os seus conteúdos, muito semelhante ao de Pa (ainda que não totalmente na mesma ordem), são os seguintes:

1. ff⁹⁷. 2-3v: apotegmas de filósofos.
2. material omitido.
3. ff. 4: Máximo o Sofista, *περὶ ἀλύτων ἀντιθέσεων*.
4. ff 8v-9v: ἀκριβῆς πῖναξ do conteúdo do manuscrito, incluindo dos tratados de Aftónio e Hermógenes, e *προλεγόμενα εἰς Ἄφθόνιον*.
5. ff. 11-12v: *προλεγόμενα εἰς τὰ τοῦ Ἄφθονίου τῆς ῥητορικῆς προγυμνάσματα* (ed. W2 1-9.20).
6. f. 12v-: Aftónio, *Προγυμνάσματα* com escólios.
7. material omitido.
8. ff. 49-53r: colectânea de *Προλεγόμενα τῶν στάσεων* inc. πολλοὶ πολλὰς παρόντος (ed. R14 183-215.15), seguidos de anónimo *Περὶ κοινωνίας καὶ διαφορᾶς τῶν στάσεων* (ed. W7 27-32) e *Περὶ πίστεως* (R14 214.20-215.15) e de breve compilação de excertos de Loliano, Plutarco e Sópatro (ed. R14 215.20-217.18).
9. ff. 53r-55r: Troilo o Sofista, *Προλεγόμενα τῆς ῥητορικῆς Ἑρμογένους* (ed. R14 44-58).
11. 55r: anónimo, *Προλεγόμενα τῶν στάσεων* contendo espécies de στοχασμοί (conjecturas) inc. τῶν στοχασμῶν οἱ μὲν... (ed. W6 54.7-55.22).
12. ff. 55r-57r: Febámon, *Περὶ σχημάτων ῥητορικῶν* (ed. Sp. 3 34-56).
10. f. 57r-59r: *Προλεγόμενα τῶν στάσεων* inc. εἰ καὶ δόξειεν ἄν τινι παράδοξον... (ed. R14 238-255).
13. f. 59v: Ἔτερα *προλεγόμενα τῶν στάσεων* inc. τὴν ῥητορικὴν τέχνην ἄλλοι... (ed. R14 255-258).
14. ff. 60r-326r: Hermógenes, *τέχνη ῥητορική* com escólios:
 - ff. 60r-138v: *Περὶ στάσεων* (escólios ed. W7 104-696);
 - ff. 139r-139v em branco.
 - ff. 140r-204r: *Περὶ εὐρέσεων* (escólios ed. W7 697-860);
 - ff. 204v-311r: *Περὶ ἰδεῶν* (escólios ed. W7 861-1087);
 - ff. 311v-326r: *Περὶ μεθόδου δεινότητος*.
15. ff. 326v-329r: *Προλεγόμενα τῶν εὐρέσεων* (ed. W7 52-74).

⁹⁷ Para facilidade de comparação entre os conteúdos de Pa e Pc numeram-se com índices iguais os mesmos conteúdos. Índices em branco em Pc significam omissões deste códice.

16. ff. 329r: Σημειῶδες εἰς τὰς εὐρέσεις (ed. W7 74-76).
17. ff. 329v-331r: Προλεγόμενα τῶν ἰδεῶν (ed. R14 388-390), que inclui um texto Περὶ κοινωνίας καὶ διαφορὰς τῶν ἰδεῶν (ed. W7 77-80.22).
18. ff. 331v-333r: Συριανοῦ εἰς τὸ περὶ ἰδεῶν Ἑρμογένους (ed. R1 96-112).
19. f. 333r-335r: Τεοφραστο, Χαρακτῆρες capítulos 1-15.
20. f. 335-344v: ἀνόνιμο, Περὶ τῶν τοῦ λόγου σχημάτων (Sp. 3 110-160).

ΑΠÓΓΡΑΦΟΣ

Parisinus graecus 2916 (Pb = Par.2 W7), Paris, Bibliothèque Nationale de France, de papel, do século XIII.

O modo de edição é semelhante ao dos códices **P**. O texto de escólios está escrito em redor da caixa de texto reservada ao texto de Hermógenes. No entanto, o sistema não é rigoroso: se a caixa do texto de Hermógenes foi sempre preparada junto à margem da lombada, a sua colocação relativamente à altura da página, bem como a sua dimensão, variam. Há casos de páginas com texto exclusivamente de escólios (71r, 86v, 90r, 92r).

O texto objecto da presente edição crítica encontra-se nos fólhos 68r-95r.

Borbonicus (= *Farnesinus*) II.E.5 (Ne), Nápoles, Biblioteca Nazionale Vittorio Emanuele III, de papel, do século XIII.

O modo de edição é semelhante ao dos códices **P**, ocupando a caixa com o texto de Hermógenes um espaço de cerca de um sexto do total da superfície escrita, aproximadamente ao centro da página no sentido da altura e encostado à linha da margem de lombada. O restante espaço da página é reservado à escrita dos escólios. A preparação do fólho, os regramentos e caligrafia são mais cuidados do que os de Pb.

O texto objecto da presente edição crítica acha-se nos fólhos 58r-77v.

Palatinus graecus 23 (Vh), Vaticano, Apostolica Vaticana, fundo Palatino, de finais do séc. 13.

O modo de edição é semelhante ao dos códices **P**. O texto dos escólios está escrito em redor da caixa de texto reservada ao texto de Hermógenes, junto ao limite de margem de lombada. No entanto, o estabelecimento das áreas para texto e escólios não é rigoroso, tal como para outros apógrafos. A sua colocação relativamente à altura da página, bem como a sua dimensão, variam. No fólho 86r, a caixa do texto hermogeniano situa-se ao fundo da página.

O texto objecto da presente edição crítica encontra-se nos fólhos 73r-88r.

Nos restantes códices somente os escólios foram copiados, e não o texto de Hermógenes.

Vaticanus graecus 2228 (Vδ), Vaticano, Apostolica Vaticana, do século XIV.

Compilação de comentários contínuos, em que escólios **P** seleccionados estão misturados com outros de proveniência não determinada. Pelo que foi possível examinar, os escólios são introduzidos por citações do texto do *Περὶ στάσεων* de Hermógenes, podendo identificar-se como os lemas dos escólios. Ocasionalmente também, figuram os títulos dos capítulos, em tamanho maior de letra e a tinta mais escura.

Os critérios de selecção dos escólios, tal como no caso de *Ambrosianus* sup. P 34 [*graecus* 617] — do qual se falará a seguir — não são inteligíveis. Entre os fólhos 122r a 147r, estão compreendidos materiais textuais que correspondem aos escólios 1.3 (= W7 106.9), etc. até 16.13 (= W7 241.28).

Ambrosianus sup. P 34 [*graecus* 617] (Aa), Milão, Biblioteca Ambrosiana, dos séculos XV-XVI.

Entre os fólhos 285-298, estão compilados, de forma rápida e pouco coerente, escólios a partir de 1.1.9-10 (= W7 104.15-16), 1.2.-5-1.3.5 (= W7 106.5-13), etc., até 9.2.7-8 (= W7 202.26-203.1), no fólho 293, prosseguindo a partir deste ponto em latim no essencial.

Monacensis 8 (Mb), Munique, Staatsbibliothek München, do século XVI.

É apógrafo de Vh, como adiante se demonstrará. De todos os apógrafos, é o mais recente, e o único, de entre os que unicamente transmitem texto dos escólios, em que houve a preocupação de copiar a integridade do respectivo texto, sem o misturar com outros de outras proveniências.

O texto objecto da presente edição ocupa os fólhos 140r-192r⁹⁸.

RAMOS DA TRADIÇÃO

A distribuição das variantes separativas permite agrupar os testemunhos existentes em dois ramos, cada um dos quais representado por um código, Pa e Pc. A tradição, no entanto, foi complexa. Com efeito, (1) Pc é representante único do seu ramo, a ele não se aparentando nenhum outro conhecido, pelo que todos os demais códices se filiam no ramo

⁹⁸ Existe ainda um outro apógrafo, o *Matritensis* 4579, Madrid, Biblioteca Nacional, do século XV, que contém: fólhos 182-185 excerto W7 402-413; ff. 185v-189v em branco; ff. 189-218 Máximo Planudes, escólios a Herm. *Περὶ στάσεων*. Sobre escólios deste a Hermógenes, cf. M. F. Galiano, “*Varia Graeca*”, *Humanitas* 3 (1950-1951), pp. 301-322.

representado por Pa, que designámos por α. (2) Neste ramo, há duas linhas de filiação, Pa e γ, este último um códice perdido. (3) A rede de dependências de Pa, por seu turno, é também complexa. Dilucidaremos uma a uma cada uma destas hipóteses.

(1) Relativamente à hipótese α, dos exames comparativos dos códices de Pa e Pc concluiu-se que Pa e Pc representam outros tantos ramos distintos e paralelos da tradição, dependentes de modelo comum. Este manuscrito seria um minúsculo do século XI, composto presumivelmente em vida de Nilo, no mesmo *scriptorium* do mosteiro bizantino de Grottaferrata, em Rossano, donde também teria saído Pa.

A necessidade de postular α assenta nas divergências de Pc relativamente a todos os outros testemunhos em conjunto. Prendem-se estas com grande número de variantes e com outros aspectos. Variantes separativas são, por exemplo, as seguintes:

2.76.9 δέρους Pc: δέρως α || 3.17.9 παρὰ Pc: περὶ α || 6.1.18 παρὰ Pc: περὶ α.

Outras diferenças são as frequentes omissões de Pc por comparação com Pa (cento e sessenta e uma), mas poucas e pouco significativos os casos inversos (trinta e oito). Com efeito, algumas das omissões de Pc são relativamente extensas: oito casos correspondem a duas ou mais linhas no nosso texto: 1.22.11-13, 1.27.2-6, 2.83.7-10, 2.87.53-55, 3.92.2-4, 3.98.20-21, 4.6.15-16, 13.4.4-7. Algumas das omissões (quatro) devem-se a erros de salto do mesmo ao mesmo: 2.83.7-10, 4.6.15-16, 13.1.7; 13.4.4-7⁹⁹. Outras diferenças relevam de tipologias de erro muito comuns, como o iotacismo, ou as inversões da ordem de duas palavras ou sintagmas. Outras respeitam à edição de certos materiais textuais entre os escólios *maiora*, num dos testemunhos, e entre os *minora*, no outro: são os casos 1.19-20, 2.53, 3.14, 11.2, 16.d. Há também casos de transposições de material textual, por vezes de escólios inteiros: 2.c, 16.a, 16.b, 16.c e 16.d.

Não se conhece um estado do texto anterior ao que é transmitido por estes códices — excepto nos casos em que é possível a determinação das fontes dos escólios —, nem tão pouco existe um terceiro testemunho para compulsar. Por estas razões, para os propósitos da história da transmissão do texto, partir-se-á do facto de haver duas tradições paralelas, facto que obriga, para o estabelecimento de um texto crítico, a escolhas do editor. No capítulo dos princípios de edição expor-se-ão os critérios determinantes dessas escolhas.

⁹⁹ Ver aparatos *ad loca*.

(2) Rabe colocou a hipótese de Vh não depender de Pa, mas de um manuscrito próximo deste¹⁰⁰. Os materiais textuais contidos entre os fólhos 36-41 (listados acima com os números 8-12), encontram-se na ordem errada em Pa e Pb, mas noutra ordem, a correcta, em Vh. Já para Glöckner, por seu turno, Vh dependeria de Pa, mas com, pelo menos, um intermédio¹⁰¹. Tal parecer sustenta-se no excerto textual 2.75.5-6 διαφόροις καιροῖς. “Α γὰρ εἶπεν τότε πρότερον, νῦν εἰς ἔλεγχον αὐτοῦ προφερόμεθα. Ἐπειτα ἐν μὲν τῷ ἀντιστρέφοντι, que constituem as três linhas inferiores do f. 48r de Pa. Omisso originalmente em Vh, é posteriormente acrescentado sobre a linha e à margem do escólio. Outro indício é a omissão do material W7 307.14-16 em Vh.

Em nossa opinião, está correcta a intuição de Rabe. Vh depende efectivamente de um manuscrito próximo de Pa e com o mesmo modelo deste. Designamos esse manuscrito pela sigla γ. É incerta a sua datação. Sendo Pa e γ cópias do mesmo modelo, seriam talvez contemporâneos; não obstante, nenhum indício existe que confirme, nem que infirme, esta hipótese.

A divergência das duas linhas de tradição Pa e γ é atestada por variantes separativas como as seguintes¹⁰²:

1.10.2 ἡ antes de ἀστρονομία omisso em Vh || 1.11.2 καὶ θυμικοῦ Pa: καὶ omisso em VhAa || 1.21.12 ἐτέρων Pa: igualmente β ἐτέρω Vh || 2.52 título do cap. à margem do Σ 52 em Pc omisso em Paβ sobre o texto de Hermógenes em Vh correctamente antes do Σ 52 em Mb || 3.95.2 ἀποφατικῶς Pa: igualmente β ἀποφαντικῶς Vh || 3.16.10 γενητοῖς Pa: igualmente β γενικοῖς γ || 3.19.8 προτέρα φαίνεται Pa: igualmente β φαίνεται προτέρα γ || 3.20.1 ἀκουλοθία: igualmente β ἀκολούθω Vh || || 7.6.3 ἐπικουροῦσαν Vh e na fonte do escólio: ἐπικυροῦσαν P e β || 10.1.12 ὄντι omisso em Vh.

A variante separativa que definitivamente impõe que se considere a separação da linha da tradição de Pa da da representada por Vh é a omissão do título do capítulo 2 em Pa e seus apógrafos. Com efeito, se em Pa está omisso, necessariamente o copista de γ teria diante de si um outro códice, embora próximo de Pa. Não parece provável que tenha restituído o título a partir de Pc; seria o único caso de coincidência entre Vh e Pc contra uma omissão de Pa.

Além destes casos, outros há em que os manuscritos em questão divergem dos do ramo da tradição a que pertencem e se assemelham à variante do outro ramo:

1.14.1 εἶδος Pa: também PbNe εἶδη VhVδ || 2.76.1 παρὰ Pc: περὶ Pay corrigem β || 15.2.12 τὴν νῆσον com base em Demóstenes 9.15: τὴν νόμον PaVh: τὸν νόμον β.

¹⁰⁰ H. Rabe, “Rhetoren Corpora”, p. 324 e n. 1.

¹⁰¹ Cf. S. Glöckner, *op. cit.*, pp. 6-7.

¹⁰² Sobre as dependências dos apógrafos relativamente a Pa. cf. os estudos de Rabe “Aus Rhetoren-Handschriften...”, p. 560, “Rhetoren-Corpora”, p. 324 n. 1 e S. Glöckner, *loc. cit.*.

Casos como estes são pouco significativos como variantes separativas, tratando-se antes de confusões banais: plural pelo singular; masculino pelo feminino de artigo acompanhando nome feminino de tema em -o-; confusão paleográfica entre abreviaturas.

Uma outra variante é exclusiva de Pa, e a correcta. É, porém, pouco significativa, pois trata-se de uma confusão vulgar:

1.35.17 φασί Pa: φησί em todos os restantes testemunhos.

Outra lição, no entanto, parece servir de contra-exemplo, deixar em aberto a hipótese de que Vh dependa, de facto e directamente, de Pa, tal como β:

1.6.3 ῥιγώσας P: ῥιγάσας nos restantes.

Esta forma é particípio aoristo de ῥιγώω “tremar de frio”. Reproduz-se aqui uma imagem digitalizada desse lugar de Pa:



Sobre a letra γ pode ver-se um traço recto horizontal (com acento). Esta é uma das formas possíveis de abreviar α. Teríamos assim ῥιγάσας, um *hapax*. Pc tem um traço curvo em forma circunflexa sobre γ, o tipo de abreviatura mais comum para ω. Ter-se-ia enganado Pa? Em geral o copista deste manuscrito trabalhou com cuidado, surgindo assim a leitura ῥιγάσας como estranha e inusitada, e produto de confusão entre abreviaturas de ω e α, situação que, embora não frequente, não é única. No fólio seguinte, e muito próximas uma da outra, acham-se as lições σώματι e προσώπων. Nestes casos, o ω acentuado foi escrito analogamente, com traço recto horizontal sobreposto à letra precedente. Ambos os casos são óbvios, pois trata-se de palavras tão correntes e de um léxico básico grego que de modo algum se poderia ler σώματι e προσάπων.

Esta variante não basta para que se coloque a hipótese da dependência de Pa, pois, como se demonstrou, os indícios de que Vh depende de γ, e não de Pa, são mais fortes. Trata-se de simples confusão entre as abreviaturas, que com probabilidade remontaria ao modelo α.

De Vh deriva evidentemente Mb, pois reproduz variantes e erros de Vh, aos quais acrescenta ainda erros próprios. Esta filiação havia já sido observada por Rabe¹⁰³.

(3) Os erros partilhados pelos códices Pb, Ne e Vδ contra Pa permitem sustentar a conjectura de um intermediário entre Pa e estes códices, no qual precisamente os erros foram produzidos. Identificamos esse códice, escrito entre os séculos XII-XIII, pela sigla β.

¹⁰³ H. Rabe, “Rhetoren-Corpora”, *loc. cit.*.

Pode reconstituir-se este códice com base em variantes como as seguintes:

1.14.1 εἶδος Pa: também PbNe εἶδη Vδ || 1.48.4-5 σιωπήσομεν... παραλείψομεν... ἐκτραγωδήσομεν Pc: σιωπήσωμεν... παραλείψωμεν... ἐκτραγωδήσωμεν Pa -ωμεν... -ωμεν... -ωμεν Vh ομεν... -ομεν... -ομεν β || 2.c depois do escólio 2.61 Pa e depois do 2.59 β || 2.76.1 παρὰ Pc: περὶ Pa corrige β || 2.76.9 δέρως Pa -ους corrige β || 14.9.31 ἔχουσιν δὲ acrescentado depois de ἔχουσιν por β || 3.92.3 καὶ Pa: καὶ corrigem PbVδ ilegível Ne καὶ Vh omisso em Pc || 4.1.1 διαιρετικοῦ τε Pa: igualmente Vh τε omisso em β || 15.2.12 τὴν νῆσον com base em Demóstenes 9.15: τὴν νόμον Pa: τὸν νόμον β || 16.a após 16.5 Pa entre os *minora* β || 16.b após 16.a Pa entre os *minora* β || 16.c após 16.b PaVh após 16.b entre os *minora* β || 16.d após 16.14 PaVh após 16.12 β.

Algumas destas variantes merecem comentário.

O caso de 3.92.3 (alternância ὥς/ καὶ entre Pa e seus apógrafos) deve-se à confusão entre as respectivas abreviaturas. Com efeito, estas, por vezes, num traço mais rápido, podem mesmo confundir-se. Caso semelhante é a lição 2.79.30 καὶ: W7 apresenta ὥς, talvez com base em Pb. Reproduzimos imagem digitalizada desse lugar em Pa, que apresenta καὶ:



Pb tem claramente ὥς (com espírito rude). A avaliação do contexto e a compulsão da fonte (Siriano R2 40.17-20¹⁰⁴) permite concluir que a lição correcta é ὥς e não καὶ:

Lema *St.* 34.2-8]

3.92.1-3 Τοῦτο <sc. τὸ κακόπλαστον> ἀδυνάτου τάξιν ἐπέχει κπαραί ἐστι παρ' ἱστορίαν. Πανταχόθεν μὲν γὰρ συνέστηκεν, μόνην δὲ τὴν πρὸς τὰ πρόσωπα ἐξέτασιν χωλεύουσιν ἔχει, διότι τοὺς τεθνεώτας ὥς ζῶντας ὑποτίθησι.

“Este tipo de questão <a mal-forjada> classifica-se na impossibilidade e está em contradição com a história. Ela constitui-se de todas as partes, mas compreende apenas um exame defeituoso relativamente às pessoas, porquanto no exemplo dado os mortos figuram como vivos”.

Pc omite esta secção de texto, não sendo pois de qualquer utilidade aqui. O erro de leitura e a confusão foi, portanto, do modelo α.

¹⁰⁴ Cf. o aparato *ad locum*. Sobre esta variante, bem como sobre outras questões pertinentes à prática paleografia e crítica textual dos escólios **P**, ver o nosso “Aventuras de um editor de textos críticos gregos”, *Ágora* 3 (2001), pp. 25-49 esp. 33.

Estes códices seguem intervenções da segunda mão (Pa²) em Pa e algumas emendas feitas pela primeira mão (Pa¹). A datação Pa² (século XII) constitui o *terminus post quem* da datação de β. As variantes dependentes de Pa² são:

2.54.21 ἀνηλωκέναι Pa: ἀνηλωκέναι corrigido sobre a linha por Pa², donde β || 16.5.33 ἐαυτὸν Pa² donde β.

As variantes dependentes de Pa¹ são:

1.3.7 ἐκ καταλήψεων: ἐγκ. Pa ἐκ κ. Pa¹ sobre a linha, donde β || 1.5.7-8 ἐκ καταλήψεων: ἐγκ. Pa ἐκ Pa¹ sobre a linha, donde β || 1.21.4 ἔργω Pb possivelmente da primeira mão em Pa (ilegível): ἔργων Pa¹VhNe.

No demais, β depende de Pa.

O ARQUÉTIPO P

P representa o arquétipo perdido da tradição dos escólios. Este códice seria um minúsculo, e não um uncial. É o que a comparação das variantes separativas de Pa e Pc permite concluir, a partir de certos indícios. Tais são os casos de confusão entre abreviaturas semelhantes, por exemplo, os já analisados 1.6.3 ῥιγώσας e 3.92.3 (alternância ὥς/ καὶ entre Pa e seus apógrafos).

Outros casos resultam da confusão — esta mais comum — entre as abreviaturas de παρά e περί:

2.76.1 παρὰ Pc: περὶ Paγ || 3.17.9 παρὰ Pc: περὶ α || 6.1.18 παρὰ Pc: περὶ α.

É também a confusão entre abreviaturas semelhantes que explica o seguinte caso:

14.6.1 πᾶν Pc: περὶ Pa.

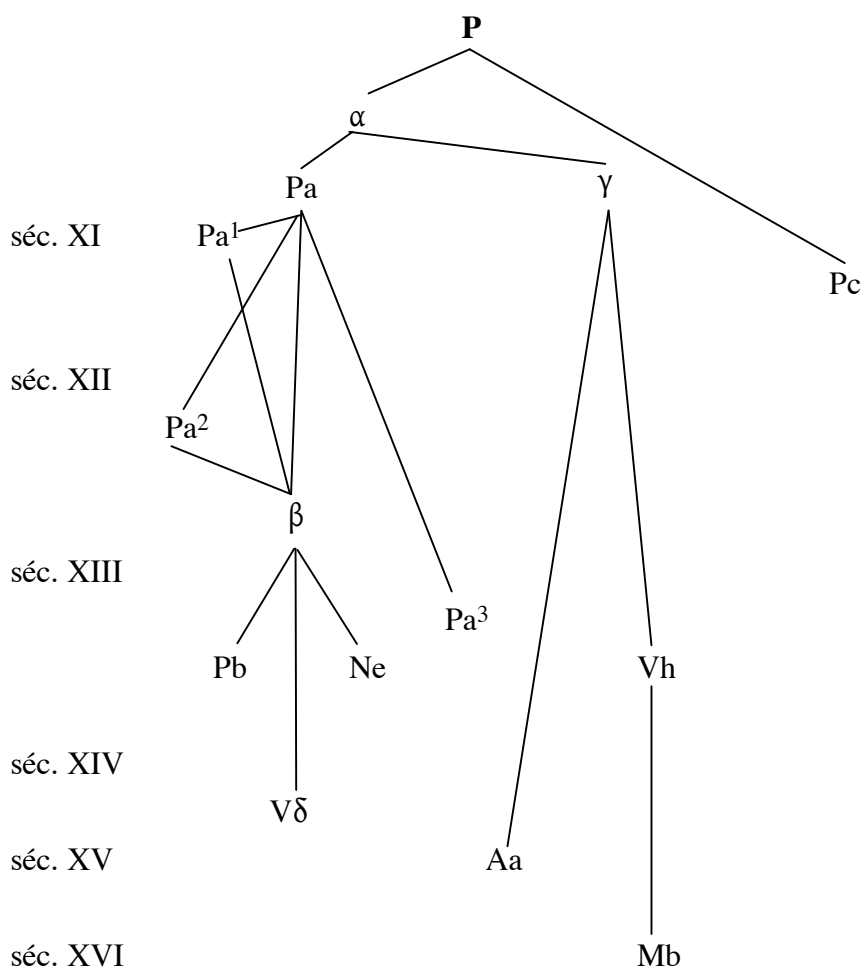
Um outro caso deve-se a erro de leitura, devido à semelhança na escrita minúscula entre os traços paleográficos de ἀπὸ e αὐτὸ:

2.65.2 ἀπὸ Pa: αὐτὸ Pc.

No arquétipo a haste anterior do π estaria provavelmente ligada ao α, pelo que o copista de Pc a teria lido como ligadura de α e υ. Quanto à haste posterior, teria sido lida, naturalmente, como um τ.

STEMMA CODICVM

As conclusões a que se chegou a partir dos estudos efectuados sobre a tradição dos escólios podem reduzir-se ao *stemma codicum* seguinte:



A EDIÇÃO WALZ VOL. VII (W7)

Entre a prolífica produção de textos críticos da retórica grega antiga pelo alemão Christian Walz conta-se a edição dos escólios P. Encontram-se estes no volume 7 da série *Rhetores Graeci*, de 1836, pp. 104-696, achando-se os que são objecto da presente edição entre as pp. 101-245.

Os códices utilizados por este editor foram Pa, Pc (designado pela sigla Par.1), Pb (designado pela sigla Par.1), Aa, Ne e Mb. Na introdução ao seu texto (p. III), assinala que beneficiou de um estudo descritivo de Mb, tendo a partir dele feito escasso confronto com Ne e emendado os comentários com base em Pc, de sorte que, sempre que não é indicada a fonte de nenhuma correcção, se deve subentender que se baseia em Pc. Pôde efectivamente verificar-se que depende grandemente de Mb.

Quanto a Pb, nota que não o conferiu em exaustividade, mas somente em algumas páginas. A Pa, porém, apenas recorreu pontualmente. Dois casos de omissões em Pc, por exemplo, foram, como nota, restituídos a partir de Pa.

A edição W7 é, a vários títulos, um trabalho deficiente, principalmente por quase desprezar Pa, dependendo em especial de apógrafos. Não tem um verdadeiro aparato, mas notas ao texto em que cita esporadicamente variantes e transcreve, sem critério inteligível, escólios *minora*. Por outro lado, apresenta grande número de omissões. Destas, a maioria são por salto do mesmo ao mesmo:

1.34.1-2 συνεμφαίνουσι - ἢ δοῦλος por salto do mesmo ao mesmo || 1.35.11-12 Ταῦτα δὴ - τῆς φύσεως por salto do mesmo ao mesmo || 2.47 todo o escólio omissão em W7 || 9.2.6-7 ἐν δὲ τῇ - ὑπεύθυνόν ἐστι por salto do mesmo ao mesmo || 13.6.4-6 τὸ μὲν - γὰρ τὸ ῥητὸν por salto do mesmo ao mesmo || 3.94.2 τὸ πρόσωπον: τὸ omissão em W7.

Algumas outras omissões dependem directamente do uso de apógrafos como fonte do texto:

1.19.2-4 εἰπὼν - περὶ εὐρέσεως omissão em Mb por salto do mesmo ao mesmo, donde também W7 || 2.73.1 ἐστίν· ὅτε γὰρ πρόσωπα ὅτε omissão em Mb || 2.b.1 τρίτην **P**: τρίτην Mb donde W7 || 2.75.5-6 καιροῖς - τῷ ἀντιστρέφοντι omissão em Mb por salto do mesmo ao mesmo || 3.94.2 2 τὸ πρόσωπον: τὸ omissão em Mb donde W7 || 3.96.5-7 ἀναφέρεται - ὑπὸ τὸ ἀπερίστατον omissão em Mb por salto do mesmo ao mesmo || 9.1.5-6 εἰ καὶ - τὸ ἀκούσιον omissão em Mb por salto do mesmo ao mesmo.

Há ainda casos de leitura errónea por Walz dos manuscritos que utilizava:

1.2.1 ἔστι Pc: ἔστι por iotacismo Pa ἔσται Pb ἔστι e Ne, no qual W7 leu erroneamente ἔστι (cf. 105.19 n. 18) || 1.17.12-13 τούτων transposto por Pc para depois de ἐπιχειρημάτων, tendo W7 lido τῶν ἐργασιῶν em vez de τούτων ἐργασίων (cf. 113.9 n. 22) || 1.21.8 καθολικοῖς **P**: καθολικῶ lê W7 em Pc cf. 114.13 n. 5 || 2.79.27 καὶ: ὥς W7 talvez com base em Pb || 11.1.2 τουτὶ nos códices: τούτου erroneamente lê W7 em Mb cf. 205.21 n. 1 || 13.10.48 δηλοῖ ποιός PaNePb sendo que neste último códice W7 erroneamente lê δηλοῖ ποιόν W7 cf. 218.12 n. 27 || 16.a escólio a transpor para depois de 16.2: depois do escólio 5 em Pa depois do escólio 1 em Pc e não omissão neste códice como assinala W7 cf. 234.20 n. 1 || 16.a.23 ἔρωτο Pb onde erroneamente W7 lê ἔρωτο W7 cf. 235.24 n. 16.

W7 fornece, porém, algumas boas lições, próprias ou tiradas dos manuscritos por ele usados:

1.49.4 μὰ Δί' restitui correctamente W7 com base em Demóstenes *Primeira Olintíaca* 23: νῆ Δία todos os códices || 2.57.10 φησί P: φασί W7 || 2.59.6 τὸ antes πρόσωπον acrescentado correctamente por VhMb donde W7, cf. infra 7 τὸ πρᾶγμα: omisso em P || 2.68.13 πρὸ διαγνώσεως PaNe: προδιαγνώσεως nos restantes códices. Correctamente corrige W7 sem no entanto conferir Pa (cf. 142.1 n. 47) || 2.85.9 λέγοι W7: λέγει nos códices || 4.7.11 λέγεται W7 cf. a fonte do escólio (W4 210.6): λέγει nos códices || 5.9.2 ἔχει corr. Pb¹ donde W7: em genitivo ἔχοντος nos demais testemunhos possivelmente por homeoptoto com πράγματος || 6.12.2 στάσιν β donde W7 e nós: στάσις Pa || 7.9.13 ὑποδιαίρεσις correctamente W7: ὑποδιαίρεσιν Pa ὑποδιαίριν Pc || 9.2.20, 32 ἐν ᾿Αργινούσαις correctamente W7: ἐν ἄργιννούσαις Pa ἑναργιννούσαις Pc || 14.10.9 αὐτῆς Pa e igualmente W7: αὐτῆς nos restantes testemunhos || 15.2.12 τὴν νῆσον corrigimos com base em Demóstenes 7.5: já W7 corrigira a partir do mesmo texto τὴν νόμον Pa τ. νόσον Pc τὸν νόμον β || ἀπολάβητε Pa donde β e igualmente W7: λάβητε nos restantes códices || μὴ σεcluίμος com base em Demóstenes *loc. cit.*: igualmente secluίdo por W7 || 16.2.1 προρρηθεισῶν corrigido por β donde W7: προρρηθέντων nos demais códices.

Outras conjecturas, correcções e acrescentos próprios, porém, não foram consideradas aceitáveis para a fixação do texto:

1.6.1 δὲ depois de κατάληψις acrescentado por W7 || 1.36.1 δεύτερος: δεύτερον W7 || 2.54.19 τὰ δ' ἑξῆς: τὰ δὲ ἑξ αὐτοῦ W7 || 2.83.7 τὸ Σιφνίους: τοὺς Σιφνίους W7 || 2.84.4 αὐτοῖς: αὐτὸ W7 || 2.87.3 κυριώτατον: κυριώτερον W7 || *ib.* 40 ἐναντιότητος: ἐναντιότητα W7 || *ib.* 56 χρήσεως: φύσεως W7 || 3.92.7 δ' ἦν : δὲ ἦν W7 || 3.94.22 οὐκ εἴ τι corrigido por nós: οὐκ εἴτι nos códices οὐκέτι W7 || 3.95 escólio acrescentado no fim do 3.94, como integrante deste e sem número, por W7 || 3.97.5 ζητοῖεν δ' ἂν conjectura nossa: εἰ δὲ ζητοῖεν P εἰ δὲ ζ. W7 || *ib.* 10 τούτοις: τοῦτο W7 || *ib.* 43 ἄγοντες Pc donde nós: ἄγοντα Pa ἄγοντος W7 || 3.98.17 ναυμαχίαν depois de Σαλαμῖνι acrescentado por W7 || *ib.* 23 παρὰ νόμον Pa: παράνομον Pc παρανόμου W7 || *ib.* 24 Χερσονήσου: Χερωννήσου Pa Χερονήσου Pc Χερσοννήσου W7 || 3.15.38 δήπουθε: δήπου W7 || 3.16.9 καθὰ: καθάπερ W7 || 3.20.1 ἀκολουθία: ἀκολουθῶ VhMb donde possivelmente ἀκολούθως W7 || 4.8.2 δεδωκώς: δέδωκα W7 || *ib.* 6 ἔλλαβεν antes de ἡ μητρυιὰ acrescentado por VhMb donde ἔλαβ. W7 || 5.9.3 λείπει: ἐλλείπει W7 || 6.7.2 φήσωμεν restituído por nós: φήσομεν P φήσιμεν VhMb donde φησί μὲν W7 || 6.10.2 ἐπιδείξαι: ἀποδείξαι W7 || 7.7.14 τρισαριστεύς W7 || 7.8.1 περιστάσει: στάσει W7 || *ib.* 4 ὑπευθύνου: ὑπεύθυνον W7 || 9.2.20 ὅτι antes de οὐκ acrescentado por W7 || 10.1.3 φησὶν Pa: φασὶν W7 omisso em Pc || *ib.* 12 ὄντι: ὄντως W7 || 12.1.3 ἀλλὰ: καὶ W7 || *ib.* 5 μεθιστᾶν: καθιστᾶν W7 || *ib.* 6 γενέσθαι: γίνεσθαι W7 || *ib.* 22 ἐν antes de τοῖς acrescentado por W7 || *ib.* 38 ἀφωρισμένως: ἀφωρισμένον W7 || 12.2.5 ἐκ τῶν ὀρισμῶν: καὶ τῶν ὀρισμῶν W7 || *ib.* 13

δ' αὖ P: δὲ αὖ W7 || 13.1.3 ἐν ταύταις: ἐνταυθα W7 || *ib.* 4 οἰέσθω P: οἴεσθαι VhMb οἴηται W7 || *ib.* 16 αὕτη P: αὐτῇ Mb donde talvez αὐτὴ em W7 || 13.3.1 μὲν para antes de διαθήκας transposto por W7 omitindo αἱ δὲ || 13.4.5 εἰσὶν: ἐστίν W7 || 13.5.13 ἄγραφον: ἀγράφω W7 || 13.7.4 ὃν antes de ἄν possivelmente por homeoteleuto acrescentado por W7 || 13.10.5 ἐκατέροις: ἐκατέρω W7 || *ib.* 10 ἀμφίβολος: ἀμφίβOLON W7 || *ib.* 13 ὅλως: ὅλος W7 || *ib.* 14 κατὰ: καὶ W7 || *ib.* 39 πρὸς τὰς: πόρνης τὰς W7 || 14.2.4 ποιήσοι Pa: ποιήσαι W7 || 14.8.5 διαμάχη W7 || *ib.* 18 ἐστὶ depois de ἕτερος acrescentado por W7 || 14.9.15 15 λέγειν: λέγει W7 || 15.1.2 ἀπεβάλετο: ἀπεβάλλετο W7 || *ib.* 9 τε: τῶν W7 || *ib.* 13 θεὸς: Δημοσθένης W7 || 15.3.1 ἦ: καὶ W7 || 15.4.12 τοῦ antes de δημοσία acrescentado por W7 || 16.2.6 ὥς: ὥσπερ W7 || *ib.* 10 καὶ: τοῦ W7 || 16.a.2 ἀδικῆσαν: ἀδικῆσαι W7 || *ib.* 3 ἔμπεροσθεν τοῦ λιμένος Pc: ἔμ. τ. omissio em Pa ἐπὶ λιμένος W7 || *ib.* 22 ἔπεται: ἔπηται W7 || 16.b.7 ἐκείνας: ἐκεῖνας Pc ἐκεῖνο W7 || 16.5.4 οὐδεμιᾶ: οὐδεμία W7 || *ib.* 6 κεφαλαίοις: κεφάλαιον W7 || *ib.* 10 ὑπὸ: παρὰ W7 || 16.d escólio assinalado com o número 15 por W7 || 16.13.2 γὰρ: παρ W7 certamente por lapso || *ib.* 9 φόνος: φονεύειν W7 || *ib.* ἐπὶ: ἀπὸ W7 || 16.f.11 ταῦτα: τοῦτο W7 || *ib.* 14 οὖν: δὲ Pc || *ib.* δύω W7 || *ib.* 15 καὶ: τὰ W7.

Outros erros de W7 respeitam à numeração dos códices:

3.90-99 como 100-109 || 3.20 assinalado com o número 8 || 4.3 escólio não numerado.

Em conclusão, a edição W7, não obstante as boas conjecturas, é um trabalho em geral deficiente. Depende primordialmente de apógrafos e negligencia quase por completo Pa, para além do facto de haver omitido grande número de materiais textuais. A utilidade deste trabalho para o estabelecimento do texto é, por conseguinte, pontual.

CONJECTURAS DE HEATH

Recentemente (em 2003), Malcolm Heath, da Universidade de Leeds, por cuja mão fora dada à estampa em 1995 uma tradução do Περὶ στάσεων, publicou um artigo em que traça a história da μετάληψις e da παραγραφή e analisa a confusão que se gerou entre ambos os procedimentos jurídicos nos retores gregos¹⁰⁵.

O trabalho contém uma série de sete apêndices¹⁰⁶, com as fontes textuais mais importantes que atestam a história dos desenvolvimentos na teoria retórica relativa a esta matéria. Entre as fontes reproduzidas estão escólios editados em W4 e W7. É de notar o facto de ter disposto lado a lado alguns desses escólios, pondo em evidência fontes de escólios

¹⁰⁵ Malcolm Heath, “*Metalepsis...*”.

¹⁰⁶ O grosso do artigo, *ib.* pp. 38-91.

em W7 (231.1-241.28 = 16.1-13; 616.12-627.2, pp. 71-89). No que respeita ao texto dos escólios em W7, apresenta¹⁰⁷ ainda um quadro com os escólios editados em apêndice, dispostos em paralelo com escólios do triunvirato Marcelino — Siriano — Sópatro editados em W4.

Não sendo sua intenção produzir uma edição crítica destes escólios¹⁰⁸, propõe pontualmente, e de forma não sistemática, algumas boas conjecturas de *correctio* de W7, com base nas fontes e no exercício de juízo crítico.

As correcções a partir das fontes são as seguintes:

16.6.5 ὁμωνύμως Siriano e Sópatro W4 284.12 cf. p. 82 n. 123 ὁμωνυμίως || 16.6.8 πάλιν Marcelino *ib.* 279.26 || 16.10.13 ὅτε *ib.* 283.25 cf. p. 84 n. 125.

Algumas outras conjecturas, embora confirmadas nos códices, corrigem lições de W7 assumidas como sendo dos códices. Parece, com efeito, que Heath não confrontou directamente os códices, como se deduz do facto de, ao proceder às correcções, citar em nota as lições com a menção “codd.”, pressupondo que seriam efectivamente erros dos códices. Porém, estas lições são na verdade erros de W7. São as seguintes:

16.1.2 παρὰ: περὶ em W7 cf. p. 80 n. 121 || 16.a.2 ἀδικῆσαν: ἀδικῆσαι em W7 cf. p. 72 n.114 || 16.3.2 μεταλήψεως: ἀντιλήψεως em W7 cf. p. 80 n. 122 || 16.5.6 κεφαλαίοις: κεφάλαιον em W7 cf. p. 71 n.113.

O trabalho crítico de Heath sobre os escólios em W7 não se restringiu, porém, aos casos elencados. Outras intervenções, discerníveis somente pela leitura do texto dos escólios e por comparação com a edição W7, revelaram-se inteligentes; respeitam à pontuação do texto grego.

CONSTITVTIO TEXTVS A PARTIR DE OUTROS TEXTOS

Para a reconstituição do texto dos escólios foi de proveito, em alguns passos, a conferência dos textos de Hermógenes, dos das fontes teóricas dos escólios e dos dos passos literários neles citados¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Cf. *ib.* p. 30.

¹⁰⁸ *Ib.* p. 2.

¹⁰⁹ Cf. os aparatos *ad loca*. Sobre o que neste trabalho se deve entender como passos literários e fontes vd. nesta introdução os antecessores do Anónimo em 2.1. A composição dos escólios e 3.2. os critérios de edição dos aparatos.

Recorreu-se ao texto de Hermógenes nos seguintes casos:

2.b.18, 19 τὰ ἄλλα *St.* 31.5 || 2.54.21 ἀνηλωκέναι *St.* 31.2 || 2.58.2 μόνου genitivo em *St.* 54.9 || 2.c.13 διὰ τὸ *St.* 31.18 || 2.60.2 ἐπὶ τῷ *St.* 30.14 || 2.70.10 ὑποδεξάμενος acrescentado de *St.* 32.13 cf. 2.70.15 || 2.71.18 ἀπέκτεινε restituído a partir de *St.* 32.13 || 2.76.4 ἔχειν *St.* 32.19 || 3.93.3 οὐ secluído com base em *St.* 32.8 || 3.97.10 εὐρεθείη *St.* 34.15 || 4.6.4 οὐσιώδης *St.* 36.10 || 4.7.5, 11 οὐσιώδης *ib.* || 6.3.8 νομίμου *Pc* cf. *St.* 37.16 || 6.4.1 εἰ *St. ib.* || 6.13.13 τι restituído a partir de *St.* 38.5 || 13.3.1 νόμους *St.* 39.22 || 13.6.4 καθ' αὐτό restituído a partir de *St.* 40.6 || 14.2.20 ὅλως *St.* 41.4 || 14.10.1-2 κατὰ ταῦτόν *St.* 41.11.

De passos literários citados, puderam reconstituir-se as seguintes lições:

1.49.4 μὰ Δῖ Demóstenes *Primeira Olintíaca* 1.23 e correctamente restituído por W7 || 15.2.15 αὐτῷ Demóstenes *Terceira Filípica* 9.15 || *ib.* ἄν acrescentado de Demóstenes *loc. cit.*

A consulta das lições das fontes foi útil para a reconstituição das seguintes lições:

1.1.14 συγγεγυμνασμένων Zenão o estóico ed. Von Arnim *SVF* I 21 frg. 73 || 1.17.1 δεκατρεῖς W4 61.18-19 || *ib.* ἀναγόμενα Siriano R2 13.1-2 || 1.48.4-5 σιωπήσομεν... παραλείψομεν... ἐκτραγωδήσομεν Siriano *ib.* 27.5-7 || 2.64.1-2 καλῶς - ἐπιδέχεται Marcelino W4 138.14-16 || 3.88.5 παρόμοιον *ib.* 171.3 e *Pc*: προοίμιον || *ib.* 6 μέσα Siriano R2 40.6 || 3.92.3 ὥς Siriano R2 40.20 || 3.97.22 φοροῦσα Sópatro W4 169.3 || 3.2.3 συμπλέκονται Siriano Sópatro W4 194.19 || 3.5.7 ἐκτείναντες Marcelino *ib.* 195.11 || 3.17.8 Μεγαπένθης Sópatro e Marcelino *ib.* 202.5 || 3.18.9 οὐσίαν *ib.* 203.16 || 4.7.10 ἐφ' ὧν Siriano e Sópatro *ib.* 210.6 || *ib.* 11 λέγεται Marcelino *ib.* 210.6 || 5.4.1 Siriano *ib.* 216.1 || *ib.* 4 τε Siriano *ib.* 216.4 || *ib.* οὐκέτι secluído com base em Marcelino *ib.* 217.21 || 6.3.8 νομίμου *Pc* cf. Marcelino *ib.* 224.14 || 7.5.3 ἡδίκηκέναι Marcelino *ib.* 232.18 || 7.6.1 ἀνιθητικάς Marcelino *ib.* 233.11 || *ib.* 3 ἐπικουροῦσαν Marcelino *ib.* 233.13 || 7.8.4 ὅταν Siriano R2 127.23 || *ib.* 5 προβάλληται *ib.* 128.1 || 8.1.3 στάσεων Sópatro W4 218.19 || 14.10.13 ἐννοίᾳ Siriano e Sópatro *ib.* 267.23 || *ib.* 16 μηδὲν *ib.* 237.31 || *ib.* 20 ἀγάγεσθαι Marcelino *ib.* 262.12 || 16.1.2 ὡμολογημένου Siriano e Sópatro *ib.* 278.10 || 16.4.6 τι τούτων Marcelino *ib.* 278.24 || 16.13.9 ἐν ἱερῷ Siriano e Sópatro *ib.* 288.27 || 16.e. 3 δημίῳ Siriano R2 154.3: δήμῳ os testemunhos.

3. A NOVA EDIÇÃO CRÍTICA

3.1. NECESSIDADE DO NOVO TEXTO CRÍTICO

Os defeitos apontados na edição W7, especialmente o pontual recurso a Pa, as omissões e a falta de aparato, acrescidos da circunstância de se tratar de uma vetusta obra com a idade de cerca de cento e setenta anos, justificavam a necessidade de novo texto crítico, que resultasse do esforço de conferência cuidada dos testemunhos e do uso de métodos actualizados no domínio da crítica textual.

3.2. CRITÉRIOS DE EDIÇÃO

Questões de diversa ordem foram suscitadas exigindo o juízo do editor. Tais questões serão expostas pela seguinte ordem: selecção do texto; selecção das variantes; marcação do texto; aparatos; numeração dos escólios; disposição dos escólios; lemas; paginação; tradução; índices.

SELECÇÃO DO TEXTO

Dos escólios editados por W7 pp. 104-696, a escolha para objecto do presente trabalho restringiu-se aos dezasseis primeiros capítulos, correspondentes às pp. 104-245 da mesma edição, por se tratar de uma apresentação geral do sistema dos estados de causa.

SELECÇÃO DAS VARIANTES

Subsistem somente dois ramos distintos da tradição, cada um representado respectivamente por Pa e Pc. Sendo estes os códices mais antigos e sendo os demais apógrafos, é nestes que a *constitutio textus* se funda, com o recurso aos apógrafos quando a qualidade das suas correcções o justifique.

Relativamente à opção entre Pa e Pc, seleccionaram-se preferencialmente as lições daquele, pela qualidade codicológica do manuscrito, que faz pressupor a melhor qualidade do texto transmitido. Exceptuam-se alguns casos, os que dependeram de escolhas do editor.

MARCAÇÃO DO TEXTO

Para a marcação do texto, adoptou-se o sistema de signos críticos de Leiden. Inclui-se abaixo, na secção *Sigla et signa*, lista dos signos críticos utilizados.

APARATOS

Acompanham o texto quatro aparatos, por esta ordem:

1. de referências à obra de Hermógenes (HERM.);
2. das fontes teóricas do escoliasta (FONTES);
3. de passos literários citados ou aludidos nos escólios (LOCI);
4. crítico.

O trabalho foi inicialmente concebido com a intenção de prover o texto com dois aparatos: de fontes e crítico. A certa altura, porém, quando a preparação do texto para edição e a construção dos aparatos se encontravam já em fase adiantada, pareceu mais adequado e justo destacar a fonte essencial de base dos escólios, o tratado hermogeniano, relativamente às demais fontes. Por outro lado, achou-se igualmente mais conveniente distinguir fontes de citações literárias: dentro destas, caberiam textos citados ou aludidos de oradores ou outros escritores (tais como os filósofos ou os historiógrafos) como exemplos ilustrativos da doutrina exposta; como fontes considerar-se-iam todos os textos de conteúdo teórico, incluindo outros escólios ou matéria de teoria retórica.

A forma escolhida para o aparato crítico foi a negativa. A escolha deve-se a motivos de leveza, legibilidade e simplicidade. Com efeito, consideramos que o aparato ganha em ser mais simples e de leitura mais directa, ficando livre de informação não essencial, sem que haja, no entanto, prejuízo da sua clareza. Dão-se simplesmente as variantes preteridas em cada caso (de Pa ou Pc), sendo que a lição eleita será, por exclusão de partes, a do outro manuscrito. Somente nos casos em que a forma positiva é a que melhor clarifica as opções tomadas pelo editor, bem como as alternativas que este tinha ao dispor e que preteriu — como aqueles em que as variantes são muito diferentes das lições escolhidas —, o aparato apresenta a forma positiva. Exemplo de tais variantes é 1.17.14 γὰρ: δὲ Pc. Neste caso, a lição escolhida é a de Pa.

Dão-se as variantes não eleitas de Pa ou Pc, por serem estes os códices quase exclusivamente utilizados para a reconstituição do texto. Excluídas foram, consequentemente, as lições dos apógrafos, salvo se se tratar de boas conjecturas. Ainda no tocante às lições de

Pa e Pc, optou-se por excluir as variantes resultantes de erros comuns, como os de iotacismo ou de inversões de ordem de duas palavras ou sintagmas. De W7, pelo contrário, optou-se por dar as lições no aparato, embora apenas para efeitos de comparação, porquanto W7 foi a única edição dos escólios até à data, e qualquer referência ao texto dos mesmos se reportava necessariamente a esta edição. Todavia, somente as variantes próprias de W7 são citadas em aparato, e não as que dependem notoriamente de um ou outro manuscrito, especialmente dos apógrafos.

Optou-se também por compor os aparatos na forma tradicional, em pé de página, de igualmente por motivos de funcionalidade de leitura, seguido o aparato de escólio do aparato ao escólio seguinte. Parece ser mais fácil ler o aparato deste modo, além de ser mais natural e lógico.

Nos aparatos hermogeniano e de fontes utilizaram-se critérios vários de citação. Quando se trata de citação literal ou paráfrase aproximada da letra, cita-se simplesmente a fonte. Tratando-se de comentário, elemento de doutrina ou exemplo não literalmente citados, refere-se a fonte precedida de “cf.”. Em casos tais, o comentário, elemento de doutrina aludido ou exemplo ilustrativo citado podem ser património escolar retórico comum, não havendo, por consequência, a certeza de que tenham sido utilizados como fontes directas nos nossos escólios. Por exemplo, em 1.34.10-11 o escoliasta cita o exemplo de alguém que é achado junto de um corpo recém-degolado. Este exemplo encontra-se em Sópatro W5 55.19-20, 76.6-7. Ambos (o Anónimo e Sópatro) se reportam a Hermógenes, *Estados de causa* 30.19-21 (ὁ θάπτων τὸ νεοσφαγὲς σῶμα ἐπ’ ἐρημίας καὶ φωραθεὶς καὶ φόνου φεύγει). O Anónimo aproxima-se de Sópatro no tocante à mera formulação linguística do exemplo. Substitui as pessoas do exemplo, adequando-o às palavras de Hermógenes que está a comentar (*loc. cit.*), onde o exemplo tinha pessoas indeterminadas, e produzindo comentário mais completo. Todavia, a simples semelhança linguística (παρίστατο νεοσφαγεῖ σώματι πατρὸς ἐπ’ ἐρημίας An.: παρίστατό τις ἐπ’ ἐρημίας νεοσφαγεῖ σώματι Σóp.) não prova que os escólios de Sópatro sejam fonte directa do Anónimo. Parece antes que se trata de um exemplo recorrente no ensino retórico.

No aparato hermogeniano, indicam-se sempre as obras do retor que o texto cita, literalmente ou em paráfrase, referências que se dispensa de repetir em notas à tradução. Existem referências a todos os restantes quatro tratados constantes do *corpus Hermogenianum*, ainda que a larga maioria se reporte ao tratado Περὶ στάσεων¹¹⁰. Alusões a matéria teórica

¹¹⁰ Vd. lista completa dos passos hermogenianos ou aludidos no *Index Hermogenianum*.

tratada por Hermógenes em outros lugares, mas que não constituem citação do retor, são dadas em nota à tradução *ad locum* com a respectiva referência.

NUMERAÇÃO DOS ESCÓLIOS

Nos códices, os escólios são agrupados numa série de vários capítulos, claramente distinguidos uns dos outros pelos títulos¹¹¹. No tocante à paginação, W7 utiliza número de página seguido do da linha. Para a paginação da presente edição manteve-se como operativa a organização em capítulos: número do capítulo, seguido do número do escólio e do das linhas. A nova paginação é feita à esquerda do texto, com a indicação, à direita deste, da paginação de W7, para confronto. A tradução obedecerá exclusivamente à nova paginação.

Os escólios são numerados nos códices mediante chamada de nota, segundo dois sistemas: numérico e por signos gráficos. Os escólios numéricos nos manuscritos (e igualmente na edição W7) têm a numeração grega, com recurso a caracteres alfabéticos. O sistema de signos gráficos é o de todos os *scholia minora* e de alguns *maiora*. Em alternativa, preferiu-se o uso da numeração mais intuitiva para o leitor de hoje, a árabe. Os escólios assinalados com signos gráficos, por seu turno, são numerados alfabeticamente.

DISPOSIÇÃO DOS ESCÓLIOS

Verificou-se a existência de problemas resultantes das diferenças entre os testemunhos manuscritos relativamente à disposição de certos materiais textuais. Mais uma vez, como critério geral, elegeram-se as lições de Pa.

Pc assinala marginalmente dois grupos de escólios no capítulo 2 com os números 53 e 54 (νγ' e νδ'): o primeiro grupo (f. 63r.38-63v.11) a tinta vermelha e em tamanho maior de letra (da forma habitual, como também Pa):

53. inc. τὰ μὲν ἐξεταζόμενα des. συμφαινόμενα (ff. 63r.38-42)¹¹².

54. inc. διανύσας τὴν des. διαφορὰς ἀνάγεται (63r.42-63v.11 = 2.a).

O segundo grupo (f. 63v.40-64r.25) a tinta castanha, igual à do texto:

53. inc. δευτέραν ἔλαχε des. ἀποδοίμεν αἰτίας (= 2.53).

54. inc. τὸ μεταξὺ des. ἀναμφίλεκτα (= 2.54).

¹¹¹ O único capítulo não titulado nos escólios é o primeiro. Vd. aparato crítico *ad loca*.

¹¹² Vd. aparato crítico *ad loca*.

O copista inseriu o material 63r.38-42 a seguir ao escólio 52, entre os *scholia maiora*. Em Pa, figura entre os *minora*. Por sua vez, o material 63r.42-63v.11 inc. διανύσας des. ἀνάγεται figura em Pa (46v.7-36) como novo parágrafo em continuação do 53, com outro lema e sinal gráfico de chamada de nota. Na sequência, inseriu o segundo grupo de escólios 53 e 54, na ordem concordante com Pa e como certamente se acharia no modelo.

Em nossa opinião, é Pa o testemunho que transmite mais fielmente o texto do modelo. A dupla numeração em Pc atesta uma provável desatenção do copista, que, ao dar-se conta da mesma, e não sendo possível eliminar todo o material copiado sem que se eliminasse um fólio inteiro, a remedeia copiando os escólios 53 e 54. Certamente tal explicará também por que razão o copista assinala marginalmente a numeração destes escólios de forma menos cuidada, com a mesma tinta do texto, e não, como é habitual, com tinta de cor diferente.

Por tudo isto, seguimos Pa, lançando no aparato as variantes de Pc.

Outro caso é o escólio 2.c. Este material textual constitui um segundo parágrafo do escólio 61 em Pa (ff. 47r.55-61) ao passo que, em Pc, é transposto para depois do escólio 59. É também a lição do modelo comum de Pb e Ne, diferenciando-se assim de Pa. Tal poderia sugerir que no ramo β tivesse havido, neste ponto, contaminação de Pc. A questão, contudo, parece ser outra, e prender-se com a ordenação dos escólios em função dos respectivos lemas no tratado hermogeniano.

Os lemas são os seguintes:

2.59 *St.* 31.9 sqq. θαυμάζω δὲ κ.τ.λ.

2.60 *ib.* 31.13 sqq. οἷον πένης καὶ πλούσιος.

2.61 *ib.*

2.c *ib.* 31.11 ἐρεῖ τι.

Cremos que o copista do modelo de Pb e Ne, ao transportar este material para depois do escólio 2.59, pensava colocá-lo no lugar correcto em função dos lemas, por referência ao texto de *St.* Trata-se, pois, de correcção deliberada relativamente ao modelo, e não de contaminação de Pc. Não temos nenhum outro indício que sustente a hipótese de contaminação.

O critério da ordenação dos escólios em função dos lemas levou-nos a escolher a lição de Pc, e não a de Pa.

Análogos a este são os casos dos escólios 16.a, 16.b, 16.c e 16.d. Quanto aos primeiros três, Pa ordena-os sequencialmente a seguir a 16.5. No modelo de Pb e Ne figuram nos escólios *minora*, estando 16.b e 16.c dispostos igualmente em sequência (fólios 93r em Pb e 76r em Ne), separados de 16.a, que se acha na face do fólio imediatamente anterior (92v em Pb e 75v em Ne). Em Pc, 16.a segue 16.1, e após este 16.b, achando-se 16.c, por seu

turno, depois de 16.4. O escólio 16.d encontra-se depois de 16.10 em Pc e depois de 16.14 em Pa. O modelo de Pb e Ne transpõe-no para depois de 16.12.

Os lemas destes escólios são:

16.a *St.* 42.5 τὴν δὲ μετάληψιν.

16.b *ib.* 42.7 ἐν γὰρ μεταλήψει.

16.c *ib.*

16.d *ib.* 42.14 κατὰ παραγραφὴν.

O critério de ordenação dos escólios de acordo com os lemas levou-nos a reordenar estes escólios de outra forma, diversa da dos manuscritos: 16.a após 16.2, 16.b-c a seguir a 16.4 e 16.d a seguir a 16.7.

LEMAS

A relação dos lemas com o texto é assegurada mediante chamadas de nota sobreposta ao texto *Περὶ στάσεων* de Hermógenes. Os lemas são indicados em epígrafe aos escólios e reportam-se à edição Rabe deste tratado, pelo que se dispensa a indicação *St.*

A identificação dos lemas segue em geral a dos manuscritos. Todavia, como cada chamada de nota assinala apenas uma palavra no texto hermogeniano, tornou-se necessário atender mais precisamente ao conteúdo de cada escólio, de sorte que com frequência se tornou necessário considerar como lemas segmentos do texto hermogeniano mais ou menos extensos.

PAGINAÇÃO

Para a paginação das páginas do texto crítico e da tradução, optou-se por atribuir o mesmo número de página a ambos. Parece-nos ser o sistema mais lógico, porquanto tanto a página esquerda (texto crítico grego) como a direita (tradução portuguesa) contêm o mesmo texto. Este é o sistema em uso nas edições da Société d’Edition Les Belles Lettres.

3.3. A TRADUÇÃO

O tratado *Περὶ στάσεων*, tanto como os escólios, lidam com matéria de retórica jurídica. Abundam, tanto num texto como no outro, léxico e conceitos técnicos do direito, designadamente do penal. Foi, por conseguinte, preocupação nossa situar tais conceitos e

léxico no âmbito do direito e do mundo dos pleitos judiciais da antiguidade, aclimatando-os, tanto quanto possível, àquilo que é hoje esse mundo.

(1) Em primeiro lugar, justificar-se-ão opções de tradução tomadas relativamente a alguns vocábulos e conceitos técnicos isolados. (2) Em segundo, ainda que o direito e a prática jurídica tenham mudado (e não é objecto deste trabalho escarpelizar tais mudanças), acham-se no entanto paralelos, recorrências que nos permitem entender o passado sem estranheza. Casos como tais serão o segundo objecto de comentário. (3) Em terceiro, estudar-se-ão outros casos, em que o grego apresenta variedade e riqueza de terminologia. Todas estas situações foram consideradas dignas de reflexão e clarificação, de forma a tomar as opções de tradução satisfatórias. Existem até ao momento três traduções em línguas modernas do tratado de Hermógenes: as de Ray Nadeau e Malcolm Heath, em inglês; a de Michel Patillon, em francês¹¹³. As opções que tomámos serão confrontadas com as destes tradutores.

(1) Do primeiro tipo de casos, comentar-se-á a tradução da designação dos seguintes procedimentos jurídicos e estados de causa: ἀντίληψις, δικαιολογία e συλλογισμός¹¹⁴.

A ἀντίληψις e a δικαιολογία são divisões do estado de causa da ποιότης. A δικαιολογία é divisão de primeiro nível. Patillon traduz por “qualification judiciaire”, em que se pode ver o decalque da definição latina *qualitas iuridicialis* achada no tratado *Retórica a Herénio*¹¹⁵. Ray Nadeau traduz por “forensic speaking”, Heath por “juridical”. A nossa versão aceita a tradução a definição de *Retórica a Herénio* e de Patillon e justifica-se pelo facto de a qualificação judiciária ser uma divisão do estado de causa da “qualificação”.

A δικαιολογία, por seu turno, divide-se em termos de o acto ser ou não considerado como justo. Com efeito, se o réu defender a justiça do acto que praticou, pratica a ἀντίληψις. Patillon translitera simplesmente por “antilepse”; Heath verte por “counterplea”, e Nadeau por “plea-of-justification”. Como o que está em causa é uma defesa directa por parte do réu, na qual este simplesmente justifica o acto praticado como legítimo e não interdito por lei (*Estados de causa* 38.12-13), traduzimos por “justificação”, de algum modo validando a opção de Nadeau.

O συλλογισμός implica um exercício de assimilação entre os actos praticados, não previstos na lei (não escritos), e outros nela previstos (escritos), por haver analogia entre eles (*Estados de causa* 40.13-18¹¹⁶):

¹¹³ R. Nadeau, *op. cit.* 361-424; M. Heath, *Hermogenes' On issues*, Oxford, Oxford University Press, 1995; Michel Patillon, *Hermogène, L'art rhétorique*, Paris, L'Age d'Homme, 1997.

¹¹⁴ Cf. supra a síntese da doutrina de Hermógenes.

¹¹⁵ 1,24. Cícero *Invenção retórica* 1.14 define-a como *pars iuridicialis*.

¹¹⁶ Cf. também o escólio 13.14.

ἢ τοῦτο μὲν οὐχί, τῷ ῥητῷ δὲ παρατίθησιν τι πρᾶγμα εἰς ταὐτὸν ἄγων τὸ ἄγραφον τῷ ἀγράφῳ καὶ ποιεῖ συλλογισμὸν· ἐστὶ γὰρ συλλογισμὸς ἀγράφου πράγματος πρὸς ἔγγραφον παράθεσις εἰς ταὐτὸν συνάγοντός τινος τὸ ἄγραφον τῷ ἔγγραφῳ

“Ou não se faz isso, mas aproxima-se um acto e um texto e conduz-se ao mesmo ponto o escrito e o não-escrito, produzindo-se uma inferência. Consiste, pois, uma inferência numa aproximação no mesmo ponto de uma coisa não-escrita a uma coisa escrita”.

Por outro lado, συλλογισμός designa, no vocabulário da teoria da argumentação, o silogismo, tendo efectivamente uma longa tradição neste domínio. Não é certo, face à definição que do estado de causa dá, se Hermógenes o entenderia mais como assimilação ou como inferência silogística. Mas o escoliasta entendeu-o desta última forma¹¹⁷, e somos levados a conceder que entendeu bem a questão, pondo em relevo o que nela é óbvio (13.10.44-62):

Ἐκεῖνο δὲ μᾶλλον οἶον ἥδυσμά τι τῷ ῥητορικῷ συλλογισμῷ ἀπὸ τοῦ τῆς φιλοσοφίας ἀπολαβὼν συλλογισμοῦ παραμίζαιμι, καὶ τιμήσω τοῦτον ἀπὸ τοῦ φύσαντος· ἐκείθεν γὰρ αὐτῷ τὸ οὕτως ὀνομασθῆναι προσέγεγονεν. Ὡς γὰρ ἐκεῖνος συλλέγει τὸ ἀληθὲς καὶ τὸ κυρίως καλὸν ἢ φαῦλον καὶ δηλοποιὸς τῶν ἀδήλων συμπερασμάτων καθίσταται, οὕτως καὶ οὗτος συλλέγει τὸ δοκοῦν ἀληθὲς καὶ τὸ ἐν ὑπολήψει καλὸν ἢ κακόν, καὶ πιθανουργὸς τῶν ἀπιθάνων προβλημάτων καθίσταται. (...) Οὗτος συμπεραίνει ὅτι τὸν ἐκ πόρνου λέγειν οὐ χρή, συμπεραίνει δὲ οὕτως· ὁ πόρνος τὸν αὐτὸν τῇ πόρνῃ βίον ἐπιδεικνύμενος φαίνεται· τὸν ἐκ πόρνῃς λέγειν ὁ νόμος οὐ συγχωρεῖ, τὸν ἐκ πόρνου ἄρα λέγειν ὁ νόμος οὐ συγχωρεῖς. (...) Ὡς οὖν τὸν κυρίως συλλογισμὸν τῆς φιλοσοφίας ὑποδυόμενος συλλογισμὸς καὶ οὗτος κατ’ ἐκεῖνον ἐπωνομάσθη. Ἄλλ’ ἐπανάτω ὁ λόγος πρὸς τὸ ἀκόλουθον, καὶ τῶν τοῦ τεχνικοῦ ῥημάτων πάλιν ἀπτέσθω.

“Eu gostaria no entanto de acrescentar isto à inferência retórica, incorporando-o mais como um condimento tirado da inferência filosófica, e assim estabelecerei o valor da nossa inferência, em função daquela que lhe deu origem, pois é a partir dessa que, do mesmo modo, provém o seu nome. Com efeito, tal como a inferência filosófica infere aquilo que é verdadeiro e propriamente bom ou vicioso e se constitui como evidenciador das conclusões não-evidentes, assim também o retórico infere aquilo que é aparentemente verdadeiro e supostamente bom ou mau, e se constitui como produtor da verosimilhança nos problemas inverosímeis. (...) Este conclui que o filho de um homem prostituído não deve tomar a palavra, e procede da seguinte forma: «vê-se que o homem prostituído apresenta o mesmo modo da prostituta; a lei não concede ao filho de uma prostituta o direito de tomar a palavra, logo também o não concede ao filho de um homem prostituído». (...) Pois assim como a inferência se reveste dos contornos da inferência propriamente dita da filosofia, é também designado como ela. Mas retomemos a exposição na sua sequência, e atenhamo-nos de novo às palavras do Autor.”

¹¹⁷ Cf. a n. 11 ao cap. 13 da tradução. Vd. ainda Siriano R2 198.2-3 Ὁ δὲ συλλογισμὸς ὠνόμασται μὲν ἀπὸ τοῦ κατὰ φιλοσοφίαν συλλογισμοῦ.

O que precisamente está em causa parece ser a aplicação do silogismo dialéctico no entimema retórico¹¹⁸, como método formal lógico de raciocínio, através do qual se infere, por dedução, uma determinada conclusão a partir de premissas, sendo uma delas a semelhança dos dois casos em apreço (o previsto na lei e o nela não previsto). Do relacionamento íntimo que encontrou entre συλλογισμός enquanto método formal de raciocínio retórico e συλλογισμός enquanto estado de causa (13.10.55-62), o escoliasta conclui (13.10.55-57): (1) este último procede pelo mesmo método de inferência dedutiva; (2) e é utilizado no discurso retórico como recurso argumentativo. Deste modo, o συλλογισμός enquanto estado de causa assemelhar-se-ia formalmente a um ἐνθύμημα. A fórmula de raciocínio é a seguinte: *premissa maior* “a lei predica o facto X₁” (“o filho de uma prostituta não deve tomar a palavra”); *premissa menor* (subentendida) “mas sucedeu um facto X₂, semelhante a X₁ *conclusão* “logo a lei pode predicar também X₂ (“do mesmo modo o filho de um homem prostituído não deve tomar a palavra”).

A maioria dos retores latinos entenderam o vocábulo conforme o sentido original de silogismo, ou raciocínio lógico de dedução, tendo-o vertido por *ratiocinatio*¹¹⁹. Entre os próprios mestres gregos assim também é, havendo embora por vezes hesitações, ou mesmo um entendimento duplo (como silogismo e como assimilação por analogia¹²⁰).

Patillon e Heath vertem dos mesmo modo, por “assimilation”, e Nadeau por “inference”. As razões expostas justificam a nossa preferência por “inferência”, em concordância com Nadeau e em confronto com o Anónimo, e não por “assimilação”.

¹¹⁸ Cf. Lucia Calboli Montefusco, *La dottrina degli “status” nella retorica greca e romana*, Hildesheim, Olms, 1986, 187. O raciocínio dedutivo filosófico completo é precisamente denominado συλλογισμός, sendo o utilizado na retórica uma sua espécie, incompleta do ponto de vista da verbalização de todas as suas partes e não no plano mental (cf. R. Barthes, “L’ancienne rhétorique”, *Communications* 16 [1970], 189 e J. L. Galay, “Le texte et la forme”, *Révue Européenne de Sciences Sociales*, 12:32 [1974], p. 61), denominado ἐνθύμημα. Silogismo filosófico e silogismo retórico não diferem apenas, porém, formalmente, mas também quanto ao objecto: o primeiro visa demonstrar aquilo que é “verdadeiro” científica e filosoficamente, ao passo que o segundo visa demonstrar o “verosímil”. Reconhecemo-nos em pleno terreno da lógica aristotélica (cf. *Retórica* 1.1 1355a 8-14 e 1.2 1356b 6).

¹¹⁹ Fornecemos alguns exemplos de tradução do conceito grego pelos retores latinos. Como *ratiocinatio* cf. Cic. *Invenção retórica* 1.17, 2.148, *Retórica a Herénio* 1.23, Quintiliano 3.6.43, Júlio Victor, ed. R. Giomini e M.S. Celentano, Leipzig, Teubner, 1980, 18.13. Outros decalcam do grego, como *collectio*: Fortunaciano, ed. Calboli Montefusco, Bolonha, Patron, 1979, 101.21, Agostinho retor ed. C. Halm, 143.22, Júl. Vic. ed. Giom.-Cel. 15.29. Este último, mais precisamente, explica que a inquirição, neste estado de causa, procede mediante *ratiocinatio* (18.13 *cum ex eo, quod certum est, id, quod incertum est, ratiocinatione inquiritur, collectius status uocatur*). Para simples transliteração do grego (*sylogismus*) cf. Quint. 3.6.15, 7.8.1; Marciano Capela ed. Dick 230.19sqq.. Sulpício Victor, do séc. III (como sugere S. Glöckner, *op. cit.* 107-108), pelo contrário, verte ora por *collocatio* (enquanto estado causa), ora por *par* (enquanto tópico) cf. ed. Halm 325.16 e 351.21 respectivamente, enfatizando assim a relação de analogia.

¹²⁰ Cf. Ápsines, *Arte retórica*, ed. Patillon, Paris, Les Belles Lettres, 2001, 5.17 γίνεται δὲ καὶ ἐκ τοῦ ὁμοίου ἢ συλλογιστικῶς λύσις “a refutação faz-se também a partir da semelhança ou silogisticamente.”

(2) Da segunda situação, são exemplos vocábulos como μετάληψις e παραγραφή (ou παραγραφικόν).

Na retórica dos estados de causa de Hermógenes, ambos estão umbilicalmente ligados. A μετάληψις constitui, assim, uma παραγραφή, sendo esta, em geral (ou um παραγραφικόν), toda a forma de defesa em que se invoca “un moyen qui paralyse le droit de l’adversaire et qui rend l’action non recevable aux termes de la loi.”¹²¹.

A anómala ligação (ou, dir-se-ia melhor, a fusão) entre os dois procedimentos não era, contudo, original¹²². A παραγραφή constituía um procedimento jurídico do direito ático, introduzida por uma lei de Arquino cerca do ano 400 a.C.¹²³ através do qual o réu punha em questão a validade da acção movida contra si. Encontra paralelo no conceito actual de “excepção”. Centrando-se em aspectos processuais, ocorre quando o réu “deixa intactos os factos e as razões jurídicas” (isto é, nos termos da retórica jurídica antiga, passando à margem do debate em torno da conjectura, da definição e da qualificação) “para entrar no campo de ataque à instância ou demanda, mas neste último caso, alegando uma causa que extingue ou modifica o direito invocado em juízo. (...) É toda a defesa indirecta...”¹²⁴.

A μετάληψις constituía genericamente, e em sentido restrito, uma objecção, uma contra-argumentação a uma argumentação anterior, pela qual ou o réu justificava a legitimidade do acto cometido¹²⁵, ou o acusador contrariava a defesa, com base em elementos circunstanciais (περιστάσεις ou περιστατικά) do acto, declarando a sua ilicitude¹²⁶. Há aqui uma diferença evidente relativamente à παραγραφή: esta última é recurso exclusivo da defesa, ao passo que a μετάληψις pode ser utilizada tanto pelo réu quanto pelo acusa-

¹²¹ L. Gernet *Démosthène, Plaidoyers civils*, Paris, Les Belles Lettres, 1954, t. 1, 110-111.

¹²² Já em Hermágoras ed. Matthes, frg. 17b p. 33.3, vertidos em latim respectivamente por *praescriptio* e *translatio*: cf. o testemunho de Marciano Capela ed. A. Dick, 224.26-225.1 citando Hermágoras. Vd. o estudo de Heath, “Metalepsis, paragraphe and the scholia to Hermogenes”, *Leeds International Classical Studies* 2.2 (2003), 1-91. Neste trabalho, Heath investiga os desenvolvimentos no tratamento destes dois conceitos na teoria retórica grega, do sec. II d.C. em diante. Segundo o autor, as aparentes anomalias na discussão teórica podem dever-se a adaptações pragmáticas à prática forense contemporânea. Vd. também L. Gernet e M. Bizos (edd.), *Lysias. Discours*, vol. II, Paris, Les Belles Lettres, 1954, pp. 95-96; M. Patillon, *La théorie du discours chez Hermogène le rhéteur*, Paris, Les Belles Lettres, 1988, p. 77; Calboli Montefusco, *op. cit.* 139-140; id. “La translatio e la praescriptio nei retori latini”, *Hermes* 103 (1975), pp. 212-221; H. J. Wolff, *Die attische Paragraphe*, Weimar, 1966; W. Hellebrand, Παραγραφή, *Realencyclopädie der Altertumswissenschaft* 18.3 (1949), coll. 1169-1181; W. Kollitsch, *Praescriptio und exceptio, außerhalb des Formularverfahrens*, *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte (Romanistische Abteilung)* 76 (1959), pp. 265-305.

¹²³ Cf. o discurso de Isócrates *Excepção contra Calímaco* 2-3.

¹²⁴ João Melo e Herlander Antunes Martins, *Dicionário de conceitos e princípios jurídicos*, Coimbra, Almedina, 1991³, 406.

¹²⁵ O que gerou confusão com a αντίληψις. Sobre a distinção entre αντίληψις e μετάληψις vd. Malcolm Heath, *Hermogenes’ On issues*, pp. 115sqq.

¹²⁶ Cf. o escólio 16.1.1-2.

dor¹²⁷. Enquanto estado de causa (em sentido alargado)¹²⁸, a μετάληψις consistia na interposição de uma παραγραφή, havendo acordo quanto à matéria de facto (que não se nega), à definição e à qualificação jurídica, de modo a pôr em causa que o próprio debate em si possa e deva ter lugar, por inconsequência dos fundamentos legais e processuais. Segundo Hermógenes (*Estados de causa* 42.10-11), está em questão decidir se a demanda jurídica deve ou não ser colocada e se tem condições para tal (42.6-7). É precisamente na interposição do procedimento da παραγραφή no estado de causa da μετάληψις que se dá a confusão entre os dois conceitos. Com efeito, na definição do retor de Tarso, a questão “centra-se sobre se se deve introduzir o debate” (*Estados de causa* 42.6-7).

A nossa versão de μετάληψις por “objecção”, além de ter em conta a natureza do procedimento jurídico, faz vénia às opções de Ray Nadeau¹²⁹ e Malcolm Heath, que traduzem igualmente por “objection”.

Em suma, analisadas e salvaguardadas as diferenças entre o direito forense antigo greco-romano (de que a retórica dos estados de causa revela uma parte) e o actual, os paralelos e recorrências achados entre um e outro permitem com segurança estabelecer a correspondência entre os conceitos de μετάληψις e objecção, e de παραγραφή e excepção¹³⁰.

(3) Exemplos de variedade lexical são os vocábulos utilizados para designar os dois partidos num pleito judicial, o do acusador e o do acusado: para o primeiro, as opções em língua são διώκων, κατηγορῶν, κατηγορός; para o segundo, κατηγορούμενος, φεύγων, κρινόμενος.

Os cognatos de κατηγορῶ “acusar” traduziram-se literalmente: κατηγορῶν e κατηγορος como “acusador”; κατηγορούμενος como “acusado”. O termo κρινόμενος é usado para designar o indivíduo objecto de acção judicial em pleno julgamento, pelo que foi normalmente traduzido por “o indivíduo” ou “pessoa que está em julgamento”.

Para os restantes vocábulos, porém, dificuldades surgiram. O verbo φεύγω designa a circunstância “de enfrentar julgamento em tribunal”, e refere-se sempre à pessoa do réu ou arguido (φεύγων). Διώκω, por seu turno, significa genericamente “perseguir”. No domínio forense, por conseguinte, designa o acto de perseguir em tribunal, de mover uma acção contra outra pessoa. Entende-se assim o particípio διώκων como o “autor” no sentido do

¹²⁷ Cf. o escólio 16.f.

¹²⁸ Distinguiam-se com efeito dois tipos de μετάληψις, e em Hermógenes isso é notório. Cf. sobre esta distinção e os motivos que conduziram a ela o trabalho de Heath “*Metalepsis, paragraphe...*” esp. pp. 3 sqq..

¹²⁹ R. Nadeau, *op. cit.* 388. Quando μετάληψις ocorre no sentido de simples objecção a um argumento particular, Nadeau traduz por “counterargument”, salvaguardando assim a distinção existente no original entre os dois tipos de μετάληψις. M. Patillon, *Hermogène...* translitera simplesmente por “métalepse”.

¹³⁰ Para um entendimento da μετάληψις como substituição, cf. M. Patillon, *op. cit.*, pp. 166 n. 3.

direito civil (diferente do do penal, em que autor é o indivíduo que cometeu um crime), o demandante, a pessoa “que requer em nome próprio, ou em cujo nome é requerida a providência judiciária”¹³¹.

Outros exemplos são οὐσία e ὑπαρξις. Em algumas ocorrências figuram como vocábulos sinónimos e intermutáveis (4.2.3, 10, 15 e *passim*), no comentário do escoliasta sobre o objecto da conjectura, com o sentido de “existência”: a determinação da “existência” ou não de um acto para julgar. Por esse motivo, quando ocorre um ou outro, traduzimos sempre por “existência”. Quando, porém, ocorrem conjuntamente os dois, optámos por uma versão diferenciada, mas sinonímica: “o ser”, para οὐσία, e “o existir”, para ὑπαρξις.

Motivo de justificação quanto à tradução é ainda a titulação de livros e capítulos. Com efeito, geralmente os títulos de livros e capítulos em grego seguem a norma de περί com genitivo de assunto. Em vez de uma fórmula literal (*Sobre* ou *De* ou outra sinónima), optámos sistematicamente por titulação mais natural em português, com a simples indicação do assunto, sem a preposição. Assim, por exemplo, o título do tratado Περί στάσεων será *Estados de causa*, e o título do capítulo Περί ὄρου dos nossos escólios será simplesmente *Definição*.

3.4. ÍNDICES

O texto crítico e a tradução encontram-se munidos de quatro índices, por esta ordem:

1. *Hermogenianum*, de referências de Hermógenes;
2. *Locorum*, de passos literários citados ou aludidos nos escólios;
3. *Nominum*, de nomes próprios em grego e em português.
4. *Verborum*, em grego e em português, de vocabulário técnico ou significativo.

¹³¹ João Melo e Herlander Antunes Martins, *op. cit.*, pp. 112.

SIGLA ET SIGNA

Hermog.	= Hermogenes, cuius opera ed. Hugo Rabe, <i>Rhetores Graeci</i> vol. 6.
Pr.	= Hermogenis Περὶ προγυμνασμάτων.
St.	= Hermogenis Περὶ στάσεων.
Id.	= Hermogenis Περὶ ἰδεῶν.
Heu.	= Hermogenis Περὶ εὐρέσεων.
Dei.	= Hermogenis Περὶ μεθόδου δεινότητος.
Marc.	= Marcellinus rhetor.
Sop.	= Sopater rhetor.
Syr.	= Syrianus rhetor.
W4	= Marcellini, Sopatri et Syriani Σχόλια εἰς στάσεις, ed. Christian WALZ, <i>Rhetores Graeci</i> vol. 4, pp. 39-846.
W5	= Sopatri Ὑπόμνημα εἰς τὴν Ἑρμογένους τέχνην ed. Christian WALZ, <i>Rhetores Graeci</i> vol. 5, pp. 1-211.
W7	= Anonymi rhetor Σχόλια εἰς στάσεις ed. Christian WALZ, <i>Rhetores Graeci</i> vol. 7, pp. 104-696.
An.	= Anonymus rhetor.
R2	= Syriani rhetoris in Hermogenem commentaria ed. Hugo RABE, <i>Rhetores Graeci</i> vol. 2.
R14	= <i>Prolegomenon sylloge</i> ed. Hugo RABE, <i>Rhetores Graeci</i> vol. 14.
Pa	= cod. <i>Parisinus</i> graecus 1983, membraneus, saec. XI.
Pa ¹	= loca in Pa a prima manu correctata.
Pa ²	= loca in Pa ab altera manu correctata.
Pa ³	= loca in Pa a tertia manu correctata.
Pc	= cod. <i>Parisinus</i> graecus 2977, membraneus, saec. XI.
Pc ¹	= loca in Pc a prima manu correctata.
P	= consensus codicum Pa et Pc, uel archetypus horum codicum.
Pb	= cod. <i>Parisinus</i> graecus 2916, chartaceus, saec. XIII, chartac. = Par.2 Walz.
Aa	= cod. Ambrosianus sup. P 34 (graecus 617), chartaceus, saec. XV-XVI, ff. 285r-293r.
Mb	= cod. Monacensis 8 cod., chartaceus, saec. XVI, ff. 140r-192r .

Ne	= cod. Farnesinus II.E.5 cod, chartaceus, saec. XIII, ff. 58r-77v.
Vh	= cod. Palatinus graecus 23, chartaceus, saec. XIII, ff. 73r-88r.
Ph	= cod. <i>Parisinus</i> graecus 3032, membraneus, saec. X.
PhW	= Minuciani scholia ad Hermog. <i>St.</i> apud cod. <i>Parisinus</i> graecus 3032 Ph a Rabe nominatum ff. 122-127 ed. C. Walz <i>Rhetores graeci</i> vol. 5, pp. 591-597.
α	= archetypus stirpum Pa et γ codicum.
β	= archetypus Pb, Ne et Vδ codicum.
γ	= archetypus Aa et Vh codicum.
< >	= quae addenda sunt.
{ }	= quae secludenda sunt.
Σ	= scholium uel sholia.

TEXTO E TRADUÇÃO

1. 28.3 πολλῶν ὄντων καὶ μεγάλων]

Ἐδόκει τισὶ χρῆναι τὸν τεχνικὸν εὐθὺς ἐν ἀρχῇ προτάξαι τὸν περὶ τῆς
 ῥητορικῆς ὅρον, εἶγε ἢ νῦν αὐτῷ | προκειμένη πραγματεία ῥητορική ἐστίν. 5
 Ἀλλὰ περὶ μέρους — φασίν — ἔλεγε τῆς ῥητορικῆς, οἱ δὲ ὅροι περὶ τινων
 τελείων βούλονται εἶναι· εἰκότως οὖν οὐχ ὥρίσατο τὴν ῥητορικήν οὐ γὰρ περὶ
 5 πάσης αὐτῷ προὔκειτο λέγειν. Ἀλλὰ φαμέν ὅτι πολλῷ μᾶλλον περὶ μέρους 10
 αὐτῆς δια|λεγόμενος ὥφειλε τὸν ὅρον τῆς ῥητορικῆς προτάξαι· μὴ γὰρ μα-
 θόντες τὸ ὅλον οὐκ ἂν δυνηθείμεν τὰ μέρη αὐτοῦ γινώσκειν. Πλαγίως οὖν
 λεληθότως ὥρίσατο τὴν ῥητορικήν. Ἡ δὲ αἰτία λεχθήσεται. Ὁρίσατο δὲ τοῦτον
 τὸν τρόπον· πᾶς ὅρος συνέστηκεν ἐκ γένους καὶ διαφορᾶς, καὶ ὧν οἱ ὅροι οἱ 15
 10 αὐτοί, τούτων τὰ πράγματα τὰ αὐτά. Ἀντὶ τοῦ γένους οὖν παραλαβὼν τὸν
 κοινὸν ὅρον καὶ συμπλέξας αὐτὸν ταῖς εἰδικαῖς διαφοραῖς οὕτω προηνέγκατο
 τὸν ὁρισμόν. Ἀντὶ τοῦ εἰπεῖν “τέχνη”, εἶπε τὸν ὅρον τῆς τέχνης, καὶ ἔφη ὥδε·
 “πολλῶν ὄντων | καὶ μεγάλων”, καὶ τὰ ἐξῆς. Ταῦτα δὲ οὐδὲν ἕτερόν ἐστιν ἢ 20
 περιφανῶς εἰπεῖν σύστημα ἐκ καταλήψεων <συγ>γεγυμνασμένων πρὸς τι τέλος

1

Titulum non praebent codd.

1

HERM.: 13 *St.* 28.3 cf. lemma.

FONTES: 8 λεληθότως ὥρίσατο cf. *Sop.* W4 47.5 || 9-10 πᾶς — διαφορᾶς cf. *Syr.* R2 15.10-11, W4 69.29-30 adn. 3 || 14-15 σύστημα — ἐν τῷ βίῳ sic τέχνην definit Zeno Stoicus, unde Stoici alii ed. Von Arnim *SVF* I 21 frg. 73, Sextus Emp. *Adu. math.* XI 182. cf. *SVF* II 30-31 frgg. 93-97, ud. etiam *Σ* *Syr.* W4 41.25-27, *Sop.* ib. 47.7-8, 10, W5 18.7-8.

9-10 οἱ ante αὐτοὶ om. Pa || 10 τοῦ om. Pc || 14 ἐκ καταλήψεων uulg.: ἐγκ. Pa ἐκ κ. s.l. Pa¹ ἐγκ. Pc unde W7 || συγγεγυμνασμένων e fonte restitui conferens Herm. *St.* 28.5 συγγυμνασθέντα: γεγ. Pa ἐγγεγ. Pc.

Capítulo 1

1. 28.3 “Sendo muitos e importantes os elementos...”]

Entendiam alguns críticos que o Autor deveria ter estabelecido logo de início a definição de retórica, já que o objecto de estudo que presentemente se propõe é a retórica. Mas — afirmam — ele falava sobre uma parte da retórica. As definições pretendem dar conta de coisas íntegras. Justamente, portanto, ele não definiu a retórica, pois não l se propunha falar sobre a sua totalidade. Nós, porém, afirmamos que, uma vez que ele discorre sobre uma parte da retórica, com maioria de razão deveria estabelecer previamente a sua definição, pois sem apreendermos a totalidade não poderemos conhecer as suas partes. Definiu ele também a retórica indirectamente e de forma imperceptível. O motivo será explicado. Mas vejamos o modo como a definiu: toda a definição constitui-se com base no género e nas diferenças, e quando as definições são as mesmas, as coisas são l as mesmas. Assumindo, pois, em vez do género a definição comum e ligando esta às diferenças específicas, produziu desta forma os termos da definição. De facto, em vez de falar na arte, falou na definição da arte, e pronunciou-se da seguinte maneira: “sendo muitos e importantes os elementos, etc.”. Estas palavras não indicam outra coisa a não ser a enunciação manifesta de “um sistema que se baseia em princípios apreendidos e submetidos a exercitação, com vista a um fim l proveitoso para a

- 15 εὐχρηστον ἐν τῷ βίῳ”. Ὅπερ ἐστὶν | ὁ ὅρος τῆς τέχνης· τούτῳ οὖν συμπλέξας 105
 τὰς εἰδικὰς διαφορὰς, τουτέστι τὸ “κάν ταῖς βουλαῖς κάν τοῖς δικαστηρίοις καὶ
 πανταχοῦ” αὐτοτελῇ τὸν ὅρον ἀπέδωκε τῆς ρητορικῆς. Οὐ ἅπλῳς δὲ οὐδ’ ἄνευ
 λόγου τινός πλαγίως καὶ λεληθότως ὠρίσατο, ἀλλ’ ἵνα καὶ τὴν ἀντίθεσιν τῶν 5
 φασκόντων μὴ εἶναι τέχνην τὴν ρητορικὴν δόξη μὴ παραδέχεσθαι, ἀλλ’
 20 ὥσπερ καταφρονεῖν καὶ παραπέμπεσθαι τὸν λόγον αὐτῶν, καὶ διὰ τὸ
 συμπλέξει τὸν ὅρον τῆς τέχνης τῇ ρητορικῇ ἀποδείξῃ τέχνην αὐτὴν | οὕσαν. 10
 Δεδήλωται γὰρ ὅτι <ῶν> οἱ ὅροι οἱ αὐτοὶ, τούτων τὰ πράγματα τὰ αὐτά. Ἐν δὲ
 τῷ πλαγιάσαι πρὸς ἑκατέρους ἀπήντησε, τοὺς τε ὅλην ρητορικὴν τὰς στάσεις
 λέγοντας καὶ τοὺς μὴ τέχνην αὐτὴν ὀνομάζοντας, τοὺς μὲν τῷ φάναι
 25 “μέγιστον εἶναί μοι δοκεῖ”· τὸ γὰρ | μέγιστόν τινων μεγάλων ἐπαναβέβηκεν, 15
 ὥστε οὐ τὸ πᾶν τῆς ρητορικῆς ἐν ταῖς στάσεσι· τοὺς δὲ τῷ εἰπεῖν “σαφῆ τε τὴν
 ὠφέλειαν παρεχόμενα τῷ βίῳ”. Τοῦτο γὰρ ὁμολογουμένης τέχνης ἐστί.

2. *ib.*]

- “Πολλῶν” εἰπὼν οὐκ ἔσται μέχρι τούτου, ἀλλ’ | ἐπήνεγκε κατὰ αὔξησιν τὸ 20
 “μεγάλων”. Καὶ καθ’ ἕτερον | εἶδος τοῦ ποσοῦ ἐπήνεσε τὴν ρητορικὴν. Τοῦ 106
 γὰρ ποσοῦ, τὸ μὲν ἐστὶ διακεκριμένου, τὸ δὲ συνεχεῖ· καὶ ἐπὶ μὲν τοῦ
 διακεκριμένου λέγεται τὸ πολὺ, οἷον “πολλοὶ ἄνθρωποι”, ἐπὶ δὲ τοῦ συνεχοῦς
 5 τὸ “μέγα”, οἷον “ὁ δεκά|πηχυς κίων μέγας ἐστί”. Σημειωτέον δὲ ὅτι ἐπὶ μὲν 5
 τοῦ συνεχοῦς τὸ “μετρεῖν” λέγεται, ἐπὶ δὲ τοῦ διακεκριμένου τὸ “ἀριθμεῖν”,
 οἷον “μέτρησον μὲν τὸν κίονα”, “ἀρίθμησον δὲ τοὺς ἀνθρώπους”.

1

HERM.: 16-17 *ib.* 28.6-7.

FONTES: 18 λεληθότως ὠρίσατο cf. Sop. W4 47.5.

22 ὦν restitui conferens supra l. 9.

2

1 ἔσται Pc: ἔστι propter iotac. Pa ἔσται Pb ἔσται Ne, ap. quem loc. ἔστι perperam legit W7 (cf. 105.19 adn. 18) || 2 εἶδος: μέρος Pc.

vida”¹. É esta precisamente a definição da arte: ligando-lhe portanto as diferenças específicas, isto é, a expressão “quer nas assembleias, quer nos tribunais, quer ainda em todas as circunstâncias”, ele deu a definição completa da retórica. Não foi sem intenção nem sem uma razão precisa que ele a definiu indirectamente e de forma imperceptível; fê-lo, porém, para não parecer admitir a objecção daqueles
 20 que afirmam não ser a retórica uma arte, mas | como se não desse importância e passasse por cima de tais afirmações, e para demonstrar, ligando a definição da arte à retórica, que esta é uma arte. Efectivamente, está demonstrado que, quando as definições são as mesmas, as coisas são as mesmas. Procedendo desta forma indirecta ele responde a umas e outras afirmações, tanto às que identificam a totalidade da retórica com os estados de causa, quanto às que não a denominam uma
 25 “arte”. A umas, porque dizem | “parece-me que o elemento mais importante é...”, pois o “mais importante” é superlativo de “alguns elementos importantes”, de sorte que nem toda a retórica reside nos estados de causa. A outras, pelo contrário, por nelas se ler “é clara a utilidade que proporcionam para a vida”. É nisto, efectivamente, que consiste uma arte reconhecida como tal.

2. *ib.*]

Ao dizer “sendo muitos” não se atém a este termo, mas acrescenta-lhe, em amplificação, “e importantes”. E elogiou a retórica com base em cada uma das duas espécies de quantidade. Com efeito, há uma espécie de quantidade “descontínua” e outra “contínua”. Relativamente à “descontínua” diz-se “muito”, por exemplo:
 5 “muitos homens”. Mas relativamente à “contínua”, diz-se | “grande”, por exemplo: “a coluna de quatro metros e meio é grande”². Notemos que, no que concerne à “contínua”, se utiliza o termo “medir”, e, no que concerne à “descontínua”, o termo “contar”; por exemplo: “mede a coluna” e “conta os homens”.

¹ No respeitante à fixação do texto da definição de τέχνη, o Anónimo depende de uma tradição em que se integram igualmente os escólios de Marcelino e Sópatro citados no aparato de fontes. Com efeito, também estes (W4 41.26; W5 18.7) apresentam a lição ἐγγεγυμνασμένων.

² Literalmente, δεκαπηχὺς dez côvados, equivalendo o côvado à medida da distancia entre o cotovelo e o punho, donde a sua designação, isto é, a aproximadamente 0,444 metros.

3. *ib.*]

Τῶν τὴν ῥητορικὴν ὀρισάντων οἱ μὲν ἐπὶ τὸ χεῖρον, οἱ δὲ πρὸς τὸ μείζον 10
 ἀπέκλιναν, μεθ' ὧν καὶ Πλάτων τὴν ῥητορικὴν ἐκωμώδησεν, φήσας αὐτὴν
 “ἐμπειρίαν” εἶναι καὶ “πολιτικῆς μορίου εἶδωλον” καὶ κακοτεχνίαν ἢ
 ματαιοτεχνίαν. Ἑρμογένης οὖν μήτε προδήλως ἀντιταχθῆναι βουλευθεὶς αἰδοῖ
 5 τοῦ ἀνδρὸς, μήτε | τὴν τέχνην σαλεύουσιν παριδεῖν ἐθελήσας, σοφία τὴν 15
 τέχνην μετέρχεται, τὸν ὅρον τῆς καθόλου τέχνης αὐτῇ ἐπιθείς. Ἔστι δὲ ὁδε·
 “σύστημα ἐκ καταλήψεων”. Σύστημα δὲ ἐστὶν ἡ τῶν πολλῶν ὀργάνων
 συνδρομή, δι' ὧν ἡ τέχνη.

4. *ib.*]

Διανίστησι τὸν ἀκροατὴν τῷ “πολλῶν καὶ μεγάλων” εἰπεῖν, οἷον τοῦ 20
 δικανικοῦ, τοῦ συμβουλευτικοῦ, τοῦ πανηγυρικοῦ, τῶν στάσεων, τῶν εὐρέ-
 σεων, τῶν ἰδεῶν, τῶν ἐνθεωρουμένων ταύταις προσώπων τε καὶ πραγμάτων,
 διαιρέσεως κεφαλαίων, τῶν πέντε μερῶν, ἐξ ὧν ὁ πολιτικὸς λόγος, τῶν ἑπτὰ
 5 ἰδεῶν, καὶ τῶν ὀκτὼ μερῶν, ἐξ ὧν | γίνονται. 25

3

FONTES: 7 σύστημα δέ — συνδρομή Marc. W4 54.5-6.

LOCI: 2-3 Πλάτων — ἐμπειρίαν cf. Plat. *Gorg.* 463b3-4, 465a2-3 || 3 πολιτικῆς μορίου εἶδωλον *ib.* 463d1-2.

4-5 βουλευθεὶς post αἰδοῖ τοῦ ἀνδρὸς transp. Pc || 7 ἐκ καταλήψεων: ἐγκ. Pa ἐκ κ. s.l. Pa¹ unde PbNe ἐγκ. Pc.

4

HERM.: 1 *St.* 28.3 cf. lemma.

3-4 τε καὶ: ὅτι (ut patet) καὶ Pc || 5 ὀκτὼ: ἑπτὰ Pc.

3. *ib.*]

De entre aqueles que dão definições da retórica, uns inclinam-se no sentido do seu ponto mais fraco, e outros no do maior. Entre eles se situa Platão, que ridicularizou a retórica, ao afirmar que ela é “uma actividade empírica”, “um simulacro de uma parte da política”³, “uma arte fraudulenta” ou ainda “uma arte frívola”. Ora

5 Hermógenes não pretendia contestar abertamente Platão, por respeito | para com ele, nem tencionava depreciar essa arte assim abalada nos seus fundamentos. Ele apresentou esta questão da arte com inteligência e impôs-lhe a definição da arte em geral. É a seguinte a definição: “um sistema que se baseia em princípios apreendidos”. Ora um “sistema” é o concurso de muitos instrumentos em ligação orgânica, donde resulta a arte.

4. *ib.*]

Ele desperta a atenção do ouvinte ao falar de “muitos e importantes elementos”. Exemplos destes são: o judiciário, o deliberativo e o panegírico; os estados de causa; as matérias da invenção; as categorias de estilo; as personagens e os actos concebidos em função destas; a divisão dos pontos de argumentação, as

5 cinco partes do discurso político; e ainda as sete | categorias de estilo⁴ e as oito componentes que lhes dão origem.

³ Em nenhum lugar de toda a obra de Platão se encontra a afirmação de que a retórica constitui uma ματαιοτεχνία ou uma κακοτεχνία, nestes precisos termos. Também os escólios de Sópatro W4 46.20-47.1 e W5 17.27-18.1 a este preciso passo de *Estados de causa* referem as críticas de Platão à retórica expressas no *Górgias*. Não se pode dizer, contudo, que estes escólios sejam fonte directa do texto do Anónimo, uma vez que só têm em comum os lemas e a menção da crítica platónica. Parece mais provável que tanto este escólio quanto os de Sópatro pertençam à mesma tradição escolar em que a teoria retórica hermogeniana era ensinada e comentada. Por outro lado, as críticas platónicas do *Górgias* à retórica eram por demais conhecidas e constituíam, por assim dizer, lugar comum.

⁴ Cf. o tratado *Categorias de estilo*. As sete ιδέαι ou categorias de estilo individuais são: (1) clareza (σαφήνεια), (2) grandiosidade (μέγεθος), (3) veemência (σφοδρότης), (4) beleza (κάλλος), (5) vivacidade (γοργότης), (6) carácter (ἦθος) e (7) habilidade (δεινότης). Cada uma destas ιδέαι, por seu turno, concretiza-se com base num certo número de componentes (μέρη ou “partes”) ou elementos (στοιχεῖα), que pode ascender até oito e se repartem entre o conteúdo e a expressão do discurso. São estes, pois: (1) pensamento (ἔννοια), (2) método (μέθοδος) e expressão (λέξις), que compreende (3) a expressão ou a dicção (λέξις), (4) a figura (σχῆμα), (5) o membro (κῶλον), (6) a composição (σύνθεσις ou συνθήκη), (7) a pausa (ἀνάπαυσις) e o (8) ritmo (ῥυθμός). Ver sobre toda esta questão M. Patillon, *La théorie du discours...* pp. 116-278; e *Hermogène...* pp. 110-124 (introdução à sua tradução do *corpus* hermogeniano).

5. *ib.* 28.4 τέχνην ποιεῖ καταληφθέντα τε ἐξ ἀρχῆς]

| Ζητητέον πῶς εἶπε “τέχνην ποιεῖ” καὶ “καταληφθέντα ἐξ ἀρχῆς”. Δοκεῖ 107
 γὰρ ταῦτα ὥσπερ ἐναντία εἶναι ἀλλήλοις· ποιοῦμεν γὰρ τὰ μὴ ὄντα
 καταλαμβάνομεν δὲ τὰ ἤδη προῦφεστῶτα. Φήσαιμεν δ’ ἂν ὅτι τὰ πράγματα 5
 φύσει ἐστὶ καὶ πρὸ τοῦ καταληφθῆναι ἐν ἡμῖν. Ἐπειδὴ δὲ καταληφθῇ ὑφ’
 5 ὑμῶν, τότε γίνεται ὡς πρὸς τὴν ἡμετέραν γνῶσιν, ἢ τεχνικὰ ἢ ἐμπειρικά.
 Καλῶς οὖν πρὸς μὲν τὸ εἶναι τὴν ῥητορικὴν φύσει εἶπε τὸ “καταληφθέντα ἐξ
 ἀρχῆς”, πρὸς δὲ τὸ τέχνην αὐτὴν εἶναι | τὸ “ποιεῖ”, τοῦτο δὲ ἴσον τῷ “ἐκ 10
 καταλήψεων”.

6. *ib.*]

Κατάληψις ἐστὶν ἐπὶ μὲν τῶν ἐπιστημῶν ἢ ἐκ τῶν καθόλου γνῶσις, ἐπὶ δὲ
 τῶν τεχνῶν ἢ ἐξ αἰσθήσεως γνῶσις, οἷον ἐν χειμῶνι γυμνός τις ὢν καὶ
 ῥιγώσας, εἶτα περιβαλόμενος καὶ θαλφθεὶς ἔγνῃ ἐκ τῆς | αἰσθήσεως ὅτι 15
 χρήσιμος ἢ περιβολή. Οὕτω πᾶσαι αἱ περὶ τὸν βίον εὕρηνται τέχναι ἐξ
 5 αἰσθήσεως ὅτι χρεώδεις παρασχούσης τὴν κατάληψιν. Οὕτω καὶ τὰ τῆς
 ῥητορικῆς, οἱ γὰρ παλαιοὶ ἐγνωκότες ὅτι φιλότιμον ζῶον ὁ ἄνθρωπος, καὶ
 κολακείαις ὑπάγεται, τὰ προοίμια ἐφεῦρον, | παρακαλοῦντες τοὺς δικαστὰς ἐπὶ 20
 τὸ ὑπακούειν αὐτοῖς· εὕρον δὲ καὶ διήγησιν καὶ τὰ λοιπὰ μέρη τοῦ πολιτικοῦ
 λόγου δι’ αἰτίας, ἃς ἐν ταῖς εὐρέσεσι μάθης.

5HERM.: 1, 6-7 *St.* 28.4 cf. lemma.3 φήσας Pa³ || 7 αὐτὰ Pa || 7-8 ἐκ καταλήψεων: ἐγκ. Pa ἐκ s.l. Pa¹ unde PbNe ἐγκ. Pc.**6**FONTES: 1-2 κατάληψις — γνῶσις Marc. W4 54.9 cf. Sop. *ib.* 47.18-19, W5 20.2-3, 21.1.

1 δὲ post κατάληψις add. W7 || 5 παρασχούσης coniecti: παρασχούσαι testes.

5. *ib.* 28.4 “... elementos que formam uma arte, apreendidos desde o início...”]

É preciso inquirir porque diz ele “elementos que formam uma arte” e “foram apreendidos desde o início”, pois parecem tratar-se de afirmações contraditórias entre si. De facto, nós constituímos aquilo que não existe, ao passo que só apreendemos o que já existe de antemão. Diríamos que as coisas existem naturalmente
 5 mesmo antes de as apreendermos | em nós. Uma vez apreendidas, é então que se tornam para nós um conhecimento, sejam artísticas ou empíricas. Assim, pois, estão correctas as duas afirmações: a de que “elementos foram apreendidos desde o início”, relativamente à ideia de que a retórica existe naturalmente; e a de que “constituem”, relativamente à ideia de que é uma arte. Esta afirmação é equivalente á frase “que se baseia em princípios apreendidos”.

6. *ib.*]⁵

Uma “concepção” é, no domínio da ciência, o conhecimento⁶ obtido dos universais, e, no domínio da arte, o de uma sensação. Por exemplo: uma pessoa está nua em pleno Inverno e sente frio, depois cobre-se com vestuário, sente-se quente e concebe, a partir dessa sensação, que o acto de se cobrir com vestuário é
 5 vantajoso. Deste modo, todas as artes relacionadas com a vida são criadas com base | numa sensação, proporcionando esta o “princípio” de que são úteis. Do mesmo modo também sucede com a retórica, porquanto os antigos, concebendo o homem como um ser que ama as honrarias e que se deixa arrastar pela adulação, inventaram os proémios com o fim de solicitar aos juízes a sua atenção. Inventaram também a narração e as demais partes do discurso político, pelos motivos que se aprendem no estudo da invenção.

⁵ Hermógenes emprega o particípio καταληφθέντα “elementos que foram apreendidos”. A partir da relação etimológica com κατάληψις, termo que integra a definição estóica de τέχνη, o escoliasta detecta também uma relação conceptual e, consequentemente, evidentes influxos estóicos na doutrina retórica hermogeniana. Ver os escólios 1 e 5.

⁶ Desta definição de “princípio no domínio das artes” registam-se variantes: o Anónimo fala de γνώσις “conhecimento”, tal como Sópatro, o qual, em vez do nome, apresenta (W5 20.2, 21.1) o verbo γιγνώσκω. Marcelino (W4 54.9), por seu turno, define-o como πίστις “prova”.

7. ib. 28.4 ἐξ ἀρχῆς]

Ἡ ἀφ’ οὐπερ ἡ τῶν ἀνθρώπων φύσις ὑπέστη, ἵνα ἅμα τοῖς ἀνθρώποις αὐτὴν <ἄρξασθαι> ἀποδείξῃ, ὥς καὶ Πλάτων ὅτι τὸ λογικὸν συνεφύη τοῖς 25 ἀνθρώποις, ἢ ὁ καὶ ἄμεινον, ἀφ’ οὗ οἱ ἄνθρωποι τέχνας κοσμεῖν ἤρξαντο καὶ διὰ λόγου ταύτας μετέλθον.

8. ib. 28.4-5 δηλαδὴ]

| Οὐ περιττὸν τὸ “δηλαδὴ” οὐδὲ ῥυθμοῦ μόνον χάριν καὶ κόσμου 108 παραληφθέν, ἀλλ’ ἐπίρρημα βεβαιώσεως ὃν μετὰ πληροφορίας τὸ πάγιον ἐμφαίνει τῆς καταλήψεως.

7

FONTES: 2 ὥς καὶ Πλάτων — τοῖς ἀνθρώποις Marc. W4 56.5-6. τὸ λογικὸν συνεφύη τοῖς ἀνθρώποις uerba fort. ad Plat. *Phr.* 269d4 εἰ μὲν σοι ὑπάρξει ῥητορικῶ εἶναι, ἔση ῥήτωρ ἐλλόγιμος referuntur.

8

HERM. 1 *St.* 28.4-5 cf. lemma

FONTES: 2 ἐπίρρημα βεβαιώσεως cf. Marc. W4 56.9-10.

7. *ib.* 28.4 “... desde o início...”]

Ou a partir do momento em que existe a natureza humana, de forma que mostra que a arte começou com os seres humanos, tal como pensava Platão, ao afirmar que o raciocínio é inato nos seres humanos⁷ ou então, o que é preferível, a partir do momento em que os homens começaram a organizar as artes e a desenvolvê-las racionalmente.

8. 28.4-5 “... evidentemente...”]

Não é supérflua a indicação “evidentemente”, nem foi adoptada apenas para efeitos de ritmo ou ornamento da frase; mas, como advérbio de confirmação que é, certifica com segurança a firmeza da concepção.

⁷ Τὸ λογικόν não é termo platónico. Marcelino (fonte do escólio) pensa possivelmente na parte final do *Fedro* (especificamente 269d4), em que Platão trata da retórica como τέχνη. Aí se lê Sócrates dirigindo-se a Fedro e dizendo-lhe, entre outras coisas, que uma das três condições para ser um pleiteante consumado é possuir eloquência natural: cf. 1.7.2 συνεφύη no nosso escólio e φύσει no passo platónico. Cf. *Categorias de estilo* 214.20 e 226.4-5, em que se lê que τὸ λογικόν é característica particular dos seres humanos, por contraste com os demais seres mortais e animais. Vd. também infra escólio 3.15.36.

9. *ib.* 28.5 συγγυμνασθέντα τῷ χρόνῳ]

| Μετὰ γὰρ τὴν γνῶσιν καὶ κατάληψιν χρεῖα καὶ τῆς ἐν τῷ γυμνάζεσθαι 5
 διατριβῆς, ὅτι χρή δὲ πρὸς τῇ εὐρέσει καὶ γυμνασίαν ἀσκεῖν, ἐδήλωσε
 Δημοσθένης· εἰς μὲν γὰρ τὸ δικανικὸν καὶ τὸ συμβουλευτικὸν ἄμαχος ἦν ὁ
 ἀνὴρ, ἐπειδὴ τούτοις συνεγυμνάσατο, περὶ δὲ τὸ | πανηγυρικὸν ἄτονος καὶ 10
 5 ἀνίσχυρος διὰ τὸ μὴ πειράν καὶ τριβὴν ἐν τούτῳ λαβεῖν.

10. *ib.* 28.5-6 σαφῇ τε τὴν ὠφέλειαν παρεχόμενα]

Τὸ “σαφῇ” προσέθηκεν φανερώς πρὸς Πλάτωνα καὶ τοὺς λοιποὺς
 φιλοσόφους ἀποτεινόμενος, ὥσπερ εἰ ἔλεγεν ὅτι ἡ γεωμετρία καὶ ἡ
 ἀστρονομία ἄδηλον εἰ ὠφελεῖ, | ἡ δὲ ῥητορικὴ δῆλον. Ἡ τέχνη οὖν δῆλον ὡς 15
 οὐ ματαιοτεχνία, οἷα ἡ ὀρχηστική, οὐδὲ κακοτεχνία, οἷα ἡ φαρμακεία. Ὅρα δὲ
 5 ὡς ὁ μὲν ὅρος τῆς καθόλου τέχνης ψιλῶς ἔχει “πρὸς τι τέλος εὐχρηστον”,
 οὗτος δὲ ἐπιτείνας “σαφῇ” — εἶπε — “τὴν ὠφέλειαν παρεχόμενα”.

9

FONTES: 2-5 ἐδήλωσε Δημοσθένης κ.τ.λ. cf. Syr. R2 9.2-10 = W4 44.27-33 adn. 32. cf. Syr. W4 45.1-

2.

4 ἐπεὶ δὲ Pa || 5 ἐν τούτῳ Pa ut uid. unde ego: κὰν τούτῳ Pc.

10HERM.: 1 *St.* 28.5 cf. lemma || 6 *ib.* 28.5-6.FONTES: 1-2 πρὸς Πλάτωνα — ἀποτεινόμενος cf. Marc. W4 56.23 || 5-6 ὡς ὁ μὲν ὅρος — παρεχόμενα
 cf. Syr. R2 9.16-20 = W4 45.15-17 adn. 32, *ib.* 45.2-4 || 5 Zeno Stoicus ed. Von Arnim *SVF* I 21 frg. 73.

1 προστέθεικεν Pc || 3 al. ἡ: εἰ fort. propter iotac. et homoeotel. ex ἄδηλον εἰ Pc.

9. *ib.* 28.5 “... e se gasta tempo na sua exercitação...”]

De facto, depois dos conhecimentos e dos princípios, é útil também ocupar tempo em exercitação. É que, como mostrou Demóstenes, é necessário praticar exercícios além da invenção. Efectivamente, ele era irresistível nos discursos judi-
5 ciário e deliberativo, visto que se exercitou nele; e parecia fraco e falto de vigor l no panegírico, porque não tinha nem a experiência nem a prática deste.

10. *ib.* 28. 5-6 “... e que apresentam uma clara utilidade...”]

Acrescentou o adjectivo “evidente” visivelmente em contraposição a Platão e aos demais filósofos, como se afirmasse que não é óbvio se a geometria ou a astro-
nomia são úteis, mas que é óbvio que a retórica o é. Ora, é óbvio que esta arte o é, pois não se trata de “uma arte fraudulenta”, como a da dança, nem de “uma arte
5 funesta”, a exemplo da arte dos fármacos. Vê l como na definição da arte em geral se lê, sem mais, “para um fim proveitoso”; mas o nosso Autor intensifica, dizendo: “apresentam uma clara utilidade”.

11. *ib.* 28.6-7 κὰν ταῖς βουλαῖς κὰν τοῖς δικαστηρίοις καὶ πανταχοῦ]

| Διὰ τούτων τῶν ῥημάτων τὰ εἶδη ἐνέφηνε τῆς ῥητορικῆς τρία ὄντα κατὰ 20
 μίμησιν τῶν τῆς ψυχῆς δυναμένων, λογιστικοῦ τέ φημι καὶ θυμικοῦ καὶ
 ἐπιθυμητικοῦ. Ἐκ μὲν γὰρ τοῦ λογιστικοῦ τὸ συμβουλευτικὸν εἶδος πρόεισιν,
 ἐκ δὲ τοῦ θυμικοῦ τὸ δικανικόν, ἐκ δὲ τοῦ | ἐπιθυμητικοῦ τὸ πανηγυρικόν. Εἰ 25
 5 γὰρ καὶ πάντα ἐν πᾶσιν, ἄλλ' ἐκάστῳ τῷ τῆς ψυχῆς μέρει μᾶλλον οἰκεῖον τὸ |
 ἀποδεδομένον εἶδος πρὸς ἕκαστον. Εἰπὼν οὖν “κὰν ταῖς βουλαῖς” τὸ συμ- 109
 βουλευτικὸν εἶδος ἐνέφηνε· “κὰν τοῖς δικαστηρίοις” δὲ εἰπὼν τὸ δικανικόν
 ἐνεδείξατο· διὰ δὲ τοῦ “πανταχοῦ” τὸ πανηγυρικόν· πανταχοῦ γὰρ τὸ
 τοιοῦτον | συνανακέχεται εἶδος. Καὶ δηλὸν ἀπὸ τοῦ τέλους· τέλος γὰρ τοῦ 5
 10 πανηγυρικοῦ τὸ καλόν, ὃ κὰν τοῖς τῶν ἄλλων εἰδῶν συναναφαίνεται τέλεσι,
 τῷ τε συμφέροντι, ὃ τέλος ἐστὶ τοῦ συμβουλευτικοῦ, τῷ τε δίκαιῳ, ὃ τέλος
 ἐστὶ τοῦ δικανικοῦ. Λέγεται γὰρ καλὸν τό τε συμφέρον καὶ | δίκαιον. Τὸ δὲ 10
 καλὸν οὐκ ἂν ῥηθεῖν πάντως οὔτε συμφέρον οὔτε μὴν δίκαιον. Οὐ γὰρ
 ἀντιστρέφει· τὸ γὰρ κάλλος καλὸν μὲν, τοῖς δὲ πολλοῖς οὐ συμφέρον. Ἄλλ'
 15 οὐδ' ἂν δίκαιον λέγοιτο. Τινὲς δὲ φασι μὴ δηλοῦσθαι διὰ τοῦ “πανταχοῦ” τὸ
 πανηγυρικόν· περὶ γὰρ στάσεων | ὁ λόγος τῷ ῥήτορι, τὸ δὲ πανηγυρικόν 15
 ἀστασίαστον. Ἄλλὰ πρῶτον μὲν περιττῶς ἂν δόξη κεῖσθαι τὸ “πανταχοῦ”.
 Ἐπειτα οὐδὲ ἀστασίαστον αἰεὶ τὸ πανηγυρικόν, ἀλλ' ἔστιν ὅτε καὶ αὐτὸ
 στασιάζεται, ὥσπερ ἐπὶ τοῦ πολιτικοῦ πανηγυρικοῦ, περὶ οὗ φησὶν ἐν τῷ Περὶ
 20 ἰδεῶν ὁ Ἑρμογένης. Ἐνθα καὶ | πρόβλημα τὸ περὶ Ἀλκιβιάδου προτίθησιν 20
 λέγων “Ἀλκιβιάδης λαχὼν δαδουχεῖν δοκιμάζεται”. Καὶ ἐξαίρων οὖν τὸ
 πανηγυρικόν τὸ “πανταχοῦ” εἶπε, καὶ ὅτι βουλευόμεθα μὲν ἐν βουλευτηρίοις

11

HERM.: 6 *St.* 28.6 cf. lemma || 7 *St.* 28.6-7 || 8, 15 *ib.* 28.7 || 19-20 ἐπὶ τοῦ — ἐν τῷ Περὶ ἰδεῶν cf. *Id.* 388.17-389.6.

FONTES: 1 διὰ — ὄντα cf. τινες κ.τ.λ. ap. Marc. W4 57.16-17 || 15 τινὲς — τὸ πανηγυρικόν incerti auctores relati *ib.* 57.22-23 || 16-17 τὸ δὲ πανηγυρικόν ἀστασίαστον *ib.* 57.23.

LOCi: 2-3 τῶν τῆς ψυχῆς — ἐνθυμηματικοῦ cf. Plat. *Rep.* 440e-441a.

2 λογιστικοῦ: λογικοῦ Pc || 5 τῷ om. Pa || 8 τοῦ: τὸ Pc || 10 τέλεσι: -ν Pa κάλλεσι Pc corr. τέλε- s.l. Pc¹ || 10, 12, 13 καλλὸν ter Pa || 15 λέγεται Pc || 18 αὐτὸ om. Pc.

11. *ib.* 28.6-7 “... quer nas assembleias, quer nos tribunais, quer em todas as circunstâncias.”]

Com estas palavras o Autor mostra que as espécies de retórica são em número de três, por figuração das três faculdades da alma. Refiro-me à racional, à irascível e à concupiscível⁸. Assim, a espécie deliberativa releva da racional, a judiciária da irascível e a panegírica da concupiscível. Se de facto todas as espécies estão presentes em todas estas faculdades, cada espécie adequa-se melhor, pelo menos, à parte da alma a que está particularmente consignada. Ao dizer, pois, “quer nas assembleias”, apresenta a espécie deliberativa; e ao dizer “quer nos tribunais”, apresenta a judiciária; por fim, mediante a expressão “quer em todas as circunstâncias”, é à panegírica que se refere, pois esta espécie discursiva difunde-se efectivamente a todas as circunstâncias. Isto é óbvio se pensarmos nos respectivos fins.

Com efeito, o fim da panegírica é a nobreza, que se revela em conjunto com os fins das demais espécies, a saber: a conveniência, fim da deliberativa, e a justiça, fim da judiciária. Diz-se que são nobres a conveniência e a justiça, mas não se pode dizer que a nobreza seja em absoluto conveniente nem tão pouco justa. Com efeito, umas coisas não se contrapõem às outras: a nobreza é realmente uma coisa nobre, contudo a maioria das vezes não apresenta conveniência. Mas também não se pode dizer que seja justa. Afirmam alguns que a espécie panegírica não se revela através da menção “em todas as circunstâncias”, pois o Autor trata dos estados de causa e no discurso panegírico não há causa alguma em discussão. Porém, em primeiro lugar, a menção “em todas as circunstâncias” parecerá supérflua. Em segundo, nem sempre os estados de causa estão ausentes da espécie panegírica, mas sucede que esta discute também uma causa, como no discurso panegírico político, sobre o qual fala Hermógenes no tratado *Categorias de estilo*. É aí que se coloca, a respeito de Alcibíades, o seguinte problema: “Alcibíades, ao caber-lhe em sorte transportar a tocha, é submetido a uma prova”⁹. Assim, para pôr em destaque a espécie panegírica, escreve ele “em todas as circunstâncias”, porque deliberamos unicamente nas assembleias, julgamos nos tribunais e proferimos panegíricos em todas as circunstâncias. Mas ele colocou em primeiro lugar a espé-

⁸ Sobre os três elementos que compõem a alma, veja-se a concepção platónica, expressa em *Fedro* (mito do cocheiro) e *República* 439d-e e 440e-441b. Também a Platão se deve a formulação duma arte oratória fundada na psicologia, designadamente pela adequação dos meios de persuasão a cada traçado psicológico particular (*Fedro* 271a-272b), que influenciou toda a teoria retórica dos *affectus* a partir de Aristóteles (*Retórica* livro 2).

⁹ Não é provável que Hermógenes haja proposto, neste tratado, um problema tão sofístico. E, com efeito, este problema não é hermogeniano. O escoliasta citará de cor, podendo haver uma confusão com outro Hermógenes.

δικαζόμεθα δὲ ἐν δικαστηρίοις, πανηγυρίζομεν δὲ πανταχοῦ. Προτέθεικε δὲ τὸ 25
συμβουλευτικὸν τοῦ δικανικοῦ διὰ τὸ τιμιώτερον καὶ πᾶσιν ἀρμόζειν καὶ
25 δικαζομένοις καὶ μὴ, καὶ πανηγυρίσουσι καὶ οὐχί.

cie deliberativa relativamente à judiciária, por ser mais conceituada e por se adequar a todas as pessoas: tanto | às que são objecto de julgamento como às que o
25 não são, e tanto às que se prestam para panegíricos como àquelas que se não prestam.

12. *ib.* 28.7-8 μέγιστον εἶναί μοι δοκεῖ τὸ περὶ διαιρέσεως καὶ ἀποδείξεως]

110

Ἔθος τῷ ῥήτορι μᾶλλον δὲ παρὰ τοῖς ῥήτορσιν, ἴδιον δὲ καὶ τῆς τέχνης αὐτῆς τὸ ἀεὶ ἐξαίρειν τὸ νῦν εἰς ἔπαινον προτιθέμενον. Κάνταῦθα τοίνυν τοῦτο ποιεῖ. Ἐν δὲ τῷ Περὶ εὐρέσεως βιβλίῳ γενόμενος ἐκεῖνο πάλιν ἐξαίρει, 5 κἂν τῷ Περὶ ἰδεῶν δὲ ὡσαύτως. Τεττάρων δὲ τρόπων διδασκαλικῶν ὄντων, 5 διαιρετικοῦ, ἀναλυτικοῦ, ὀριστικοῦ, καὶ ἀποδεικτικοῦ, περὶ μόνου τοῦ διαιρετικοῦ καὶ τοῦ ἀποδεικτικοῦ ἐμνημόνευσεν, ὡς ἐν τῷ διαιρετικῷ καὶ τοῦ ἀναλυτικοῦ ἀναφαινομένου κατὰ τὸ ἔμπαλιν, κἂν τῷ ἀποδεικτικῷ τοῦ 10 ὀριστικοῦ. Ἄ γὰρ ἡ ἀπόδειξις τινι προ|σόντα ἐξ ἀναγκαίου δεικνύει, ταῦτα ὡς ἔν τι πάντα ὁ ὅρος κατηγορεῖ τοῦ αὐτοῦ. Εἰπὼν δὲ “μέγιστον εἶναι τὸ περὶ 10 διαιρέσεως καὶ ἀποδείξεως”, ἐπειδὴ κἂν ταῖς εὐρέσεσι κἂν ταῖς ἰδεαῖς διαιρεῖ τε καὶ ἀποδείκνυσιν, ἐπανελάβε τὸν λόγον, ἵνα σαφηνίσῃ τὸ λεγόμενον καὶ 15 δείξῃ περὶ | ποίας αὐτῷ νῦν πρόκειται διαιρέσεως λέγειν καὶ ἀποδείξεως, καὶ φησι “λέγω δὲ οὐ τῆς ἀπὸ τῶν γενῶν εἰς εἶδη”.

12

HERM.: 3 ἐν δὲ τῷ Περὶ εὐρέσεως βιβλίῳ cf. exordium libri *Heu.* 93.5-8 || 4 κἂν τῷ Περὶ ἰδεῶν cf. exordium libri *Id.* 214.4-215.21 || 9-10 *St.* 28.7-8 cf. lemma || 14 *ib.* 28.8-9.

6 μνημονεύσομεν Pc || 7 ἐμφαινομένου Pc || καὶ τῷ Pc || 8 ἡ om. Pc || 12 διαιρέσεως om. Pa.

12. *ib.* 28.7-9 “O aspecto mais importante parece-me ser o da divisão e da demonstração. Não falo da divisão das géneros em espécies.”]

É costume do nosso retor, ou melhor, dos retores, um traço característico da própria arte, fazer sempre o elogio do assunto que presentemente se propõem tratar. Ora é isso precisamente o que ele aqui faz. No seu livro *Invenção*, torna a exaltá-lo, e analogamente no *Categorias de estilo*¹⁰. São quatro os modos de ensino: l o divisivo, o analítico, o definitivo¹¹ e o demonstrativo. O Autor faz men-
 5 ção unicamente do divisivo e do demonstrativo, sendo que o analítico se revela no divisivo, que ele reitera, e o definitivo no demonstrativo. Com efeito, os atributos que a demonstração mostra como necessariamente vinculados a uma coisa, a definição dessa mesma coisa afirma que eles formam todos uma única entidade.
 10 Depois de dizer que “o aspecto mais importante é l o da divisão e da demonstração”, e uma vez que também no tratamento das invenções e das categorias de estilo¹² procede a divisões e demonstrações, retoma o seu discurso, a fim de clarificar o que afirmara e de mostrar sobre que tipo de divisão e demonstração se propunha falar, e afirma: “mas não me estou a referir à divisão dos géneros em espécies”.

¹⁰ O elogio do assunto de uma exposição é tópico normal das respectivas introduções ou proémios. Cf. aparato hermogeniano para as referências aos tratados mencionados.

¹¹ Ou da definição.

¹² O escoliasta refere-se aos temas das obras acima mencionadas.

13. *ib.* 28.8 διαιρέσεως]

Ἡ διαίρεσις ἐξαχῶς λέγεται· ἢ ἀπὸ «τοῦ» γένους εἰς εἶδη, ὥσπερ τοῦ ζῴου
 εἰς λογικὸν καὶ ἄλογον· ἢ ἀπὸ τοῦ εἴδους εἰς ὅλον, οἷον τοῦ καθόλου
 ἀνθρώπου εἰς τὰ ἄτομα, τυ|χὸν Δημοσθένη καὶ Πλάτωνα· ἢ ἀπὸ «τοῦ» ὅλου εἰς 20
 μέρη, Σωκράτους εἰς κεφαλὴν καὶ χεῖρας καὶ πόδας, ἢ ἀπὸ ὁμωνύμου φωνῆς
 5 εἰς διάφορα σημαινόμενα, ὥς φέρε εἰπεῖν· Αἴας ὁ Ὀϊλέως καὶ Αἴας ὁ
 Τελαμώνιος, καὶ κύων χερσαῖος καὶ κύων θαλάττιος· ἢ ἀπὸ οὐσίας εἰς
 συμβεβη|κότα, τοῦ ἀνθρώπου τὸ μὲν λευκόν, τὸ δὲ μέλαν, ὁ Σκύθης τυχὸν καὶ 25
 ὁ Αἰθίοψ· ἢ ἀπὸ συμβεβηκότος εἰς οὐσίαν, ὥς ἐὰν εἴπῃς, τοῦ λευκοῦ τὸ μὲν
 ψιμύθιον, τὸ δὲ | κύκνος. Ἔστι δὲ ἡ διαίρεσις αὕτη ὥς ἀπὸ «τοῦ» ὅλου εἰς 111
 10 μέρη. Ταύτη δὲ τῇ διαιρέσει, λέγω δὴ τῇ ἀπὸ τοῦ ὅλου εἰς μέρη, σημειωτέον
 ὅτι ἐπὶ μόνῃς διδασκαλίᾳ χρώμεθα.

13

FONTES: 1-9 ἡ διαίρεσις — κύκνος Sop. W4 62.13-22 || 6-8 εἰς συμβεβηκότα — ὁ Αἰθίοψ cf. Arist. *Soph. elench.* 5 167a11-12.

1, 3, 9 τοῦ e *St.* 28.9 ἀπὸ τῶν γενῶν — καὶ ἀπὸ τῶν ὅλων addendum esse censeo conferens in hoc Σ 1. 2 ἀπὸ τοῦ εἴδους, 10 ἀπὸ τοῦ ὅλου || 2 τὸ ante λογικὸν add. Pc || 2 τοῦ ante εἴδους Pc: om. rell. || ὅλα Pc || 3 Δημοσθένην Pa || 5 Ἰλέως Pc || 8 εὐποις Pc || 10 τοῦ om. Pc.

13. *ib.* 28.8 “... da divisão...”]

Fala-se em divisão relativamente a seis aspectos: do género em espécies, tal como a dos animais em racionais e irracionais; da espécie no todo, por exemplo, dos homens em geral nos indivíduos, tais como “Demóstenes” e “Platão”; do todo
5 nas partes, por exemplo, “a cabeça, as mãos e os pés de Sócrates”; do vocábulo homónimo | nos seus diferentes significados, como se se dissesse “Ájax, o filho de Oileu” e “Ájax, o filho de Télamon”, ou “um cão de terra” e “um cão marinho”; ou da substância nos seus acidentes, por exemplo, há homens de tez clara e outros de tez escura, como sucede, respectivamente, com os Citas e os Etíopes; ou ainda do acidente na substância, como se se afirmasse que há “o branco do alvaiade” e “o
10 branco do cisne”. A divisão a que se procedeu é a do todo | nas suas partes. Deve ainda notar-se que nos servimos desta divisão — a saber, a do todo nas partes — exclusivamente com intuítos didácticos.

14. *ib.* 28.8-9 οὐ τῆς ἀπὸ τῶν γενῶν εἰς εἶδη καὶ ἀπὸ τῶν ὅλων εἰς μέρη]

Τινές γένος λέγουσι τὴν λογικὴν ἐπιστήμην, εἶδος | δὲ ταύτης ἰατρικὴν, 5
ἀριθμητικὴν, ῥητορικὴν. Ὅλα δὲ συμβουλευτικόν, δικανικόν, πανηγυρικόν,
μέρη δὲ προτροπὴν, ἀποτροπὴν καὶ τὰ ἐξῆς. Ἐνιοὶ δὲ γένος μὲν τὴν ῥητορι-
κὴν, εἶδος δὲ συμβουλευτικόν, ὅλον δὲ τὸν λόγον, μέρη δὲ προοίμια, διηγή-
σεις, ἀγῶνας καὶ ἐπιλόγους. Ἐχει | δὲ οὐχ οὕτως· οὐ γὰρ ἂν εἶπε “γενῶν εἰς 10
εἶδη”, ἀλλὰ “γένους”, οὐδ’ αὖ “ὅλων εἰς μέρη”, ἀλλ’ ἀπὸ τοῦ “ὅλου”. Μνημο-
νεύσας δὲ πλειόνων γενῶν καὶ ὅλων, ἔδειξεν ὡς περὶ τῶν ἐν ταῖς ιδέαις γε-
νῶν ἐπὶ τὰ τούτων εἶδη αὐτῷ ἢ διαίρεσις, καὶ ἢ ἀπὸ τῶν ὑποκειμένων τοῖς εἴ-
δεσιν ὅλων | ἐπὶ τὰ μέρη· ὥσπερ γὰρ τὸ ζῶον γένος ἐν διαιρεῖται εἰς εἶδη, ἄν- 15
θρωπον καὶ βοῦν· τῷ δὲ ἀνθρώπῳ εἶδει ὄντι ὑπόκεινται οἱ καθ’ ἕκαστον
ἄνθρωποι, Σωκράτης, Πλάτων, οἱ λέγονται ὅλα, ταῦτα δὲ τὰ ὅλα διαιρεῖται εἰς
μέρη, χεῖρας καὶ πόδας, οὕτω καὶ τὰ γένη τῶν ἰδεῶν | διαιροῦνται εἰς εἶδη, οἷς 20
ὑπόκεινται ὅλα, ἃ διαιροῦνται εἰς μέρη. Ἡ γὰρ σαφήνεια γένος οὔσα
διαίρεται εἰς εἶδη, εὐκρίνειαν τε καὶ καθαρότητα, αἷς ὑπόκεινται ὅλα, ἔννοια,
μέθοδος, καὶ τὰ λοιπὰ, ἅπερ διαιρεῖται εἰς μέρη καὶ διαφόρους ἐννοίας καὶ
διαφόρους μεθόδους. Τῶν τοίνυν ἰδεῶν ἀποδιαστέλλων τὰς στάσεις φησί· 25
“λέγω δὲ οὐ τῆς ἀπὸ τῶν γενῶν εἰς εἶδη καὶ ἀπὸ τῶν ὅλων εἰς μέρη”. Ἀπὸ δὲ
τῶν εὐρέσεων αὐτὰς οὐ διέστειλεν, ὅτι ὁ Περὶ {τῶν} στάσεων λόγος ὁ αὐτός 112
ἐστὶ σχεδὸν τῷ Περὶ εὐρέσεως.

14

HERM.: 5, 6 *St.* 28.9 cf. lemma || 13-14 ἢ γὰρ σαφ. — καθαρότητα cf. *Id.* 226.14-15 σαφήνειαν τοίνυν ποιεῖ εὐκρίνεια καὶ καθαρότης || 17 *St.* 28.8-9 || 18-19 ὁ περὶ — εὐρέσεως cf. ad litt. paene *ib.* 28.13-14 || 18 Περὶ στάσεων cf. *St.* || 19 Περὶ εὐρέσεως cf. *Heu.*

FONTES: 1 τινές — ἰατρικὴν *Sop.* W5 24.22-24 || 3-4 ἔνιοι — συμβουλευτικόν cf. *Syr.* R2 11.13-14 = W4 60.5-6 || 4-5 μέρη — ἐπιλόγους cf. *Marc.* W4 68.20-22, *Syr.* R2 12.6-8, W4 61.2-3, *Sop.* W5 2.33.

2 συμβουλευτικά *Pc* || 4 εἶδος: εἶδη *testes* || 5 καὶ om. *Pc* || 8 αὐτῶν *Pa* || 10 καθ’· -τ s.l. *Pc*¹ || 14 εὐκρίνοιαν *Pc* || τε om. *Pa* || 15 alt. καὶ om. *Pc* || ἐννοίας om. *Pc* || 18 post ὅτι ὁ περὶ usque ad **Σ** finem *Pa* folium in. inferiori mg. caesum est, postquam reliqui codd. descripti sunt.

14. 28.8-9 “Não falo da divisão das géneros em espécies, nem da dos todos em partes.”]

Afirmam alguns que género é o conhecimento lógico, e que suas espécies são a medicina, a aritmética e a retórica. “Todos” são a deliberativa, a judiciária e a panegírica, as partes a exortação, a dissuasão, etc.. Para outros, género é a retórica, espécie é a deliberativa, o todo é o discurso, e as partes são os proémios, as narrações, os debates¹³ e os epílogos. Porém, não é assim, pois o Autor não diria “dos géneros para as espécies”, mas “do género”, nem “dos todos para as partes”, mas “do todo”. Mencionando grande número de géneros e de todos, ele mostrou que se trata da divisão dos géneros que se encontram nas categorias de estilo nas respectivas espécies, e ainda da divisão dos todos subjacentes às espécies nas suas partes.

De facto, o animal, que é um género, divide-se em espécies, o homem e o boi; e ao homem, enquanto espécie, subjazem os homens considerados individualmente, Sócrates e Platão, os quais se designam por “todos”, todos estes que se dividem em partes: mãos e pés. O mesmo sucede com as espécies de categorias de estilo¹⁴, que se dividem em espécies, às quais subjazem os todos, que se dividem em partes. Efectivamente, a clareza¹⁵, que é um género, divide-se em espécies: a nitidez¹⁶ e a pureza¹⁷, às quais subjazem os todos, pensamento¹⁸, método¹⁹, etc., que por seu turno se dividem em partes e pensamentos diferenciados. Portanto, é para distinguir os estados de causa das categorias de estilo que ele afirma: “não me refiro à divisão dos géneros em espécies, nem à dos todos em partes”. Ele não os distingue das invenções, porquanto o assunto do tratado *Estados de causa* é quase o mesmo do do tratado *Invenção*.

¹³ Em Siriano (cf. R2 12.77-8.) não figura este vocábulo como designativo de uma das μέρη “partes” do discurso, mas, em vez dele, πίστις ou ἀπόδειξις.

¹⁴ O escoliasta faz neste ponto do seu comentário uma comparação teórica com as ideias expressas no tratado *Categorias de estilo*.

¹⁵ Vd. tratamento desta virtude de estilo por Hermógenes *As categorias de estilo* 226.14-22.

¹⁶ Sobre a εὐκρίνεια cf. *ib.* 235.1-241.9.

¹⁷ Cf. *ib.* 227.1-234.23.

¹⁸ Cf. *ib.* 218.18.

¹⁹ Cf. *ib.* 218.19.

15. b. 28.10 μικρόν μὲν γὰρ οὐδὲ τοῦτο μέρος ῥητορικῆς]

Ἵνα μὴ δοκῇ, διὰ τὸ ἄχρηστον τοῦ πράγματος, τὴν περὶ τούτου καταλελοι-
 πέναι ζήτησιν, διὰ τοῦτο κάκεῖνα | ἐγκωμιάζει. Οἶδε γὰρ ὡς ἐπιστήμων καὶ 5
 τὰς περὶ αὐτῶν τεχνολογίας πολλῆς ἐξετάσεως δεομένης, κάντεῦθεν δὲ δῆλον
 ὡς μόνας τὰς ιδέας διεῖλεν ἀπὸ τῶν στάσεων· οὐ γὰρ εἶπε “μικρὰ μὲν γὰρ οὐδὲ
 5 ταῦτα ῥητορικῆς μέρη”, ἀλλὰ “μέρος”, δηλῶν ὡς περὶ ἐνὸς μέρους αὐτῷ, τοῦ 10
 ἰδεῶν, | ἢ διαστολή.

16. ib. 28.10-11 ἀλλ’ οὐ περὶ τούτων νυνί]

Ἐκ πάντων τὸ περὶ τῶν ἰδεῶν διαστείλασθαι τὸν Ἑρμογένη συνάγεται. Τὸ
 γὰρ εἰπεῖν “ἀλλ’ οὐ περὶ τούτων νυνί” δείκνυσιν μέλλειν αὐτὸν καὶ περὶ τῶν
 διαστελλομένων ἐρεῖν. Φαίνεται δὲ περὶ τῶν ἰδεῶν εἰς τὸ | μετέπειτα λέγων, 15
 ἀλλ’ οὐ διαίρεσιν ἡμῖν τοιαύτην, οἷαν τινὲς ἐφασαν παραδιδούς.

15

HERM.: 5 St. 28.10 cf. lemma.

FONTES: 2-3 οἶδε γὰρ — δεομένης Syr. R2 12.19-20 = 61.15-17.

1 περὶ τούτου: ἀπὸ τούτου Pc || 4 γὰρ om. Pc.

16

HERM.: 2 St. 28.10-11 cf. lemma.

FONTES: 1-2 τὸ περὶ — εἰπεῖν cf. Sop. W4 63.22-64.2.

1-2 τὸ γὰρ εἰπεῖν om. Pc.

15. 28.10 “De facto, esta não é uma parte da retórica da menor importância.”]

Para não dar a impressão de abandonar a inquirição acerca deste assunto, em virtude da sua inutilidade, elogia também os outros aspectos. De facto, ele sabe-se como conhecedor de que também os tratados técnicos sobre eles exigem um grande exame, e a partir daqui torna-se evidente que distinguiu dos estados de
5 causa apenas as categorias de estilo, pois não diz “de facto, estas não são 1 partes da retórica da menor importância”, mas “uma parte”, mostrando que, em seu parecer, a distinção se refere unicamente a uma parte, a das categorias de estilo.

16. 28.10-1 “mas não é agora sobre estas questões”]

Tudo leva à conclusão de que a distinção feita por Hermógenes diz respeito às categorias de estilo. Com efeito, a sua afirmação “mas não é agora sobre estas questões” mostra que vai falar também sobre aquilo que distinguiu. É um facto que ele fala mais adiante²⁰ das categorias de estilo, mas sem nos transmitir uma divisão como a que alguns asseveraram.

²⁰ Cf. *ib.* 34.18sq.

17. *ib.* 28.11-13 περὶ δὲ τῆς τῶν πολιτικῶν ζητημάτων διαιρέσεως εἰς τὰ λεγόμενα κεφάλαια ὁ λόγος γινέσθω]

Πολιτικὰ ζητήματα καλεῖ πάντα τὰ ὑπὸ τὰς δεκατρεῖς ἀναγόμενα στάσεις, πολιτικὸν δὲ ζήτημα τὸ ῥητορικὸν πρὸς ἀντιδιαστολὴν τῶν φιλοσόφων καὶ τῶν λοιπῶν. Ἐπεὶ | ἐστὶ τινὰ ζητήματα, ἅπερ μὴ ἐστὶ πολιτικά, οἷον τὰ περὶ 20 γεωμετρίας καὶ ἀστρονομίας καὶ ὅσα τοιαῦτα, “περὶ ἐκείνης”, φησὶν, “ὁ λόγος 5 γινέσθω τῆς διαιρέσεως τῶν πολιτικῶν ζητημάτων εἰς τὰ λεγόμενα κεφάλαια”, πολιτικὸν ζήτημα λέγων τὴν στάσιν· “πολιτικὸν” μὲν ὅτι πρὸς σύστα|σιν τῆς πολιτείας ὁρᾷ τὸ στασιαζόμενον, “ζήτημα” δὲ διὰ τὸ 113 ἀμφιρρεπὲς καὶ τὸ παρ’ ἐκατέρων τῶν μερῶν ζητεῖσθαι καὶ ἐξετάζεσθαι. “Λεγόμενα” δὲ φησι τὰ ὀνομαζόμενα, τὰ οὕτω παρὰ τοῖς ἀρχαίοις καλούμενα. 10 Ἐκλήθησαν δὲ | κεφάλαια ἐκ μεταφορᾶς τῆς κεφαλῆς· ὥς γὰρ ἐκείνη περι- 5 εκτικὴ ἐστὶ τῶν πέντε αἰσθήσεων (ἐν μέρει γὰρ καὶ τὴν ἀρχὴν περιέχει), οὕτω καὶ τὸ ῥητορικὸν κεφάλαιον, τυχὸν βούλησις ἢ δύναμις, περιεκτικὸν δὴ ἐστὶ τούτων τῶν πέντε· ἐπιχειρημάτων, ἐργασιῶν, ἐνθυμημάτων ἐπενθυμημάτων | 10 καὶ πλαστῶν. Ὑπάλληλα γὰρ ταῦτα τοῖς κεφαλαίοις, ἀρχῇ τινι οὔσι καὶ ῥίζῃ.

17

HERM.: 4-6 *St.* 28.11-13.

FONTES: 1-2 πολιτικὰ — στάσεις *Syr.* R2 12.25-13.2, W4 61.18-19 || 2-3 πολιτικὸν — τῶν λοιπῶν *Sop.* W4 64.3-4 || 10 ἐκλήθησαν δὲ κεφάλαια ἐκ μεταφορᾶς τῆς κεφαλῆς cf. *paene ad uerbum Σ PhW f.* 126r W5 595 κεφάλαια δὲ λέγονται ἐκ μεταφορᾶς τῆς κεφαλῆς.

1 δεκατρεῖς ex W4 61.18-19: *ιγ’ testes* || ἀναγόμενα *Pc et fons*: ἀναγόμενος *Pa* || 9 φασὶ corr. -η- s.l. *Pc*¹ || 11 πέντε om. *Pa* || ἀρχὴν: ἀφ’ ἣν *Pc* || 12 δι’ ego: δέ *Pc* om. *Pa* || 13 τούτων post ἐπιχειρημάτων *transp. Pc ap. quem loc.* τούτων ἐργασιῶν *perperam* τῶν ἐργασιῶν *legit W7 113.9 adn.* 22 || 14 γὰρ: δέ *Pc* || 14 τοῖς κεφαλαίοις — οὔσι ego: τῷ κεφαλαίῳ — ὄντι *Pc* τοῖς κεφαλαίοις — ὄντι *Pa. nam participium οὔσι ad τοῖς κεφαλαίοις, nec ad ἀρχῇ τινι, refertur.*

17. *ib.* 28.11-13 “O nosso tema será a divisão das questões políticas nos designados «tópicos capitais».”]

Ele designa por “questões políticas” todas as questões que remontam aos treze estados de causa, e questão política é uma questão retórica, por oposição às filosóficas e aos restantes tipos de questões. Uma vez que existem muitas questões que não são políticas, tais como as de geometria, de astronomia e outras do género daquela, ele afirma: “o nosso tema | será a divisão das questões políticas nos designados «tópicos capitais»”. Ele chama “questão política” ao estado de causa: “política”, porque o ponto em disputa tem por constituição a situação da vida política; e “questão” pela indecisão de que se reveste, por haver uma questão colocada por cada uma das partes e por compreender um exame. Por “designados” ele entende o que tem por nome, aquilo que foi de tal forma chamado pelos Antigos. |
 5
 10 E foram chamados “tópicos capitais” pela metáfora da “cabeça”. De facto, tal como esta é o invólucro que contém os órgãos dos sentidos — pois em parte contém ainda o seu princípio —, também o tópico capital da retórica, por exemplo, o tópico da vontade e da possibilidade, é o invólucro que contém os seguintes cinco elementos²¹: epiquiremas²², elaborações²³, entimemas, epentimemas²⁴ e argumentos fictícios²⁵. Estes elementos estão subordinados aos tópicos capitais, que são uma espécie de princípio e raiz.

²¹ A propósito de κεφάλαια como περιεκτικόν “invólucro” ou “continente” (1.17.10-14 ὡς γὰρ ἐκεῖνη - πλαστῶν) cf. a afirmação do escólio Ph Richter II. 133-134, que sintetiza a questão: τὰ κεφάλαια περιέχει τὰς εὐρέσεις, αἱ δὲ εὐρέσεις οὐ πρεέχουσι (sic perperam Richter: fort. περιέχουσι) τὰ κεφάλαια “os tópicos capitais contêm as invenções, mas as invenções não contêm os tópicos capitais”. “Epiquiremas”, “elaborações”, “entimemas”, “epentimemas” e “argumentos fictícios” constituem εὐρέσεις. Os escólios do cod. Ph (Par. gr. 3032) ff. 122-127 são editados por P. H. Richter, “Byzantinischer Kommentar zu Hermogenes”, *Byzantion* 3 (1926), pp. 169-174, seguindo-se-lhe o aparato e sendo-lhe acrescentada tradução em alemão (pp. 175-182).

²² Sobre os ἐπιχειρήματα cf. Hermógenes, *Invenção* 140.9-148.15.

²³ Sobre as ἐργασίαι cf. *ib.* 148.16-150.15.

²⁴ Cf. *ib.* 150.16-154.8 e *Retórica a Alexandre* 33.1. O prefixo ἐπί não indica simplesmente uma justificação de um entimema sobre um outro, mas um entimema suplementar que vem apoiar e reforçar o argumento exposto no primeiro, pelo facto de este “não estar completo em si mesmo” (153.17-18). M. Patillon, *Hermogène...*, pp. 259 n. 2 e 260 n. 4, verte por “enthymème d’appui”.

²⁵ Πλαστά ou πλαστὸν ἐπιχείρημα é exercício argumentativo sobre um tema derivado da imaginação. Cf. *Invenção* 158.19-161.18.

18. ib. 28.13 ἔστι δὲ σχεδὸν ὁ αὐτὸς]

Διὰ μὲν τοῦ “ὁ αὐτὸς” τὴν κοινωνίαν ἔδειξε, διὰ δὲ τοῦ “σχεδὸν” τὴν
 διαφοράν. Κοινωνεῖ μὲν γὰρ ἐπειδὴ τὸ Περὶ εὐρέσεως περὶ τῶν ἐνθυμημάτων
 καὶ τῶν παραδειγμάτων ἐστίν, ἐξ ὧν συνίστανται οἱ ῥητορικοὶ λόγοι. Ἡ γὰρ 15
 εὗρεσις ἔκθεσις τόπων ἐστίν, ἐξ ὧν δεῖ λαμβάνειν τὰ πολιτικὰ ἐνθυμήματα καὶ
 5 παραδείγματα, καὶ τὰ κεφάλαια δὲ ἐξ ἐνθυμημάτων καὶ παραδειγμάτων.
 Κοινωνεῖ μὲν οὖν τοῦτο τὸ βιβλίον τῷ Περὶ | εὐρέσεως τούτῳ τῷ λόγῳ. 20
 Διαφέρει δὲ αὐτοῦ, καθὼς τὸ μὲν Περὶ εὐρέσεως ἀναπληροῖ, τὸ δὲ Περὶ στάσεων
 δύο ἢ τρεῖς ἔχει τόπους, ἐξ ὧν ἐστὶ λαβεῖν τὰ παραδείγματα καὶ τὰ
 ἐνθυμήματα.

19. ib. σχεδὸν]

Τί δήποτε εἰπὼν “σχεδὸν” καὶ δείξας ὅτι ἔν τισι | διαλλάττει, ἐπήγαγε 25
 “πλὴν ὅσον οὐ πάντα ἔχει τὰ περὶ εὐρέσεως”; Εἰπὼν τὸ “σχεδὸν” ὑπόνοιαν τοῦ
 διαλλάττειν παρέσχετο, τῷ δὲ προσθεῖναι “πλὴν ὅσον οὐ πάντα ἔχει τὰ περὶ
 εὐρέσεως” ἐν οἷς διαφέρουσιν ἀλλήλων ἐδήλωσεν. Οὐ γὰρ ὅσα ἂν τις εἴποι
 5 μελετῶν, ταῦτα εἰς τὸν χαρακτηρισμὸν τῶν κεφαλαίων εἶπεν ὁ τεχνικός.

20. ib. 28.15 ῥητέον]

“Ῥητέον” εἰκότως· ἐπεὶ γὰρ περὶ αὐτοῦ πᾶς ὁ λόγος, δεῖ τὴν φύσιν αὐτοῦ τί
 ποτέ ἐστιν, ἐξεπίστασθαι, | ἵνα μὴ περὶ οὗ ζητοῦμεν ἀγνοοῦντες ὅπῃ τύχη 114
 περιφερώμεθα.

18

HERM.: 1 *St.* 28.13 cf. lemma || 2, 6, 7 Περὶ εὐρέσεως cf. *Heu.* || 7-8 cf. Περὶ στάσεων cf. *St.*

FONTES: 1 διὰ μὲν τοῦ ὁ αὐτὸς τὴν κοινωνίαν ἔδειξε cf. Marc. W4 67.13-14.

Σ 18 ut 19 et inuicem designat Pc et Σ 19-20 (inc. τί δήποτε — des. περιφερώμεθα) in Σ min. habet.

19

HERM.: 1, 2 σχεδὸν *St.* 28.13 cf. lemma || 2, 3-4 ib. 28.13-14.

FONTES: 4-5 οὐ γὰρ ὅσα — ὁ τεχνικός Sop. W4 66.28-29, W5 26.8-9.

1 διαλλάττει P: corr. Pb || 3 διαλλάττειν Pc: διαλάττειν Pa διαλλ- corr. PbNe.

20

1 εἰκότως Pc || 2 ἐξετάζεσθαι Pc.

18. *ib.* 28.13 “... é quase o mesmo...”]

Através do termo “o mesmo” mostrou aquilo que é comum, mas através do termo “quase”, aquilo que é diferente. Aquilo que é comum, visto que o livro *Invenção* trata dos entimemas e dos exemplos, com base no quais se constituem os discursos de oratória. Com efeito, a invenção é a exposição dos lugares argumentativos donde se devem tomar os entimemas e l exemplos políticos, e os tópicos capitais constituem-se com base em entimemas e exemplos. Eis, pois, o que o presente livro tem em comum com o livro *Invenção*. Mas difere dele pelo facto de *Invenção* ser completo, ao passo que o *Estados de causa* contém dois ou três lugares argumentativos com base nos quais se podem tomar exemplos e entimemas.

19. *ib.* “... quase...”]

Por que razão, então, após dizer “quase” e ao indicar que o seu propósito diferia em alguns pontos, acrescentou ele: “excepto que não contempla todas as matérias da invenção”? Ao dizer “aproximadamente” , forneceu uma noção da diferença. Com o acrescento “excepto que não contempla todas as matérias da invenção”, mostrou em que elas diferem. Pois, tudo quanto l se diria numa declamação, isso o Autor não disse na sua caracterização dos tópicos capitais.

20. *ib.* 28.15 “... é preciso dizer...”]

É pois justa a sua afirmação “é preciso dizer”, visto que, como o tema da obra se prende com este aspecto, é necessário conhecer a fundo qual é a natureza dele, de sorte a evitarmos erros fortuitos, ignorantes do que estamos a inquirir.

21. ib. 29.1 ἔστι τοίνυν ἀμφισβήτησις λογικὴ ἐπὶ μέρους]

Πᾶς ὅρος ἐκ γένους συνίσταται καὶ διαφορῶν. Ἴδοῦ γοῦν ἐνταῦθα γένος
 μὲν ἢ ἀμφισβήτησις, ἣτις ἐστὶ | ζήτησις. Εἴτα, ἐπειδὴ εἰσιν ἀμφισβητήσεις 5
 πρακτικά, ὥσπερ ἐπὶ τῶν πυκτῶν, ἐπάγει διαφορὰν “λογικὴν”, ἵνα ἐκ τῶν
 ἔργῳ γινομένων ἀποστήσῃ τὸν ὅρον. Ἐπειδὴ δὲ ζητήσεις εἰσὶ καὶ ἄλλαι
 5 λογικά, οἷον φιλόσοφοι, ἐπάγει τὸ “ἐπὶ μέρους”. Ὁ μὲν γὰρ φιλόσοφος τὸ
 καθόλου ζητεῖ («εἰ | σφαιροειδὴς ὁ οὐρανός»), ὁ δὲ ῥήτωρ μερικὸν δίκαιον. Εἰ 10
 δέ τις φήσῃ “καὶ μὴν οἱ ῥήτορες πολλάκις τοῖς καθόλου χρώνται, ὥς
 Δημοσθένης ῥήτωρ ὦν πολλαχοῦ τῷ λόγῳ φαίνεται καθολικοῖς χρώμενος
 ἐπιχειρήμασιν, οἷον “πέρας μὲν γὰρ ἅπασιν τοῦ βίου θάνα|τος, κἂν ἐν οἰκίσκῳ
 10 τις αὐτὸν καθείρχας τηρῇ” καὶ πάλιν ἐν Φιλιππικοῖς: “οὐ γάρ ἐστιν, οὐκ
 ἐστιν, ἀδικοῦντα καὶ ἐπιорκοῦντα καὶ ψευδόμενον δύναμιν βεβαίαν 15
 κτήσασθαι”. Πρὸς τοῦτο ἐροῦμεν ὅτι ταῦτα πρὸς κατα|σκευὴν ἐτέρων ἔλαβεν.
 Οὐ γὰρ σκοπὸς ἦν τῷ ῥήτορι οὔτε περὶ ψυχῆς εἰπεῖν εἰ ἀθάνατος, ἀλλ’ ὅτι
 πολεμοῦσιν ἐν Χαιρωνείᾳ ἐλυσιτέλει, οὔτε μὴν δεῖξαι ὅτι κακὸν ἢ ἐπιорκία
 15 καὶ τὸ ψεῦδος, ἀλλ’ ὅτι συμφέρει πό|λεμον ἄρασθαι πρὸς τὸν Φίλιππον. Ἰσμεν

21

HERM.: 3, 5 *St.* 29.1 cf. lemma.

FONTES: 1 πᾶς ὅρος ἐκ γένους συνίσταται καὶ διαφορῶν *Syr.* R2 15.10-11, W4 69.29-30 adn. 3 cf. etiam R14 184.8 || 2-4 ἀμφισβητήσεις πρακτικά — τὸν ὅρον cf. *Syr.* W4 69.24-70.1, R2 15.12-14, W4 69.30-70.3 adn. 3, *Sop.* W4 78.14-16, W5 27.8-11 || 5-6 ἐπὶ μέρους — οὐρανός cf. *Sop.* W4 78.16-17, 80.4-5, *Syr.* W4 70.2-71.2, *ib.* 70.4-5 adn. 3 || 7-12 οἱ ῥήτορες — κτήσασθαι *Sop.* W5 28.24-28, *Syr.* W4 71.7-10 || 13-15 οὐ γὰρ σκοπὸς — τὸν Φίλιππον cf. *Syr.* W4 71.13-72.3, W5 29.11-16.

LOCi: 9-10: *Dem.* 18.97 || 10-12 *Dem.* 2.10.

1 πᾶς om. *Pc* || 4 ἔργῳ *Pb* forte ex *Pa*¹, quod secutus sum: ἔργων *Pa*³*VhNe* ἔργοις *Pc* || 8 καθολικοῖς **P**: καθολικῇ *perperam ap. Pc leg.* W7 114.13 adn. 5 || 9 ἀνθρώποις ἔστι post ἅπασιν e *Dem.* textu ad mg. add. *Mb*¹ unde W7 || 10 ἐν Φιλιππικοῖς om. *Pc* || 11 δύναμιν *Pc* et rell. testes: γνῶσιν *Pa*³.

21. *ib.* 29.1 “... é uma controvérsia verbal relativa a um ponto particular...”]

Toda a definição se constitui com base no género e nas diferenças. Ora bem, género é aqui a controvérsia, que é uma inquirição. De seguida, visto que existem controvérsias práticas, como nas lutas de pugilato, ele acrescenta a diferenciação “verbal”²⁶, de modo a distinguir a definição das controvérsias assentes em actos.

- 5 Mas como também há outros exames l verbais, por exemplo os filosóficos, acrescenta “relativa a um ponto particular”. Com efeito, o filósofo centra a sua inquirição no geral (“se o firmamento tem forma esférica”), ao passo que o orador visa em particular o que é justo²⁷. Mas, poder-se-á dizer: “a verdade é que os oradores recorrem com frequência ao geral. É o caso de Demóstenes, que, sendo um orador, mostra utilizar epíqureimas de carácter universal em muitos passos do seu discurso, por exemplo: “na verdade, o termo da vida para todos os homens é a morte,
- 10 mesmo que uma pessoa se proteja, enclausurando-se l a si mesma numa barraca”²⁸; e ainda, nas *Filípicas*: “não pode o injusto, nem pode o perjuro nem o mentiroso adquirir uma autoridade segura”²⁹. Quanto a isto, porém, diremos que ele se socorreu destes recursos para confirmação dos outros pontos da sua argumentação. De facto, o objectivo do orador não era discorrer sobre se a alma era imortal, mas que

²⁶ É este o sentido do adjectivo λογικός neste contexto (“em palavras, discursivo, por meios linguísticos”), contrariamente à interpretação que lhe dá a tradição latina, como *rationalis*, conforme adverte M. Patillon, *La théorie du discours...*, p. 60 sq. e n. 10. Em contrapartida, quando λογικός se opõe a νομικός, no sistema dos estados de causa, é legítima a sua tradução por *rationalis*, porquanto o primeiro termo designa o estado de causa fundado em razões, por oposição ao segundo, que designa o estado de causa fundado na lei (cf. a este respeito a nossa Introdução p. 27). Vd. a definição de tese por Élio Téon de Alexandria ed. Patillon 120.12-13 p. 82: θέσις ἐστὶ πρᾶγμα λογικὴν ἀμφισβήτησιν ἐπιδεχόμενον.

²⁷ Hermágoras de Temnos propôs uma nova classificação dos três γένη ῥητορικά contraposta à aristotélica, cujo critério de distinção assentava nas circunstâncias, nas posições e nos papéis relativos do orador e do auditório. A classificação de Hermágoras tinha em conta o grau de maior ou menor abstracção e generalidade das questões em debate. Distinguiu assim entre θέσις, questão indeterminada, abstracta e de âmbito geral, e ὑπόθεσις, questão determinada, concreta e de âmbito particular. Téon de Alexandria adopta esta distinção e os seus fundamentos e dá exemplos de um e de outro que a tornam clara. As diferenças que opõem os dois tipos de questão são as mesmas que opõem a χρεία e a γνώμη (Heinrich Lausberg, *Handbuch der literarischen Rhetorik*, Munique, Max Hueber, 1960¹ [trad. cast. de José Pérez Riesco, *Manual de retórica literaria*, Madrid, Gredos, 1990], fim do § 70, citando Isidoro de Sevilha, *Orig.* 2.11.1-2): a ὑπόθεσις e a χρεία reportam-se a personagens e circunstâncias determinadas, a θέσις e a γνώμη abstêm-se de qualquer determinação. Finalmente, dada a sua natureza, a primeira é objecto privilegiado da filosofia, a segunda da retórica. Para traduzir estes conceitos, os latinos propuseram, respectivamente, os de *quaestio infinita* ou simplesmente *quaestio* e *quaestio finita* ou *causa*. Cf. Cícero, *Invenção retórica* 1.6.8sq. Vd. infra o escólio 24 e também Sópatro W5 27.16-18.

²⁸ Demóstenes, *Coroa* 18.97. É possível que o escoliasta tivesse aqui em mente *Categorias de estilo* 245.12-14, acerca de proposições de carácter universal. Com efeito, um dos passos de Demóstenes citados por Hermógenes é precisamente este.

²⁹ Esta citação é extraída da *Segunda Olintíaca* 2.10. *Filípicas* é o nome antigo deste discurso.

ὅτι τὸ ἔνεκα ἄλλου παραλαμβανόμενον οὐ πέφυκε καρακτηρίζειν τὴν 115
ὑπόθεσιν, οὐκοῦν διὰ τὸ μερικὸν (εἰς πίστιν παρέλαβε καὶ χρεῖαν) τὸν
καθόλου λόγον, ὥστε ὀρθῶς εἶπεν “ἐπὶ μέρος”.

21

HERM.: 18 *St.* 29.1 cf. lemma.
18 ὀρθῇ Pa.

- 15 a guerra em Queroneia era útil, nem demonstrar que o perjúrio e a mentira | são vícios, mas que era conveniente empreender uma guerra contra Filipe. Sabemos que um ponto assumido em virtude de outro não se presta naturalmente para caracterizar a causa. É, pois, por uma razão particular que ele empregou como prova e para sua utilidade o discurso geral, de sorte que é correcta a afirmação “relativa a um ponto particular”.

22. *ib.* 29.1-4 ἐκ τῶν παρ' ἐκάστοις κειμένων νόμων ἢ ἐθῶν περὶ τοῦ νομισθέντος δικαίου ἢ τοῦ καλοῦ ἢ τοῦ συμφέροντος ἢ καὶ πάντων ἅμα ἢ τινῶν]

| Ἑρμηνεύει οὖν ὁ Ἑρμογένης τί ποτέ ἐστὶ τὸ πολιτικὸν ζήτημα, λέγων ὅτι 10
 μάχη ἐστὶ καὶ στάσις. Τοῦτο γὰρ δηλοῖ ἡ ἀμφισβήτησις ἐν λόγῳ κειμένη περὶ
 τῶν μερικῶν πραγμάτων, ἐκ τῶν νόμων ἢ τῶν ἐθῶν τῶν παρ' ἐκάστῳ ἔθνει
 κειμένων. Ἡ δὲ μάχη αὕτη ἢ περὶ τῶν | μερικῶν πραγμάτων ὑπὲρ “τοῦ 15
 5 νομισθέντος δικαίου” γίνεται, τούτεστι τοῦ δόξαντος παρ' αὐτοῖς καὶ
 νομοθετηθέντος δικαίου, ἢ ὑπὲρ τοῦ καλοῦ, ἢ ὑπὲρ τοῦ συμφέροντος, ἢ ὑπὲρ
 τούτων ἀπάντων τῶν εἰρημένων, ὅταν συμπεπλεγμένον ἢ τὸ πρόβλημα, ἢ
 ὑπὲρ τινῶν. Εἶρηκε δὲ “τοῦ νομισθέντος δικαίου”, διότι οὐ ζητεῖ ἡ ῥητορική 20
 τὸ ἀληθινὸν δίκαιον, οὐδὲ τὸ καθόλου καλὸν, οὐδὲ τὸ τελείως συμφέρον,
 10 ἀλλ' ὅπερ ἀγαπᾷ ἕκαστον ἔθνος καὶ ἐκάστη πολιτεία, οἷον ἔχουσιν οἱ
 Λακεδαιμόνιοι νόμον, ἵνα διώκωσι τοὺς ξένους. Τοῦτο οὖν τὸ νόμιμον πῶς
 λεχθήσεται ἀληθινὸν δίκαιον, ὡμότητος ὄν; Ἀλλὰ διὰ τὸν κείμενον νόμον ἐν 25
 τοῖς Λακεδαιμονίοις ἐπαινεῖται ἡ ξενηλασία καὶ δικαία νομίζεται. Ὁμοίως καὶ
 οἱ Ἀθηναῖοι νόμον ἔχουσι τὸ ἀπαιτεῖν τοὺς ξένους ἐνοίκιον, καὶ ἐπαινοῦσιν
 15 αὐτό. Τοῦτο δὲ οὐκ ἐστὶ δίκαιον ἀληθινόν, οὐδὲ καθόλου καλόν, ἀλλὰ ἐν τοῖς 30
 Ἀθηναίοις καλὸν καὶ | δίκαιον ἔδοξεν. Ὁ οὖν ῥήτωρ, ὅταν ἐπὶ τῶν Ἀθηναίων 116
 δικάζεται ἢ ἐπὶ τῶν Λακεδαιμονίων, οὐχ ὁρᾷ τὸ ὄντως καλὸν καὶ δίκαιον,
 ἀλλὰ τὸ ἀρέσκον τοῖς τοιούτοις ἔθνεσιν.

22

HERM.: 4-5, 8 *St.* 29.2-3 cf. lemma || 5-7 τούτεστι — τῶν εἰρημένων cf. *ib.* 29.3-4 || 8-9 οὐ ζητεῖ —
 συμφέρον cf. *ib.* 29.4-6.

FONTES: 8-10 ἡ ῥητορική — ἐκάστη πολιτεία quod rhetorica de ciuilibus quaestionibus uersare debet,
 ab Hermag. dicitur. cf. frg. et testimonia Matthes 4.15, 5.11sq., 6 sqq., 11.22. cf. etiam W4 adn. 70.8-9.
 11-13 τοῦτο οὖν — νομίζεται om. Pc || 12 ὡμότητος W7 || 16 καὶ δίκαιον om. Pc.

22. *ib.* 29.1-4 “...baseada em leis e costumes estabelecidos em cada país “sobre a noção consuetudinária do que é justo, ou belo, ou conveniente, ou sobre todos em simultâneo, ou sobre alguns deles.”]

Hermógenes, portanto, interpreta aquilo que entende por “questão política”, dizendo que consiste numa polémica e num estado de causa. Com efeito, é isto o que demonstra a controvérsia posta pelo discurso acerca dos assuntos particulares, com base nas leis ou nos costumes estabelecidos por cada povo. Esta polémica
 5 acerca dos assuntos particulares prende-se com “a noção | consuetudinária do que é justo”, isto é, com base naquilo que entre esse povo se considera ou estabelece legislativamente como justo, ou com a noção de nobreza, com a de conveniência, ou ainda com todas as noções referidas, quando o problema é complexo, ou com apenas algumas delas. O Autor afirmou “sobre a noção consuetudinária do que é justo”, porquanto a retórica não inquire sobre a verdadeira justiça, nem a dignidade
 10 em geral, nem ainda a conveniência absoluta, mas | aquilo que é tido em consideração por cada povo ou Estado³⁰. Por exemplo, os Lacedemónios têm uma lei que permite perseguir judicialmente os estrangeiros. Pois como se poderá dizer que esta norma é verdadeira justiça, se é da maior desumanidade? No entanto, graças à sua consagração em lei, entre os Lacedemónios elogia-se e considera-se como justa a expulsão de estrangeiros. Do mesmo modo os Atenenses têm uma lei, mas
 15 que reclama dos estrangeiros uma taxa de residência, e | elogiam-na. Tal norma não é verdadeira justiça, nem nobreza no sentido geral, mas é considerada nobre e justa para os Atenenses. Portanto, quando discursa em tribunal, seja perante Atenenses seja perante Lacedemónios, o orador não visa aquilo que é em essência nobre ou justo, mas aquilo que é do agrado destes povos³¹.

³⁰ Mais uma vez se está perante a distinção hermagoriana entre as questões de carácter geral (próprias da dialéctica e da filosofia) e as de carácter particular (atribuídas aos oradores). Mais especificamente, será competência dos oradores tratar de problemas que se prendem com a Cidade (πόλις ou πολιτεία) e o cidadão (πολίτης). Cf. os fragmentos e testemunhos de Hermágoras 4.15, 5.11sq., 6sq., 11.22 (ed. D. Matthes). Assim se entende que Hermágoras haja designado estas questões como πολιτικά. Cf. supra n. 26.

³¹ Outros escólios a este passo de Hermógenes recorrem a exemplos de leis e costumes radicalmente opostos entre os Estados ateniense e espartano. Cf. Sópatro W4 78.21-25, 79.8-10, W5 27.12-13, Siriano W4 72.7-11, R2 15.24-16.11. Os exemplos de leis e costumes usados pelos vários escoliastas são diversos; todavia, deve notar-se que é típica a referência à oposição entre Atenas e a Lacedemónia. Isto é um sinal evidente da inserção dos comentaristas numa tradição de retórica escolar.

23. ib. 29.3-4 ἢ καὶ πάντων ἅμα ἢ τινῶν]

| Ὅταν συμπεπλεγμένος ὁ λόγος ἦ, πάντα εὐρίσκονται, οἷον ὁ Περὶ τοῦ 5
 στεφάνου· ἐν αὐτῷ γὰρ τὰ τρία εἶδη εὐρίσκονται. Τέλος μὲν γὰρ αὐτοῦ τὸ
 δίκαιον, ὅπερ ἐστὶ τοῦ δικανικοῦ, κατασκευάζεται δὲ τῷ πανηγυρικῷ,
 στάσεως <δὲ> ἐστὶ πραγματικῆς, ἥπερ ἐστὶ τοῦ | συμφέροντος, τὸ δὲ συμφέρον 10
 5 τέλος τοῦ συμβουλευτικοῦ. Πολλάκις δὲ εὐρίσκομεν καὶ δύο μόνα εἶδη ἐν τῷ
 λόγῳ, ὡς ἔχει ὁ Πρὸς Λεπτίνην· στάσεως γὰρ ὧν πραγματικῆς ἔχει τὸ
 συμφέρον, ὅπερ ἐστὶ τοῦ συμβουλευτικοῦ. Τέλος δὲ ἔχει τὸ δίκαιον, ὅπερ ἐστὶ
 τοῦ δικανικοῦ. Ὅτε δὲ μοινοειδὴς ὁ λόγος ἐστίν, ἐν τούτων ἔχει, ἢ τὸ καλὸν ἢ 15
 τὸ συμφέρον, ἢ τὸ δίκαιον· τὸ δίκαιον μὲν, ἐὰν δικανικὸς ἦ· τὸ καλὸν δὲ, ἐὰν
 10 πανηγυρικός· τὸ δὲ συμφέρον, ἐὰν συμβουλευτικός. Ὅτι δὲ καὶ τὸ πανηγυρι-
 κὸν ἐνίοτε στασιάζεται, ἐκεῖθεν δηλόν· νόμος «τὸν μέλλοντα δαδου|χεῖν 20
 δοκιμάζεσθαι»· Ἀλκιβιάδης λαχὼν δαδουχεῖν δοκιμάζεται. Ἐνταῦθα γὰρ πᾶν
 τὸ ζήτημα διὰ τῶν ἐγκωμιαστικῶν διεξελεθεῖν ἀνάγκη.

**24. ib. 29.4-6 τὸ γὰρ ἐς ἀληθῶς τε καὶ καθόλου καλὸν ἢ συμφέρον
 ἢ τὰ τοιαῦτα ζητεῖν οὐ ῥητορικῆς]**

Ὡς τελείως ἔχοντι τῷ ὄρῳ σεμνῶς τε καὶ ἀξιωματικῶς τὴν ἐκ τοῦ 25
 ἐναντίου ἐπάγει ἀπόφασιν, ἥκιστα | ῥητορικῇ προσέχειν ἀποφαινόμενος τὴν
 περὶ τῶν ἀληθῶς ὄντων καὶ καθόλου ζήτησιν· φιλοσοφίας γὰρ ἴδια τὰ
 τοιαῦτα.

23

FONTES: 11-12 νόμος — ἐνταῦθα γὰρ Sop. W5 10.13-14.

LOCI: 1-2 ὁ Περὶ τοῦ στεφάνου Dem. 18.

4 ὅπερ Pa.

24

2 ῥητορικῇ προσέχειν Pa: ῥητορικῇ Pc προσέχειν ommitens.

23. *ib.* 29.3-4 “... ou sobre todos em simultâneo, ou sobre alguns deles.”]

Quando o discurso é complexo, tudo nele se pode encontrar, como no *Coroa*. Com efeito, encontram-se neste discurso as três espécies oratórias. O fim por ele visado é a justiça, que é própria do judiciário, mas é confirmado mediante o panegírico, o seu estado de causa é o pragmático, que é próprio do tópico da conveniência, sendo esta o fim perseguido pelo discurso deliberativo. Frequentemente encontramos apenas duas espécies no discurso, como é o caso do *Contra Léptines*. Sendo o seu estado de causa o pragmático, visa a conveniência, que é própria do deliberativo. O seu fim é a justiça, que pertence ao judiciário. Quando um discurso é uniforme, possui características de uma só destas espécies, seja a nobreza, a conveniência ou a justiça: a justiça, se o discurso for judiciário; a nobreza, se for panegírico; e a conveniência, se for deliberativo. A evidência de que também no panegírico, por vezes, se suscitam disputas resulta do seguinte: de haver uma lei que prescreve que “«aquele que se prepara para transportar a tocha seja submetido a uma prova»; Alcibíades é submetido a uma prova ao caber-lhe em sorte transportar a tocha”³². De facto, é neste ponto necessário discorrer sobre a totalidade da questão através de tópicos encomiásticos.

24. *ib.* 29.4-6 “Inquirir, pois, em termos de verdade e de uma forma geral o que é belo, ou conveniente, etc., não é tarefa da retórica”]

Considerando que a sua definição é completa, ele acrescenta-lhe com nobreza e autoridade a negação a partir do contrário, declarando que a pesquisa daquilo que é verdadeiro e geral não é de modo algum o propósito da retórica. De facto, tal é o objecto específico da filosofia.

³² Este exemplo é também citado, quase *ad uerbum*, por Siriano W4 719.25-26, variando apenas a personagem: Epicuro em vez de Alcibíades.

25. *ib.* 29.7 τὴν δὲ ἀμφισβήτησιν ταύτην ἀνάγκη]

Προσθεῖς τὸ “ταύτην” ἐχώρισεν αὐτὴν ἐκ τῶν ἄλλων τῶν μὴ ῥητορικῶν ἀμφισβητήσεων. Εἰκότως δὲ προσέθηκε τὸ “ἀνάγκη”· πάντως γὰρ δεῖ τὸ μὲν πράττειν, | τὸ δὲ ὑπὸ τινος πράττεσθαι, οἷον ὁ δεῖνα τόδε ποιήσας κρίνεται. 117

26. *ib.*]

Μετὰ τὸν ὅρον τοῦ ζητήματος ἀκολουθῶς καὶ τὸν περὶ τῆς ὅλης ὅρον διαλαμβάνει. Ὡςπερ γὰρ ὅλη τοῦ | λόγου παρὰ τοῖς γραμματικοῖς ὅλα τὰ 5 μέρη, οὕτω καὶ τῶν ζητημάτων ὅλη πέφυκε τὰ τε πρόσωπα καὶ τὰ πράγματα. Τὸ δὲ “ἀνάγκη” προσθεῖς πρὸς Μινουκιανὸν ἀποτείνεται· αὐτὸς γὰρ βούλεται 5 ζήτημα γίνεσθαι ἐλλιπές, πῇ μὲν προώπου, πῇ δὲ πράγματος.

27. *ib.* 29.8-9 ὧν πλείστη δὴπου διαφορὰ]

| Ἥλιθιον εἶναι δοκεῖ τὸ λεγόμενον· τούτων γὰρ δεῖ λέγειν διαφορὰν, ὧν 10 κοινωνίαν ἴσμεν τινά. Νῦν δ’ ὥςπερ ἂν εἰ ἔλεγε λίθου καὶ ἀνθρώπου διαφορὰν· πολὺ γὰρ ἀλλήλων κεχώρισται πρᾶγμα καὶ πρόσωπον. Ἄλλ’ οὐ τοῦτο λέγει, ἀλλὰ προσώπων πρὸς πρόσωπα, | καὶ πραγμάτων πρὸς πράγματα. 15 5 Οὐχ ἀπλῶς δὲ εἶπε “διαφορά”, ἀλλὰ προσέθηκε τὸ “πλείστη”. Πῶς γὰρ οὐ πολλὰ διαφορὰ τῶν κυρίων πρὸς τὰ κοινά, καὶ πάλιν τῶν κοινῶν προσάλληλα;

25

HERM.: 1 *St.* 29.7 cf. lemma || 2 *ib.*

26

HERM.: 4 29.7 *St.* 29.7 cf. lemma.

FONTES: totum Σ ex Sop. W4 82.16-22 sumpsit An.

27

FONTES: 2-4 λίθου — πράγματα Marc. W4 84.22-26 || 4 προσώπων — πράγματα Syr. R2 18.20-21, W4 82.6-7, Sop. W4 83.6-7, W5 37.25-26.

2-6 νῦν δ’ ὥςπερ — τὰ κοινὰ om. Pc.

25. *ib.* 29.7 “Esta controvérsia diz necessariamente respeito...”]

Com o acrescento “esta” isola este tipo de controvérsia das não-retóricas. Mas com razão acrescentou “necessariamente”. De facto, é de todo necessário haver, por um lado, um acto, e, por outro, um agente; por exemplo: “uma tal pessoa fez isto e é citada em juízo”.

26. *ib.*]

Após a definição da questão, determina na sequência também a definição da matéria. Efectivamente, tal como a matéria do discurso é entre os gramáticos o conjunto das palavras, assim também a matéria natural das questões consiste nas pessoas e nos actos. Ao acrescentar “necessariamente”, está a criticar Minuciano, pois este entende l que a questão faça omissão de um dos elementos, seja da pessoa, seja do acto³³.

27. *ib.* 29.8-9 “Há seguramente uma enorme diferença”]

A afirmação parece simplista, pois deve dizer-se qual a diferença entre estes elementos, sendo que conhecemos alguns aspectos comuns. Mas presentemente é como se o Autor referisse a diferença entre uma pedra e um homem³⁴. De facto, é muito o que distingue um do outro, um acto de uma pessoa. Contudo, não é isto o que ele diz; pelo contrário, ele dá conta do que diferencia pessoas de pessoas e actos de actos. l E não se limita a afirmar “uma diferença”, antes lhe acrescenta o adjectivo “enorme”. Como não haverá, pois, uma grande diferença entre os nomes próprios e os nomes comuns, e por seu turno entre os comuns relativamente uns aos outros?

³³ Minuciano-o-Velho, retor do século II d.C., defensor de uma retórica filosófica, por oposição a uma retórica sofística, representada por seu rival Hermógenes. A obra daquele precedeu a deste. No respeitante a este ponto particular da doutrina das *στάσεις*, Minuciano entendia que pode haver uma *στάσις* em correlação, alternativamente, com uma de duas condições, a pessoa *ou* o acto, estando omissa a outra. Para Hermógenes, pelo contrário, é exigida a presença de *ambas* estas condições para se constituir uma *στάσις*, a qual, por sua vez, desencadeia o *ζήτημα*. Cf. Ray Nadeau, “Classical systems of ‘stases’ in Greek: Hermagoras to Hermógenes”, *Greek, Roman and Byzantine Studies* 2 (1959), pp. 51-71, esp. 65 sq. Para uma reconstrução do sistema de Minuciano e um estudo comparativo entre este e o de Hermógenes, ver S. Glöckner, *Quaestiones rhetoricae*, *Breslauer Philologische Abhandlungen* 8, 2 (1901), 1-115, esp. 28.

³⁴ A fonte do escoliasta (vd. aparato de fontes) teria possivelmente em mente Platão *Teeteto* 157c1.

28. *ib.*]

Τὴν μάχην φησί ταύτην τῶν στάσεων ἣν εἵπο|μεν περὶ δύο ταῦτα ἀνάγκη 20
γίνεσθαι, πρόσωπά τε καὶ πράγματα· πρόσωπα μὲν ὡς Αἰσχίνης, Περικλῆς,
πράγματα δὲ πάντα τὰ γινόμενα, μοιχεῖαι, φόνοι, ὕβρεις καὶ τὰ λοιπά.

29. *ib.* 29.9 ἦν [sc. τὴν διαφορὰν] τοῖς ἐπιγνοῦσι]

Ἀναγκαίως· εἰ γὰρ περὶ πράγματα καὶ πρόσω|πά ἐστὶ τὸ ζητούμενον, ὁ τὰς 25
τούτων διαφορὰς μαθὼν δηλονότι κάκείνοις ῥαδίως ἐπιβάλλειν δυνήσεται·
καὶ τῶν κεφαλαίων εἴσεται τὴν διαίρεσιν.

30. *ib.* 29.10-11 ὅσα ὅλως διαιρεῖσθαι δύναται]

| Οὐ γὰρ πάντα δύναται διαιρεῖσθαι. Τὰ γοῦν ἰσάζοντα οὐχ οἷόν τε 118
διαιρηθῆναι, οἷον “δύο νέοι πλούσιοι ἐκ τῶν ἀλλήλων οἰκιῶν ἐξιόντες <καὶ>
ώραίας ἔχοντες γυναῖκας κρίνουσιν ἀλλήλους μοιχείας”. Ἐνταῦθα γὰρ ἐπειδὴ
καὶ τὸ | πρόσωπον καὶ τὸ πρᾶγμα ἰσάζει, οὐ δυνατόν ποιήσασθαι διαίρεσιν, 5
5 ἐπεὶ μηδὲ συνέστηκε.

28

1 τὴν στάσιν Pc || 1-2 γίνεσθαι ἀνάγκη Pc.

29

2 ῥαδίους Pc || ἐπιβαλεῖν Pc.

30

HERM.: 2-3 St. 31.13-16, 32.14-17.

28. *ib.*]

Este debate que são os estados de causa e do qual falámos, afirma ele que se forma necessariamente destes dois elementos: pessoas e actos. Pessoas são, por exemplo: Ésquines e Péricles; actos constituem tudo quanto é praticado, tais como: adultérios, homicídios, ofensas, etc.

29. *ib.* 29.9 “... diferença que, se for reconhecida...”]

Necessariamente, pois se o que está em questão se prende com actos e uma pessoa, quem apreender as variedades destes elementos, é evidente que mais facilmente será capaz de os abordar, e conhecerá também a divisão dos tópicos capitais.

30. *ib.* 29.10-11 “... todas as questões, em suma, que podem ser objecto de divisão...”]

Nem tudo se pode dividir. Assim, por exemplo, as questões iguais não são susceptíveis de divisão³⁵, como o exemplo de “dois jovens ricos, que têm mulheres bonitas, ao saírem da casa um do outro, acusam-se mutuamente de adultério”³⁶. Neste caso, de facto, visto que quer a pessoa, quer o acto se equivalem, não é possível estabelecer uma divisão, uma vez que a questão não constitui uma causa.

³⁵ Trata-se de uma classe de πρόσωπον na teoria dos estados de causa. Segundo Hermógenes *Estados de causa* 30.12-13, nem a classe de pessoas “em igualdade total” (τὰ ἰσάζοντα διόλου), nem a classe das “indefinidas” (τὰ ἀόριστα) admitem exame (ἐξέτασις). O termo é ainda utilizado por Hermógenes em dois outros contextos teóricos: para designar uma divisão de πράγματα, no plural (cf. 31.12-18); e para designar uma das oito situações do ζήτημα denominadas como ἀσύστατα (em que não é possível constituir um estado de causa), no singular (cf. 32.14-17). O conceito de ἰσάζον ζήτημα é tributário da doutrina de Hermágoras. A ilustração que o escoliasta aqui faz de uma situação de ἰσάζοντα πρόσωπα é retirada precisamente do exemplo dado por Hermógenes de igualdade nos três contextos referidos. Na verdade, porém, se o exemplo utilizado é basicamente o mesmo, Hermógenes, contudo, introduz uma variante para cada um dos três contextos em apreço, o que se justifica didacticamente, pois a sua preocupação é explicar com toda a clareza as condições em que a igualdade provém (1) dos actos, (2) das pessoas envolvidas nos actos ou ainda (3) das questões em juízo. Assim, há igualdade de pessoa por se tratarem de (a) dois jovens (b) ricos (cf. 29.20 κατὰ συμπλοκὴν δύο προσηγοριῶν “por combinação de dois designativos”. Por outro lado, há desigualdade de pessoa (um homem rico em pleito com um homem pobre), admitindo, por isso, exame; mas os actos de que um acusa o outro são juridicamente os mesmos: adultério com a esposa um do outro. Finalmente, havendo em simultâneo igualdade de pessoa e de acto, há igualdade de questão, visto que, como se notou acima, para Hermógenes a questão resulta da conjugação obrigatória de pessoa e acto. Por conseguinte, as acções que os dois homens se movem um ao outro são improcedentes e anulam-se uma à outra, pois, como diz Hermógenes (30.14-16), o crime de que um acusa o outro reverte como acusação sobre si próprio. Cf. infra o escólio 1.50.

³⁶ Exemplo citado por Marcelino W4 89.13-15, Sop. W5 60.20-22.

31. *ib.* 29.11 διαιρεῖσθαι]

Τῶν γὰρ πραγμάτων, τὰ μὲν ὁμολογημένα καὶ μὴ ἔχοντα ἀντίρρῃσιν, οὐ κρίνεται, οἷον “ἐφωράθη τις φονεύων τινά”. Τὸ πρᾶγμα οὐκ ἔχει ποιότητα οὔτε τὸ πρόσωπον. | Ὁμολογεῖται γὰρ ὁ φόνος καὶ οὐκ ἔχει κρίσιν, οὐδὲ 10 ἐξέτασιν, ἀλλὰ κοινὸς γίνεται τόπος. Ἐπὶ δὲ τῶν προσώπων τὸ ἐναντίον·
 5 ἐξέτασιν ἔχει καὶ ἰσχὺν καὶ κρίσιν ὅσα ὥριστα. Τὰ δὲ μὴ ὠρισμένα οὐ κρίνεται, ὥσπερ τό “τίς”.

31

HERM.: 6 St. 30.13.

5 ὥριστα... ὠρισμένα ego: ὠμολόγηται... ὠμολογημένα testes.

31. *ib.* 29.11 “... de divisão...”]

De actos, há aqueles que são reconhecidos e não oferecem contestação: estes não são objecto de julgamento. Por exemplo: “uma pessoa foi apanhada em flagrante a cometer homicídio sobre outra”. Nem o acto nem a pessoa têm qualidade³⁷. Reconhece-se, pois, o homicídio, que não comporta julgamento nem exame; pelo contrário, estamos perante um lugar comum³⁸. Quanto às pessoas,
 5 sucede o oposto: aquelas que são definidas comportam exame, têm l força e prestam-se a julgamento. Por outro lado, as pessoas não definidas³⁹ não constituem objecto de julgamento; por exemplo: “alguém”.

³⁷ As pessoas indefinidas compreendem uma categoria à parte, pelo que não possuem qualidade. Cf. os comentários de Marcelino W4 88.18-20 e 91.24-26; Siriano *ib.* 86.22-23 e 86.26-87.1. Ver o estudo de Michel Patillon, *La théorie du discours...*, p. 92 sq. Cf. ainda infra 1.33.6-7 a afirmação da necessidade de uma ποιότης de pessoa em todos os estados de causa.

³⁸ É um concepção tradicional de κοινὸς τόπος. Vejam-se as definições dadas pelos tratadistas da proginasmática. Téon 106.5-6 p. 62 e Pseudo-Hermógenes 11.22-23. Há duas características fundamentais a realçar neste exercício: (a) presta-se para amplificar a argumentação; (b) utiliza-se somente em relação a um facto reconhecido. A exposição de Téon deste exercício revela uma carência: designa-o simplesmente por τόπος, em sentido restrito, termo que se aplica também, mais latamente, aos tópicos argumentativos comumente utilizáveis nas diversas argumentações particulares. Uma vez que o lugar comum se prende com factos reconhecidos, os quais, por consequência, não admitem qualquer discussão, o seu lugar privilegiado é depois da demonstração, e, no discurso judicial real, após a peroração — pois esta segue a argumentação —, ou até mesmo num segundo discurso (a chamada δευτερολογία) — dado que toda a argumentação própria do debate foi já desenvolvida no primeiro discurso. Desta forma, houve tendência para o assimilar a uma deuterologia ou a uma peroração: cf. Aftónio 17.3-5 e Nicolau de Mira, ed. Joseph Felten, vol. 11, Leipzig, 1913, 36.5-6, 13-14, 39.18-20. Cf. M. Patillon, *Aelius Theon...*, p. LXX sq. e p. 62 n. 304. Como estudos mais amplos sobre o lugar comum na tradição retórica, ver M. Lavency, “La technique des lieux communs de la rhétorique grecque”, *Les Etudes Classiques* 32 (1965), pp. 113-126, e L. Pernot, “Lieu et lieu commun dans la rhétorique antique”, *BAGB* 86 (1983), pp. 253-284.

³⁹ ὁμολόγηται e ὁμολογημένα são erro certamente por proximidade de ὁμολογημένα na linha 1. As correcções justificam-se pelo sentido e contexto.

32. *ib.* 29.13-16 τῶν δ' αὖ ἐξεταζομένων ἰσχυροτάτην μὲν ἔχει
 δύναμιν τὰ ὠρισμένα καὶ κύρια, οἷον ὁ Περικλῆς, ὁ
 Δημοσθένης καὶ τὰ τοιαῦτα]

15

| Τῶν προσώπων, φησί, τῶν ἐξεταζομένων καὶ πολυπραγμονουμένων τὰ
 μὲν εἰσιν ἰσχυρότατα εἰς τὸ πιθανῶς εἰπεῖν, τὰ δὲ ἐλάττονα εἰς αὐτὸ τοῦτο. Τὰ
 γὰρ ὠρισμένα καὶ γνώριμα καὶ κύρια πιθανώτερα τῶν ἄλλων. Δῆλος γὰρ ὁ 20
 Δημοσθένης, ὅτι φιλόπολις καὶ πιθανός ἐστίν, ἐὰν λέγῃ “γενώμεθα κατὰ τοῦ
 5 Φιλίππου”. Πόθεν δὲ ἔχουσι τὴν εὐπορίαν τὰ κύρια; Ἀπὸ τῶν ἐγκωμιαστικῶν
 τόπων, οἷον γένους, ἀνατροφῆς, παιδείας καὶ τῶν τοιούτων. Τὸ δὲ “ὠρισμέ- 25
 να” ἐνταῦθα τὸ γνώριμα καὶ ἐπίσημα δηλοῖ· οὐδὲν γὰρ ὠφελεῖ τὸ κύριον, |
 Πέτρος, ἐὰν μὴ εἰδῶ ἀπὸ ἱστορίας ἢ πράξεως αὐτοῦ τίς ἐστιν.

32

HERM.: 1-2 τῶν προσώπων — ἰσχυρότατα cf. *St.* 29.14 || 6 *ib.* 29.15.

2 ἰσχυρότερα W7 || 5 δέ: γὰρ Pc || 6 τὸ δέ: τὰ δέ Pc.

32. *ib.* 29.13-16 “Entre as pessoas que se prestam a exame, as mais fortes são as definidas e as designadas por um nome próprio, por exemplo: “Péricles”, “Demóstenes”, etc..]”

Das pessoas que são sujeitas a exame e sobre as quais há muito para dizer, diz ele que algumas são mais fortemente aptas para falar com credibilidade, outras têm menos recursos para tal. Com efeito, as pessoas definidas, conhecidas e designadas por um nome próprio são mais credíveis do que as demais⁴⁰. É o caso evidente de 5 Demóstenes, que é patriota e pessoa credível, se exclamar “sejamos contra I Filipe!” Em que se baseia a abundância de recursos dos nomes próprios? Nos lugares argumentativos do encómio, tais como: nascimento, educação, cultura e outras do género⁴¹. O termo “definidas” indica aqui pessoas “conhecidas” e “destacadas”, pois o nome próprio não tem qualquer utilidade, por exemplo “Pedro”, se eu não souber, pela história ou pelas suas acções, quem ele é⁴².

⁴⁰ Cf. *ib.* 30.7-8.

⁴¹ Cf. Pseudo-Hermógenes *Prog.* 15.19sqq.

⁴² 1.32.6-8 (τὸ δὲ ὀρισμένον — τίς ἐστίν) é fonte do escólio de Máximo Planudes W5 238.29-239.2.

33. *ib.*]

Justamente fez ele, em primeiro lugar, a explicação das pessoas, antes da dos actos, pois é necessário que exista antes o agente, na sequência do qual vem o acto. E fez a divisão das pessoas, primeiramente, entre as que admitem exame⁴³ e as que
 5 não a admitem⁴⁴; de seguida, como estas últimas se mantêm | indivisíveis, ele dividiu aquelas entre as que são designadas por um nome próprio e as que o são por um nome comum. E dividiu, por seu turno, as que são designadas por um nome comum segundo as modalidades expostas no passo⁴⁵. É preciso ter em conta que em todos os estados de causa é imprescindível a qualidade das pessoas, mas sobretudo na conjectura, pois aí temos necessidade da própria qualidade para a
 10 demonstração. Ele chama “fortes” não apenas às pessoas definidas, mas também àquelas que proporcionam uma maior | abundância de recursos. Estas são as pessoas designadas por um nome próprio; por exemplo: Péricles e Demóstenes. De facto, ele começa neste ponto a divisão das pessoas e mantém a ordenação para todas elas. Foi, pois, justamente que ordenou primeiro as pessoas designadas por um nome próprio. Em primeiro lugar, porque empregamos os outros nomes de pessoas para nos exercitarmos no tratamento desta classe de pessoas: as nossas declamações são, efectivamente, exercícios preparatórios destinados a tornar-nos aptos a intervir como oradores nas causas reais. Por outro lado, é ele mesmo, |
 15 Hermógenes, quem o sublinha, uma vez que o nome próprio é acompanhado pelos outros nomes de pessoas. Com efeito, se se considera a pessoa de Demóstenes, também se o considera como estadista e como pai, eventualmente como soldado e sob muitas outras atribuições; estas atribuições intervêm por si mesmas nas questões e admitem julgamento. Em terceiro lugar (o que é ainda melhor), porque as pessoas designadas por um nome próprio nos proporcionam uma maior abundância de recursos; e no-la proporcionam ou com base no conhecimento que delas temos
 20 ou com base na história. Por exemplo: conhecemos | a qualidade de Péricles da história, a de qualquer outro homem a partir do nosso próprio conhecimento.

⁴³ Cf. *Estados de causa* 29.14-30.9.

⁴⁴ Cf. *ib.* 30.12-16.

⁴⁵ Cf. *ib.* 29.16-30.3.

33. *ib.*]

Εἰκότως τῶν προσώπων προτερὰν ἐποιήσατο τῆς τῶν πραγμάτων
 διδασκαλίαν· δεῖ γὰρ προὔπαρ|χειν τό πράττον, εἴθ' οὕτως εἶναι τὸ 119
 πραττόμενον. Τὴν δὲ τῶν προσώπων διαίρεσιν ποιεῖται πρῶτον εἰς τὰ
 ἐξεταζόμενα καὶ εἰς τὰ ἀνεξετάστα· ἔπειτα τῶν ἀνεξετάστων μενόντων
 5 ἀδιαιρέτων, τὰ ἐξεταζόμενα διαιρεῖ εἰς | κύρια καὶ κοινά, τὰ δὲ κοινὰ πάλιν 5
 ὑποδιαιρεῖ κατὰ τοὺς ἐγκειμένους τρόπους ἐν τῷ ῥητῷ. Ἰστέον δὲ ὅτι ἐν
 πάσαις μὲν ταῖς στάσεσιν ἔστιν ἡ τῶν προσώπων ποιότης ἀναγκαία, ἐν δὲ τῷ
 στοχασμῷ πλεόν· ἐνταῦθα γὰρ καὶ τῆς ποιότητος αὐτῆς εἰς ἀπόδειξιν δεόμεθα.
 “Ἰσχυρὰ” δὲ | καλεῖ τὰ ὠρισμένα οὐχ ἀπλῶς, ἀλλὰ τὰ πλείονα τὴν εὐπορίαν 10
 10 παρεχόμενα. Ἔστι δὲ ταῦτα τὰ κύρια, οἷον ὁ Περικλῆς, ὁ Δημοσθένης.
 Ἐντεῦθεν γὰρ τῆς τῶν προσώπων διαιρέσεως ἄρχεται καὶ φυλάττει ἐπὶ
 πάντων τὴν τάξιν. Προέταχε τοίνυν εἰκότως τὰ κύρια. Πρῶτον μὲν | ὅτι καὶ τὰ 15
 ἄλλα πρὸς γυμνασίαν τούτων λαμβάνομεν· προγυμναζόμεθα γὰρ ἐν ταῖς
 μελέταις, ἵνα ἐπὶ ταῖς ἀληθείαις δυνώμεθα λέγειν. Ἐπειτα, ὃ καὶ αὐτὸς ὁ
 15 Ἑρμογένης φησὶν, ἐπειδὴ τῷ κυρίῳ ἀκολουθεῖ τὰ ἄλλα. Εἰ γὰρ λάβοι τις
 Δημοσθένη καὶ πολιτευόμενον ἔλαβε | καὶ πατέρα καὶ στρατιώτην τυχὸν καὶ 20
 πολλὰ ἕτερα, ἃ καὶ καθ' αὐτὰ ἐμπίπτοντα τοῖς ζητήμασι κρίσιν ἐπιδέχεται.
 Τρίτον δέ, ὃ καὶ ἄμεινον, πλείονα παρέχει | τὴν εὐπορίαν ἡμῖν τὰ κύρια· 120
 παρέχει δὲ ἢ ἐκ τῆς ἡμῶν αὐτῶν γνώσεως ἢ ἐκ τῆς ἱστορίας, οἷον τὴν μὲν
 20 Περικλέους ἴσμεν ποιότητα ἐκ τῆς ἱστορίας, τὴν δὲ τοῦ δεῖνος ἀνθρώπου ἐκ
 τῆς ἡμῶν γνώσεως.

33

HERM.: 9 ἰσχυρὰ δὲ καλεῖ τὰ ὀρισμένα cf. *St.* 29.14-15 || 10 τὰ κύρια — Δημοσθένης *ib.* 29.15-16 || 16
 Δημοσθένη — στρατιώτην cf. *ib.* 30.5-7 || 17 ἃ — ζητήμασι *ib.* 30.4.

1 τῆς (sc. διδασκαλίας) τῶν πραγμάτων διδασκαλίαν **P**: τὴν τ. π. δ. uitiouse W7 || 6 τρόπους om. **Pc** ||
 11-12 ἐπὶ πάντων: ἐπὶ τούτῳ **Pc** || 14 ὃ καὶ αὐτὸς ego: ὁ κ. α. **Pa** || 16 Δημοσθένην **P** || 17 ἐν ante τοῖς
 ζητήμασι add. **Pa** secludendum ex *St.* 30.4 censeo.

34. *ib.* 29.16-17 δευτέραν δὲ πρὸς τι, οἷον πατήρ, υἱός, δοῦλος, δεσπότης]

5

| “Πρὸς τι” λέγονται τὰ πρόσωπα, ὅσα λεγόμενα συνεμφαίνουσι ὅτι καὶ ἕτερον πρόσωπον· ὅταν γὰρ εἴπω υἱὸς ἢ δοῦλος, συνεμφαίνεται ὅτι καὶ δεσπότης ἔστι τοῦ δούλου καὶ πατήρ τοῦ υἱοῦ. Πῶς γὰρ λεχθήσεται υἱὸς ὁ πατέρα μὴ σχών, ἢ δοῦλος ὁ μὴ ἔχων δεσπότην; Τὰ τοιαῦτα οὖν οἱ ἀρχαῖοι 10
 5 ἐκάλεσαν “πρὸς τι”. Λέγει οὖν ὅτι ταῦτα τὰ | πρὸς τι οὐκ ἔχει μὲν δύναμιν οἷαν ἔχουσι τὰ ὠρισμένα καὶ κύρια, δευτέραν δὲ τῇ τάξει καὶ ὑποπίπτουσιν. Ἐκεῖνα μὲν γὰρ γνώριμα ὄντα καὶ ἀπὸ τοῦ βίου ἔχουσι τὰ ἐγκωμιαστικά πάντα εἰς ἐξέτασιν· ταῦτα δὲ, οἷον τὸ “υἱός” καὶ “δοῦλος”, ἀπὸ τοῦ βίου μὴ 15
 ὄντα γνώριμα, ἀπὸ μόλης τῆς τοιαύτης σχέσεως ἐξετάζεται. Οἷον ἐὰν εἴπωμεν 10
 ὅτι “υἱὸς παρίστατο νεοσφαγεῖ σώματι πατὴρ ἐπ’ ἐρημίας, ἢ δοῦλος δεσπότης σώματι”, ἀπὸ τῆς περὶ τὴν σχέσιν τοιαύτης ποιότητος ἕκαστον τῶν προσώπων τὴν ἐξέτασιν δέχεται.

34

HERM.: 1 *St.* 29.16 cf. lemma.

FONTES: 10-11 cf. *Sop.* W5 55.19-20, 76.6-7.

2 γὰρ om. *Pc* || 6 οἷαν *Pc*.

34. *ib.* 29.16-17 “Em segundo lugar, as correlativas; por exemplo: pai, filho, escravo, senhor.”]

Designam-se por “correlativas” todos os nomes de pessoas cuja enunciação indica uma outra pessoa, pois quando se diz “filho” ou “escravo”, indica-se que existe simultaneamente um senhor para o escravo e um pai para o filho⁴⁶. Realmente, como se poderá enunciar um filho se ele não teve pai, ou um escravo, se ele não tem um senhor? A tal género de pessoas os Antigos l chamaram “correlativas”. O Autor diz, pois, que as pessoas correlativas não possuem as potencialidades das definidas e das designadas por um nome próprio, mas as possibilidades que vêm na segunda classe. Com efeito, aquelas, como são conhecidas, retiram da própria vida todos os tópicos do elogio, com vista ao respectivo exame; quanto a estas últimas, por exemplo “um filho” ou “um escravo”, a sua vida não é conhecida e o exame a

10 que são submetidas parte unicamente de tal relação. Por exemplo: quando afirmamos l que “um filho está junto do corpo recém-degolado do pai”⁴⁷, ou “um escravo junto do do senhor”, cada uma destas pessoas admite o exame que se baseia na qualidade de tal relação.

⁴⁶ Este escólio é fonte do de Máximo Planudes W5 239.3-4.

⁴⁷ Sópatro faz o comentário a este mesmo lema W5 42.11-30, comentário que em nada influenciou o do Anónimo.

35. *ib.*]

| Εικότως ταῦτα δευτέραν εἴληφε τάξιν· τῶν μὲν γὰρ κυρίων ἤττονά ἐστί, 20
 τῶν δὲ μετὰ ταῦτα ἰσχυρότερα. Εἰ γὰρ καὶ μὴ ἐν ταῖς ἱστορίαις αὐτῶν ἔχομεν
 τὴν ποιότητα, ἀλλ’ οὖν δέδωκεν ἡμῖν ἡ φύσις κοινήν περὶ αὐτῶν ἀναπλάσα-
 σθαι ποιότητα, καὶ πάντες τοιαύτην τινά | περὶ αὐτῶν ὑπόληψιν ἔχομεν· περὶ 25
 5 μὲν πατέρων, ὅτι χρηστοὶ καὶ φιλόστοργοι, καὶ τὰ καθήκοντα βουλεύσασθαι
 διὰ τὴν ἡλικίαν δεινοί. Καὶ περὶ τῶν λοιπῶν ὁμοίως (περὶ υἱῶν λέγω καὶ
 δούλων)· περὶ ἐκάστου γὰρ κοινήν ὑπόνοιαν εἰλήφαμεν. Ταῦτα οὖν πλείστην
 μὲν ὅλην ὑπὲρ | τὰ λοιπὰ πάντα παρέχεται, λείπεται δὲ ὅμως τῶν ὠρισμένων· 30
 Ἐκεῖνα μὲν γὰρ πεπηγυῖαν καὶ βεβαίαν ἔχει τὴν | ποιότητα, τὰ δὲ πρὸς τι οὐ 121
 10 πάντως. Εἰ γὰρ καὶ χρηστὸν τῶν πατέρων τὸ πρόσωπον, ἀλλ’ εὐρήσομέν τινας
 ἔλαττον φροντίσαντας τῆς φύσεως. Ταῦτα δὴ οὖν εἰκότως πρὸ τῶν
 διαβεβλημένων καὶ τῶν λοιπῶν τέτακται· τὰ μὲν γὰρ ἐστὶ τῆς φύσεως (λέγω
 δὴ τὰ πρὸς τι), οἷον πατήρ, ἀδελφός· τὰ δὲ τῶν τρόπων, οἷον “ἄσωτος”, |
 “μοιχός”· καὶ τὰ μὲν διπλά ἐστὶν ἑτέρου πάντως συνεπινοουμένου, οἷον τῷ 5
 15 πατρὶ συνεπινοουμένου τοῦ υἱοῦ· τὰ δ’ οὐχ οὕτως ἔχει. Ζητοῦσι δὲ τοῦτο· πῶς
 τὸ τοῦ μοιχοῦ πρόσωπον ἐν τοῖς διαβεβλημένοις τέταχε. Διαβεβλημένα γάρ —
 φασί — καλεῖται τὰ μισούμενα, οὐχὶ τὰ κολαζόμενα· | ὁ γὰρ μοιχὸς τῶν 10
 κολαζομένων ἐστί. Φαμέν οὖν πρὸς τοῦτο ὡς ὁ ῥήτωρ οὐ περὶ τοῦ
 ὁμολογουμένου μοιχοῦ ζητεῖ, ἀλλὰ περὶ τοῦ ἀμφιβαλλομένου· ὁ δὲ μὴ
 20 ὁμολογούμενος μοιχὸς οὐ κολάζεται.

35

FONTES: 14-15 τῷ πατρὶ — υἱοῦ cf. Marc. W4 96.1.

6 τῶν om. Pc || 11 φροντίσαντας Pc unde ego: φροντίσας Pa || 13 δὴ Pc unde ego: δεῖ Pa || 16 φασί Pa: φησι rel. || 19 ὁ δὲ Pa: ὁ γὰρ Pc.

35. *ib.*]

Estas pessoas ocupam justamente a segunda classe, pois são mais fracas do que as designadas por um nome próprio, mas mais fortes do que as das classes seguintes. Com efeito, ainda que não baseemos a sua qualidade nos relatos de história, no entanto a natureza forneceu-nos o meio de fabricar a seu respeito uma qualidade
 5 comum, e todos temos uma opinião preconcebida acerca deles: acerca dos pais, que são rectos e que amam os seus, e ainda que são idóneos para tomar as decisões convenientes, em virtude da sua maturidade. E acerca das demais pessoas (refiro-me às dos filhos e às dos escravos), procedemos de forma análoga: tomámos por base, para cada uma, uma suspeita comum. Assim, esta classe de pessoas proporciona-nos matéria muito abundante, mais do que todas as demais; não obstante, ela vem depois das definidas. A qualidade destas é firme e estável; quanto às correla-
 10 tivas, tal não sucede em absoluto. De facto, se a pessoa dos pais é recta, por outro lado encontrar-se-ão alguns que têm em pouca conta a natureza. Estas, pois, foram justamente ordenadas antes das infames e das demais classes: consideram-se umas pela sua natureza (refiro-me precisamente às correlativas); por exemplo: um pai, um irmão; outras, pelos modos de conduta⁴⁸, tais como um devasso ou um adúltero; por outro lado, estas pessoas são duplas, quando uma absolutamente implica
 15 que se pense na outra; por exemplo: quando se pensa na ideia de “pai”, pensa-se ao mesmo tempo na de “filho”; com outras, porém, não se passa assim. Por que razão — perguntam-se os críticos — atribui ele à pessoa do adúltero uma posição entre as infames? Designam-se por “infames”, afirmam eles, as pessoas a quem se odeia, não as que recebem pena. Ora o adúltero inclui-se entre as que recebem pena. A isto respondemos nós que o retor não inquire o adúltero reconhecido, mas
 20 aquele que suscita ambiguidade. O adúltero não reconhecido não sofre pena.

⁴⁸ O escoliasta baseia-se aqui no critério das disposições do público para a classificação hermogeniana das pessoas segundo a respectiva qualidade (ver M. Patillon, *La théorie du discours...*, p. 95). Resulta deste critério uma oposição ética φύσις/ τρόποι (costumes naturais / costumes de conduta), e consequentemente duas categorias de pessoas: as διαβεβλημένα “infames” (vd. infra escólio 1.36) e as ἠθικά “éticas” (vd. infra escólio 1.37). Cada uma delas, por sua vez, suscita emoções díspares por parte do auditório: as primeiras o ódio, a invectiva e a predisposição para a condenação, dado o pressuposto da perversidade deliberada dos seus actos e conduta; a segunda, por outro lado, apenas o ridículo e o cómico.

36. *ib.* 29.17-18 τρίτην τὰ διαβεβλημένα, οἷον ἄσωτοι, μοιχοί, κόλακες]

15

Τρίτην τάξιν ἔχει τὰ διαβεβλημένα, ἐπειδὴ | τρόπων ἐστὶ κακία, δεύτερος δὲ τῆς φύσεως ὁ τρόπος. Ταῦτα δὲ ἀσθενέστερα κατὰ τὴν ὕλην τῶν προτεταγμένων ἐστίν· ἐκεῖνα μὲν γὰρ παραλαμβάνομεν πρὸς ἀπόδειξιν καὶ ἀγῶνα, ταῦτα δὲ πρὸς καταδρομὴν μόνον, ὃ γὰρ δύναται ἐν τοῖς προτέροις ἢ 20
5 ἀπόδειξις, τοῦτο συν|τελεῖ πρὸς ταῦτα ἢ τῶν δικαστῶν πρόληψις. Προμεμίσχεται γὰρ τὸ πρόσωπον, καὶ αὐτὰ δὲ τοσαύτην ἔχει τὴν εὐπορίαν, ὥς καὶ ζήτημα συγκροτεῖν ἕκαστον αὐτῶν καθ' ἑαυτὸ λαμβανόμενον. Ὡς ἔχει ἐκεῖνο τὸ 25
πρόβλημα· “ἄσώτου πατὴρ ἀφανὴς γέγονε καὶ κρίνεται φόνου”· ἐν|ταῦθα τὸ πρόσωπον πολλὴν παρέχει τὴν εὐπορίαν. Διαβεβλημένα δὲ καλεῖ τὰ διὰ τὴν 10
φauλότητα τοῦ τρόπου μισούμενα· οὐ γὰρ ἐν ψιλῇ μόνον διαβολῇ ὑπάρξει τὰ τοιαῦτα, ἀλλὰ καὶ μεμίσχεται. Ἰστέον δὲ ὅτι ταῦτα οὐ πρὸς ἀπόδειξιν συντελεῖ, 30
ἀλλὰ πρὸς καταδρομὴν, καὶ | ἔστιν ἐπιλογικά. Διὰ τί δὲ μετὰ τῶν διαβεβλημένων τούτους μοιχοὺς ἔταχε, δῆλον γὰρ ὅτι μοιχὸς εἰς δικαστή|ριον οὐκ εἰσέρχεται; Αὐτίκα γὰρ εἴ τις φαίη ἐν ζητήματι ὅτι μοιχὸς τις εὐρεθεὶς ἐπὶ 15
γυναικὶ κρίνεται, ἀσύστατον. Καί τινές φασιν ὅτι μοιχὸν ἐνταῦθα τὸν 5
μοιχικὸν ἄνδρα τὸν τρόπον, μήπω δὲ εἰς ἔλεγχον ἐλθόντα φησίν. | Οὐ τοῦτο δὲ μόνον, ἀλλὰ δεῖ καὶ τοῦτο νοεῖν· ὅτι μοιχὸν λέγει οὐ διὰ μοιχείαν κρινόμενον, ἀλλ' ἐφ' ἑτέρῳ πράγματι, ὥς ἐπὶ τοῦ ἀριστέως μοιχοῦ ἀναθέντος τὰ ὅπλα εἰς τὸ ἱερὸν καὶ ἀσεβείας κρινομένου· ἐνταῦθα ἢ μοιχεία

36

HERM.: 8 ἄσώτου — φόνου *St.* 31.7-8.

FONTES: 7-8 ἄσ. — φόν. cf. *Syr.* R2 62.5-6 (=W4 299.31-32 adn. 29), 66.23-24 || 11-12 ἰστέον δὲ — ἐπιλογικά *Sop.* W4 98.17-19.

1 δεύτερον mendose W7 || 7 αὐτῶν: αὐτῶ *Pc* || ἐκεῖνο om. *Pc*.

36. *ib.* 29.17-18 “Em terceiro lugar, as odiadas, por exemplo: devassos, adúlteros, adúladores.”]

As infames são a terceira classe, porque constituem vícios nos modos de conduta, e porque estes vêm depois da natureza. Estas pessoas são mais deficitárias quanto a matéria do que as anteriores, porque tomamos aquelas como recurso para uma demonstração e um debate e estas somente para uma invectiva, pois o que

5 pode a demonstração no caso das pessoas precedentes, nestas últimas o pode | o juízo prévio dos juízes. Com efeito, a pessoa já é de antemão odiada, e elas possuem uma tal abundância de recursos que cada uma delas, por si mesma, logra formar uma questão. Assim é o tal problema de “um devasso que, por acontecer estar seu pai desaparecido, é acusado de homicídio”; nesta questão, é enorme a abundância de recursos que a pessoa proporciona. Mas chama “infames” às pes-

10 soas que se odeia pela vileza | do seu modo de conduta. Tais pessoas não são apenas depreciadas, mas são também objecto de ódio. Deve ter-se em conta que não servem para uma demonstração, mas para uma invectiva e que o seu lugar é o epílogo. Por que razão ordenou os adúlteros em conjunto com as pessoas infames, já que é evidente que um adúltero não sobe a tribunal? Por exemplo, se o enunciado de uma questão fosse: “um homem adúltero surpreendido com uma mulher é sub-

15 metido a julgamento”, teríamos uma causa | mal constituída. E afirmam alguns que ele designa aí por “adúltero” o homem com modo de conduta adúltero, mas que ainda não foi submetido à respectiva prova. No entanto, não se deve considerar apenas isto, mas também o seguinte: ele designa por “adúltero” um homem julgado não por adultério, mas por um outro acto, por exemplo um condecorado por bravura, adúltero, julgado por haver consagrado armas dentro de um santuário e por

20 impiedade. De facto, neste caso, o adultério | vai a tribunal sem ser submetido a

20 εἰσῆλθεν εἰς δικαστήριον οὐ κρίσιν ὑπέχου|σα, ἀλλὰ διὰ τὴν ἀσέβειαν 10
 ἐξεταζομένη. Τὸ γὰρ ζητούμενον εἰ ἡσέβηκεν ἢ μή, νόμῳ τῶν ἀριστεύων τὴν
 πανοπλίαν ἀναθείς. Καὶ θαυμαστὸν οὐδέν· ἐν πολλοῖς γὰρ καὶ ἡ μοιχεία
 εὐρίσκεται τεκμήριον γινομένη, ὥς ἐπὶ τοῦδε τοῦ ζητήματος· “προσῆλθέ τις
 μνώμενος κόρη· εἶ|πεν ἡ μήτηρ αὐτὴν θάττον ἀποθανεῖν ἢ πρὸς γάμον 15
 25 δοθῆναι, καὶ εὖρηται ἡ κόρη ἐπὶ σημείοις φαρμάκων ἀνήρημένη· ἀνέκρινεν ὁ
 πατὴρ τὰς θεραπαίνας, ἐν αἷς ὁ πατὴρ περὶ μὲν τῶν φαρμάκων οὐδὲν ἀκήκοεν,
 μοιχείαν δὲ ἤκουσεν ἀπὸ τοῦ μνηστῆρος πρὸς τὴν γυναῖκα, | καὶ κρίνει αὐτὴν 20
 φόνου”. Ἐνταῦθα γὰρ ἡ μοιχεία εἰς σημεῖον τοῦ φόνου παραλαμβάνεται, ἥτις
 καὶ αὕτη τοῖς τε τῶν θεραπαινίδων λόγοις καὶ τοῖς τῆς γυναικὸς ῥήμασι
 30 κατασκευάζεται.

**37. *ib.* 29.18-19 τετάρτην τὰ ἠθικά, οἶον γεωργοί, λίχνοι καὶ τὰ
 ὅμοια]**

25

Τὰ ἐξ ἡμετέρας ἐπιτηδεύσεως ὄντα πάντα ἢ μισεῖται καὶ καλεῖται 123
 διαβεβλημένα, ἢ γελάται καὶ | καλεῖται “ἠθικά” ἢ ψιλὴν μόνην ἔμφασιν
 παρέχει, τουτέστιν οὐδὲ μισεῖται οὐδὲ καταγελάται, ὥς ἔχει τὸ φιλόσοφος καὶ
 στρατηγός, ἅπερ τὴν ὑστάτην τάξιν ἀπέειλεν. Εἰκότως δὲ τέτακται τὰ 5
 5 διαβεβλημένα πρὸ τῶν ἠθικῶν· τὰ μὲν γὰρ μισεῖται, ὥς ἔφαμεν, καὶ διὰ
 τοῦτο κινδυνεύει, τὰ δὲ καταγελάται· ὅσῳ τοίνυν μείζον τὸ κινδυνεύειν τοῦ
 καταγελάσθαι, τοσοῦτῳ ἰσχυρότερα ἐστὶ τὰ διαβεβλημένα τῶν ἠθικῶν.

36

HERM.: 23-28 cf. *St.* 45.4-8.

18-21 ὥς ἐπὶ — ἐξεταζομένη cf. *Sop.* W4 99.13-15, 264.19-21, W5 82.6-9 || 25-26 ὁ πατὴρ om. *Pa* || αἷς
 ego: οἷς testes || 28 ἢ *Pc*: om. *rell.*

37

2 ἢ γελάται — ἠθικά om. *Pc* || 7 τοσοῦτον *Pc*.

julgamento, mas é objecto de exame devido à impiedade cometida, pois o ponto em inquirição incide sobre se ele cometeu ou não impiedade, de acordo com a lei dos condecorados por bravura, ao consagrar as suas armas⁴⁹. E não há motivo para admiração, pois em muitos problemas encontra-se o adultério convertido num indício, a exemplo da questão seguinte: “alguém se apresentou pedindo uma jovem em casamento; a mãe respondeu que ela preferiria morrer a ser concedida em casa-
 25 mento | a esse homem, e descobre-se que a jovem fora assassinada, apresentando sinais de envenenamento; o pai interroga as criadas, das quais⁵⁰ não obtém qualquer informação acerca do veneno, mas fica a saber do adultério entre esse preten-
 dente e a mulher, e acusa esta de homicídio”. Neste caso, com efeito, o adultério é assumido como indício do assassinio, sendo próprio o adultério confirmado quer
 30 pelas declarações das criadas, | quer pelas palavras da mulher.

37. *ib.* 29.18-19 “Em quarto lugar, as éticas, por exemplo: camponeses, gulosos, etc..”]

Todas as nossas maneiras de ser ou motivam o ódio chamando-se-lhes “infames”, ou o riso, chamando-se-lhes “éticas”, ou, por outro lado, apresentam uma simples designação, isto é, nem são objecto de ódio nem de riso, como são os casos do filósofo e do general, sendo-lhes atribuída a última posição entre as clas-
 5 ses de pessoas. Ele ordenou justamente as | infames antes das éticas. Umas são objecto de ódio, conforme afirmámos, e, por este motivo, correm riscos, enquanto as outras são objecto de riso, pelo que quanto maior é o correr riscos do que o ser objecto de riso, tanto mais fortes são as infames do que as éticas.

⁴⁹ A lei sobre os ἀριστεῖς “condecorados por bravura” atribui-lhes a concessão de qualquer recompensa que desejem. Este problema, por outro lado, dá a entender que as ofertas ao templo estarão submetidas a determinadas regras.

⁵⁰ O antecedente do relativo é, no contexto, necessariamente αἱ θεραπαινῶναι, o que justifica a correcção da forma οἷς, por αἷς.

38. *ib.*]

Κατὰ μικρὸν ὑπερβαίνει τῆς ὅλης ἀσθενούσης, δη|λονότι ἐκεῖνα μὲν γὰρ 10
 πρὸς καταδρομὴν λέγεται, τούτοις δὲ πρὸς ὑπόκρισιν μόνην κεχρήμεθα. Τίνος
 δὲ ἔνεκεν ἠθικὰ ταῦτα μόνα καλεῖ, καίτοι τοῦ ἥθους καὶ ἐν τοῖς ὠρισμένοις
 ὄντος καὶ ἐν τοῖς πρὸς τι καὶ ἐν τοῖς διαβεβλημένοις; Φαμέν οὖν ὅτι κυρίως |
 5 προσηγόρευσεν, ἅμα γὰρ τῷ ὀνόματι καὶ τὸ ἥθος συνεισάγει. Ἀλλὰ πρὸς τοῦτο 15
 δύναιτ' ἂν τις εἰπεῖν ὅτι καὶ τοῖς ὠρισμένοις καὶ τοῖς πρὸς τι καὶ τοῖς
 διαβεβλημένοις καὶ τὸ ἥθος ἅμα τῷ λέγεσθαι συνεισάγεται. Λέγομεν οὖν ὅτι
 τὰ τοιαῦτα τῶν ζητημάτων κωμωδίας τρόπον ἐπ|έχει καὶ οὐδὲν ἀγωνιστικὸν 20
 συνεισάγεται, οἷον “γεωργὸς μυριζομένην τὴν γυναῖκα ἀπέπεμθεν”. Ἐνταῦθα
 10 γὰρ εὐπορίαν τινὰ ἀπὸ μόνου τοῦ ἥθους λαμβάνομεν.

**39. *ib.* 29.19-22 πέμπτην τὰ κατὰ συμπλοκὴν δύο προσηγοριῶν,
 οἷον νέος πλούσιος, τούτων γὰρ ἑκάτερον ἰδίᾳ μὲν σμικρὸν ἢ
 οὐδὲν ἰσχύει, συμπλάκεντα δὲ εἰς ἓν ἄμφω δύναται κρίσιν
 ἀναδέξασθαι]**

Προσηγορίας καλεῖ τὰ προσηγορικά ὀνόματα. Ἰστέον δὲ ὅτι ταῦτα τὰ κατὰ 25
 συμπλοκὴν ἐκ τύχης | ἐστὶ καὶ ἐξ ἡλικίας, οἷον νέος πλούσιος, πένης,
 πρεσβύτης. Τέτακται δὲ ταῦτα εἰκότως μετὰ τὰ ἄλλα ὅτι καθ' ἑαυτὰ μὲν
 λεγόμενα ἀσθενέστατά ἐστι καὶ σύστασιν οὐ ποιεῖ, ὁμοῦ δὲ γινόμενα
 5 συνίσταται. Ὅσῳ οὖν τὰ μὲν ἄλλα καθ' ἑαυτὰ λέγεται, καὶ σύστασιν ποεῖ, 124
 ταῦτα δὲ δύο ὄντα | ἐνὸς χρειαν ἀποτελεῖ, τοσούτῳ ἀσθενέστερα ἐκείνων
 καθέστηκε.

38

2 μόνην Pc: μόνον rell. || 3 ἔνεκα Pc || 5 εἰσάγει Pc || 7 συνάγεται Pc.

39

1 ὅτι Pc: ὡς Pa.

38. *ib.*]

Mas elas em pouco sobressaem, sendo evidente que a matéria é deficitária em recursos. Estas, com efeito, enunciam-se com vista a uma invectiva, ao passo que utilizamos as outras unicamente com vista a uma representação cénica. Mas por que razão apenas a estas se chama “éticas”, já que também existe *ethos*⁵¹ quer nas definidas, quer nas correlativas, quer ainda nas infames? Dizemos, assim, que o

5 Autor designou as éticas l no sentido próprio, pois introduz o *ethos* juntamente com o nome. Porém, em resposta a isto, poder-se-ia dizer que, quer nas definidas, quer nas correlativas, quer ainda nas infames, o *ethos* é introduzido juntamente com o acto da enunciação. Dizemos, pois, que as questões deste género contêm um modo próprio da comédia e não introduzem qualquer elemento de debate; por exemplo: “um camponês repudia a mulher, por esta cheirar a perfume”. De facto, l

10 neste caso, não possuímos outro recurso a não ser o *ethos*.

39. 29.19-22 “Em quinto, as que se constituem da combinação de dois designativos, por exemplo: um «jovem rico»; com feito, cada um deles, por si só, tem pouca ou nenhuma força, mas, se ambos forem combinados como um único, podem admitir julgamento.”]

“Designativos” chama ele aos nomes utilizados na qualidade de designativos. É preciso que se saiba que esta classe de pessoas se compõe de uma combinação fundada na condição e na idade. Por exemplo: um jovem rico, um velho pobre. Esta classe de pessoas foi justamente ordenada a seguir às outras, porque, quando enunciada individualmente, estes nomes de pessoas são deficitários em recursos e

5 não têm constituição, mas, quando em conjunto, têm-na. Pois quanto mais l as anteriores classes de pessoas são de enunciação individual e constituem uma causa, ao passo que estas, agrupadas em duas, cumprem a função de uma única, tanto mais se confirma o maior défice destas últimas relativamente àquelas.

⁵¹ Parece preferível transliterar simplesmente ἦθος para *ethos*, sem verter para “carácter”, a fim de manter o jogo etimológico com “éticas”.

40. *ib.* 29.22-30.2 ἔκτην τὰ κατὰ συμπλοκὴν προώπου καὶ πράγματος, οἷον μειράκιον καλλωπιζόμενον φεύγει πορνείας]

Καινὴν τινὰ διδασκαλίαν ἐνταῦθα ὁ τεχνικὸς ἡμῖν παραδίδωσι, περὶ γὰρ 5
 προσώπων προθέμενος λέγειν, | περὶ πράγματος ἡμῖν διαλέγεται· ὅθεν καὶ
 σφάλλεσθαι τοῖς πολλοῖς, μᾶλλον δὲ πᾶσι σχεδὸν ἔδοξεν. Ὁ δὲ βαθύτεραν
 τινὰ καὶ γλαφυρὰν ἡμῖν διδασκαλίαν ἐνταῦθα ἀνακαλύπτων ἔλαθε τοὺς
 5 πολλοὺς, ἐπεὶ γὰρ εἰσὶ τινὰ μεταξὺ προσώπων τε καὶ πραγμάτων, ἥγουν 10
 ῥημάτων | καὶ ὀνομάτων, οἷον αἱ μετοχαὶ μετέχουσι καὶ προώπου καὶ
 πράγματος, τουτέστι καὶ ῥήματος καὶ ὀνόματος, καθά φησι καὶ ὁ γραμματικὸς·
 “μετοχή ἐστι λέξις μετέχουσα τῆς τῶν ῥημάτων καὶ τῆς τῶν ὀνομάτων 15
 ιδιότητος”. Διδάξαι ἡμᾶς ὁ τεχνικὸς καὶ περὶ τούτων βουλόμε|νος καὶ τίσιν
 10 ἄρα ταύτας συντάττειν χρεών, τοῖς προώποις ἢ τοῖς πράγμασιν, οὕτω τὸν
 λόγον μεθώδευσεν· τὰ μὲν γὰρ πράγματα διὰ ῥημάτων σημαίνεται, τὰ δὲ
 πρόσωπα δι’ ὀνομάτων· αἱ δὲ μετοχαὶ οὔτε ῥήματά εἰσιν οὔτε ὀνόματα. Τίσιν 20
 οὖν ταύτας συντάξομεν; Ἄλλ’ | ἴσως ἔροιτό τις· τί οὖν αἱ μετοχαὶ τῶν
 προσηγορικῶν διαφέρουσι; Οἷον ὁ κλέπτων τοῦ κλέπτου τί διαλλάττει; Ἡ
 15 ὁ μοιχεύων τοῦ μοιχοῦ ἢ ὁ κολακεύων τοῦ κόλακος ἢ καὶ αὐτὸς ὁ

40

FONTES: 8-9 cf. Apoll. Dysc. grammaticus *Synt.* 1 cap. 21 ed. G. Uhlig, *Gramm. Gr.* 2.2, 23.

5 ἐστὶ Pc || 8 alt. τῆς om. Pa || 10 ἄρα Pc || ταῦτα Pc || 13 ταύτας Pc || 14 διαλλάττει ego: διαλάττει Pa
 διαφέρει Pc.

40. 29.22-30.1 “Em sexto, as que resultam da combinação de uma pessoa e de um acto, por exemplo: «um jovem elegante é acusado de prostituição».”]

Neste ponto, o Autor introduz-nos uma nova lição. Com efeito, propondo-se falar acerca das pessoas, ele fala-nos acerca do acto. Por isso, pareceu a muitos críticos, ou melhor, a quase todos, que ele se engana. Porém, ele põe-nos a nu um
 5 tratamento teórico mais profundo e arguto neste ponto, de forma imperceptível para a maioria, uma vez que há alguns elementos intermédios entre pessoas e actos, ou seja, entre verbos e nomes⁵², por exemplo, os “particípios”, que, por assim dizer, participam⁵³ dos elementos “pessoa” e “acto”, isto é, de verbo e de nome, tal como o gramático afirma: “particípio é uma palavra⁵⁴ que participa quer da propriedade dos verbos quer da dos nomes”. O Autor, na intenção de também
 10 no-os explicar e na necessidade de os ordenar juntamente com certos elementos, ou com as pessoas ou com os actos, adopta o seguinte método no tratamento do tema: os actos são significados pelos verbos, as pessoas pelos nomes. Mas os participios não são nem verbos, nem nomes. Entre que elementos os deveremos pois classificar? Mas poder-se-ia talvez perguntar: em que diferem pois os participios dos designativos? Por exemplo, o que há de distinto entre “aquele que rouba” e “o

⁵² O escoliasta empreende aqui um comentário ao nível das estruturas linguísticas (incidindo mais propriamente sobre as partes do discurso no sentido linguístico ou “categorias gramaticais”) subjacentes à teoria hermogeniana do discurso retórico. Dionísio de Halicarnasso *Περὶ σύνθεσις ὀνομάτων* 2.2 atribui à segunda geração estóica a distinção entre designativos (*προσηγορικά*) e nomes de pessoa (*ὀνοματικά*). Designadamente Diógenes de Seleuceia (também chamado da Babilónia) e Crisipo (cf. Diógenes Laércio, 7.57-58), acrescentam-lhes três outras partes do discurso: o verbo (*ῥῆμα*), a conjunção (*σύνδεσμος*) e o artigo (*ἄρθρον*). Apolónio Díscolo, um gramático alexandrino da época de Hermógenes, quanto à parte do discurso *ὄνομα*, distingue duas classes: *ὄνομα κύριον* / *ὄνομα προσηγορικόν* “nomes próprios / nomes designativos” (vd. tratado sobre o advérbio ed. R. Schneider — G. Uhlig, *Grammatici Graeci* 2.1, Leipzig, Teubner, 1878, p. 120.23 [reed. Hildesheim, Georg Olms]). Como observa M. Patillon, *op. cit.*, p. 92, Hermógenes faz igual distinção (classes 1^a, 6^a e 7^a 29.14-16 e 29.22-30.2), mas aplica-a directamente à pessoa e não ao nome que a designa, como se ambos os planos se confundissem. Nas palavras de Patillon, isto, todavia, não é motivo para estranhamento, já que os dados da situação em exame não são mais do que o enunciado da causa, pelo que, tanto a pessoa quanto as demais circunstâncias da causa não passam, inicialmente, de uma palavra. É a Apolónio Díscolo que se referem as linhas 1.40.8-9 (cf. infra n. 54). O escoliasta junta igualmente os dois planos (nome e pessoa) e desenvolve um outro aspecto dentro da questão dos nomes, partindo da relação que se estabelece entre a pessoa e o acto que ela pratica: a distinção entre o participio verbal (*μετοχή*), na qualidade de nomes deverbativos de agente (cf. os participios presentes latinos ou ainda os deverbativos de agente em *-tor*, herdados pelas línguas novilatinas) e nome designativo (*προσηγορία*) cognato do verbo que designa o indivíduo que pratica a acção significada pelo verbo.

⁵³ A nossa versão procurou manter a justificação etimológica dada pelo escoliasta para *μετοχή* ou “particípio” como parte do discurso, por participar de “pessoa” e de “acto”, compreendendo, assim, e como se explicita de seguida, atributos de duas outras partes do discurso: verbo e nome.

⁵⁴ A presente citação por parte do escoliasta teria provavelmente, como fonte mais precisa, um tratado perdido, sobre o participio. Ver ainda a Apolónio Díscolo, *Sintaxis*, introdução, tradução e notas de Vicente Bécares Botas, Madrid, Gredos, 1987.

καλλωπιζόμενος τοῦ καλλωπιστοῦ; Διαφέρει ὅτι αἱ μὲν μετοχαὶ ἐνέργειαν ἢ
 πάθος κατὰ τὰ ῥήματα | παριστῶσι, τὰ προσηγορικά δέ, οἷον ὁ κλέπτης, ὁ 25
 μοιχὸς καὶ τὰ τοιαῦτα, ποιότητα μόνην ἀπὸ τῆς προλαβούσης ἐγγενομένην
 ἔξεως. Διὰ τοῦτο ὁ μὲν καλλωπιστὴς τῶν προσώπων ἐστίν, ὥσπερ δὴ καὶ ὁ
 20 κλέπτης καὶ ὁ μοιχὸς καὶ ὁ κόλαξ, ὁ δὲ καλλωπιζόμενος πρᾶγμα ἐστὶν οὐ
 ῥηματικῶς, ἀλλὰ μετοχικῶς ἐξενηνεγμένον· καὶ ὡς μετέχον καὶ τῆς τῶν

- 15 ladrão”? Ou entre | “aquele que comete adultério” e “o adúltero”, ou entre “aquele que adula” e “o adulator”, ou ainda entre “aquele que se arranja com elegância” e “o elegante”? Diferem pelo facto de os participípios expressarem no verbo uma actividade e um acontecimento⁵⁵, ao passo que os designativos, tais como “o ladrão”, “o adúltero” e outros do género expressam apenas uma qualidade inerente, alicerçada no modo natural de ser⁵⁶ previamente existente. Por esta razão, “o janota”
- 20 figura entre as pessoas, tais como são os casos precisamente de “o | ladrão”, “o adúltero” e “o adulator”. Mas no caso de “aquele que se arranja como um janota”, trata-se de um acto, expresso não por meio de um verbo, mas por meio de um participípio. E, como participa daquilo que é específico quer da propriedade dos

⁵⁵ O escoliasta reporta-se claramente à teoria gramatical (de que a nossa herdou conceitos, por intermédio dos teóricos latinos). Em particular, refere-se aqui a distinções essenciais no sistema verbal: a oposição entre as διαθέσεις verbais ou “vozes” activa (ἐνέργεια) e passiva (πάθος), fundadas nas oposições lógicas *acção/ estado* e *agente/ paciente*. Dionísio da Trácia ed. G. Uhlig *Gramm. Gr.* 1.1, 1883, 48.1 sqq. (cf. escólios à sua arte gramática ed. A. Hilgard *ib.* 1.3, 1901, 245.23 sqq.) notou a existência de uma terceira modalidade, intermediária entre aqueles dois pólos opostos, que designou por μεσότης (ou média). Não obstante, as tentativas dos gramáticos gregos de descrever e classificar o sistema verbal da sua língua têm como objecto um estado, por assim dizer, tardio da língua. De facto, do que se conhece da história das línguas indo-europeias, bem como da do próprio grego, o que se verificou foi a existência de uma outra oposição fundamental entre os pontos de vista *objectivo/ subjectivo* ou *acção/ agente*, ou seja, entre a voz activa e a média. A mesma oposição é testemunhada pelos gramáticos indianos, na descrição do sânscrito (respectivamente *parasmaipadam/ atmanepadam*). A chamada “passiva” é uma inovação e nova tendência, paulatinamente constituída na dependência da média, e não, ao invés do que geralmente se pensa, como “o inverso” da activa. Ver para um tratamento geral sobre esta matéria J. Humbert, *Syntaxe Grecque*, §§ 158-172.

⁵⁶ ἔξις, como maneira de ser, estado ou disposição natural, habitual e permanente de uma alma ou espírito, conceito de grande importância na filosofia aristotélica. Figura por diversas vezes na *Retórica*. A sua definição e caracterização encontra-se em *Categorias* 8.8b 25 sqq. como uma das duas espécies de ποιότης, opondo-se a διάθεσις, entendida meramente como uma disposição, ou estado somático ou psíquico, transitório, susceptível de alteração. Toda a alma é ἔξις, como escreve Aristóteles em *Ética a Nicómaco*, 1104b. Oposto a ἔξις é também o conceito de ἐνέργεια, manifestação activa que exorbita dessa disposição natural e habitual: cf. em Aristóteles *ib.* 1098b-1099a, 1115b. O escoliasta mostra conhecer bem a doutrina aristotélica a este respeito.

ῥημάτων καὶ τῆς τῶν ὀνομάτων ιδιότητος, ἐν τῇ | τῶν προσώπων τάξει μάλ- 125
 λον ἐμνημονεύθη, ὅτι τὰ πρόσωπα τῶν πραγμάτων πρότερα, καὶ προσώπων
 χωρὶς οὐκ ἂν γένοιτο πράγματα· “πράγματα” γὰρ ἐνταῦθα τὰς πράξεις καὶ τὰς
 25 ἐνεργείας τὰς διὰ τῶν προσώπων ἐνεργουμένας, οὐ τὰς ὕλας φαμέν. Διὰ 5
 ταῦτα τοῖς πρόωποις τὰ μετοχικῶς ἐρμηνευόμενα τῶν πραγμάτων ὁ ῥήτωρ
 συνέταξεν· οἷα τῶν μετοχῶν ἐν μεταιχμίῳ ῥημάτων καὶ ὀνομάτων, ἡγουν
 προσώπων τε καὶ πραγμάτων, κειμένων καὶ τῶν προσώπων ὡς προτέρων
 προϋφηρηπα|κόντων αὐτάς· ἔνθεν καὶ στάσις τὸ ἐξ αὐτῶν ἐστὶ καὶ τῶν 10
 30 προσώπων ἀποτελούμενον, οἷα μετεχουσῶν καὶ τοῦ ῥήματος ἡγουν τοῦ
 πράγματος, εἰ καὶ τοῖς πρόωποις διὰ τὰς εἰρημένας αἰτίας συγκατετάγησαν. “Ὁ
 καὶ τισιν ἀγνοηθέν αἰτίαν προσῆψε τῷ τεχνικῷ ἀγνοήματος· | οὐκ ἂν 15
 ἀγνόημα, ἀλλὰ βαθύτερον νόημα καὶ βαθυτέρας καταλλήλως τῆς ἐρμηνείας
 ἀξιωθέν. “Καὶ τί — φασὶν — διαφέρει ἡ ἐνταῦθα τοῦ πράγματος μετὰ τοῦ
 35 πρόωπου συμπλοκὴ τῆς μετὰ τῶν ἄλλων προσώπων ἐνώσεως, ὅταν
 συμπλακέντα στάσιν ἀποτελῶσι· κάκεῖ γὰρ προσώ|που καὶ πράγματος ὁρᾶται 20
 συνάφεια”; “Ὅτι ἡ μὲν ἐνταῦθα συμπλοκὴ οἷον κράσις τίς ἐστὶ καὶ προσφυῆς
 συναναπλοκὴ καὶ ἀνάχυσις τῆς συνεμφαινομένης τῷ πράγματι, κατὰ
 μετουσίαν, ὡς εἴρηται, ὀνομαστικῆς, ἥτοι προσωπικῆς ποιότητος, συνδέουσης 25
 40 καὶ συγκρινώσης τῷ προσώ|πῳ τὸ πρᾶγμα. Ἡ δὲ μετὰ τῶν ἄλλων προσώπων
 τοῦ πράγματος συνάφεια κατὰ μίξιν συντίθεται, θετικὴν οἶονεῖ τινα ἔχουσα
 <τὴν> κράσιν καὶ τὴν ἔνωσιν, καὶ οὐ φυσικὴν τὴν ἀνάκρασιν.

**41. *ib.* 30.2-3 ἐβδόνην τὰ ἀπλά προσηγορικά, οἷον στρατηγός,
 ῥήτωρ]**

30

Ταῦτα εἰκότως τὴν ὑστάτην τάξιν ἀπέειλε. Τῶν | γὰρ ἄλλων τὰ μὲν καθ’
 ἑαυτὰ ἴσχυεν, τὰ δὲ τῇ πρὸς ἕτερον συμπλοκῇ· ταῦτα δὲ καθ’ ἑαυτὰ 126
 ἀσθενέστερα | τῶν ἄλλων ὑπάρξει, καὶ συμπλοκῆς ἑτέρου τινός καθέστηκεν
 ἅμοιρα.

40

24 pr. πράγματα: πράγματος Pc || γὰρ Pa: δὲ Pc || 25 οὐ Pa: οἷον Pc || 28 τε om. Pc || 31 εἰ Pc: om. rell. ||
 32 τισιν Pc: τις Pa || 32 ἀγνοήματος Pa: ἀγνοήματι Pc || 34 φησὶν testes || 35 συμπλοκὴ ante μετὰ transp. Pc
 || 42 τὴν κράσιν καὶ τὴν ἔνωσιν: κρ. καὶ ἔν. Pc τὴν ἔν. Pa.

41

2 ἴσχυε Pc || 3 ἀσθενέστατα Pa.

verbos quer da dos nomes, foi mais bem mencionado na classe das pessoas, porque as pessoas vêm antes dos actos, e não haveria actos sem pessoas. Com efeito, nós designamos aqui por “actos” quer as acções quer as actividades exercidas⁵⁷ pelas pessoas, e não as matérias. Por este motivo o retor classificou entre as pessoas os actos expressos participialmente, visto que os participípios ocupam categoria intermédia entre os verbos e os nomes, ou seja, entre pessoas e actos, e que as pessoas, vindo em primeiro lugar, anexam previamente os participípios. Deste modo, em simultâneo, o enunciado obtido pela associação dos participípios e das pessoas constituem um estado de causa na medida em que integram um verbo, isto é, um acto, ainda que simultaneamente tenham sido classificados entre as pessoas, pelas razões que foram expressas. O facto de alguns □ terem ignorado fez com que pesasse sobre o nosso Autor a acusação de ignorância. Todavia, não se trata de ignorância, mas de um pensamento mais profundo, digno de que a sua interpretação seja, correspondentemente, também mais profunda. “E — dizem eles — qual é a diferença entre esta combinação do acto com a pessoa e a reunião do acto com as outras pessoas, quando eles são combinados para obter um estado de causa, pois existe aí uma conjunção de pessoa e de acto?” A diferença está em que esta combinação é, de certo modo, fusão, entrelaçamento estreito e mistura, devidos ao facto de que a qualidade, designada ao mesmo tempo que o acto, liga e mistura o acto à pessoa, pela coexistência, como foi dito, de um elemento nominal, ou qualidade pessoal. Em contrapartida, a conjunção do acto com as outras pessoas realiza-se mediante junção, com fusão e reunião de certo modo convencional, e não mediante mistura natural.

41. *ib.* 30.2-3 “Em sétimo, as designadas por simples designativos; por exemplo: «general», «retor».”]

Estas pessoas ocupam justamente a última classe. Com efeito, entre as outras classes, há as que têm força por si mesmas, e aquelas cuja força reside na combinação com uma outra. As pessoas desta classe, pelo contrário, são, por si mesmas, mais fracas do que as outras, e não beneficiam do facto de se combinarem com qualquer outra.

⁵⁷ O vocábulo *παῖγμα* apresenta uma variedade de utilizações: designa quer aquilo que entendemos por “facto; acontecimento, evento”, quer uma implicação de “acto” ou “acção” (*πράξις* no texto), donde o verbo cognato *πράττω*. Dentro desta última utilização, contempla ainda o sentido mais restrito, de natureza gramatical, de “acção” ou “actividade” como propriedade do verbo (*ἐνέργεια*: vd. n. anterior).

42. *ib.* 30.3 ταυτί]

Διελών τὴν τοῦ προώπου ποιότητα ἐδίδαξεν ὥς οὐκ ἀναγκαῖον ἰδίᾳ
ἐκάστην ἐξετάζεσθαι, ἀλλ' ἐστὶν ὅτε | καὶ πλείονες ποιότητες εὐρίσκονται 5
κατὰ ταῦτόν καὶ ἀφορμαί. Καὶ τοῦτο διὰ τοῦ παραδείγματος ἐσήμανεν.

43. *ib.*]

Παράδειγμα τοῦτο τῆς κατὰ πλείονα συνεμπτώσεως· ἐν γὰρ πρόσωπον ὁ
Δημοσθένης κύριον καὶ ὠρισμένον καὶ τῆς πρώτης ἐν τάξεως, καὶ ἴδε ὅσα
κατὰ | ταῦτόν συνεμπεπτώκε· πατήρ, ὃ τῆς δευτέρας ἐστὶ τάξεως, ῥήτωρ, 10
πρεσβευτής, στρατιωτής, ἃ τῆς ἐβδόμης τάξεώς εἰσί. Καὶ εἰς ταῦτόν ἅπαντα
5 συνελήλυθε καὶ συνέδραμε.

44. *ib.* 30.5 αὐτίκα]

Ζητεῖται δὲ διὰ τί, εἴπερ τᾶλλα τῷ κυρίῳ παρ|είπετο, οὐ περὶ τῶν κυρίων 15
μόνων διέλαβεν, ἀλλὰ καὶ τῶν λοιπῶν ἐξέτασιν ἐποίησατο. Φαμέν οὖν πρὸς
τοῦτο, ὅπερ καὶ αὐτὸς ὁ τεχνικὸς, ὅτι οὐ δύναταί τις γνῶναι τῶν διπλῶν τὴν
δύναμιν, μὴ πρότερον μαθῶν τὴν τῶν ἀπλῶν· οὕτω τοίνυν οὐχ οἷόν τε ἦν ἐπὶ
5 τοῦ κυρίου | εἰδέναι τὴν τῶν ἐμπιπτόντων δύναμιν, εἰ μὴ πρότερον ἕκαστον 20
ἰδίᾳ ἐξήτησεν.

42. *ib.* 30.3 “... estas pessoas...”]

Ao dividir a qualidade da pessoa explicou que não havia a necessidade de cada uma em particular ser submetida a exame, mas que, por vezes, na mesma pessoa se encontram várias qualidades e fundamentos de argumentação. E ele esclareceu este ponto através de um exemplo.

43. *ib.*]

Este é um exemplo da confluência de várias classes. De facto, “Demóstenes” é pessoa única. É designada por nome próprio e definida, e pertence à primeira classe. Repare-se também quantas pessoas vieram a confluir nesta: “pai”, pessoa da segunda classe, “retor”, “embaixador” e ainda “soldado”, estes últimos da
 5 sétima classe. E todas estas em conjunto vieram l a convergir e congregaram-se na mesma pessoa.

44. *ib.* 30.5 “... por exemplo...”]

Já que as outras classes de pessoa vieram na sequência da designada por um nome próprio, em questão está a razão pela qual ele não explicou em pormenor apenas as designadas por um nome próprio, mas também fez o exame das demais. Pois a isto respondemos nós como o próprio Autor: não se podem conhecer as possibilidades das pessoas duplas, sem primeiro se apreenderem quais as possibilidades das simples. De igual modo, portanto, não teria sido possível l conhecer, a pro-
 5 pósito da designada por um nome próprio, as possibilidades das ocorrentes, sem antes examinar cada uma em particular⁵⁸.

⁵⁸ Cf. 1.1.6-7 princípio inverso de inquirição: o conhecimento do todo e geral da retórica deve preceder e fundamentar o conhecimento das suas partes.

**45. *ib.* 30.8-9 ἀλλὰ δεῖ περὶ ἐκάστου τῆς δυνάμεως ἰδίᾳ γνόντα
χρῆσθαι, ὥς ἂν ὁ καιρὸς διδῶ]**

Εἰ περιέχει τὰ κύρια καὶ ἕτερα πρόσωπα, ἀναγκαῖον περὶ ἐκάστου
προώπου πρῶτον διαγνῶναι τὴν δύναμιν καὶ τὴν ποιότητα· “ὥς ἂν δὲ ὁ
καιρὸς διδῶ”, | φησὶν, τουτέστι ἡ ὕλη καὶ ἡ περίστασις καὶ ἡ μέθοδος πρὸς τὴν 25
τῶν βίων ἐξέτασιν τῶν παρὰ ποιηταῖς τε καὶ ῥήτορσιν.

**46. *ib.* 30.11-12 τοῖς ἐγκωμιαστικοῖς ἀκολοθοῦντα τόποις χρῆσθαι
τοῖς ἐμπίπτουσιν]**

Ἐγκωμιαστικοὺς λέγει τόπους, γένος, ἀνατροφὴν, ἐπιτήδευμα, πράξεις. 30
Ἰστέον δὲ ὡς μόνον ἐπὶ τῶν | κυρίων χρώμεθα τοῖς ἐγκωμιαστικοῖς, οὐκέτι δὲ 127
καὶ ἐπὶ | τῶν ἄλλων, οὐ γὰρ δύναται τις πρὸς γένος εἰπεῖν ἢ ἀνατροφὴν· ὥστε
ἐπὶ τῶν κυρίων μόνων ἰσχύει τὸ δεῖν χρῆσθαι πολλάκις τοῖς ἐγκωμιαστικοῖς.
5 Τὸ δὲ “τοῖς ἐμπίπτουσιν”, οὐ “τοῖς εὕρισκομένοις” φησὶν· οὐδὲ γὰρ πάν|τως 5
ἐξετάζειν ἕκαστα συμφέρει τῶν εὕρισκομένων, ἀλλὰ ἀντὶ τούτων τοῖς
κατεπείγουσι καὶ συμφέρουσι δεῖ χρῆσθαι, τῶν δὲ ἄλλων οὐ μεμνησθαι.

47. *ib.*]

Ἐγκωμιαστικοὺς λέγομεν τόπους, οἷς χρώμεθα καὶ ἐπὶ ἐπαίνου καὶ ἐπὶ
ψόγου, οὐ γὰρ μόνον ἐπὶ ἐπαίνου. | Τὸ γὰρ ἐγκώμιον διαιρεῖται εἰς ἐγκώμιον 10
καὶ ψόγον. Τοῖς δ' αὐτοῖς κεφαλαίοις καὶ ἐπαινοῦμεν καὶ ψέγομεν.

45

HERM.: 2 St. 30.9 cf. lemma.

46

HERM.: 5 St. 30.12 cf. lemma.

1 πρᾶξιν Pc || 7 τούτων: τοῦ Pa || 7 δεῖ om. Pc.

45. *ib.* 30.8-9 “Mas devem reconhecer-se as possibilidades de cada pessoa em particular e utilizá-las conforme as ocasiões o proporcionarem.”]

Uma vez que as pessoas designadas por um nome próprio compreendem também as outras, é necessário, em primeiro lugar, distinguir as possibilidades e a qualidade de cada uma. Afirma ele: “como o permitir cada caso”, isto é, a matéria, as circunstâncias e o método seguido por poetas e retores para examinar as vidas.

46. *ib.* 30.11-12 “... utilizar ordenadamente os lugares do encómio adequados.”]

Ele fala de lugares do encómio, que são: origem, educação, modo de vida ou acções. Deve saber-se que utilizamos os lugares do encómio apenas com as pessoas designadas por um nome próprio, mas já não com as outras, pois nestas últimas não é possível fazer referência à sua origem ou educação, pelo que somente com as designadas por um nome próprio é forte a necessidade do recurso frequente
5 aos lugares do encómio. Mas ele diz “utilizar os adequados” e não “os inventariados”, pois nem sempre há conveniência em examinar cada um dos lugares inventariados, mas, em vez destes, há que utilizar os necessários e os convenientes, sem mencionar os demais.

47. *ib.*]

Designamos por “lugares do encómio” aqueles que utilizamos com vista a um elogio e também a uma censura, não apenas com vista a um elogio, pois o encómio divide-se em encómio e censura. E elogiámos e censurámos com os mesmos princípios capitais.

48. *ib.* 30.12 τοῖς ἐμπίπτουσιν]

Τὸ μὲν οὖν πρόχειρον τῆς τῶν ἐγκωμιαστικῶν τόπων χρήσεως τοιοῦτόν
 ἐστὶν ὥστε διὰ πάσης ἔχειν φυλακῆς, μήτι καὶ προέσθαι ἀναγκασθῶμεν ἔπος,
 ὅπερ ἄρρητον ἄμεινον. Ἀλλὰ τὰ μὲν πρὸς σύστασιν ἡμετέραν ἐροῦμεν, τὰ δὲ
 βλάπτοντα σιωπήσομεν. Ἐπὶ δὲ τῶν ἐναντίων τὸ ἀνάπαλιν· τὰ μὲν ἐκείνοις
 5 συνοίσοντα τελέως παραλείψομεν, ὅσα δὲ βλάπτειν ἱκανά ἐκτραγωδήσομεν.

49. *ib.* 30.12 οὐκ ἐπιδέχεται δὲ ἐξέτασιν]

Τουτέστι τό “τίς”. Θεραπεύομεν δὲ αὐτὸ τρόποις τρισίν· ἢ λογισμὸν
 ἀποδιδόντες ὧν λέγομεν, ἢ ἐξ ἐγκωμίου τοῦ εἰπόντος, ὡς ἔχει τὸ “ὡς δὲ ἐγώ
 τινος | ἤκουσα ἀνδρὸς οὐδαμῶς οἴου τε ψεύδεσθαι”, ἢ ἐξ ἐπικρίσεως ἡμετέρας· 15
 “καὶ μὰ Δία οὐδὲν ἄπιστον”. Ἐπειδὴ γὰρ αὐτὸ καθ’ ἑαυτὸ τὸ “τίς” οὐδεμίαν
 5 ἔχει ποιότητα, καὶ πίστιν τινά ἐντεῦθεν πρὸς τὸν ἀκροάτην οὐ δυνάμεθα
 ποιήσασθαι, θεραπεύομεν αὐτὸ τοῖς εἰρημένους τρόποις. 20

50. *ib.* 30.13 τά τε ἀόριστα]

Πληρώσας τὸν περὶ τῶν ἐξεταζομένων προσώπων λόγον, λέγει νῦν καὶ
 ποῖα τὰ ἀνεξέταστα, ὃ φησιν εἶναι τὸ “τίς”, καὶ “τὰ διόλου ἰσάζοντα”· τὸ μὲν
 γὰρ “τίς” ἄγνωστον ὄν, οὐδεμίαν παρέχει τῷ λέγοντι ἀφορμὴν εἰς τὸ | κακῶς 25
 ἐρεῖν ἢ καλῶς τι περὶ αὐτοῦ· τὰ δὲ “διόλου ἰσάζοντα” παρέχει μὲν, ἀλλ’ ὅσα 128
 5 ἂν εἴποις, κατὰ σαυτοῦ ἔση ταῦτα κατηγορῶν· διὰ τοῦτο ἀναγκαῖον τὸ
 σιωπᾶν.

48

FONTES: Σ totum ex Syr. R2 26.25-27.7 (= W4 113.26-32 adn. 1).

Σ om. W7 (cf. 127.11 adn. 37) || 4-5 σιωπήσομεν... παραλείψομεν... ἐκτραγωδήσομεν Pc unde ego
 conferens supra l. 3 ἐροῦμεν fontemque: -πήσωμεν... -θωμεν... -δήσωμεν Pa || 5 τελείως Pc.

49

LOC1 2-3 Dem. 2.17 || 4 Dem. 1.23.

1 τρισίν: τίσιν Pc || 2 δὲ om. Pc || 4 μὰ Δί’ ex Dem.: νῆ Δία codd. recte restituit W7.

50

HERM.: 2 St. 30.13.

2, 4 δι’ ὅλου Pc || 3 κακῶς: καλῶς Pc.

48. *ib.* 30.12 “... adequados...”]

A facilidade da utilização dos lugares do encómio é tal que se tem o maior cuidado para se não cair na necessidade de proferir uma afirmação que é preferível silenciar. Porém, afirmaremos aquilo que convém à nossa posição, mas passaremos em silêncio aquilo que a prejudica. Com os nossos adversários, procederemos de
 5 forma inversa: passaremos completamente à margem | do que lhes for favorável, mas o que lhes for desfavorável exprimimo-lo-emos em termos pomposos de tragédia.

49. *ib.* 30.12 “... não admite exame...”]

Isto é, “alguém”. Por que meios o remediaremos? Dando a razão dos nossos propósitos; ou fazendo o encómio daquele que falou, tal como por exemplo “porque não ouvi de nenhum homem que de modo algum fosse capaz de mentir”⁵⁹; ou por meio de nosso julgamento pessoal, por exemplo: “e, por Zeus, não é incrível”⁶⁰. Com efeito, dado que a entidade “alguém” não | possui nenhuma qualidade
 5 por si mesma, e que, a partir desse facto não podemos produzir qualquer prova para o ouvinte, remediemo-los pelos meios que mencionámos.

50. *ib.* 30.13 “... indefinidas...”]

Em complemento à exposição acerca das pessoas que se prestam a exame, refere agora também aquelas que a ele se não prestam. A estas pessoas designou por “alguém” e “em igualdade total”. Com efeito, “alguém” é uma pessoa desconhecida e não proporcionará ao orador nenhum fundamento para que ele fale bem ou mal a seu respeito. Pelo contrário, as pessoas em igualdade total proporcioná-
 5 -lo-ão, mas o que quer que | digas converter-se-á em acusação contra ti mesmo. Por isso, deves ficar em silêncio.

⁵⁹ Demóstenes *II Olintíaca* 2.17.

⁶⁰ Demóstenes *I Olintíaca* 1.23.

51. 30.19-21 ἰσχυτοτάτην μὲν ἐξέτασιν ἐπιδέχεται ταῦτα, ἐφ' οἷς
τις αὐτὸς ὥς ποιήσας κρίνεται, ὥς ὁ θάπτων τὸ νεοσφαγὲς
σῶμα ἐπ' ἐρημίας καὶ φωραθεὶς καὶ φόνου φεύγων]

Τούτῳ εἰκότως τὴν πρώτην ἀπένειμε τάξιν· διαβεβαιούμεθα γὰρ ἐνταῦθα
ὑπὲρ τῆς ἡμῶν αὐτῶν | γνώμης, ὥς αὐτοὶ πεπραχότες. Ἐν δὲ τοῖς λοιποῖς 5
στοχαζόμεθα τῆς τῶν πεπραχόντων γνώμης· οὐ γὰρ δυνάμεθα δι᾽ ἰσχυρίσθαι,
ἐπεὶ τοὶ ὑπόνοιαν καθ' ἡμῶν αὐτῶν παρέχοντες τοῦ εἰδέναι τὰ τῶν ἐχθρῶν
5 ἀκριβῶς. Διὰ τοῦτο ἐν μὲν τῷ πρώτῳ ζητήματι ἢ μίαν ἐροῦμεν ἀπολογία 10
πολλὰς οὐκ ἐναντιούμενας ἀλλήλαις, ἐν δὲ τῷ δευτέρῳ καὶ πολλὰς ἐροῦμεν,
καὶ ἀναιρετικὰς ἀλλήλων ὅτε δὴ στοχαζόμενοι.

51. *ib.* 30.18-21 “Os actos que mais fortemente admitem um exame são aqueles relativamente aos quais alguém é acusado por havê-los cometido, por exemplo: alguém, num lugar solitário, enterra o cadáver de uma pessoa morta há pouco, e é arguido por homicídio.”]

A este tipo de actos foi justamente atribuída a primeira classe. De facto, neste ponto afirmamos peremptoriamente qual foi a nossa própria intenção⁶¹, pois fomos nós mesmos que agimos. Nos restantes casos, conjecturamos segundo a intenção dos agentes, pois não o podemos sustentar com firmeza, visto que fazemos nascer contra nós a suspeita de que estamos perfeitamente informados acerca

5 do que concerne | aos nossos adversários. Por este motivo, no primeiro tipo de questões, proferiremos ou uma ou várias defesas não contraditórias entre si, enquanto na segunda proferiremos várias, mesmo que se anulem mutuamente, já que estamos a conjecturar.

⁶¹ Na teoria dos estados de causa, γνώμη ou “intenção” do agente (nos estados de causa racionais), no acto que praticou, ou do legislador (nos estados de causa legais), na lei que formulou. Com efeito, é este o objecto da conjectura (στοχασμός). Cf. Hermógenes, *Estados de causa* 58.17-18 e *passim*. Também Nadeau, “Hermogenes’ *On stases...*” *Speech Monographs* 31 (1964) n° 4, p. 403 e Patillon, *Hermogène. L’art rhétorique*, p. 181, vertem deste modo.

ΠΕΡΙ ΠΡΟΣΩΠΩΝ ΜΗ ΕΞΕΤΑΖΟΜΕΝΩΝ

52. *ib.* 30.21-31.1 δευτέραν δέ, ὅταν ἑτέρου πράξαντος ἄντικρυς
εἰς αὐτὸν ἀναφέρηται τὸ κρινόμενον, οἷον τρισαριστεὺς
εἰκόνα ἔστησαν οἱ πολέμιοι καὶ κρίνεται προδοσίας]

Καὶ τούτῳ εὐλόγως τὴν δευτέραν ἀπένειμε | τάξιν· ἰσχυρότερον γάρ ἐστὶ 15
τοῦ μετ' αὐτὸ. Τὸ γὰρ ἄντικρυς εἰς ἡμᾶς ἀναφερόμενον τοῦ μὴ ἄντικρυς
ἀναφερομένου πῶς οὐ κατέστηκεν ἰσχυρότερον;

Capítulo 2

PESSOAS QUE NÃO SE PRESTAM A EXAME¹

52. *ib.* 30.21-31.1 “Em segundo lugar, os casos em que, tendo sido outro o agente, o juízo recai directamente sobre ele; por exemplo: «os inimigos de um homem três vezes condecorado por bravura erigem-lhe uma estátua e ele é levado a julgamento por traição».”]

A este tipo de actos foi, com boa razão, atribuída a segunda classe, pois é mais forte em recursos do que aquele que se segue. De facto, como é que aquilo que é directamente imputado aos acusados não fornece recursos mais fortes do que aquilo que lhes é indirectamente imputado²?

¹ O título está colocado no manuscrito à margem do texto do escólio 51 em Pc, entre escólios menores, colocação que é incongruente, pois o escoliasta começa comentário a novo assunto (a segunda classe de actos) no escólio 52, com continuidade nos seguintes. Em Vh acha-se colocado sobre o texto de Hermógenes e em Mb antes do escólio 52, lição que W7 seguiu.

² Cf. *Estados de causa* 30.21-31.1. Esta é a segunda classe na divisão dos actos, segundo Hermógenes. Consiste em atribuir directamente a uma pessoa um acto que resulta retroactivamente da acção efectiva de outrem.

53. *ib.*]

Δευτέραν ἔλαχε τάξιν ταῦτα, διότι πεπλανημένους ἐπιδέχεται τοὺς λογισμούς· ὧν γὰρ ἄλλοι πεπραχῶσι, πῶς ἂν ὠρισμένους ἀποδοίημεν τὰς 20 αἰτίας;

53

Σ al. numero 53 post Σ b inser. Pc Σ lemm. St. 30.11 τοῖς ἐγκωμιαστικοῖς] Τὰ μὲν οὖν ἐξεταζόμενα τῶν προσώπων ταῦτα καὶ δεῖ τοῖς ἐγκωμιαστικοῖς ἀκολουθοῦντα τόποις" φησί (φησί om. Pc) "χρησθαι τοῖς ἐμπύπτουσιν" (St. 30.10-12), διδάξας γὰρ ἰδίᾳ (fort. ἰδίᾳ) περὶ ἑνὸς ἐκάστου τῶν προσώπων, καὶ ὅπως δεῖ τούτοις κεχρησθαι ὅτι ὡς ἂν ὁ καιρὸς διδῶ, νῦν φησι ὅθεν δεῖ λαμβάνειν τὰς ἀφορμὰς τῆς χρήσεως ὅτι τοῖς ἐγκωμιαστικοῖς ἀκολουθοῦντα τόποις οἷδε εἰσι· γένος, φύσις, ἀγωγή, ἡλικία, διάθεσις, ἔξις, προαίρεσις, ἐπιτήδευμα, πρᾶξις (καὶ add. Pa) λόγος καὶ τὰ τούτοις συνεμφαινόμενα: in Σ min. recte, ut censeo, praebet Pa || 1 δευτέραν: τρίτην Pa³ || 2 τὰς om. Pa.

53. *ib.*]

Coube-lhes a segunda classe, porque admite que as razões sejam vagas, pois, se foram outros a agir, como poderíamos aduzir motivos definidos?

a. *ib.* 30.17-31.6 Ὡσπερ δὲ τῶν προσώπων, οὕτω καὶ τῶν πραγμάτων ἔστι διαφορά. Καὶ ἰσχυροτάτην μὲν ἐξέτασιν ἐπιδέχεται ταῦτα, ἐφ' οἷς τις αὐτὸς ὡς ποιήσας κρίνεται, ὡς ὁ θάπτων τὸ νεοσφαγὲς σῶμα ἐπ' ἐρημίας καὶ φωραθεὶς καὶ φόνου φεύγων· δευτέραν δέ, ὅταν ἑτέρου πράξαντος ἄντικρυς εἰς αὐτὸν ἀναφέρηται τὸ κρινόμενον, οἷον τρισ-αριστεὺς εἰκόνα ἔστησαν οἱ πολέμιοι καὶ κρίνεται προδοσίας· τρίτην, ἃ μεταξὺ τούτων ἐστίν, οἷον ἔγραψεν ὁ Περικλῆς εἰς δέον ἀνηλωκέναι τεντήκοντα τάλαντα, καὶ Ἀρχίδαμος δώρων φεύγει· τὸ γὰρ τῶν πεντήκοντα ταλάντων ἀναφέρεται μὲν ἄντικρυς εἰς αὐτὸν οὐδαμῶς, διὰ δὲ τὰ ἄλλα καὶ τοῦτο ἐνδέχεται ἐξετασθῆναι ὡς ἀναφερόμενον]

Διανύσας τὴν τῶν προσώπων ἐξέτασιν μέτεισιν ἐπὶ τὴν τῶν πραγμάτων. Ἡ δὲ αἰτία εἴρηται, δι' ἣν τὴν τῶν προσώπων ἐξέτασιν προτέραν ἐποιήσατο. Διαιρεῖ τοίνυν τὰ πράγματα κατὰ τὰς τρεῖς διαφοράς, ἥ ἐφ' οἷς αὐτὸς ὁ | 25
πράξας κρίνεται, ἥ ἐφ' οἷς ἑτέρου πράξαντος ἄντικρυς ἀναφέρεται εἰς αὐτὸν
5 τὸ πραχθέν, ἥ ἐφ' οἷς ἑτέρου πράξαντος οὐκ ἄντικρυς εἰς αὐτὸν ἀναφέρεται 129
τὸ πραχθέν. Τὰς μὲν οὖν δύο τὰς πρώτας διαφορὰς ἅπαντες παραδέχονται, τὴν δὲ τρίτην μόνος εἰσήνεγκεν Ἑρμογένης, ἣν καλεῖ μεταξύ, περὶ ἧς μικρὸν ὕστερον ἐροῦμεν. Ἰστέον δὲ | ὡς τινες κατὰ ἕνδεκα τρόπους διαιροῦσι τὰ 5
πράγματα. Φασὶ γὰρ ὅτι ἥ ἐφ' οἷς εἶπέ τις κρίνεται· ἥ ἐφ' οἷς δέον εἰπεῖν, οὐκ
10 εἶπεν· ἥ ἐφ' οἷς ἑτέρου εἰπόντος ἄντικρυς εἰς αὐτὸν ἀναφέρεται· ἥ ἐφ' οἷς
ἑτέρου εἰπόντος οὐκ ἄντικρυς εἰς αὐτὸν ἀναφέρεται· καὶ πάλιν ἥ ἐφ' οἷς | 10
ἔπραξέ τις ἥ ἐφ' οἷς δέον πράξαι· ἥ ἐφ' οἷς ἑτέρου πράξαντος ἄντικρυς
ἀναφέρεται εἰς αὐτὸν· ἥ ἐφ' οἷς ἑτέρου πράξαντος οὐκ ἄντικρυς ἀναφέρεται
εἰς αὐτὸν· ἥ ἐκ πάθους, οἷον “νέος πλούσιος συνεχῶς εἰς τὴν ἀκρόπολιν

15

a

HERM.: 4-5 ἥ ἐφ' οἷς ἑτέρου — τὸ πραχθέν, 12-13 ἥ ἐφ' οἷς ἑτέρου — εἰς αὐτὸν cf. *St.* 30.21-22 || 14-15 *ib.* 49.21-22.

Hoc Σ numero 54 signatum est ap. *Pc* || 2 τὴν ante ἐξέτασιν transp. *Pc* || 4 εἰς αὐτὸν ἀναφέρεται ex *Pa*: εἰς αὐ. post ἀν. *Pc.* cf. *St.* 30.22 et infra 10,13 || 12 pr. ἐφ' οἷς om. *Pc* || 14 ἥ ἐκ πάθους om. *Pc.*

- a. *ib.* 30.17-31.6 “Tal como existe uma diferenciação entre as pessoas, também a há entre os actos. E os actos que têm mais recursos para exame são aqueles relativamente aos quais alguém é acusado por havê-los cometido, por exemplo: alguém, num lugar solitário, enterra o cadáver de uma pessoa morta há pouco, e é arguido por homicídio. Em segundo lugar, os casos em que, tendo sido outra pessoa a praticar o acto, o juízo recai directamente sobre ele, por exemplo: «os inimigos de um homem três vezes condecorado por bravura erigem-lhe uma estátua e ele é levado a julgamento por traição». Em terceiro, uma categoria intermédia entre as duas anteriores; por exemplo: «Péricles registou por escrito que dispendera cinquenta talentos para prover a uma necessidade, e Arquidamo é arguido por corrupção»; com efeito, em caso algum a despesa de cinquenta talentos não lhe é directamente imputada, mas, em virtude dos restantes factos, também este é admitido a exame, como se lhe devesse ser imputado.”]

Concluído o exame das pessoas, passa ao dos actos. Já se referiu o motivo pelo qual ele procedeu primeiro ao exame das pessoas³. Dividiu portanto os actos segundo três variedades: aqueles em que o próprio agente é acusado; aqueles em
5 que o acto praticado é directamente imputado a uma pessoa tendo sido outra pessoa a praticá-lo; ou aqueles em que o acto praticado lhe não é directamente imputado, tendo sido outra pessoa a praticá-lo. Assim, as duas primeiras variedades são admitidas pela totalidade dos tratadistas, mas a terceira é Hermógenes o único a introduzir⁴, designando-a por “intermédia”. Sobre ela falaremos um pouco mais adiante⁵. Importa saber que alguns dividem os actos em onze modalidades. Com
10 efeito, afirmam eles: alguém é julgado, ou por aquilo que disse, ou por aquilo que deveria ter dito, mas não a disse, ou por aquilo que lhe é directamente imputado, tendo sido outro a dizê-lo, ou por aquilo que lhe não é directamente imputado, tendo sido outro a dizê-lo; e ainda: ou pelo acto que praticou, ou por aquele que deveria ter praticado, ou por aquele que lhe é directamente imputado, tendo sido outra pessoa a praticá-lo, ou por aquele que lhe não é directamente imputado,

³ Cf. supra 1.40.23-24 τὰ πρόσωπα τῶν πραγμάτων πρότερα, καὶ προσώπων χωρὶς οὐκ ἂν γένοιτο πράγματα.

⁴ Hermógenes opõe-se assim a Minuciano, que apresenta apenas duas variedades. Cf. Sop. W4 128.18sq. W5 55.17 sqq.. Vd. ainda Crisóstomo cod. Mess. S. Salv. 119 f. 25 ὥστε τρεῖς πραγμάτων ποιότητες καὶ οὐ δύο κατὰ τὸν Μινουκιανόν ed. H. Rabe “De Christophori commentario...” *RhM* 50 (1895), p. 243, e Glöckner, *Quaestiones...*, p. 29.

⁵ Ver infra 2.b.12-2.54.10.

15 ἀφορῶν ἐδάκρυε, καὶ τυρρανίδος ἐπιθέ[σεως]· ἢ ἐφ’ οἷς κέκτηται· παρὰ
 Δημοσθένει εὐρέθη “εἰκὼν Φιλίππου καὶ κρίνεται προδοσίας”. Ἐνδεκάτη δια-
 20 φορά — φασίν — ἡ τοῦ συμβουλευτικοῦ εἵδους, μηδεμίαν ἔχουσα κοινωνίαν
 πρὸς τὰς εἰρημένας. Γελοιοτάτη δὲ ἡ τοιαύτη διαίρεσις· ἀνάγεται γὰρ ἅπαντα
 20 ὑπὸ τὰς ἐκτε[θει]σας τῷ τεχνογράφῳ τρεῖς διαφοράς, εἴτε γὰρ ἐν λόγοις εἴη τὰ
 ζητούμενα, εἴτε ἐν πράξεσι, πράγματα καλεῖται· ὅσα δὲ μὴ πρόσωπα, ταῦτα 25
 πράγματα ὀνομάζομεν. Ταῦτά φασι παραλελοιπέναι τὸν τεχνικὸν οἱ τῆς τῶν
 πραγμάτων ἀπολελειμμένοι διαιρέσεως· ἐκεῖνα γὰρ, | καθὰ μεμαθήκαμεν, δεῖ 130
 πράγματα καλεῖν, τὰ τὴν ἀφορμὴν τῆς κατηγορίας παρέχοντα καὶ τὰ ἐν τῇ
 ὑποθέσει | εὐρισκόμενα καὶ πρὸς πίστιν φερόμενα τοῦ ἐγκλήματος. Ταῦτα δὲ 5
 25 πάντα ἐν λόγοις καὶ ἐν ἔργοις ζητεῖται, καὶ πρὸς ἀπόδειξιν φέρεται τοῦ ἐγ-
 κλήματος. Ἡ δὲ περὶ τοῦ συμβουλευτικοῦ ζήτησις οὐκ ἀπόβλητος· τὴν γὰρ
 συμβουλήν, φασίν, ὑπ’ οὐδεμίαν ἐστὶν ἀνάγειν τῶν εἰρημένων τῷ τεχνογρά-
 φῳ διαφορῶν, οἷον τὸ δεῖν βοηθεῖν Ὀλυνθίοις ὑπὸ ποίαν ἂν τις τῶν εἰρη-
 μένων ἀνάγοι διαφοράν; Ἀλλ’ ἐκεῖνό γε αὐτοὺς ἐχρῆν εἰδέναι, ὥς ἕτερόν ἐστι
 30 τὸ πιστούμενον καὶ ἕτερα τὰ πιστωτικά. Πιστούμενον | γὰρ ἐστὶν αὐτὸ τὸ 10
 ζητούμενον, πιστωτικά δὲ τὰ πρὸς πίστιν λαμβανόμενα τοῦ ζητουμένου, ὅπερ
 καλεῖται πράγματα. Οὕτως οὖν τὸ μὲν δεῖ βοηθεῖν Ὀλυνθίοις ἐστὶ τὸ ζητούμε-
 νον, ὅσα δὲ πρὸς πίστιν τούτου παραλαμβάνεται καλεῖται πράγματα, καὶ
 πάντως ὑπὸ τὰς | προειρημένας τῶν πραγμάτων διαφορὰς ἀνάγεται. 15

a

19 ἐν λόγῳ Pc || 21 φησι Pc || 25 ἐν ἔρ. καὶ ἐν λόγ. Pc || 26 τὴν δὲ Pc || 27 ἐστὶν om. Pc || 27 ἀνάγοι Pc
 || 29 γε om. Pc || 30 πιστούμενον δὲ Pc.

tendo sido outra pessoa a praticá-lo. Ou com base nas emoções, por exemplo: “um
 15 jovem rico chora, ao contemplar insistentemente l a acrópole, e é julgado por
 aspirar à tirania”⁶; ou por aquilo que possui: em Demóstenes encontra-se “a efígie
 de Filipe, e é julgado por traição”. Undécima variedade — afirmam eles — é a da
 espécie deliberativa, não possuindo qualquer aspecto em comum com as que
 foram referidas. Mas tal divisão é do mais ridículo, pois todas elas se reduzem às
 três variedades expostas pelo nosso Autor, dado que os pontos sobre os quais
 20 incide a questão, quer assentem l em palavras quer em acções, são chamados
 “actos”. E aquilo que não é pessoa denominamos “actos”. Os que dizem que o
 nosso Autor omitiu estas subdivisões são aqueles que desconhecem o que distin-
 gue os actos, pois, conforme aprendemos, devem chamar-se “actos” quer aqueles
 que proporcionam fundamentos para o discurso de acusação, quer aqueles que se
 25 encontram na causa e que são aduzidos para prova da acusação. Todos eles l são
 objecto da questão, em palavras ou em obras, e são aduzidos para demonstração
 da acusação. E a inquirição sobre a espécie deliberativa não é excluída. Afirmam
 eles que a deliberação não se reduz a nenhuma das variedades referidas pelo
 Autor. Por exemplo: a que variedade de entre as referidas se poderia reduzir a
 necessidade de socorrer os Olíntios? Mas eles deveriam saber o seguinte: uma
 30 coisa é o que l está em prova, outra aquilo com que se prova. Com efeito, o que
 está em prova é o próprio ponto em questão e probativos são os recursos que se
 tomam para provar o ponto em questão, recursos esses que se designam precisa-
 mente por “actos”. Desta forma, portanto, a necessidade de socorrer os Olíntios é
 o ponto em questão, a tudo quanto se recorre para provar este chamam-se “actos”,
 e reduzem-se absolutamente às variedades de actos atrás referidas.

⁶ *Ib.* 49.21-22. Este exemplo é citado também por Marcelino W4 215.14-16 e Sópatro W5 53.30-54.1.

b. *ib.*

Ἑβδοματικὴν τὴν τῶν προσώπων διδάξας διαφοράν, τρίτην τὴν τῶν
 πραγμάτων ἡμῖν παραδίδωσιν· ἢ ὅταν αὐτὸς ὁ κρινόμενος ποιήσῃ, ἢ ὅταν
 ἕτερος παρὰ τὸν κρινόμενον, ἢ ὅταν αὐτός τε καὶ ἕτερος, ἃ “μετάξυ” | τῶν 20
 προειρημένων ἐκάλεσε. Καὶ πρώτης δυνάμεως μὲν εἶναί φησιν, ὅταν ἀφ’ ὧν
 5 αὐτὸς ποποίηκε κρίνηται, καὶ εἰκότως· ἰσχυρότατον γὰρ εἰς κατηγορίαν τὸ ἐκ 25
 τῶν οἰκείων ἔργων καὶ πράξεων διελέγχεσθαι. Καὶ παράδειγμα τίθησι τὸν τὸ
 νεοσφαγὲς σῶμα θάπτοντα, οὐκ αὐτὸς πλάσας, ἀλλ’ ἐκ τῶν παλαιῶν
 εἰληφώς· τὸ γὰρ εἰπεῖν “ὥς ὁ θάπτων”, τοῦτο αἰνιττομένου ἐστίν. Δευτέρως δὲ

b

HERM.: 2 ὅταν — ποιήσῃ, 4-5 ἀφ’ ὧν — κρίνηται *St.* 30.19 cf. lemma || 2-3 ὅταν ἕτερος — τὸν
 κρινόμενον *ib.* 30.21-22 || 3 *ib.* 31.1 || 6-7 τὸν τὸ νεοσφαγὲς σῶμα θάπτοντα cf. *ib.* 30.19-21 || 8 *St.* 30.19-
 20 || 8-10 δευτέρως — ἀναφέρεται *ib.* 30.21-22.

4 πρῶτον *Pc* || 5 αὐτὸς *om.* *Pc* || 6-7 παράδειγμα — θάπτοντα cf. *ib.* 30.19-20.

b. *ib.*]

- Após a explanação da séptupla variedade de pessoas, oferece-nos a da tripla⁷ variedade de actos: ou quando é a própria pessoa que o praticou a ser julgada; ou quando quem o praticou foi outra, e não aquela que está a ser julgada; ou quando foi o próprio acusado e ainda uma outra pessoa. A este último caso chamou ele “intermédio” entre os anteriormente mencionados. E os actos situam-se na primeira classe pelas possibilidades que eles oferecem, como ele afirma, quando
- 5 uma pessoa é julgada | a partir dos actos que ela mesma praticou, e justamente, pois tem maior força para uma acusação a prova cabal que se baseia nas próprias obras e acções do acusado. E dá o exemplo de um homem a enterrar um corpo recém-degolado⁸, exemplo que não é de sua própria forja, mas que tomou dos autores antigos⁹, pois dizer “como o caso daquele homem que enterrava” é o modo de exprimir uma alusão. Os actos pertencem à segunda classe pelas possi-

⁷ Ambos os códices **P** bem como os apógrafos fornecem a lição τριττήν, que Walz corrige para τρίτην. Esta correcção não é sustentável, pois assenta em errónea compreensão do contexto. O escoliasta não se refere ao tratamento da sétima classe de pessoas, nem ao da terceira variedade de actos em particular, mas ao conjunto dos dois desenvolvimentos que Hermógenes dedicou à totalidade das τάξεις e διαφοραί de umas e de outros, em número de sete e de três, respectivamente. Por esse motivo emprega o multiplicativo ἑβδοματικήν, que exprime essa totalidade, e não o ordinal ἑβδόμην. De igual modo se justifica, como lição correcta, o multiplicativo τριττήν, e não, como propõe Walz, o ordinal τρίτην (130.17 da sua edição). E as linhas que se seguem (2.b.1-4) confirmam isso mesmo, pois nelas o escoliasta recapitula a doutrina hermogeniana sobre as três variedades de actos (*Estados de causa* 30.17-31.11), e não — insiste-se — unicamente sobre a terceira, como nota introdutória em que apresenta o plano do comentário mais alargado, pormenorizado, incisivo e dissecante que logo de seguida encetará sobre o próprio texto do retor de Tarso (como, de resto, é prática habitual do escoliasta, citando-o ora directa e literalmente do manuscrito, ora em ligeira paráfrase). Até aqui o escoliasta confrontara as três variedades hermogenianas de actos com a teorização expressa por alguns outros autores, que chegaram a classificar onze variedades. Desse confronto, conclui que tais onze variedades se reduzem afinal às três hermogenianas (2.a.8-24). Quanto à terceira variedade, em particular, havia feito a prévia promessa de dela se ocupar um pouco mais adiante. E por um motivo simples: constitui uma inovação de Hermógenes, por oposição a todos os outros autores, que admitiam somente as duas primeiras (2.a.6-8). E é justamente a ela que dedicará o escólio 2.54.

⁸ Este exemplo é também citado por Marcelino W4 336.1-2; Sópatro *ib.* 388.22-23, 779.8-10, W5 55.19-20, 76.6-7; Porfírio W4 397.29.

⁹ Exemplo de uma situação que se presta ao exame conjectural (στοχασμός). Esta observação do escoliasta é de toda a pertinência, pois trata-se de um exemplo tradicional na doutrina dos estados de causa e, como outros, frequentemente retomado por Hermógenes (*Estados de causa* 36.12-14, 49.16-18 e 54.5-6) e por outros tratadistas. Verosimilmente de fonte hermagoriana (cf. 18.21 frg. 13a Matthes), é utilizado também em *Retórica a Herénio* 1.18, Cícero *Invenção retórica* 1.11.92, Quintiliano 4.2.13 e, posteriormente a Hermógenes, por alguns dos chamados retores latinos menores: Sulpício Vítor (Halm 327.11-13), Júlio Vítor (ed. Giom. - Celent. 7.12 sq., 23.1 sq.) e Fortunaciano (ed. Calboli Montefusco, 76.7 sq.). O primeiro provável contemporâneo de Hermógenes, os dois últimos do século IV d.C. A situação base tem por fonte Sófocles, *Ájax* 546, 898: Ájax suicida-se, na sequência do célebre acesso de loucura inspirado por Atena, e é encontrado já morto por Ulisses, que retira a espada do seu corpo. Nisto, chega Teucro, que vê Ulisses com a espada ensanguentada na mão, junto do corpo inanimado do irmão, e acusa aquele de homicídio. O exemplo transmitido por Hermógenes apresenta uma variação: as pessoas intervenientes não são nomeadas, mas são indefinidas, a pessoa que é acusada de homicídio está a sepultar o corpo, e toda a cena ganha assim contornos de uma situação-tipo simplesmente hipotética.

10 δυνάμεως, ὅταν ἑτέρου πράξαντος ἄντικρυς εἰς τὸν κρινόμενον τὸ γεγονὸς
 ἀναφέρεται, οἷον τρισαριστέως εἰκόνα ἔστησαν οἱ πολεμίοι καὶ προδοσίας
 κρίνε|ται. Ἀλλαχοῦ γὰρ οὐχί. Εἰς αὐτὸν δὲ τὸν τρισαριστέα | τὸ γενόμενον 30
 φέρεται, ἐφ’ ᾧ καὶ κρίνεται. Τελευταίας δὲ καὶ τρίτης δυνάμεως τὰ “μεταξὺ” 131
 τῶν εἰρημένων ὠνόμασεν, ὅταν ἀφ’ ὧν τε αὐτὸς ὁ κρινόμενος καὶ ἕτερός τις
 ἔπραξε τὰ τῆς ἐξετάσεως γίνηται. Ὁ δὲ Ἑρμογένης | τὰ μὲν ὑφ’ ἑτέρου 5
 15 πεπραγμένα ἐν τῷ παραδείγματι τέθεικε, τὰ δὲ ὑπ’ αὐτοῦ τοῦ κρινομένου
 παρέλιπεν, ἐν δὲ τῷ εἰπεῖν “ἂ μεταξὺ τούτων ἐστί”, κάκεῖνα ἐνέφηνε,
 “μεταξὺ” γὰρ τὸ ἐκατέρων ἐξηρτησθαι καὶ μετέχειν ἐκατέρων ἐστίν. Ἀλλὰ 10
 καὶ τῷ φάναι “διὰ δὲ τὰ ἄλλα | ἐνδέχεται καὶ τοῦτο ἐξετασθῆναι ὡς
 ἀναφερόμενον”, τῷ δὲ εἰπεῖν “τὰ ἄλλα” τοῦτο ἠνίζατο. Δόχειε δ’ ἂν τις ἴσως
 20 μὴδὲν διαφέρειν τῆς πρώτης τάξεως τὰ πεπραγμένα τῷ Ἀρχιδάμῳ, οἷον ὅτι 15
 μὴ τοὺς καρποὺς τοῦ Περικλέους ἐδήλωσε. Τοῦτο γὰρ εἶναι τὸ ὑπ’ αὐτοῦ
 πεπραγμένον· ὁ γὰρ αὐτός ἐστι | καὶ πεπραχὼς καὶ κρινόμενος, ὥστε οὐδὲν τῆς
 πρώτης τάξεως διενήνοχε. Καί φαμεν ὡς εἰ μὲν ἐξ ὧν ὁ Ἀρχίδαμος ἔπραξεν
 ἐκρίνετο, εἶχε λόγον. Νῦν δὲ οὐκ ἐξ αὐτῶν· οὐ γὰρ προδοσίας κρίνεται, ὡς 20
 25 τοὺς καρποὺς μὴ δηώσας, ἀλλὰ δώρων φεύγει, ὅπερ ἀνοίκειον μὲν αὐτῷ,
 οἰκειότατον δὲ πρὸς τὰ τῷ Περικλεῖ γεγραμμένα. Τὰ δ’ οὖν ὑπὸ τοῦ
 Ἀρχιδάμου γενόμενα εἰς οὐδὲν ἄλλο τῷ ζητουμένῳ συμβάλλεται, ἢ ὅσον εἰς
 αὐτὸν ἀναφέρειν τὸν Ἀρχίδαμον τὸ ὑπὸ τοῦ Περικλέους γραφέν. Τοῦτο δὲ
 δηλοῖ τὸ “διὰ δὲ τὰ ἄλλα καὶ τοῦτο ἐνδέχεται ἐξετασθῆ|ναι”.

b

HERM.: 10-11 τρισαριστέως — κρίνεται ib. 30.23-31.1, 44.7-9, 50.6 || 12, 16, 17 ib. 31.1 || 18-19 St. 31.5 || 20-21 τὰ πεπραγμένα — ἐδήλωσε cf. ib. 31.1-3, 55.6-8 || 29 ib. 31.5.

16 ἐνέφηνε Pc. 18, 19, 29 τὰ ἄλλα ex Herm. St. 31.5 seiunxi: τᾶλλα P || 28 τὸν om. Pc || 29 δὲ om. Pc.

- bilidades que oferecem quando, tendo sido outro a cometer o acto, o sucedido é
- 10 directamente imputado à pessoa l que está a ser julgada Por exemplo: os inimigos erigiram uma estátua de um homem três vezes condecorado por bravura, e este é julgado por traição. Em outras circunstâncias, com efeito, não o seria. Porém, é ao próprio que o sucedido é imputado, e por esse motivo é levado a julgamento. Os actos que, pelas suas possibilidades, pertencem à terceira e última classe, denominada “intermédia” entre as outras referidas, ocorrem quando os eventos que motivam o exame foram praticados pela própria pessoa que por eles está a ser julgada e ainda por uma outra. Mas Hermógenes, no exemplo dado, estabeleceu l
- 15 que alguns dos actos foram praticados pela outra pessoa, mas passou à margem dos que se deveram ao próprio indivíduo que está em julgamento. No entanto, ao dizer “aqueles actos intermédios entre estes dois outros tipos”, ele apontou também estes últimos, pois o termo “intermédios” significa que eles estão dependentes de um e de outro e que de um e de outro participam. Mas, com a afirmação “mas, em virtude dos outros factos, também este é admitido a exame, como se a essa pessoa devesse ser imputado”¹⁰, ao dizer “os outros factos”, ele
- 20 apenas aludiu a este último. Pensar-se-ia talvez l que nenhuma diferença haveria entre os actos pertencentes à primeira classe e os praticados por Arquidamo, a saber, que não devastou os bens de Péricles, pois este foi o acto praticado por ele. O indivíduo que o praticou e a que enfrenta julgamento são o mesmo, de sorte que nenhuma diferença existe relativamente à primeira classe. E afirmamos que, se Arquidamo era julgado pelos actos que praticou, teria razão. Mas não é destes actos que presentemente se trata. Com efeito, ele não é julgado por traição, já que
- 25 l não devastou os bens de Péricles, mas enfrenta um processo por receber suborno, o que é impróprio dele, mas que é muito apropriado no que toca à despesa inscrita por Péricles. Assim, os factos devidos à responsabilidade de Arquidamo para nenhuma outra coisa contribuem naquilo que está em questão, a não ser para fazer imputar ao próprio Arquidamo a despesa inscrita por Péricles. É isto o que se mostra através da afirmação “mas, em virtude dos outros factos, também este admite ser sujeito a exame”.

¹⁰ Τοῦτο remete para o problema dos “cinquenta talentos”. Cf. *ib.* 31.3-4.

54. *ib.* 31.1-3 τρίτην, ἃ μεταξὺ τούτων ἐστίν, οἷον ἔγραψεν ὁ Περικλῆς εἰς δέον ἀνηλωκέναι πεντήκοντα τάλαντα, καὶ Ἀρχίδαμος δώρων φεύγει]

Τὸ “μεταξὺ” λέγεται διχῶς, εἴτε ἐπὶ τόπου, ἢ τὸ | μέσον δύο τινῶν· μέσον 132
 δέ ἐστι τὸ κοινωνοῦν ἀμφοτέροις. Ζητοῦσι οὖν τινες πῶς εἶπεν ἐνταῦθα τὸ
 “μεταξὺ”· ὅτι μὲν γὰρ οὐκ ἐπὶ τόπου ἐχρήσατο δῆλον, περὶ πραγμάτων γὰρ ὁ
 λόγος αὐτῷ. Ἀλλ’ οὐδὲ μέσον τῶν προκειμένων καθεστὼς φαίνεται, καθὸ 5
 οὐδὲ κοινωνίαν ἔχει πρὸς αὐτὰ. Πῶς γὰρ κοινωνεῖ — φασίν — τὸ ὑφ’ ἐτέρου
 πεπραγμένον καὶ μὴ ἄντικρυς εἰς ἡμᾶς ἀναφερόμενον τῷ ὑφ’ ἡμῶν
 πεπραγμένῳ, ἢ πῶς κοινωνεῖ τὸ μὴ ἄντικρυς εἰς ἡμᾶς ἀναφερόμενον τῷ
 ἄντικρυς εἰς ἡμᾶς ἀναφερομένῳ; | Ὡστε λείπεται — φασίν — μὴ εἶναι αὐτὸ 10
 μεταξύ. Φημί δὲ ἔγωγε κοινωνίαν αὐτὸ πρὸς ἑκάτερον ἔχειν. Πρὸς μὲν οὖν τὸ
 10 δεύτερον, καθὸ ἑκατέρου ὑφ’ ἐτέρου πέπρακται. Ἡ δὲ διαφορά, καθὸ τὸ μὲν
 ἄντικρυς εἰς ἡμᾶς ἀναφέρεται, τὸ δὲ οὐκ ἄντικρυς. Πρὸς δὲ τὸ πρότερον, ὅτι
 ἑκάτερον διὰ τῶν ἀποδεικτικῶν σημείων κατασκευάζεται. Διαφέρει δὲ τῷ 15
 μὲν προσεχῇ ἔχειν τὰ σημεῖα, τὸ δὲ οὐκ οὕτως, ἀλλ’ ἔξωθεν λαμβανόμενα.
 Ἀλλ’ ἀντιλέγουσι πρὸς τοῦτό τινες· εὐρίσκεται γάρ, φασίν, ἐν τούτῳ τὸ
 15 σημεῖον αὐτὸ τὸ ἀποδεικτικὸν ἀφανεῖ· ἐξ ἀφανοῦς δὲ | ἀφανές οὐκ ἂν πιστω- 20
 θεῖη. Ἀλλ’ ἐροῦμεν ὥς τοῦτο οὐκ ἐνταῦθα μόνον ὁράται, ἀλλὰ καὶ ἐπὶ τοῦ
 “συγκατασκευαζομένου” σχηματισμοῦ ἥτοι “στοχασμοῦ” τὸ πρῶτον σημεῖον
 ἀφανές. Τὰ δ’ ἐξῆς, τουτέστι τὰ τούτου κατασκευαστικά, φανερά· οὕτως καὶ
 ἐπὶ τούτου τὸ μὲν | πρῶτόν ἐστιν ἀφανές, τὰ δ’ ἐξῆς φανερά, οἷον 25
 20 “ἔδωροδόκησας, Ἀρχίδαμε”. Τῷ δῆλον; “Περικλῆς ἔγραψεν εἰς δέον
 ἀνηλωκέναι πεντήκοντα τάλαντα”· τοῦτο ἀφανές τὸ σημεῖον. Τὰ δὲ τούτου

54

HERM.: 1 St. 31.1 || 20-21 Περικλῆς — τάλαντα *ib.* 31.1-2, 55.6-8.

14 φησὶν Pc || 17 σχηματισμοῦ ἥτοι propter homoeotel. om. Pa || 19 τὰ δ’ ἐξῆς P: τὰ δὲ ἐξ αὐτοῦ W7 ||
 21 ἀνηλωκέναι Pa Herm. W7 egoque: ἀνα. s.l. corr. Pa² unde β ἀνη- s.l. Pc¹.

54. *ib.* 31.1-3 “Em terceiro, uma categoria intermédia entre as duas anteriores; por exemplo: «Péricles registou por escrito que dispendera cinquenta talentos para prover a uma necessidade, e Arquidamo é arguido por corrupção passiva».”]

O termo “intermédio” utiliza-se em dois sentidos: relativamente a um lugar; ou aquilo que está no meio entre duas coisas. Ora, está no meio aquilo que participa de ambas. Questionam alguns, pois, em que sentido ele utilizou aqui o termo “intermédio”, pois é evidente que não o empregou para se referir a um lugar, visto que ele vai discorrer sobre os actos. Mas não parece que ele tenha estabelecido um ponto a meio das matérias anteriormente expostas, na medida em que não

5 apresenta aspecto algum | em comum a ela. Pois como pode haver algo em comum — dizem eles — entre o acto praticado por outrem e que não nos é directamente imputado e aquele que nós mesmos praticámos? Ou como pode haver algo em comum entre o acto que nos não é directamente imputado e aquele que o é? De sorte que, como eles afirmam, resulta que não existe o próprio acto “inter-

10 médio”. Em minha opinião, porém, afirmo que este apresenta aspectos comuns a um e a outro. Relativamente | ao segundo tipo, pois, na medida em que cada acto é praticado por outrem. A diferença reside no facto de um dos actos nos ser directamente imputado, ao passo que o outro o não é. Relativamente, porém, ao primeiro tipo, no facto de que cada acto é confirmado mediante os sinais que o

15 demonstram. Mas entre estes há diferenças. Nuns casos, os sinais são directos; em outros, pelo contrário, não sucede assim: são recolhidos do seu exterior. Alguns, porém, discordam em relação a este ponto. Afirmam eles que nele se descobre que o próprio | sinal demonstrativo é obscuro. Partindo de um sinal obscuro não se poderia provar aquilo que é obscuro. Diremos, porém, que tal não é apenas aqui que se verifica, mas também na figura cumulativa¹¹, ou seja, na conjectura, que o primeiro sinal é obscuro. Os sinais seguintes, isto é, os que o confirmam, são patentes; do mesmo modo, também neste o primeiro sinal é obscuro, mas os

20 seguintes são patentes. Por exemplo: | “Aceitaste suborno, Arquidamo”. Em que assenta tal evidência? “Péricles registou por escrito que dispendera cinquenta

¹¹ Hermógenes não emprega o termo σχηματισμός (ou “figura”). Συγκατασκευαζόμενος στοχασμός “conjectura cumulativa” é uma das três espécies de conjecturas duplas denominadas συνεζευγμένοι “conjugadas”, aquela em que todos os σημεῖα do acto concorrem solidariamente para a mútua confirmação: cf. *ib.* 56.21-58.16 e esp. 58.2-16. Vd. infra ainda a este respeito 4.6.7-12.

¹² Trata-se de Arquidamo II, rei da Lacedemónia. Era amigo e hóspede de Péricles. Aquando da primeira invasão da Ática no decurso da Guerra do Peloponeso e por ele chefiada, Péricles temia que ele desejasse poupar as suas propriedades privadas, em honra das relações existentes entre os dois. E, de facto, Arquidamo opusera-se à guerra contra Atenas e mostrara algumas hesitações nos preparativos para a invasão, o que

κατασκευαστικά φανερά, οἷον “φίλος γὰρ ἦσθα τῷ Περικλεῖ καὶ τοὺς αὐτοῦ 133
οὐκ ἐδήσας ἀγροὺς”. Ταῦτα γὰρ πάντα φανερά τε καὶ ἀναμφίλεκτα.

talentos para prover a uma necessidade”. Este sinal é obscuro, mas os que o confirmam são patentes; por exemplo: “tu eras amigo de Péricles, e não devastaste as suas propriedades”¹². Com efeito, todos estes elementos são patentes e incontestáveis.

levantara suspeitas entre os Lacedemónios. Tal acusação, portanto, a ter existido formalmente, só lhe poderia ter sido movida pelos seus próprios concidadãos. Havia já um precedente: catorze anos antes, Plistoánax, filho de Pausânias e rei da Lacedemónia, fora banido sob a acusação de se haver deixado subornar pelos Atenienses. Cf. Tucídides 2.13.1, 18-23 e 1.114.

55. *ib.* 31.6-7 ἀπέοικε δὲ οὐδὲν τοῦ ζητήματος τούτου καὶ ὁ ἄσωτος ὁ ἐπὶ τῷ πατρὶ ἀφανεῖ γενομένῳ φόνου φεύφων]

Τῷ κατὰ τοῦ Ἀρχιδάμου ζητήματι μηδὲν ἀπεοικέναι τὸ τοῦ ἀσώτου φησίν, ὃς φόνου φεύγει καὶ ἐπὶ ἀφα|νεῖα τῇ πατρικῇ. Ἔστι γὰρ κατὰ πάντα καὶ 5 προσφυές. Ἐκεῖ τε γὰρ ὁ Περικλῆς εἰς δέον τὰ πεντήκοντα ἀναλῶσαι τάλαντα ἔγραψε, κἀνταῦθα ὁ πατὴρ ἀφανῆς ἐγένετο. Ἐκεῖ Ἀρχίδαμος τοὺς καρποὺς οὐκ ἐδήλωσεν, ἐνταῦθα ὁ υἱὸς ἀσώτως ἐβίωσεν· διὰ τὰ πεπραγμένα τῷ 5 Ἀρχιδάμῳ ἐκεῖ τὸ τῶν πεντήκοντα | τάλαντων εἰς αὐτὸν ἀναφέρεται, διὰ τὰ 10 βεβιωμένα τῷ ἀσώτῳ ἐνταῦθα ἢ τοῦ πατρὸς ἀφάνεια εἰς αὐτὸν ἀπευθύνεται.

56. *ib.*]

Ἐπιλαμβάνονται τινες οἷα δὴ κακῶς εἰπόντος ὅμοιον εἶναι τόδε τὸ ζήτημα τῷ προειρημένῳ· ἐν ἐκείνῳ | μὲν γάρ — φασίν — τὸ πρόσωπον ὁ Περικλῆς κύριον, ἐν δὲ τούτῳ κοινὸν ὁ ἄσωτος. Φαμέν δὲ ὡς ἐνταῦθα οὐ περὶ 15 προσώπων αὐτῷ προϋπέκειτο λέγειν, ἀλλὰ περὶ πραγμάτων. Εὐρίσκομεν δὲ τὸ πρᾶγμα ἐπ' ἀμφοῖν παραπλήσιον, ὥστε λίαν ἀμούσως ἐπιλαμβάνονται τοῦ 5 τεχνικοῦ· ἐμνή|σθη δὲ τούτου τοῦ προβλήματος, ἐπειδὴ μάλιστα τούτου ἐξη- 20 τεῖτο παρὰ τοῖς τεχνικοῖς.

55. *ib.* 31.6-7 “Uma questão em nada diferente desta é a do devasso cujo pai desapareceu e que é arguido por homicídio.”]

A questão de Arquidamo — diz ele — em nada diverge da de um devasso que enfrenta um processo por homicídio, dado o desaparecimento de seu pai¹³. Com efeito, em tudo se relaciona intimamente com ela. Num caso, Péricles registou por escrito que havia dispendido cinquenta talentos para prover a uma necessidade; no
 5 outro, o pai estava desaparecido. Naquele, Arquidamo não devastou | os bens de Péricles, enquanto neste o filho vivia na devassidão. Em virtude dos seus actos, o receber um suborno de cinquenta talentos é imputado a Arquidamo. E, devido ao modo de vida devasso que levava, a responsabilidade do desaparecimento do pai reverte sobre o filho.

56. *ib.*]

Alguns criticam o Autor por haver incorrectamente afirmado que esta questão é similar à anterior. Na primeira — dizem eles — a pessoa de “Péricles” é designada por um nome próprio, ao passo que, na segunda, “devasso” é um nome comum. Mas dizemos nós que, no caso vertente, aquilo que de antemão se propu-
 5 sera não era falar acerca de pessoas, mas de actos. Verificamos que | o acto é, em ambos os casos, quase idêntico, de sorte que a crítica que lhe fazem é absolutamente deslocada. E ele fez menção deste problema pelo facto de ser objecto de abundante inquirição entre os tratadistas.

¹³ O exemplo do devasso é citado igualmente nos escólios de Sópatro W4 299.31-32 e Siriano R2 62.5, 66.23-24.

57. *ib.* 31.8-9 οὐκ ἄγνοῶ γε ὡς ῥήθησαν τινές μὴ εἶναι τὸ πρᾶγμα ἐνταῦθα κρινόμενον]

Βιαστικώτερον εἰσηνενέχθαι βούλονται ὑπὸ τοῦ τεχνικοῦ τὴν τρίτην τάξιν τῶν πραγμάτων. Ἀντιλεκτέον γὰρ αὐτῷ, ὅτιπερ, εἰ καὶ τὰ μάλιστα, ὥσπερ φῆς | ἐν τῷ συγκατασκευαζομένῳ, τὸ πρῶτον σημεῖόν ἐστιν ἀφανές, **134**
 ἀλλ' οὖν τὰ τούτου κατασκευαστικὰ ἐκ τοῦ πράγματος λαμβάνεται, ἐνταῦθα
 5 δὲ ἐκ τοῦ προώπου. Τοιγαροῦν ἂν τις ἀμείθῃ τὸ πρόσωπόν, οὐκέτι μένει ἢ 5
 ζήτη|σις. Ὡστε τὸ πρόσωπον ἐστὶ τὸ παρέχον τὴν ζήτησιν, καὶ οὐ τὸ πρᾶγμα·
 τοιοῦτοι μὲν τῶν ἐπιλαμβανομένων οἱ λόγοι· ὁ δὲ τεχνικὸς τοιοῦτό φησιν·
 τῶν κεφαλαίων τὰ μὲν ἐστὶ προσωπικά, τὰ δὲ πραγματικά, τουτέστι τὰ μὲν ἐκ
 τοῦ προώπου λαμβάνεται, τὰ δὲ ἐκ τοῦ πράγματος. Ὁ | οὖν ἄσωτος **10**
 10 κρινόμενος ἐρεῖ τι. Ἐρεῖ δὲ — φησί — “χρῶμα”, τουτέστι μετάθεσιν αἰτίας, ὃ
 πραγματικόν ἐστὶ κεφάλαιον· τῷ πράγματι ἄρα ἢ ζήτησις. Οἱ δὲ ἅπαξ
 ἐπιλαβόμενοι ἐξῆς καὶ πρὸς τοῦτο διαμάχονται· ψεῦδος γάρ — φασίν — τὸ
 εἰρημένον καὶ παραλογισμός. Ἡ μὲν γὰρ πρώτη πρότασις ἀληθής | ὅτι τῶν **15**
 κεφαλαίων τὰ μὲν ἐστὶ προσωπικά, τὰ δὲ πραγματικά· ἢ δευτέρα δὲ
 15 παραλογιστική. Οὐ γὰρ ἐρεῖ ὁ ἄσωτος κρινόμενος μετάθεσιν αἰτίας, ἀλλ' ἐρεῖ
 μὲν “τι” πάντως. Οὐκ ἐρεῖ δὲ μετάθεσιν αἰτίας, ἀλλὰ βούλησιν ἢ δύναμιν, καὶ
 οἷα προσωπικά κεφάλαια. Πρὸς δὲ τούτοις καὶ ἐκ τῶν | παρὰ τῷ τεχνικῷ **20**
 διελέγχειν πειρῶνται τὸν λόγον. Εἰ γὰρ αὐτὸς δέδωκε, φασίν, ἐν τοῖς διπλοῖς
 20 στοχασμοῖς εἶναί τινας ἐλλιπεῖς κατὰ τὸ πρᾶγμα, πολλάκις δὲ καὶ τὸ
 πρόσωπον. Οἷον κατὰ μὲν πρόσωπον· “ἀπώλετο ἐξ ἱεροῦ χρήματα· εὐρέθησαν

57

HERM.: 9-10 ὁ οὖν - ἐρεῖ τι *St.* 31.11 || 10 *ib.* || 15-16 ἐρεῖ μὲν τι *ib.*

10 φησί **P**: φασί **W7** || 18 φησίν **Pc**.

57. *ib.* 31.8-9 “Não ignoro que alguns consideraram que o acto aqui não é um ponto em julgamento.”]

Entendem eles que a terceira classe de actos foi acrescentada de modo forçado pelo Autor. É necessário, com efeito, dizem eles, discordar dele neste ponto: por muito obscuro que, na conjectura cumulativa, conforme tu afirmas, seja o primeiro sinal, o que o confirma provém, no entanto, do acto. Aqui, pelo contrário, l

5 provém da pessoa. Por este facto, se se substituir a pessoa, a questão já não é sustentável. Deste modo, é a pessoa que suscita a inquirição, e não o acto. Tais são os argumentos dos críticos do Autor. Mas o que este afirma é o seguinte: entre os tópicos capitais, uns referem-se à pessoa, e outros ao acto. Quer dizer: uns provêm da pessoa, os outros do acto. Assim, “o devasso terá algo l para afirmar” em jul-

10 gamento. Mas o que ele terá para afirmar — diz ele — será uma “coloração”, isto é, uma mudança de motivo¹⁴, que é do domínio do acto: ora a inquirição incide sobre o acto. Uma vez empenhados em criticá-lo, prosseguem com o seu ataque também em relação a este raciocínio. Pois, como eles dizem, é falso o que se afirma, e constitui um paralogismo. Com efeito, é verdadeira a primeira proposição, de que, de entre os tópicos capitais, uns se referem à pessoa, e outros ao acto.

15 A segunda, porém, é l paralogística. O devasso não afirmará em julgamento uma mudança de motivo, mas dirá absolutamente “alguma coisa”. Não afirmará uma mudança de motivo, mas uma vontade e uma capacidade¹⁵, que constituem tópicos capitais relativos à pessoa. Além disto, procuram demonstrar o seu argumento também com base nos elementos do próprio Autor. Pois se ele, como afirmam, concede que nas duplas conjecturas haja algumas lacunas relativamente ao acto,

20 com frequência também o concede relativamente à l pessoa. À pessoa, por exemplo: “o dinheiro do templo foi pilhado; acharam-se dois oradores, um desente-

¹⁴ Μετάθεσις αἰτίας é um ponto da divisão de uma conjectura, que consiste na apresentação de um outro motivo: cf. *Estados de causa* 43.20, e o respectivo tratamento *ib.* 49.7-50.19.

¹⁵ Cf. *ib.* 43.19, 46.8-47.7 56.11-18. Além dos próprios dados factuais, que advêm do exame e confirmação do πρᾶγμα ou “acto”, a conjectura examina a pessoa e os elementos que permitem vinculá-la ao acto. O que nesta se pesquisa é precisamente a “vontade” ou “intenção” (βούλησις) de o praticar, bem como a “capacidade”, e também “possibilidade” (δύναμις) de o fazer.

δύο ῥήτορες, ὁ μὲν χρυσίον κατορρύτων, ὁ δὲ | λόγον ὑπὲρ ἱεροσυλίας γρά- 25
 φων, καὶ ἀντεγκαλοῦσιν ἀλλήλοις”. Ἐνταῦθα γὰρ τὰ μὲν πρόσωπα ἰσάζοντα
 κρίσιν οὐκ ἐπιδέχεται ῥήτορες γὰρ ἄμφω. Τὸ δὲ πρᾶγμα ἐστὶ | τὸ κρινόμενον. 135
 Τοῦ δὲ κατὰ τὸ πρᾶγμα ἐλλιποῦς παράδειγμα τόδε· “ἀριστεὺς ἀπέθανεν ἐπὶ
 25 σημείοις φαρμάκων, καταλιπὼν τὴν μητρυιὰν καὶ αἰχμάλωτον παλλακίδα,
 καὶ ἀντεγκαλοῦσιν ἀλλήλαις”. Πάλιν γὰρ ἐνταῦθα ἰσάζον ἐπ’ | ἀμφοτέρων τὸ 5
 πρᾶγμα οὐκ ἐξετάζεται, ἀλλ’ ἡ τῶν προσώπων ποιότης παρέχει τὴν ζήτησιν,
 ὅτι ἡ μὲν μητρυιὰ, ἡ δὲ παλλακίς. Εἰ τοίνυν, φασίν, τοῦτο δίδωσιν αὐτὸς καὶ
 ὁμολογεῖ εἶναι διπλοῦν τὸν στοχασμὸν ἀτελεῖ κατὰ τὸ πρᾶγμα, ὅσπερ καὶ
 30 ἀληθὴς {ὁ} λόγος, τί δήποτε οὐ | συγχωρεῖ κάπὶ τῶν ἀπλῶν τοῦτο; Ὁ γὰρ 10
 διπλοῦς στοχασμὸς οὐδὲν ἕτερόν ἐστίν ἢ δύο ἀπλοῖ. Ἀποδεικνύναι μὲν οὖν
 οὕτως ἐπειράθησαν ἐκεῖνοι οὐκ οὔσαν τὴν τρίτην τῶν πραγμάτων τάξιν.
 Ἡμῖν δὲ καὶ τοῦτο φαίνεται ὀρθῶς εἰρημένον τῷ τεχνικῷ· τὰς δὲ ἀποδείξεις
 ἐκθήσομεθα ἐν τῷ περὶ τῶν εἰδῶν | τοῦ στοχασμοῦ, ἔνθα καὶ αὐτὸς ὁ τεχνικὸς 15
 35 διείλεκται πλατύτερον.

58. *ib.*]

Πρὸς Μινουκιανὸν ἀποτείνεται λέγοντα δύνασθαι εἶναι στοχασμὸν ἀτελεῖ
 ἀπλοῦν ἀπὸ προώπου μόνου ἐξεταζόμενον, μὴ κρινομένου τοῦ πράγματος.
 Ὅπερ | Ἑρμογένους οὐ παραδέχεται, ἀλλὰ διπλοῦν μὲν εἶναι λέγει ἀτελεῖ ἀπὸ 20
 τῶν προσώπων μόνων δυνάμενον ἐξετάζεσθαι, τῶν πραγμάτων μὴ κρινομέ-
 5 νων, ὅταν ἰσάζοντα ἦ, ὡς τὸ ἐπιὸν δηλώσει παρ’ αὐτοῦ προβεβλημένον παρά-
 δειγμα.

57

HERM.: 24-26 *St.* 56.15-17.

23 οὐκ om. *Pc* || 28 παλλακή *Pa* || 29 τὸν om. *Pc* || 29 ὁ testes || 31 οὖν om. *Pc* || 32 καὶ om. *Pc* || 34 ἐκθήσομεν *Pa*.

58

HERM.: 1-2 πρὸς Μινουκιανὸν — πράγματος cf. *St. St.* 31.8-9, 54.13-14.

FONTES: 1-2 πρὸς Μιν. — ἐξ. de Herm. contra Minucianum cf. *Sop.* W5 55.27-29 τοῦτο πρὸς Μινουκιανὸν ἀποτείνεται αὐτὸ τὸ παράδειγμα (scil. *St.* 31.7-8 ὁ ἄσωτος κ.τ.λ.) τοῦ ἀτελοῦς ἐκ πράγματος στοχασμοῦ τεθέν.

2 μόνου *genitium censeo conferens St.* 54.9 *infraque* 4 μόνων: μόνων testes.

rando os objectos de ouro, o outro escrevendo um discurso sobre sacrilégio; e acusam-se mutuamente”¹⁶. Neste caso, as pessoas iguais não admitem julgamento, pois ambos são oradores. Porém, aquilo que está em julgamento é o acto. E o exemplo da-do de lacuna no acto é o seguinte: “um homem condecorado por actos de bravura morreu com l sinais de envenenamento, deixa a madrastra e uma amante cativa de guerra, e estas acusam-se mutuamente”. Neste caso, de novo, o acto de ambas, sendo igual, não está sujeito a exame¹⁷, mas é a qualidade das pessoas que suscita a inquirição, pois uma é “madrasta”, a outra uma “amante”. Se, portanto, como eles afirmam, ele concede neste ponto, e também concorda que existe uma dupla conjectura incompleta quanto ao acto, asserção que l é verdadeira, por que razão também não o admite relativamente às conjecturas simples¹⁸? Com efeito, uma conjectura dupla não nada mais é do que duas conjecturas simples. Deste modo, portanto, pretenderam demonstrar que não há terceira classe de actos. Em nosso ver, porém, a afirmação do Autor é correcta. E exporemos as demonstrações no capítulo sobre as espécies de conjectura, onde o próprio Autor as l discutiu mais amplamente¹⁹.

58. *ib.*]

Ele visa aqui Minuciano, que afirmava que poderia haver uma conjectura incompleta simples e constituir objecto de exame com base unicamente na pessoa, sendo que o acto não se submeteria a julgamento²⁰. E isto Hermógenes não aceita,

¹⁶ Para o emprego deste exemplo (ou similar), cf. *Estados de causa* 56.5-8. Este mesmo exemplo é citado mais abaixo 9.2.35-37.

¹⁷ Nas conjecturas duplas baseadas na igualdade dos actos e desigualdade das pessoas, só estas últimas admitem exame, constituindo aqueles ponto assente. Cf. *ib.* 56.14-20.

¹⁸ Cf. sobre conjecturas simples e duplas *ib.* 53.14-56.20. A distinção entre conjecturas simples e duplas reside no facto de nestas últimas haver duas pessoas e dois actos em julgamento. Por sua vez, a distinção entre conjecturas completas ou perfeitas (τέλειοι) e incompletas ou imperfeitas (ἀτελείς) baseia-se na ausência de dados que permitam julgar um dos seus componentes, actos e pessoas. A exposição 43.17-53.15 é dedicada às conjecturas simples e completas. Quanto às simples incompletas, para Hermógenes (54.3-55.8) não existe nenhuma que se funde unicamente em pessoas (54.9, 55.9 ἐκ μόνων προσώπων). A este respeito, diverge claramente da opinião de um ou vários dos seus antecessores, entre os quais Minuciano, bem como de alguns dos seus sucessores (leia-se a refutação que o escoliasta faz das críticas que a este propósito são dirigidas à doutrina de Hermógenes). Em seu parecer, o que em tais casos está em julgamento são efectivamente os actos (cf. 30.17 sq. e 31.1-11), não havendo, pelo contrário, elementos suficientes para a determinação das pessoas envolvidas nos actos, pelo que apenas estes estão em julgamento. Já quanto às duplas incompletas, por outro lado, existem as duas espécies: as que se baseiam exclusivamente em pessoas (56.4-13) e as que baseiam exclusivamente em actos (56.14-20).

¹⁹ Cf. *ib.* 43.15-59.9.

²⁰ O escoliasta visa provavelmente as alusões de *ib.* 31.8-9, 54.13-14 a "alguns" outros autores.

Ἀπλοῦν δὲ οὐδαμῶς, καὶ εἰκότως· ἀδύνατον γὰρ εἶναι τοῦτο καὶ 25
ἀνεγχώρητον, ὥς ἐν τοῖς ἐφεξῆς ἐπαγωνιζόμενος δείκνυσιν.

afirmando, pelo contrário, que há conjecturas duplas incompletas com base exclusivamente nas pessoas que podem ser objecto de exame, sendo que os actos não
5 são submetidos a julgamento | quando são iguais, como evidenciará o exemplo por ele proposto mais adiante²¹. Mas quanto às conjecturas simples tal não sucede, e justamente, pois tal é impossível e inaceitável, como ele demonstra, na discussão com que ocupa as linhas seguintes²².

²¹ Cf. *ib.* 56.14-20.

²² Cf. *ib.* 31.9-11.

59. *ib.* 31.9-11 “Surpreender-me-ei se ninguém der um motivo para o acto que está em julgamento, bem como a chamada *coloração*, mas penso que o devasso se defenderá e terá algo para dizer.”]

Neste ponto, manifesta opinião contrária à de Minuciano e tenta demonstrar, através de um silogismo, que, no caso do devasso, o acto também está em exame. Refiro-me ao problema do desaparecimento <do pai>. O silogismo é o seguinte: se a questão tem consistência, o devasso terá ao seu dispor uma defesa; terá uma defesa e também pronunciará uma mudança de motivo²³; se existe uma mudança
 5 de motivo, l também seguem os elementos que vão do início ao fim²⁴; e se existem estes elementos, o acto tem consistência. É preciso que se saiba que, quando examinamos a pessoa, apenas intervêm os tópicos capitais da pessoa, a saber²⁵: vontade e capacidade.

²³ Ponto da divisão de uma conjectura. Cf. *ib.* 43.20 e respectivo tratamento desenvolvido 49.7-50.19. Todo este escólio tem presente a enumeração 43.17-2 dos pontos de divisão da conjectura, que Hermógenes desenvolve nas páginas seguintes (44.1-53.13).

²⁴ Cf. *ib.* 43.19-20 e tratamento desenvolvido 47.8-48.21. R. Nadeau verte a expressão por “particulars from beginning to end” (396 e *passim*). M. Patillon, por seu turno, interpreta e verte por “les données factuelles” (*La théorie...*, p. 52 e *passim*) e por “l’examen des faits” (*Hermogène. L’art rhétorique*, p. 168 e *passim*). Conforme observa (*La théorie...*, p. 52 n. 5), deve este procedimento ser entendida como o exame das circunstâncias (περιστάσεις) do acto, geralmente em número de seis: pessoa (πρόσωπον), acto (πράγμα), lugar (τόπος), modo (τρόπος), tempo (χρόνος) e motivo (αἰτία). Cf. *Estados de causa* 47.10-11 τίς, τί, πού, πῶς, πότε, διὰ τί. A esta lista alguns teóricos, sobretudo do campo da filosofia, acrescentam uma sétima, a matéria (ύλη), como se lê em Hermógenes, *Invenção retórica* 140.19-141.3. Este conjunto de περιστάσεις reveste-se de grande importância para a produção de um discurso, tanto, por um lado, na narração e na descrição — cf. os tratadistas da proginasmática: Élio Téon de Alexandria, sobre a narração 78.17-21 p. 38, e sobre a descrição 118.9-10 p. 66: pessoas, actos, lugares e tempos; Pseudo-Hermógenes, sobre a descrição *Proginasmas* 22.12-13: pessoas, actos, contextos (καίροι), lugares, tempos e outras; Aftónio, sobre a narração 2.23-3.2: pessoa, acto, tempo, lugar, modo e motivo; e sobre a descrição 37.1-3: pessoas, actos, contextos (καίροι) e lugares —, como, por outro, também na argumentação (cf. o passo citado de *Invenção*). Ver sobre toda esta questão M. Patillon, *Hermogène. L’art rhétorique*, pp. 45-51 e 250 n. 1.

²⁵ Cf. *Estados de causa* 43.19.

59. *ib.* 31.9-11 θαυμάζω δέ, εἰ μὴ κρινομένου πράγματος αἰτίαν
τις ἀποδώσει καὶ τὸ λεγόμενον χρῶμα, ἀπολογήσεται δὲ
οἶμαι ὁ ἄσωτος καὶ ἐρεῖ τι.]

Ἐνταῦθα πρὸς Μινουκιανὸν ἀντιλέγει καὶ πειρᾶται κατὰ συλλογισμὸν
δεῖξαι ὅτι καὶ τὸ πρᾶγμα ἐν τῷ ἀσώτῳ ἐξετάζεται. Λέγω δὲ τὸ ἀφανές, 30
Ἔστι δὲ ὁ | συλλογισμὸς οὕτως· εἰ συνέστηκε τὸ ζήτημα, ἀπολογία | ἔξει ὁ 136
ἄσωτος· «ἔξ»ει δὲ ἀπολογία, καὶ μετάθεσιν αἰτίας ἐρεῖ· εἰ δέ ἐστι μετάθεσις
5 αἰτίας, συνέχει καὶ τὰ ἀπ' ἀρχῆς ἄχρι τέλους· εἰ δὲ ἔχει τὰ ἀπ' ἀρχῆς ἄχρι 5
τέλους, συνέστηκε τὸ πρᾶγμα. Ἰστέον δὲ ὅτι, ὅτε «τὸ» πρόσωπον | ἐξετάζομεν,

59

HERM.: 2 τὸ πρᾶγμα — ἐξετάζεται cf. *St.* 54.17-18 τοῦτο δὲ — ἐστὶν || 3-4 ἀπολογία ἔχει ὁ ἄσωτος *ib.*
31.11.

6 τὸ ante πρόσωπον add. *VhMb* unde *W7*, recte ut censeo conferens *infra* 7-8 τὸ πρᾶγμα: om. **P**.

τὰ τοῦ προώπου μόνον ἐμπίπτει κεφάλαια, οἷον βούλησις, δύναμις· ὅτε δὲ τὸ
 πράγμα μόνον, τὰ τοῦ πράγματος, οἷον τὰ ἀπ' ἀρχῆς ἄχρι τέλους, μετάθεσις, ὃ
 καὶ χρῶμα καλεῖται, ἀντίληψις, πιθανὴ ἀπολογία. Τὸ δὲ παραγραφικὸν καὶ
 10 ἢ τῶν ἐλέγχων ἀπαίτησις ἔξωθέν | ἐστὶ. Ἐλλείποντος δὲ τοῦ προώπου, λείπει 10
 καὶ τὰ κεφάλαια αὐτοῦ.

Mas quando é o acto que examinamos, apenas intervêm os do acto; por exemplo: os elementos que vão do início ao fim; a mudança de motivo, a que se chama também “coloração”²⁶; a justificação²⁷; ou a defesa credível²⁸. A excepção²⁹ e a l
 10 exigência de provas³⁰ são exteriores ao acto. Mas quando falta a pessoa, faltam também os respectivos tópicos capitais³¹.

²⁶ Cf. *ib.* 50.10.

²⁷ Cf. o respectivo tratamento *ib.* 48.3-9.

²⁸ Cf. *ib.* 50.20-52.5.

²⁹ Cf. *ib.* 44.1-20 (ver também παραγραφική 42.11-21, 44.13-20).

³⁰ Cf. *ib.* 45.1-46.7.

³¹ A excepção (παραγραφικόν ou παραγραφική) apresenta quatro fundamentos: por carência, por excesso, pela alegação de que ninguém deve ser acusado pelos actos de outrem e em função do tempo. Este procedimento pode ainda apoiar-se numa lei e encontra-se em íntima ligação com uma teoria mais complexa do estado de causa da μετάληψις (cf. *ib.* 79.18-82.3), a ponto de se confundir com ele. Vd. a este respeito ponto 3.3. da Introdução pp. 65-66 e notas. Quanto à ἐλέγχων ἀπαίτησις, divide-se em dois casos: aquele em que existem testemunhas e aquele em que não existem (cf. *ib.* 45.1 sqq.). No primeiro caso, o acusado exige a presença dessas testemunhas; quando, pelo contrário, elas se apresentam, a sua estratégia da defesa consiste em desacreditá-las. Em ambos os tópicos de conjectura referidos, pois, recorre-se a elementos exteriores ao acto e à pessoa.

c. *ib.* 31.11 ἔρεϊ τι]

Ἐπεί, φη|σίν, ἐν τοῖς ζητήμασιν εἰσι μὲν κεφάλαια προσωπικά, εἰσι δὲ καὶ 30
 πραγματικά, ὧν ἐστι καὶ ἡ τῆς αἰτίας μετά|θεις, “τὸ οὕτω χρῶμα λεγόμενον, 137
 θαυμάζω εἰ τὸ τοιοῦτο κεφάλαιον ἀποδοίη τις μὴ κρινόμενου τοῦ πράγματος,
 ἀπολογήσεται δὲ, οἶμαι, ὁ ἄσωτος καὶ ἔρεϊ τι”· τουτέστι κρινόμενος δώσει τῆς
 5 αἰτίας μετάθεις, ἔρεϊ γὰρ | διὰ τοῦτο ἀφανὴς ὁ πατήρ, ἢ ὅτι ἀποδημῶν 5
 ἐτελεύτησε — τί γὰρ τοῦ ἀποθανεῖν ἄνθρωπον ὄντα ῥᾶον καὶ εὐχερέστερον; —
 ἢ ὅτι λησταῖς περιέπεσεν, ἢ ξενιτεύειν διὰ φιλοσοφίαν προείλετο, καὶ πολλὰ
 τοιαῦτα πεπλανημένως εἰπεῖν ἀνάγκη. Τοιαύτη γάρ, ὅταν ἐπὶ τοῖς ὑφ’ ἐτέρου
 πεπραγμένοις | κρίνηται τις, ἡ τῆς αἰτίας μετάθεις· ὁ καὶ ὁ τεχνικὸς διὰ τοῦ 10
 10 “ἔρεϊ τι” ἠνίξατο, ἀορίστως εἰπών. Πῶς δὲ καὶ ἐγχωροίη πράγματος μὴ
 σύμβαντος κριθῆναι πρόσωπον; Ἐπεῖτοι γε καὶ ἐπὶ τῶν διπλῶν στοχασμῶν,
 ἐφ’ ὧν ἀπὸ μόνων προσώπων ἡ κρίσις, αἴτια τὰ πράγματά ἐστιν, | εἰ καὶ μὴ 15
 ἐξέτασιν ἐπιδέχεται διὰ τὸ ἰσάζειν.

c

HERM.: 2-4 *St.* 31.9-11 cf. lemma || 10 *ib.* 31.11.

Hoc **Σ** post **Σ** 59 recte ut censeo habent PcPbNe: post **Σ** 61 habent PaVh et Mb unde in 61 inser. W7 || 13
 διὰ τὸ Pc et ego conferens Herm. *St.* 31.18: διὰ om. rell.

c. *ib.* 31.11 “... dirá qualquer coisa.”]

Visto que³², diz ele, nas questões há, por um lado, tópicos capitais de pessoa e, por outro, de acto, a que pertence a mudança de motivo, chamada “coloração”, “admiro-me de que alguém propusesse tal tópico capital se o acto não está em julgamento, e creio que o devasso se defenderá e terá algo para dizer”. Ou seja: estando ele em julgamento, apresentará l uma mudança do motivo³³. Dirá, com efeito, que seu pai está desaparecido pelos seguintes motivos: ou porque faleceu durante uma ausência do país — pois há alguma coisa mais fácil e provável de acontecer do que um homem morrer? Ou porque caiu nas mãos de bandidos, ou então porque preferiu exilar-se no outro mundo³⁴ por motivos filosóficos, e inevitavelmente ele dará muitas razões incertas do género. Tal é, pois, a mudança de motivo, sempre que alguém é julgado por actos praticados por outrem. É a isto que o Autor alude, através da afirmação l “alguém terá para dizer”, exprimindo-se de forma indefinida. Pois como é que se admitiria ser uma pessoa julgada por um acto que não teve lugar? Visto que realmente assim é nas conjecturas duplas em que o julgamento se baseia exclusivamente em pessoas, os actos constituem pontos para acusação, mesmo que a igualdade existente entre eles não admita exame.

³² O escoliasta retoma aqui a demonstração, para justificar *μόνον* (31.12), de que não existe conjectura incompleta simples com base unicamente nas pessoas (cf. 54.9 sq.).

³³ Cf. *supra* n. 14.

³⁴ É uma interpretação possível. O texto é elíptico e eufemístico, dizendo simplesmente “exilar-se, partir para o estrangeiro”. A corrente filosófica a que o escoliasta alude será talvez o estoicismo, que admitia o suicídio.

60. ib. 31.13 οἶον πένης καὶ πλούσιος]

136

Ἄνω ἐν τῇ τῶν προσώπων διδασκαλίᾳ περὶ προσώπων ἀνεξετάστων λέγων παρέλαβεν ἐξισάζοντα τὸ δύο νέοι πλούσιοι· καὶ εἶπεν “εἰ ἐπὶ τῷ κρίνοιν ἀλλήλους”, ἀόριστον | τὸ τῶν πραγμάτων καταλιπών. Ἐνταῦθα δὲ 15 περὶ πραγμάτων ἀνεξετάστων λέγων ἀναπλάττει τὸ πρόβλημα, καὶ λαμβάνει 5 διαφορὰν μὲν προσώπων, ὅτινα δύναται ἐξετάζεσθαι, πρᾶγμα δὲ ἐξισάζον. Καὶ γὰρ ἐν τοῖς προώποις διάφορός ἐστιν ἀπολογία, ἐν δὲ τοῖς πράγμασιν | οὐδαμῶς. Εἰ γὰρ ἕτερος αὐτῶν εἴποι τὴν ἐκ τῆς οἰκίας ἔξοδον τεκμήριον εἶναι 20 τῆς μοιχείας, τούτῳ καὶ ὁ ἕτερος χρήσεται.

61. ib.]

Ἐνταῦθα τὸ παράδειγμα τοῦ διπλοῦ ἀτελοῦς στοχασμοῦ ἀπὸ προσώπων μόνων τὴν ἐξέτασιν ἔχον οἷα | διαλλαττόντων, τῶν πραγμάτων οὐ κρινομέ- 25 νων ὅτε ἐξισάζόντων. Ὅτε καὶ μόνον ὁ τεχνικός φησι μὴ δέχεσθαι τὸ πρᾶγμα ἐξέτασιν — ὅπερ ἐπὶ τῶν πλαστῶν στοχασμῶν οὐκ ἐγχωρεῖ γενέσθαι — ἐνὸς 5 ὄντος τοῦ πράγματος, τῆς ἰσότητος περὶ δύο τὸ ἔλαττον φαινομένης.

60

HERM.: 1-5 Totum Σ cf. St 31.12-13, 56.14-20 || 2-3 ἐξισάζοντα — ἀλλήλους St. 30.13-14 || 3-5 ἐνταῦθα δὲ — ἐξισάζον cf. ib. 31.12-18.

FONTES: 1-5 ἄνω — ἐξισάζον Sop. W4 136.22-137.6.

2 καὶ εἶπεν om. Pc || ἐπὶ τῷ Pc unde ego conferens Herm. textum: ἐπὶ τι Pa.

60. 31.13 “... por exemplo: um pobre e um rico.”]

Acima, na lição sobre as pessoas, ao debruçar-se sobre aquelas que se não prestam a exame, tomou como exemplo de pessoas iguais o dos dois jovens ricos; e, diz ele, estes “acusam-se mutuamente de qualquer coisa”, deixando indefinido aquilo que respeita aos factos. Mas no passo em que se debruça sobre os actos que
5 se não prestam a exame, reformula o problema, e considera haver l uma diversidade entre as pessoas que se podem submeter a exame, havendo igualdade de acto. E, com efeito, a defesa difere nas pessoas, mas de modo algum nos actos. Se uma das pessoas afirmar que o acto de sair de sua casa é indício de adultério, deste mesmo argumento se servirá também a outra pessoa.

61. *ib.*]

O exemplo aqui pertence à conjectura dupla incompleta, que se examina exclusivamente a partir das pessoas, na medida em que difiram, ao passo que os actos não se sujeitam a julgamento, dado que são iguais. É o único caso, diz o Autor, em que o acto não admite exame — o que não pode suceder nas conjectu-
5 ras fictícias — devido ao facto de que, quando há apenas um só l acto, é muito raro que haja igualdade para as duas partes.

62. ib. 31.17 τὰ πράγματα δὲ οὐ]**137**

Διεξελθὼν τὴν τῶν προσώπων καὶ πραγμάτων διδασκαλίαν μέτεισιν ἐπὶ τὴν τῶν ἐξεταζομένων καὶ ἀνεξετάστων καὶ συνῆψε τὸν περὶ τούτου λόγον τῷ προτέρῳ, ἵνα δόξη μὴ ἐξ ἀκαίρου πεποιῆσθαι τὸν περὶ τῶν | προσώπων καὶ 20 πραγμάτων λόγον, ἀλλὰ διὰ ταῦτα. Διέξεισι τοίνυν, ὡς ἐν ὀρισμῷ, περὶ τῶν 5 ἐξεταζομένων καὶ ἀνεξετάστων κατὰ θέσιν καὶ ἀναίρεσιν· ἐν μὲν τῇ θέσει παραλαβὼν τὰ ἐξεταζόμενα, ἐν δὲ τῇ ἀναίρεσιν τὰ ἀνεξέταστα. Καί τινες ἐζητήκασιν ἀνθ' ὅτου κατὰ θέσιν | καὶ ἀναίρεσιν τὸν λόγον προηγέγκατο, καὶ 25 οὐχ ἁπλῶς κατὰ θέσιν. Περὶ γὰρ μόνων βούλεται διδάξαι ἡμᾶς τῶν ἐξεταζομένων. Φαμέν δὲ ὅτι καὶ τὰ ἀνεξέταστα παρέλαβε πρὸς σαφῇ 10 διδασκαλίαν τῶν ἐξεταζομένων, ἵνα μὴ λάθωμεν πολλάκις ἀνεξετάστοις χρώμενοι ὡς ἐξεταζομένοις, ἀλλ' εἰδότες φυλαξώμεθα. Εἰ δέ τις ἀπο|ροίη διὰ 30 τί τὴν μὲν θέσιν τοῖς ἐξεταζομένοις, τοῖς δ' | ἀνεξετάστοις δέδωκε τὴν 138 ἀναίρεσιν, ἐροῦμεν ὅτι δεικνὺς ἔργον μὲν αὐτῷ καθεστὸς περὶ τῶν ἐξεταζομένων διαλαβεῖν, παρέργον δὲ καὶ διὰ τὸ προκείμενον παραλαμβα- 15 νόμενον, τὸ περὶ τῶν ἀνεξετάστων. Τριῶν δὲ τούτων | εὕρισκομένων ἐν τοῖς 5 δικαστηρίοις αἰεὶ, φημί τῶν λεγόντων προσώπων καὶ τῶν ἀκροωμένων καὶ τοῦ πράγματος. Ἐκ μὲν τῶν λεγόντων τέτταρα δεῖ ταῦτα ζητεῖν· τὸ “διαφόρους” εἶναι τοὺς λόγους, τὸ “ἐξ ἑκατέρου μέρους”, τὸ “πιθανούς”, τὸ “ἰσχύοντας”. Τὸ μὲν οὖν “διαφόρους”, ὥστε | φυγεῖν τὸ ἰσάζον, τὸ δὲ “ἐξ 10 ἑκατέρου μέρους” διὰ τὰ μονομερῆ καὶ τὰ ἀπερίστατα, τὸ δὲ “πιθανούς” διὰ 20 τὰ ἀπίθανα, τὸ δὲ “ἰσχύοντας” διὰ τὰ ἀντιστρέφοντα. Ὡσπερ δὲ ἐκ τῶν λεγόντων προσώπων δεῖ ταῦτα ζητεῖν, καὶ ἐκ τῶν ἀκουόντων δύο ταῦτα ζητητέον· τό τε μὴ προει|λῆφθαι αὐτοὺς, καὶ τὸ δύνασθαι πέρας δοῦναι τῷ 15

62

HERM.: 18, 19 διαφόρους *St.* 32.5 || 18, 19-20 ἐξ ἑκατέρου μέρους *ib.* 32.4 || 18, 20 πιθανοῦς *ib.* 32.5 || 19, 21 ἰσχύοντας *ib.*

1, 3-4 τῶν προσώπων καὶ πραγμάτων: τῶν *ante* πραγμάτων *add.* *Pc om.* *Pa recte, ut censeo, conlato* 2, 4-5 τῶν ἐξεταζομένων καὶ ἀνεξετάστων || 9 ἀνεξετάστοις *Pc:* || 11 φυλάχωμεν *Pc* || 13 καθεστὸς *ego:* καθεστὼς *testes* || 16 ἀκροαμένων *Pc* || 19 τὸ μὲν *Pc:* ὥσπερ *Pa* || 20 *alt.* τὰ *om.* *Pc* || 22 δύο *Pa:* δεῖ *Pa.*

62. 31.17 “... mas os actos não...”]

Após desenvolver a explicação das pessoas e actos, passa à daqueles que se prestam e que se não prestam a exame, e liga o tratamento deste assunto ao anterior, para que o tratamento de pessoas e actos não pareça inoportuno, mas que o fizera com esse preciso fim. Portanto, como numa definição, discorre sobre as

5 questões | que se prestam e sobre as que se não prestam a exame, por afirmação e negação³⁵, considerando na afirmação as que se prestam a exame, e na negação as que a ele se não prestam. E procuraram alguns inquirir o motivo por que apresentou ele o tratamento da figura de afirmação e negação, e não simplesmente o da afirmação. Com efeito, a sua intenção é explicar-nos somente os que se prestam a exame. Dizemos nós que ele admite os que se não prestam a exame para

10 clarificar | a exposição teórica dos que a ele se prestam, de forma a que se não dê o caso frequente de utilizarmos aqueles como se destes se tratasse, sem disso nos darmos conta, mas para que, sabendo-o, tenhamos esse cuidado. Mas se houver alguma dúvida relativamente ao motivo por que reservou a afirmação àquelas que se prestam a exame e a negação àquelas que a ele se não prestam, diremos que ele o fez para mostrar que a sua tarefa era fornecer explicações sobre as que se prestam a exame, e que o tratamento das que a ele se não prestam era acessório e que

15 era tido em conta | em virtude daquilo que o precedia. Encontram-se nos tribunais os seguintes três componentes constantes: refiro-me às pessoas dos oradores e dos ouvintes, e ao acto. Relativamente aos oradores, há quatro elementos que é necessário inquirir: o facto de os discursos serem “diferentes”, de serem pronunciados “por cada parte”, de serem “credíveis” e “sólidos”. Que eles são diferentes, para

20 evitar a igualdade³⁶; que eles são pronunciados “por cada | parte”, devido às questões unilaterais³⁷ e às desprovidas de circunstâncias³⁸; que são “verosímeis”, em virtude dos dados inverosímeis³⁹; que são “sólidos”, por causa das questões reversíveis⁴⁰. Tal como nas pessoas dos oradores é necessário inquirir estes elementos, também relativamente às dos ouvintes há dois pontos que requerem inquirição: o facto de eles não terem juízos prévios, e a possibilidade de tomar uma decisão

³⁵ Sobre a figura de afirmação (θέσις) e negação (ἄρσις ou ἀντίρρσις) cf. *Categorias de estilo* 293.16 sqq.

³⁶ Cf. *ib.* 32.14-17.

Cf. *ib.* 32.10-13.

³⁸ Cf. *ib.* 33.14-16.

³⁹ Cf. *ib.* 33.7-9.

⁴⁰ Cf. *ib.* 32.17-33.3.

⁴¹ Cf. *ib.* 33.3-7.

ζητουμένω. Τοῦτο δέ φημί διὰ τὰ ἄπορα, οἷον “Ἀλέξανδρος ὄναρ εἶδεν
25 ὀνείροις μὴ πιστεύειν”. Ταῦτα τοίνυν ἀεὶ προσεῖναι δεῖ τῷ ζητήματι. Εἰ δέ τι
τούτων ἐλλείποι, ἀσύστατον εὐθέως γενήσεται.

62

HERM.: 24-25 ib. 33.4-5.

25 μὴ om. Pc.

- 25 sobre o ponto em questão. Digo isto por causa dos casos inconclusivos⁴¹; por exemplo: “Alexandre teve um sonho em que lhe era dito que l se não fiasse em sonhos”⁴². É, pois, necessário que estes elementos estejam constantemente presentes na questão. Mas se um deles faltar, logo se transformará em questão mal constituída.

⁴² Exemplo citado no escólio de Marcelino W4 145.7-8.

63. *ib.* 31.19-32.1 μετὰ ταῦτα τοίνυν ἔστιν ἐξ αὐτῶν ἐπιγνῶναι τὰ
τε συνεστῶτα καὶ διαιρεῖσθαι δυνάμενα τῶν ζητημάτων] 20

| Ἐκθέμενος — φησὶν — τῶν τε προσώπων καὶ τῶν πραγμάτων διαφορὰν,
φησὶν ἐξ αὐτῶν γινώσκωμεν τὰ συνεστῶτα τῶν προβλημάτων καὶ διαιρεῖσθαι
δυνάμενα. Ἀπὸ γὰρ τῆς τούτων ποιότητος συνίσταται τὸ ζήτημα.

64. *ib.* 32.1 διαιρεῖσθαι δυνάμενα]

Καλῶς ἡ προσθήκη τοῦ “διαιρεῖσθαι δυνάμενα”· | τὰ γὰρ συνεστῶτα καὶ 25
διαιρεῖται· εἰ δὲ μὴ συνεστήκοι, οὐδὲ διαίρεσιν ἐπιδέχεται. Ἐζήτησαν δέ τινες
πιθανῶς διὰ τί κοινὸν τὸ ζήτημα λαμβάνει ἐπὶ τε τῶν συνεστώτων καὶ τῶν
ἀσυστάτων· εἰ γὰρ ἀσύστατα, οὐ ζητήματα, προβλήματα μέντοι· οὐδὲν γὰρ
5 κωλύει προβλήματα | μὴ συνεστάναι· πρὸς ὃ φαμεν ὅτι καταχρηστικῶς 30
ἐκάλεσε ζητήματα.

65. *ib.*]

| Μετὰ τὴν τῶν προσώπων, φησὶν, καὶ τῶν πραγμάτων διάγνωσιν ἔστιν 139
ἐπιγνῶναι καὶ τὰ ἐξ αὐτῶν συντιθέμενα· ἀπὸ γὰρ τῆς τῶν ἀπλῶν ἀκριβοῦς
διαγνώσεως ἀκριβέστερον καὶ τὰ συντιθέμενα διακρίνεται καὶ γινώσκεται. 5

63

HERM.: 2-3 ἐξ αὐτῶν — δυνάμενα cf. *St.* 31.19-32.1.

FONTES: totum Σ ex Marc. W4 138.3-9 sumpsit An.

64

HERM.: 1 *St.* 32.1 cf. lemma.

FONTES: 1-2 καλῶς — ἐπιδέχεται ex Marc. W4 138.14-16 || 2-6 ἐζήτησαν δέ — ζητήματα auctores
incerti aliqui, qui Herm. confutantes, *ib.* 138.16-21 citant.

65

2 ἀπὸ: αὐτὸ Pc.

63. 31.19-32.1 “Além destes, pois, é ainda possível com base nestes se podem conhecer as questões bem constituídas e susceptíveis de divisão.”]

Após expor — como ele afirma — a variedade dos actos e das pessoas, diz que com base nestes se podem conhecer os problemas bem constituídos⁴³ e susceptíveis de divisão⁴⁴. Com efeito, é com base na sua qualidade que a questão se constitui.

64. 32.1 “... susceptíveis de divisão...”]

Ele acrescentou correctamente a expressão “susceptíveis de divisão”. É que as questões bem constituídas também apresentam divisões; pelo contrário, se não tiverem boa constituição, não admitem divisão. Alguns procuraram certamente saber⁴⁵ por que motivo ele aplica igualmente o termo “questão” quer às bem constituídas, quer às mal constituídas; pois, se não forem bem constituídas, não
5 são questões, mas certamente problemas. E nada l impede que os problemas não sejam bem constituídos. A esta objecção respondemos nós que ele lhes chamou “questões” por catacrese.

65. *ib.*]

Depois da análise dos actos e das pessoas, afirma que é possível compreender os compostos que com base neles se formam. Pois a partir da análise rigorosa dos elementos simples, também com maior rigor se avaliam e se conhecerão os compostos.

⁴³ Problemas ou questões que reúnem condições para se constituir em estado de causa. Vertemos o participio substantivado τὰ συνεστῶτα por “bem constituídas”, de forma a manter o duplo jogo com o verbo συνίσταμαι, com o significado particular e técnico de “constituir-se em στάσις” (vide 2.63.3 e 2.64.1), de que faz parte, e com o seu antónimo “mal constituídas” (τὰ ἀσύστατα). O termo πρόβλημα figura como sinónimo de ζήτημα. No entanto, como o escoliasta nota abaixo (12.64.2-6), alguns comentaristas de Hermógenes objectaram à identificação de um conceito com outro, objecção que ele refuta liminarmente. Cf. a afirmação em lema, que o escoliasta cita em paráfrase. Para a questão bem constituídas vários são os vocábulos gregos usados, todos formas participiais de συνίστημι: συνεσθητός, συνεστώς, συνιστάμενον. Cf. *index uerborum* s.u. συνίστημι. Sobre a possível distinção entre problemas e questões vd. escólio seguinte

⁴⁴ *Estados de causa* 31.19-32.1.

⁴⁵ Somente as linhas 1-2 καλῶς — ἐπιδέχεται do escólio constituem citação literal de Marcelino W4 138.14-16. Todo o restante do mesmo, porém, baseia-se apenas parafrasticamente na sequência do comentário de Marcelino. No aparato de fontes foi necessário estabelecer esta distinção.

66. *ib.* 32.2-8 τὰ μὲν γὰρ ἦτοι ἄμφω καὶ πρόσωπον ἔχοντα καὶ
 πρᾶγμα κρινόμενον ἢ τὸ ἕτερόν γε πάντως καὶ τοὺς ἐξ ἑκα-
 τέρου μέρους λόγους σὺν τῷ πιθανῷ διαφόρους τε καὶ πί-
 στεσιν ἰσχυροὺς, ἔτι τε — ὅπερ ἐστὶ παρὰ τοῖς δικασταῖς —
 τὸ τῆς κρίσεως ἀφανὲς καὶ μὴ προειλημμένον δυνάμενόν τε
 πέρας λαβεῖν συνέστηκε]

Ἐπιλαμβάνονται αὐτοῦ ἐνταῦθα τινες ὅτι ἐναντία φησὶν ἑαυτῷ, ὥσπερ
 ἐπιλανθανόμενος ὧν εἶπεν· ἐν μὲν γὰρ τοῖς προτέροις ἔφη μηδέποτε ἐλλεί- 10
 πειν τὸ πρᾶγμα, ἐνταῦθα δὲ τῷ εἰπεῖν “ἢ τὸ ἕτερόν γε πάντως” δηλοῖ ἢ τὸ
 πρᾶγμα ἢ τὸ πρόσωπον, καὶ οἶδε — φασὶν — ἐλλείπειν τὸ πρᾶγμα. Ἐροῦμεν
 5 οὖν πρὸς τοῦτο ὡς μάλιστα μὲν τὸ ἕτερον ἐπὶ ὠρισμένου δύναται νοεῖσθαι,
 ὥστε λέγειν αὐτὸν μόνον τὸ πρόσωπον. Ἐπειτα οὐδ’ αὐτός φησι καθάπαξ μὴ 15
 ἐλλείπειν πρᾶγμά ποτέ, ἀλλ’ ἐπὶ μόνων | τῶν ἀπλῶν· ἐπὶ μέντοι τῶν διπλῶν
 στοχασμῶν πολλάκις φησὶν ἐλλείπειν, ὥστε τοῦτο εἶναι κἀνταῦθα τό λεγόμε-
 νον· καὶ ἐλλείπειν πολλάκις μὲν τὸ πρόσωπον ὅπη τύχοι, πολλάκις δὲ τὸ
 10 πρᾶγμα ἐν τοῖς διπλοῖς στοχασμοῖς.

66

HERM.: 3 St. 32.3-4 cf. lemma.

5 ἐπὶ: ἀντὶ W7 || 8 τοῦτο Pc: τοῦ rell. || 9 μὲν om. Pc || τύχη Pc.

66. *ib.* 32.2-8 “Com efeito, as questões que possuem ambos os elementos, pessoa e acto em juízo, ou, pelo menos, um deles; as razões de uma e outra parte; divergentes; credíveis; fundamentadas em provas fortes; e ainda — isto perante os juízes — aquela que, estando em julgamento, é obscura e não pressupõe um juízo prévio; e a que pode chegar a uma conclusão — estas questões são bem constituídas.”]

Criticam-no alguns neste ponto, alegando que entra em contradição consigo mesmo, como se se esquecesse daquilo que disse: nos casos precedentes, afirmava ele que nunca havia omissão do acto; aqui, porém, com a sua afirmação “ou possuem, pelo menos, um destes elementos”, ele mostra ou o acto ou a pessoa e sabe

5 — dizem eles — que o acto está omissa. A isto l respondemos que sobretudo um dos dois elementos pode ser concebido como um termo definido, de sorte que ele se refere exclusivamente à pessoa. Em seguida, o Autor não afirma uma única vez que jamais há omissão de acto, mas somente nas conjecturas simples. Ora nas duplas afirma ele que é frequente a sua omissão, de sorte que o que ele também aqui diz é o seguinte: a pessoa está frequentemente omissa por toda a parte,

10 enquanto a omissão do acto l é frequente nas conjecturas duplas.

67. *ib.*]

Ὁ μὲν Μινουκιανὸς πρῶτον περὶ τῶν ἀσυστάτων | διαλαβὼν καὶ μετὰ 20
ταῦτα βουλευθεὶς τῶν συνεστηκότων λόγον ποιήσασθαι, τρεῖς περὶ τούτου
παρέδωκε τρόπους· αἴτιον, συνέχον, κρινόμενον. Αἴτιον μὲν καλέσας τὸν
κατηγόρου, αὐτὸς γάρ ἐστίν ὁ παρέχων ἀφορμὴν τῇ γραφῇ· συνέχον δὲ τὸν
5 φεύγοντος, ἐξ αὐτοῦ γὰρ | συνέχεται τὸ ζήτημα, οἷον “ἐφόνευσας!” — “οὐκ 25
ἐφόνευσα”. Κέκ | τούτων ἀμφισβήτησις γίνεται. Κρινόμενον δὲ τὴν ψῆφον 140
τῶν δικαστῶν, αὕτη γάρ ἐστίν ἡ κρίνουσα καὶ πέρας ἐπιτιθεῖσα ἀμφισβητου-
μένοις. Καὶ ὁ μὲν Μινουκιανὸς οὕτως. Ὁ δὲ Ἑρμογένης πολλῶ σαφεστέρον 5
τούτου παραδιδούς τέτταρας τρόπους τῶν συνεστώτων τιθέμενος, ἅμα δι’
10 αὐτῶν καὶ τὰ μὴ συνεστώτα διδάσκει, μετὰξυ τινὰς λέξεις παρεμβαλὼν. Ἡ
γὰρ πρόσωπόν ἐστι καὶ πρᾶγμα κρινόμενον, καὶ ἐστίν οὗτος ὁ πρῶτος τρόπος.
Δεύτερος, ἡνίκα ἑκάτερος αὐτῶν λόγους πιθανοὺς | ἔχει καὶ ἰσχυροὺς. Τρίτος, 10
ἡνίκα μὴ παρὰ τοῖς δικάζουσι προεῖπληπται. Τέταρτος, ἡνίκα {μὴ} τὸ πέρας

67

HERM.: 10-14 ἢ γὰρ — ἀδύνατον *St.* 32.2-8.

FONTES: 1-14 ὁ μὲν - ἀδύνατον de quattuor ab Herm. modis contra tres a Minuc. cf. Marc. W4 143.6-31, Syr. R2 50.13-15, W4 139.6-16, Sop. *ib.* 139.28-140.31, W5 57.23-29 || 8 καὶ ὁ μὲν Μινουκιανὸς οὕτως Marc. *ib.* 143.12-13 || 8-10 ὁ δὲ Ἑρμογένης — διδάσκει Sop. *ib.* 140.10-13.

1 τῶν om. Pc || 4 κατηγόρου ego: κατηγόρου testes || 5 φεύγοντος ego: φεύγοντα testes || 13 μὴ Herm. textum conferens seclusi.

67. *ib.*]

Minuciano começa por discutir em pormenor as questões mal constituídas e depois procura proceder a um tratamento sobre as bem constituídas, apresentando a este respeito três modalidades: a causa, o elemento continente e o ponto em julgamento⁴⁶. Chamou “causa” à modalidades do acusador, pois é ele mesmo quem apresenta um fundamento para a acção. O “continente” pertence ao modo do réu, pois nele está contida a questão. Por exemplo: “mataste!” — “não matei”. E a partir destas duas posições resulta uma controvérsia. “Ponto em julgamento” chamou o que cabe à decisão dos juízes, pois é esta que julga e que impõe uma conclusão às controvérsias. Esta é, pois, a doutrina de Minuciano⁴⁷. Mas Hermógenes apresenta este assunto de forma muito mais clara, acrescentando quatro modalidades de questões bem constituídas, ao mesmo tempo que, por meio destas, explica as que não são bem constituídas, intercalando algumas expressões. Ou está uma pessoa e um acto em julgamento: é esta a primeira modalidade⁴⁸. A segunda ocorre sempre que uma das partes possui argumentos credíveis e fortes⁴⁹. A terceira, sempre que diante dos juízes nenhum juízo prévio foi pressuposto⁵⁰. E a quarta,

⁴⁶ É necessário esclarecer que estes tópicos sequenciais de inquirição para a determinação do ponto em que assenta a controvérsia jurídica remontam à doutrina hermagoriana (cf. ed. Matthes, em testemunhos latinos, frgg 18a-d pp. 33 sqq.). Na sua base está a oposição entre a κατάφασις (a afirmação de um termo de acusação por parte do acusador ou autor do processo), e a ἀπόφασις (negação proferida pelo réu em sua defesa), como resposta aquela. Desta primeira oposição surge a necessidade de invocar motivos por parte de cada um dos contendores. O acusador aponta então um αἴτιον, que o acusado refuta por meio de um συνέχον, termo literalmente vertido em latim por *continens* (mas Cícero *Invenção retórica* 1.19: *firmamentum*) e assim designado por toda a argumentação da defesa estar compreendida nesse ponto: cf. Agostinho retor cap. 13 p. 145.2-3, citado em Matthes, frg. 18c pp. 38.26-28. Como ainda diz o Agostinho (Halm 144.33-145.238.21), αἴτιον aponta a razão do cometimento do acto, ao passo que o συνέχον constitui a razão invocada pelo réu para o seu cometimento. Temos aqui uma nova oposição, da qual resulta o κρινόμενον, o ponto determinado sobre o qual se pronunciará o juízo do tribunal. Por exemplo (Agostinho, *loc. cit.*): “um general matou um soldado que jurara desertar, tornando-se assim réu da acusação de homicídio”; αἴτιον: “este general matou um soldado”; συνέχον em que o general apoia a sua defesa: “matei-o porque ele jurara desertar”. Quintiliano 3.11.21-22 observa, a propósito desta doutrina, um excesso de subtilezas em Hermágoras. E os teorizadores que a retomaram evidenciaram divergências de interpretação: por exemplo, a exposição de Júlio Victor discorda da de Agostinho. Por vezes, com efeito, αἴτιον pertence, não à acusação, mas à defesa, e vice-versa, o συνέχον à defesa). Por outro lado, pode suceder que ambos pertençam à mesma parte. A doutrina de Minuciano sobre os estados de causa segue a tradição mais directa de Hermágoras. Hermógenes, pelo contrário, retoma somente o conceito e o termo de κρινόμενον.

⁴⁷ Vd. o comentário de Glöckner *Quaestiones...*, p. 29 sqq.

⁴⁸ Os escólios comentam e distribuem as afirmações de *Estados de causa* 32.2-8 segundo quatro modalidades de questões bem constituídas, apresentadas, respectivamente, em 32.2-3, 32.4-5, 32.7, 32.7-8.

⁴⁹ Cf. *ib.* 32.4-5.

⁵⁰ Cf. *ib.* 32.6-7 e também 34.8 sq. uma das espécies de questões ἐγγὺς ἀσυστάτων, designada τὸ προειλημμένον.

- ἀδύνατον. Τὰ μὲν οὖν τρία τοῦ Μινουκιανοῦ γενικά ἐστὶν ὥσπερ ἀσυστάτων.
- 15 Ἄ δὲ αὐτὸς ὁ τεχνικὸς καταλέγει, εἶδη τυγχάνει κάκεῖνα εἰς ταῦτα ἀναφέρεται, οἷον τὸ μονομελές, ὃ αὐτὸς τέθεικεν, ἐπὶ τὸ συνέχον ἀνάγεται· 15 ἔστι γὰρ ἀσθενὲς ἀπὸ τοῦ φεύγοντος καὶ ἀσύστατον διὰ τὸ μὴ εὐπορεῖν ἀπολογίαν τὸν προνοβοσκόν. Ἔστι δὲ καὶ ἀπὸ τοῦ κατηγοροῦ μονομερὲς ἐπὶ τὸ αἴτιον ἀναγόμενον, οἷον “ὠραίου μειρακίου πολλοὶ ἥρων· μὴ τυγχάνοντες
- 20 | ἀνήρτων ἑαυτοῦς· ἔφυγε τὸ μειράκιον· χρόνῳ ὕστερον κατῆλθε καὶ κρίνεται 20 φόνου”. Ἐνταῦθα γὰρ ἡ τοῦ κατηγοροῦ ἐκλείπει φωνή, οὐ γὰρ ἂν εἴποι ὅτι “ὠφείλεις πορνεύειν”. Καὶ τὸ ἀπίθανον δὲ καὶ τὸ προειλημμένον ἐπὶ τὸ αἴτιον ἀνάγεται· οὔτε γὰρ ὁ κατηγορῶν μοιχείας Σω|κράτους πιστεύεται, οὔτε ὁ τὴν 25 γυναικα κρίνων τὴν ἐπιδείξασαν ἐπὶ τὸν τύραννον ἄνοδον ἰσχύει τι ἐκ τῆς κατηγορίας. Τὸ δὲ ἄπορον ἐπὶ τὸ κρινόμενον· ἀπορεῖ γὰρ ὁ δικαστὴς ποτέρῳ πρόσθοιτο, πότερον τοῖς λησταῖς ἢ τῷ μάντει, οὗ λαβόντες τὴν θυγατέρα ἐπηγγείλαντο δῶ|σειν, εἰ τάληθῇ μαντεύσαιτο. Εἶτα, ἐκείνου εἰπόντος ὅτι οὐ 30 δώσετε, ἀξιοῦσι μὴ διδόναι· εἴτε γὰρ δοῖεν, οὐ ποιοῦσιν ἃ εἶπεν· εἴτε μὴ δοῖεν, οὐ ποιοῦσιν ἃ αὐτοὶ εἰρή|κασιν. Οὕτως ἐπὶ τὰ τρία τᾶλλα πάντα ἀνάγεται. 141
- 30 Ἔστι δὲ καὶ ἄλλα εἶδη ἀσυστάτων, ἀναγόμενα ἐπὶ τὰ ὀκτὼ ἃ ὡς μέρη λαμβά-

sempre que se pode alcançar uma conclusão⁵¹. As modalidades de Minuciano são
 15 géneros, de alguma forma, de questões mal constituídas. | Quanto às enumeradas
 pelo nosso Autor, trata-se de espécies, que se reportam àqueles. Por exemplo:
 aquela que ele estabeleceu como unilateral reporta-se ao género do continente; da
 parte accionada em processo, a unilateralidade é fraca, e torna-se mal constituída
 pelo facto de o proxeneta não dispor de possibilidade de defesa⁵². Existe também
 uma questão unilateral a partir do acusador e que se reporta à causa. Por exemplo:
 “muitos se apaixonavam por um jovem na flor de idade e, tend□ sido rejeitados, |
 20 enforcaram-se. O jovem fugiu. Algum tempo depois, regressa e é julgado por ho-
 micídio”. Falta, aqui, a palavra do acusador, pois este não poderia afirmar: “tu de-
 ves dedicar-te à prostituição”. A inverosímil, bem como o juízo prévio, reportam-
 se à causa, pois não merece crédito aquele que acusa Sócrates⁵³ de adultério, nem
 aquele que persegue em justiça a mulher que mostrou o caminho que conduzia ao
 tirano extrai qualquer dado forte da acusação⁵⁴. A inconclusiva reporta-se ao pon-
 25 to | em julgamento. O juiz não consegue concluir a favor de quem há-de votar, se
 aos sequestradores ou ao adivinho, cuja filha aqueles raptaram com a promessa de
 a restituir, no caso de as previsões deste serem verdadeiras. Depois, como este
 afirmasse que os sequestradores lha não restituíam, estes decidem não o fazer,
 pois, se a restituíssem, não cumpririam aquilo que o adivinho afirmou, mas, não a
 restituindo, não cumpririam o que eles mesmos acabaram de afirmar. Deste modo
 30 todas as outras modalidades se reportam a estas três. | Existem ainda outras es-
 pécies de questões mal constituídas, que se reportam às oito utilizadas para a

⁵¹ Cf. *ib.* 32.2-8. Os códices contêm μή, donde se gera confusão entre uma das modalidades de συνεστῶτα, a quarta, aquela em que se pode chegar a uma conclusão, e uma das modalidades de ἀσύστατα, a quarta, designada por κατὰ τὸ ἄπορον, aquela em que, pelo contrário, tal conclusão é inalcançável. Cf. sobre esta última *ib.* 33.3-7.

⁵² Cf. *ib.* 32.10-13.

⁵³ Cf. *ib.* 33.7-8: no exemplo dado por Hermógenes, Sócrates é hipoteticamente apresentado como especificamente visado por uma acusação de prática de lenocínio ou proxenetismo (πορνοβοσκία), e não de adultério.

⁵⁴ Cf. *ib.* 34.9-11.

νεται, ὥστε εἴ τις ἀπὸ τῶν γενικῶν ἐθέλει δοκιμάζεσθαι τὰ ζητήματα, ἀπὸ τῶν
τριῶν εἴ|σεται· εἰδικῶς δὲ ἀπὸ τῶν ὀκτώ. 5

repartição⁵⁵. De sorte que, se se quiser aprovar as questões segundo os géneros, partir-se-á destes três géneros; para aprová-las em aspectos específicos, partir-se-á das oito espécies.

⁵⁵ Cf. *ib.* 32.10-33.15.

68. *ib.*]

Ὅρίζεται τὰ συνεστῶτα ἐκ τῆς διαστολῆς φανεροποιῶν τὰ τε ἀσύστατα καὶ τὰ ἐγγὺς ἀσυστάτων. Διὰ μὲν γὰρ τοῦ εἰπεῖν “τὰ μὲν γὰρ ἦτοι ἄμφω καὶ πρόσωπον ἔχοντα καὶ πρᾶγμα κρινόμενον” ἀντιδιέστειλε τὰ | ἐξ ἑνὸς μέ- 10 ρους ἀσύστατα. Διὰ δὲ τοῦ εἰπεῖν “ἢ τὸ ἕτερόν γε πάντως” τὰ ἐξ ἀμφοῖν 5 ἀσύστατα τοῖν μεροῖν διεστείλατο, ἤγουν τὰ διόλου ἰσάζοντα. Ἐκ δὲ τοῦ φάναι “καὶ τοὺς ἐξ ἑκατέρου μέρους λόγους” τὰ μονομερῆ, τὰ ἀπερίστατα καὶ τὰ ἑτερορρεπῆ. Ἐκ δὲ τοῦ εἰπεῖν “σὺν τῷ | πιθανῷ” τὰ ἀπίθανα. Τὰ 15 ἀντιστρέφοντα δὲ ἐκ τοῦ “διαφόρους” εἰπεῖν. Ἐκ δὲ τοῦ “ταῖς πίστεσιν ἰσχυροὺς” τὰ ἀδύνατα καὶ τὰ κακόπλαστα. Καὶ γὰρ κἀκεῖνα ἀδύνατα, κατὰ θανόντων τὴν κατηγορίαν ἐπάγοντα. Ἐκ δὲ τοῦ “ἔτι τε — ὅπερ ἐστὶ παρὰ τοῖς δικασταῖς — τὸ τῆς κρίσεως | ἀφανὲς καὶ μὴ προειλημμένον” {τῇ κρίσει} τὸ τῇ 20 κρίσει προειλημμένον καὶ ἄδοξον. Καὶ γὰρ καὶ τὸ ἄδοξον, εἰ καὶ μὴ τοῖς δικασταῖς προδιέγνωσται, ἀλλὰ τῇ γνώμῃ καὶ | πρὸ διαγνώσεως παρ’ αὐτῶν τὸ 142 πρᾶγμα μεμίσηται, καὶ ἅμα τῇ εἰσαγωγῇ τοῦ δικαστηρίου ἐκβάλλεται. Διὰ δὲ 15 τοῦ “δυνάμενόν τε πέρας λαβεῖν” τὸ ἄπορον ἀπέκρινε, καὶ τῶν συνεστώτων διέστειλε. Καὶ οὕτω τὰ τε ἀσύστατα καὶ τὰ ἐγγὺς ἀσυστάτων διὰ τοῦ ὀρισμοῦ τῶν συνεστώτων τῇ ἀντιδιαστολῇ συμπεριλαβὼν ἐδήλωσε, τοῦτο διὰ τῆς ἐπαγωγῆς ἐπειπὼν.

68

HERM.: 2-3 *St.* 32.2-3 || 4 *ib.* 32.3-4 || 6 *ib.* 32.4 || 7 *ib.* 32.4-5 || 8 *ib.* 32.5 || 10-11 *ib.* 32.5-7 || 11-12 τὸ τῇ κρίσει προειλημμένον *cf.* *ib.* 34.9 || 15 *ib.* 32.7-8.

FONTES: 5-6 ἐκ δὲ τοῦ — τὰ μονομερῆ *cf.* *Sop.* W4 141.31-142.1, W5 59.12-14 || 14-15 διὰ δὲ τοῦ δυνάμενόν — ἀπέκρινε *cf.* *Marc. ib.* 145.1.

6 μέρους *Pc* || 9 ἀδύνατα: ἀθάνατα *Pa* || 11 τῇ κρίσει *seclusi* || 11-12 τὸ τῇ κρίσει *propter homoeotel.* *om.* *Pc* || 12 καὶ γὰρ καί: *alt.* καὶ *om.* *Pc* || 13 προέγνωσται *Pc* || πρὸ διαγνώσεως *PaNe*: προδιαγνώσεως *codd. rell. ob conl. recte seiun.* W7 *negligens Pa lect.* (*cf.* 142.1 *adn.* 47) || 14 μεμίσηται: μιμήσηται *Pc* || 14 τῇ *post* εἰσαγωγῇ *Pc*: *om. rell.* || 15 ἄπορον *Pa*.

68. *ib.*]

Ele define as questões bem constituídas revelando claramente, graças à disjunção, quer as mal constituídas, quer as próximas das mal constituídas⁵⁶. Mediante a afirmação “com efeito, as questões que possuem, ou ambos os elementos, pessoa e acto a julgar”, distinguiu as mal constituídas numa só parte. Mas com a afirmação “ou que possuem, pelo menos, um deles” determinou as mal constituídas | em ambas as partes, ou seja, aquelas em que há total igualdade⁵⁷. Ao afirmar “as razões de cada uma das partes”, distinguiu as unilaterais⁵⁸, as desprovidas de circunstâncias⁵⁹ e as desajustadas para um dos lados⁶⁰ e, ao dizer “com credibilidade”, as inverosímeis. Distinguiu as questões reversíveis⁶¹ com a afirmação “razões diferentes”. Com a afirmação “fortes enquanto provas”, distinguiu as impossíveis⁶² e as mal-forjadas⁶³. E estas últimas são, efectivamente, impossíveis, visto que induzem discursos de acusação | contra pessoas mortas. Com a afirmação “e ainda — isto perante os juízes — aquela que é obscura e não pressupõe um juízo prévio em julgamento”, distinguiu o juízo prévio em julgamento e a questão que envolve desonra⁶⁴. Pois, no tocante a uma questão de desonra, mesmo que a decisão dos juízes não tenha sido tomada previamente, todavia o acto é detestado por eles desde antes da sua decisão, por causa da intenção do agente, e o caso é rejeitado pelo tribunal logo que é introduzido. Com | a expressão “mas que pode conduzir a uma conclusão”, pôs em destaque aquilo que não tem conclusão e distinguiu-o das questões bem constituídas. E deste modo, expôs as questões mal constituídas e também as próximas das mal constituídas através a definição das bem constituídas, compreendendo-as na disjunção, e retomando o assunto no que se segue.

⁵⁶ Cf. *ib.* 33.16-34.15.

⁵⁷ Cf. *ib.* 32.14-17.

⁵⁸ Cf. *ib.* 32.10-13.

⁵⁹ Cf. *ib.* 33.14-16.

⁶⁰ Cf. *ib.* 33.18-34.2. É a primeira das questões denominadas ἐγγὺς ἀσυστάτων. A consideração de que a afirmação Hermógenes *Estados de causa* 32.4 καὶ τοὺς ἐξ ἑκατέρου μέρους λόγους ἢ τὸ ἕτερόν γε πάντως expressa as questões “unilaterais” (τὸ μονομερές), as “desprovidas de circunstâncias” (τὸ ἀπερίστατον) e as “desequilibradas para um dos lados” (τὸ ἑτερορρεπές) é original do nosso Anónimo. Sópatro (W4 141.31-142.1, W5 59.12-14), com efeito, refere apenas a “unilateral”.

⁶¹ Cf. *Estados de causa* 32.17-33-3.

⁶² Cf. *ib.* 33.9-11.

⁶³ Cf. *ib.* 34.2-8.

⁶⁴ Cf. *ib.* 33.11-14. Secluimos τῇ κρίσει por se tratar provavelmente de um acrescento no modelo, influenciada com base na variante do texto de Hermógenes. A omissão de τὸ τῇ κρίσει em Pc deve-se a salto do mesmo ao mesmo. Cf. *ib.* 32.6-7.

69. *ib.*]

Ὅρα πῶς διὰ τοῦ ὅρου τοῦ συνισταμένου ζητήματος δείκνυσιν ἡμῖν τὰ
 ἀσύστατα καὶ διπλῆν ἀνθ' | ἀπλῆς τὴν διδασκαλίαν ποιεῖται. Διὰ μὲν γὰρ τοῦ 10
 εἰπεῖν “τοὺς ἐξ ἑκατέρου μέρους” τὸ μονομερές διδάσκει. Διὰ δὲ τοῦ δεῖν “σὺν
 τῷ πιθανῷ” λέγειν, τὸ ἀπίθανον καὶ ἀδύνατον. Διὰ δὲ τοῦ <δεῖν> “διαφόρους
 5 λόγους” τοὺς δικαζομένους μελετᾶν, τὸ ἐξισάζον καὶ ἀντιστρέφον. Διὰ δὲ τοῦ
 εἰπεῖν | “ταῖς πίστεσιν ἰσχυροὺς” τὸ ἄδοξον καὶ ἀπερίστατον. Διὰ δὲ τοῦ εἰπεῖν 15
 “καὶ μὴ προειλημμένον” τὸ προειλημμένον δηλοῖ. Διὰ δὲ τοῦ εἰπεῖν
 “δυνάμενον τε πέρας λαβεῖν” τὸ ἄπορον. Ὡστε ὀκτὼ τρόπους εἶναι
 ἀσυστάτων ζητημάτων.

69

HERM.: 3 *St.* 32.4 || 3-4 *ib.* 32.4-5 || 4-5 *ib.* 32.4-5 || 6 *ib.* 32.5 || 7 *ib.* 32.7 || 8 *ib.* 32.7-8.

FONTES: 2-3 διὰ μὲν — τὸ μονομερές cf. *Sop.* W4 141.31-142.1 || 4-5 διὰ δὲ — τὸ ἐξισάζον cf. *ib.* 142.26, *Marc.* *ib.* 144.19-20 || 7-8 διὰ δὲ — τὸ ἄπορον *ib.* 145.3-4.

4 δεῖν addendum censeo conferens supra l. 3 || 6 ἰσχυρῶς *Pc* || 7 δὲ post εἰπεῖν *transp.* *Pc.*

69. *ib.*]

Repara como o Autor, através da definição da questão bem constituída, nos apresenta as mal constituídas e torna dupla a explicação teórica desta matéria, em vez de na tornar simples. Com efeito, ao afirmar “de cada uma das partes” explica a unilateralidade⁶⁵. Através da afirmação da necessidade de argumentar “que têm credibilidade”, explica a inverosimilhança⁶⁶ e a impossibilidade⁶⁷. Através da ne-

5 cessidade de as duas partes em julgamento declamarem “diferentes | razões”, explica a igualdade⁶⁸ e a reversibilidade⁶⁹. Com a afirmação “fortes enquanto provas”, explica a desonra⁷⁰ e a ausência de circunstâncias⁷¹. Ao dizer “nem foi pressuposto como juízo prévio”, mostra aquilo que se pressupõe como juízo prévio⁷². E, com a afirmação “mas que pode conduzir a uma conclusão”, a inconclusiva⁷³. Deste modo, são oito as modalidades de questões mal constituídas.

⁶⁵ Cf. *ib.* 32.10-13.

⁶⁶ Cf. *ib.* 33.7-9.

⁶⁷ Cf. *ib.* 33.9-11.

⁶⁸ Cf. *ib.* 32.14-17.

⁶⁹ Cf. *ib.* 32.17-33.2.

⁷⁰ Cf. *ib.* 33.11-14.

⁷¹ Cf. *ib.* 33.14-17.

⁷² Cf. *ib.* 34.8-14.

⁷³ Cf. *ib.* 33.3-7.

70. ib. 32.10-13 πρῶτόν γε ἀσυστάτων τὸ μονομερές, ᾧ τὰ τῶν λόγων μὴ ἐκατέρωθεν ἰσχυρά, οἷον πορνοβοσκὸς δέκα νέους κωμάζοντας ἐπὶ τὴν οἰκίαν αὐτοῦ ὄρυγμα ποιήσας ὑποδεξάμενος ἀπέκτεινε καὶ φεύγει φόνου]

“Πρῶτόν” φησιν οὐχ ἀπλῶς, ἀλλὰ κατὰ τάξιν τι|να, κἀνταῦθα γὰρ 20
φυλάττει τὴν τάξιν. Καὶ ὥσπερ ἐπὶ τῶν προσώπων ἐκ τῶν ἰσχυροτέρων
ἀρξάμενος προῆλθεν ἐπὶ τὰ ἀσθενέστατα, οὕτως ἐνταῦθα ἐκ τῶν μᾶλλον
ἀσυστάτων ἤρξατο· καθὼ γὰρ ἐστὶν ἀσύστατα, κατὰ τοῦτο τὴν ἰσχὺν ἔχει ἐν
5 τῷ πλεῖον εἶναι ἀσύστατα· ἄρχεται οὖν | ἐκ τοῦ μονομεροῦς. Ἐν τούτῳ γὰρ 25
παντελῶς οὐδὲν ἔχει | λέγειν θάτερον τῶν μερῶν, ἀλλ’ ἀποτέμνεται ὅλο- 143
σχερῶς. Ἐν γὰρ τῷ ἰσάζοντι, εἰ καὶ οὐκ ἰσχυρὰ τὰ λεγόμενα διὰ τὸ ἐπ’ ἀμφοῖν
εἶναι ταῦτα, ἀλλ’ οὖν τὰ δύο πρόσωπα ὑψίσταται· ἐν δὲ τούτῳ παντελῶς τὸ
ἕτερον ἀποτέμνεται, | οἷον “πορνοβοσκὸς δέκα νέους κωμάζοντας ἐπὶ τὴν 5
10 οἰκίαν αὐτοῦ ὄρυγμα ποιήσας ἡποδεξάμενος ἀπέκτεινε”. Τὸ μὲν οὖν
“πορνοβοσκὸς” διὰ τὸ μὴ ἀντέγκλημα γενέσθαι· ἐὰν γὰρ εἴπη τις Περικλέα δέ-
κα νέους κωμάζοντας ἐπὶ τὴν οἰκίαν αὐτοῦ ἀπεκτονέειν, ἀντέγκλημά ἐστι καὶ 10
ζήτησιν ἐπιδέ|χεται· τὸ “δέκα νέους” πρὸς αὐξήσιν εἴληπται· “κωμάζοντας
ἐπὶ τὴν οἰκίαν αὐτοῦ”, οἰκεῖον τὸ πρᾶγμα πορνοβοσκῶ· ἐξῆν γὰρ δήπου
15 κωμάζειν ἐπὶ πορνοβοσκοῦ οἰκίαν· “ὄρυγμα ποιήσας”, ἵνα μὴ πλάττηται
ἄγνοϊαν· “ὑποδεξάμενος ἀπέκτεινε”, ἵνα μὴ εἴη ἀνάγκην προφασίσασθαι.

70

HERM.: 9-10 *St.* 32.11-13 cf. lemma || 11 *ib.* 31.11 || 13 *ib.* 32.12 || 13-14 *ib.* || 15 *ib.* || 16 *ib.* 32.13.

2 ἐκ om. Pa || 3 ἀσθενέστερα Pc || 7 οὐκ om. Pc || 9 δέκα: β’ Pc || 10 ὑποδεξάμενος ex Herm. textu 32.13 addidi. connferens infra l. 15.

70. *ib.* 32.10-13 “A primeira espécie de questões é a unilateral, em que não há fortes razões de cada lado; por exemplo: «um proxeneta escavou uma armadilha para dez jovens que foram a sua casa fazer uma festa e matou-os».”]

Ele não diz “em primeiro lugar” inocentemente, mas de acordo com uma determinada classificação, e aqui mantém esta classificação. E, tal como a propósito das pessoas, começou pelas mais fortes e passou às mais fracas, também aqui começou pelas questões mais mal constituídas. Pois como são mal constituídas, de acordo com este princípio a sua força reside no facto de serem mal constituídas

5 em l maior grau. Assim, ele principia pela unilateral. Com efeito, neste tipo de questões uma das partes não poderá em absoluto argumentar nada, antes tal possibilidade lhe foi totalmente coarctada. No caso em que há igualdade, ainda que não tenham solidez os argumentos aduzidos, por estarem presentes em ambas as partes, todavia as duas pessoas existem. Mas, neste caso, uma delas está absolutamente coarctada. Por exemplo: “um proxeneta escavou uma armadilha para dez

10 jovens que foram a sua l casa fazer uma festa e matou-os”. “Um proxeneta”, por não haver lugar a uma contra-acusação⁷⁴, pois se se disser que Péricles havia assassinado dez jovens que tinham vindo a sua casa para uma festa, há lugar a uma contra-acusação, e admite-se uma pesquisa. “Dez jovens”, para efeitos de amplificação. “Que foram a sua casa para fazerem uma festa”: este acto coaduna-se com

15 a pessoa do proxeneta, pois era sem dúvida permitido l fazer tal festa em casa do proxeneta. “Escavou uma armadilha”, para não simular desconhecimento. “Recebeu-os em sua casa e matou-os”, para que a necessidade não sirva de pretexto.

⁷⁴ Uma das modalidades dos estados de causa qualitativos. Cf. *ib.* 39.3.

71. *ib.*]

| Ἐπὶ μὲν τῆς τῶν προσώπων καὶ τῶν πραγμάτων διαφοράς ἀπὸ τῶν 15
 δυνατωτέρων ἀρξάμενος κατέληξεν εἰς τὰ ἀσθενέστερα, καὶ εἰκότως. Περὶ γὰρ
 ἐξεταζομένων προσώπων καὶ πραγμάτων ἦν ὁ λόγος αὐτῷ, καὶ ὡς εἰκὸς προέ-
 ταξε τὰ μᾶλλον ἐξεταζόμενα. Ἐνταῦθα δὲ ἀπὸ τῶν | ἀσθενεστέρων χωρεῖ ἐπὶ 20
 5 τὰ ἥττον τὸ ἀσθενές ἔχοντα, ὡς περὶ ἀσυστάτων τὸν λόγον ποιούμενος· καὶ
 ἄρχεται μὲν ἀπὸ τῶν ἀσυστάτων, συμπεραίνει δὲ τὸν λόγον εἰς τὰ ἐγγὺς
 ἀσυστάτων. Ἐπ’ αὐτῶν δὲ τῶν ἀσυστάτων ἄρ|χεται μὲν ἀπὸ τοῦ μονομεροῦς, 144
 ἐν ᾧ ὁ μὲν ἀπολογούμενος παντάπασιν ἀσθενής, ὁ δὲ κατήγορος ἰσχυρὸς· καὶ
 καταλήγει δὲ εἰς τὸ ἀπερίστατον, ἐν ᾧ ἰσχυρὸς μὲν ὁ ἀπολογούμενος, τῷ
 10 κατηγορῷ δὲ οὐδεμία ἰσχύς. Τὰ δ’ | ἄλλα μέσον εἰσάγει, ἐν οἷς ὅφ’ ἑαυτῶν ὃ τε 5
 κατηγορούμενος καὶ ὁ κατηγορῶν ἀλίσκόμενοι φαίνονται. Ἐπὶ δὲ τῶν ἐγγὺς
 ἀσυστάτων ἀπὸ τοῦ ἑτερορρεποῦς μὲν ἄρχεται, ἐν ᾧ ἥττον ὁ ἐναγόμενος
 δύναται, εἰς δὲ τὸ τῇ κρίσει προειλημμένον καταπαύει τὸν λόγον· ἔνθεν ὁ
 15 κατη|γορῶν διὰ τὸ προειληφθαι τοὺς δικαστὰς ἀποσοβεῖται καὶ ἀποπέμπεται. 10
 Ἐν δὲ τῷ μεταξὺ τὸ κακόπλαστον καθὼ τῷ τοῦ ἐναγομένου θανάτῳ ἀδυνατεῖ
 ὁ ἐνάγων. Ταύτη τῇ τάξει καὶ τῇ μεθόδῳ χρώμενος προτίθησι μὲν, ὡς
 λέλεκται, τὸ μονομερεῖ· παράδειγμα δὲ πεποιήται | τὸν πορνοβοσκόν, ὃς τοὺς 15
 κωμάζοντας νέους ὑποδεξάμενος <ἀπ>έκτεινε, καὶ οὐδεμία χώρα ἀπολογίας
 αὐτῷ, ὅτε πορνοβοσκῷ ὄντι καὶ τὰ εἰς θεραπείαν τῶν νέων ἐπιτηδεύοντι καὶ
 20 μὴ ἔχοντι πρόφασιν ἐπ’ αὐτῷ κωμάζοντας ἀποκτεῖναι τοὺς νέους.

71

HERM.: 17-20 τὸ μονομερές — τοὺς νέους *ib.* 32.11-13.

3 καὶ πραγμάτων *om.* Pc || 12 ἐναγόμενος: ἐναγωνιζόμενος Pc || 15 ἐν δὲ τὸ Pc || 15 τοῦ ἐναγομένου: ταῖς ἐναγομένου *ut uid.* Pc || 18 ἀπέκτεινε *ex Herm. textu* 32.13 *restitui conferens infra l.* 20 || 20 ἀποκτεῖναι: κτεῖναι Pc. *cf. supra* 18 ἀπέκτεινε.

71. *ib.*]

A propósito da diversidade de pessoas e de actos, começou pelos que possuem maiores possibilidades e terminou pelos mais fracos, e justamente. Com efeito, esse passo do seu tratado versava as pessoas e os actos que são objecto de exame, e justamente classificou em primeiro lugar os que oferecem maiores condições para ser objecto de exame. Aqui, porém, avança dos mais fracos para aqueles em que o grau de fraqueza é menor, porque ele trata das questões mal constituídas. E, começando pelas questões mal constituídas, ele termina a sua exposição pelas próximas das mal constituídas: começa a exposição das mal constituídas pela unilateral, questão em que o defensor está em posição de total fraqueza, enquanto o acusador está em posição forte. E termina pela desprovida de circunstâncias, em que o defensor está em posição forte, contrariamente ao acusador, que não dispõe de qualquer força. As restantes modalidades situam-se a meio entre estas duas. Nelas, tanto o que é acusado quanto o que acusa parecem estar condenados por si mesmos. No tocante às próximas das mal constituídas, principia pela desajustada para um dos lados⁷⁵, caso em que o demandado tem menores possibilidades. E conclui a exposição com a questão em que o julgamento é previamente pressuposto. Em consequência deste, aquele que acusa, devido ao facto de os juízes haverem já formulado um juízo prévio, mantém-se à distância e é afastado. O caso intermédio é o da questão mal-forjada⁷⁶, na medida em que, devido ao falecimento do demandado, o demandante não possui qualquer possibilidade. Recorrendo a esta classificação e a este método, dispõe em primeiro lugar, conforme se disse, a unilateral. O exemplo dado pelo Autor é o do proxeneta que, ao receber os jovens para uma festa, os matou. Este não está em posição de se defender, pois ele era um proxeneta, a sua ocupação era prover ao serviço dos jovens e não tinha nenhum pretexto para matar os jovens que faziam uma festa em sua casa.

⁷⁵ *Ib.* 33.17-34.2.

⁷⁶ *Ib.* 34.2-8.

72. *ib.*]

| Εἶδη γενικώτατα τῶν ἀσυστάτων δύο· ἢ γὰρ τὰ ἐναργῆ καὶ αὐτόθεν 20
 πρόδηλα οὐ ζητεῖται, ὥς ἐν ἡμέρᾳ οὐ ζητοῦμεν εἰ ἡμέρα ἐστίν· ἢ τὰ ἀδύνατα
 εὐρεθῆναι, οἷον εἰ ἄρτιοι οἱ ἀστέρες. Λοιπὸν ἐκεῖνα εἶναι λείπεται ζητήματα,
 ἃ καθ' ἑαυτὰ μὲν ἄγνωστά ἐστίν, | ἀπὸ δὲ ζητήσεως εὐρεθῆναι δύναται. Διὰ τί 25
 5 δὲ ἐν μὲν τῷ ὄρω τοῦ συνεστῶτος ζητήματος καὶ πρώτου ἐδήλωσε περὶ τοῦ
 ἀπεριστάτου, ἐνταῦθα δὲ περὶ τοῦ μονομεροῦς καὶ τελευταῖον τάττει τὸ εἶδος
 τῶν ἀπεριστάτων; Λέγομεν ὅτι | ἐκεῖ μὲν ἀπλῶς τὴν διδασκαλίαν ἐποιήσατο, 145
 περιλαβὼν πάντα διὰ τῶν ἐναντίων τὰ ἀσύστατα, οὐ μέντοι κατὰ τάξιν·
 ἐνταῦθα δὲ τῇ προσηκούσῃ χρῆται τάξει καὶ πάνυ ἀσύστατα τάττει ἐν ἀρχῇ,
 10 εἶτα τὰ ἥττονα. Καὶ οὕτως προβαίνει κατὰ μικρὸν ἐπὶ τὰ ἰσχυρότατα. 5

72

FONTES: 1-4 εἶδη — εἰρηθῆναι δύναται Marc. W4 149.24-30 || 4-6 διὰ τί — περὶ τοῦ ἀπεριστάτου cf. Sop. *ib.* 141.12-13 ad *St.* 32.2-3 τὰ μὲν γὰρ ἥτοι ἄμφω καὶ πρόσωπον ἔχοντα καὶ πρᾶγμα κρινόμενον.
 1 ἀσυστάτων: ἀποστάτων Pc || 5 μὲν om. Pc || 6 ἀπεριστάτου: ἀστάτου Pc.

72. *ib.*]

As espécies mais genéricas de questões mal constituídas são duas: há aquelas que, sendo manifestas e, conseqüentemente, bastante evidentes, não suscitam uma inquirição, como por exemplo: durante o dia, não inquirimos se é dia; ou as que são impossíveis de descobrir, por exemplo: se as estrelas são em número par. Restam, pois, como questões apenas aquelas que não são cognoscíveis em si mesmas, mas que se podem descobrir a partir de uma inquirição. Mas por que
5 razão I, na definição da questão bem constituída, ele deu a conhecer em primeiro lugar a desprovida de circunstâncias⁷⁷, ao passo que, aqui, apresenta a unilateral, e classifica em último lugar a espécie das desprovidas de circunstâncias⁷⁸? A nossa resposta é que acima ele apresenta uma explicação teórica simples, explanando em pormenor todas as mal constituídas mediante os seus contrários, e não de acordo com a respectiva classificação. Aqui, porém, utiliza a classificação adequada, ordenando em primeiro lugar as questões absolutamente mal constituídas,
10 passando I em seguida às que o são em menor grau. E deste modo prossegue, minuciosamente, pouco a pouco, até às mais fortes.

⁷⁷ Este comentário dirige-se a *ib.* 32.2-3 τὰ μὲν γὰρ ἤτοι ἄμφω καὶ πρόσωπον ἔχοντα καὶ πράγμα κρινόμενον. Cf. aparato de fontes.

⁷⁸ Esta afirmação constitui síntese da exposição dos oito ἀσύστατα. Cf. *ib.* 32.10-33.16.

73. *ib.* 32.14-17 δεύτερον τὸ ἰσάζον διόλου, οἷον δύο νέοι πλούσιοι ωραίας ἔχοντες γυναῖκας κατὰ ταύτὸν ἀμψ πεφωράκασιν ἀλλήλους ἐξιόντας ἀπὸ τῶν ἀλλήλων οἰκιῶν καὶ μοιχείας ἀλλήλοις ἀντεγκαλοῦσιν]

Παρὰ τὸν πρῶτον κἀνονά ἐστίν· οὔτε γὰρ πρόσωπα οὔτε πράγματα ἔχει κρινόμενα, ἀλλὰ τῷ ἰσάζειν ἀσύστατόν ποιοῦσι τὴν κρίσιν. Ἰσχυρότερον δὲ τὸ ἰσάζον τοῦ μονομεροῦς, διὸ καὶ δευτέραν ἔσχε τάξιν· ἀμφοτέρω γὰρ ἐνταῦθα λόγους ἔχουσι, κατὰ δὲ | τὸ κρινόμενον ἀσύστατόν ἐστίν· ἀπορεῖ γὰρ ὁ 10
5 δικαστῆς, παραπλησίων ὄντων τῶν λόγων, τίνι ψηφίσηται. Ἰαθείη δὲ ἐὰν λάβῃ ἐν τι τῶν περιστατικῶν τρόπον οὕτως· “πεφωράκασιν ἀλλήλους, ὁ μὲν πέμποντα τὸν ἄλλον γράμματα, ὁ δὲ διαλεγόμενον”· τρόπον δὲ, ὁ μὲν ἐπ’ ἀγορᾶς, ὁ δὲ ἐπ’ οἰκίας· πρόσωπον δὲ, ὁ μὲν ταῖς θεραπαίνισιν, ὁ δὲ τῇ 15
γυναικὶ αὐτῇ· χρόνον, ὁ μὲν νύκτωρ, ὁ δὲ μεθ’ ἡμέραν· αἰτίαν, ἐμπρησμοῦ
10 γενομένου· ὁ μὲν ἐξιόντα τὸν ἄλλον εἰς τὴν αὐτοῦ οἰκίαν, ὁ δὲ τὰ χρυσία τῆς γυναικὸς εὔρε παρὰ τῷ ἐτέρῳ.

73

FONTES: 1-2 παρὰ τὸν — τὴν κρίσιν Syr. R2 38.2-4 = W4 150.22-24 || 9 ὁ μὲν νύκτωρ, ὁ δὲ μεθ’ ἡμέραν αἰτίαν Marc. W4 151.20-21.

3 ἔσχε: εἶξεν W7 || ἀμφοτέρω P: ἀμφοτέρον Mb unde fort. corr. ἀμφοτέρα W7 || 6 λάβῃ: λάβοι s.l. Pa¹ || 6 τρόπον ego: τρόπων testes || 10 τὰ Pc: om. rell.

73. *ib.* 32.14-17 “A segunda questão é a aquela em que há total igualdade; por exemplo: «dois jovens ricos com belas esposas surpreendem-se ambos em simultâneo a sair cada um da casa do outro; e acusam-se mutuamente de adultério».”]

Contrariamente ao que determina a primeira regra⁷⁹, não há pessoas nem actos a julgar, mas a sua igualdade torna-a mal constituída quanto ao julgamento. A questão em que há igualdade é mais forte do que a unilateral. Por este motivo, recebeu o segundo lugar na classificação, pois ambas as partes, neste caso, possuem argumentos. Mas, em função do ponto em julgamento, é mal constituída: de

5 facto, o juiz l não consegue, perante argumentos similares, concluir a favor de parte haverá de declarar a sentença. Mas esta indecisão seria debelada se nela entrasse uma qualquer circunstância; do seguinte modo: “os litigantes surpreenderam-se simultaneamente um ao outro, um descobrindo outro a enviar cartas, e este outro apanhando aquele em conversas”; quanto ao lugar, um na praça pública, o outro em casa; quanto à pessoa, um com as criadas, o outro com própria mulher; quanto ao tempo, um surpreendeu o outro de noite, e este apanhou aquele

10 em pleno dia; quanto ao motivo, tendo-se declarado l um incêndio, um viu o outro dirigindo-se a sua casa, e o outro encontrou jóias de ouro da mulher na casa do primeiro.

⁷⁹ Cf. *supra* 2.67.10-11.

74. *ib.*]

| Περὶ μὲν οὖν τῆς τάξεως ἀπάντων τῶν ἀσυστάτων ὕστερον ἐροῦμεν· νυνὶ 20
δὲ τὴν ἄλλην τεχνολογίαν περὶ τούτων διεξίωμεν· τὸ “διόλου” τοίνυν
εἰκότως προσέθηκεν· ἂν γὰρ κατὰ τι διαλλάχῃ, εὐθέως συνεστηκὸς γίνεται.

75. *ib.* 32.17-33.3 τρίτον κατὰ τὸ ἀντιστρέφον, οἷον ἀπῆται τις
δάνειον καὶ τόκους, ὃ δὲ παρακαταθήκην φάσκων ἔχειν οὐκ
ὠφείλειν ἔλεγε τόκους· μεταξὺ πεποιήται χρεῶν ἀποκοπὰς
ὁ δῆμος, καὶ ὃ μὲν ὡς παρακαταθήκην ἀπαιτεῖ, ὃ δὲ ὡς
χρέος οὐκ ὠφείλειν ἔτι φησίν. Ἐνταῦθα γὰρ οὔτε διάφορα
οὔτε ἰσχυρὰ τὰ τῶν πίστεων αὐτοῖς· περιπετεῖς γὰρ τοῖς
ἑαυτῶν ἄμφω γίνονται λόγοις]

| Ζητεῖται τίνι διαφέρει τὸ ἀντιστρέφον τοῦ ἰσάζοντος. Ὅρωμεν γὰρ ὅτι ἐπ’ 25
ἀμφοτέρων καὶ τοῖς ἀλλήλων χρῶνται λόγοις καὶ ὑπὸ τούτων ἀλίσκονται. Ἡ
διαφορὰ οὖν κατὰ τὸν χρόνον. Ἐν μὲν γὰρ τῷ ἐξισάζοντι ὑφ’ ἑαυτοῦ κατὰ τὸν
αὐτὸν ἐλέγχεται χρόνον, ἐν δὲ τῷ | ἀντιστρέφοντι ὑφ’ ἑαυτοῦ μὲν, ἀλλ’ ἐν 30
5 διαφοροῖς καιροῖς. Ἄ γὰρ εἶπεν τότε πρότερον, νῦν εἰς ἔλεγχον αὐτοῦ
προφερόμεθα. Ἐπειτα ἐν μὲν τῷ ἀντιστρέφοντι αἱ πρώται προτάσεις
συνεστηκυῖαί εἰσιν· ἡ γὰρ προσθήκη ποιεῖ | τὸ ἀσύστατον, λέγω δὴ ἡ ἀποκοπὴ 146
τῶν χρεῶν. Ἐν δὲ τῷ ἐξισάζοντι οὐ τοῦτό ἐστιν, ἀλλ’ εὐθέως ἐκ πρώτης
ἀσύστατον φαίνεται.

74HERM. 2 *St.* 32.14.**75**

FONTES: 3-5 ἐν μὲν — καιροῖς cf. Syr. W4 153.4-6.

4 χρόνον: τρόπον Pc || ἀντιστρέφοντι: διαστρέφοντι Pc || 5 εἶπεν: εἶπον Pc || 7 προσθήκει Pc.

74. *ib.*]

Acerca da classificação da totalidade das questões mal constituídas, posteriormente nos pronunciaremos; por agora, porém, examinemos o resto da exposição técnica que lhes diz respeito. Justamente o Autor acrescentou “total” à igualdade. Pois, se houver uma diferença num qualquer ponto, de imediato a questão se torna bem constituída.

75. *ib.* 32.17-33.3 “A terceira questão é a reversível; por exemplo: «alguém reclamava o dinheiro emprestado mais os respectivos juros; o outro indivíduo respondia que tinha o dinheiro depositado e negava dever os juros; entretanto, a assembleia decretou a abolição das dívidas, e o primeiro reclama o dinheiro a título de depósito, enquanto o segundo declara que, a título de empréstimo, já não o deve». Aqui, com efeito, as suas provas não são nem diferentes nem fortes, pois ambos acabam por se emaranhar nos próprios argumentos.”]

Coloca-se a pergunta sobre o que distingue a questão com reversibilidade daquela em que há igualdade. Verificamos, pois, que, em ambas estas questões, as partes recorrem aos argumentos uma da outra⁸⁰ e que, com base nestes, são condenadas. A diferença, portanto, assenta no tempo: na questão em que há igualdade, no próprio momento em que o argumento é dado aquele que o enuncia faz prova da sua própria culpa, ao passo que, na reversível, ele se condena a si mesmo, mas em diferentes momentos. O que disse em ocasião anterior⁸¹ citamo-lo agora para o confundir. Por outro lado, na reversível as primeiras proposições estão bem constituídas. Com efeito, aquilo que torna a questão mal constituída é o elemento acrescentado, quer dizer, a revogação⁸² das dívidas. No caso de igualdade, tal não sucede assim; pelo contrário, revela-se como mal constituída logo a partir da primeira proposição.

⁸⁰ Para um parecer diverso, segundo o qual, somente na questão em que há igualdade as partes usam os argumentos uma da outra, cf. Siriano W4 153.6-7.

⁸¹ Cf. *Estados de causa* 32.15 κατὰ ταυτὸν sc. τὸν χρόνον.

⁸² Cf. *ib.* 32.15 sobre o tempo no caso em que há igualdade.

76. *ib.*]

Παρά τὸν δεύτερον κανόνα· οὐ γὰρ “ἰσχυρὰ τὰ | τῶν πίστεων αὐτοῖς”, 5
 ἀλλὰ σαθρότατα. Γίνεται δὲ κατὰ τὸ κρινόμενον, ἱᾶται δὲ μᾶλλον ἐκ
 περιστάσεως, οἷον “ἀπῆται τις δάνειον καὶ τόκους· ὁ δὲ παρακαταθήκην
 φάσκων ἔχειν οὐκ ἀπεδίδου, διήρπασέ τι τῶν αὐτοῦ χρημάτων· ὁ δῆμος
 5 χρεῶν ἀποκοπὰς ἐποιήσατο· καὶ ὥς δά|νειον ὠφείλων ἀπαιτεῖ τὰ διαρπαγέντα 10
 χρήματα”. Ἔστιν οὖν ἀπὸ χρόνου περίστασις. Χρὴ δὲ εἰδέναι ὅτι τὰ μὲν
 διηγηματικά ἐκ τῶν ἑξ περιστατικῶν γίνονται, οἷον· προώπου, Ἰάσονος καὶ
 Μηδείας, <τόπου>, Σκυθίδος· πράγματος, τοῦ ἔρωτος καὶ τοῦ φόνου τοῦ
 ἀδελφοῦ· χρόνου, πρὸ τῶν | Τρωικῶν· αἰτίας, τοῦ χρυσοῦ δέρους· τρόπου, τῆς 15
 10 φαρμακείας. Ἐν δὲ τοῖς ζητήμασιν πέντε ἐστίν· τὸ γὰρ πρᾶγμα ἐν τοῖς ἄλλοις
 εὐρίσκεται, καὶ οὐδεὶς μέμφεται τὸ πρᾶγμα ἐν μεταλήψει.

76

HERM.: 1-2 *St.* 33.2 || 3-6 ἀπῆται — χρήματα cf. *ib.* 32.18-33.1.

FONTES: 1-2 παρά — σαθρότατα *Syt.* R2 38.6-7 = W4 152.7-9 || 2 γίνεται δὲ κατὰ τὸ κρινόμενον *ib.* 152.13-14.

1 παρά *Pc*: περὶ *Pa* || 3 ὁ δὲ *testes et sic malui*: ὁ δὲ *St.* 32.18 || 4 ἔχειν *Pc et ego conferens St.* 32.19: εἶναι *rell.* || 6 χρήματα: χρόνον *Pc* || 7 ἑξ περιστατικῶν: ἑξ στατικῶν *Pc* || 7 καὶ *om. Pc* || 9 δέρους *ex Pc*: δέρω *Pa* || δὲ *om. Pc*.

76. *ib.*]

Isto transgredir a segunda regra. Com efeito, “as provas de que as partes dispõem não são fortes”, mas muito débeis. Estas debilidades surgem no ponto em julgamento e são debeladas preferentemente com base numa circunstância. Por exemplo: “uma pessoa reclamava o pagamento de uma quantia que emprestara acrescida dos respectivos juros; a outra⁸³, alegando que a mesma estava depositada, não lha devolvia, e conservou abusivamente o dinheiro da outra. A Assembleia decretou a revogação das dívidas. E o devedor reclama como dívida o dinheiro conservado abusivamente”. Temos, portanto, uma circunstância de tempo. É necessário saber que as composições narrativas⁸⁴ se compõem dos seis dados circunstanciais; por exemplo, o de pessoa, tais como: “Jasão”, “Medeia”; <de lugar>: “Cítia”; de acto: o “amor” e o “fratricídio”; de tempo, tal como: “antes da guerra troiana”; de motivo: “por causa do velo de ouro”; de modo: “por meio de envenenamento”. Mas nas questões existem cinco⁸⁵, pois o acto encontra-se nas demais, e ninguém repreende o acto numa objecção⁸⁶.

⁸³ Tanto no texto de Hermógenes (*ib.* 32.18), como nos escólios, **P** apresenta δ , e não δ . O contexto, de resto, justifica a lição dos manuscritos. A tradução de *Estados de causa* 32.18 δ por Patillon (“l’autre”) faz supor que também é de reter a lição δ . Parece, pois, que Rabe edita mal. Cf. ainda 32.21 δ μὲν... δ δὲ, onde os mss. apresentam igualmente δ μὲν... δ δὲ.

⁸⁴ Cf. os autores da proginasmática: Élio Téon de Alexandria, sobre a narração 78.17-21 p. 38; Aftónio, sobre a narração 2.23-3.2; Pseudo-Hermógenes 4.5-6.2.

⁸⁵ Na enumeração do escoliasta falta a circunstância do lugar (τόπος).

⁸⁶ Cf. *Estados de causa* 42.20-43.3 e 86.22-87.2. Conforme nota M. Patillon, *Hermogène...*, p. 166 n. 3, a μετάληψις em Hermógenes assenta em uma noção simples e constante: a de *substituição*. Enquanto procedimento argumentativo, visa uma *objecção*. Encerra, no entanto, dois significados distintos e também um duplo âmbito. Por um lado, é um dos quatro de causa racionais hermagorianos, traduzido pelos latinos para *translatio*. Hermógenes redefine esta στάσις (*Estados de causa* 79.18-82.3), distinguindo fundamentos documentais e não documentais para a *objecção*, a qual não se dirige ao acto em julgamento, mas a aspectos ou circunstâncias (περιστάσεις) exteriores ao mesmo (lugar, tempo, pessoa, motivo ou modo), com a finalidade de destruir os fundamentos da acção jurídica directa (εὐθυδικία) e, consequentemente, de a impugnar. Na base do que se lê em Hermógenes *Estados de causa* 42.20-43.3, assim se compreende a afirmação do escoliasta de que numa μετάληψις não se *objecta* ou repreende directamente o acto, pelo que das seis circunstâncias possíveis, apenas as cinco restantes estão presentes na questão. Substitui-se, assim, na *objecção*, o acto por qualquer uma das suas circunstâncias. O outro sentido em que o termo μετάληψις figura é o de simples *objecção* a um argumento particular; cf. R. Nadeau, “Hermogenes’ On stases...”, p. 388. Deste modo, é parte integrante de outros estados de causa: da conjectura (*Estados de causa* 43.20 e 48.10-49.5), da definição (59.14, 60.11, 61.14-15), dos estados qualitativos de oposição (72.8, 73.13-14, 74.9), ou ainda dos estados de causa legais (82.8, 83.13, 84.14-15, 86.22, 88.7, 90.9, 92.3). Neste último sentido, a sua função é também dupla. Primeira: de *substituição* do acto por uma das circunstâncias (cf. 86.22-87.2 e 92.3-7), ou da letra pelo espírito. Segunda: proporcionar à acusação meios de responder à ἀντίληψις (ou justificação) da defesa, através da ἔνστασις e a ἀντιπαράστασις (*Estados de causa* 48.14-15). Vertem estes últimos termos, respectivamente, Patillon, p. 173: “instance” e “antiparastase”; e Nadeau, 399: “direct refutation” e “oblique refutation”. Sobre os motivos que justificam a nossa versão de μετάληψις por “objecção”, cf. a Introdução pp. 65-66.

77. *ib.*]

Ἰστέον ὅτι ἐπράξθη τι τοιοῦτον Ἀθήνησιν | ὥς ἀληθῶς· πολλῶν γάρ 20
 πενήτων δανεισαμένων παρὰ τῶν πλουσίων καὶ ὑποτιθεμένων γῆν, ἣν εἶχεν
 ἕκαστος, ἐνίων δὲ καὶ πιπρασκομένων ὁ δῆμος ἐβούλετο τὴν πᾶσαν γῆν
 ἀναδάσασθαι τῶν Ἀθηναίων, ὥς μὴ μόνον ἀποστερηθῆναι τοὺς ἰδίους, ἀ ἦσαν
 5 δεδανεικότες, ἀλλὰ καὶ τῆς | πολλῆς, ἥς ἐκέκτηντο γῆς, τὸ πλεον προσλαβεῖν· 25
 οὐ μὴν ἀπέβη. Σόλων γὰρ ὑπ' ἀμφοτέρων αἰρεθεὶς τῶν μερίδων χρεῶν
 ἀποκοπὰς ποιησάμενος κατέλυσε τὴν στάσιν. Καὶ ἐκλήθη τὸ τοιοῦτον
 σεισάχθεια παρὰ τὸ ἀποσεΐσασθαι τὸ ἄχθος τοὺς πένητας.

77. *ib.*]

Há que saber que um tal acto foi realmente praticado em Atenas, pois, como muitos pobres pediram empréstimos a ricos e hipotecavam as terras que cada um possuía, alguns deles vendendo-se até como escravos, a Assembleia deliberou que se fizesse nova partilha de toda a terra dos Atenienses, de forma que os particulares não apenas fossem desapossados do que haviam emprestado, mas também que se apropriassem da maior parte da muita terra que possuíam. No entanto, tal não se concretizou. Com efeito, Sólon, eleito por ambas as partes, aboliu as dívidas e pôs termo ao conflito⁸⁷. E esta iniciativa foi designada por “abolição”, por terem os pobres sido libertados dos seus fardos⁸⁸.

⁸⁷ O termo στάσις não aparece aqui com o sentido técnico de “estado de causa”, mas em sentido mais corrente de “conflito” ou “posições em conflito”. É precisamente a existência de um ponto que gera conflito entre duas partes que suscita a intervenção de um tribunal. A este caberá inventariar os fundamentos em que assentam as duas posições divergentes (στάσις em sentido técnico), estabelecer com precisão o ponto concreto sobre que incidirá o julgamento (κρινόμενον), avaliar as razões aduzidas por ambas as partes e, por fim, decidir em favor de uma ou de outra. Só há, pois, στάσις em sentido técnico quando há uma στάσις, em sentido mais corrente, ou seja, quando existe um conflito a dirimir. Salta, deste modo, à evidência, que a doutrina das στάσεις tem aplicação prática em especial na oratória tribunalícia, em menor grau, nos dois outros géneros (deliberativo e epidíctico). Cf. supra 1.11.15-19, em que o escoliasta afirma, a este preciso propósito: Τινές δέ φασι μὴ δηλοῦσθαι διὰ τοῦ “πανταχοῦ” τὸ πανηγυρικὸν· περὶ γὰρ στάσεων ὁ λόγος τῷ ῥήτορι, τὸ δὲ πανηγυρικὸν ἀστασίαστον. Ἀλλὰ πρῶτον μὲν περιττῶς ἂν δόξη κεῖσθαι τὸ “πανταχοῦ”. Ἐπειτα οὐδὲ ἀστασίαστον αἰεὶ τὸ πανηγυρικόν, ἀλλ’ ἔστιν ὅτε καὶ αὐτὸ στασιάζεται.

⁸⁸ Há aqui um jogo etimológico entre σεισάχθεια (“abolição”, especialmente de dívidas, da escravatura, etc.), substantivo composto de σείομαι (“sacudir, libertar”) e ἄχθος (“fardo, peso”, especialmente das dívidas ou da condição de escravo), impossível de manter em português.

78. *ib.* 33.1 διαφορά]

| Καίτοι διαφορά ἐστίν, ἀλλά φαμεν ὅτι δεῖ λαβεῖν τὴν ἐπέκτασιν τοῦ 30
 χρόνου. Εὐρήσομεν γὰρ οὕτως | ἴσως παρεχομένους ἀλλήλοις τοὺς λόγους. 147
 Ἐκεῖ μὲν κατὰ ταῦτὸν ἀμφότεροι παρέχονται λόγους· ἐνταῦθα δὲ ἐτέρῳ καὶ
 ἐτέρῳ χρόνῳ. Καὶ ἐκεῖ μὲν οὐκ ἀντιοῦται ἑαυτῷ ἑκάτερος, ἀλλὰ τοὺς αὐτοὺς
 5 παρέχεται λόγους, | ἴσως μέντοι τοῖς τοῦ ἐναντίου· ἐνταῦθα δὲ ἐναντία λέγει 5
 ἑκάτερος οἷς εἶπε πρότερον.

78

FONTES: 2-4 ἐκεῖ μὲν — χρόνῳ cf. Syr. W4 153.4-6.

2 ἴσους Pc || 3 ἀμφότεροι: αὐτοὶ Pc || 5 ἴσως: ἴσους Pc. cf. supra 2 .

78. *ib.* 33.1 “... diferença...”]

Ora existe uma diferença, mas nós dizemos que se deve ter em conta a extensão do tempo. Fazendo-o, com efeito, verificaremos deste modo que eles opõem um ao outro argumentos relativos à igualdade. Mas na igualdade as duas partes opõem argumentos em simultâneo; aqui, pelo contrário, em momentos diferentes⁸⁹. Na igualdade, não se contradiz cada um a si mesmo, antes expõe os mesmos
5 l argumentos do adversário, em todo o caso em igualdade relativamente a eles. Aqui, todavia, cada um profere afirmações contrárias às que anteriormente proferiu.

⁸⁹ Cf. *supra* 2.75.3-5 ἐν μὲν — καιροῖς.

79. *ib.* 33.3-7 τέταρτον κατὰ τὸ ἄπορον, οὗ μὴ ἔστι λύσιν λαβεῖν
μηδὲ πέρας, οἷον Ἀλέξανδρος ὄναρ εἶδεν ὀνείροις μὴ
πιστεύειν καὶ βουλεύεται· ὃ τι γὰρ ἂν συμβουλεύῃ τις
ἐνταῦθα, τὸ ἐναντίον αὐτοῦ περανεῖ]

Ζητητέον διὰ τί “ἄπορον” αὐτὸ καλοῦμεν, ὡς τῶν ἄλλων ἀπόρων μὴ
ὄντων. Ῥητέον δ’ οὖν ὅτι δύο ἐστὶν ἐν τοῖς λόγοις, τὰ μὲν κατασκευαστικά
τῶν ἡμετέ[ρων], τὰ δὲ ἀνατρεπτικά τῶν ἐναντίων. Ἐν μὲν οὖν τοῖς ἄλλοις 10
τῶν κατασκευαστικῶν ἡ ἀσθένεια ποιεῖ τὸ ἀσύστατον· οὐ δυνάμεθα γὰρ κατα-
5 σκευάσαι ἐν ἐκείνοις τὰ οἰκεῖα. Ἐν δὲ τούτῳ οὐ μόνον τὰ οἰκεῖά τις οὐ
δύναται κατασκευάζειν, ἀλλὰ καὶ τὰ ἐναντία ὧν βούλεται πάντως
κατασκευάσει. | Ἐν δὲ τῷ ἐξισάζοντι οὐχ ὥδε ἔχει, ἀλλ’ ἄμφω κατασκευάζει 15
τε καὶ βεβαιοῖ, εἰ καὶ τὰ μάλιστα καθ’ ἑαυτοῦ τὸ ἕτερον. Καὶ ὅλως ἐπὶ μὲν τῶν
προλαβόντων ἡ διαχείρισις τῶν προσώπων ποιεῖ τὸ ἀσύστατον· ἐπὶ δὲ τούτου
10 τοῦ προβλήματος καὶ ἡ φύσις τοῦ πράγματος· ὁπότερον | γὰρ αὐτῶν 20
Ἀλέξανδρος ἔλθῃ, παραβαίνει τὸ ἕτερον· καὶ ὅπερ ἐπὶ τῶν ἄλλων πρὸ τῆς
κρίσεως ὠμολόγητο, τοῦτο καὶ σιωπώντων ἐνταῦθα τῶν ῥητόρων ἀσύστατον
γίνεται καὶ ἀναπόδεικτον. Ἔσται δὲ τοῦτο καὶ προῖοῦσι φανερώτερον ἐν τῷ
περὶ τῆς τάξεως λόγῳ καὶ ἀσυστάτων, εἰ | μὴ νῦν ἀρκούντως διασεσαφῆ- 25
15 νισται. Πῶς οὖν ἐτέρως ἐνῆν | καλεῖν τὸ καὶ τῇ φύσει τοῦ πράγματος καὶ τῇ 148
διαχειρίσει τῶν προσώπων ἀσύστατον· οὔτε γὰρ ἡ ἰσότης τῶν ἐρρωμένων τῶν
πραγμάτων ἐποίησε τὸ ἀσύστατον, οὔτε πάλιν τὸ τῶν χρόνων διάφορον, ἀλ-
λὰ τὰ ὑποκείμενα πράγματα διὰ τὴν προσοῦσαν ἀσθένειαν αὐτοῖς. Περιγίνεται 5
γὰρ τῷ βουλομένῳ συμβουλεύειν οὐδὲν ἕτερον, ἢ τάναντία πείθειν, ὧν
20 βούλεται. Ταῦτα περὶ τῆς ὀνομασίας, καὶ τοῦτο μὲν οὕτως ἐπελυσάμεθα, οἷον

79

7 δὲ Pc: γὰρ Pa || 13 ἀναπόδεκτον Pc || 14 περὶ τῆς τάξεως: περὶ συντάξεως Pc || 16 alt. τῶν om. Pa ||
18 πράγματα: πρόσωπα Pc || 19 οὐδὲν: μηδὲν Pc.

79. *ib.* 33.3-7 “A quarta questão é a inconclusiva, não existindo para ela resolução nem conclusão; por exemplo: “Alexandre teve um sonho em que lhe era dito que se não fiasse em sonhos; com efeito, seja qual for o conselho que se dê aqui, acaba por redundar no seu contrário.”]”

Deve colocar-se a questão do motivo por que chamamos “inconclusiva” a esta espécie, como se as demais o não fossem. É necessário, pois, dizer que nos argumentos existem dois tipos de tópicos⁹⁰: os que servem para confirmar os nossos, e os que servem para refutar os contrários. Nas outras espécies, é a fraqueza dos tópicos confirmativos que as torna mal constituídas, pois nelas não temos possibilidade de confirmar os nossos próprios. Na inconclusiva, não apenas não é possível confirmar as nossas próprias proposições, como ainda se confirmará em absoluto o contrário daquilo que se pretender. Com efeito, no caso da igualdade não sucede deste modo, mas ambas as partes confirmam as suas posições e as consolidam, mesmo que ele sobretudo não faça outra coisa senão confirmar contra si mesmo a posição contrária, tal seja totalmente o oposto. E, de um modo geral, nos casos precedentes é o tratamento das pessoas que origina a sua má constituição; no problema que se segue, porém, é também a natureza do acto: Alexandre, para escolher um dos conselhos dados no seu sonho, despreza o outro. E aquilo que, nas outras questões, é ponto assente antes do julgamento, torna-se aqui mal constituído e indemonstrável, ainda que os oradores se mantenham em silêncio. Isto ficará mais patente na exposição mais adiante⁹¹ sobre a classificação das questões mal constituídas, se neste momento não o tiver satisfatoriamente ficado. Pois como é que seria possível chamar, de outro modo, “mal constituída” a uma questão, quer pela natureza do acto, quer pelo tratamento das pessoas? Pois nem é a igualdade dos actos fortes que a torna mal constituída, nem ainda a desigualdade dos tempos⁹², mas os factos subjacentes, devido à fraqueza que lhes está associada. Pois para quem quiser dar um conselho, outra coisa não resta fazer senão convencer dos contrários daquilo que se pretende convencer. Eis o que importava dizer a propósito da denominação⁹³. E eis como resolvemos este caso. Por

⁹⁰ Em grego, simplesmente δύο.

⁹¹ Cf. escólio 2.87. Também já em 2.74.

⁹² Cf. 2.76.6 e 2.78.3-4.

⁹³ Está dada resposta ao problema colocado no início do escólio (2.79.1).

“Ἀλέξανδρος ὄναρ εἶδεν ὀνείροις μὴ πιστεύειν”. Τινὲς βούλονται αὐτὸ 10
 συνεστάναι, καὶ φασιν ὅτι κατὰ τὸν Ἀριστοτέλην τὰ ἀπροσδιόριστα, ἐὰν μὲν
 εἴη κατὰ θέσιν, μερικὸν τι σημαίνει, ἐὰν δὲ κατὰ ἀπόφασιν τὸ καθόλου, οἷον
 τοῦ μὲν προτέρου παράδειγμα “ἔστιν ἄνθρωπος καλός”, τούτεστι “τις ἄνθρω-
 25 πος καλός”. Τοῦ δὲ δευτέρου, “οὐκ ἔστιν ἄνθρωπος καλός”· | ἀντὶ τοῦ οὐδεὶς 15
 ἔστιν ἄνθρωπος καλός. Οὕτω φασι καὶ ἐνταῦθα· κατὰ θέσιν ὄντος τοῦ
 ἀπροσδιορίστου, ἐξ ἀνάγκης τὸ μερικὸν νοοῦμεν καὶ οὐκέτι ἄπορόν ἐστίν,
 ἀλλὰ συνεστηκός. Ἐροῦμεν οὖν πρὸς τοῦτο ὡς μάλιστα μὲν οὐ δεῖ φιλοσόφων
 λεπτολογίας εἰσάγειν ῥητορικῇ. Ἐπειτα τοῦτο Πλάτων οὐ καταδέχεται, ἀλλὰ 20
 30 φησι τὰ κατὰ ἀναίρεσιν ἀπροσδιόριστα πολλάκις καὶ μερικὸν τι σημαίνειν,
 οἷον τὸ “οὐκ ἔστιν ἄνθρωπος καλός” δύναται καὶ μερικὸν σημαίνειν, ὅταν
 περὶ τοῦ δεῖνος διαλεγώμεθα. Τρίτον τὸ παρακείμενον οὐδὲ κατὰ θέσιν | 25
 ἐστίν, ἀλλὰ κατὰ ἀναίρεσιν· φησί γὰρ μὴ πιστεύειν. Ἐπλάνησε δὲ αὐτοὺς πρὸς
 τὸ μὴ νομίσαι ἀναίρεσιν τὸ τὸν Ἀριστοτέλην ἀεὶ τὰ κατὰ ἀναίρεσιν διὰ τῆς
 35 “οὐ” προφέρεσθαι ἀρνήσεως, οὐ διὰ τῆς “μὴ” ἀπαγορεύσεως.

79

HERM.: 21 *St.* 33.4-5 cf. lemma.

FONTES 22-23 τὸν Ἀριστοτέλην — τὸ καθόλου: cf. Arist. *An. Pr.* 1.7 29a.22 sq., 27-28, 1.14 33a.28-31, 1.21 39b.26-28, 31-33.

22 τὸν om. Pa || 24-25 τούτεστι τις ἄνθρωπος καλός τοῦ δὲ δευτέρου οὐκ ἔστιν: τούτεστι τις ἄν. κα. om. Pc τοῦ δὲ δευ. οὐκ ἔ. om. Pa || 29 πλάτων Pa: πλάττων Pc || 30 καὶ Pc unde ego: ὡς rell. || σημαίνειν: σημείον Pc || 31 τι post μερικὸν fort. ex 30 add. W7 || 34 νομίσαι: νοῆσαι Pc || τῆς om. Pc. cf. infra 35.

exemplo: “Alexandre teve um sonho em que lhe era dito que se não fiasse em sonhos”. Entendem alguns que ele é bem constituído e afirmam que, segundo Aristóteles⁹⁴, se as proposições indefinidas são afirmativas⁹⁵, indiciam uma particularidade, mas que, se são negativas, indiciam a generalidade. Exemplo de uma proposição do primeiro tipo: “existe um homem de bem”, isto é, “um qualquer
 25 homem | de bem”. Da do segundo: “não existe um homem de bem”, em vez de “não existe nenhum homem de bem”. Afirmam eles que, aqui, é assim: como a proposição indefinida é afirmativa, entendemos necessariamente a particularidade, e a questão já não é inconclusiva, mas bem constituída. A isto diremos que se deve evitar o mais possível atribuir à retórica as subtis discussões dos filósofos.
 30 Por outro lado, Platão não aceita esta proposição, mas | afirma que as proposições indefinidas negativas frequentemente indiciam também uma particularidade. Por exemplo, a afirmação “não existe um homem de bem” pode também indicar uma particularidade, quando falamos acerca de um determinado indivíduo. Em terceiro lugar, a proposição dada⁹⁶ não é afirmativa, mas negativa. Afirmar ele que “se não deve acreditar”. O que os induziu no erro de considerar que não haveria negação foi o facto de Aristóteles exprimir sempre as proposições negativas mediante o οὐ
 35 | de negação, e não mediante o μή de interdição⁹⁷.

⁹⁴ O escoliasta teria possivelmente em mente passos como por exemplo *Primeiros Analíticos* 1.7 29a.22sq., 27-28, 1.14 33.a.28-31, 1.21 39b.26-28, 31-33. Em 33.a.28-31 Aristóteles afirma que das premissas parciais negativas (στερητικάί) e das universais afirmativas (καταφατικάί) não pode resultar um silogismo óbvio.

⁹⁵ Cf. sobre as afirmações supra 2.62.5 sqq.

⁹⁶ Isto é, a de Hermógenes.

⁹⁷ A distinção entre as duas negações é funcional em grego mas ininteligível em português, donde a opção por manter os vocábulos gregos na tradução.

80. *ib.*]

Παρά τὸν τέταρτον ἐστὶ κανόνα· οὐ γὰρ δύναται πέρας λαβεῖν. Καὶ 149
 τοῦτο δὲ κατὰ τὸ κρινόμενον γίνεται ἀσύστατον· θεραπεύεται δὲ προσδιο-
 ρισμῷ, τῷ περιστατικῷ, τῷ ἀπὸ χρόνου καὶ τόπου, οἷον εἰ ἐν Θράκῃ εἴποι-
 μεν “ὄναρ εἶδεν Ἀλέξανδρος ὀνείροις μὴ πιστεύειν”. Τοῖς πρότερον ἢ τοῖς 5
 ὕστερον συνέστηκεν. Καὶ ἐπὶ τοῦ μάντεως εἰ εἴπομεν ὅτι “νῦν οὐ δώσετε”,
 συνίσταται, ἐνδέχεται γὰρ ὕστερον δοῦναι τὴν κόρην αὐτῷ. Κοινωνεῖ δὲ τὸ
 ἄπορον τῷ ἀντιστρέφοντι κατὰ τὸ ἀμφοτέρωθεν ἄπορον ἔχειν τὴν ἔκβασιν.
 Διαφέρει δὲ ὅτι ἐν μὲν τῷ ἀπόρῳ ἀδύνατον εὐρεῖν πέρας, καὶ ὁ δικαστὴς 10
 εἰς ἀμφιβολίαν γνώμης ἀφικνεῖται, ἐν δὲ τῷ ἀντιστρέφοντι ὁ δικαστὴς
 10 δυνηθεῖν ἂν ἴσως τῷ τὸ δάνειον ἔχοντι ψηφίσασθαι ἢ τῷ ἑτέρῳ.

**81. *ib.* 33.7-9 πέμπτον κατὰ τὸ ἀπίθανον, οἷον εἰ Σωκράτην τις
 πλάσσει πορνοβοσκοῦντα ἢ Ἀριστείδην ἀδικοῦντα]**

Ἐν τοῖς προτέροις μὲν ἀσυστάτοις εἶπεν ὅρους, | οἷον μονομερεῖ ἔφη ὅτι 15
 μονομερὴς ἐστίν, “ἐν ᾧ τὰ τῶν λόγων μὴ ἐκατέρωθεν ἰσχυρά”. Ἐνταῦθα δὲ
 οὐ καταλέγει οὐδένα ὅρον· δεῖ οὖν ἀναπληρῶσαι ἡμᾶς τὴν τοῦ τεχνικοῦ
 χρεῖαν. Ἔστιν οὖν τὸ ἀπίθανον ἔγκλημα ἐναντίαν ἔχον ποιότητα τῇ τοῦ
 5 κρινομένου προώπου· | εἰ γὰρ ἐφ’ ᾧ τις εὐδοκιμεῖ κρίνοιτο, οὐ προσδέχον- 20
 ται τοῦτο οἱ δικασταί, οἷον λειποταξίου κρίνοντες Σωκράτη ἢ Ὀδυσσεά οὐκ
 ἀπίθανον δόξομεν λέγειν· εἰ δὲ τὸν μὲν ἀνοίας, τὸ δὲ μοιχείας κρίνομεν,
 ἀσύστατον ἔσται τὸ πρόβλημα.

80

HERM. 4 St. 33.4-5.

81

HERM. 2 32.10-11.

3 καταλέγει Pc unde ego: καταλήγει rell. cf. W7 149.17 adn. 84, ap. quam al. Par.1 καταλέγει legendum
 est Par.2 (i.e. Pb) καταλέγει || 6 Σωκράτην P || 8 πρόβλημα: ζήτημα Pc.

80. *ib.*]

Isto transgride a quarta regra. É um facto que este caso não pode chegar a uma conclusão⁹⁸. E isto torna a questão mal constituída quanto ao ponto em julgamento. Tal é colmatado por uma definição suplementar, pela circunstância de tempo e pela de lugar. Por exemplo: como se disséssemos que, na Trácia, Alexandre teve um sonho em que lhe era dito que se não fiasse em sonhos. A questão
5 está bem constituída para os sonhos anteriores ou posteriores. E, no caso do adivinho, como se disséssemos que “agora vocês já não me concederão a mão da jovem”, tal constitui-se em estado de causa, pois admite-se em consequência que esta lhe seja posteriormente concedida. A questão inconclusiva e a reversível têm em comum o facto de nenhuma das duas apresentar uma resolução. E distinguem-se por, na inconclusiva, ser impossível encontrar uma conclusão e por o juiz se
10 defrontar com uma ambiguidade na decisão; mas, na reversível, o juiz terá talvez a possibilidade de decidir a questão do empréstimo em favor do contraente ou da outra parte.

81. *ib.* 33.7-9 “A quinta é a inverosímil; por exemplo, se se imaginar Sócrates⁹⁹ como proxeneta, ou Aristides como um criminoso.”]

Nas questões mal constituídas precedentes, ele proferiu as respectivas definições; por exemplo, relativamente à unilateral, afirmou: “unilateral é aquela em que não há razões fortes de cada lado”. Aqui, porém, não expõe qualquer definição. É, portanto, necessário, completar o enunciado do Autor. Assim, a questão
5 inverosímil constitui uma acusação que apresenta uma qualidade oposta à da pessoa que está em julgamento, pois se uma pessoa enfrentar um julgamento pondo-se em causa aquilo que lhe dá boa reputação, os juízes não darão sustentação a essa acusação. Por exemplo: se julgarmos Sócrates ou Ulisses por deserção, tal não nos parece inverosímil. Mas se julgarmos este último por demência, e o primeiro por adultério, tal problema será mal constituído.

⁹⁸ Cf. *ib.* 32.7-8, 33.4.

⁹⁹ H. Rabe apresenta um erro de edição: Σωκράτην por Σωκράτη.

82. *ib.*]

| Ζητοῦσι πῶς τοῦτο λέγεται ἀπίθανον· καίτοι, φασίν, θάνατος ἐτιμήθη 25
 παρὰ Ἀθηναίων Σωκράτει καὶ | Ἀριστείδῃ ἐξοστρακισμός. Φαμέν οὖν ὅτι τὸ 150
 ἀπίθανον γίνεται κατὰ τὸ ὀνομαζόμενον παρὰ πᾶσι προσεῖναι τῷ προώπῳ, οὐ
 καθ' ἕτερόν τι, οἷον Σωκράτης σώφρωνος εἶχε δόξαν. Κατὰ γοῦν τὸ ἐναντίον
 5 τούτου, τουτέστι τὴν πορνείαν, τὸ ἀπίθανον γίνεται, οὐ κατ' ἄλλο τι· ὁ δὲ 5
 Σωκράτης οὐκ ἐπὶ πορνείᾳ, ἀλλ' ἐπ' ἀσεβείᾳ τετελευτηκῶς φαίνεται.

82

FONTES: de toto Σ cf. Sop. W4 157.1-158.11, W5 66.16-27, *ib.* 67.2-3.

82. *ib.*]

Alguns questionam por que razão designou esta questão como “inverosímil”. No entanto, dizem eles, os Atenienses condenaram Sócrates à morte e Aristides ao ostracismo. Afirmamos nós que o inverosímil resulta em função da qualidade que toda a gente atribui à personagem¹⁰⁰, e não em função de outra coisa. Sócrates, por exemplo, tinha uma reputação de homem sensato. Pelo menos, pois, em função do oposto | desta, ou seja, a prostituição, resulta a inverosimilhança, e não de qualquer outro factor. Não parece que Sócrates tenha morrido devido a uma acusação de prostituição, mas de impiedade para com os deuses¹⁰¹.

¹⁰⁰ Cf. Sop. W4 157.1-158.11, W5 66.16-27, *ib.* 67.2-3. Com efeito, a menção da objecção que alguns autores colocam à designação desta questão, por Hermógenes, como “inverosímil”, bem como a contra-argumentação do nosso escoliasta (φαμέν οὖν ὅτι...) parecem fazer crer que este teria o comentário de Sópatro diante de seus olhos (vd. a primeira referência), tomando-o sem o citar literalmente, mas aproveitando dele alguns elementos e fazendo uma síntese do mesmo. No entanto, uma vez que não há citação literal, não é possível dizer, com precisão, que o Anónimo tenha usado aqui os escólios de Sópatro, como fonte directa. Poderá suceder, mais uma vez, que ele se reporte a matéria escolar corrente.

¹⁰¹ Uma questão é considerada como mal constituída quando se apoia em alegações contrárias à da reputação pública do acusado. Nas palavras de Sópatro W5 66.16-17: ὅταν καὶ αὐτὸ τὸ τοῦ πρόσωπον ἔνδοξον ἢ κατηγορία γίνηται, τότε ἀσύστατόν ἐστι πάντη· ὅταν καθ' ἑτερόν τι σύστασιν δέχεται, πρόσωπον μὲν γὰρ οὐδὲν ἀναμάρτητον πάντη “quando é a própria reputação do indivíduo que se constitui como base de acusação, em tal caso a questão é totalmente mal constituída; porém, quando a acusação apresenta uma causa cujo estado se baseia em quaisquer outras alegações, a pessoa perde a reputação de absoluta irrepreensibilidade”. A reputação pública de Sócrates como homem sábio e pudico, por exemplo, tornava, à partida, qualquer acusação de impudicícia (πορνεία “prostituição”) como inverosímil. Por esse motivo, qualquer acção jurídica contra Sócrates teria que se basear em alegações de outro tipo, como diz Sópatro *loc. cit.*. Daí que, como conclui o nosso escoliasta e como é do conhecimento histórico, os tribunais tenham dado crédito a uma alegação bem distinta contra Sócrates, condenando-o consequentemente à pena capital: a de ἀσέβεια, ateísmo ou impiedade relativamente à religião da Pátria. Vd. ainda o escólio seguinte, em que este assunto é retomado, explicitando-se mais claramente a distinção entre as categorias do “inverosímil” e do “impossível”.

83. *ib.* 33.9-11 ἔκτον κατὰ τὸ ἀδύνατον, οἷον εἰ Σιφνίους ἢ Μαρωνείτας λέγει τις περὶ ἀρχῆς τῶν Ἑλλήνων βουλεύεσθαι ἢ τὸν Πύθιον ψεύδεσθαι]

Ζητεῖται πῶς τάττει ἰδίᾳ τὸ ἀδύνατον· σαφές γὰρ ὅτι καὶ τὸ ἀδύνατον ἀπίθανόν ἐστιν. Ἔδει οὖν | — φασίν — εἰπεῖν ἀπίθανον καὶ ὑποδιειλεῖν ὅτι 10 τοῦ ἀπιθάνου τὸ μὲν δυνατόν, τὸ δὲ ἀδύνατον. Λεκτέον δὲ ὡς τὸ μὲν ἀπίθανον ἐκ τῆς ποιότητος τοῦ προώπου γίνεται, τὸ δὲ ἀδύνατον ἐκ τῆς φύσεως τοῦ πράγματος. Πῶς οὖν τὰ τοσοῦτον ἀλλήλων κεχωρισμένα ἔμελ- 5 λεν ὑπὸ μίαν ἀρχὴν καὶ τὸ αὐτὸ γένος ἀνάγειν; Ζητεῖται ἐπὶ τούτοις πῶς 15 λέγει τὸ Σιφνίους βουλεύεσθαι περὶ τῆς τῶν Ἑλλήνων ἀρχῆς ἀδύνατον εἶναι· τὸ γὰρ βουλεύεσθαι ἀπίθανον μὲν ἐστιν, οὐκ ἀδύνατον δέ. Ἡ δὲ λύσις ὅτι τὸ Δημοσθηρικὸν παρώδησεν· οὗτος γὰρ ἐν τοῖς ἰδιωτικοῖς φησιν ὥσπερ γὰρ 20 ἀδύνατον Σιφνίους ἢ Μαρωνείτας περὶ τῆς τῶν Ἑλλήνων ἀρχῆς βουλεύεσθαι· εἶτα ἐπειδὴ τοῦτο εἶδεν ἀμφιβαλλόμενον, ἐπήνεγκε τὸ βεβαιότερον καὶ ταῖς ἀληθείαις ἀδύνατον· “ἢ τὸν Πύθιον ψεύδεσθαι”.

83

HERM.: 6-7 τὸ Σιφνίους — ἀρχῆς cf. *St.* 33.10-11 || 12 *ib.* 33.11 cf. lemma.

FONTES: 3-4 τὸ μὲν ἀπίθανον — γίνεται cf. *Sop.* W5 67.2-3 || 6-12 ζητεῖται ἐπὶ τούτοις πῶς λέγει τὸ Σιφνίους — ἢ τὸν Πύθιον ψεύδεσθαι cf. *Marc.* W4 161.26-162.1.

LOCi: 9 Σιφνίους *Dem.* 13.34 || 10 ἢ Μαρωνείτας *Dem.* 17.23.

2 εἰπεῖν om. *Pc* || 6-12 ζητεῖται — ψεύδεσθαι **Σ** ut al. pr. **Σ** 84 numero signatum praebebat *Pc* || 6-7 τοὺς Σιφνίους *W7* || 7-10 περὶ τῆς — βουλεύεσθαι propter homoeotel. om. *Pc*.

83. *ib.* 33.9-11 “A sexta é a impossível; por exemplo, «se se disser que os Sífnios ou os Maronitas deliberam exercer a hegemonia sobre os Gregos», ou «que o Pítio mente».”]

Coloca-se a questão como classificou a inverosímil enquanto uma categoria específica. Com efeito, é claro que também a impossível é inverosímil. Ele deveria — afirmam eles — ter enunciado a inverosímil e ter procedido à sua divisão, visto que a inverosímil compreende um elemento de possibilidade e outro de impossibilidade. Porém, deve dizer-se que a inverosímil surge da qualidade da
 5 pessoa, mas a impossível da natureza do *l* acto. Pois como remontaria ele estes elementos, tão díspares entre si, a uma única origem e ao mesmo género? A este propósito, procura-se saber porque afirma o Autor que é impossível que os Sífnios deliberem exercer a hegemonia sobre os Gregos. É que tal deliberação é inverosímil, mas não impossível. A solução reside no facto de ele ter parodiado Demóstenes. Este, com efeito, nos discursos sobre matéria privada¹⁰², diz como
 10 era *l* impossível que Sífnios ou Maronitas deliberassem tomar a liderança sobre os Gregos¹⁰³; o Autor, em seguida, ao verificar que este é um exemplo ambíguo, faz a seguinte afirmação, mais segura e verdadeiramente impossível: “ou que o Pítio mente”¹⁰⁴.

¹⁰² Sobre a repartição dos discursos de Demóstenes segundo Hermógenes, ver M. Patillon, *Hermogène*, p. 469 n. 1.

¹⁰³ Cf. Demóstenes respectivamente *Organização financeira* 13.34 e *Tratado com Alexandre* 17.23.

¹⁰⁴ A propósito da fórmula ἢ τὸν Πύθιον ψεύδεσθαι, com que Hermógenes sanciona um facto como verdadeiro face a um impossível ou inverosímil, H. Rabe cita, no aparato a *Estados de causa* 38.11, Platão *Apologia de Sócrates* 21b. Sócrates, neste ponto da sua defesa, empenha-se em interpretar a credibilidade do oráculo délfico a seu respeito, que declarava ser ele o mais sábio dos homens. Sócrates não se reconhecia como tal, mas procurava entender o que queria Apolo (o deus Pítio) dizer exactamente com tal declaração, uma vez que se considera impossível que o deus minta (οὐ γὰρ δῆπου ψεύδεταί γε). Seriam, pois, estas palavras que Hermógenes teria em mente, e o seu uso parece ter um carácter gnómico ou proverbial. Falou-se em sanção porque neste escólio (ll. 6-12) se discute a pertinência do exemplo dado por Hermógenes (e tomado de Demóstenes) para ilustrar a impossibilidade: seria impossível que Sífnios ou Maronitas tomassem a soberania da Hélade. O problema é: seria tão impossível assim? Os escoliastas (quer o nosso anónimo, quer Marcelino W4 161.26-162.1, fonte possível deste escólio) percebem que até mesmo o próprio Hermógenes sentira a fraqueza do exemplo dado; por tal razão, teria achado necessário a expressão anónima “ou então o Pítio está a mentir”. Cf. O escólio seguinte. Quanto às fontes do nosso escoliasta, mais uma vez no aparato de fontes fornecem-se referências a comentários análogos, sem que se possa esclarecer, com segurança, que o Anónimo a eles tenha recorrido como fonte directa.

84. *ib.*]

- | Τινές μέμφονται τὸν τεχνικὸν λέγοντες· καὶ τὶ ἄλογον Σιφνίους εὐτελεῖς 151
 ὄντας χρόνῳ δυνηθῆναι ἄρχαι τῶν Ἑλλήνων; Λέγομεν ὅτι τὰ ζητήματα πρὸς
 τὴν ἱστορίαν μέχρι τῶν Ἑλληνικῶν πλάττομεν. Ἐπεὶ οὖν ἐν ταύτῃ | ἀσθε- 5
 νεῖς δείκνυνται, διὰ τοῦτο καὶ ἀδύνατον αὐτοῖς παραλαμβάνομεν τὸ ἄρχειν.
 5 Κοινῶν δὲ τῷ ἀπόρῳ, καθὼς ἐν ἀμφοτέροις ἄπορον τὸ τέλος· ἀλλ' ἐκεῖ μὲν
 τῆς βουλῆς, ἐνταῦθα δὲ τῆς πράξεως. Διὸ καὶ τὸν ὅρον τοῦ ἀδυνάτου τοιοῦ-
 τον ἐκτιθέμεθα· λόγος ἔκβασιν οὐκ ἔχων. Ἰᾶται | δὲ ἢ πράγμασιν ἢ προώπου 10
 μεταβολῇ. Εἰ γὰρ εἵπομεν ἀντὶ Σιφνίων Ἀθηναίους, συνίσταται· καὶ ἀντὶ τοῦ
 ἐπιθεῖναι τὴν Ὅσσαν τῷ Ὀλύμπῳ, εἵπομεν ὅτι βουλεύονται φράσαι τὸν
 10 Πηνειόν, ὡς ἦν πρότερον κατὰ Ἡρόδοτον, συνίσταται. Ἐπὶ δὲ τῆς Πυθίας, εἰ
 τὴν πρό|μαντιν εἶπω ψεύδεσθαι, παραπλησίως δὲ τῷ πέμπτῳ παρὰ τὸν δεύτε- 15
 ρόν ἐστι κανόνα· οὔτε γὰρ πιθανοὶ οὔτε ταῖς πίστεσιν ἰσχυροὶ οἱ ἐν αὐτῇ
 λόγοι. Γίνεται δὲ ἀσύστατον κατὰ τὸ κρινόμενον.

84

FONTES: 1-4 τινές μέμφονται — τὸ ἄρχειν cf. Sop. W4 160.25-161.2, W5 68.11-22. ud. etiam Marc. W4 161.29-162.1 || 7-8 ἰᾶται δὲ (...) μεταβολῇ — συνίσταται cf. Sop. W5 68.23-28 || 9-10 τὴν Ὅσσαν — τὸν Πηνειόν cf. Sop. W4 160.22-23, W5 68.7 || 10-11 ἐπὶ δὲ τῆς Πυθίας — ψεύδεσθαι Sop. W4 161.6-7 || 11-12 παραπλησίως — λόγοι Syr. W4 159.7-9 || 13 γίνεται ἀσύστατον κατὰ τὸ κρινόμενον Sop. W4 163.13-14.

LOCI: 10 ὡς— Ἡρόδοτον Herod. 7.129-130.

Totum hoc Σ ut 84 al. apud Pc || 3 πλάττομεν post corr. Pa: πλάττομεν Pc || 3 ἀσθενεῖς Pc: ἀσθενές Pa || 4 αὐτὸ W7 || 6 alt. τῆς om. Pc || 11 παραπλήσιον Pc || 12 αὐτοῖς Pc.

84. *ib.*]

Alguns criticam o Autor, perguntando o que haveria de absurdo em que os Sífnios, apesar de fracos, pudessem com o tempo tornar-se capazes de obter a hegemonia sobre os Gregos. Respondemos que imaginamos as questões em relação com a história até ao fim da época grega¹⁰⁵. Visto, pois, que na história eles

5 se mostram como fracos, por este motivo admitimos como impossível a própria tomada de poder. | A questão impossível tem em comum com a inconclusiva o facto de em ambas o fim ser inconclusivo, mas, numa, com base na deliberação a tomar, e na outra, com base na acção. É por isto que damos da questão impossível a definição seguinte: um enunciado que não tem resolução. O problema é colmatado ou por actos, ou por mudança de pessoa. Com efeito, se, em vez de “Sífnios”, dissermos “Atenienses”, a questão torna-se bem constituída. E se, em vez de

10 sobrepor o Ossa sobre o Olimpo, dissermos que deliberam fazer uma barragem no | rio Peneu, como já antes se lia em Heródoto, é também bem constituída¹⁰⁶. Quanto à Pítia, se se disser que a profetiza mente, peca contra a quinta regra quanto contra a segunda¹⁰⁷: o que nela se afirma não é nem verosímil nem fundado em provas sólidas. E ela é mal constituída quanto ao ponto em julgamento.

¹⁰⁵ Este escólio parece depender, na maior parte, de Sópatro (W4 160.25-161.2 e W5 68.11-22). A notícia dos juízos que outros escoliastas dirigem à menção, por Hermógenes, de uma hipotética ambição de hegemonia entre os Gregos pelos Sífnios e Maronitas como exemplo de questão impossível, bem como a avaliação e refutação destes juízos, encontram o eco mais completo e fiel nos escólios de Sópatro. Observam os críticos que não seria impossível que as nações de Sifno e Maroneia, ainda que fracas, pequenas e insignificantes em importância e poder, crescessem e com o tempo se tornassem hegemónicas no contexto da Hélade. Com efeito, a historiografia grega (designadamente, Heródoto e Tucídides) regista a ascensão e queda de cidades-estado que de pequenos que se tornaram grandes, e vice-versa. Marcelino expressa a mesma ideia, mas de forma muito mais lacónica, limitando-se a dizer (W4 161.29-162.1) que não seria impossível que Sífnios e Maronitas discutissem acerca da liderança dos Gregos, pois também Micenas fora uma pequena povoação, como recorda Tucídides, tendo-se, porém, tornado líder das cidades da Grécia. Siriano nada diz a este respeito. Sópatro, por sua vez, manifesta o parecer de que Hermógenes estabelecera a sua matéria deixando de lado o curso e as vicissitudes da história da Grécia, já totalmente cumprida (τὰ Ἑλληνικὰ πράγματα), sendo que ele vivia já sob autoridade romana. Fazia-se, pois, divisão clara entre dois mundos e duas eras: a helénica, e a romana, que sucedeu àquela. Por outro lado, a retórica retirava exemplos da época grega (da época que hoje chamamos clássica). E isto era prática convencional — o que mostra, mais uma vez, o carácter desta retórica, escolar e divorciada da realidade quotidiana. Todavia, uma vez que na história grega, até ao termo da mesma, como escreve o nosso Anónimo (μέχρι τῶν Ἑλληνικῶν), estas duas nações foram conhecidas como fracas e pequenas, por esse motivo se aceita convencionalmente este facto como dado adquirido. O Anónimo segue esta linha de pensamento desenvolvida por Sópatro; porém, sintetiza-a livremente, em perfeita paráfrase, em vez de citar literalmente da fonte. Vd. n. anterior.

¹⁰⁶ Heródoto 7.129-130. O Ossa, tal como o Olimpo, são montes da Tessália. O rio Peneu é a única via que liga a Tessália ao mar, sendo toda a região cercada por montes. Esta fora a estratégia proposta por Xerxes (130.2): construir diques no rio, de modo a desviar o seu curso e provocar a inundação da região.

¹⁰⁷ Acerca da segunda “regra” (κανὼν) ou “modalidade” (τρόπος) cf. supra 2.67.11-12, 2.76.1, 2.81.

85. *ib.* 33.12-15 ἔβδομον κατὰ τὸ ἄδοξον, οἷον ἐκμισθώσας τις τὴν ἑαυτοῦ γυναῖκα τὸν μισθὸν οὐκ ἀπολαμβάνων δικάζεται τῷ μισθωσαμένῳ]

Τὸ ἄδοξον ἔρρωται τοῖς λόγοις, ἀλλ' ὅσον κατὰ | τὴν κρίσιν τοῦ δικαστοῦ 20
 ἀσύστατον φαίνεται. Οὐ τὸ εὐτελὲς δὲ ἄδοξον λέγεται, ἐπεὶ καὶ τῶν
 εὐτελεστάτων πραγμάτων πολλὰ ἐξέτασιν ἐπιδέχεται, ἀλλὰ τὸ κακόδοξον καὶ
 αἰσχρόν. Παρὰ δὲ τὸν δεύτερόν ἐστι τοῦτο κανόνα καὶ τὸν τρίτον, οὔτε γὰρ
 5 προβαλεῖται πίστιν ἀνὴρ | προαγωγὸς τῆς αὐτοῦ γυναικός, οὔτε δικαστὴς σω- 25
 φρονῶν, ὃς οὐ καὶ πρὸ κρίσεως τὸν τοιοῦτον καταλεύσει. Δοκεῖ δὲ τὸ εἶδος
 ἐπινοεῖσθαι ἐκ τοῦ τοῦ Αἰσχίνου λόγου, ἐν ᾧ φησι, κατὰ ὑπόθεσιν, ὅτι “εἴ τις
 ἐπὶ πραγ|μάτων ὧν μισθώσασθαι τίνα ἐταῖρον, εἶτα μετὰ τὴν πρᾶξιν μὴ δοὺς 152
 τὸν μισθὸν ἀπαιτοῖτο, καὶ παρελθὼν ἐπὶ ὑμῶν λέγοι τὰ πεπραγμένα, οὐ πολ-
 10 λὴ κραυγὴ καὶ θόρυβος ἀπαντήσεται παρ' ὑμῶν;” Ἐπειδὴ οὖν, ὥσπερ «ἐκείνῳ»
 τῷ κα|τηγόρῳ ὑπέθετο τοιοῦτου πράγματος μὴ δεχομένου τοὺς δικαστὰς 5
 τοὺς λόγους, ἀσύστατα ἐνομίσθη εἰκότως τὰ πεπραγμένα τούτῳ.

86. *ib.*]

Ἦπόρηται τίνι διαφέρει τὸ ἄδοξον τοῦ ἀπίθανου. Διαφέρει δὲ καθὸ ἐν μὲν
 τῷ ἀπιθάνῳ τὰ περὶ τὸ | πρόσωπον μερικά ἐστι καὶ εἰς αὐτὸ μόνον τείνοντα 10
 τὸ ὑποκείμενον, ἐν δὲ τῷ ἄδόξῳ καθολικὰ τὰ περὶ τὸ πρόσωπον, οὔπερ ἐστὶ
 πράγματα. Τὸ γὰρ ἀνὴρ τις ἐξεμίσθωσε τὴν ἑαυτοῦ γυναῖκα” οὐχ ὑποκειμένου
 5 ἐνὸς ἔχει ποιότητα, ἀλλὰ καθολικὰ τίνα· ἀνὴρ γὰρ καὶ ὁ δικασ|τής καὶ ὁ 15
 κατήγορος καὶ ὁ ἀπολογούμενος. Τὸ οὖν ἀπίθανον καὶ κατὰ πρόσωπον
 ἀπίθανον, τὸ δὲ ἄδοξον κατὰ μόνον πρᾶγμα.

85

FONTES: 4-6 παρὰ δὲ — καταλεύσει Syg. W4 162.11-15 || 6-7 δοκεῖ δὲ — λόγου cf. Sop. *ib.* 162.18-19, W5 69.5-6.

LOCI: cf. 7-10 Aesch. *In Tim.* 164

6 προκρίσεως Pc || 7 al. τοῦ om. Pc || 9 λέγοι recte W7: λέγει codd. || 11 τῷ κατηγόρῳ ego conferens *infra* 2.87.2 ὑποτίθεται et accus.: ὁ κατηγόρος testes.

86

HERM.: 4 ἀνὴρ — γυναῖκα cf. *St.* 33.12-13.

3 οὔπερ ego: ἅπερ testes || 5 γὰρ om. Pc.

85. *ib.* 33.12-15 “A sétima é a desonrosa; por exemplo: «alguém alugou os favores da sua própria mulher; não tendo recebido o dinheiro do aluguer, interpõe um processo contra o contratante do aluguer».”]

A questão desonrosa é sólida pelos seus argumentos, mas parece mal formada no que toca ao julgamento do juiz. Não é o acto vulgar o designado como “desonroso”, visto que, entre os mais vulgares, muitos há que admitem exame, mas sim o vil e repugnante. Esta questão transgride as segunda e terceira regras, pois não é l o homem que levou sua mulher a corromper-se quem avança uma prova nem sequer um juiz sensato, o qual também não condenará à lapidação uma tal pessoa, antes mesmo de a julgar. Este tipo de caso parece ter sido inspirado naquele passo de Ésquines em que ele, por hipótese, afirma: “se alguém, que está investido de cargos públicos, alugou os favores de um outro como amante, e de seguida, após o acto, não tendo efectuado o pagamento, é feita uma reclamação contra ele, ao 5 apresentar-se perante vós para confessar os actos praticados, não l se levantarão grandes gritos e protestos da vossa parte?”¹⁰⁸ Uma vez, pois, que, assim como por este acusador se apresentarem os juízes não aceitando as razões de um tal acto, aquilo que por ele fora praticado foi justamente considerado como mal constituído.

86. *ib.*]

Colocaram-se dúvidas relativamente àquilo que diferencia a questão desonrosa da inverosímil. A diferença reside no facto de que, na inverosímil, os elementos relativos à pessoa são particulares e porque se relacionam somente com a própria pessoa dada, enquanto na desonrosa os elementos relativos à pessoa, à qual se 5 devem os actos, são gerais. Com efeito, no caso do homem que alugou os favores de sua própria mulher, não l há a qualidade de uma pessoa dada, mas alguns elementos gerais. Pois, homem é igualmente o juiz, o acusador e o defensor. Em suma, a inverosímil é inverosímil em função também da pessoa, ao passo que a desonrosa o é em função unicamente do acto.

¹⁰⁸ Ésquines *Contra Timarco* 164. Citação em paráfrase.

**87. *ib.* 33.14-15 ὄγδοον κατὰ τὸ ἀπερίστατον, οἷον ἀποκηρύσσει
τις τὸν υἱὸν ἐπ' οὐδεμίᾳ αἰτίᾳ]**

Ζητήσκειαν ἄν τινες πῶς αὐτὸ ἀπερίστατον ἔφη, εἵπερ αὐτόθι πρόσωπον
ὑποτίθεται καὶ τόπον δὲ πάντως | που καὶ χρόνον. Ἐροῦμεν δὲ ὅτι τῶν 20
περιστατικῶν τὸ κυριώτατον καὶ συνεκτικώτατον ἡ αἰτία ἐστίν. Ἐπεὶ οὖν αὐ-
τὴ ἐλλείπει, οὐδὲ ταῦτα εὕρισκόμενα τὴν οἰκείαν δύναμιν ἀποπληροῖ, ἔνθεν
5 ἐκάλεσεν αὐτὸ ἀπερίστατον. Ζητοῦσι δὲ τίни διαφέρει τοῦ μονομεροῦς, εἵγε
παντελῶς κἀνταῦθα τὸ ἔτε|ρον μέρος ἀποτεύμεται. Πρῶτον μὲν οὖν τὸ 25
μονομερὲς οὐκ ἔχει ἐλλείπουσαν τὴν αἰτίαν, τὸ δὲ ἀπερίστατον κατὰ τὸ μὴ
ἔχειν αἰτίαν γίνεται ἀπερίστατον. Ἔπειτα ὁ κατήγορος ἐν τῷ μονομερεῖ ὅλην
τὴν ἰσχὺν ἔχει, ἐνταῦθα δὲ ὁ ἀπολογούμενος. Τρίτον δὲ ἔτι τὸ μονομερὲς
10 εἰσάγεται εἰς δικαστήριον, ἐπειδὴ ὁ δὲ κατήγορος ἰσχύει, ὁ κατήγορος 30
συνίστησι τὰ δικαστήρια. Τὸ δὲ ἀπερίστατον | οὐδὲ εἰσάγεται· οὐδὲν γὰρ ἔχει 153
λέγειν παντελῶς ὁ διώκων. Πῶς οὖν — φασιν — αὐτὸ ἀδύνατον οὐ λέγομεν,
εἵγε ἀδύνατον συστήναι ἐπὶ τούτῳ δικαστήριον; Λεκτέον δὲ ὡς τὸ μὲν
ἀδύνατον οὐκ ἐκ φύσεως γίνεται. Τὸ δὲ | ἀπερίστατον ἐνδέχεται μὲν γενέσθαι, 5
15 οὐ γίνεται δέ. Εἰ δέ τις ζητοίη καὶ τὴν πρὸς τὸ ἀπίθανον αὐτοῦ διαφορὰν, ὡς
ὁμοίως ἀπιθάνων ὄντων τοῦ τε Σωκράτη πορνοβοσκεῖν καὶ τοῦ ἀποκηρύσ-
σειν υἱὸν ἐπ' οὐδεμίᾳ αἰτίᾳ, εἰδέτω ὅτι τὸ μὲν ἀπερίστατον κατὰ γε τὸ μὴ
εἰσενεχθῆ|ναι ὅλως εἰς δικαστήριον ἔχει τὴν ἀπιθανότητα, τὸ δὲ ἀπίθανον 10
μένει καὶ μετὰ τὸ εἰσενεχθῆναι ἀπίθανον.

87

1 αὐτόθι Pc || 3 κυριώτερον W7 || 14 ἐκ φύσεως s.l. Pc¹corr. ego: ἐφύσεως Pc ἔχει φύσεως Pa || γίνεται
ego: γενέσθαι testes || 18 εἰσενεχθῆναι: εἰσενεχθῆναι Pc.

87. *ib.* 33.14-15 “A oitava é a desprovida de circunstâncias; por exemplo: «se alguém deserdar o seu filho sem qualquer razão».”]

Teriam alguns perguntado porque se refere o Autor a esta outra questão como “desprovida de circunstâncias”, dado que aqui é exposta uma pessoa, muito certamente um lugar e ainda um tempo. Mas diremos nós que, entre as circunstâncias, o motivo é o mais importante. Pelo que, como esta se encontra omissa, estes elementos, ainda que se encontrem presentes, não poderão satisfazer a possibilidade

5 que lhes é própria. Em consequência, I chamou a este caso “desprovido de circunstâncias”. E perguntam em que se diferencia ele do unilateral, já que também neste uma das partes está completamente afastada. Em primeiro lugar, pois, na questão unilateral o motivo não está omissa, enquanto a desprovida de circunstâncias adquire essa qualidade por não possuir um motivo. Por outro lado, na unilateral, toda a força está do lado do acusador. Aqui, porém, ela está do lado do

10 defensor. Em terceiro lugar, a unilateral I é introduzida em tribunal, visto que o acusador está numa posição forte, e é ele que faz com que os tribunais se constituam. Mas a questão desprovida de circunstâncias nem sequer é introduzida em tribunal, pois o autor da acção¹⁰⁹ não tem absolutamente nada para alegar. Pois por que razão — dizem eles — não chamamos a este caso “impossível”, visto que num caso destes é impossível constituir um tribunal? Mas deve afirmar-se que a impossível não pode, por natureza, ter lugar? Pelo contrário, quanto à questão

15 desprovida de circunstâncias, admite-se que tenha lugar, se bem I que não tenha lugar. Se se interrogar também qual é a diferença entre ela e a inverosímil, tal como do mesmo modo é inverosímil que Sócrates seja um proxeneta e que se deserde um filho sem motivo algum, fiquemos cientes de que a questão desprovida de circunstâncias faz assentar a sua inverosimilhança no facto de não ser de modo nenhum levada a tribunal, enquanto a inverosímil, mesmo após ter sido levada a tribunal, permanece como inverosímil.

¹⁰⁹ Utilizamos “autor” no sentido da pessoa que persegue judicialmente e interpõe uma acção em tribunal contra outra. Cf. o *index uerborum* s.u. διώκω e a Introdução p. 66.

- 20 Ὑπόλοιπον ἔτι διαλαβεῖν καὶ περὶ τῆς τάξεως τῶν ἀσυστάτων, ἦν τῶν μὲν
παλαιότερων ἀνδρῶν οὐδὲ εἷς, ὁ δὲ ἡμέτερος ἀνεῦρε διδάσκαλος, ἐφ' ᾧ καὶ
μάλιστα ἄξιον | ἄγασθαι τὸν ἄνδρα τῆς δεξιότητος. Ὁμολογηθέντος οὖν ὅτι 15
τῶν ἄλλων μᾶλλον ἀσύστατον τὸ μονομερές ὅτι ἐν αὐτῷ ὅλως θάτερον τῶν
μερῶν ἐλλείπει, περὶ τῶν ἄλλων οὕτως ἐπιβλητέον ὅτι μᾶλλον ἀσύστατον ἂν
25 εἶη τὸ ὑφ' ἑαυτοῦ τινα ἀλίσκεσθαι ἢ ὑφ' ἑτέρου. Ἐν μὲν οὖν τῷ ἐξισάζοντι 20
καὶ τῷ ἀντιστρέφοντι τοῦτο συμβαίνει ὑπὸ τῶν ἰδίων λόγων ἐν ἀμφοτέροις
ἀλίσκεσθαι. Τούτων δ' αὐτῶν εἰκότως τὸ ἐξισάζον προτέτακται, ἐπειδὴ ἐν
τούτῳ μὲν ὑφ' ἑαυτοῦ ἐλέγχεται κατὰ τὸν αὐτὸν καιρὸν, ἐν δὲ τῷ ἀντιστρέ-
φοντι ὑφ' ἑαυτοῦ μὲν, ἀλλ' ἐν διαφόροις καιροῖς· ἃ γὰρ εἶπέ ποτε πρότερον, 25
30 νῦν εἰς ἔλεγχον αὐτοῦ προφερόμεθα. Τὰ δ' ὑπόλοιπα ἐλέγχει μὲν τὸν λέγον-
τα, ἐπειδὴ καὶ ἀσύστατα, ἐλέγχει δὲ οὐκ ἐξ ὧν λέγει, ἀλλ' ἐξ ὧν ἔχει τὰ πράγ-
ματα. Καὶ γοῦν αὐτόθεν τὸ ἄπορον διὰ τὸ μὴ ἐπιδέχεσθαι πέρας τὸ πρᾶγμα πε-
ριτρέπει τὸ | λεγόμενον εἰς τὸ ἐναντίον, ὅθεν καὶ πρῶτόν ἐστιν εἰκότως τῶν 30
ἐκ πράγματος ἐχόντων τὸν ἔλεγχον, ὅτι οὐ μόνον τὸν σκοπὸν τοῦ λέγοντος 154
35 ἀνατρέπει, ἀλλὰ καὶ φέρεται πρὸς κατασκευὴν τοῦ ἀντικειμένου. Λέγοι δ' ἂν
τις ὡς αὐτὸς ὁ λέγων ἐνταῦθα ἑαυτὸν τοῖς λόγοις ἐλέγχει, ὥσπερ | ἐν τῷ 5
ἐξισάζοντι. Τοῦτο γὰρ φησιν ὁ τεχνικός· “ὃ τι γὰρ ἂν συμβουλευῇ τις, τὸ
ἐναντίον ποιεῖ αὐτοῦ”. Πρὸς δὲ ῥητέον ὅτι ἐκεῖ μὲν ἡ ἐναντιότης τῶν λόγων
ἐκ τῆς τῶν ἀποδεικτικῶν ἀσθενείας συμβέβηκεν· ἐνταῦθα δὲ ἐκ τῆς τῶν
40 ὑποκειμένων ἥτοι ἐναντιότητος ἀποδεικνυμένων. Καὶ | γὰρ εἴ τις τοὺς λόγους 10
περιέλοι τοῦ ῥήτορος, ἑάσει δὲ ἐφ' ἑαυτῆς μένειν τὴν ὕλην, εὐρίσκεται ἑαυτὴν
ἀναιροῦσα καὶ ὅλως κἂν βουλῇ χρησεται κἂν μὴ χρησεται Ἀλέξανδρος,
πάντως τὸ ἕτερον ἀποβήσεται. Οὐ γὰρ ἔνεστιν ἄλλως ποιεῖν. Ἔστι οὖν αὕτη

87

HERM.: 37-38 St. 33.6-7.

24 ἐλλείπει: ἐκλείπει Pa cf. supra 4 || 26 τῷ ἀντιστρέφοντι: τῷ om. Pc || 33 ὅθεν καὶ: ὅπερ καὶ Pc || 40
ἐναντιότητα W7 || γὰρ Pc: γοῦν Pa.

20 | Resta ainda discutir a classificação das questões mal constituídas, matéria para a qual nenhum dos autores mais antigos inventariou, a não ser o nosso Mestre, razão por que ele é grandemente digno da nossa admiração, pela sua competência. Sendo ponto assente que a questão unilateral é mais mal constituída do que as demais, porquanto nela uma das partes está totalmente ausente, acerca das demais é de considerar o seguinte: que mais mal constituída será | aquela em que uma pessoa é condenada por sua própria causa do que se o for por causa de uma outra pessoa. Ora, nas questões em que há igualdade e na reversível¹¹⁰, sucede, em ambas, que as duas partes são condenadas com base nas razões específicas de cada uma. De entre estas questões, em primeiro lugar classificou justamente aquela em que há igualdade, uma vez que nesta cada pessoa é confundida pelos seus próprios argumentos no mesmo momento, ao passo que na reversível é confundida pelos seus próprios argumentos, mas em diferentes momentos. Com efeito, aquilo que 30 ele afirmou anteriormente expômo-lo agora | para o confundir. As questões restantes confundem a pessoa do falante, visto que são mal constituídas, mas não com base naquilo que ela afirma, antes com base naquilo que os factos são. E é em todo o caso na mesma base que a questão inconclusiva volta a afirmação proferida no sentido contrário, por o acto não admitir conclusão. Em consequência, ela é também justamente a primeira cuja confusão provém do facto, porque não 35 apenas inverte o objectivo do | falante, mas ainda faz dele uma confirmação da posição do adversário. Dir-se-á que o próprio falante, aqui, confunde a sua própria posição com as razões que aduz, tal como sucede na questão com igualdade. Com efeito, é o que afirma o Autor: “o que quer que alguém delibere, faz o seu contrário”. Em relação a isto dever-se-á dizer que, naquela, a oposição entre as razões resulta da fraqueza dos dados demonstrativos; na inconclusiva, porém, resulta da 40 fraqueza dos dados subjacentes, ou seja, ou resulta da contradição do | que se demonstra. E em todo o caso, se se suprimirem as razões do retor, permitir-se-á que a matéria subsista por si mesma, descobre-se que ela se anula a si mesma e que, em geral, quer Alexandre recorra ao conselho que lhe foi dado quer não, chegará absolutamente à conclusão oposta. Com efeito, não é possível proceder de outro modo. Suponha-se, pois, que a diferença mais nítida entre a questão incon-

¹¹⁰ Cf. supra 2.75.1-3.

καθαρωτάτη διαφορά τοῦ | ἀπόρου πρὸς τὰ ἄλλα, ὅτι ἐν ἐκείνοις μὲν 15
 45 ἀμφισβητεῖται τὸ ζητούμενον, ἐνταῦθα δὲ ἑαυτὸν ἀναιρεῖ. Οὗτος δὲ ὁ λόγος
 γέγονεν ἅπας, ὡς ὁ ἔλεγχος τοῦ λέγοντος γέγονεν, οὐκ ἐξ ὧν λέγει, ἀλλ' ἐξ
 ὧν ἔχει τὰ πράγματα· ἐφεξῆς δὲ εἰκότως τέτακται τὸ ἀπίθανον πρότερον τοῦ
 ἀδυνάτου· ἐπειδὴ περ καὶ αὐτὸ ἐκ τῆς φύσεως τοῦ πράγματος παρέχει τὸν 20
 ἔλεγχον. Οὐ μέντοι χρεὼν ἄλλως ὑπὸ τοῦ ῥήτορος ἢ οὕτως τετάχθαι. Τριῶν
 50 γὰρ ὄντων περὶ ἕκαστον τῶν πραγμάτων, χρήσεως τε καὶ δόξης καὶ φύσεως,
 τὰ μὲν δύο τῷ ῥήτορι ἀπονενέμῃται, χρήσις τε καὶ δόξα, τὸ δὲ τρίτον τοῖς 25
 φιλοσόφοις, ὅπερ ἔστιν ἡ φύσις· αὐτῶν δὲ τῶν δύο τῶν παρὰ τοῖς ῥήτορι
 κυριώτερον οἶμαι ἢ χρήσις παρ' αὐτοῖς, ἐπειδὴ περ ἐξ αὐτῆς καὶ ἡ δόξα προέ-
 κυθεν. Εἰ γὰρ τὰς φύσεις οὐκ ἐπιζητοῦσι τῶν πραγμάτων, ἐκ τῆς χρήσεως,
 55 οἶμαι, τόδε τι νομίζουσι περὶ | τοῦ πράγματος ἢ οὐ νομίζουσι. Διόπερ πρῶτον 30
 μὲν τὸ ἄπορον ἔταξεν· ἀπὸ γὰρ τῆς χρήσεως εἶχε τὴν βλάβην. Δεύτερον δὲ τὸ
 ἀπίθανον, ὅπερ αὐτοῦ τοῦ ῥήτορος ἴδιον. | Τρίτον γὰρ τὸ ἀδύνατον, ὡς 155
 πάρεργον εἰπεῖν καὶ μάλιστα μὲν οὐδέποτε παρὰ τοῖς ῥήτορι ἀξιούμενον
 λόγων, εἰ δέ ποτε παραληφθῇ, εἰς ἄλλου κατασκευὴν λαμβάνεται. Ὡς περ καὶ
 60 ἐπὶ τοῦ δευτέρου παραδείγματος, ὅπερ καὶ | ταῖς ἀληθείαις ἐστὶν ἀδύνατον. 5

87

48 παρέχει: ἔχει Pc || 51 τοῖς ῥήτορι: τοῖς om. Pc || 53-55 ἐπειδὴ περ — νομίζουσι om. Pc || 56 χρήσεως: φύσεως W7 || 59 παραληφθῇ: ληφθῇ Pc.

45 clusiva e as demais reside no facto de, nestas l últimas, ser o ponto em questão o
 objecto da controvérsia, ao passo que na primeira ele se anula a si mesma. Ora,
 todo este desenvolvimento mostra que a confusão do falante não deriva daquilo
 que ele afirma, mas daquilo que os factos são. Em seguida, foi a inverosímil jus-
 tamente classificada antes da impossível, uma vez que também esta gera a con-
 fusão partindo da natureza do facto, todavia sem que o retor lhe deva conceder um
 50 outro lugar que não este. Com efeito, sendo três l os elementos envolvidos em
 cada acto, a saber, “utilidade”, “opinião” e “natureza”, dois deles pertencem à al-
 çada do retor, “utilidade” e “opinião”, e o terceiro, isto é, a “natureza”, à dos fi-
 lósofos. Dos dois elementos que pertencem aos retores, penso que o mais impor-
 tante, para eles, é a “utilidade”, uma vez que a “opinião” depende dela. De facto,
 55 se eles não inquirirem sobre a natureza dos factos, l penso eu, é com base na sua
 utilidade que eles formularão ou não a respeito do facto uma tal opinião. Por este
 motivo, classificou ele a questão inconclusiva em primeiro lugar, pois o pre-juízo
 resulta da “utilidade”. Em segundo, a inverosímil, que é propriamente espe-
 cífica do retor. Em terceiro, a impossível, visto ser supérfluo falar dela e, acima de tudo,
 jamais considerada pelos retores como digna de figurar nos raciocínios; se,
 porém, alguma vez for admitida, é utilizada para confirmação de outro raciocínio.
 60 Assim sucede l no segundo exemplo, que é impossível também na realidade.

Ἐβδομον τὸ ἄδοξον, καὶ αὐτὸ μὲν ἐκ τῆς δόξης τῶν ἀκουόντων
 βλαπτόμενον, διαφορὰν δὲ ἔχον ἐλάττονα πρὸς τὸ ἀπίθανον, τοῦτο γάρ ἐστι
 τὸ ἐκ τῆς δόξης καὶ αὐτὸ βεβλαμμένον — ὅτι ἐν μὲν τῷ ἀπιθάνῳ ὁμοῦ τὸ
 πρόσωπον καὶ τὸ πρᾶγμα | ἐναντιοῦται τῷ λέγοντι· ἐπειδὴ γὰρ συνήλθε τὸ 10
 65 πορνεύειν καὶ ὁ Σωκράτης, ἡ ἀπιθανότης τῷ λόγῳ προσγέγονεν· ἐνταῦθα δὲ
 τὸ πρᾶγμά ἐστι τὸ τῷ λέγοντι ἐναντιούμενον. Ὅσῳ δὲ διαφέρει ὑπὸ δυοῖν
 πολεμεῖσθαι, ἢ ὑφ’ ἐνός, τοσοῦτον εἰς τὸ εἶναι ἀσύστατον ἑλαττόν εἰσι τὸ 15
 ἄδοξον | τοῦ ἀπιθάνου. Τί οὖν — ἔρεϊ τις — οὐ καὶ αὐτὸ πρὸ τοῦ ἀδυνάτου
 τέτακται, εἵγε τῶν περὶ τὴν δόξαν βεβλαμμένων ἐστίν, ὡς αὐτὸ δήπου βοᾷ τὸ
 70 ὄνομα; Φήσαιμεν δ’ ἂν ὅτι περὶ τὴν καθόλου δόξαν βεβλαμμένον ἐστίν. Τὸ
 γάρ “τις” μόριον αὐτῷ πρόσσεστιν, ὅπερ ἀόριστον καὶ | ἐπὶ πάντας ἦκον. Τὸ δὲ 20
 καθόλου οὐ ῥητορικόν, ἀλλὰ φιλοσόφοις πρέπει. Ὡστε καὶ τοῦτο κατὰ τὸ
 πάρεργον βέβλαπται. Προταχθέντος οὖν τοῦ ἀπιθάνου, καθὼ ἐκ τῆς περὶ τὸ
 μερικὸν ἐβέβλαπτο δόξης, ἐκ τῶν παρέργων καὶ οὐ ῥητορικῶν τὴν κατὰ 25
 75 φύσιν παρετήρεσε | τάξιν.

87

HERM.: 71 St. 33.12.

64 ἐπειδὴ: ἐπεὶ Pa || 67 ἀσύστατα Pa ἀσύστατον s.l. corr. Pa¹ || 72 πρᾶπον Pc || 73 βέβλαπται Pa.

A sétima questão é a desonrosa, e ainda que aquilo que a prejudica provenha da opinião dos ouvintes, apresenta uma diferença menor relativamente à inverosímil: é que, também nesta, aquilo que a prejudica provém da opinião — porquanto na inverosímil a pessoa e o acto em simultâneo contradizem o falante; com efeito, ao ligar-se o lenocínio a Sócrates, surgiu a inverosimilhança do discurso; na desonrosa, porém, é o acto que contradiz o falante. Na mesma medida em que é diferente combater contra dois ou contra um só inimigo, também a desonrosa é inferior à inverosímil para que seja mal constituída. Por que razão, então — perguntar-se-á — não foi ela classificada antes da impossível, já que pertence aos prejuízos respeitantes à opinião, como o seu próprio nome o proclama? Responderíamos que é um prejuízo respeitante à opinião geral. Encontra-se nela o termo “alguém”, que é indefinido e se aplica a todos. O geral não é adequado à retórica, mas aos filósofos. De sorte que também este resulta como prejuízo, pelo seu carácter supérfluo. Como, portanto, à inverosímil foi atribuído um lugar anterior na classificação, na medida em que constitui um prejuízo resultante da opinião parcial, ele observou a classificação natural com base nos elementos supérfluos, e não nos retóricos.

Ἐξ δὲ εἰσι τὰ περιστατικά, καὶ τούτων μετὰ γε τὸ πρόσωπον καὶ τὸ πρᾶγμα
 συνεκτικώτατον ἡ αἰτία. Ἀπερίστατον οὖν καλεῖ τὸ μηδεμίαν προφανῇ τῆς
 κατηγορίας ἔχον αἰτίαν. Καὶ ἰστέον ὅτι διὰ τοῦτο καὶ χρῶμα ἢ μετάθεσις τῆς
 αἰτίας λέγεται, ὅτι ἡ αἰτία ἐστὶν ἢ | χρωννύσα τὸ ζήτημα καὶ τοιόνδε ἢ 30
 80 τοιόνδε ποιούσα. | Ἐνταῦθα οὐ τελείως ἐκλείπει τό τε πρᾶγμα καὶ τὸ 156
 τεκμήριον· ἐξαιρέτως δὲ τὴν αἰτίαν καλεῖ περίστασιν διὰ τὸ μὴ δύνασθαι ἄνευ
 ταύτης, κἂν πρόσωπα εἴη καὶ πράγματα, τὸ ζήτημα σύστασιν ἐπιδέξασθαι,
 ὥσπερ ἐπὶ τοῦ προκειμένου· Ἔστι μὲν γὰρ πρόσωπον ὁ πατήρ, ἔστι δὲ καὶ 5
 πρᾶγμα τὸ ἀποκηρῦχαι· ἀλλ' ἐπεὶ τὸ κυριώτερον ἡ αἰτία λείπει, ἀσύστατον. Εἰ
 85 δὲ λέγοι τις “ἀλλ' ἔχει τὴν τοῦ πατρὸς ἐξουσίαν”, ἐροῦμεν ἀλλ' οὐκ ἀρκοῦσαν
 πρὸς δικαστάς, ζητοῦσι γὰρ αἰτίαν. Πῶς γὰρ οὐκ ἄτοπον τὴν | φύσιν ἑαυτῇ 10
 πολεμεῖν ἀλλοτριοῦν τοὺς παῖδας μὴ ὑποκειμένης αἰτίας; Τὸ γὰρ συνέχον
 ταῦτα μάλιστα ἡ αἰτία ἐστὶν· ἐπὶ γὰρ τῶν προσώπων καὶ τῶν πραγμάτων τῶν
 δύο ἐκλελοιπότες γίνεται τὸ ἀσύστατον· ἐνταῦθα δὲ τῆς αἰτίας μόνης, καὶ
 90 οὗτος δὲ ὁ τρόπος παρὰ | τὸν δεύτερόν ἐστι κανόνα, μηδεμίαν ἰσχυρὰν πίστιν 15
 ἐφ' οἷς ἐγκαλεῖ παρεχομένου τοῦ πατρὸς.

87

FONTES: 76-81 ἔξ — τεκμήριον Syr. W4 164.11-15 || 89-90 οὗτος — τοῦ πατρὸς Syr. W4 164.17-19.

80 οὐ ego: οὖν testes || 84 alt. τὸ: τὸ om. Pc || 86 alt. γὰρ: γὰρ om. Pc || 90 δεύτερον: β' Pa δύο Pc || 91 πατρός: πνεύματος Pc.

São seis as circunstâncias e, de entre elas, além da pessoa e do acto, a mais essencial é a do motivo. Ele chama então “desprovida de circunstâncias” à questão que não fornece nenhum motivo aparente para acusação. E convém saber que a apresentação de um outro motivo é designada “coloração”, porque é o motivo
80 que dá cor à questão e que lhe confere tal ou tal característica. Aqui não estão totalmente omissos o acto e o indício; ele entretanto chama “circunstância” especialmente ao motivo, pelo facto de que, na ausência dela, ainda que haja pessoas e actos, a questão não poder admitir constituição tal como sucede no caso proposto. Com efeito, existe uma pessoa, o pai, e existe um acto, a deserção; mas, quando
85 falta o elemento mais importante, o motivo, a questão torna-se mal constituída. Se alguém objectar “mas há a permissão concedida ao pai”, responderemos que tal não é suficiente para os juizes, pois estes inquirir um motivo. Com efeito, não é absurdo que a natureza combata contra si mesma e que se tratem os filhos como estranhos, sem fundamento em qualquer motivo? Pois aqui, o ponto absolutamente essencial é o motivo. Com efeito, da omissão dos dois elementos seguintes, a saber, as pessoas e os actos, resulta a má constituição da questão. Mas
90 aqui, sendo o motivo o único elemento omissos, também este tipo de questão transgride a segunda regra, já que o pai não fornece qualquer prova sólida¹¹¹ das razões pelas quais acusa o filho.

¹¹¹ Cf. supra 2.76.1-2.

3

ΠΕΡΙ ΤΩΝ ΕΓΓΥΣ ΑΣΥΣΤΑΤΩΝ

88. 33.17-18 παρὰ δὲ ταῦτα εἶδη ἔστιν ἕτερα ἐγγὺς μὲν
ἀσυστάτων, μελετώμενα δὲ ὁμῶς]

“Ὁν τρόπον τὰ ἀσύστατα ἐξέθετο τῶν συνισταμένων ἐξαίρων αὐτά, οὕτω
καὶ τὰ ἐγγὺς ἀσυστάτων προαναιρεῖ, ἵνα καθαρὰν ἡμῖν τὴν συνεστώτων
παράδοσιν ποιήσῃται. Καλῶς δὲ τὸ “ἐγγὺς” προσέθηκεν· οὐ γὰρ τέλεια 20
ἀσύστατά ἐστίν, ἀλλὰ μελετώμενα. Τὸ γὰρ “ἐγγὺς” οὐκ αὐτό τί ἐστίν οὔ
5 ἐγγὺς ἐστίν, ἀλλὰ παρόμοιον. Οὐκ ἀθρόως δὲ ἐπὶ τὰ συνεστῶτα χῶρει· ἀλλ’
ἐπὶ τὰ μέσα τῶν τε συνεστώτων καὶ τῶν ἀσυστάτων. Ταῦτα δὲ αὐτὸς
ἐπε|νόησε τὰ τρία εἶδη, ὧν ἕκαστον πάλιν ἐπὶ {τὰ} τρία ἀνάγεται· τὸ 25
ἑτερορρεπὲς ἐπὶ τὸ αἴτιον· τὸ κακόπλαστον ἐπὶ τὸ ἀδύνατον· τὸ γὰρ
τετελευτηκότα πεμφθῆναι στρα|τηγὸν ἀδύνατον· τὸ δὲ προειλημμένον ἐπὶ τὸ 157
10 κρινόμενον· ἀμοιβῇ γὰρ τῶν δικαστῶν συνίσταται.

3

Titulum ante Σ 88 ponendum censeo: ad sinistram mg. Herm. textus habet Pa non praebebat Pc ante Σ 89
Mb unde W7.

88

HERM.: 3, 4 St. 33.17 cf. lemma.

FONTES: 1-3 ὃν τρόπον — ποιήσῃται Marc. W4 170.24-27 || 3 καλῶς δὲ τὸ ἐγγὺς ib. 171.2-3 || 4-5 τὸ
γὰρ ἐγγὺς — παρόμοιον ib. 171.3 || 5-6 οὐκ ἀθρόως — τῶν ἀσυστάτων Syr. R2 40.5-7 (=W4 170.9-11).

5 παρόμοιον Pc unde ego conferens fontem W4 171.3: προοίμιον rell. || 6 μέσα e fonte: μετὰ testes || 8
γὰρ Pa: δὲ Pc. γὰρ Pa: δὲ Pc.

Capítulo 3

QUESTÕES PRÓXIMAS DAS MAL CONSTITUÍDAS

88. 33.17-18 “Além destas estão, há ainda outras próximas das questões mal constituídas, que são, entretanto, objecto de declamação.”]

Do mesmo modo que expôs as questões mal constituídas, separando-as das que admitem constituição, também elimina as próximas das mal constituídas, a fim de nos transmitir de forma límpida a explanação das bem constituídas. Acrescentou-lhes correctamente o qualificativo “próximo de”. De facto, não se trata de questões absolutamente mal constituídas, mas são objecto de declamação. Com efeito, “próximo de” não é a própria coisa | de que é próximo, mas uma semelhante. Ele não avança para as bem constituídas em bloco, mas para as intermédias entre as bem e as mal constituídas. Ele concebeu-as pessoalmente¹ segundo as suas três espécies, cada uma das quais, por sua vez, se reporta a três tópicos: a desajustada para um dos lados, à razão; a mal-forjada, ao impossível (pois a proposta de enviar em missão um general falecido é impossível²); e o juízo prévio, ao ponto em julgamento, pois, com a substituição | dos juízes, o caso torna-se bem constituído³.

¹ Cf. *Estados de causa* 34.14-15. Vd. Introdução p. 26 e n. 29. Não é possível afirmar que estejamos perante uma originalidade de Hermógenes.

² Cf. *ib.* 34.2-3. Vd.. *infra* 3.92.4-5 e n. 7 à tradução.

³ Cf. *ib.* 34.8-14 e especialmente *infra* escólio 3.93.7-8. Possivelmente visa-se a eventualidade de os novos juízes, aqueles que vão julgar o caso, sejam favoráveis à tirania, ao contrário dos anteriores, que seriam seus opositores. Teriam por isso beneficiado do acto da mulher que, descobrindo o caminho de acesso ao tirano, o revelou ao seu marido, que o matou.

89. *ib.* 33.18-34.2 τὸ ἑτερορρεπές, οἷον καταφυγόντος Κριτίου ἐπὶ
τὰς Ἀρμοδίου καὶ Ἀριστογείτονος εἰκόνας βουλεύονται 5
Ἀθηναῖοι, εἰ δεῖ ἀποσπᾶν· τουτὶ γὰρ μονομερές μὲν οὐκ
ἔστιν, ἑτερορρεπές δέ]

Ἐν τῷ ἑτερορρεπεῖ οἱ λόγοι γίνονται περί τι|νος ἔξω τοῦ πράγματος· “βου-
λεύονται γάρ — φησὶν — Ἀθηναῖοι, εἰ δεῖ Κριτίαν ἀποσπᾶν”. Τοῦτο δὲ οὐ 10
περὶ Κριτίου ἐστίν, ἀλλ’ εἰ δεῖ πειθαρχεῖν τῷ νόμῳ ἢ μή. Ἐτερορρεπές δὲ
λέγει, ἐπειδὴ τὸ ἓν μέρος πλεονεκτεῖ ἐκ τῆς μεταφοράς τῆς πλάστιγγος· ὁ μὲν
5 γὰρ κατήγορος φήσκει | ὅτι οὐ τιμὴ τὸ γινόμενον, ἀλλ’ ἀτιμία. Ἀρμόδιος μὲν 15
γὰρ καὶ Ἀριστογείτων αὐθένται τυράννων, Κριτίας δὲ τύραννος, ὥστε τὸ σώ-
ζειν αὐτὸν δι’ ἐκείνων ὕβρις ἐστὶ κατ’ ἐκείνων φανερά· ὁ δὲ ἀπολογούμενος
τούτοις ἀντιλέγειν οὐκ ἔχων ἐπὶ τὸν τῶν εἰκόνων μόνων καταφεύξε|ται νό-
μον, καὶ τοῦτον προβαλεῖται κατὰ τὰ δίκαια τῆς δημοκρατίας, καὶ ὅτι ταῦτα 20
10 ἀνατρέπειν οὐκ εὐλογον. Κοινωνεῖ δὲ τὸ ἑτερορρεπές τῷ μονομερεῖ κατὰ τὸ
μὴ ἔχειν λόγους τὸν φεύγοντα. Διαφέρει δὲ τῇ περιστάσει· ἐνταῦθα γὰρ αἱ τοῦ
Ἀρμοδίου εἰκόνες ἐργάζονται τὴν σύ|στασιν.

89

HERM.: 2 *St.* 33.20-34.1 cf. lemma.

FONTES: 3-4 ἑτερορρεπές — πλάστιγγος *Sop.* W4 171.20-22.

7 δι’ ἐκεῖνον *Pc* || 10 τῷ μονομερεῖ: τὸ μονομερές *Pc* || 12 εἰκόνες: εἰκότως *Pa.*

89. *ib.* 33.18-34.2 “A desajustada para um dos lados, por exemplo: «Crí-cias refugiou-se junto das estátuas de Harmódio e de Aristogíton e os Atenienses deliberam para saber se se deve arrastá-lo de lá”; esta questão não é, de facto, unilateral, mas desajustada para um dos lados.”]

Na questão desajustada para um dos lados, as razões provêm de um elemento externo ao acto. “Com efeito — diz ele —, os Atenienses deliberam se hão-de arrastar CríCIAS de lá”. Este problema não diz respeito a CríCIAS, mas trata-se de saber se se deve obedecer à lei ou não. E designa esta questão como “desajustada para um dos lados” na medida em que uma única parte está em posição vantajosa, 5 pela metáfora da balança. Com efeito, o l acusador dirá que o sucedido não é uma dignidade, mas uma indignidade. Pois Harmódio e Aristogíton foram matadores de tiranos, e CríCIAS é um tirano, de sorte que salvar-lhe a vida graças a eles é um manifesto ultraje contra eles⁴. O defensor, porém, não podendo contradizer estas razões, refugiar-se-á na lei relativa às estátuas, e propô-la-á segundo as normas do 10 direito democrático, dizendo que l não é razoável subvertê-las. A questão desajustada para um dos lados tem em comum com a unilateral o facto de o réu não possuir razões. A diferença assenta na circunstância: aqui, efectivamente, são as estátuas de Harmódio e Aristogíton que determinam a sua constituição.

⁴ Este exemplo é igualmente comentado por Sópatro W4 171.23-172.1, W5 72.1-3, Marcelino W4 172.24-25.

90. *ib.*]

Ὅτι οὐ συνεστηκὸς τὸ ἑτερορρεπὲς ἐξ αὐτοῦ τοῦ ὀνόματος δῆλον· τὸ γὰρ
 ἕτερον τῶν μερῶν μᾶλλον ἰσχύον ἔχει· τοῦτο δὲ οὐ συνεστηκός· θέλει γὰρ τὰ
 συνεστηκότα ἐκατέρωθεν ἰσχυροτάτων πίστεων δύναμιν | ἔχειν. Ἄλλ' οὐδὲ 25
 μὴν ἀσύστατόν ἐστι παντελῶς· ἔχει γάρ τινα τὴν ἀπὸ τοῦ νόμου καὶ ὁ φεύγων
 5 ἀπολογία. | Ἰσχύει μὲν γὰρ μάλιστα ὁ κατήγορος· σχεδὸν γὰρ αἱ στήλαι αὐτὰ 158
 θάνατον τοῦ Κριτίου καταψηφίζονται· ἔχει μέντοι καὶ ὁ φεύγων τὸν νόμον.

91. *ib.* 34.2-8 εἶτα τὸ κακόπλαστον, οἶον μετὰ τὴν Νικίου
 ἐπιστολὴν γράφει τις Κλέωνα στρατηγεῖν, ἥ πάλιν πρόκειται
 Μαρδονίῳ ἀναχωρήσαντι μετὰ ἧσαν ἀπολογία παρὰ
 βασιλεῖ· ἡ πλάσις γὰρ ἡμάρτηται παραπλησίως ἐπ' ἀμφοῖν,
 ἐπεὶ τεθνάσι γε δήπου Κλέων τε πρὸ τῶν Σικελικῶν καὶ
 Μαρδόνιος πρὶν ἢ ἐπανελθεῖν τοὺς διαφυγόντας τῶν
 Περσῶν]

5

Τὸ κακόπλαστον τοῦτο αἰεὶ ἐν μελέταις καὶ πλάσμα|σιν εὐρίσκεται,
 οὐδέποτε δὲ ἐπὶ τῆς ἀληθείας. Ἀεὶ μέντοι ἐκ τοῦ χρόνου ἔχει τὸ ἀμάρτημα.

90

Σ 90 etc. ut 100 etc. W7 || 3 τὴν ante δύναμιν add. W7 || 4 τὴν om. Pc || 5 μάλιστα om. Pc.

91

1 τοῦτο Pc: om. rell.

90. *ib.*]

Que a questão desajustada para um dos lados não é bem constituída resulta evidente a partir da própria designação. Com efeito, uma das partes tem mais força. Ela não é bem constituída, porque as bem constituídas exigem a possibilidade de haver provas muito fortes de cada uma das partes. Porém, tão pouco é absolutamente mal constituída, visto que também o réu possui um argumento de
 5 defesa | tirado da lei. É, sobretudo, o acusador que está em posição forte, pois são, por assim dizer⁵, as próprias estelas⁶ que pronunciam a condenação à morte de Crícias. No entanto, o defensor tem na lei um meio de defesa.

91. *ib.* 34.2-8 “Em seguida, a mal-forjada; por exemplo: «na sequência da carta de Nícias, alguém propõe Cléon como general»; ou ainda «Mardónio, no regresso após a sua derrota, deve apresentar a sua defesa diante do rei»; a ficção é deficiente igualmente nos dois casos, visto que, como se sabe, Cléon morreu antes dos eventos na Sicília e Mardónio antes do regresso dos Persas fugitivos.”]

Esta questão mal-forjada encontra-se sempre a não ser nas declamações e nas ficções, nunca em situações reais. Contudo, o erro é sempre de ordem cronológica.

⁵ É a atenuação σχεδόν que assinala a metáfora da “balança”. Cf. supra 3.89.4 ἐκ τῆς μεταφορᾶς τῆς πλάστιγγος.

⁶ Tratar-se-á de estelas (provavelmente inscrições comemorativas).

92. *ib.*]

Τοῦτο ἀδυνάτου τάξιν ἐπέχει καί ἐστι παρ' ἱστορίαν. Πανταχόθεν μὲν γὰρ
 συνέστηκε, μόνην δὲ τὴν πρὸς τὰ πρόσωπα ἐξέτασιν χωλεύουσιν ἔχει, διότι
 τοὺς | τεθνεώτας ὡς ζῶντας ὑποτίθησι. Διαφέρει δὲ τοῦ ἀδυνάτου τῷ χρόνῳ 10
 μόνον, οὐ γὰρ ὡς ἀδύνατα τῇ φύσει πλάττεται. Φησί γὰρ ὅτι “μετὰ τὴν Νικίου
 5 ἐπιστολὴν γράφει τις Κλέωνα στρατηγὸν πέμπειν”· ἰδοὺ γὰρ ἐνταῦθα περὶ
 χρόνον ἐστὶ τὸ ἀμάρτημα. Ἡ μὲν γὰρ ἐπιστολὴ | ἐν τοῖς σικελοῖς γέγονε 15
 πράγμασιν, ἐν τῇ ἑβδομῇ ἱστορίᾳ· Κλέων δ' ἦν τετελευτηκῶς ἐν τοῖς κατ'
 Ἀμφίπολιν, ὅτε δὴ καὶ Βρασίδας ἐν τῇ πέμπτῃ, καὶ οὐ τοῦτο τῇ φύσει
 ἀδύνατον ὥσπερ ἐκεῖνο τὸ ζήτημα, ὅτι βούλεται Ἀλέξανδρος εἰς ἡπειρον
 10 ματαθεῖναι τὰς νήσους· αὐτίκα γὰρ εἰ τὸν καιρὸν μεταθέντες ἐν τῇ τρίτῃ 20
 ἱστορίᾳ τὸ πλάσμα ποιήσομεν, συνέστηκεν· ὧ δὴλόν ἐστιν ὅτι | οὐ τῇ φύσει 159
 ἀδύνατον. Εἰ γὰρ ἦν οὕτως, οὐδ' ἂν μεταθέσει τοῦ χρόνου συνισταῖτο. Ἔστι δὲ
 παντελῶς ἀσύστατον τὸ πρόβλημα, μωρὸν γὰρ τὸ πλάσμα. Τί οὖν — εἴποι τις
 ἄν — καὶ πάντα τὰ ἀσύστατα οὐκ ἐστὶ κακόπλαστα; | Ναί· ἀλλ' ἐνθα μὲν ὁ 5
 15 τεχνικὸς εὗρισκεν ἴδιον ἐπιθεῖναι ὄνομα, ἐπετίθει· τὸ μὲν τυχὸν ἀπίθανον, τὸ
 δὲ ἀδύνατον· ἐνταῦθα δὲ ἐπειδὴ ἰδιάζον οὐχ εὔρεν ὄνομα, τῷ κοινῷ αὐτὸ
 ἐκάλεσεν. Οὐ πάντως δὲ τὸ παρ' ἱστορίαν ἀσύστατόν ἐστιν, ἀλλὰ τὸ μὴ 10
 ἐνδεχόμενον γένεσθαι, | ὥσπερ τοῦτο τὸ Κλέωνος ζήτημα.

92

HERM.: 4-5 *St.* 34.2-3.FONTES: 1-3 πανταχόθεν — ὑποτίθησι *Syr.* R2 40.17-20 = W4 173.26-174.2.LOCI: 6-7 ἡ μὲν γὰρ ἐπιστολὴ — ἐν τῇ ἑβδομῇ ἱστορίᾳ cf. *Thuc.* 7.10-15 || 7-8 Κλέων — ἐν τῇ πέμπτῃ cf. *ib.* 5.16.1.1 ἐπέχει: ἔχει *Pc* || 2-4 διότι — πλάττεται *om.* *Pc* || 3 ὡς *e fonte ego:* καὶ *α* *unde PaVh recte Pb corr.* *unde W7 ap. Ne legi nequitur* || 7 δὲ ἦν *W7* || 12 συνισταῖτο *ego:* συνίστατο **P**.

92. *ib.*]

Este tipo de questão classifica-se na impossibilidade e está em contradição com a história. Ela constitui-se de todas as partes, mas compreende apenas um exame defeituoso relativamente às pessoas, porquanto no exemplo dado os mortos figuram como vivos. Ela difere da impossível unicamente no tempo, pois não é forjada como se se tratasse de factos por natureza impossíveis. Com efeito, diz
5 ele: “na sequência da I carta de Nícias, alguém propõe enviar Cléon como general”⁷. Ora bem, aqui o erro diz respeito ao tempo. De facto, a carta data da altura dos acontecimentos na Sicília, no livro VII das *Histórias*. Cléon, porém, já havia morrido nos recontros de Anfípolis, ao mesmo tempo que também Brásidas, no livro V⁸. E esta questão não é por natureza impossível como a seguinte: Alexan-
10 dre quer transformar I as ilhas em continente. Desde logo, com efeito, se mudar a ocasião, situamos a ficção no livro III, e ela torna-se bem constituída. Por isso, é evidente que não é impossível por natureza. Pois se assim fosse, nem sequer a mudança de tempo teria consistência. O problema é, contudo, certamente muito mal constituído, pois a ficção é absurda. “E então?” — perguntará alguém —, “as questões mal constituídas não são, na sua totalidade, mal-forjadas?” Exactamente.
15 Mas nos casos em que o I Autor encontrava um nome específico para lhes atribuir, atribuía-o: a um, o de “inverosímil”; ao outro, o de “impossível”. No caso presente, porém, como não encontrou um nome que fosse adequado, designou-as pelo nome comum. Nem tudo aquilo que está em contradição com a história é absolutamente mal constituído, mas aquilo que se não admite que possa suceder, a exemplo da presente questão sobre Cléon.

⁷ A carta de Nícias é transcrita por Tucídides 7.10-15. Cléon morreu em Anfípolis, em 422 e a carta de Nícias, na sequência da qual alguém teria proposto a investidura de Cléon no generalato, data de 414. A impossibilidade resulta de se propor para general alguém já morto (cf. supra escólio 3.88.8-9). Esta proposta na sequência da carta de Nícias, contudo, parece ser caso fictício, pois nem Tucídides (nem qualquer outra fonte conhecida) lhe faz referência.

⁸ Tucídides 5.16.1 faz menção conjunta das mortes de Cléon e Brásidas, na batalha de Anfípolis. A morte de Cléon, porém, havia já sido mencionada antes, em 5.10.9.

93. *ib.* 34.9-14 τὸ προειλημμένον τῇ κρίσει, οἷον μηδενὸς ἐπιγνῶναι δυναμένου τὴν ἄνοδον τὴν ἐπὶ τὸν τύραννον ἔδειξε γυνή τις τῷ ἑαυτῆς ἀνδρί, ὃ δὲ ἀνελθὼν ἀπέκτεινεν ἐκεῖνον καὶ μοιχείας αὐτῇ ἐγκαλεῖ· θαυμάζω γάρ, εἴ τις αὐτῆς καταψηφιεῖται, κἂν ἐλεγχθῇ μεμοιχευμένη, δι' ἣν ὁ τύραννος ἀνήρηται]

Τρίτον εἶδος τῶν ἐγγύς ἀσυστάτων τοῦτο, ὅπερ οἱ δικασταὶ οὐκ ἀνέχονται τοῦ κρινομένου καταψηφίσασθαι. Ζητητέον δὲ διὰ τί τὸν ὅρον ἐκτιθέμενος 15 τοῦ ὑγιоῦς ζητήματος καὶ εἰπὼν ὅτι “τὸ μὴ προειλημμένον | {οὐ} συνέστηκε”, νῦν αὐτὸ εἰς τὰ μεταξὺ τέταχε. Καὶ λέγομεν ὅτι πολλὰ μὲν καὶ ἄλλαι 5 φέρονται ἐξηγήσεις· ἡ δ' οὖν ἀκριβεστέρα αὕτη ἐστίν, ὅτι δύναται καὶ ἀσύστατον εἶναι καὶ συνεστηκός. Ἀσύστατον μὲν ἔαν κρίνηται ἐν αὐτῇ τῇ πόλει· τῶν 20 γὰρ ὑπ' αὐτῆς εὐεργετηθέντων | οὐδεὶς καταψηφίζεται· συνιστάμενον δὲ ἔαν εἰς ἄλλην πόλιν ἢ κρίσις ᾗ. Διὰ τί δὲ μὴ συνέστηκε παντελῶς, ἀλλὰ τῶν ἐμμέσων ἐστίν; Ὅτι οὐ πάνυ καταψηφιοῦνται τῆς γυναικός, κἂν ἀλλαχοῦ κρίνοι- 25 10 το, ἐπειδὴ πᾶσα δημοκρατία μισεῖ τύραννον καὶ τῆς ἀλλαχοῦ πρόνοιαν ποιεῖται. Τὸ ζήτημα οὖν τοῦτο, εἰ μὴ παρ' ἄλλοις, μελετηθεῖν ἂν ἴσως κατὰ αἴτημα, καὶ ἐσχημάτισται· εἰδὼς γὰρ ὁ ἀνὴρ ἐκ μηνύσεως ὑποψίαν οὔσαν, ἀπολύεται τὸ ἔγκλημα διὰ τοῦ δοκεῖν κατηγορεῖν.

93

HERM.: 3 St. 32.7-8.

3 οὐ Herm. textum conferens seclusi || 4 φέρονται: λέγονται Pc || 6 εἶναι om. Pc || 11 μὴ ego: μὲν testes.

93. *ib.* 34.9-14 “A questão em que há juízo prévio, por exemplo: «enquanto ninguém conseguia descobrir o caminho para o tirano, uma mulher o indicou a seu marido; este subiu para matar o tirano e acusa a mulher de adultério. Com efeito, admiro-me se houver alguém que condene uma mulher graças à qual o tirano foi morto, ainda que se tenha provado o seu adultério».”]

A terceira espécie de questões próximas das mal constituídas é aquela em que os juízes não podem permitir que se vote a condenação da pessoa em julgamento. Deve perguntar-se a razão por que agora a classifica nas intermédias, após apresentar a definição da questão válida e afirmar que “a questão em que não há juízo
5 prévio tem consistência”. E referimos que são avançadas muitas outras | interpretações, mas mais exacta é aquela segundo a qual a questão pode ser mal ou bem constituída. É mal constituída se a pessoa for julgada na sua própria cidade, pois nenhuma pessoa, de entre as que beneficiaram da sua acção, profere condenação contra ela; é bem constituída, se o julgamento tiver lugar em outra cidade. Porque não tem a questão inteira consistência, mas é uma das intermédias? Porque os juízes não condenam totalmente a mulher, ainda que ela fosse julgada no estran-
10 geiro, | uma vez que toda a democracia abomina um tirano e se interessa pelo bem-estar da democracia estrangeira. Esta questão, pois, pode declamar-se, sem que o seja não no estrangeiro, sob a forma de uma demanda, e temos uma falsa aparência: o marido sabe que aquilo que torna o seu acto suspeito é a informação dada pela mulher; a coberto de a acusar, ele refuta a acusação⁹.

⁹ Um tiranicida pode pedir uma recompensa. Cf. *Estados de causa* 59.19.

94. *ib.*]

Ἐν τῷ προειλημμένῳ δεῖ τὰ αὐτὰ πρόσωπα εἶναι, | τό τε τὴν εὐεργεσίαν 30
 δεξάμενον καὶ τὸ κρινόμενον. Ἐπεῖτοι ἔαν ἀμείψῃ τις τὸ πρόσωπον, εὐθέως
 συνεστηκὸς γίνε|ται, οἷον ἔαν γυνή τις αἰτία τοῦ ἀναιρεθῆναι τὸν Ἀθήνησιν 160
 τύραννον, κρίνοιτο παρὰ Λακεδαιμονίοις μοιχείας, συνεστηκὸς ἔσται· οὐκέτι
 5 γὰρ προείληπται. Ζητοῦσι δὲ τίνι διαφέρει τοῦτο τῆς ἀντιστάσεως· κάκεῖ γὰρ |
 μείζων εὐεργεσία τοῦ φερομένου ἐγκλήματος ἀντισταφύρεται, ὥσπερ ἐνταῦθα. 5
 Ἄλλ' ἐν μὲν τῇ ἀντιστάσει ὁμολογεῖται τὸ ἔγκλημα, ἀντισταφύρεται δὲ μείζον
 εὐεργέτημα δι' αὐτοῦ, ἐνταῦθα δὲ οὐχ οὕτως· οὐ γὰρ ὁμολογεῖται. Ἐπειτα ἐν
 μὲν τῇ ἀντιστάσει καὶ τὸ ἔγκλημα | καὶ τὸ εὐεργέτημα δεῖ δημόσιον 10
 10 ὑπάρξαι, ἢ εἴπερ ἰδιωτικὸν τὸ ἔγκλημα, ἰδιωτικὸν εἶναι καὶ τὸ εὐεργέτημα·
 ἐνταῦθα δὲ τὸ μὲν ἔγκλημα ἰδιωτικόν, τὸ δὲ εὐεργέτημα δημόσιον. Πρὸς δὲ
 τούτῳ ζητεῖται πῶς ἀνωτέρω εἰπὼν χρῆναι τὰ ζητήματα ἔχειν “τὸ τῆς κρί-
 σεως ἀφανὲς καὶ | μὴ προειλημμένον”, οὐκ ἔταξεν αὐτὸ ἐν τοῖς ἀσυστάτοις. 15
 Ἀπολελόγηνται οὖν πρὸς τοῦτό τινες ὅτι τὸ τῆς κρίσεως προειλημμένον
 15 γίνεται ἢ περὶ τὸ πρόσωπον ἢ περὶ τὸ πρᾶγμα. Τὸ μὲν οὖν περὶ τὸ πρόσωπον
 τὸ ἀπιθάνον, τὸ δὲ περὶ τὸ πρᾶγμα τὸ προειλημμένον. Ὅτε οὖν — φασὶν — | 20
 ἀνωτέρω προσετίθει “τὸ τῆς κρίσεως ἀφανὲς καὶ μὴ προειλημμένον”, περὶ τοῦ
 ἀπιθάνου ἔλεγεν, ὅπερ ἔταξεν ἐν τοῖς ἀσυστάτοις. Ἄλλ' εὕρομεν ψεῦδος
 ἄντικρυς εἶναι τὸ εἰρημένον· ἰδίᾳ γὰρ περὶ τοῦ ἀπιθάνου εἶπε, δι' ὧν
 20 προσέθηκε “καὶ τοὺς ἐξ ἑκατέρου μέρους λόγους σὺν τῷ | πιθανῷ”. Φαμέν οὖν 25
 τὴν ἀληθευτάτην λύσιν, ὅτι γε ἀνωτέρω οὐ περὶ ἀσυστάτων ἔλεγεν, ἀλλὰ
 περὶ τῶν μὴ συνεστηκόντων, οὐκ εἴ τι δὲ μὴ συνέστηκε τοῦτο εὐθέως
 ἀσύστατον, ἀλλ' ἐγγὺς ἀσυστάτων, ὥστε λέλυται τὸ ἄπορον. Περὶ δὲ | τῆς 161
 τάξεως αὐτῶν ῥητέον ὡς κἀνταῦθα ἀπὸ τῶν ἀσθενεστέρων ἐπὶ τὰ ἰσχυρότερα
 25 προελήλυθεν. Ἀσθενέστερον τοίνυν τῶν ἄλλων τὸ ἑτερορρεπεῖ· σχεδὸν γὰρ
 ἐκινδύνευεν εἶναι μονομερές. Ἐκ δὲ τῶν ὑπολειπομένων | ἀσθενέστερον τὸ 5

94

HERM.: 12-13, 17 *St.* 32.6-7 || 20 *ib.* 32.4-5.

4 τύραννον *Pc*: *om.* *Pa* τυραννήσαντα *s.l.* *add.* *PbNe* || 14 ὅτι *Pc*: ὅτε *Pa* || 16 φησὶν *Pa* || 20 λόγους *om.*
Pc || 22 οὐκ εἴ τι *ego*: οὐκ εἴτι *codd.* οὐκέτι *W7* || 24 κἀνταῦθα ἀπὸ: κἀν ἐπὶ *Pa* || 24 ἰσχυρότερα: ἰσχυρόατα
Pc || 25 προελήλυθεν: προσε- *Pc*.

94. *ib.*]

- Na questão em que há juízo prévio, o indivíduo que recebe o benefício e o que é julgado devem ser o mesmo, visto que, na verdade, se se substituir uma pessoa, imediatamente a questão se torna bem constituída. Por exemplo: se uma mulher for a causa da destruição do tirano de Atenas, e for julgada por adultério entre os Lacedemónios, a questão será bem constituída. Com efeito, já não se pressupõe qualquer juízo prévio. Há comentaristas que perguntam em que esta questão difere da compensação¹⁰: nesta, de facto, resulta um benefício maior em alternativa à acusação introduzida, tal como aqui. Mas na compensação, a acusação é reconhecida, e através dela resulta em alternativa um benefício maior; na questão com juízo prévio, porém, tal não sucede, pois a acusação não é reconhecida. Por outro lado, na compensação, quer a acusação, quer o benefício devem ser públicos, ou, se a acusação for privada, também o benefício deve ser privado; na questão com juízo prévio, pelo contrário, a acusação deve ser privada, mas o benefício público. Além disso, coloca-se a questão da razão por que, ao dizer mais acima que seria necessário que as questões em julgamento “fossem obscuras e não pressupostas como juízo prévio”, não classificou esta questão entre as mal constituídas. Alguns defendem a este respeito que aquilo que é tomado como juízo prévio em julgamento se prende seja com a pessoa, seja com o acto. A questão que se prende com a pessoa é a inverosímil; a que se prende com o acto é a pressuposta como juízo prévio. Ora — dizem eles —, quando ele, mais acima, acrescentava: “aquilo que está em julgamento é obscuro e não pressupõe um juízo prévio”, referia-se à questão inverosímil, que ele classificou entre as mal constituídas. Mas verificámos que a afirmação é totalmente falsa, pois a referência que se aplica em particular à inverosímil é esta: “as razões de cada uma das partes que têm credibilidade”. Afirmamos nós, pois, a solução mais verdadeira: que, mais acima, ele não falou das mal constituídas, mas das que não têm consistência; não sobre se uma coisa que tem falta de consistência é imediatamente mal constituída, mas que é próxima das mal constituídas, de sorte que a aporia fica resolvida. Acerca da respectiva classificação, há que dizer que também aqui ele prossegue das mais fracas para as mais fortes. Mais fraca, portanto, do que as demais é a desajustada para um dos lados, pois quase se poderia converter em unilateral. Das restantes, é mais fraca a mal-forjada. Esta, com efeito, representa um prejuízo para si mesma, enquanto o juízo prévio não

¹⁰ Estado de causa da ἀντίστασις. Cf. *ib.* 38.21, 72.2 e 74.18.

κακόπλαστον· τοῦτο γὰρ εἰς ἑαυτὸ βέβλαπται, τὸ δὲ προκατειλημμένον οὐκ
εἰς ἑαυτὸ ἀλλ' εἰς τὸ ἔχωθεν, τούτεστιν εἰς τὸν ἀκροατήν.

QUESTÕES PRÓXIMAS DAS MAL CONSTITUÍDAS

representa um prejuízo para si mesmo, mas para o elemento externo, isto é, o ouvinte.

95. *ib.* 34.12 θαυμάζω γάρ, εἴ τις αὐτῆς καταψηφιεῖται]

Ὅρα πῶς διὰ τοῦτο βαθέως δείκνυσιν ὅτι καὶ καταψηφίσαιτο ἂν οἱ
δικασταὶ πολλάκις· οὐ γὰρ εἶπεν ἀποφαντικῶς, ἀλλὰ | ἀμφιβάλλων, ἡ δὲ 10
ἀμφιβολία τῆς γνώμης σαφηνίζει τὸ ἡμῖν ἀγνοούμενον.

**96. *ib.* 14-15 τάχα δ' ἂν καὶ παρὰ ταῦτα εἶδη τινὰ εὐρεθείη ἄλλα
τοιαῦτα]**

Ὅτιπερ καὶ εἴ τινα τοιαῦτα ἕτερα ἀναπλάττοντο ἐν τοῖς εἰρημένοις συν-
αναχθήσονται, δηλὸν ἀφ' ὧν τινες ἀνεπλάσαντο. Τὰ δέ εἰσι τὸ πάντη 15
φανερὸν, ὡς | εἴ τις ἀπροφασίστως ἐγκαλοῖτο φόνου ἢ κλοπῆς ἐπὶ τινι
ἀδήλως ἀνηρημένῳ, ἢ ἐπὶ χρήμασιν ἀσυμφανῶς συληθεῖσι. Τοῦτο δὲ ὑπὸ τὸ
5 ἀπερίστατον ἀναφέρεται. Ἔτερον αὐτοῖς ἐξεύρηται τὸ καλούμενον “ἀνακό-
λουθον” παρ' αὐτῶ, ὡς “εἴ τις ὑβρίσας κατηγοροῖτο κλοπῆς”, ἀναχθήσεται δὲ
καὶ τοῦτο ὑπὸ τὸ ἀπερίστατον. Ὅσον γὰρ εἰς κλοπὴν οὐδεμίαν αἰτίαν εἰσενεγ-
κὼν εὐρίσκεται ὁ κατηγορούμενος. Δι' εἶδος αὐτοῖς τὸ ἀπρεπὲς ἀνεπλάσθη, | 20
οἶον· “ἠράσθη τις παῖς τῆς ἰδίας μητρός· συνεχωρήθη παρὰ τοῦ πατρὸς ἔνω-
10 θῆναι αὐτῇ καὶ κρίνεται παρὰ τοῦ πατρὸς ἀθεμιτομιξίας ὁ παῖς”. Ὑπὸ τὸ
ἄδοξον δὲ τὸ τοιοῦτον ἀνενεχθήσεται. Ἐντεῦθεν δηλὸν ὡς εἰ καὶ τι ἕτερον 25
προεχευρεῖν δυνηθείη τις, ἐν τοῖς προανατεταγμέ|νοισι τῶ τεχνικῶ ἀναχθήσε-
ται.

95

Hoc Σ ad superius Σ finem sine numero add. W7 || 2 οὐ Pa: οὔτε Pc || γὰρ om. Pc || 2 ἀποφαντικῶς Pc
VhMb unde W7: ἀποφατικῶς Pa.

96

1 συναχθήσεται Pc || 4 ἀσυμφώνως Pc || 6 παρ' αὐτῶ post ἀνακόλουθον ad. Pa.

95. *ib.* 34.12-13 “Com efeito, se houver alguém para a condenar por adultério, admiro-me...”]

Repara como, por este meio, ele demonstra com profundidade que os juízes também votariam frequentemente pela condenação, pois não se pronuncia afirmativamente, mas de forma ambígua. A ambiguidade da intenção clarifica aquilo que de nós é ignorado.

96. *ib.* 34.14-15 “Certamente, podem descobrir-se, além destas, ainda outras espécies semelhantes a estas.”]

O facto de que, se se imaginarem algumas outras questões semelhantes, elas encontrarão o seu lugar entre as mencionadas, é evidente a partir das questões que alguns imaginaram. Estas questões são: a questão totalmente patente; por exemplo: “se alguém proferisse sem hesitar uma acusação por homicídio ou assalto, sem ser evidente que alguém foi morto, ou sem ser manifesto que os bens tenham sido pilhados”. Esta espécie está ligada à questão I isenta de circunstâncias. Eles imaginaram uma outra questão, designada “inconsequente”; por exemplo: “se uma pessoa culpada de insulto fosse acusada de assalto”; igualmente esta espécie está ligada à desprovida de circunstâncias. Com efeito, quanto ao assalto, descobre-se que o acusado não apresenta nenhum motivo para o assalto¹¹. Devido à forma dessas ficções, eles imaginaram-na com recurso à espécie do inconveniente; por exemplo: “um filho apaixonou-se pela própria mãe; o pai consentiu que ele se unisse I com ela, e o filho foi levado pelo pai a julgamento, por união imoral”. Mas tal caso enquadrar-se-á na espécie desonrosa. A partir daqui, torna-se evidente que, ainda que se pudesse descobrir adicionalmente qualquer outra, ela remontaria às espécies previamente classificadas pelo Autor.

¹¹ Cf. a natureza da questão desprovida de circunstâncias *ib.* 33.14-15.

97. *ib.*]

Φαίνεται ὁ Ἑρμογένης μὴ πάντα τοῖς πρὸ αὐτοῦ πειθόμενος, ἀλλὰ προσεπινοῶν ἐξ ἑαυτοῦ τὰ παρειμένα τοῖς παλαιοτέροις, οὐδὲ μὴν πάντα τῇ φύσει | τῇ οἰκείᾳ πιστεύων, ἀλλ' ὑπονοῶν καὶ τοῖς ἑαυτοῦ τινα παρ' ἐτέρων 162 ἐπινοηθήσεσθαι. Ἐνθεν προσέθηκε τὸ “τάξα δ' ἂν εὐρεθείη παρὰ ταῦτα εἶδη 5 τινά”. Ἄν δὲ ζητοῖεν τινες· πῶς εἴπερ εἶδη τινά ἐλλείποντα ἦδει, οὐ ζητήσας | αὐτὸς προσέθηκεν; Ὅτι πρῶτον μὲν, ὥς ἔφαμεν, οὐ πάντα πιστεύει τῇ φύσει 5 τῇ ἑαυτοῦ, ἔπειτα τὰς μὲν ἀρετὰς περιορίζομεν, αἱ δὲ κακίαι ἀπεριόριστοι. Οὕτως οὖν τὰ μὲν συνεστηκότα περιορίζει, τὰ δὲ ἀσύστατα ἐνόμιζε μὴ παντελῶς περιορίζεσθαι. Προσέθηκε δὲ καὶ τὸ “ἄλλα τοιαῦτα”, δηλῶν ὥς εἰ 10 καὶ εὐρίσκονται, τοιαῦτα ἂν εὐρεθείη. Προστιθέασι δέ τινες τούτοις τὸ “πάντη δηλὸν καὶ πάντη ἄδηλον, ἀχρώματον καὶ ἀναπολόγητον, πρίονα ἢ κροκοδειλίτην, ἦθος καὶ μάχην, τὸ κατὰ κακοήθειαν”. Πάντη μὲν οὖν δηλὸν ἐστίν, οἶον· “πατήρ φονεύσας τὸν υἱὸν κρίνεται”, ὅπερ ὁμολογουμένως ὑπὸ τὸ 15 μονομερὲς ἀναχθήσεται. Πάντη δὲ ἄδηλον, οἶον· “πατήρ τις ἐτελεύτησεν ἐπὶ δύο παισὶ· τελευτῶν θατέρῳ τῶν υἱῶν εἰς ὧτα διελέξθη καὶ ἀπαιτεῖ ὁ ἕτερος θησαυρόν”, ὅπερ πάλιν ὑπὸ τὸ ἀπερίστατον ἀνάγομεν· δεῖ γὰρ τὰ σημεῖα προσεχῇ εἶναι, | οὐδένα δὲ ἐνταῦθα ἔχει λόγον ἀποδεικτικὸν τοῦ ὅτι περὶ 20 θησαυροῦ διελέξθη. Τί γὰρ μὴ μᾶλλον περὶ τοῦ φυλάττεσθαι τὸν ἀδελφὸν ἐπιβουλεύοντα, ὥστε ἡ παραλαμβανομένη αἰτία οὐ συμβαίνουσα πρὸς τὴν

97

HERM.: 4-5 *St.* 34.14-15 || 9 *ib.* 34.15.

1 πιθόμενος Pc || 3 παρ' ἐτέρων: πρὸς ἐτέρων Pc || 4 τις ante εὐρεθείη add. Pc || 5 ζητοῖεν δ' ἂν ego: εἰ δὲ ζητοῖεν P εἰ δὴ ζ. W7 || 10 ἂν εὐρεθείη ego conferens Herm. *St.* 34.15: ἀνευρεθείη PcPa³ ἂν ῥεθείη PbNe ἀναιρεθείη Vh || τούτοις: τοῦτο W7 || 11 καὶ πάντη ἄδηλον om. Pc || 14 ἀναχθήσεται: ἀνάγεται Pc || 16 ἀναγόμενον Pc || 19 ὥστε: ὥς ἐστίν Pc.

97. *ib.*]

- Aparentemente, Hermógenes não obedece em tudo aos seus antecessores, antes concebe complementarmente, por si mesmo, as matérias deixadas de lado pelos antigos, nem confia de todo no seu próprio engenho, antes supõe que foram por outros concebidas algumas ideias que se vêm juntar às suas. Em consequência, acrescenta “descobrir-se-iam possivelmente algumas espécies de questões
- 5 para além destas”. Poderiam alguns inquirir a razão por que não acrescentou algumas espécies depois de as ter investigado, se sabia que elas faltavam. Porque, em primeiro lugar, como dissemos, não confiava inteiramente no próprio engenho, e depois porque definimos com precisão as virtudes, enquanto os defeitos ficam sem definição. Do mesmo modo, portanto, ele define as questões bem constituídas, mas achou por bem não definir completamente as mal constituídas.
- 10 Acrescentou ainda “outras semelhantes”, evidenciando que, mesmo que se descobrissem tais questões, descobrir-se-ia que seriam do mesmo tipo¹². Acrescentam alguns “aquilo que é absolutamente evidente e aquilo que absolutamente não é, sem cor nem defesa, uma serra ou um sofisma de crocodilo, um carácter e uma disputa, a má conduta”. O que é absolutamente evidente é, por exemplo: “um pai, após assassinar o filho, foi levado a julgamento”, exemplo que, reconhecidamente, recairá na espécie unilateral. Aquilo que absolutamente não é evidente, por
- 15 exemplo: “certo pai faleceu, deixando dois filhos; ao falecer, falou ao ouvido de um deles, e o outro reclama um tesouro”, exemplo que, por seu turno, reportamos à espécie desprovida de circunstâncias. Com efeito, os sinais devem ser fiáveis. Ora, não existe neste caso nenhuma razão que demonstre que ele falou de um tesouro. Porque não se teria ele antes posto em guarda contra as intenções hostis
- 20 do irmão? De forma que o motivo invocado não resulta numa acusação, nem

¹² Por outras palavras, seria rejeitada como mal constituída.

20 κατηγορίαν οὐδὲ αἰτία ἐστίν; Καὶ οὕτως καθέστηκεν ἀπερίστα|τον. Ἀχρώμα- 25
 τον δὲ καὶ ἀναπολόγητον, οἷον· “νόμου ὄντος «παρθένους καὶ καθαρὰς εἶναι
 τὰς ἱερείας, ἱερεῖά τις εὐρέθη ἀτόκιον φοροῦσα, καὶ κρίνεται»”· ὅπερ ἀνάγο-
 μεν ὑπὸ τὸ μονομερές. Οὐδὲν γὰρ ἔχει λέγειν ἱερεία. Ἀλλὰ | ἐρεῖ — φασί — 163
 διὰ τὰς τῶν δαιμόνων ἐπιφοιτήσεις τε καὶ ἐπιβουλάς περιτεθεῖσθαι. Καὶ πῶς
 25 οὐκ ἀνόητον κομιδῇ τὸ τοιοῦτον; Ἔδει γὰρ πρὸς τὸ μὴ ἀφαιρεθῆναι τὴν 5
 παρθενίαν φορεῖν τι ἀποτρόπαιον, οὐ μὴν πρὸς τὸ «μὴ» τεκεῖν. Πρίων | δὲ ὁ
 καὶ κροκοδειλίτης, οἷον “κατὰ τὸν Αἰγύπτιον μῦθον γυνὴ τις ἔχουσα παιδίον
 ἐβάδιζε πρὸς ταῖς ὄχθαις τοῦ ποταμοῦ· ταύτης κροκόδειλος ἀφείλετο τὸν
 παῖδα· καὶ προστίθῃσιν ὡς εἶπερ τάληθές ἐρεῖ, ἀπολήθεται τὸν παῖδα· ἡ δὲ ἔφη
 30 οὐκ ἀποδώσεις· καὶ ἀξιοῖ τὸ παι|δίον ἀπολαβεῖν”. Ἐκφυγόντες οὖν τὸ ἀπὸ τοῦ 10
 μύθου ἕτερον τοιοῦτο πλάττουσιν· “ὑπὸ λησταῖς ἐγένετο μάντις ἔχων
 θυγατέρα· ταύτην ἀφείλοντο ἐκεῖνοι· καὶ ὑπισχοῦνται τάληθές λέγοντι δώσειν
 τὴν θυγατέρα· ὁ δὲ ὡς οὐκ ἀποδώσουσιν ἀπεκρίνατο, καὶ ἀξιοῖ τὴν παῖδα
 λαβεῖν”. Κρο|κοδειλίτην μὲν οὖν τοῦτο τὸ πρόβλημα προσαγορεύουσι διὰ τὸν 15
 35 κροκόδειλον· πρίονα δὲ ὅτι ὥσπερ ἐκεῖνος τῶν τεμνομένων σωμάτων ἀντέχε-
 ται, οὕτω καὶ ἐν τούτῳ ἀλλήλων αἱ προτάσεις ἀντέχονται. Ἰστέον δὲ ὅτι
 ὁμολογουμένως ὑπὸ τὸ ἄπορον ἀναχθήσεται. Ἔθος δὲ καὶ μάχη, | οἷον· 20
 “πλούσιος καὶ πένης ἐχθροὶ τὰ πολιτικά πρεσβεύειν ἐκρίθησαν· νόμου κελεύ-
 οντος «μὴ συμπλεῖν τοὺς πρεσβευτάς», ναυαγίῳ περιπεσὼν ὁ πένης ἀξιοῖ

97

FONTES: 21-22 οἷον νόμου — καὶ κρίνεται Marc. W4 169.1-3 || 22-23 ὅπερ ἀνάγομεν ὑπὸ τὸ μονομερές cf. Sop. 169.3-4 || 37-41 ἔθος δὲ — ἀδικημάτων cf. ib. W4 180.12-16, W5 74.9-13.

22 φοροῦσα Pc unde ego conferens fontem: φέρουσα rell. || 23 ἀλλ’ ἐρεῖ Pa || φασί om. Pc || 25 τοιοῦτο Pa τοιοῦτον Pb || 26 καὶ om. Pc || 31 μάντις: μέντις Pc.

constitui motivo. E deste modo se estabelece uma questão desprovida de circunstâncias. A questão incolor e indefensável, por exemplo: “havendo uma lei que determina que as sacerdotisas sejam virgens e puras, descobriu-se que uma certa sacerdotisa usava um amuleto para provocar a esterilidade, e foi julgada”. Este exemplo reportamo-lo à espécie unilateral. Com efeito, a sacerdotisa nada terá para afirmar. Mas afirmará — dizem eles — que ela o traz por causa das visitas e
25 desejos divinos. Mas como é que tal alegação não é totalmente l descabida? Ela deveria trazer algum amuleto para não ser privada da sua virgindade, mas não certamente para não gerar filhos. A serra e o sofisma de crocodilo, por exemplo: “segundo a lenda egípcia, uma mulher caminhava com um filho junto às margens do rio. Um crocodilo tirou-lhe o rapaz, mas dirige-se-lhe, dizendo que, se ela fizesse predições verdadeiras, o recuperaria, ao que ela respondeu: «tu não ma
30 devolverás». E tentou l resgatar a criança”. Evitando usar a lenda, ficcionam uma outra¹³: “um adivinho, juntamente com a filha, deparou-se com sequestradores. Estes tiraram-lha. E prometem devolver-lha, se ele fizer predições verdadeiras. O adivinho retorquiu que eles lha não devolveriam, e pretende tê-la de volta”. Eles denominam este problema de “sofisma de crocodilo”, pela história do crocodilo.
35 E chamam-lhe “serra” porque, como l esta se apoia sobre os corpos cortados, também neste tipo de questão, as prótases se apoiam umas sobre as outras. Há que ver que este tipo de questão se reportará reconhecidamente à inconclusiva. Carácter e disputa, por exemplo: “um rico e um pobre, sendo inimigos políticos, foram designados embaixadores. Havendo uma lei que determina que «os embaixadores não devem navegar» no mesmo barco, o pobre, so-

¹³ Exemplo já citado anteriormente de questão inconclusiva: vide supra 2.67.25-28.

40 δεχθῆναι ἐπὶ τῆς νέως ἔνθα καὶ ὁ πλούσιος ἔπλει· ὁ δὲ αὐτὸν οὐχ ὑπεδέξατο·
 καὶ τελευτήσαντος κρίνεται δημοσίων ἀδικημάτων”. Τοῦτο δὲ σχεδὸν καὶ 25
 συνεστηκός ἐστι. Καί τινες αὐτὸ μετάστασιν νενομίκασιν, ἐπὶ τὸν νόμον
 ἄγοντες τοῦ πλουσίου τὴν αἰτίαν. Καὶ καλῶς ἂν ἔλεγον εἰ μὴ τὸ πρόσωπον
 προεῖληπτο· τοῦτο γὰρ ἢ μετάστασις ἔχειν οὐ βούλεται. Ἀνάγομεν οὖν αὐτὸ 30
 45 ὑπὸ τὸ προκατελιμμένον· προκατεῖληπτο γὰρ ὅτι ἐχθροὶ τὰ πολιτικά. Ἀλλ’
 ἐναντιοῦται πρὸς τοῦτο ἡμῖν τὸ μὴ ἐξ ὠφελείας τοῦ δικαστοῦ εἶναι τὴν 164
 πρόληψιν, ἀλλ’ ἔξωθεν· ἐν γὰρ τῷ προειλημμένῳ, εἴπερ ἀνέλοι τις τὸ τὴν εὐ-
 εργεσίαν δεξάμενον πρόσωπον καὶ παρ’ ἐτέρῳ ποιοῖτο τὸ δικανικόν, εὐθέως
 συνεστηκός γίνεται τῆς προλήψεως ἀναιρουμένης. | Τοῦτο δὲ οὐχ οὕτως 5
 50 ἐστίν. Ἔστιν οὖν ἐτερορρεπὲς τοῦ κατηγοροῦ ἰσχύοντος. Τὸ κατὰ κακοήθειαν
 δέ, οἷον· “νόμου {νόμος} «κελεύοντος τὸν νόθον ἐξ ἴσου τῷ γνησίῳ κληρονο-
 μεῖν, διανέμειν δὲ τὴν οὐσίαν τὸν γνήσιον»· ἐτελεύτησέ τις ἐπὶ παιδὶ γνησίῳ
 καὶ νόθῳ ἐκ δούλης· διανέμων ὁ γνήσιος τὴν οὐσίαν ἐν | μιᾷ θεὶς μοῖρα τὴν 10
 τοῦ νόθου παιδὸς μητέρα, τὰ ἄλλα πάντα ἐν τῇ ἐτέρᾳ ἔθηκεν· καὶ κρίνεται
 55 κακοηθείας”. Ἀλλὰ καὶ τοῦτο ἀνάγομεν ὑπὸ τὸ ἐτερορρεπές.

97

FONTES: 42 τινες αὐτὸ μετάστασιν νενομίκασιν incerti auctores relati a Sop. W4 180.19-20 || 51-55
 οἷον νόμου — κακοηθείας cf. Sop. W4 236.14-21, W5 95.29-96.4, Marc. W4 169.19-21 || 54 ἀλλὰ καὶ —
 ἐτερορρεπές cum Eustathio (ap. Christoph. cod. Mess. S. Salv. 119 f. 79v ed. Rabe *RhM* 50 [1895] 246)
 concenset An., ut monuit Glöckner *Qu.* 78.

43 ἄγοντες Pc: ἄγοντα Pa ἄγοντος W7 || 48 παρ’ ἐτέροις Pc || ποιοῖτο τὸ ego: ποιεῖ τὸ P || δικανικόν Pc
 unde ego: δικαίον Pa δικαστικόν ut patet Pb || 51 οἷον νόμου νόμος κελεύοντος Pc: οἷον νόμος Pa νόμος
 conferens supra l. 21 seclusi || 53 μοῖρα om. Pc.

40 frendo um naufrágio, pede I para ser recolhido no barco em que também o rico viajava. Mas este recusou admiti-lo a bordo. E, com a morte daquele, é este julgado por crimes públicos”. Este caso está próximo de ser também bem constituído. E alguns consideraram-no como uma “transferência de culpa”¹⁴, atribuindo à lei a culpa do rico. E seria correcto este parecer, se a pessoa não estivesse previamente pressuposta. Com efeito, tal é incompatível com a transferência de culpa. Este caso reportamo-lo à questão que comporta um juízo prévio, pois pres-

45 supôs-se I como juízo prévio que são inimigo políticos. Mas temos contra nós o seguinte: a tomada prévia de posição não provém da vantagem do juiz, mas de outra parte, pois no juízo prévio, se se suprimir a pessoa que recebeu o benefício e se advogar uma causa judiciária diante de outra, imediatamente se torna bem constituída, uma vez suprimida a tomada prévia de posição. Mas tal não se passa

50 assim. Esta questão é, portanto, I desajustada¹⁵ para o lado do acusador, que está em posição forte. De má conduta, por exemplo: “uma lei determina: «O filho ilegítimo partilhará da herança em partes iguais com o legítimo. E o legítimo fará a partilha dos bens». Um homem faleceu, deixando um filho legítimo e também um ilegítimo de uma relação com um escrava. O filho legítimo, ao efectuar a partilha dos bens, inscreveu a mãe do ilegítimo como uma das parte da herança, inscrevendo tudo o resto na outra parte da mesma. E foi julgado por má conduta.” Mas

55 reportamos também I este caso à questão desajustada para um dos lados.

¹⁴ Cf. *Estados de causa* 39.11-14 e 75.11-76.2.

¹⁵ A lógica de raciocínio do escoliasta é: “não se trata de uma μετάστασις. Também não é um προειλημμένον. É antes um έτερορρεπές.”

98. *ib.*]

Αἱ ὠφέλειαι γίνονται διχῇ κατὰ τὸ ἐκκόπτειν τὰ βλάπτοντα καὶ
 προστιθέναι τὰ χρήσιμα· οὕτω τοίηνυν ὁ τεχνογράφος προκαθάρας τὴν διδα- 15
 σκαλίαν καὶ τὰ ἀσύστατα προανελών, ἔρχεται ἐπὶ τὴν τῶν χρησίμων, τουτέστι
 συνεστηκότων, διέξοδον· καὶ οὐ μόνον φησί περὶ ὅπου ποιήσεται τὸν
 5 λόγον, ἀλλὰ καὶ περὶ οὗ σιωπήσεται, σαφεστέραν τὴν διδασκαλίαν ποιούμε-
 νος. Τί δέ | ἐστὶν ὃ φησιν “εἵδους καὶ τρόπου”; Τὸ μὲν εἶδος ἐπὶ τῆς ἀπαγγε- 20
 λίας λαμβάνεται, τουτέστιν {ή} ἐπ’ ιδέας. Ἔστι δὲ πενταχῆς· πανηγυρική καὶ
 λαμπρὰ καὶ πομπική, δικανική τε καὶ εὐζωνος. Ὁρῶμεν γὰρ τοὺς ιδιωτικούς
 Δημοσθένους κομιδῇ καὶ τὴν ἐρμηνείαν εὐζωνεστέρους. | Οἱ δὲ δημόσιοι 25
 10 σεμνότεροι μὲν τούτων, οὐ καθὸ δικανικοί, ἀλλὰ καθὸ δημόσιοι, ἥττους δὲ
 ὅμως τῶν συμβουλευτικῶν. Ὁ δὲ τρόπος ἐπὶ τῶν ὑποθέσεων, λαμβάνεται δὲ
 τετραχῶς· ἢ γὰρ ἐστὶν ἔνδοξος καὶ κατὰ τὸ πρᾶγμα καὶ κατὰ πρόσωπον, ἢ
 ἄδοξος κατ’ ἀμφότερον· ἢ ἀμφίδοξος, | ἀδόξου μὲν τοῦ πράγματος ὄντος, 30
 ἐνδόξου δὲ τοῦ προώπου, ἢ τούναντίον· ἢ παράδοξος. Ἄδοξος μὲν κατ’
 15 ἀμ|φότερα, οἷον· “πορνοβοσκὸς τὰ τῶν Μουσῶν ὀνόματα ταῖς πόρναις ἐπιθεῖς 165

98

HERM.: 6 St. 34.17.

FONTES: 15-16 πορνοβοσκὸς — ἀσεβείας Sop. W4 188.19-20, Sop. Marc. W4 182.22 adn. 1, Syr. R2 44.2-3.

7 ἢ ἐπ’ ιδέας: ἢ ἐπιδέα Pa ἢ ιδέα Pc ἢ secludendum censeo || 13 ἀδόξου: ἄδοξος Pc.

98. *ib.*]

Agir proveitosamente faz-se de duas formas: eliminando aquilo que provoca prejuízo e acrescentando aquilo que é útil. Deste modo, pois, o Autor, simplificando previamente o ensino e escolhendo antecipadamente as questões mal constituídas, avança para o desenvolvimento das úteis¹⁶, isto é, das bem constituídas.

- 5 E não anuncia apenas l aquilo que vai dizer, mas também aquilo que vai passar em silêncio, tornando mais claro o seu ensino. O que é que ele quer dizer com “de espécies e modos”? Utiliza-se “espécie” a respeito da expressão, isto é, “do estilo”. Assume cinco variantes: panegírica, brilhante, cerimoniosa, judiciária e ligeira. Vemos, com efeito, que os discursos privados de Demóstenes são muito
- 10 mais ligeiros na sua expressão. Os públicos são l mais solenes do que estes, não porque sejam judiciários, mas por serem públicos; menos, todavia, do que os deliberativos. Diz-se o “modo” a respeito das causas, de quatro formas: ou é honroso, quer em relação ao acto, quer em relação à pessoa; ou desonroso em relação a ambos; ou dúbio, sendo o acto desonroso e a pessoa honrada, ou vice versa; ou
- 15 contraditório¹⁷. Desonroso relativamente l a ambos, por exemplo: “um proxeneta,

¹⁶ Ἐπὶ τὴν τῶν χρησίμων: cf. Cristóvão cod. Mess. S. Salv. 119 f. 29v (ao. Rabe “De Christ...” 244, Glöckner *Quaestiones*... 29).

¹⁷ Sobre ἐνδοξος, ἄδοξος, ἀμφίδοξος e παράδοξος, os quatro tipos de causa a defender pelo orador, em função da opinião previamente formada pelos juízes em relação aos objectos das mesmas, cf. Lausberg, *Handbuch*..., § 64.

κρίνεται ἀσεβείας”. Ἐνδοξος δὲ κατ’ ἀμφοτέρων, οἷον· “Θεμιστοκλῆς μετὰ τὰ
 ἐν Σαλαμῖνι συμβουλεύει θύειν τοῖς ἀνέμοις”· καὶ γὰρ τὸ | πρόσωπον ἔνδοξον 5
 Θεμιστοκλῆς· καὶ τὸ πρᾶγμα ἢ εὐσέβεια. Ἀμφίδοξος δὲ τοῦ μὲν προώπου
 ὄντος ἐνδόξου, τοῦ δὲ πράγματος ἀδόξου, οἷον· “Περικλῆς ταῖς θεραπαίναις τὰ
 20 τῶν Μουσῶν ὀνόματα ἐπιθεῖς κρίνεται ἀσεβείας”. Ἀμφίδοξος δὲ τοῦ μὲν
 προώπου ὄντος ἀδόξου, τοῦ | δὲ πράγματος ἐνδόξου, οἷον εἰ Σίφνιόν τινα 10
 ὑποθώμεθα, μετὰ τὰ ἐν Σαλαμῖνι συμβουλεύοντα τοῖς Ἀθηναίοις θύειν τοῖς
 ἀνέμοις. Παράδοξος δέ, ὡς ἐν τῷ Κατὰ Ἀριστοκράτους· παρὰ νόμον γὰρ
 καθεστηκυίας τῆς γραφῆς εὐρίσκεται περὶ τῆς Χερσονήσου διαλεγόμενος, 15
 25 ὅπερ παρὰ τὴν ὑπόνοιαν καὶ δόξαν καὶ τῶν τηνικαῦτα συνόντων αὐτῷ ἦν.

98

FONTES: 16-17 Θεμιστοκλῆς — τοῖς ἀνέμοις cf. Sop. W4 181.17 adn. 1, Marc. ib. 185.21-22, Syr. R2 42.18-19.

LOCi: 23-25 ἐν τῷ κατὰ Ἀριστοκράτους κ.τ.λ. cf. Dem. 23.

17 ναυμαχίαν post Σαλαμῖνι add. W7 || 20 ἀμφίδοξος: παράδοξος Pc || 20-21 τοῦ μὲν — ἐνδόξου om. Pc || 22 τοῖς Ἀθηναίοις om. Pc || 23 Ἀριστοκράτην Pc || παρὰ νόμον Pa: παράνομον Pc παρανόμου W7 || 24 Χερσονήσου: Χερσωνήσου Pa Χερσονήσου Pc Χερσοννήσου W7 || διαλεγόμενον Pc || 25 alt. καὶ om. Pc.

- que pôs às suas prostitutas os nomes das Musas, é julgado por impiedade”. Honroso relativamente a um e à outra, por exemplo: “Temístocles, após a batalha de Salamina, decidiu oferecer um sacrifício aos ventos”. Com efeito, a pessoa de Temístocles é honrada. E o acto constitui uma iniciativa piedosa. Dúbio, sendo a pessoa honrada, mas o acto desonroso, por exemplo: “Péricles, tendo posto às
- 20 criadas os nomes das Musas, é julgado por impiedade”. Dúbio, sendo a pessoa desonrosa, mas o acto honroso, por exemplo: se supusermos que “um sífnio, após a batalha de Salamina, aconselhou os Atenienses a oferecer um sacrifício aos ventos”. Contraditório, por exemplo: no discurso *Contra Aristócrates*¹⁸, encontra-
- 25 Quersoneso, o que estava em contradição relativamente à suspeita e à opinião daqueles que, por essa altura, estavam do lado dele.

¹⁸ É necessário ter presente o assunto do *Contra Aristócrates* em geral ou, pelo menos, o início do exórdio. Caridemo de Óreo, general de Cersoblepte, rei da Trácia, recebera de Atenas o direito de cidadania pelos serviços prestados à cidade. Aristócrates havia mesmo promulgado um decreto, válido para toda a confederação ateniense, que condenava a prisão quem matasse Caridemo e ao exílio quem libertasse o assassino. Demóstenes insurge-se contra este decreto e contra os privilégios concedidos a Caridemo, alegando que era contrário aos interesses do Estado ateniense. Um dos principais argumentos do orador é que este decreto traria, como consequência para o Estado, o risco da perda da possessão do Quersoneses.

99. *ib.* 34.17 εἶδου]

Ὁ Μινουκιανὸς τῷ περὶ στάσεων λόγῳ καὶ τὸν περὶ ἰδεῶν συνανέφυρεν,
οὐ γενναῖόν τι καὶ λόγου ἄξιον διδάσκων ἡμᾶς· οὐδὲ περὶ τοῦ καθόλου | τῶν 20
προβλημάτων εἶδους ἢ τῶν τρόπων, ὥσπερ ὁ τεχνικὸς ἐν τῷ Περὶ ἰδεῶν λόγῳ
ἐδίδαξεν, ἀλλὰ ψεκάδας τινὰς εἰδῶν καὶ τρόπων ἰσχνῶς καὶ μικρολόγως
5 ὑποτιθεῖς, καὶ πέντε δὴ τινὰ εἶδη προβλημάτων εἰσάγων· πανηγυρικόν,
δικανικόν, ἡθικόν, παθητικόν καὶ μικτόν· τέττα|ρας δὲ τρόπους· ἔνδοξον, 25
ἄδοξον, ἀμφίδοξον καὶ παράδοξον. Εὐρεσιλογίας τινὰς ἀνευρίσκων καὶ
ἀσάφειαν | ἐντεῦθεν καὶ σύγχυσιν ἐργαζόμενος. Ὅπερ ὁ τεχνικὸς εὐκρινείας 166
καὶ τοῦ σαφοῦς ἐπιμελόμενος οὐ ποιεῖ.

99

LOCI: 3 ἐν τῷ Περὶ ἰδεῶν λόγῳ cf. *Id.*

FONTES: 5-6 εἶδη — μικτόν de Minuciani quinque problematum speciebus cf. Marc. W4 185.18-19, Syr. R2 42.16-17 || 6-7 τέτταρας — καὶ παράδοξον Syr. R2 43.23-25.

Hoc Σ 98 numero ad mg. signatum praebet Pc || 1 τῶν ante στάσεων add. Pa || 5 δὴ om. Pc || 6 τέτταρας: διὰ Pc.

99. *ib.* 34.17 “... espécie...”]

Minuciano compactou a exposição dos estados de causa com a das categorias de estilo, não nos ensinando nada de boa qualidade, nem digno de nota, nem mesmo sobre a generalidade das espécies e dos modos de problemas, tal como o nosso Autor no-lo ensinou em *Categorias de estilo*, antes apresentando algumas minudências sobre espécies e modos, elementar e minuciosamente, e introduzindo

5 ainda algumas espécies | de problemas, em número de cinco: panegírica, jurídica, ética, patética e mista¹⁹; e quatro modos: honroso, desonroso, dúbio e contraditório. Tem facilidade em encontrar argumentos, o que fez cair na obscuridade e na confusão. É isto que o nosso Autor não faz, pela atenção que dispensa à nitidez e à clareza.

¹⁹ Quanto ao número de εἶδη προβλημάτων, há variações entre os comentaristas. O Anónimo apresenta aqui a lista de cinco espécies de problemas de Minuciano, da qual dão testemunho Marcelino e Siriano (W4 185.18-19 e R2 42.16-17), citados no aparato de fontes. Contudo, o mesmo Siriano W4 R2 43.20 (= W4 182.16-17 n. 1) dá de Minuciano lista idêntica a esta, com a omissão, porém, da espécie panegírica. O texto de Siriano R2 *loc. cit.* (e citado em W4 *loc. cit.*) tem como fonte o cod. Marciano 433 (Mr Rabe = Ven. W4) do séc. XI. A edição aldina, todavia, atribui este último escólio de Siriano R2 42.18sq. a Marcelino e Sópatro (cf. W4 *loc. cit.* n. 1).

100. *ib.*]

“Espécie” é um “estilo”²⁰, tal como: o brilhante e o floreado. “Modo” é a matéria subjacente ao problema, à qual se acrescenta o estilo. São apresentadas cinco espécies de problemas, assim como quatro modos. A um designa por “honroso”, a
 5 outro por “desonroso”, a outro por “dúbio” e a outro ainda por “contraditório”. | A forma de estilo difere da espécie pelo facto de esta ser uma divisão do género, como se eu dissesse que o “judiciário” e o “deliberativo” são divisões da retórica; ao passo que a forma de estilo constitui uma qualidade da expressão, por exemplo: a veemência, ou a rudeza, ou o brilho, e analogamente, em relação às demais. Tal é, com efeito, o objecto da teoria das categorias de estilo. Mas, por vezes, ambos os termos encontram-se em simultâneo, a espécie e a forma, e a espécie
 10 judiciária, eventualmente, beneficia da forma judiciária²¹. Por vezes, inversamente, a forma de estilo panegírica entrelaça-se com a espécie judiciária, a forma de estilo panegírica com a deliberativa e a deliberativa com a judiciária.

²⁰ Cf. Marcelino W4 184.31-185.1, 185.19-20, em que cada *ἰδέα* é designada como tal ou *χαρακτήρ* “estilo”. Todavia, segundo este escoliasta (*ib.* 185.15), Hermógenes entende *εἶδος* como *ἰδέα*. É, pois, possível que o nosso Anónimo tenha tomado este comentário e o tenha sintetizado com a afirmação *εἶδος μὲν ὁ τοιόσδε χαρακτήρ*.

²¹ Cf. *Estados de causa* 34.20-21.

100. *ib.*]

- Εἶδος μὲν ὁ τοιόσδε χαρακτήρ, οἷον ὁ λαμπρός, ὁ ἀνθηρός, τρόπος δὲ ἡ
 ὑποκειμένη ὅλη τῷ προβλήματι, | πρὸς ἣν γίνεται ὁ χαρακτήρ. Ὡσπερ δὲ 5
 πέντε εἶδη τοῦ προβλήματος ὑποτίθεται, οὕτω καὶ τέτταρας τρόπους· καὶ τὸν
 μὲν λέγει ἔνδοξον, τὸν δὲ ἄδοξον, τὸν δὲ ἀμφίδοξον, τὸν δὲ παράδοξον.
 5 Διαφέρει δὲ ἡ ἰδέα τοῦ εἶδους, τῷ τὸ μὲν εἶδος ἀπὸ γένους διαιρεῖσθαι, οἷον
 φημι | ἀπὸ τῆς ῥητορικῆς τὸ δικανικὸν καὶ συμβουλευτικόν· τὴν δὲ ἰδέαν 10
 ποιότητα εἶναι τῆς φράσεως, οἷον τὴν σφοδρότητα ἢ τραχύτητα ἢ λαμπρό-
 τητα, καὶ ἄλλα ὁμοίως· περὶ ταῦτα γὰρ τὰ τῆς ἰδέας κατέστηκεν. Ἐνίστε δὲ
 εἰς ταῦτ' ἄμφω συνέρχεται τό τε εἶδος καὶ ἡ ἰδέα, καὶ τὸ | δικανικὸν εἶδος, εἰ 15
 10 τύχοι, δικανικῆς ἀπολαύει τῆς ἰδέας. Ἐνίστε δὲ ἐναλλάξ καὶ εἶδει δικανικῷ
 πανηγυρικῇ ἰδέᾳ συμπλέκεται, καὶ πανηγυρικῇ συμβουλευτικῷ, καὶ
 συμβουλευτικῇ δικανικῷ.

100

HERM.: 9-10 τὸ δικανικὸν — τῆς ἰδέας cf. *St.* 34.20-21.

FONTES: 1 χαρακτήρ cf. Marc. W4 184.31-185.1, 185.19-20. ud. Etiam *ib.* 185.15, ubi ἰδέα ap. Herm. idem esse atque εἶδος dicitur || 3-4 τέτταρας — παράδοξον cf. Marc. W4 184.27-28 || 5-7 διαφέρει — λαμπρότητα cf. Sop. *ib.* 191.22-192.1.

**1. *ib.* 34.18-21 τὰ μὲν γὰρ εἶδη καὶ τοὺς τρόπους διὰ τοῦτο
μανθάνομεν δήπου, ἵνα ταῖς οἰκείαις ιδέαις τῶν λόγων
χρώμενοι τὰ προβλήματα μελετῶμεν]**

Τὰ “εἶδη” — φησί — καὶ οἱ “τρόποι”, ἡγουν αἱ ιδέαι καὶ | τὰ δι’ ὧν 20
γίνονται, οἷον ἔννοια μέθοδος καὶ | τὰ λοιπὰ διὰ τὰ προβλήματα καὶ τὰς 167
στάσεις εἰσίν, “ἵνα ταῖς οἰκείαις ιδέαις ταῦτα μελετῶμεν”. ὅταν μὲν ἦ
δικανικὸν τὸ πρόβλημα, ταῖς προσφυέσι τῷ δικανικῷ, οἷον τῇ ἀφελείᾳ
5 μᾶλλον καὶ ἐπιεικείᾳ καὶ τῷ ἠθικῷ πλεονάζον|τας· ὅταν δὲ συμβουλευτικὸν 5
ταῖς προσφόροις τῷ συμβουλευτικῷ, οἷον τῷ μεγέθει πλέον καὶ τῷ ἀξιώματι
τοῦ λόγου χρωμένους· ὅταν δὲ πανηγυρικὸν ταῖς ἐπιπρεπούσαις τῷ
πανηγυρικῷ, οἷον τῷ κάλλει καὶ τοῖς τοῦ κάλλους καὶ τῷ ὠραίῳ καὶ ἀβρῷ
λόγῳ ἐπὶ μᾶλλον προσέχοντας.

2. *ib.* 35.3 εἰς τὰ λεγόμενα κεφάλαια]

| Τοῦ πολιτικοῦ λόγου, τὰ μὲν μέρη καλοῦνται ὡς προοίμιον, διήγησις καὶ 10
ἐξῆς, τὰ δὲ κεφάλαια, ὡς τὰ στοχαστικά, ὀρικά, ἀντιληπτικά, ἅπερ τοῖς μέρεσι
τοῦ λόγου συμπλέκονται. “Λεγόμενα” δὲ ταῦτα καλεῖ διὰ τὴν πολυωνυμίαν.
Οἱ μὲν γὰρ “συμπεράσματα” αὐτὰ καλοῦσιν, οἱ | δὲ “ἐπιφοράς”, οἱ δὲ 15
5 “ζητήματα”, οἱ δὲ “περιεχόμενα”. Τὰ μερικώτερα τοίνυν ἀγνοοῦντας πρὸς τὴν
τῶν ἡλικιωτέρων τρέπεσθαι ζήτησιν, ἅπερ ἐστὶ τὰ τε εἶδη καὶ οἱ τρόποι,
παντελῶς ἀνόητον.

1

HERM. 1 εἶδη *St.* 34.19 cf. lemma || τρόποι *ib.* || 2 *ib.* 34.20-21.

5 ταῖς: τοῖς *Pc.*

2

HERM.: 3 *St.* 35.3 cf. lemma.

FONTES: totum Σ ex *Syr. Sop.* W4 194.15-24 sumpsit An.

2 alt. τὰ om. *Pc* || 3 συμπλέκονται fort. e fonte *Pc* unde ego: συνεπιπλέκονται *Pa* || 3 καὶ ante διὰ add.
Pc || 4 ἐπιφοράς: διαφοράς *Pc* || 6 οἱ om. *Pc.*

1. *ib.* 34.18-21 “Com efeito, aprendemos as espécies e os modos, certamente, com o propósito de praticarmos os problemas, socorrendo-nos das categorias de estilo apropriadas.”]

As espécies — diz ele —, e os modos, quer dizer, as categorias de estilo e os elementos que as constituem, por exemplo: “pensamento”, “método”, etc., existem em função dos problemas e dos estados de causa²², “a fim de nos exercitamos com as categorias de estilo apropriadas”. Quando o problema é judiciário, usam-se abundantemente²³ as categorias de estilo próprias do judiciário, por exemplo, a simplicidade²⁴ em especial, e também a moderação²⁵ e o elemento ético²⁶; quando é deliberativo, recorre-se às categorias de estilo conformes ao deliberativo, por exemplo: a grandeza²⁷ — principalmente — e a autoridade²⁸ do discurso; mas, quando é panegírico, atemo-nos mais e mais às formas adequadas ao panegírico, por exemplo, à beleza²⁹ e às categorias da beleza, e ao estilo gracioso e alegre³⁰.

2. *ib.* 35.3 “... nos chamados tópicos capitais...”]

Chamam-se partes do discurso político o “proémio”, a “narração”, etc.. Os tópicos capitais por: “conjecturais”, “definitivos” e “justificativos”, os quais se combinam estreitamente com as partes do discurso. Ele qualifica-os de “assim chamados” devido à multiplicidade de designações. Uns chamam-lhes “conclusões”, outros “sequências”, outros “questões” e outros ainda “conteúdos”. É, portanto, totalmente insensato que eles, ignorando elementos mais particulares, se voltem para a inquirição dos que são mais gerais, os quais são as espécies e os modos.

²² O escoliasta não cita literalmente Hermógenes (uma vez que este não se pronuncia exactamente nestes termos), mas parafraseia-o e interpreta-o. Cf. *Estados de causa* 34.18-21, lema do escólio.

²³ Nota-se, e até ao fim do escólio, um desenvolvimento paradigmático do cuidado com o discurso redundante e reiterativo, mas sem repetir as mesmas ideias nos mesmos termos: *πλεονάζοντας/ χρωμένους/ προσέχοντας, μᾶλλον/ πλέον/ ἐπὶ μᾶλλον* e *ταῖς προσφύσει/ ταῖς προσφόροις*.

²⁴ Cf. o respectivo tratamento em Herm. *Categorias de estilo* 322.4-329.24.

²⁵ Cf. *ib.* 345.5-352.14.

²⁶ Cf. *ib.* 320.17-322.3.

²⁷ Cf. *ib.* 241-242.

²⁸ Cf. *ib.* 226.21, 256.5 e *passim*.

²⁹ Cf. *ib.* 296-312.

³⁰ Cf. *ib.* 339.14-15, 344.25.

3. *ib.*]

Εἰ διὰ τὰ προβλήματα, φησί, καὶ τὰς στάσεις αἱ | ἰδέαι εἰσίν, ἵνα ταύταις 20
 ἐκεῖνα μελετῶμεν, καὶ δι' ἐκεῖνα αὗται ἐπενοήθησαν, κακεῖνα τούτων τὰ
 αἷτια, ἀμήχανον πρὸ τῆς τῶν προβλημάτων καὶ στάσεων διαγνώσεως καλῶς
 τὰς ιδέας γινώσκειν. Ὡς περ ἀδύνατον πρὸ τῆς ὑποκειμένης ὅλης τὴν μορφήν
 5 θεωρεῖν καὶ περιεργάζεσθαι, ἢ πρὸ | θεμελίων τὴν ὀροφὴν ἢ πρὸ τῆς 25
 ὑλωδεστέρας καὶ παχυτέρας οὐσίας τὴν λεπτοτέραν τε καὶ δυσθεωρητοτέραν
 ὑπάρξουσιν.

**4. *ib.* 35.6-7 διδάσκειν οὖν πρό γε ἐκείνων τὸν περὶ ἰδεῶν
 λόγον καὶ πάντῃ ἀνόητον]**

| Εὐηθείας φησί καὶ ἀνοίας μεστόν τὸ πρὸ τῶν αἰτίων τὰ αἰτιατὰ 168
 πειρᾶσθαι διδάσκειν καὶ προτιθέναι εἰς μάθησιν.

3. *ib.*]

Se — diz ele — é em função dos problemas e dos estados de causa que existem as categorias de estilo³¹, com a finalidade de neles nos exercitarmos utilizando estas últimas, foi também em função dos problemas e estados de causa que as categorias de estilo foram concebidas: e se aqueles são a razão de ser destas, “é inexequível compreender bem estas últimas sem o conhecimento prévio
5 daqueles”. Do mesmo modo, é impossível examinar e elaborar a forma l antes da matéria que lhe subjaz, ou o telhado antes dos alicerces, ou ainda aquilo que é mais subtil e indiscernível antes daquilo que é mais denso e sólido.

4. *ib.* 35.6-7 “É completamente insensato ensinar as categorias de estilo antes destes conhecimentos.”]

Diz ele que é plena de insensatez e de loucura a tentativa de explicar e expor, com fins pedagógicos, as consequências antes das causas.

³¹ Cf. supra escólio 3.1.1-3 e n. *ad locum*.

5. ib. 35.7 ἄλλως]

Τρίτην ἀποδίδωσιν αἰτίαν τοῦ μὴ περὶ ἰδεῶν | διαλαβεῖν νῦν. Μίαν μὲν 5
 ὅτι ἀναγκαῖον τὴν εἰς τὰ κεφάλαια διαίρεσιν γνῶναι, καὶ τὴν στάσιν ἣτις
 καθέστηκε, καὶ τὰ πρόσωπα καὶ τὰ πράγματα, πρὸς ἃ ἀνάγκη τοὺς λόγους
 ἐπενεγκεῖν. Δευτέραν δὲ ὅτι οὐ τοῦ παρόντος καιροῦ περὶ τούτων εἰπεῖν· ἢ
 5 γὰρ μικρὰ περὶ αὐτῶν εἰπόντες | ἀτελῇ τὸν λόγον ἐάσομεν, ἢ σαφῶς περὶ αὐ- 10
 τῶν εἰπεῖν βουλόμενοι περιττόν τι καὶ ἀπειρόκαλον ὑποίσομεν, πέρα τοῦ
 δέοντος τὸν λόγον ἐκτείναντες. Τρίτον δὲ ὅτι τὸ Περὶ ἰδεῶν ἐντελέστερον
 ἐστὶ τοῦ περὶ διαιρέσεως· ἄτοπον δὲ τὸ ἐντελέστερον ἐν τῷ ἀτελεστέρῳ
 λέγειν. Διὸ τάξιν τῷ | λόγῳ τῷ περὶ ἰδεῶν ὁ τεχνικὸς ἐφύλαξεν. Ἔστι γὰρ ἢ 15
 10 πρώτη τῶν αὐτοῦ συγγραμμάτων τάξις ἢ τῶν προγυμνασμάτων. Δευτέρα ἢ
 παροῦσα {τῶν} στάσεων. Τρίτη ἢ Περὶ ἰδεῶν.

6. ib. 35.9 παρέργου]

Οὐ μόνον ἀνόητόν φησι τὸ Περὶ ἰδεῶν διδάσκειν πρὸ τῆς διδασκαλίας τῶν 20
 στάσεων, ἀλλὰ καὶ ὁ τοῦ παρέργου λόγος ὑπερβαλεῖ πάντως καὶ μείζον ἔσται
 τοῦ ἔργου τὸ παρέργον, παρέργον δὲ αὐτὸ διὰ τὴν ἀκαιρίαν, οὐ διὰ τὴν τοῦ
 πράγματος ὀνομάζων εὐτέλειαν.

5

HERM.: 7, 11 Περὶ ἰδεῶν cf. *Id.* || 10 ἢ τῶν προγυμνασμάτων cf. *Prog.* || 10-11 ἢ παροῦσα στάσεων cf. *St.*

FONTES: 1-9 τρίτην — λέγειν Marc. W4 194.25-195.14 || 4-7 δευτέραν — ἐκτείναντες Minuc. ap. Marc. ib. 195.5-11. uerba 4-5 δευτέραν — ἐάσομεν contra Minuc. scripta sunt || 7-9 τρίτον — λέγειν ib. 195.12-14.

1 τρίτην Pa: τρίτην Pc fons || 3 ἃ om. Pc || 5 ἐάσομεν: ἐάσωμεν fons || 7 ἐκτείναντες e fonte ego: ἐκτείνοντες testes || 9, 11 τῶν ante ἰδεῶν add. Pa.

6

1 τῶν ante ἰδεῶν add. Pa.

5. *ib.* 35.7 “... além disso,...”]

Ele fornece uma tríplice razão para não debater em pormenor, por agora, as categorias de estilo. Em primeiro lugar, porque é necessário compreender a divisão nos tópicos capitais, o estabelecimento do estado de causa, as pessoas e os actos, que devem tomar em consideração os argumentos produzidos. Em segundo lugar, porque não é o momento de falar deles, pois ou deixaríamos a exposição incompleta, dizendo l pouca coisa sobre eles, ou, na intenção de os tratar com clareza, acrescentaríamos algo de supérfluo e de grosseiro, estendendo-a para além do necessário. Em terceiro, porque o tratado *Categorias de estilo* é mais desenvolvido do que o que versa a divisão³². É absurdo tratar o mais desenvolvido no interior do menos desenvolvido. Por isso, o Autor respeitou o lugar ocupado pela exposição sobre as categorias de estilo. Com efeito, entre as suas obras, l o primeiro lugar é da que trata dos exercícios preparatórios. O segundo é o da presente obra, relativa aos estados de causa. O terceiro, da que versa as categorias de estilo.

6. *ib.* 35.9 “... o tema acessório...”]

Ele não só diz que é insensato ensinar a teoria das categorias de estilo antes de ensinar a dos estados de causa, como também o tema acessório tomará a preponderância e o tema acessório será maior do que o principal, chamando-lhe “acessório” por vir fora de contexto, e não por ser assunto de pequena importância.

³² Entende-se esta διαίρεσις “divisão”, especificamente, como a divisão das questões políticas nos tópicos capitais, isto é, as στάσεις, assunto deste tratado (cf. *Estados de causa* 28.7-13; ver também escólios 1.12 e 13).

7. ib. 35.10 πραγματείας]

Τὸ εἰπεῖν τίς ἐκάστη αὐτῶν χρειά καὶ πότε | χρηστέον καὶ πῶς, οὐ τῆς 25
 τυχουσῆς πραγματείας· ποῖα χρηστέον ἰδέα, ποίοις μετασχηματισμοῖς (οἷον τῇ
 σφοδρότητι καὶ τραχύτητι καὶ ἐξῆς), ποῖον εἶδος λόγου ποιεῖ καθαρὰν
 ἔννοιαν, ἀνάπαυσιν καὶ ἐξῆς, ταῦτα τῇ Περὶ ἰδεῶν βίβλῳ διεξέρχεται.

**8. ib. 35.12-14 νῦν οὖν περὶ ἐκείνης τῆς διαιρέσεως λεκτέον τῆς
 εἰς τὰ κεφάλαια]**

30

| Ὁ καὶ ἐν προθύροις εἶρηκε τῆς διδασκαλίας, ὅτι “περὶ τῆς τῶν πολιτικῶν 169
 ζητημάτων διαιρέσεως εἰς τὰ λεγόμενα κεφάλαια ὁ λόγος” αὐτῷ, τοῦτο καὶ
 “νῦν” φησιν ὅτι “περὶ ἐκείνης τῆς διαιρέσεως λεκτέον τῆς ἀφ’ ἐκάστης
 στάσεως εἰς τὰ οἰκεῖα τούτων κεφάλαια”.

7

HERM.: 1 ἐκάστη αὐτῶν χρειά cf. St. 35.12 τῆς χρήσεων αὐτῶν <sc. ἰδεῶν> ἐκάστης λόγος || 4 ταῦτα τῇ
 Περὶ ἰδεῶν βίβλῳ cf. Id.

FONTES: 1-2 τὸ εἰπεῖν — πραγματείας Marc. W4 196.14-16 || 2-4 ποῖα — διεξέρχεται ib. 196.10-14.
 4 ταῦτα ego: ἃ testes.

8

HERM.: 1-2 St. 28.11-12 || 3-4 νῦν — κεφάλαια ib. 35.12-14 cf. lemma.

7. *ib.* 35.10 “... tarefa...”]

A exposição de qual é a utilização de cada uma delas e o momento e o modo por que deve ser utilizada não são o objecto de um tratado ordinário; qual a forma de estilo a utilizar, quais as transformações (tais como, a veemência, a rudeza, etc.), qual a espécie de discurso que torna puro o pensamento, a pausa, etc., são assuntos desenvolvidos no livro *Categorias de estilo*.

8. *ib.* 35.12-14 “Agora, pois, aquilo de que é preciso falar é da divisão em tópicos capitais.”]

Aquilo que ele afirmara no preâmbulo da sua lição, que o seu “tema seria a divisão das questões políticas nos chamados «tópicos capitais»”, reitera-o também “agora”, ao escrever que “é necessário falar da divisão de cada estado de causa nos tópicos capitais que lhes são apropriados”.

9. *ib.* 35.15-17 διαιρήσει τοίνυν ὀρθῶς ὁ τὴν τε διαφορὰν καὶ
τὴν δύναμιν τῶν τε προσώπων καὶ τῶν πραγμάτων καὶ ἔτι 5
τὴν λεγομένην στάσιν ἐπιγνοὺς τοῦ ζητήματος]

Πάλιν τῶν προτέρων μέμνηται ἐπικυρῶν τὰ οἰκεία, ὅτι ἐκεῖνος ὀρθῶς καὶ
ὡς ἄριστα διελεῖν δυνήσεται ὁ τὴν ἡμῖν εἰρημένην διαφορὰν τῶν προσώπων
καὶ τῶν πραγμάτων ἐπεγνωκῶς, καὶ προσέτι τὴν λεγομένην στάσιν, περὶ ἧς 10
μέλλει λέγειν ἐπιγνοὺς τοῦ ζητήματος. Ἐπεὶ γὰρ ἐκάστη στάσις ἰδίους
5 κεφαλαίοις διήρηται, δεῖ καὶ | στάσιν ἐκάστην, ὅποια τίς ἐστίν, ἐπιγνῶναι, δι'
ἧς μέλλομεν ὑποθέσθαι μεθόδου· ὥσπερ καὶ περὶ τῆς τῶν προσώπων καὶ
πραγμάτων διαφορὰς ὑπεθέμεθα, καὶ μετὰ τὸ καὶ τὴν τῶν στάσεων
προσλαβέσθαι διάγνωσιν, οὕτως ἐπὶ τὴν τῶν κεφαλαίων χωρῆσαι διαίρεσιν.

10. *ib.*]

| Τοῦτό φησιν ἐνταῦθα ὅτι <ὁ> εἰδὼς τὴν τῶν προσώπων ποιότητα καὶ τὴν 15
τῶν πραγμάτων ὀρθῶς διαιρήσει. Ἐπὶ μὲν τῶν προσώπων πόσῃ ὅλην ἔχει τὰ
κύρια, καὶ τὰ λοιπά, καὶ τί ἀλλήλων διενηνόχασιν. Ἐπὶ δὲ τῶν πραγμάτων
σκοπεῖν δεῖ τὸ κρινόμενον, εἰ αὐτοῦ τοῦ φεύγοντος ὡς ποιήσαντος 20
5 ἐγκαλουμένου, ἢ ἑτέρου πράξαντος, καὶ ἐπὶ τῶν ἄλλων ὁμοίως. Προστίθῃσι
δὲ καὶ τὸ τῆς στάσεως. Δεῖ γὰρ εἰδέναι πρότερον καὶ τὴν στάσιν τοῦ ζητήμα-
τος. Τοῦτο γὰρ συμβάλλεται πρὸς τὸ ἐπιγνῶναι τὴν διαίρεσιν· οὐ γὰρ τῆς
αὐτῆς στάσεως εἰσι πάντα τὰ | ζητήματα. Τοῦτο δὲ λέγει, ἐπειδὴ ἀκολουθεῖν 25
τῇ ποιότητι τῶν προσώπων καὶ τῶν πραγμάτων δεῖ καὶ τὸν στοχασμόν. Πρὸς
10 τὰ κεφάλαια δὲ εἰπὼν αἰνίττεται ὅτι καὶ μία τοῦ στοχασμοῦ τυγχάνει
διαίρεσις· πρόσωπα γὰρ καὶ πράγματα λαμβάνει τὴν διαίρεσιν.

9

HERM.: 2-4 τὴν ἡμῖν — τοῦ ζητήματος cf. *St.* 35.15-17.

FONTES: 1 πάλιν τῶν προτέρων cf. *Marc.* W4 198.8-9

7 πραγμάτων: συμπραγμάτων *Pc.*

10

FONTES: 2-5 ἐπὶ μὲν — ὁμοίως *Syr. Sop.* W4 197.11-15 || 6 δεῖ — τοῦ ζητήματος cf. *Syr. Sop.* W4 198.1.

1-2 τὴν τῶν πραγμάτων *Pc* unde ego conferens etiam supra τὴν τῶν προσώπων ποιότητα: τὴν om. *Pa* ||
9 τοῖς πρώτοις *Pc* || alt. καὶ om. *Pc* || 10 αἰνίττεται *Pa.*

9. *ib.* 35.15-17 “Dividi-la-á quem reconhecer a diferença e as potencialidades de pessoas e actos e ainda o chamado «estado de causa da questão».”]

De novo ele faz menção dos pontos anteriores, confirmando os tópicos apropriados, com a afirmação de que se poderá fazer uma divisão correcta, e a melhor possível, com o conhecimento da variedade, por nós já tratada, das pessoas e dos actos, e ainda com o conhecimento do chamado estado de causa da questão, sobre
 5 o qual vamos falar. Com efeito, visto que cada estado de causa está dividido l em tópicos capitais específicos, é preciso também conhecer em que consiste cada um deles, pelo método que vamos expor, à semelhança do que já fizemos com a variedade das pessoas e dos actos; e, só depois de lhe ter acrescentado a respectiva análise, passar então à divisão dos tópicos capitais.

10. *ib.*]

Ele afirma aqui o seguinte: quem conhecer a qualidade das pessoas e dos actos fará uma divisão correcta. No tocante às pessoas, qual a quantidade de matéria contida nas pessoas designadas por um nome próprio e nas demais, e em que diferem umas das outras. No tocante aos actos, que é necessário atentar no ponto
 5 em julgamento, se é o próprio réu que é acusado por havê-los l praticado, ou outro a praticá-los, e de modo semelhante no que respeita às outras categorias de pessoas³³. Acrescenta também aquilo que concerne ao estado de causa: com efeito, é necessário conhecer previamente também o estado de causa da questão. Isto contribui para o conhecimento da divisão, pois as questões não respeitam todas ao mesmo estado de causa. Além disso, ele diz isto, uma vez que a conjectura deve ser uma consequência natural da qualidade das pessoas e dos actos. No entanto,
 10 referindo-se l aos tópicos capitais, ele dá a entender que a divisão da conjectura é a única: são, efectivamente, as pessoas e os actos que admitem divisão.

³³ *Ib.* 30.21 sqq.

11. *ib.*]

Μετὰ τὸν τῶν ἄλλων ἀπάντων λόγον ἀνακεφαλαιοῦται πάλιν τὴν 30
 πραγματείαν καὶ τὸν σκοπὸν τοῦ βιβλίου· | τὰ μὲν κατὰ ἀνακεφαλαίωσιν 170
 λαβὼν, τὰ δὲ κατὰ ἀπαγγελίαν. Δῆλον δὲ ὅτι ἀνακεφαλαιούμεθα μὲν τὰ
 εἰρημένα, ἀπαγγέλλομεν δὲ περὶ τῶν μελλόντων εἰρήσεσθαι· τὸ μὲν γὰρ
 5 “προσώπων καὶ πραγμάτων” κατὰ ἀνακεφαλαίωσιν εἴρηται, τὸ δὲ “ἔτι τὴν 5
 λεγομένην στάσιν” κατὰ ἀπαγγελίαν.

12. *ib.* 35.17 τὴν λεγομένην στάσιν]

Πανταχοῦ δείκνυσιν ἑαυτὸν μὴ τῶν ὀνομάτων ἀντιποιοῦμενον, ὥσπερ καὶ
 ἀνωτέρω εἶπεν· “εἰς τὰ λεγόμενα κεφάλαια”. Καὶ ἀρμόσουσιν οἱ ἐπ’ ἐκείνου
 λόγοι καὶ ἐν|ταῦθα.

10

11HERM.: 5 *St.* 35.16 || 5-6 *ib.* 35.16-17.3 κατὰ *om.* Pc || 3 μὲν *om.* Pc || 6 ἐπαγγελίαν Pc.**12**HERM.: 2 *St.* 35.3.

11. *ib.*]

Após a exposição dos outros assuntos na sua totalidade, recapitula novamente o trabalho e o objectivo do livro. Retoma uns em recapitulação e o outro em introdução. É evidente que recapitulamos aquilo que já foi dito, ao passo que
5 introduzimos aquilo que vamos dizer. De facto, a afirmação | “de pessoas e actos” é feita como recapitulação, mas a afirmação “e ainda o chamado estado de causa” como introdução.

12. *ib.* 35.17 “... o chamado «estado de causa...”]

Por toda a obra ele mostra que não reivindica para si mesmo a autoria das designações, tal como afirma mais acima: “nos chamados tópicos capitais”. E a discussão que ele faz aqui a este respeito mostra a mesma atitude.

13. *ib.* 35.17-19 ὁθεν μὲν γὰρ εἴρηται στάσις, εἴτε ἀπὸ τοῦ στασιάζειν τοὺς ἀγωνιζομένους εἴτε ὁθενοῦν, ἑτέροις ἐξετάζειν παρήμι]

Παραλείπει τὴν ἐτυμολογίαν τῆς στάσεως, γραμματικῆς ἐρεσχελίας τὸ τοιοῦτον οἰόμενος· ἀποτείνεται δὲ πρὸς Μινουκιανὸν ἐτυμολογήσαντα. Τὴν 15
 δὲ στάσιν οἱ μὲν παρὰ τὸ στασιάζειν λελέχθαι φασίν, οἱ δὲ παρὰ τὸ | ἴστασθαι
 ἑκάτερον ἐπὶ τῆς οἰκείας προτάσεως. Τὸ μὲν οὖν παραλελοιπέναι τὴν
 5 ἐτυμολογίαν τὸν τεχνικὸν οὐκ ἂν τις δι' ἐγκλήματος αὐτῷ ποιοῖτο δίκαιον.
 Τὸ δὲ καὶ τὸν ὅρον παραλελοιπέναι τῆς στάσεως οὐ μέμψεως ἐλεύθερον 20
 καθεστάναι δοκεῖ· οὐ γὰρ ἔνεστι λέγειν, ὡς ἀλλό|τριον ῥήτορος ἦν. Φαμέν δὲ 171
 ὡς οὐ βούλεται τι τῆς | προκειμένης ἔξωθεν πραγματείας τεχνολογεῖν.
 Πρόκειται δὲ αὐτῷ περὶ τῆς διαιρέσεως τῶν ζητημάτων εἰπεῖν. Συνεβάλλετο
 10 δὲ αὐτῷ οὐδὲν ὁ τῆς στάσεως ὅρος πρὸς τὴν διαίρεσιν, ἀλλ' οὐχ ἡ μέθοδος, ἦν 5
 οὐχὶ παρέδραμεν ὡς | εἶγε οὐδὲ αὕτη ἐδόκει συμβάλλεσθαι, οὐχ ἥκιστα ἂν
 καὶ ταύτην παρεπέμψατο. Διὰ τί οὖν — φαίη ἂν τις — τὸ ζήτημα ὠρίσατο; Οὐ
 γὰρ δήπου συνεβάλλετο πρὸς τὴν διαίρεσιν ὁ τοῦ ζητήματος ὅρος. Πρὸς ὃ 10
 ῥητέον, ὡς δι' ἕτερον ἐκεῖσε λόγον τὸν ὀρισμὸν ἀποδέδωκεν. Ἐπεὶ γὰρ
 15 ἀντίκειται | τῷ ἀσυστάτῳ τὸ ζήτημα, τῶν γὰρ προβλημάτων τὰ μὲν ζητήματα,
 τὰ δὲ ἀσύστατα, λέγειν δὲ περὶ ἀσυστάτων ἐβούλετο, ἐξ ἀνάγκης ὠρίσατο τὸ
 ζήτημα, ἀποχωρίζων αὐτὸ τῆς περὶ ἐκείνων διδασκαλίας.

13

FONTES: 1-4 παραλείπει — προτάσεως cf. de Herm. contra στάσεως definitionem a Minuc. Σ Marc. W4 195.16-17, R2 47.13-20 = Syr. W4 198.23-199.3, Sop. *ib.* 199.4-8 = W5 77.12-17.

1 ἐτοιμολογίαν Pc || 7 μοι ante δοκεῖ add. Pc || 8 τι om. Pc || τῆς: τις Pc || 13 συνεβάλλετο Pa unde ego conferens supra 9: συνεβάλλετο Pc.

13. *ib.* 35.17-19 “Com efeito, a origem do termo «estado de causa», seja ela a posição tomada pelos lutadores, seja outra, é assunto cuja inquirição deixo a outros.”]

Omite a etimologia de “estado de causa”, considerando tal preocupação como uma futilidade de gramático. Ele visa Minuciano e a sua etimologia. Dizem uns que o termo “estado” tem a ver com o tomar de uma posição para uma luta; outros, porém, dizem que deriva do facto de cada uma das partes se constituir nas suas próprias proposições³⁴. Não seria justo considerar l motivo de acusação o facto de o Autor haver omitido a etimologia. Mas o facto de haver omitido a definição de “estado de causa” não parece que seja isento de censura. Com efeito, não se pode dizer que tal seja estranho ao domínio do retor. Mas afirmamos que ele não tem intenção de dissertar sobre qualquer coisa fora do tratado que se propusera. Ora, o que ele se propõe é falar sobre a divisão das questões. De nada lhe servia l a definição de estado de causa para a divisão; nem sequer o método, de que ele não passa à margem, visto que, se pensasse que de nada este serviria, nem tão pouco deixaria de fazer caso dele. Então por que motivo, — perguntar-se-ia —, definiu ele a questão? Com efeito, a definição da questão não lhe servia certamente para esta divisão. A isto é necessário responder que aí há uma outra razão para haver fornecido a definição. Uma vez que a questão se opõe à l mal constituída, sendo que há problemas que são questões, e outros que são mal constituídos, e uma vez que era sua intenção falar acerca dos mal constituídos, teve necessariamente de definir a questão, separando-a do ensino destes últimos.

³⁴ Vd. ainda o escólio menor W7 170.28-32 n. 58. Cf. Glöckner *Quaestiones...*, pp. 30-31.

14. *ib.*]

Ἐπειδὴ ἐμνήσθη στάσεως, οὐκ ἀξιοῖ περὶ τὴν | ἐτυμολογίαν διατρίψαι τὸν 15
 λόγον καὶ ζητεῖν, πόθεν εἴρηται τὸ τῆς στάσεως ὄνομα. Τινές γὰρ ἤδη καὶ περὶ
 τούτου ἠμφισβήτησαν. Φησὶν οὖν ὅτι λεπτολογία ἂν εἴη γραμματικῶν τὸ περὶ
 τούτων ποιεῖν, ῥήτορος δὲ οὐδαμῶς.

14

1 στάσεων Pc || ἐτοιμολογίαν Pc || 4 post hoc Σ alt. Σ praebebet Pc lemm. St. 35.18 ἐπιγνούς τοῦ
 ζητήματος] πολυώνυμον τὸ ζήτημα· καλοῦσι γὰρ αὐτὸ οἱ μὲν ζήτημα διὰ τὴν ἐν αὐτῷ τοῦ δικαίου
 ζήτησιν, οἱ δὲ πρόβλημα ἀπὸ τοῦ προβάλλεσθαι πρὸς διάγνωσιν τῆς ἐν αὐτῷ στάσεως, οἱ δὲ ὄρον ἀπὸ τοῦ
 περιγράφειν καὶ περιορίζειν τινά, οἱ δὲ ὑπόθεσιν ἀπὸ τοῦ υποτίθεσθαι πράγμα τι γεγονὸς ἐκ προώπου, οἱ
 δὲ μελέτην, διότι οὐκ ἄνευ τινός συνεχοῦς ἀσκήσεως ἢ περὶ τοὺς ῥητορικοὺς λόγους (ῥητορικοῦ λόγου
 perperam legit W7 τοὺς ommittens) ἐπιστήμη προσγίνεται ἀνθρώπῳ, ὥς καὶ τῶν ἄλλων ἕκαστον, οἱ δὲ
 πλάσμα καὶ γύμνασμα ἀπὸ τοῦ πράγματος ἀληθοῦς μὴ ὑποκειμένου γυμνασίας ἕνεκα μόνης πλάττειν τινὰς
 ὑποθέσεις; in Σ min. ad mg. praebebet α unde W7 171.23-32 adn. 62.

14. *ib.*]

Como fez menção do estado de causa, não achou que se devia demorar na exposição da etimologia e na inquirição de qual a origem da designação “estado de causa”. Com efeito, já entre alguns também este assunto foi objecto de controvérsia. Ora ele afirma que ocupar-se dele seria uma subtil discussão própria de gramáticos, e de modo algum de um retor.

15. ib. 35.18 στάσις]

| Ἰστέον ὅτι πανταχοῦ τὴν στάσιν ἐπὶ τοῦ ζητήματος τάττων φαίνεται, 20
οὐκέτι δὲ καὶ τὸ ζήτημα ἐπὶ τῆς | στάσεως· ἡ γὰρ στάσις τὸ ζήτημα ποιεῖ, οὐ 172
μὴν τὸ ζήτημα τὴν στάσιν, ἀλλ' ἀναλύεται εἰς αὐτήν. Στάσεις γὰρ εἰσιν αἱ
ἀνωτάτω προτάσεις· “ἐφόνευσας” καὶ “οὐκ ἐφόνευσας”. Αὗται δὲ συνιοῦσαι
5 ποιοῦσι τὸ ζήτημα, τὸ “εἰ ἐφόνευσεν”. Ἐὰν οὖν ἀναλῦσαι τοῦ|το πάλιν βου- 5
λώμεθα, ἀναλύομεν αὐτὸ εἰς τὴν στάσιν, τουτέστιν εἰς τὸ “ἐφόνευσας” καὶ
“οὐκ ἐφόνευσας”. Τοῦτο δὲ ἔφην ἐπιδεικνὺς λεγομένην τὴν στάσιν καὶ ἐπὶ τοῦ
ζητήματος. Λανθάνει γὰρ τοὺς πολλοὺς τὸ τοιοῦτο, ὥστε οὐ δυνατόν, πυνθα-
νομένου τινός “τὸ ζήτημα τόδε ποίας | εἴη στάσεως;”, ἀναστρέφειν τὴν 10
10 ἐρώτησιν. Ἡ γὰρ στάσις — φαίμεν ἄν — οὐκ ἔστι ζήτησις. Εἰ δὲ λέγοι τις
τὴν μὲν στάσιν καθολικὸν τι εἶναι, τὸ δὲ ὑποκείμενον ζήτημα μερικὸν, ἢ πρὸς
τοῦτο ἀπάντησις ῥαδία. “Ὡσπερ γὰρ ἐστὶ τις καθολικὴ στάσις καὶ μερικὴ, οὕτω
καὶ μερικὸν ζήτημα καὶ καθολικόν. “Ὡστε λέγοντες “ποίας στάσεως εἴη τόδε 15
τὸ ζήτημα;” οὐδὲν ἕτερόν φαμεν ἢ ποίου ζητήματός ἐστι τοῦτο τὸ ζήτημα.
15 Ταῦτα ἄν τις παραλογίσαιτο τοὺς ἀμαθεωτέρους, ἐπεῖτοι δῆλον ὅτι λέγεται
μὲν ἡ στάσις ἐπὶ τοῦ ζητήματος κατὰ τὸ περιεκτικώτερον, ἐξ | αὐτῆς γὰρ 20
γίνεται. Οὐ πάντως δὲ ἡ στάσις ἡ αὕτη ἐστὶ τῷ ζητήματι· ἡ μὲν γὰρ ποιεῖ, τὸ δὲ
γίνεται. Τοῦ μὲν οὖν γινομένου, τουτέστι τοῦ ζητήματος, κατ’ ἀρχὴν τὸν ὅρον
ἀποδέδωκε· περὶ δὲ τοῦ ποιοῦντος, τουτέστι τῆς στάσεως, ἐνταῦθα ἐμνήσθη,
20 ὅρον δὲ αὐτῆς οὐκ ἀποδέδωκε, καθ’ ὃν προείπομεν λόγον. Δεῖ μέντοι τοὺς 25
εἰρημένους παρ’ ἄλλοις ὅρους τῆς στάσεως ἡμᾶς ἐκθέσθαι. Τινὲς μὲν οὖν

15

FONTES: 3-4 αἱ ἀνωτάτω προτάσεις — οὐκ ἐφόνευσας Minuc. cf. Σ PhW f. 122r W5 591 ubi πρῶται
προτάσεις pro αἱ ἀνωτάτω προτάσεις legitur || 12-13 ὥσπερ γὰρ — καὶ καθολικόν Σ PhW f. 126r W5 596 ||.

2 ἐπὶ τῆς στάσεως Pa unde ego conferens supra ἐπὶ τοῦ ζητ.: ἐπὶ τὴν στάσιν Pc || 5 τὸ ante ζήτημα Pc:
om. rell. || 7 ἐπὶ: ἐπιγινούς ex St. 35.17 coni. Richter “Byz.” 3 p. 188.

15. *ib.* 35.18 “... estado de causa...”]

Há que saber que por toda a obra ele dá mostras de empregar o estado de causa em vez da questão, e de modo algum a questão em vez do estado de causa, pois é o estado de causa que gera a questão, e não a questão que gera o estado de causa, mas aquela analisa-se neste. Com efeito, os estados de causa são todas as primeiras proposições: “Mataste!” — “Não matei!” Estes enunciados, em conjun-

5 ção, | geram a questão: “Terá ele matado?” Se o quisermos analisar ainda outra vez, analisamo-lo no seu estado de causa, isto é, na sequência “Mataste!” — “Não matei!” Eu afirmei isto para demonstrar que “estado de causa” se diz também no tocante à “questão”. Tal facto escapa à maioria, de sorte que, se se inquirir “qual é

10 o estado de causa desta questão precisa?”, não é possível inverter | a pergunta. De facto, o estado de causa — diríamos — não é uma questão. Se se disser que o estado de causa é algo de universal e a questão subjacente algo de particular, é fácil dar resposta a isto. De facto, assim como há um estado de causa universal e outro particular, também há uma questão particular e outra universal³⁵. De sorte que, ao perguntarmos “qual é o estado de causa desta questão?”, não estamos a

15 dizer outra coisa a não ser “qual é a questão desta questão?” | Relativamente a este ponto poder-se-ão enganar com falsos raciocínios ouvintes mais ignorantes, visto ser evidente que se utiliza a designação “estado de causa” em vez de “questão” por ser mais englobante, pois esta última provém daquele. O estado de causa e a questão não são absolutamente a mesma coisa, pois um gera, a outra é gerada. Do elemento gerado, isto é, da questão, ele forneceu no início a definição. Por seu turno, o elemento gerador, isto é, o estado de causa, é aqui referido, mas ele não

20 forneceu | a respectiva definição, pelo motivo que já referimos. É portanto necessário que exponhamos as definições dadas por outros autores. Assim, alguns deles

³⁵ Cf. P. H. Richter, *op. cit.*, 173. Segundo Richter (p. 199), o autor do comentário *Ei δὲ λέγοι — τὸ δὲ γίνεται* (vd. ll. 10-17 deste escólio) defende a doutrina de Minuciano.

τοιῶσδε αὐτῶν ὠρίσαντο· “στάσις ἐστὶ τὸ ἐκ τῶν πρώτων προτάσεων
 συνιστάμενον ζήτημα”. Ἄλλ’ οὗτοι μέγιστον διήμαρτον· εἰ γὰρ πᾶς ὅρος 30
 συνίσταται | ἐκ γένους καὶ διαφορᾶς, εὐρεθήσεται κατὰ τὸν τούτων | λόγον 173
 25 γένος τῆς στάσεως τὸ ζήτημα, ὅπερ ἄτοπον. Τὸ γὰρ ζήτημα ἐκ τῆς στάσεως,
 ὥσπερ ἔφαμεν, γίνεται. Ἐτεροὶ δὲ ὀρίζονται οὕτως· “φάσις ἢ ἀνωτάτη, πρὸς
 ἣν αἱ κατὰ μέρος ἀποδείξεις ἀναφέρονται”. Ἀλλὰ καὶ οὗτοι | πταίουσι· 5
 διδόασι γὰρ ἐκ μιᾶς προτάσεως εἶναι τὴν στάσιν, τοῦτο δὲ τῶν ἀτοπωτάτων.
 Διὰ τοῦτο γὰρ ἀεὶ ἐκ τοῦ φεύγοντος τὴν στάσιν παραλαμβάνομεν, ὥς οὐκ
 30 ἐνὸν ἐκ μιᾶς προτάσεως, φημί τῆς τοῦ κατηγοροῦ, τοῦτο ποιεῖν· τοῦ γὰρ
 φεύγοντος προϋπεστὶν ὁ κατήγορος. Ἀμεινον οὖν κατὰ τὸν Ἑρμαγόραν οὐ- 10
 τως ὀρίσασθαι· “στάσις ἐστὶν καθ’ ἣν ἀντιλαμβάνομεθα τοῦ ὑποκειμένου
 πράγματος”. Διὰ γὰρ τοῦ “ἀντιλαμβάνομεθα” καὶ τὰ δύο παρέστησε πρόσωπα·
 τουτέστι πρὸς ἑαυτοὺς ἀνθέλκομεν. Εἰ δέ τις ἀποροίη, διὰ τί εἶπεν ἐνικῶς, ἢ
 35 αἰτία δήλη· οἱ | γὰρ ὅροι πρὸς ἐνικόν τι ἐκφέρεσθαι βούλονται· κἂν πληθος ἢ 15
 τὸ ὀριζόμενον, οἷον τί εἰσιν ἄνθρωποι; Ζῶον λογικόν. Καὶ ἡ αἰτία τούτου
 καταφανής· εἰ γὰρ πᾶς ὅρος συνίσταται ἐκ γένους καὶ διαφορᾶς, δηλὸν ὅτι
 καὶ πρὸς ἐνικὸν ἐξενεχθήσεται· ἐν γὰρ δήπουθε ἐπὶ παντός ὀριζομένου τὸ 20
 γένος. Τί δέ ἐστὶν ὅπερ ὁ τεχνογράφος ἔφησεν “ὄνομα δὲ ἀφείς τοῦτο κοινὸν
 40 ἢ καὶ συμβεβηκὸς τῶν ζητημάτων ἀπάντων”; Τινὲς μὲν ἐξηγοῦνται ὡς ἄρα
 “κοινὸν” μὲν λέγει ὁ αὐτοῦ τοῦ πράγματος καὶ τῆς οὐσίας καθάπτεται· ὥσπερ
 ἔχει τὸ ζῶον· “συμβεβηκὸς” δὲ ὥσπερ | τὸ λευκόν. Ἀμεινον δὲ τοῦτο ἐτέρως 25
 ἐξηγεῖσθαι· ὅτι κοινὸν μὲν τὸ ἔτι μηδέπως ἐπικείμενον ἄλλ’ ἐν μόνῃ ἐν
 προφορᾷ, ὃ γίνεται ἰδιωτικὸν ὅταν ἐπὶ τινα ἐνεχθῇ. Ὡς τὸ “Δημοσθένους”
 45 ὄνομα, ὅταν μηδενὸς ἀντιλαμβάνωμεθα· “συμβεβηκὸς” δὲ τὸ ἔκ τινος συμ-
 βάντος ἐπιτεθὲν μήπω | πρότερον εὐρεθὲν ἐν τῇ κοινῇ προφορᾷ. Ὡς ἔχει τὸ 30

15

FONTES: 39-40 *St.* 35.20-36.1.

FONTES: 22-23 *Minuc.* Σ PhW f. 122r W5 591 || 23-24, 37 πᾶς ὅρος — διαφορᾶς cf. *Syr.* R2 15.10-11, W4 69.29-30 adn. 3 || 32-33 *Hermag.* test. 10c,d 16.14-17.7 || 46 συμβεβηκὸς δὲ τὸ ἔκ τινος συμβάντος cf. *Sop. Marc.* W4 202.4.

22 αὐτῶν: αὐτὴν Pc || 33 καὶ om. Pa || 37 δηλὸν ὅτι: δηλ ὅν ὅτι Pc || 38 δήπου W7 || 41 ὁ αὐτοῦ: ὁ αὐτός Pc || 42 τοῦτο om. Pa || 46 ἐπιτεθέν: τεθέν Pc.

definiram estado de causa do seguinte modo: “estado de causa é a questão que resulta das primeiras proposições.”³⁶ Porém, estes enganam-se redondamente. Pois se toda a definição se constitui com base no género e na diferença³⁷, desco-
 25 brir-se-á, pela exposição destes, que a questão é um género de estado de causa, o que é absurdo, pois a questão, como dissemos³⁸, provém do estado de causa. Mas outros definem-no como segue: “estado de causa é a afirmação primeira, à qual respeitam as demonstrações parciais”. Mas também estes cometem um erro: eles aceitam que o estado de causa se baseia numa única proposição, ideia que é das mais absurdas. Por este motivo, admitimos que o estado de causa se baseia sem-
 30 pre no réu, pelo que não é possível gerar a questão com base numa única proposição — refiro-me à do acusador. Efectivamente, o acusador precede o réu. É, pois, preferível definir estado de causa do seguinte modo, como o faz Hermágoras: “estado de causa é a maneira pela qual abordamos o facto subjacente³⁹”. Através do termo “abordamos”, ele apresenta as duas pessoas. Isto é, mediante o estado de causa opomo-nos uns aos outros. Se houver dúvidas quanto ao facto de
 35 ele ter falado no singular, o motivo é evidente, pois as definições não se podem proferir senão a respeito de alguma coisa singular, ainda que o definido seja um plural, por exemplo: “O que são os seres humanos?” — “Um animal racional”. E o motivo é óbvio, pois uma vez que toda a definição se constitui com base no género e nas diferenças, é evidente que ela se dirá de um singular. Pois todo o definido pertence apenas a um único género. O que quer o Autor dizer com
 40 “assumindo esta denominação comum e accidental para todas as questões”⁴⁰? Alguns propõem como interpretação que com o termo “comum” ele quer dizer “o nome que se liga à própria coisa e à essência”, tal como o termo “animal”. “Accidental”, tal como “o branco”. É preferível uma outra interpretação: é “comum”, por um lado, o nome que ainda não tem aplicação e que apenas está presente na pronunciação, e este nome torna-se específico quando é atribuído a alguém.

³⁶ Minuciano é quem assim define στάσις (vd. o aparato de fontes à linha 22 do texto). Cf. também Anónimo R14 206.3 ἐκ τῶν δύο πρώτων προτάσεων (= W7 20.11-12). Rabe corrige o texto, que foi mal editado por Walz: πρώτων προτάσεων: προσώπων καὶ στάσεων W7 20.11. Já Glöckner, *Quaestiones...*, p. 31 n. 1, o observara, propondo uma boa conjectura.

³⁷ Cf. supra 1.1.8-9.

³⁸ Cf. supra linhas 2 ἢ γὰρ στάσις τὸ ζήτημα ποιεῖ, 16-17 ἐξ αὐτῆς γὰρ γίνεται.

³⁹ Cf. Hermágoras, ed. Matthes, frgg. 10 c e d, pp. 16.14-17.7. Esta definição é também atestada nos escólios a Hermógenes *Estados de causa* W5 252.26 de Máximo Planudes.

⁴⁰ Sendo outra a interpretação viável para συμβεβηκός, neste contexto (a de “apropriado” cf. *LSJ s.u.* συμβαίνω II 3), o escoliasta apresenta a de “acidente”, “contingente”, por oposição a “essência” e a “substância”. Cf. supra 1.13.7-8.

“Νεῖλος” ὄνομα, ἐκ τοῦ νέαν ἰλὺν ἔλκειν τὸν ποταμόν· οὐ γὰρ | ἐπ’ ἄλλου 174
ποταμοῦ δύναται λέγεσθαι, ὥσπερ τὸ “Δημοσθένης” ἐπὶ παντὸς ἀνθρώπου.

- 45 Assim, o nome “Demóstenes”, l quando nos não referimos a ninguém; “acidental”, por outro lado, o nome que se aplica em função de um acidente e que não foi ainda inventado no uso comum da palavra. Assim é o nome “Nilo”, que provém do facto de o rio em causa arrastar “novas aluviões”⁴¹. Com efeito, este nome não pode ser atribuído a outro rio, de forma que o nome “Demóstenes” pode ser atribuído a todo o homem.

⁴¹ Trata-se evidentemente de uma etimologia popular (Νεῖλος de νέα ἰλύς). Cf. infra 3.17.7-8 e nn. 44 e 45.

16. *ib.* τοῦ στασιάζειν]

Παραλιπεῖν εἰπὼν τὸ περὶ τῆς ἐτυμολογίας τι τῆς στάσεως ἐξείπεν ὅμως
 ἵνα μὴ δόξη διαπορεῖν, ἐν | παραλείθως σχήματι, καὶ περὶ τούτου διδάσκει, ἢ 5
 “κοινὸν εἶναι τοῦτο” λέγων “ὄνομα” καὶ φυσικὸν τῶν στάσεων ἀπασῶν, ὡς
 ἡμῶν τὸ ἄνθρωπος, ἢ “συμβεβηκὸς” ὡς ἔκ τινος αἰτίας ἐπιτεθέν, καθάπερ τὸ
 5 “Αἰθίοψ” ὄνομα ἐκ τῆς ἡλιακῆς καύσεως ἐπιτιθέν τοῖς Αἰθίοψιν. | Εἶτα τὴν 10
 μέθοδον ἡμῖν εἰπεῖν ἐπαγγέλλεται, δι’ ἧς ἐκάστην τῶν στάσεων ἐπιγνωσόμε-
 θα· καὶ οὕτως ἐπὶ τὴν τῶν κεφαλαίων ἔχειν διαίρεσιν, ἀρξάμενον ἀπὸ τοῦ
 στοχασμοῦ, ἀναγκαίως καὶ φυσικῶς ὡς καὶ αὐτὸ δηλώσειν τὸ πρᾶγμα φησι,
 καθὰ δήπου διαφανῶς καὶ δεδήλωται. Ὡς γὰρ φύσει τὸ μὴ ἓν ἐν τοῖς 15
 10 γεννητοῖς προηγείται τοῦ ὄντος, οὕτω καὶ ὁ στοχασμὸς τῶν ἄλλων πρόκειται
 στάσεων, περὶ τῆς τοῦ πράγματος οὐσίας ἔχων τὴν ζήτησιν, τῶν λοιπῶν, τοῦ
 μὲν ὅρου περὶ τελειότητος, τῶν δὲ ἄλλων περὶ ποιότητος, καταγινομένων·
 “ἐφεξῆς δὲ” | μετὰ τὸν στοχασμὸν “καὶ περὶ τῶν ἄλλων λελέγεται”, ὡς ἢ 20
 φύσις ἐκάστης στάσεως καὶ ποιότητος τὴν τάξιν αὐτῶν παραδίδωσιν.

16

HERM.: 3, 4 *St.* 35.20 || 7-8 ἀπὸ τοῦ στοχασμοῦ — τὸ πρᾶγμα *ib.* 36.3-4 || 13 *ib.* 36.4-5.

FONTES: 4 συμβεβηκὸς — αἰτίας cf. *Sop. Marc.* W4 202.4 || 11 περὶ — οὐσίας cf. *Theod. Gad.*, qui στοχασμὸν περὶ τῆς οὐσίας nominat, teste *Aug. rhet.* 9 p. 142.22.

1 ἐξείπεν testes || 3 ἀπασῶν: αὐτῶν *Pc* || 4 ἐπιτεθέν *ego conferens supra* 3.15.45: ἐπισυμβάν testes || 6 εἰπεῖν *om. Pc* || 7 τὴν *om. Pc* || 9 καθὰ: καθάπερ *W7* || 10 γεννητοῖς *Pa* || 11 οὐσίας: ἐξουσίας *Pc* || 13 λελέγεται: λογίζεται *Pc*.

16. *ib.* “... a posição tomada pelos lutadores...”]

Depois de dizer que omite a etimologia de “estado de causa”, refere-a ao menos para não parecer que está embaraçado, utilizando a figura da preterição, e dá uma explicação também a este propósito, afirmando ser este quer a “denominação comum” e natural de todos os estados de causa (assim é, para nós, o nome “homem”), quer o “acidente”, atribuído por um dado motivo, por exemplo: o
 5 nome I “Etíope” é atribuído aos Etíopes pela “sua tez queimada do sol”⁴². De seguida, anuncia-nos a exposição do “método” através do qual “ficaremos a conhecer” cada um dos estados de causa. E assim ele diz que passará à divisão dos tópicos capitais, começando pela conjectura, necessária e naturalmente, como a própria matéria mostrará por si mesma, e de facto a demonstração é segura-
 10 mente brilhante. Com efeito, tal como por natureza o estado de inexistência I precede o da existência nos gerados, assim também a conjectura vem antes dos outros estados de causa, visto que nela a questão se prende com a existência⁴³ do acto, ao passo que, entre os restantes, a definição se prende com o seu cumprimento, e os demais com a sua qualidade. Seguidamente, após a conjectura, “falar-se-á também acerca dos outros”, de acordo com o lugar atribuído a cada estado de causa pela sua natureza e qualidade.

⁴² Αἰθίοψ cf. αἰθός “queimado” e ὤψ “rosto, tez”.

⁴³ Teodoro de Gádara denomina o estado de causa da conjectura por περὶ τῆς οὐσίας (cf. Hermag. 24.16 frg. 13c através do testemunho de Agostinho, o retor, Halm 142.21-22).

17. ib. 35.19 ἑτέροις ἐξετάζειν παρίημι]

Εἰπὼν ὅτι “τὴν περὶ τοῦ ὀνόματος ζήτησιν ἑτέροις παρίημι”, φησὶν ὅτι
 “ἐγὼ ἀπλῶς συγχωρῶ οὕτω λέλγεσθαι τὸ ὄνομα τοῦτο, ἐπὶ πάντων τῶν 25
 ζητημάτων, εἴτε ὄνομα κοινὸν εἴη αὐτῶν, εἴτε συμβεβηκὸς, οὐ πολυπραγμο-
 νῶν ὅθεν εἴρηται”. Καὶ “κοινὸν” μέν φησι τὸ ἀπλῶς τεθειμένον ἐπὶ πάντων.
 5 Κοινὸν γὰρ καλεῖται ὃ καὶ ἄλλω ἐπιτεθήσεται ὄνομα, καὶ ᾧ κληθεῖη ἂν καὶ
 ἕτερος· οὐ | δι’ αἰτίαν τινα, ἀλλ’ ἀπλῶς τῆς προσηγορίας τεθείσης, οἷον 175
 Περικλῆς, Δημοσθένης· συμβεβηκὸς δὲ τὸ διὰ τινα αἰτίαν τεθέν, οἷον
 τισάμενος Μεγαπένθης, ὥσπερ καὶ τὸ Νεῖλος διὰ τὸ νέαν ἰλὺν φέρειν, καὶ
 ἵππος παρὰ τὸ ἴεσθαι τοῖς ποσίν.

17

HERM.: 1 St. 35.19.

FONTES: 7-8 συμβεβηκὸς — φέρειν Sop. Marc. W4 202.4-5 || 9 ἵππος — ποσίν Syr. R2 48.6-7 = W4 200.1.

1 περὶ om. Pc || 2 ἐγὼ om. Pc || 7-8 οἷον τισάμενος Μεγαπένθης om. Pa || 8 Μεγαπένθης ego conferens fontem: Μεγαπένθης Pc || 9 παρὰ Pc unde ego: περὶ Pa.

17. *ib.* 35.19 “... é assunto cuja inquirição deixo a outros.”]

Ao dizer “deixo para outros a inquirição do nome”, está simplesmente a afirmar “eu limito-me simplesmente a admitir esta denominação, deste modo, para todas as questões, seja comum ou acidental, sem me preocupar demasiado com a sua origem”. E “comum”, diz ele, é o nome que apõe a todas. | Com efeito,
 5 chama-se “comum” ao nome a atribuir também a um outro e poderia ser igualmente a forma de chamar uma outra pessoa, sendo a simples denominação aposta convencionalmente, sem um motivo determinado, por exemplo: “Péricles”, “Demóstenes”; e “acidental” é aposta por um motivo determinado, tais como Megapentes expia uma grande desgosto⁴⁴: “Nilo”, por transportar “novas aluviões”, e “cavalo”, por “se lançar nas suas patas”⁴⁵.

⁴⁴ Μεγαπένθης de μέγας “grande” e πένθος “desgosto, dor”.

⁴⁵ ἵππος de Σεσθαι τοῖς ποσίν. Cf. Platão *Crátilo* 399a8 sobre a designação de uma coisa por um nome παρά τι (πρῶτον μὲν γὰρ τὸ τοιόνδε δεῖ ἐννοῆσαι περὶ ὀνομάτων [...], παρ’ ὃ βουλόμεθα ὀνομάζοντες):

18. *ib.* 36.3-4 ἀπὸ στοχασμοῦ ἀναγκαίως, ὡς αὐτὸ δηλώσει]

| Ὅτι πάντα προειπὼν ὁ τεχνικὸς ὅσα ἔδει πρὸς διδασκαλίαν ῥηθῆναι περὶ 5
 τῆς ὕλης τῶν ζητημάτων, καὶ διδάξας ὅσα συνέστηκε καὶ ὅσα μὴ, ἀκολούθως
 ἐπὶ τὴν τῶν κεφαλαίων διαίρεσιν ἦλθε. Καί φησι πρῶτον ἄρχεσθαι ἀπὸ τοῦ
 στοχασμοῦ, ὕστερον δὲ τὴν αἰτίαν προτίθησι διὰ τί “ἀναγκαίως”. Ὅτι — 10
 5 φησί — καὶ ἐν ταῖς ἄλλαις τῶν στάσεων ταῖς πλείοσιν ἐμπίπτει ὁ στοχασμός·
 καὶ διὰ τοῦτο αὐτὸν προέταξεν, ἵνα μαθόντες μὴ ξενισθῶμεν ἐν ταῖς ἄλλαις
 στάσεσιν αὐτὸν εὐρόντες. Ταύτην μὲν αὐτὸς εἶπεν αἰτίαν. Ἀληθεστέρα δέ
 ἐστὶν ἑτέρα· ἐπειδὴ | ἐν τῷ στοχασμῷ περὶ τῆς οὐσίας τοῦ πράγματός ἐστιν ἡ 15
 ζήτησις, τῇ δὲ φύσει πρῶτον ζητοῦμεν τὴν οὐσίαν, ἐντεῦθεν προτέτακται τῶν
 10 ἄλλων στάσεων ὁ στοχασμός.

18

FONTES: 3-4 φησι — ἀναγκαίως cf. Syr. R2 50.8-10 || 5 ἐν — ὁ στοχασμός cf. Metrophanes ap. Sop. Marc. W4 203.3-4 || 9-10 προτέτακται — στοχασμός *ib.* 203.8-9 || 7-10 ἀληθεστέρα — ὁ στοχασμός cf. *ib.* 203.16-17 || 8-9 ἐν τῷ στοχασμῷ — ἡ ζήτησις *ib.* 203.16-17.

5 καὶ om. Pc || 9 οὐσίαν Pc unde ego conferens fontem: αἰτίαν propt. locorum propinquitatem (cf. supra l. 7 infraque 3.19.1) rell.

18. *ib.* 36.3-4 “Principiar-se-á pela conjectura, e necessariamente, como por si mesmo esse se evidenciará.”]

O Autor, depois de expor tudo quanto era necessário dizer sobre a matéria das questões para o ensino, e depois de explicar as que têm consistência, bem como as que a não têm, passou seguidamente à divisão dos tópicos capitais. E diz, em primeiro lugar, que começará pela conjectura e, depois, apresenta o motivo por que

5 “necessariamente” o faz. Porque I — diz ele⁴⁶ — a conjectura está presente na maioria dos outros estados de causa. E, por esta razão, ele a classificou em primeiro lugar, a fim de, se estivermos informados, nos não espantarmos por a encontrarmos nos outros estados de causa. Este é o motivo que ele deu. Porém, há um outro motivo mais verdadeiro: como na conjectura a questão se prende com a existência do acto e é natural que nos interroguemos de início sobre a existência,

10 segue-se que a conjectura vem classificada antes dos I outros estados de causa.

⁴⁶ Hermógenes não diz tal, mas é o escoliasta quem tira esta ilação a partir das palavras do retor.

19. *ib.*]

Ἐζήτῃται ἀνθ' ὅτου ἔλαβεν ἐκ στοχασμοῦ τὴν ἀρχήν. Καί τινες αἰτίαν
 ταύτην ἀπέδωσαν· ὅτι κατὰ ἄρνησιν τοῦ πράγματος γίνεται, φύσει δὲ οἱ 20
 ἄνθρωποι ἐπὶ τὸ ἀρνεῖσθαι τὰ ἐπιφερόμενα ἐγκλήματα καταφεύγομεν. Καὶ
 μεῖζον ἐστὶ τὸ μηδὲ προσίεσθαι τὸ πρᾶγμα, ἢ αὐτὸ μὲν προσίεσθαι, λέγειν δὲ
 5 ὡς δικαίως εἶη πεπραγμένον ἢ συμφερόντως. Ἄμεινον δὲ λέγειν ὅτι τῶν
 ζητημάτων ἢ | κατ' οὐσίαν ὄντων, ἢ κατὰ ιδιότητα, ἢ κατὰ ποιότητα, τὸ κατ' 25
 οὐσίαν δεῖ προϋπάρχειν τῶν ἄλλων — ὅπερ ἐστὶ στοχασμός —, ὥσπερ καὶ
 πάντων ἢ οὐσία προτέρα φαίνεται.

20. *ib.* 36.5 μέθοδος]

Μέθοδός ἐστιν οἶονεὶ τάξις καὶ ὁδηγία ὁδῶ τινι καὶ ἀκολουθία προάγουσα
 ἡμᾶς ἐπὶ τὴν τοῦ ζητουμένου | διάγνωσιν, ἣν ἡμῖν νῦν ὁ τεχνικὸς ὑποτίθησιν 30
 εἰς διάγνωσιν τῆς τῶν στάσεων οὐσίας καὶ φύσεως.

19

FONTES: 2 κατὰ — γίνεται de στοχασμοῦ a Minuc. definitione per criminis negationem (graece ἄρνησιν), cf. Σ Syr. R2 61.9-10, Sop. Marc. W4 202.23-24, Marc. ib. 214.16-17, Sop. W5 150.8, 11-12 || 6 κατὰ ιδιότητα cf. Theod. Gad. de definitione ut περὶ τῆς ιδιότητος teste “Aug.” rhet. 9 p. 142.27.

20

Huic Σ numerum 8 perperam tribuit W7 || 1 τινι Pc unde ego et W7: τινὰ Pa || προάγουσα Pc.

19. *ib.*]

Tem-se colocado a questão da razão pela qual ele começa pela conjectura. E alguns forneceram o seguinte motivo: porque surge como negação do acto⁴⁷, nós, os homens, somos naturalmente atreitos a refugiar-nos na negação das acusações intentadas contra nós. E, mais vale não confessar o acto do que confessá-lo e alegar l que foi praticado justamente ou por conveniência. Mas é preferível dizer que,
5 como as questões respeitam ou à existência⁴⁸, ou à propriedade⁴⁹ ou à qualidade, aquela que se prende com a existência — e é nisto que consiste a conjectura — deve preceder as outras, da mesma forma que a existência parece anterior a todas as coisas⁵⁰.

20. *ib.* 36.5 “... método...”]

“Método” é, por assim dizer, a organização e condução por um determinado caminho⁵¹, e um encadeamento que nos dirige ao conhecimento daquilo que está em questão. É este “método” que o Autor presentemente nos proporciona, para conhecimento da essência e natureza dos estados de causa.

⁴⁷ A definição precisa de στοχασμός segundo Minuciano é ἄρνησις παντελὴς τοῦ ἐπιφερομένου ἐγκλήματος. Cf. *infra* 4.2.6-7, 4.7.3-4, 9.1.6-7, 16.1.3.

⁴⁸ Cf. Introdução p. 67.

⁴⁹ Teodoro de Gádara designa o estado de causa da definição por περὶ τῆς ιδιότητος (cf. Hermag. 24.22 frg. 13c testemunho de Agostinho, o retor Halm 142.27).

⁵⁰ Cf. *supra* 3.18.9-10.

⁵¹ Justificação etimológica de μέθοδος: ὁδός “caminho” e μετά “para além de”.

ΔΙΑΙΡΕΣΙΣ ΤΗΣ ΜΕΘΟΔΟΥ ΤΩΝ ΣΤΑΣΕΩΝ

1. *ib.* 36.7-9 παντὸς οὐτινοσοῦν προτεθέντος ζητήματος, εἰ 176
 συνεστήκοι, ἐπισκοπεῖν δεῖ τὸ κρινόμενον, εἰ ἀφανές ἐστίν
 ἢ φανερόν]

Τοῦ διδασκαλικοῦ τρόπου τετραχῶς θεωρουμένου, διαιρετικοῦ τε ὄντος
 καὶ ὀριστικοῦ, ἀναλυτικοῦ τε αὖ καὶ ἀποδεικτικοῦ, τῷ διαιρετικῷ καὶ ὀριστι- 5
 κῷ ὁ Ἑρ|μογένης πανταχοῦ τῆς μεθόδου ταύτης χρώμενος ἀναφαίνεται. Καὶ
 σκοπητέον καθεξῆς τὸ λεγόμενον “παντὸς οὐτινοσοῦν προτεθέντος ζητήμα-
 5 τος, εἰ συνεστήκοι”. Ὡς πρὸς εἰδότας φησί τὸ “εἰ συνεστήκοι”, ὡς ἤδη περὶ 10
 ἀσυστάτων καὶ συνεστώτων διδάξας. “Εἰ οὖν συνεστήκοι” — φη|σὶν — “δεῖ ἐπι-
 σκοπεῖν τὸ κρινόμενον, εἰ ἀφανές ἐστίν ἢ φανερόν”. Ὁ διαιρετικὸς οὗτος
 τρόπος ἐστίν, ὃν καὶ πυρὶ παμφανόνωντι εἰκέναι ὁ Πλάτων ἀπεφήνατο διὰ τὸ
 πάντα ὑπ’ αὐτὸν ποεῖσθαι καὶ διαφωτίζειν μηδὲν τὴν διαιρετικὴν διαφεύγειν
 10 μέθοδον.

Capítulo 4

DIVISÃO DO MÉTODO DOS ESTADOS DE CAUSA

1. 36.7-9 “Havendo-se proposto uma questão, se ela é bem constituída, deve examinar-se se o ponto em juízo é obscuro ou patente.”]

Sendo quatro os modos de ensino observados, o divisivo, o definitivo, o analítico e o demonstrativo¹, parece que Hermógenes utiliza o divisivo e o definitivo ao longo de todo este método. E examinemos como ele desenvolve a sua
5 afirmação “toda a questão | proposta, qualquer que seja, se ela é bem constituída”. Ele diz “se ela é bem constituída” como que a conhecedores, pelo facto de ter já dado uma explicação acerca das bem e mal constituídas. Portanto, “se ela é bem constituída”, diz ele, “deve examinar-se o ponto em julgamento, se é evidente ou não”. É este o modo divisivo, modo a que Platão² conferiu o brilho de um fogo que ilumina tudo, porque tudo iluminou, apresentando-o sob este modo, e porque
10 não escapa ao método | divisivo.

¹ Cf. supra escólio 1.12.5.

² O escoliasta refere-se por certo ao método dialéctico de raciocínio, de que o Sócrates representado nos diálogos platónicos foi expoente.

2. *ib.*]

| Ἀκολουθῶν τῇ φύσει τῶν πραγμάτων ὁ τεχνογράφος ἀπὸ τοῦ στοχασμοῦ 15
 ἄρχεται ποιεῖσθαι τὴν διδασκαλίαν, ἀπ' αὐτῆς ὡς εἰπεῖν τῆς ρίζης τῶν
 πραγμάτων. Ἡ γὰρ ὕπαρξις καὶ ἡ οὐσία τοῦ πράγματος προϋπάρχει· μὴ γὰρ
 οὐσης οὐσίας, οὔτε ιδιότης οὔτε ποιότης εἶναι | δυνήσεται. Ἐπειδὴ τοίνυν περὶ 20
 5 στοχασμοῦ πρόκειται νῦν | εἰπεῖν πῶς γίνεται στοχασμός, καὶ τί ἴδιον, καὶ 177
 κατὰ πόσους τρόπους, ἰστέον {τοίνυν} ὅτι ἐν παντὶ στοχασμῷ ἀμφίβολόν ἐστι
 τὸ περιεχόμενον ἔγκλημα τῷ τὸν φεύγοντα τοῦτο ἀρνεῖσθαι. Ἀλλὰ δόξειεν ἂν
 κοινὸν εἶναι | τοῦτο καὶ πρὸς τὰς ἄλλας στάσεις· ἐν πάσαις γὰρ ὁ φεύγων 5
 ἀρνεῖται τὸ ἐπιφερόμενον ἔγκλημα. Λέγομεν δὲ ὅτι οὐχ ὁμοίως ἢ ἄρνησις
 10 γίνεται. Τριῶν γὰρ οὐσῶν τῶν ποιουσῶν τὰς στάσεις — ὑπάρξεως, ιδιότητος,
 ποιότητος —, ἐν μὲν τῷ στοχασμῷ περὶ αὐτὴν τὴν ὕπαρξιν ἢ ἄρνησις γίνεται 10
 καὶ ὁ φεύγων παντελῶς ἀρνεῖται ποποιηκέναι. Ἐν δὲ τῷ ὄρω τὸ μὲν τοῦ
 πράγματος ὁμολογεῖ ποποιηκέναι, τὸ δ' οὐχ ὁμολογεῖ, καὶ γίνεται περὶ τῆς
 ιδιότητος ἢ ζήτησις. Ἐν δὲ ταῖς ἄλλαις ὁμολογεῖ μὲν πεποιηκέναι, τὰ δὲ τῆς
 15 ποιότητος ἕξαρνος γίνεται. Ὡστε ἢ τοῦ στοχασμοῦ ζήτησις περὶ τὴν ὕπαρξιν 15
 γίνεται. Καὶ ἐπειδὴ ἐν τούτῳ παντελῶς ἀρνεῖται ὁ φεύγων ποποιηκέναι,
 ἐφεῦρεν ἢ τέχνη ἐν ταῖς τοιαύταις ζητήσεσι σημεῖά τινα φανερά, ἐξ ὧν
 δύναται γενέσθαι φανερόν τὸ ἔγκλημα εἰ γὰρ μὴ ἔχομεν φανερά σημεῖα, δι'
 ὧν δέικνυται τὸ ἔγκλημα, μάτην ἡμῖν ἢ ζήτησις γίνεται. Δεῖ γάρ, ὥς φησιν 20

2

FONTES: 6-7 ἐν παντὶ — ἀρνεῖσθαι de στοχασμοῦ Minuc. ap. Σ Syr. R2 61.9-10, Sop. Marc. W4
 202.23-24, Marc. ib. 214.16-17, Sop. W5 150.8, 11-12.

3 ἢ ante οὐσία Pc unde ego: om. rell.

2. *ib.*]

Seguindo a natureza das coisas, o Autor principia o seu ensino pela conjectura, pela própria raiz, por assim dizer, das coisas. Com efeito, a existência e a essência existem previamente à coisa. Se não houver uma essência, não poderá haver nem
5 uma propriedade nem uma qualidade. Visto que, portanto, a propósito da I conjectura, se propõe dizer agora qual a sua origem, aquilo que lhe é específico e o número das suas modalidades, é preciso saber que em toda a conjectura a acusação nela compreendida é duvidosa, pois o réu nega-a³. Mas isto seria aparentemente comum também aos outros estados de causa. Com efeito, em todos os estados de causa o réu nega a acusação que lhe é imputada. Dizemos nós que a
10 negação não surge I do mesmo modo. Sendo três os factores que produzem os estados de causa — existência, propriedade e qualidade —, na conjectura a negação prende-se com a existência, e o réu nega absolutamente haver praticado o acto. Na definição, confessa ter praticado este acto e não aquele, e a inquirição diz respeito à propriedade. Nos outros estados de causa, ele confessa havê-lo pratica-
15 do, mas I nega a sua qualificação. consequentemente, na conjectura a pesquisa prende-se com a sua existência. E uma vez que nesta o réu nega em absoluto havê-lo praticado, a arte inventou em tais pesquisas alguns sinais patentes, a partir

³ Cf. *supra* 3.19.2.

- 20 Ἴσοκράτης, “τὰ ἀφανῆ ἐκ τῶν φανερῶν ταχίστην ἔχειν τὴν διάγνωσιν”.
 Φανερά δὲ λέγομεν τὰ σημεία, οὐχ ὡς τοῦ πράγματος ὄντα δηλωτικὰ πάντως,
 ἀλλ’ ὁμολογούμενα ὑπὸ τοῦ κατηγοροῦ καὶ τοῦ φεύγοντος. Καὶ δεῖ τὰ σημεία
 ταῦτα ἀνεύθυνα εἶναι· οὕτω γὰρ καὶ ὁ φεύγων παρρησιαζόμενος ὁμολογήσει 25
 αὐτά. Ὅθεν ἡμῖν ἡ τῆς κατηγορίας εὐπορία καθίσταται· ἐκείθεν γὰρ τὸ
 25 ζητούμενον κατασκευάζομεν. Καὶ δεῖ τὸν φεύγοντα πρὸς ταῦτα τῆς αἰτίας τῇ
 μεταθέσει χρήσασθαι· εἰ γὰρ μὴ χρήσεται οὐδὲ ζήτησις ἔτι καταλείπεται. Ἵνα 30
 δὲ σαφέστερον γένηται, ὃ λέγομεν, εἴπωμεν ἐπὶ παραδείγματος, ᾧ καὶ ὁ
 τεχνικός καὶ οἱ ἄλλοι πάντες κέχρηται· “πεφώραται τις ἐπ’ ἐρημίας θάπτων 178
 νεοσφαγὲς σῶμα, καὶ φόνου φεύγει”. Ἴδοῦ γὰρ τὸ ἔγκλημα, ὡς ἔφαμεν,
 30 ἀφανές· ἄδηλον γὰρ τίς ἔστιν ὁ ἀνήρηκός· τὸ δὲ σημεῖον φανερόν καὶ
 ὁμολογούμενον ὑπ’ ἀμφοῖν, τὸ θάπτειν τὸ νεοσφαγὲς σῶμα, | καὶ ἀνεύθυνον 5
 πάντη. Ἀπὸ δὲ τούτου πειρᾶται ὁ μὲν κατήγορος δεῖξαι ὅτι πεφόνευκεν, ὁ δὲ
 φεύγων ὅτι οὐ πεφόνευκεν· ἀλλ’ ἀναφέρει ἐπὶ τινὰ ἀνεύθυνον αἰτίαν, ἐπὶ
 ἕλεον τυχὸν ἢ τι τοιοῦτον.

2

HERM.: 28-29 St. 36.12-13.

LOCI: 20 Isoc. 1.34.2-3.

21 ὄντος Pc || 28 θᾶπτον Pc.

dos quais a queixa se pode tornar clara, pois, se não possuímos sinais patentes através dos quais a queixa seja demonstrada, a nossa inquirição torna-se inútil. É
 20 pois necessário, como diz I Isócrates, “obter o mais directo conhecimento daquilo que é obscuro a partir daquilo que é patente”⁴. Chamamos “patentes” aos sinais, não porque eles sirvam para demonstrar totalmente o facto, mas porque são ponto
 25 assente quer para o acusador quer para o réu. E estes sinais devem ser inimputáveis. Desta forma, também o réu os confessará frontalmente. Nisto assenta a abundância de recursos da nossa acusação. Nesta base, pois, I confirmamos o
 30 ponto em questão. E o réu deve, em resposta, recorrer à mudança de motivo. Se o não fizer, nem sequer a inquirição subsiste. A fim de tornar mais claro aquilo que estamos a afirmar, exprimir-nos-emos por meio de um exemplo, a que quer o
 nosso Autor quer os demais também recorreram. “Alguém é apanhado em flagrante num local ermo a enterrar um corpo recém-degolado, e é réu por
 homicídio”. Ora a acusação será, como dissemos, I obscura. De facto, não é
 evidente quem é o assassino. O sinal patente, e ponto assente para ambas as
 partes, é o enterro do corpo recém-degolado, sendo também totalmente
 inimputável. Com base nele, o acusador procura demonstrar que o réu cometeu o
 assassinio, e este procura demonstrar que o não cometeu, antes o atribui a um
 qualquer motivo inimputável, a compaixão, por exemplo, ou a algum outro do
 género.

⁴ Discurso *A Demonico* 1.34.2-3.

3. *ib.*]

Φησί τὸ συνεστηκὸς ἐκ τοῦ ζητήματος χρῆναι σκοπεῖν, οὐκ ἐκ τῶν 10
 προτάσεων. Ἄλλ' ἐρεῖ τις ὅτι καὶ αἱ προτάσεις ἔχουσιν ἐν αἰταῖς τὸ ζήτημα,
 καὶ τὸ ζήτημα ἔχει ἐν τῷ αὐτῷ τὰς προτάσεις, ὥστε ταῦτόν ἂν εἴη τὰς
 προτάσεις σκοπεῖν καὶ τὸ ζήτημα. Καί ἔστι μὲν ὁ λόγος ἀληθής. Ἐκ τοῦ
 5 ζητήματος δὲ λέγει δεῖν ὁ τεχνολγράφος σκοπεῖν διὰ τὸ ἀπλούστερον. Τὸ μὲν 15
 γὰρ ζήτημα ἐν καθεστῶς ἔχει τὰς προτάσεις ἐν αὐτῷ, αἱ δὲ προτάσεις δύο
 οὔσαι ἐν ἔχουσι τὸ ζήτημα ἐν ἑαυταῖς· ὅσῳ δὴ μείζον τὸ ἔχεσθαι ὑφ' ἐνὸς τὰ
 δύο, ἢ ὑπὸ τῶν δύο τὸ ὄν, τοσούτῳ δικαιότερον ἐκ τοῦ ζητήματος ἢ ἐκ τῶν |
 προτάσεων διασκέπτεσθαι τὸ συνεστηκός. Ζητοῦσι δὲ πῶς εἶπε τὸ “προτεθέν- 20
 10 τος ζητήματος, εἰ συνεστήκοι”. Εἰ γὰρ ζήτησις, πάντως καὶ συνεστηκός. Φαμέν
 δὲ ὥς, «καὶ» πρὸ τοῦ διασκέψασθαι πότερον συνέστηκεν ἢ μὴ συνέστηκεν, ὥς
 ζήτημα {δὲ} προφέρεται. Τοιγαροῦν ὁ προτιθεὶς | οὐκ ἂν τὸ ποιὸν ἐζήτει τῆς 25
 στάσεως, εἰ μὴ συνεστηκὸς αὐτὸ εἶναι ᾤετο.

3

HERM.: 9-10 *St.* 36.7-8 cf. lemma.

Σ numerum non signat W7 || 2 αὐταῖς: αὐταῖς P || 3 αὐτῷ ego: αὐτῷ Pa ἑαυτῷ Pc || 6 αὐτῷ ego: αὐτῷ Pa ἑαυτῷ Pc || 7 ἑαυταῖς Pa: ἑαυτοῖς Pc || 10 συνεστήκοι: συνέστηκεν Pa || 10 γὰρ: δὲ Pc || 11 alt. ὥς: καὶ Pc || 12 δὲ abundare censeo || τῆς: τις Pc || 13 εἶναι om. Pc.

3. *ib.*]

O Autor diz que se deve examinar a consistência partindo da questão, e não das proposições. Mas dir-se-á que as proposições compreendem em si a questão, e que a questão compreende em si as proposições, de sorte que seria o mesmo examinar as proposições e a questão. E este argumento é verdadeiro. Porém, ele diz

5 que se deve fazer | o exame das questões partindo da questão, por ser mais simples. A questão, estabelecida como una, compreende em si as proposições, e estas, sendo duas, compreendem em si a questão una. Ora, se maior é um que contém dois do que dois que contêm um, tanto mais justo é examinar a boa consistência partindo da questão do que das proposições. Pergunta-se porque ele disse:

10 “havendo-se proposto | uma questão, se ela é bem constituída”. Com efeito, se há uma inquirição, ela tem sempre consistência. Respondemos que, antes mesmo de se examinar se tem ou não consistência, é no entanto apresentada como uma questão. Por conseguinte, o seu proponente não inquiriria a qualidade do estado de causa, se julgasse não ter ela consistência.

4. *ib.* 36.9 φανερόν]

Φασί τινες ὥς οὐδὲ τὸ φανερόν ἐστι ζήτημα. Τὸ μὲν γὰρ ἀφανὲς ἀνυπόστατόν τε καὶ ἄδηλον. Περὶ ὧν δὲ μὴ οἶδε πῶς ἂν τις ζητήσῃ; Τὸ δὲ φανερόν καὶ | ὁμολογούμενον ἀνεξέταστον. Ἀλλὰ πρὸς τοῦτό φαμεν ὅτι οὐδὲ 30 τὸ ἀφανὲς καθάπερ ἐστὶν ἀφανές. Τριῶν γὰρ | ὄντων ἢ τὸ πρόσωπον ἢ τὸ 179 5 πρᾶγμα ἢ τὴν γνώμην πάντως βούλεται ἔχειν ἐν τῷ φανερῷ, ὥστε ἐκ τοῦ φανεροῦ γίνεσθαι τὴν περὶ τοῦ ἀφανοῦς ζήτησιν. Ἐπειτα οὐδὲ τῇ φύσει τοῦ πράγματός ἐστιν ἀφανές, ἀλλὰ τῇ γνώσει τοῦ | δικάζοντος. Οὐδὲ τὸ φανερόν 5 πάντη ἐστὶ φανερόν, ἢ γὰρ κατὰ μὲν τὴν οὐσίαν ἐστὶ φανερόν, κατὰ δὲ τὴν ιδιότητα οὐκέτι, ἢ κατὰ μὲν τὴν ιδιότητα φανερόν, οὐκέτι δὲ κατὰ τὴν 10 ποιότητα. Οἷον· ἐν οἰκίσκῳ πόρρωθεν ὀρῶμέν τι καὶ ἐπιστάμεθα μὲν ὅτι ἔστι τι ἐν αὐτῷ· τὴν δὲ | ιδιότητα αὐτοῦ ἀγνοοῦμεν, οὐ γὰρ οἶδαμεν πότερον λίθος ἢ 10 ξύλον ἢ ἄνθρωπος. Ἡ πάλιν οἶδαμεν ὅτι ἄνθρωπος, τουτέστι τὴν ιδιότητα, οὐκέτι δὲ τὴν ποιότητα, πότερον Λάκων ἢ Ἀθηναῖος ἢ Ἴων. Ἰστέον δὲ ὅτι ἀφανὲς λέγεται τὸ κατ' οὐσίαν· ἀφανὲς γὰρ κυρίως. Τοῦτό | ἐστὶ τὸ κατὰ αὐτὴν 15 15 τὴν ὑπαρξιν ἄδηλον.

5. *ib.* ἀφανεῖ]

Λέγει τὴν τε εὕρεσιν ὁμοῦ, τουτέστι πῶς δεῖ εὐρίσκειν τὰς στάσεις, καὶ ἐκάστης τῶν στάσεων ἀκριβῆ τὴν διδασκαλίαν ποιεῖται. Οὐ γὰρ λέγει μόνον τὸ εὐρίσκον, ἀλλὰ καὶ τὸ εὐρισκόμενον.

4

FONTES: 13-14 ἰστέον δὲ — κατ' οὐσίαν cf. Marc. W4 209.3, 22.

2 δὲ μὴ: μὴδὲ Pc || 15 τὴν ante αὐτὴν Pa.

5

2 οὐ γὰρ: οὐχὶ Pc.

4. *ib.* 36.9 “... patente...”]

Dizem alguns que mesmo aquilo que é patente não constitui uma questão. De facto, aquilo que é obscuro não tem fundamento nem é evidente. E como se poderiam colocar questões acerca daquilo que se não conhece? Por outro lado, aquilo que é patente e geralmente admitido não se presta a exame. Mas a isto respondemos que nem aquilo que é obscuro enquanto obscuro. Com efeito, como existem três elementos, a questão deve sempre oferecer de forma patente seja a

5 pessoa, o *l* acto ou a intenção, de sorte que a inquirição daquilo que é obscuro parte daquilo que é patente. Por outro lado, não é sequer por causa da natureza do facto que não é patente, mas por causa do conhecimento do juiz. Nem aquilo que é patente é totalmente patente, pois ou é patente em função da existência, e não em função da propriedade, ou é patente em função da propriedade, mas não em

10 função da *l* qualidade. Por exemplo: numa pequena casa vemos de longe qualquer coisa, e temos conhecimento de que nela há algo, mas ignoramos a sua propriedade, pois não sabemos se é uma pedra, madeira ou um ser humano. Ou, inversamente, sabemos que é um ser humano, isto é, sabemos a sua propriedade mas não a sua qualidade, se é lacónio, ateniense ou iónio. Há que saber que se denomina “obscuro” aquilo que o é em função da essência. Efectivamente, é obscuro no

15 sentido próprio. Este é o ponto *l* que não é evidente em função da própria existência.

5. *ib.* “... obscuro...”]

Ao mesmo tempo ele expõe a invenção, isto é, como se devem descobrir os estados de causa, e propõe um ensino rigoroso de cada um deles. Com efeito, ele não expõe apenas aquilo que leva à descoberta, mas também aquilo que é descoberto.

6. ib. 36.10 στοχασμὸς ἀδήλου πράγματος ἔλεγχος]

| Ἐπιλαμβάνονται τοῦ ὅρου ὡς πλεονάζοντος καὶ ἐλλείποντος. Πλεονάζει 20
 μὲν γάρ — φασί — δι' ὧν εἶπεν “ἀδήλου πράγματος ἔλεγχος”. Συμπεριλαμβάνει
 γάρ, φασί, καὶ ἄλλας τῶν στάσεων, εἶγε περὶ τῶν ἀδήλων καὶ ἐν ἄλλαις
 ζητοῦμεν. Ἀλλὰ πρόσκειται τὸ “οὐσιώδης”, ὅπερ | οὐδεμιᾶ τῶν ἄλλων στάσε- 25
 5 ων κοινωνεῖ. Τὸ μὲν οὖν δοκεῖν πλεονάζειν ταύτῃ ἐπελυσάμεθα. Φασί δὲ
 αὐτὸν καὶ ἐλλείπειν· πρῶτον μὲν καθὼς τὸ σημεῖον οὐκ ἐν παντὶ στοχασμῷ κα-
 θέστηκε φανερόν, ἀλλ' εἰσὶ τινες οἱ καὶ τὸ σημεῖον ἀφανὲς ἔχουσιν, ὡς οἱ
 συγκατασκευαζόμενοι, | οἷον ἐν τῷ Παραπρεσβείας “ἀπώλεσας” — φησὶν — 30
 “Αἰσχίνη Φωκέας”. Τῷ δῆλον; “Ἐδωροδόκησας γάρ”. Τοῦτο αὐτὸ ἀφανὲς καὶ 180
 10 δεῖται κατασκευῆς ἐτέρας. Πρὸς οὖν τοῦτο λεκτέον ὡς ἐν τῷ τοιούτῳ
 στοχασμῷ, φημί δὴ τῷ συγκατασκευαζομένῳ, τὸ μὲν πρῶτον ἀφανὲς ἐστὶ τὸ
 σημεῖον· τὰ δ' ἐξῆς, τουτέστι τὰ τούτου κατασκευαστικά, | φανερά. Εἰ γὰρ εἴη 5
 καὶ ταῦτα ἀφανῆ, οὐκ ἂν ποτε ἀπόδειξις ἐντεῦθεν γένοιτο· πῶς γὰρ ἂν τις τὸ
 ἀφανὲς ἐξ ἀφανῶν πιστώσαιο; “Ὡστε καὶ οὗτοι “ἀπό τινος” ὁρμῶνται
 15 “φανεροῦ σημείου”. Οὐ γὰρ εἶπε “πρώτου” ἢ “δευτέρου” τυχόν, ἀλλ' ἀπλῶς
 “ἀπό τινος φανεροῦ σημείου”. Ἐπειτα, φασί, καὶ καθ' ἕτερον ἐλλείπει ὁ ὅρος. 10
 “Ἐδει γὰρ εἰπεῖν “εἰκότων” ἢ “σημείου”· τὰ μὲν γὰρ τοῦ προώπου ἀποδεικτικὰ
 εἰκότα καλεῖν εἰώθαμεν, τὰ δὲ τοῦ πράγματος σημεῖα, καὶ αὕτη διαφορὰ
 σημείου καὶ εἰκότος. Ἦγνοήκασιν δὲ ὅτι τὸ σημεῖον γενικόν ἐστὶ καὶ
 20 διαιρεῖται εἰς τε εἰκότος | καὶ ὁμώνυμον αὐτῷ σημεῖον. Εἴρηται οὖν ἐνταῦθα 15
 σημεῖον γενικώτερον, ὅπερ ἔχει ἐν αὐτῷ καὶ τὸ εἰκότος καὶ τὸ σημεῖον.

6

HERM.: 2 St. 36.10 cf. lemma || 4 ib. || 14 ib. 36.11 || 15 φανεροῦ σημείου ib. || 16 ib. 36.11.

FONTES: 13-14 πῶς γὰρ — πιστώσαιο Marc. W4 214.29-30.

LOCi: 8-9 cf. Dem. 19.

2 φασί Pa: φησί Pc || 3 φασί om. Pc || 4 πρόσκειται Pc unde ego conferens infra 4.7.4: πρόκειται Pa || 4 οὐσιώδης ex Herm. textu ego: οὐσιωδῶς P || 15-16 οὐ γὰρ — σημείου propter homoeotel. om. Pc || 17 εἰκότως Pc || 19 εἰκότος Pa: εἰκότως Pc || 21 αὐτῷ ego: αὐτῷ Pa ἑαυτῷ Pc || τὰ εἰκότος Pc.

6. *ib.* 36.10 “A conjectura é o escrutínio de um facto não evidente...”]

Criticam a definição, tanto por ser excessiva como deciente. A definição peca por excesso, dizem eles, através das afirmações que ele faz: “escrutínio de um facto não evidente”. Com efeito, esta definição abrange, dizem eles, também os outros estados de causa, já que inquirimos aquilo que não é evidente também nestes. Mas é acrescentada a expressão “da existência”, que não é comum a

5 nenhum dos outros | estados de causa. Refutámos assim a aparência de haver excesso nesta definição. Dizem, por outro lado, que ela é deficiente. Primeiramente, na medida em que o sinal não é patente em todas as conjecturas, mas há também algumas em que o sinal é obscuro, tais como as cumulativas. Por exemplo, em *Falsa embaixada*⁵: “Destruíste os Focenses, Ésquines”. Em que assenta tal evidência? “É que aceitaste suborno”. Mas precisamente isto é obscuro e |

10 carece de uma outra confirmação. Em resposta, há que dizer que em tal conjectura — refiro-me à cumulativa —, o primeiro sinal é obscuro, mas os seguintes, isto é, os que o confirmam, são patentes. Pois se também estes fossem obscuros, nenhuma demonstração deles resultaria; com efeito, como se provaria aquilo que é obscuro com base em sinais obscuros? De sorte que também estas conjecturas

15 partem “de algum sinal | patente”. Pois ele não diz “a partir do primeiro sinal” nem “do segundo”, mas simplesmente “a partir de um sinal patente”. Em seguida, dizem eles, a definição é deficiente num outro aspecto. Seria necessário dizer “a partir de probabilidades⁶ e sinais”. Com efeito, acostumámo-nos a chamar “probabilidades” aos elementos demonstrativos da pessoa, e “sinais” aos do acto, e nisto reside a diferença entre “sinal” e “probabilidades”. Mas eles têm ignorado

20 que o termo “sinal” é genérico e que se divide em “probabilidade” | e “sinal”, com nome idêntico ao do género. Refere-se pois aqui um sinal mais genérico, que compreende em si a probabilidade e o sinal.

⁵ Não se está perante a citação literal de qualquer passo do discurso, mas da formulação de uma conjectura que sintetiza o assunto do mesmo. Para as linhas 7-12, cf. supra, como lugar paralelo, 2.54.15-21.

⁶ O escoliasta parece ter presente a terminologia aristotélica e a distinção εἰκότα/ σημεῖα cf. *Retórica* 1.2.14 1357a. Cf. Quintiliano 5.9.3 e 8-9.

7. *ib.* 36.10-11 ἀδήλου πράγματος ἔλεγχος οὐσιώδης ἀπό τινος φανεροῦ σημείου]

Ἵπογράψας διὰ τῆς μεθόδου τὴν στάσιν, ἀποδίδωσιν αὐτῆς καὶ τὸν ὀρισμὸν· “στοχασμὸς ἐστὶν ἀδήλου πράγματος ἔλεγχος οὐσιώδης ἀπό τινος φανεροῦ σημείου”. Ὁ δὲ Μινουκιανὸς ὠρίσατο· “ἄρνησις παντελὴς τοῦ ἐπιφερομένου ἐγκλήματος”. Σαφέστερον δ’ ἂν εἴη εἰρηκῶς ὁ Ἑρμογένης 181
 προσθεὶς τὸ “οὐσιώδης”· ἐν ἀπάσαις γὰρ ταῖς στάσεσιν ὁ φεύγων ἀρνεῖται τὸ 5
 ἐπιφερόμενον ἐγκλημα. Πρόσκειται δὲ “ἔλεγχος”, | ἀλλ’ οὐ “ζήτησις” πρὸς ἀντιδιαστολὴν τῶν ἐν ταῖς ἄλλαις τέχναις ζητημάτων. Ζήτημα γὰρ λέγομεν καὶ ἐπὶ τῶν κατὰ φιλοσοφίαν ἀδήλων, καὶ ἐπὶ τῶν ἱατρικῶν, καὶ ἐν ταῖς ἄλλαις τέχναις ὡσαύτως, ἔλεγχον ἐπὶ μόνων τῶν κατὰ ῥητορικὴν, διὰ τὴν ἐπι- 10
 φερομένην παρὰ τοῦ δικαστοῦ ψῆφον. Ἐπὶ γὰρ τῶν τοιούτων ἐφ’ ὧν ὠρίσται τιμωρία “ἔλεγχος” λέγεται. Τὸ δὲ “οὐσιώδης” καλῶς ἔφη, ἵνα μάθωμεν τὴν πρὸς τὰς ἄλλας στάσεις διαφορὰν τοῦ στοχασμοῦ τὸ περὶ τῆς οὐσίας καὶ τῆς 15
 ὑπάρξεως ἔχειν τὴν ζήτησιν. Ζητεῖται μὲν γὰρ καὶ ἐν ἐκείναις ἀφανές· οὐ μὲν|τοι καὶ οὐσιωδῶς· στοχασμοῦ γὰρ τοῦτο μόνου. Τοῦ δὲ ὀρισμοῦ “γένος” 15
 ἐστὶ τὸ ἀδήλου πράγματος. Ἐν πᾶσιν γὰρ στάσει ἄδηλόν ἐστι πρᾶγμα ἐξεταζόμενον, ὡς ἐν ἀντιλήψει ἄδηλον εἰ ἔξεστιν ἢ μή· εἰ γὰρ δοίημεν ἐξεῖναι 20
 ὁμολογουμένου πράγματος ἀσύστατον ἔσται. Καὶ ἐν πραγματικῇ τὸ μέλλον ἄδηλον. Τὸ δὲ ἴδιον τοῦ στοχασμοῦ οὐσιωδῶς. Καλῶς δὲ καὶ τὸ “ἀπό τινος φανεροῦ σημείου”· ἀφανές γὰρ ἀφανεῖ οὐ δύναται κατασκευασθῆναι. Τινές δέ 20
 φασιν ἐναντιοῦσθαι ἑαυτῷ τὸν τεχνικόν· ἐν μὲν τῷ τοῦ ἀσώτου ζητήματι

7

HERM.: 2-3 *St.* 36.10-11 cf. lemma || 5, 11 οὐσιώδης *St.* 36.10 || 6, 11 ἔλεγχος *ib.* || 18-19 *ib.* 36.11 || 20 ἐν μὲν τῷ τοῦ ἀσώτου ζητήματι *ib.* cf. 31.7-8.

FONTES: 3-4 Minuc. ap. Syr. R2 61.9-10, Sop. Marc. W4 202.21-24, Marc. *ib.* 214.16-17, Sop. W5 150.11-12 || 6-7 πρὸς ἀντιδιαστολὴν — ζητημάτων Syr. Sop. W4 210.7 || 10-14 ἐφ’ ὧν — μόνου *ib.* 210.6-9.

2-3 ἀδήλου — ὠρίσατο· testes om. || 4 ὁ om. Pa || 5, 11 οὐσιώδης ex Herm. textu ego: οὐσιωδῶς P || 8 κατὰ om. Pc || 10 ἐφ’ ὧν ego e fonte: ἐφ’ οἷς P || 11 λέγεται recte corr. W7 et ego conferens fontem: λέγει codd. || 12 al. τῆς Pc: om. rell. || 13 μὲν om. Pc || 16 pr. εἰ: ἢ Pc.

7. *ib.* 36.11 “a partir de um sinal patente”]

Após indicar pelo método o estado de causa, ele fornece a respectiva definição: “conjectura é o escrutínio da existência de um acto não evidente a partir de um sinal patente”. Minuciano, por seu turno, definiu-a como “a negação perfeita da acusação imputada”⁷. Pode dizer-se que Hermógenes se exprimiu mais claramente ao acrescentar “da existência”; com efeito, em todos os estados de causa o réu nega a acusação que lhe é imputada. É-lhe acrescentado o termo “escrutínio”, e não “inquirição”, para o distinguir das questões que se encontram nas outras artes. Efectivamente, também dizemos “questão” a propósito dos factos não evidentes tratados na filosofia, na medicina e similarmente nas outras artes. Um “escrutínio” refere-se apenas aos tratados pela retórica, em virtude da decisão emanada do juiz. Diz-se “escrutínio”, com efeito, a propósito das questões em que está fixada uma penalidade. Ele empregou correctamente a expressão “da existência” para aprendermos que aquilo que faz a diferença entre a conjectura e os outros estados de causa é que a inquirição se prende com o ser e o existir. De facto, também neles se inquire o que não está patente, todavia não “da existência”, pois tal é exclusivo da conjectura. Mas as palavras “de um acto não evidente” correspondem ao “género” da definição⁸. Em todo o estado de causa é objecto de exame um acto não evidente; do mesmo modo, na justificação, não é evidente se é ou não permitido; com efeito, se concedermos que é permitido, haverá uma questão mal constituída, pois o acto é consensual, e no estado de causa pragmático também o futuro não será evidente. Específico da conjectura é o tratamento “da existência”. Correcta é também a afirmação “a partir de um sinal patente”. Com efeito, não se pode confirmar uma coisa não-patente por outra não-patente.

⁷ O escólio tem certamente uma lacuna, pois começa por apresentar a definição hermogeniana de “conjectura”, após a qual cita a de Minuciano. Ora, falta a definição de Hermógenes (*Estados de causa* 36.10-11), sendo citada a de Minuciano (cf. aparato de fontes). A citação da definição de Minuciano é anterior à de Hermógenes, sendo citada no intuito de demonstrar o interesse e a novidade deste último face àquela. A doutrina de Minuciano não seria original. Com efeito, como assinala Glöckner *Quaestiones...*, pp. 106-107, apresenta grandes semelhanças à de Zenão de Atenas, autor do séc. II d.C. Tais semelhanças levam a pressupor a dependência de fontes comuns, uma vez que Zenão de Atenas e Minuciano teriam vivido no mesmo século (II d.C.). Cf. a este respeito esp. Halm 325.19 *coniecturae status ex negatione natus*. Por outro lado, a definição de conjectura que toma por base a negação do facto em juízo pela parte acusada tem tradição antiga e originou a formulação da designação de στάσις ἀρνητική para este estado de causa, que a tradição latina designou *status infitialis*; cf. por exemplo, os testemunhos latinos de *Retórica a Herénio* 1.27; Cícero, *Do orador* 2.105; *Partições oratórias* 102, 110; Quintiliano 3.6.15, esp. 32: *infitalis est quem dicimus coniecturalem, cui ab infitiando nomen alii in totum dederunt, alii in partem, qui accusatorem coniectura, reum infitiatione uti putauerunt*. Vd. sobre esta questão Glöckner *op. cit.*, pp. 31-32.

⁸ Cf. supra 1.1.9 πᾶς ὅρος συνέστηκεν ἐκ γένους καὶ διαφορᾶς.

πρᾶγμα εἶναι λέγεται | ἐξεταζόμενον τὴν ἀφάνειαν ὡς σημεῖον τοῦ τεθνάναι 25
 αὐτόν, ἐνταῦθα δὲ “ἀπό τινός” φησι “φανεροῦ σημείου”. Ἀλλὰ δεῖ εἰδέναι ὅτι
 εἰ καὶ βούλεται ὁ τεχνικὸς ἐν τῷ ἁσώτῳ ἐξετάζεσθαι τὸ ζήτημα, καὶ ὡς
 σημεῖον παραλαμβάνεσθαι τὴν ἀφάνειαν, οὐ διαμάχεται ἑαυτῷ· ἔστι | γὰρ 30
 25 φανερόν τὸ πρᾶγμα καὶ ὁμολογούμενον. Ἀλλὰ φαμεν τὰ σημεῖα φανερά εἶ-
 ναι οὐχ ὡς ὄντα τῶν ἐγκλημάτων | δηλωτικά· ἢ γὰρ ἂν οὐδὲ ζήτημα κατελεί- 182
 πετο, εἰ φανερώς καὶ αὐτόθεν τὸ σημεῖον ἐδήλου τὸ ἔγκλημα. Ἀλλὰ φαμεν τὰ
 σημεῖα φανερά εἶναι, ὡς πράγματα ὁμολογημένα ὑπὸ τοῦ κατηγοροῦ καὶ τοῦ
 φεύγοντος. Εἰ τοίην ὁμολογεῖ εἶναι καὶ ὁ ἄσωτος ἀφανῆ εἶναι τὸν πατέρα, 5
 30 πάντως ὁμολογεῖται ὅτι φανερόν ἐστι τὸ σημεῖον. Καὶ οὐκ ἐναντιοῦται ὁ
 τεχνικὸς ἑαυτῷ.

7

FONTES: 19-22 τινές — σημείου Syr. Sop. W4 210.12-17.

21 λέγοντι Pc || 25 τὸ om. Pc || 25 μὲν post φανερά fort. propter alliterationem add. Pc || 28 ὁμολογημένα: γεγενημένα testes || 29 εἶναι Pc: om. rell.

20 Dizem l alguns que o Autor se contradiz a si mesmo: de facto, na questão do devasso, afirma-se que o facto examinado enquanto sinal da morte do pai é o seu desaparecimento, ao passo que aqui ele diz “a partir de um sinal patente”. Mas há que saber que, ainda que pretenda que a questão do devasso se sujeite a exame e que o desaparecimento do pai seja encarado como um sinal, o Autor não entra em
25 conflito consigo mesmo, porquanto o facto l é patente e admitido. Com efeito, dizemos que os sinais são patentes, não porque sejam evidenciadores da acusação, ou nenhuma questão subsistiria, se o sinal evidenciasse, de forma patente e por si mesmo, a acusação. Dizemos, porém, que os sinais são patentes por os factos serem admitidos pelo acusador e pelo réu. Se, portanto, o devasso admite que seu
30 pai se encontra desaparecido, l reconhece em absoluto que o sinal é patente. E o Autor não entra em contradição consigo mesmo.

8. *ib.* 36.12-15 οἷον πεφώραταί τις θάπτων νεοσφαγῆς σῶμα ἐπ' ἐρημίας καὶ φόνου φεύγει· ἀπὸ γὰρ τοῦ θάπτειν φανεροῦ ὄντος ἀφανές τι πρᾶγμα ζητοῦμεν οὐσιωδῶς τὸ τίς ὁ φονεύσας]

Ἀτελοῦς στοχασμοῦ παράδειγμα δίδωσιν, ἵνα μὴ τελείου δοὺς δόξη τὸν ἀτελῆ ἀποδιιστᾶν ἐκ τῶν στοχα|σμῶν· ἀτελῆ γὰρ δεδοκῶς καὶ τὸν τέλειον 10 συνεισήνεγκεν. Εἰ γὰρ ἐκεῖνος ἐν στοχασμοῖς, πολλῶ μᾶλλον ὁ τέλειος. Ἀλλ' ἐνταῦθα μὲν “ἀπὸ τοῦ θάπτειν φανεροῦ ὄντος ἀφανές τι πρᾶγμα οὐσιωδῶς 5 «τίς ὁ φονεύσας» ζητοῦμεν”, τί δ' ἂν εἴποιμεν ἐπὶ τοῦ ἀπὸ γνώμης στοχασ-μοῦ, ἔνθα | “ἡ μητριὰ ἐν δόξῃ μανίας τὸν μὲν υἱὸν ἔτρωσε, τὸν δὲ πρόγονον 15 ἀπέκτεινε”; Δῆλον γὰρ ἐνταῦθα καὶ τὸ φονεῦσαν πρόσωπον. Πῶς οὖν “οὐσιωδῶς «τίς ὁ φονεὺς»” ζητοῦμεν; Καί φαμεν ὡς ἄδηλον ἐὰν ἡ μητριὰ πεφόνευκεν. Εἰ γὰρ ἡ μανία αἴτιος, ἡ μητριὰ πάντως ἀναίτιος.

8

HERM.: 4-5, 8 *St.* 36.14-15 cf. lemma || 6-7 *ib.* 58.19-21.

2 pr. ἀτελῆ: ἀτελὲς testes || δέδωκε W7 || 6 ἔνθα Pa: ἄνωθεν Pc unde W7 || 9 ἀναίτιος: οὐκ αἴτιος Pc.

8. *ib.* 36.12-15 “Por exemplo: «alguém é surpreendido a sepultar um corpo recém-degolado num lugar ermo e enfrenta um processo por homicídio». Com efeito, a partir da inumação, — que é patente —, inquirimos a existência de um facto não patente: «quem matou?»”]

Ele dá um exemplo de conjectura imperfeita a fim de não parecer excluir a imperfeita das conjecturas, ao dar o exemplo de uma perfeita, pois ao fornecer uma imperfeita, introduz também a perfeita. Com efeito, se a imperfeita se conta entre as conjecturas, muito mais a perfeita. E embora nesta “inquiramos a existência de um facto não patente a partir da inumação, que é patente: | «quem matou?»”, que diríamos da conjectura baseada na intenção, em que, “aparentemente num acesso de loucura, uma madrasta feriu o seu filho e matou o seu enteado”⁹? É aqui evidente quem é a pessoa da assassina. Então como “inquirimos nós a existência: «quem matou?»”? E respondemos que não é evidente que a madrasta tenha cometido o homicídio. Pois se a causa foi a loucura, a madrasta é totalmente isenta de culpa.

⁹ Cf. *ib.* 58.17-21 sobre a conjectura baseada na intenção e em que este exemplo é citado. Aí Hermógenes deixa claro que neste género de conjectura o acto e o agente constituem matéria de acordo — “é patente que um determinado acto (o assassinio) foi cometido por uma determinada pessoa (a madrasta)” —, estando em causa a imputabilidade do agente — “estaria a madrasta louca?”. A consideração deste predicado do agente, a designada “intenção” (γνώμη), é fundamental para a responsabilização judiciária do mesmo, de sorte que, a ser comprovado, determinarão a respectiva inimputabilidade. Por outro lado, Hermógenes diferencia esta conjectura da desculpa (συγγνώμη) pelo facto de, nesta última, haver acordo quanto aos factores sobre os quais se pode transferir a culpa — piedade, torturas, etc. —, contrariamente ao que sucede com aquela — não é certo que a madrasta estivesse louca. Pelo facto de o agente não ter praticado o acto na posse das faculdades mentais e morais (porquanto não sabia o que fazia), podemos verificar que esta conjectura se aproxima da objecção (μετάληψις) por rejeição da acção directa (*Estados de causa* 42.20-43.3). Põe-se em causa a circunstância do motivo ou culpa (αἰτία), que se transfere da madrasta para a loucura (vd. a conclusão do escoliasta, a terminar este escólio).

1. 37.1-2 ἂν δὲ ἡ φανερόν τὸ κρινόμενον, πάλιν ἐπισκεπτέον, εἰ τέλειόν ἐστιν ἢ ἀτελεῖ]

Τὸ κρινόμενον διελὼν εἰς τὸ ἀφανὲς καὶ τὸ φανερόν, εἴτα τὸ ἀφανὲς ἀπολαβὼν καὶ τὸν στοχασμὸν ὀρί|σάμενος, νῦν τὸ φανερόν ὑποδιαίρει εἰς τὸ **183** ἀτελὲς καὶ τὸ τέλειον, ἵνα ἀπὸ τοῦ ἀτελοῦς τὸν ὅρον δείξῃ γινόμενον. Ἐρμηνεύει δὲ τί ποτέ ἐστι τὸ ἀτελές.

Capítulo 5

DEFINIÇÃO

1. 37.1-2 “Se, porém, o ponto em juízo é patente, deve examinar-se novamente se é perfeito ou imperfeito”]

Depois de dividir o ponto em juízo em não patente e patente, retoma em seguida o não patente e definindo a conjectura. Agora subdivide o patente em “imperfeito” e “perfeito”, para mostrar que a definição deriva do imperfeito. E explica em que consiste o “imperfeito”.

2. *ib.*]

Διελών τὸ κρινόμενον πρᾶγμα, τουτέστι τὸ ἔγκλημα εἰς ἀφανές τε καὶ 5
φανερὸν, καὶ εἰπὼν ὅτι τὸ ἀφανές ποιεῖ τὴν στοχαστικὴν στάσιν, καὶ διδάξας
αὐτῆς ἐν συντόμῳ τὴν δύμανιν, νῦν καὶ τὸ φανερόν διαιρεῖ καὶ φησιν ὅτι τὸ
φανερὸν ἢ ἀτελές ἐστὶν ἢ τέλειον. “Φανερόν” δὲ λέγει οὐ τὸ τοῖς δικασταῖς
5 ὁμολογούμενον, ἢ | γὰρ ἂν οὐδὲ κρίσις ἦν, ἀλλὰ προειλημμένον ἐγίνετο· ἀλλὰ 10
φανερὸν τῇ οὐσίᾳ. “Κρινόμενον” δὲ νῦν λέγει τὸ ἐνεργηθέν ἥτοι τὸ ἐκ τῆς
ἐνεργείας γεγονός, περὶ οὗ ἡ κρίσις. Πάλιν τὸ ἀτελές διττόν ἐστιν ἐνταῦθα· ἢ
γὰρ τῇ ἐνεργείᾳ καὶ τῇ πράξει τοῦ φεύγοντός ἐστιν ἀτελές ἢ | πρὸς τὴν 15
φωνὴν τοῦ κατηγοροῦ. Τῇ μὲν ἐνεργείᾳ, ὡς ἐπὶ τοῦ τὸ κενοτάφιον ὀρύξαντος
10 καὶ κρινομένου τυμβωρυχίας· τὸ μὲν γὰρ ὀρύξαι τὸν τάφον καὶ αὐτὸς
ὁμολογεῖ ὁ φεύγων· τὸ δὲ τυμβωρυχῆσαι οὐδ’ ὅλως πέπρακται. Κατὰ δὲ τὴν
φωνὴν τοῦ κατηγοροῦ, ὡς ἐφ’ οὗ | παρέθετο ζητήματος. Ἐνταῦθα γὰρ ἡ μὲν 184
φωνὴ τοῦ κατηγοροῦ μείζων ἐστίν, ὁ δὲ φεύγων ἀνθαιρεῖται τὸ ἔλαττον. Καὶ
ἡ μὲν πρᾶξις τελεία — εἰσῆλθε γὰρ εἰς τὸ ἱερὸν καὶ τὰ χρήματα ἀφείλετο —
15 πρὸς δὲ τὴν τοῦ κατηγοροῦ | φωνὴν ἀτελής ἡ πρᾶξις. 5

2

HERM.: 1-2 διελών — στάσιν cf. *St.* 36.8-9 || 3-4 νῦν — τέλειον *ib.* 37.1-2 cf. lemma || 6 *ib.* 37.1.

FONTES: 4-6 φανερόν — οὐσίᾳ *Marc.* W4 217.1-3 || 6-7 κρινόμενον — κρίσις *Syr. ib.* 216.7-8 || 7-15
τὸ ἀτελές — πρᾶξις *ib.* 216.18-29.

14 τὸ om. *Pc.*

2. *ib.*]

Depois de dividir o facto em juízo, isto é, a acusação, em não patente e patente e dizer que o não patente origina o estado de causa da conjectura e depois de ter brevemente indicado a sua função, divide igualmente agora o patente, e afirma que o patente é imperfeito ou perfeito. Ele designa por “patente” não aquilo que é
 5 reconhecido | pelos juízes (ou não haveria sequer julgamento, antes se converteria em juízo prévio), mas aquilo que é patente pela existência. Ele designa agora por “ponto em juízo” o “acto”, ou seja, aquilo que resulta de uma “actividade”, e ao qual respeita o julgamento. Por sua vez, o imperfeito tem aqui uma dupla vertente: ou é imperfeito na actividade e na acção do réu, ou em relação à formulação linguística do acusador. Na actividade, como no caso daquele homem que abre
 10 um túmulo vazio | e é acusado de profanação: o acto de escavar o túmulo foi assumido pelo próprio réu, mas o de o abrir e profanar não foi, de todo, praticado. Relativamente à formulação linguística do acusador, como na questão que ele propôs. Aqui a linguagem do acusador é mais importante, enquanto o réu prefere a menos importante. E a acção é perfeita — pois entrou no templo e roubou o
 15 dinheiro —; | no tocante, porém, à linguagem do acusador, a acção é imperfeita.

3. *ib.*]

Μετὰ τὸ ἀφανὲς ἐπὶ τὸ φανερόν μετέισιν, ὑποδιαίρει δὲ αὐτὸ εἰς τε ἀτελὲς καὶ εἰς τέλειον. Καὶ διαλαμβάνει πρῶτον περὶ τοῦ ἀτελοῦς εἰκότως· τὸ γὰρ ἀτελὲς πρότερον φύσει τοῦ τελείου, εἵγε τὸ τέλειον ὅλον | ἐστί, τὸ δὲ ὅλον 10 μερῶν ἐστὶν ὅλων, τὸ δὲ μέρος ἀτελές· ὥστε τὸ τέλειον ἐκ τοῦ ἀτελοῦς
 5 γίνεσθαι πέφυκεν. Ἐπειτα καὶ καθ' ἕτερον λόγον εἰκότως τὸν περὶ ἀτελοῦς λόγον ἐποίησατο πρῶτον οἷα δὴ μονοειδοῦς ὄντος· μένει γὰρ οὐχ ὑποδιαιρούμενον, τὸ δὲ τέλειον οὐχ οὕτως. Πρῶτον ἄρα | εὐλόγως τὸν περὶ τοῦ 15 ἀπλουστέρου πεποιήται λόγον.

4. *ib.* 37.2-3 λέγω δὲ ἀτελές, ᾧ προστεθέντος τινός ὡς λείποντος]

Ἀκριβῶς τὸ “ὡς λείποντος” πρόσκειται· τὸ γὰρ πρᾶγμα τέλειόν ἐστι φύσει· οὐδὲν γὰρ ἀτελὲς εἰς δικαστήριον εἰσάγεται. Ἀλλὰ περὶ τοῦ ὀνόματός ἐστιν ἡ 20 ζήτησις. Τοῖνυν ἡ τοῦ ὅρου ἀτέλεια περὶ τὸ σχεῖν ὄνομα, | διὸ καὶ ἐπάγει· “ὄνομά τε εὐθὺς γίνεται”. Καὶ {οὐκέτι} λαμβάνει — φησὶν — ὄνομα τὸ
 5 πραχθέν καὶ οὐκέτι περὶ τοῦ ὀνόματος ἀμφιβάλλεται, ἀλλὰ τέλειον γίνεται.

3

1 ὑποδιαίρειται Pc || 2 εἰς om. Pc || 4 alt. τὸ om. Pa.

4HERM.: 1 *St.* 37.3 || 4 *ib.* 37.3-4.

FONTES: 1-4 ἀκριβῶς — γίνεται Syr. W4 215.28-216.6, cf. etiam Sop. W5 88.7-16 || 4-5 ὄνομά τε — ἀμφιβάλλεται Marc. W4 217.20-22.

1 πρόσκειται Pa: πρόσκειται Pc Pb fonsque || 4 τε Pa unde ego fontem conferens: ἐστὶν Pc || οὐκέτι secludendum censeo fontem conferens: fort. propter propinquitatem ex οὐκέτι alt. (cf. infra l. 5) add. codd. unde W7.

3. *ib.*]

Após o não-patente, ele passa ao patente, dividindo-o em imperfeito e perfeito¹. E trata primeiro o imperfeito², e justamente, pois o imperfeito precede por natureza o perfeito, dado que aquilo que é perfeito é inteiro, mas o inteiro compõe-se da totalidade das partes e a parte é imperfeita, de sorte que o perfeito procede naturalmente do que é imperfeito. Em seguida, e por uma outra razão, fez
 5 justamente primeiro a exposição sobre o imperfeito, visto ser único na sua espécie: com efeito, não possui subdivisões, o que não é o caso do perfeito. Em primeiro lugar, portanto, fez logicamente a exposição do mais simples.

4. *ib.* 37.2-3 “Chamo imperfeito àquele ponto em juízo ao qual se acrescenta alguma coisa, porque lhe falta.”]

É exacta a adição da expressão “por lhe faltar algo”. Com efeito, o acto é perfeito por natureza e nada de imperfeito é introduzido em tribunal. Mas a inquirição prende-se com a designação. Portanto, a imperfeição da definição diz respeito à denominação. Por isso, também acrescenta: “surge imediatamente uma
 5 denominação”. E o acto praticado — diz — recebe uma designação, e deixa de suscitar dúvidas quanto à denominação. Mas o ponto em juízo torna-se perfeito.

¹ Cf. *ib.* 37.1-2.

² Cf. *ib.* 37.2-13.

5. *ib.*]

Εἴπερ τῷ ἀτελεῖ, κατὰ τὸν αὐτοῦ λόγον, “προστιθέμενόν τι ὥς λείπον”
 ἀσύστατον αὐτὸ ποιεῖ διὰ τὸ ὁμο|λογούμενον γίνεσθαι, πῶς τὸ τέλειον 25
 συνεστάναι δύναται; Ἐλέγομεν γὰρ τοῦ φανεροῦ τὸ μὲν ἀτελές, τὸ δὲ εἶναι
 τέλειον. Ῥητέον οὖν ὅτι ζήτημα αὐτό φησι μὴ ἐπιδέχεσθαι περὶ τῆς ιδιότητος,
 5 ὅπερ ἔστι τῆς ὀρικῆς στάσεων· ζητεῖσθαι δὲ κατὰ τὴν ποιότητα.

6. *ib.* 37.3 ὄνομα]

| Ἐκεῖνο “ἀτελές”, ὃ καθ’ ἑαυτὸ μὲν ὀνομασθῆναι, τί ποτέ ἐστιν, οὐ δύναται 30
 — διὰ γὰρ τοῦτο καὶ τὴν ιδιότητα λέγομεν ἐν τῷ ὄρω ζητεῖσθαι, ὥσπερ τὴν
 ὑπαρξιν | ἐν τῷ στοχασμῷ —, προστεθέντος δὲ αὐτῷ τινος τηνικαῦτα καὶ 185
 ὀνομάζεται. Τὸ δὲ “τοιούτον” δηλονότι τὸ ἀτελές.

**7. *ib.* 37.5-7 ἔστι γὰρ στάσις ὀρικὴ ὀνόματος ζήτησις περὶ
 πράγματος, οὗ τὸ μὲν πέπρακται, τὸ δὲ λείπει τὸ δὲ πρὸς
 αὐτοτέλειαν τοῦ ὀνόματος]** 5

Πάλιν ἐνταῦθα ἐκ γένους καὶ συστατικῶν διαφορῶν διαστελλουσῶν τὸ
 ὀριζόμενον ὁ ὅρος τέθεται· οὗ | ἐκάστης λέξεως τὰ ἀντιδιηρημένα καὶ αὐτὸς
 ἀναθεωρῶν γνοίης.

5

HERM.: 1 τῷ ἀτελεῖ — ὥς λείπον *St.* 37.2-3.

5 ὀρικῆς Pa: ῥητορικῆς Pc.

6

HERM.: 1 *St.* 37.2 || 4 *ib.* 37.5.

4 alt. τὸ om. Pc.

5. *ib.*]

Dado que, segundo a sua afirmação, “acrescentar ao imperfeito um qualquer elemento que lhe falta” origina uma questão mal constituída, em virtude de o ponto em juízo ser consensual, como pode o perfeito ter consistência? Com efeito, dizemos que uma parte do facto patente é imperfeita, e a outra perfeita. Há que responder, pois, que ele afirma que a própria questão não comporta o problema da
 5 propriedade, | questão que é a do estado de causa da definição, ao passo que a questão que respeita à qualificação, esta sim, se coloca.

6. *ib.* 37.3 “... designação...”]

“Imperfeito” é aquele que não pode, por si só, receber uma designação que diga o que ele é — por este motivo afirmamos que a propriedade é objecto de inquirição na definição, do mesmo modo que o objecto da conjectura é a existência —, mas que, acrescentando-se-lhe um qualquer elemento, recebe imediatamente uma designação. A locução “deste tipo” indica evidentemente o imperfeito.

7. *ib.* 37.5-7 “O estado de causa definitivo, com efeito, consiste numa inquirição sobre a designação de um acto, sendo que um parte deste está cumprida, mas a outra falta, para que a designação fique perfeita em si mesma.”]

Por sua vez, aqui a definição é dada com base no género e nas diferenças constitutivas que distinguem o definido. Tu mesmo, mediante uma observação cuidadosa, reconhecerias as oposições entre cada formulação da definição.

8. *ib.*]

Ἦπόρηται πῶς εἶπεν “ὀνόματος ζήτησις” τὸ γὰρ περὶ ὀνομάτων ἀμφισβη-
 τεῖν γραμματικῶν, οὐ ῥητόρων. Ὑποληπτέον δὲ πρὸς τοῦτο ὡς μάλιστα μὲν
 προσέθηκε | τὸ “περὶ πράγματος”, ὥστε οὐχ ἅπλῶς “ὄνομα”. ἔπειτα τὸ ὄνομα 10
 ἐπὶ τούτῳ ὁμολογουμένην ἔχει τὴν τιμωρίαν· ὥστε εἴπερ ἐφαρμόσει τὸ ὄνομα
 5 τῷ ὑποκειμένῳ, καὶ τὸ τῆς τιμωρίας εὐθύς ἔπεται· Ἐπιλαμβάνονται δὲ τοῦ
 ὅρου κατὰ τὸ ἐλλεῖπον. Φασὶ γὰρ ὅτι τεττάρων ὄντων εἰδῶν τοῦ | ὅρου ἐν 15
 παρέθετο μόνον τὸ ἔχον τὸ μὲν πεπραγμένον, τὸ δὲ ἐλλεῖπον· τὸ δὲ τέλειον ἢ
 τὸ ἀτελὲς πάντῃ ἢ τὸ πλεονάζον, οὐδαμῶς. Τέλειον μὲν οὖν, οἶον· “νόμος
 «τὸν καινὸν ὅπλον ἀνευρίσκοντα δωρεὰν αἰτεῖν»· ἵππον τις πρῶτος διδάξας
 10 πολεμιστὴν ἀξιοῖ τυχεῖν τῆς δωρεᾶς”. Ἐν|ταῦθα γὰρ φασιν οὐδὲν ἐλλεῖπειν. 20
 Λέληθε δ’ αὐτοὺς ὅτι “τὸ μὲν αὐτοῦ πέπρακται, τὸ δὲ ἐλλεῖπει”· πέπρακται
 μὲν τὸ ἀνευρεῖν ἵππον πολεμιστὴν, ἐλλεῖπει δὲ τὸ εἰ τῷ νόμῳ τοῦτο ὅπλον
 δοκεῖ καινόν. Εἰ δὲ μὴ βούλονται οὕτως ἐλλεῖπειν αὐτό ἀσύστατον ἔσται, ὡς 25
 οὐκ ἐπιδεχόμενον ζήτημα τῷ ὁμολογουμένῳ εἶναι. Ἀτελὲς δέ φασι πάντῃ,

8

HERM.: 1 *St.* 37.6 || 3 *ib.* 37.6 || 11 *ib.* 37.6-7.

FONTES: 3 προσέθηκε τὸ — ὄνομα cf. Marc. W4 220.12-13 || 8-10 νόμος — τῆς δωρεᾶς cf. Syr. R2 98.13-15, W4 218.11-13 || 14-15 ἀτελὲς — κρίνεται cf. Syr. R2 98.8-10.

4 ἐπὶ om. Pc || 10 τῆς om. Pc.

8. *ib.*]

- Há dúvidas relativamente à razão por que ele afirma “uma inquirição da denominação”, pois a discussão sobre as denominações é assunto para gramáticos, não para retores. Àqueles que o criticam deve responder-se que, acima de tudo, a inquirição é “a propósito de um acto”, de sorte que se não trata pura e simplesmente de um problema de denominação; por outro lado, deve responder-se que a denominação que a este é atribuída compreende o castigo correspondente, de sorte
- 5 que, se a denominação se adequa ao l acto que lhe subjaz, também se segue imediatamente o acto do castigo. Criticam a definição por ser omissa. Dizem, com efeito, que, sendo quatro as espécies de definição, ele fornece somente aquela em que uma parte está cumprida, faltando porém a outra, mas que não apresenta nem aquela em que o acto é perfeito, nem aquela em que é totalmente imperfeito, nem aquela em que peca por excesso. Assim, perfeito, por exemplo: “uma lei determina que «quem inventar novo armamento poderá solicitar recompensa». O pri-
- 10 meiro homem a instruir um cavalo para a guerra acha-se no direito l de receber a recompensa”. Aqui, com efeito, afirmam que não há nada omissa. Mas passou-lhes despercebido que “uma parte está cumprida, mas que a outra ainda falta”. Está cumprida a descoberta de um cavalo apto para a guerra, mas o que falta é saber se, segundo a lei, tal se considera como armamento novo. Se não querem reconhecer esta omissão no acto, o caso não terá consistência por não admitir a
- 15 instituição de uma questão, já que se trata de matéria consensual³. Totalmente imperfeito, afirmam eles, l por exemplo: “por levantar repetidas vezes as mãos

³ Semelhantemente, no exemplo dado por Hermógenes (*ib.* 37.8-13: o salteador do templo), se se acrescentar a parte omissa ao acto (“o dinheiro pilhado era consagrado”), então este receberá a denominação de “sacrilégio”, em vez da de simples “assalto”. Em tais condições, o acto torna-se τέλειον “perfeito”, deixando de haver lugar para toda e qualquer controvérsia sobre a respectiva denominação (37.12-13 οὐκέτι ἔχει τὸ πρᾶγμα ζήτησιν), por se tratar de matéria consensual. A partir desse ponto, o κρινόμενον passa a ser debatido já não em termos de denominação, mas de qualificação, e é precisamente esta matéria que Hermógenes desenvolverá em seguida (*ib.* 37.14 sqq.).

- 15 οἷον· “ἀνασχόμενός τις τὰς χεῖρας πολλάκις ἐπὶ τῷ πληῖξαι μὴ πλήχας ὕβρεως
κρίνεται”. Ἐνταῦθα γάρ, φασίν, οὐδὲν πέπρακται· ἀλλ’ ἐροῦμεν ὅτι πέπρακται
μὲν τὸ ἀνασχεῖν τὰς χεῖρας, ἐλλείπει δὲ τὸ πληῖξαι. Ὁ | ἀτελής “οὐ τὸ μὲν πέ- 30
πρακται, τὸ δὲ λείπει”, εἴρηται τῷ τεχνικῷ. Τὸ δὲ πλεονάζον, οἷον· “νόμος
«τοὺς τελείους ιεράσθαι, τοὺς δὲ μὴ τελείους ἀπείργεσθαι»· περιττόν τις | 186
20 ἔχων δάκτυλον πρόεισι τοῖς ἱεροῖς καὶ κωλύεται”. Ἀλλὰ κἀνταῦθα πέπρακται
μὲν τὸ πέντε κεχρηῆσθαι δακτύλοις, λείπει δὲ τὸ περιττόν ἔχειν· τὸ γὰρ περιτ-
τόν οὐ κατὰ φύσιν, τὸ δὲ μὴ κατὰ φύσιν ἀτελές. Ταῦτα περὶ τοῦ μὴ | δεῖν 5
οἶσθαι ὅρον ἄλλως ἔχειν, ἢ κατὰ τὸ ἐλλεῖπον καὶ τὸ περαγμένον, οἷον τὸ ἐξ
ἱεροῦ. Μετὰ δὲ τὸν ὅρον ἐπάγει παράδειγμα. Ἐφ’ ἐκάστης γὰρ στάσεως, πρῶ-
25 τον μὲν τὴν μεθόδον, εἴτα τὸ ὄνομα τῆς στάσεως, εἴτα τὸν ὅρον, εἴτα τὸ παρά- 10
δειγμα ἀποδίδωσιν, ἔνεκα τοῦ σαφῆ | τὴν διδασκαλίαν ποιήσασθαι.

8

HERM.: 17-18 *St.* 37.6-7 || 23 τὸ ἐξ ἱεροῦ *ib.* 37.8-13.

FONTES: 18-20 τὸ δὲ πλεονάζον — κωλύεται *cf.* *Syr.* R2 98.17-19, W4 218.7-8.

17 ὁ ἀτελής *ego*: ὁ ἄ. *testes* || 18 τὸ δὲ πλεονάζον *ego conferens supra* 8 τέλειον μὲν: τοῦ δὲ πλεονάζοντος *testes*.

num gesto de cometer uma agressão, mas sem a ter cometido, alguém é julgado por ofensa”. Aqui, dizem eles, nada foi cumprido. Porém, diremos nós, cumpriu-se o acto de levantar as mãos, embora falte o acto da agressão. É o que o Autor chamou “o acto incompleto”, do qual “uma parte está cumprida, faltando cumprir-se a outra”. De definição por excesso, por exemplo: “uma lei determina que «os homens perfeitos podem exercer o sacerdócio, enquanto os que o não são ficam

20 excluídos». Um homem, com um dedo l a mais, apresenta-se para cumprir as suas funções sagradas, e é impedido de as exercer”⁴. Mas também aqui se cumpre a parte da utilização dos cinco dedos, mas falta a parte de ele possuir um dedo supérfluo. Com efeito, aquilo que é supérfluo não é natural, e aquilo que não é natural é imperfeito. É isto o que concerne ao facto de se não dever pensar que não há uma outra forma de definição a não ser a que se baseia naquilo que lhe falta e naquilo que já está cumprido, como no problema do templo⁵. Após dar a

definição, ele acrescenta um exemplo. De facto, em cada estado de causa, pri-

25 meiro apresenta o l método, depois a sua denominação, em seguida a definição, depois ainda o exemplo, com o intuito de clarificar o seu ensino.

⁴ Um exemplo de uma tal lei pode achar-se na regulamentação do cerimonial sagrado hebraico, outorgado por Deus a Moisés, no livro bíblico de Levítico 21.17-21, com especificação das tipologias de enfermidades e de deficiências físicas inibidoras do acesso ao sacerdócio. Não é, contudo, possível determinar que os escoliastas tivessem em mente a referência bíblica (embora se vivesse já, havia vários séculos, a era cristã), uma vez que a retórica escolar tinha convencionalmente como pano de fundo as épocas clássica e helenística.

⁵ Cf. *Estados de causa* 37.8-13.

9. *ib.* 37.8-13 οἷον ἐξ ἱεροῦ ἰδιωτικά τις ὑφείλετο χρήματα, νόμου κελεύοντος τὸν μὲν ἱερόσυλον τεθνάναι, τὸν δὲ κλέπτην διπλά διδόναι, ὡς ἱερόσυλον τεθνάναι ὑπάγεται, δὲ κλέπτης εἶναι λέγει· ἐὰν γὰρ προστεθῇ τὸ καὶ ἱερὰ εἶναι τὰ χρήματα, σαφὴς γε οὗτος ἱερόσυλος καὶ οὐκέτι ἔχει τὸ πρᾶγμα ζήτησιν]

Τὸ μὲν ὄνομα “ὁ ἱερόσυλος”, περὶ οὗ ἡ ζήτησις, τὸ ἀμφισβητήσιμον ἐκ τοῦ πράγματος ἔχει, “οὗ τὸ μὲν πέπρακται” — ἡ ἐξ ἱεροῦ ἀφαίρεσις —, τὸ δὲ 15
 “λείπει” — τὸ “ἱερὰ εἶναι τὰ χρήματα”. Καὶ διὰ τοῦτο ἀμφίβολος ἡ κλῆσις, μήτε κλέπτου καλουμένου τῷ ἐξ ἱεροῦ γεγενῆσθαι τὴν ἀφαίρεσιν, μήτε
 5 ἱεροσύλου τῷ μὴ ἱερὰ εἶναι τὰ χρήματα, ὅπερ εἰ προστεθῇ, σαφὴς ὁ κεκλοφῶς ἱερόσυλος καὶ τὸ κρινόμενον ἀνεξέταστον.

9

HERM.: 2-3 *St.* 37.6-7 || 3 *ib.* 37.11-12 || 5-6 εἰ προστεθῇ — ἱερόσυλος *ib.*

2 ἔχει corr. Pb¹ unde W7 et ego: in genitio participium ἔχοντος fort. propter homoeopt. ex πράγματος testes rell. || 3 λείπει: ἐλλείπει W7 || 4 τῷ Pc: τὸ Pa.

9. *ib.* 37.8-13 “Por exemplo: «alguém roubou dinheiro privado de um templo. Ora, a lei , por um lado, condena o sacrílego à pena de morte mas, por outro, condena o ladrão a restituir o dobro do que roubou. O prevaricador incorre na pena de morte, na qualidade de sacrílego, mas ele alega que não é mais do que um ladrão. Com efeito, se se acrescentar que o dinheiro é consagrado, é claro que ele é um sacrílego e que o acto não suscita inquirição.”]

A denominação “o sacrílego”, com a qual se prende a inquirição, está sujeita a controvérsia por causa do acto, “de que uma parte está cumprida”, o assalto ao templo, mas de que “falta cumprir a outra”, o facto de “o dinheiro estar consagrado”. E por este motivo é ambígua a designação, pois nem se designa o réu
5 como “ladrão”, por o assalto ter tido lugar num santuário, nem l por “sacrílego”, por o dinheiro não estar consagrado. Se se acrescentar este facto, é claro que o ladrão será encarado como um sacrílego, e o ponto em juízo não suscitará exame.

ΠΕΡΙ ΠΡΑΓΜΑΤΙΚΗΣ

1. 37.14 ἂν μέντοι φανερόν ἢ καὶ τέλειον]

| Φυσικωτάτη ἡ τάξις ἀπὸ τοῦ ἀφανοῦς ἐπὶ τὸ φανερόν μὲν, ἀτελὲς δέ, ἀπὸ 20
 δὲ τοῦ ἀτελοῦς ἐπὶ τὸ τέλειον καὶ τὴν ποιότητα καταντήσασα, περὶ ἣν αἱ
 ἄλλαι τῶν στάσεων καταγίνονται· οὐ γὰρ εἰ γέγονε ζητοῦμεν ἐν αὐταῖς ἢ οὐ 187
 γέγονεν ἢ παρὰ τινος γέγονεν· οὐδ' εἰ ἀπήρτισται τὸ γεγονὸς ἢ οὐκ
 5 ἀπήρτισται, ἀλλὰ τοῦ πράγματος φανεροῦ καὶ τελείου τυγχάνοντος, εἰ δί-
 καιον ζητοῦμεν ἢ | ἄδικον, εἰ λυσιτελὲς ἢ ἀσύμφορον, εἰ ἔννομον τὸ συμβὰν ἢ 5
 παράνομον. Ὁ καὶ ποιότητα γενικὴν ὀνομάζομεν· ποιότητα μὲν ὅτι ὁποῖόν τι
 καὶ ποταπὸν τὸ πρᾶγμά ἐστιν ἐξετάζομεν, γενικὴν δὲ ὅτι περιεκτικὴ πλειόνων
 καὶ διαφορῶν γίνεται στάσεων. Γένος γὰρ λέγεται τὸ κατὰ πλειόνων καὶ 10
 10 διαφορόντων τῷ εἶδει ἐν τῷ τί ἐστὶ κατηγορούμενον. Ἄλλ' ἐνταῦθ' αἱ τις ἡμῖν
 μεγίστη ζήτησις ἀνεφύη· πῶς καὶ τὴν πραγματικὴν, περὶ πράγματος μήπω
 γεγονότος ἀλλὰ γενέσθαι μέλλοντος τὴν ζήτησιν ἔχουσιν, οὐ μετὰ τοῦ
 στοχασμοῦ, καθ' ὃν ἡ οὐσία τοῦ πράγματος, ἀλλὰ μετ' ἐκείνων ὁ τεχνικός τῶν 15
 15 στάσεων ἔταξε καθ' ὥς ἡ ποιότης τοῦ πράγματος ἐξετάζεται; Καί φαμεν ὅτι καὶ
 κατὰ τὴν πραγματικὴν, εἰ καὶ μέλλοντος πράγματος ἔχει τὴν ζήτησιν, οὐ τὴν
 οὐσίαν ζητοῦμεν, εἰ ἔχει φύσιν γενέσθαι ἢ μὴ, ἀλλὰ τὴν ποιότητα, εἰ 20
 20 συμφέρον τὸ πρᾶγμά ἐστιν ἢ ἀσύμφορον· ἐπὶ δὲ τοῦ στοχασμοῦ ἡ δὲ ποιότης
 δῆλη καὶ φανερά, οἷον· ὅτι κακὸν ὁ φόνος, ἀλλὰ ζητεῖται εἰ γέγονε παρὰ τοῦ
 τὸ νεοσφαγὲς σῶμα θάπτοντος· καὶ ὅτι καλὸν ἢ τοῦ τυράννου ἀναίρεσις, ἀλλὰ
 25 ζητεῖται εἰ παρὰ τοῦ μάγου ἀνή||ρηται τοῦ ἐπαγγελλομένου τριάκοντα ἐντὸς 25
 ἡμέρων τὸν τύραννον ἀνελεῖν, ἀστραπῆς δὲ κατενεχθείσης καὶ ἀνελούσης
 αὐτόν. Καλῶς ἄρα καὶ ἡ πραγματικὴ ταῖς ὑπὸ τὴν ποιότητα τεταγμέναις
 συνηρίθμηται στάσεσιν, εἰ καὶ περὶ μέλλοντος πράγματος ἔχει τὴν ζήτησιν.

Capítulo 6

ESTADO DE CAUSA PRAGMÁTICO

1. 37.14 “Se, no entanto, o ponto em juízo é patente e perfeito...”]

A ordenação mais natural é a que vai do não-patente ao patente mas imperfeito, e do imperfeito ao perfeito, e que termina na qualidade, da qual tratam os outros estados de causa. Nestes, efectivamente, não inquirimos se algo se realizou ou não realizou, ou por quem foi realizado, nem se o sucedido se cumpriu

5 plenamente | ou não, mas, sendo o acto patente e perfeito, inquirimos se é justo ou injusto, se é do nosso interesse ou inconveniente, se o acontecimento é conforme à lei ou a viola. Denominamo-lo “qualificação genérica”: “qualificação”, porque examinamos qual a qualidade e o tipo do acto; “genérica”, porque a qualificação é englobante de inúmeros e diversos estados de causa. Com efeito, designa-se por

10 “género” aquilo que se predica de muitas coisas | de espécies diferentes quanto à questão: “o que é?” Mas aqui levanta-se uma questão da maior importância: por que razão o Autor não classificou também o estado de causa pragmático, em que a inquirição incide sobre um acto não realizado mas a realizar-se no futuro, em conjunto com a conjectura, em que se examina a essência do acto, mas com aqueles estados de causa em que se examina a qualidade do acto? E respondemos

15 que, | no estado de causa pragmático, ainda que a inquirição incida sobre um acto a realizar-se no futuro, não inquirimos a sua essência, se é natural que suceda ou não, mas a sua qualificação: se o acto é conveniente ou inconveniente. Na conjectura a qualificação é evidente e patente; por exemplo: dizemos que o homicídio é um mal, mas, relativamente à pessoa que enterrou o corpo recém-degolado, inquire-se se o homicídio teve lugar; e dizemos que é um bem o acto de matar o

20 tirano, | mas inquire-se sobre se o tirano foi morto pelo mago que proclamava que, em menos de trinta dias, o mataria; e quando um raio o abateu e matou. O estado de causa pragmático, portanto, é correctamente incluído entre os subordinados ao da qualificação, ainda que faça incidir a inquirição sobre um acto futuro.

2. ib. 37.17 ὄνομα μὲν γενικόν]

| Ἐπιλαμβάνονται αὐτοῦ τινες, ὡς οὐ καλῶς εἰπόντος “γενικόν”. Ἔδει γάρ, 30
 φασίν, εἰπεῖν “γενικώτατον”, εἶγε ἔχει | γένος ὑφ’ ἑαυτὸ ὑπάλληλον. Ἄλλ’ 188
 ἐροῦμεν ὡς οὐ πᾶν ἔχον γένος ὑπάλληλον τοῦτο πάντως γενικώτατον γένος·
 ἀκριβῶς γὰρ σκοποῦντι ἓν μόνον ἐστὶ γένος τὸ γενικώτατον ἢ οὐσία.

3. ib. 37.16-17 εἰ δίκαιον, εἰ νόμιμον, εἰ συμφέρον]

| Ζητοῦσι διὰ τί, ἐν τῇ διαιρέσει περὶ τε τὴν ποιότητα τὸ ἴδιον αὐτῆς 5
 βουλόμενος εἰπεῖν καὶ περὶ τί καταγίνεται, φησίν· “οἷον εἰ δίκαιον, εἰ
 συμφέρον, εἰ νόμιμον”. Δοκεῖ γὰρ τὴν πραγματικὴν ἐνταῦθα περιλαμβάνειν.
 Πρὸς δὲ φαμεν ὅτι ἀληθῶς μὲν καὶ ἡ πραγματικὴ | περὶ ταῦτα καταγίνεται· οὐ 10
 5 μέντοι περὶ αὐτῆς νῦν, ἀλλὰ καθόλου περὶ τῆς ποιότητος ἀποφαινόμενός
 φησιν ὅτι δίκαιόν ἐστιν ἢ συμφέρον ἢ νόμιμον. Τινὲς δὲ φασιν ὅτι διὰ μὲν τοῦ
 δικαίου δηλοῖ τὰς δικαιολογίας, διὰ δὲ τοῦ συμφέροντος τὴν ἀντίστασιν, διὰ
 δὲ τοῦ νομίμου τὰς νομικάς. Ἀλλὰ φαμεν ὅτι ἡ ἀντίστασις μία τῶν 15
 δικαιολογικῶν ἐστὶν εἰ τοίνυν ἐδήλου τὰς δικαιολογικὰς διὰ τοῦ δικαίου,
 10 συμπεριέλαμβανε καὶ τὴν ἀντίστασιν, μέρος γὰρ τῆς δικαιολογίας. Δεῖ οὖν
 νοεῖν ὅτι κοινῶς — φησίν — περὶ ταῦτα τὰ τρία εἰλοῦνται αἱ στάσεις, οἷον ἡ
 δικαιολογικὴ περὶ τὸ δίκαιον καὶ συμφέρον, ἢ πραγματικὴ ὁμοίως ἢ ἄγραφος· 20
 αἱ νομικαὶ περὶ τὸ δίκαιον καὶ νόμιμον· ἢ ὅτι ἐν πᾶσαις ταῖς ὑπὸ τὴν ποιότητα
 στάσεσι ταῦτα κοινῶς ζητοῦμεν, εἰ δίκαιον, εἰ συμφέρον, εἰ νόμιμον.

2

1 ἔδει Pa: εἶδει Pc || 4 τὸ om. Pc.

3

HERM.: 2-3 *St.* 37.15-16 cf. lemma || 5-6 περὶ τῆς — νόμιμον cf. ib.

FONTES: 7-8 διὰ δὲ τοῦ νομίμου τὰς νομικάς cf. Marc. W4 224.13-14 || 12 συμφέρον ἢ πραγματικὴ cf. ib. W4 224.14-15.

3 εἰ Pc et ego conferens etiam Herm. *St.* 37.16: ἢ rell. || 5 ἀποφαινόμενος Pa: ἀποτεινόμενος Pc || 8 νομίμου Pc unde ego conferens *St.* loc. cit. fontemque: ἐννόμου Pa || 11 τὰ τρία om. Pc || 12 ἄγραφος ego: ἔγραφος testes.

2. *ib.* 37.17 “... a designação genérica...”]

Criticam-no alguns por não ser correcto o termo “genérico”. Com efeito, ele deveria, afirmam eles, ter dito “o mais genérico”, já que este género compreende um outro género que o substitui¹. Porém, diremos que todo o género que compreende um outro não é de forma absoluta o mais genérico². Se se examinar mais rigorosamente, é um só o género mais genérico: a “essência”.

3. *ib.* 37.16-17 “.... e é justo, legal ou conveniente...”]

Perguntam eles por que razão, na divisão da qualificação, pretendendo dizer aquilo que é específico dela e das matérias de que ela se ocupa, ele afirma: “por exemplo: se é justo, se é conveniente, se é legal”. Com efeito, parece aqui compreender o estado de causa pragmático. A isto respondemos que é verdade que o

5 estado de causa pragmático se ocupa destes pontos. Contudo, I não se pronunciando presentemente sobre este estado de causa, mas sobre a qualificação em geral, afirma que é “justo”, ou “conveniente” ou “legal”. Dizem alguns que, através do ponto do “justo”, ele aponta as qualificações judiciais, através do “conveniente”, a compensação, e através do “conforme à lei”, os estados de causa legais. Mas afirmamos que a compensação é um das qualificações judiciais: se

10 ele realmente apontou as qualificações judiciais através do “justo”, I compreendeu entre estes também a compensação, pois é parte da qualificação judicial. Deve compreender-se que geralmente — diz ele — os estados de causa se desenvolvem em torno destes três pontos; por exemplo: a qualificação judicial em torno do justo e do conveniente, da mesma forma que o pragmático sem escrito³; e os legais, em torno do justo e do legal; ou então deve compreender-se que em todos os estados de causa subordinados ao da qualificação inquirimos geralmente “se é justo, se é conveniente, se é legal”.

¹ Cf. *Estados de causa* 38.17.

² Cf. a “árvore” dita de Porfírio, de que cada ramo constitui um γένος.

³ A lição ἄγγραφος justifica-se pelo facto de, no ἔγγραφος, o νόμιμον se subordinar a uma das στάσεις νομικάι. Cf. *ib.* 76.12-14.

4. ib. 37.16-17 ἦτι τῶν τούτοις ἐναντίων]

| Τοῦτο περιττῶς κείται· κατασκευάζοντες γὰρ τὸ “<εἰ> νόμιμον, εἰ δίκαιον, 25
εἰ συμφέρον”, καὶ τὰ ἐναντία τούτων ἀνατρέπομεν. Ἡ ὡς πρὸς τὰ δύο
πρόσωπα τοῦ κατηγοροῦ καὶ τοῦ φεύγοντος, ὁ μὲν γὰρ κατασκευάζει ὅτι
νόμιμον, ὁ δὲ ὅτι παράνομον, ἐκ τῶν ἐναντίων ὠρμη|μένος. 30

5. ib. 37.17 κοινὸν ὄνομα μὲν γενικὸν τούτῳ ποιότης]

Κοινὸν ὄνομα τὴν “ποιότητα” εἶπε τῶν κατὰ ποιότητα ἐξεταζομένων
στάσεων. Ἡ γὰρ ποιότης ὡς οὔσα πολυειδής οὐ στάσις ἀλλὰ μήτηρ ἐστὶ στάσε-
ων· πλὴν γὰρ | στοχασμοῦ καὶ ὅρου αἱ λοιπαὶ πᾶσαι ἐντεῦθεν ὠρμῃνται. 189
“Ὡσπερ δέ φαμεν κοινὸν <μὲν> εἶναι τὸ “ζῶον”, εἶδη δὲ οἷον “ἄνθρωπος”,
5 κύριον δὲ οἷον “Σωκράτης” — οὕτως κοινὸν μὲν ἢ “ποιότης”, οἷον γενικώτα-
τον, γένος γὰρ γενῶν ἐστίν· εἶδη | δὲ ταύτης, οἷον αἱ λογικαὶ καὶ νομικαί· κύ- 5
ριαὶ δὲ οἷον ἀντίληψις, ἀντίστασις καὶ αἱ λοιπαί. Ἡ οὖν δικαιολογία εἰδικὸν
οὔσα καὶ γένος τῶν ὑπ’ αὐτὴν καὶ ἐξ αὐτῆς στάσεων ἐστὶ· καὶ αἱ ἀντιθέσεις
ὁμοίως ὑπὸ τὴν ποιότητά εἰσιν, οὔσαι καὶ αὗται γένη μερικώτερα.

**6. ib. 37.17-18 ἦτοι δὲ περὶ τι πρᾶγμα ἔχει τὴν ζήτησιν ἢ περὶ
ῥητόν]**

10

| Ἐὰν πρόκειται — φησί — στάσεως ἐξέτασις, ἂν μήτε ἀφανὲς παντάπασιν
ἢ, μήτε ἐν μέρει μὲν ὁμολογούμενον, ἐν μέρει δὲ τὴν ἀμφισβήτησιν ἔχον οἴο-
νεῖ περὶ τὴν ιδιότητα, ἐπισκοπεῖν χρή καὶ ζητεῖν εὐθέως τὴν ποιότητα γινῶναι, 15
πότερον κατὰ ῥητόν ἐστὶν ἢ ἀμφισβήτη|σις ἢ κατὰ πρᾶγμα. Κἂν μὲν περὶ
5 πρᾶγμα ἦ, ἀνάγκη περὶ μέλλοντος εἶναι ἢ περὶ παρωχημένου· ἐὰν δὲ περὶ
ῥητόν, τὰς νομικὰς ἀμφισβητήσεις ποιεῖ.

4

HERM.: 1-2 *St.* 37.16 cf. lemma.

FONTES: 2-4 ὡς — ὠρμημένος Marc. W4 224.18-21.

1 εἰ add. ego ex Herm. textu.

5

HERM.: 1 κοινὸν — εἶπε *St.* 37.17 cf. lemma.

FONTES: 2-3 ἀλλὰ μήτηρ — ὠρμῃνται Marc. W4 224.23-25 || 4-5 εἶδη δὲ — ἢ ποιότης ib. 223.11-13 ||

6-7 κύρια δὲ — αἱ λοιπαί ib. 223.13-14 || 5-9 ἢ ποιότης — μερικώτερα ib. 224.25-29.

6 γὰρ ego: δὲ testes.

4. *ib.* 37.16-17 “... ou um dos seus contrários.”]

Estas palavras são supérfluas: com efeito, ao confirmarmos “se é legal, ou justo ou conveniente”, contestamos também os seus contrários. Ou elas referem-se às duas pessoas do acusador e do réu: um confirma que é legal; o outro, que é ilegal, partindo dos tópicos contrários.

5. *ib.* 37.17 “... a designação genérica é «qualificação»...”]

Ele usa “qualificação” como designação comum para os estados de causa que se prestam ao exame da qualidade. Com efeito, a qualificação, por ser diversificada, não é um estado de causa, mas a mãe dos estados de causa, pois à excepção da conjectura e da definição, todos os demais têm aqui a sua origem. Como afirmamos que comum é o “animal”, espécies, por exemplo, o “homem”, l e próprio, por exemplo, “Sócrates” — do mesmo modo, comum é a qualificação, na medida em que é o mais genérico e género de géneros; espécie desta são, por exemplo, as “racionais” e as “legais”; próprias, por exemplo, a “justificação”, a “compensação”, etc.. Portanto, a qualificação judiciária, sendo uma espécie, é também um género, relativamente aos estados de causa dependentes dela e que dela partem. E as oposições, analogamente, dependem da qualificação, sendo também elas géneros mais particulares.

6. *ib.* 37.17-18 “... quer a inquirição respeite a um acto ou a um texto...”]

Como se propõe — diz ele —, examinar um estado de causa, se ele não é totalmente não-patente e se ele não é, em parte, objecto de um consenso e, em parte, objecto de uma controvérsia que se prenda, de alguma forma, com a sua propriedade, é necessário inquirir e procurar reconhecer imediatamente a sua qualidade, se a controvérsia assenta num texto ou num acto. Se diz respeito l a um acto, é necessário examinar se se trata de um acto futuro ou pretérito. Se disser respeito a um texto, as controvérsias tornam-se legais.

7. ib. 37.19 περὶ ῥητόν]

Ζητητέον πῶς πρότερον τῶν περὶ ῥητόν ἐμνήσθη, εἴθ' οὕτως τῶν περὶ τὸ
 πρᾶγμα. Φήσωμεν τοίνυν ὁμο|λογουμένως μὲν προτιμότερα καθεστάναι τὰ 20
 πράγματα τῶν νόμων· διὰ γὰρ τὰ πράγματα οἱ νόμοι παρελήφθησαν, οὐ διὰ
 τοὺς νόμους τὰ πράγματα. Ἐπειτα καὶ περσβύτερα τῶν νόμων τὰ πράγματα.
 5 Οὐ μὴν ἀλόγως ἀντεστράφθαι τὴν τάξιν ὑπὸ τοῦ τεχνικοῦ. Ἀνωτέρω μὲν | γὰρ 25
 εὐθύς εἰκότως κατὰ τὸν τούτων λόγον προέταχε τὸ πρᾶγμα τοῦ ῥητοῦ.
 Ἐνταῦθα δὲ προέταχε τὸ ῥητόν, ἐπειδὴ περὶ τούτου μὲν ἀναβάλλεται τέως
 εἰπεῖν.

8. ib. 37.19-20 περὶ ὧν ὕστερον ἐροῦμεν]

Διελὼν τὸ κρινόμενον εἰς τὸ ἀφανές καὶ τὸ φανερόν, τὸ δὲ φανερόν
 ὑποδιελὼν εἰς τὸ ἀτελές καὶ τὸ | τέλειον, εἶτα τὸ τέλειον γενικῶς ὀνομάσας 30
 ποιότητα, ὑποδιαίρει πάλιν ταύτην εἰς πρᾶγμα καὶ εἰς ῥητόν. Καὶ τὸ μὲν ῥητόν
 νομικὴν στάσιν ἀποκαλεῖ γενικῶς, ὡς πλειό|νων ἔν στασεων περιεκτικόν. 190
 5 Ὅθεν καὶ εἰς ὕστερον εἰπεῖν ἐπαγγειλάμενος τὰ περὶ ἑαυτοῦ, οὐκ εἶπε “περὶ οὗ
 ὕστερον ἐροῦμεν”, ἀλλὰ “περὶ ὧν ὕστερον ἐροῦμεν”, πρὸς τὰ εἶδη τὸν λόγον,
 οὐ πρὸς τὸ γένος ἀποδιδούς. Ἀποστὰς | δὲ τοῦ ῥητοῦ καὶ τὸ πρᾶγμα ἀπολαβὼν, 5
 λογικὴν τὸ τοιοῦτον κατονομάζει.

7

2 φήσωμεν ego: φήσομεν P φήσιμεν VhMb unde φησί μὲν W7.

8

2 alt. τὸ τέλειον om. Pa || 4 ὄν: ὄν ut patet Pc || 5 pr. περὶ om. Pa || αὐτοῦ Pc || 8 οὐ ante λογικὴν add. Pc
 || 8 τοιοῦτον Pc unde ego conferens infra 6.10.3: τοιοῦτο rell.

7. *ib.* 37.19 “... a um texto...”]

Deve colocar-se a questão porque ele menciona primeiramente os estados de causa relativos a um texto, e depois os relativos ao acto. Digamos, portanto, que reconhecidamente os actos preponderam sobre as leis, pois as leis resultam de actos, e não os actos das leis. Por outro lado, os actos são mais antigos do que as leis. | Não obstante, não é sem razão que o Autor tenha invertido a sua ordenação. Com efeito, imediatamente mais acima⁴, na exposição que deles faz, ele dispõe justamente o acto antes do texto. Aqui, porém, dispõe primeiro o texto, visto que no momento ele remete para mais tarde a sua exposição.

8. *ib.* 37.19-20 “... dos quais falaremos mais adiante...”]

Após dividir o ponto em juízo em não-patente e patente, e subdividir este último em imperfeito e perfeito, denominando o perfeito genericamente como “qualificação”, subdivide ainda esta em texto e acto. E designa o texto, genericamente, como “estado de causa legal”, por englobar vários estados de causa. E eis | porque, anunciando para mais tarde o seu tratamento, ele não diz “sobre o qual falaremos mais adiante”, mas “sobre os quais falaremos mais adiante”, remetendo para as espécies, e não para o género⁵. Após pôr de lado o texto e retomar o acto, ele designa tal estado de causa como “racional”.

⁴ Cf. *ib.* 37.18.

⁵ É de notar a minúcia na exegese do texto de Hermógenes, o que demonstra o intuito pedagógico dos comentários. Neste passo, o escoliasta procura justificar o plural ὧν em vez do singular οὗ. Em comentário a *Estados de causa* 37.17 (vide supra 6.5.5-7), começa por observar que Hermógenes utiliza a designação ποιότης para o estado de causa da “qualificação”, como κοινόν e γένος, sendo εἶδη as στάσεις λογικαί e as νομικαί. Aqui, desenvolve estas últimas enquanto εἶδη. Não parece, contudo, que fosse esse o entendimento de Hermógenes. A sua expressão é simples: “falaremos destas coisas mais adiante” (37.20).

9. *ib.* 37.20 ἂν δὲ περὶ πράγμα]

Ἀπορήσει τις πῶς διαιρεῖ φάσκων ἕτερον εἶναι τὴν νομικὴν καὶ ἕτερον τὴν λογικὴν, ὥς μὴ οὕσης τῆς νομικῆς λογικῆς, εἴγε ἢ πᾶσα ῥητορική λογική ἐστίν. | Ἐλέγομεν γὰρ δύο τέχνας εἶναι λογικάς· τὴν διαλεκτικὴν τε καὶ 10 ῥητορικήν. Ῥητέον οὖν ὅτι τῶν πίστεων αἱ μὲν εἰσιν ἄτεχνοι, αἱ δὲ ἔντεχνοι· 5 ἔντεχνοι μὲν αἱ δι' ἐνθυμήματος καὶ παραδείγματος, ἄτεχνοι δὲ αἱ διὰ νόμων τε καὶ μαρτύρων· τὴν οὖν διὰ πίστεων ἐντέχνων γινομένην κατ' ἐξάρετον 15 καλεῖ λογικὴν. Ἀλλὰ τοῦτο οὐκ ἂν τις παραδέξαιτο· καὶ γὰρ αἱ νομικαὶ διὰ ἐνθυμημάτων καὶ παραδειγμάτων ἔχουσι πολλάκις τὰς <συ>στάσεις, καὶ ἔμπαλιν αἱ λογικαὶ διὰ νόμων τε καὶ μαρτύρων. Δεῖ οὖν ἐκεῖνο λέγειν ὅτι 10 δυοῖν ὄντοι, τοῦ ἀποδεικνύμενου καὶ | τοῦ ἀποδεικνύοντος, κυριώτερον τὸ 20 ἀποδεικνύμενον· πρὸς οὖν τοῦτο καὶ τὰς στάσεις λαμβάνομεν. Ἐὰν μὲν οὖν νόμος ἦ ὁ ἀποδεικνύμενος, νομικὴν καλοῦμεν τὴν στάσιν· ἐὰν δὲ πράγμα, ἀπλῶς λογικὴν εἶναι τὴν στάσιν ἐκδεχόμεθα, κἂν μυρίοι νόμοι πρὸς κατασκευὴν αὐτοῦ | λαμβάνωνται. Ζητοῦσι δὲ πῶς κατὰ τὴν διαίρεσιν τῆς λο- 25 γικῆς εὐρίσκομεν οὐδὲ τὸν στοχασμὸν οὐδὲ τὸν ὅρον | περιεχόμενον; Ἐροῦ- 151 μεν δὲ ὡς οὐ περὶ πάσης ποιεῖται τῆς λογικῆς τὴν διαίρεσιν, ἀλλὰ περὶ τῆς ποιότητος μόνης. Ὁ δὲ στοχασμὸς ἢ ὁ ὅρος οὐ περὶ τὴν ποιότητα τὴν ζήτησιν ἔχουσιν, ἀλλ' ὁ μὲν κατ' οὐσίαν, ὁ δὲ | κατὰ τὴν ιδιότητα. 5

9

5 δι' ἐνθυμήματος καὶ παραδείγματος Pa: δι' ἐνθυμημάτων κ. παραδειγμάτων Pc || 6 τε om. Pc || 8 συστάσεις ego: στάσεις Pa περιστάσεις Pc || 9 λογικαὶ Pc: νομικαὶ rell. || 12 ὁ ante ἀποδεικνύμενος om. Pc || 14 λαμβανόντων Pc || 16 περὶ τῆς Pc: τῆς περὶ Pa.

9. *ib.* 37.20 “... se respeita a um acto, ...”]

Surgirá a dúvida sobre como procede ele à divisão, ao dizer que uma coisa é o estado de causa legal, outra o racional, como se o legal não fosse racional, já que a retórica é toda ela racional. Com efeito, dissemos⁶ que existem duas artes racionais: a dialéctica e a retórica. Deve responder-se que, entre as provas, umas são inartísticas, as outras artísticas. Artísticas são as que resultam de um entimema e um exemplo; inartísticas resultam de leis e testemunhos⁷. Ao estado de causa que procede mediante provas artísticas chama ele, preferentemente, “racional”. Mas tal poderia não ser de admitir, pois os legais incluem com frequência constituições que procedem mediante entimemas e exemplos, e, inversamente, os racionais incluem estados de causa que procedem mediante leis e testemunhos. É preciso, portanto, dizer que, havendo dois elementos a considerar, o demonstrado e o demonstrativo, o mais importante é o demonstrado. É, portanto, para chegar a este que recorreremos aos estados de causa. Assim, se o demonstrado for uma lei, designamos tal estado de causa como “legal”. Mas se for um acto, entenderemos o estado de causa simplesmente como “racional”, ainda que se recorra a inúmeras leis para o confirmar. Perguntam ainda por que motivo não encontramos incluídas, na divisão do racional, nem a conjectura, nem a definição. Responderemos que a divisão não concerne a todo o estado de causa racional, mas apenas ao da qualificação. Nem a conjectura nem a definição fazem incidir a inquirição sobre a qualidade; pelo contrário, a primeira diz respeito à essência e esta última à propriedade.

⁶ O escoliasta refere-se possivelmente aos comentários do escólio 1.7.

⁷ Situamo-nos em pleno no domínio da teoria retórica aristotélica, cf. *Retórica* 1.2 1355b35-39 e 1356b6-11.

10. *ib.* 38.3 κἄν μὲν περὶ μέλλοντος]

Ζητεῖται πῶς τὰ κατὰ μέλλοντα χρόνον τῶν κατὰ παρελθόντα προτέταχε.
 Καὶ ἔστι μὲν ἐπιδείξαι τὸν μέλλοντα πρῶτον τοῦ παρωχημένου θεωρητῶ λό-
 γῳ τινί. Ἄλλ' ἵνα μὴ δόξη γραμματικῆς ἐρεσχελίας τὸ τοιοῦτον ἔχουσθαι, | ἐκεῖ- 10
 νό φαμεν, ὅτιπερ συντομωτέρα ἢ τούτων διδασκαλία. Βούλεται οὖν, ἀπαλλα-
 5 γεῖς ἐντεῦθεν, οὕτως ἐπὶ τὰ πλείονος λόγου δεόμενα τράπεσθαι, ὅπερ
 πολλαχοῦ ποιῶν φαίνεται.

**11. *ib.* 38.4-5 πραγματικὴ γὰρ ἐστὶν ἀμφισβήτησις περὶ
πράγματος μέλλοντος]**

Ἐπιλαμβάνονται τινες ὡς κακῶς εἰπόντος τὸ “ἀμ|φισβήτησις”. Ἐν γὰρ τοῖς 15
 ὅροις, φασίν, οὐ τὰ γενικώτερα, ἀλλὰ τὰ προσεχῆ γένη λαμβάνειν εἰώθαμεν.
 Ἄλλ' εἰ μὲν ὅρον ἀπεδίδου, τάχα ἂν οὐ κακῶς ἐπελαμβάνοντο· νῦν δὲ
 ὑπογραφὰς πασῶν ἀποδίδωσιν. Ἡ δὲ ὑπογραφή, ὅπως ἂν ἔχοι, σημαίνειν
 5 μόνον τὸ ὑποκείμενον βούλεται.

10

1 παρελθόντων Pc || 2 ἐπιδείξαι: ἀποδείξαι W7 || 3 αἵρεσχελίας Pc || 4 ὅτιπερ: ὅτι Pc || 5 ἐντεῦθεν:
 τούτων Pc || 6 πολλαχῶς Pc.

11

HERM.: 1 *St.* 38.4 cf. lemma.

10. *ib.* 38.3 “Se diz respeito a um acto futuro...”]

Coloca-se a questão da razão por que ordenou aquilo que respeita ao tempo futuro antes daquilo que respeita ao passado. É possível, sem dúvida, demonstrar o futuro antes do pretérito mediante alguma exposição teórica. Mas, para não parecer que se trata de uma vã divagação de gramáticos, damos a seguinte razão:

5 o ensino deste ponto é mais breve. Ele também quis, a partir l daqui, libertar-se deste ponto para passar àqueles que carecem de exposição mais prolongada, coisa que ele amiúde parece fazer⁸.

11. *ib.* 38.4-5 “Pragmática, com efeito, é uma controvérsia acerca de um acto futuro”]

Criticam-no alguns por não ser correcto o termo “controvérsia”. Com efeito, nas definições, dizem eles, não temos o costume de considerar os aspectos mais genéricos, mas os géneros imediatos. Mas se fornecesse a definição, talvez as críticas não fossem sem fundamento. Presentemente, porém, ele fornece linhas gerais de todos os estados de causa. E estas linhas gerais, como quer que sejam,

5 pretendem apontar l apenas o assunto subjacente.

⁸ A verdadeira razão, contudo, que parece justificar este procedimento por parte de Hermógenes são as sucessivas dicotomias. É de notar, uma vez mais, a minúcia do comentário.

12. *ib.*]

| Τετάρτην διαίρεσιν· ὑποδιαίρεσις δὲ τρίτη. Μετά γε τὴν πρώτην διαίρεσιν 20
 ὑποδιαίρει τὰς λογικὰς εἷς τε τὸ παρωχηκὸς καὶ τὸ μέλλον. Τὸ δ' οὖν μέλλον
 ἅπαν μίαν συλλήβδην περιλαβὼν στάσιν πεποιήται, οἷα μήπω ἐκβεβηκὸς εἰς
 ἐνέργειαν. Ὡς γὰρ ἐπὶ τῶν μήπω εἰς | φῶς ἐξεληλυθόντων ἀνθρώπων ἐνὶ 25
 5 ὀνόματι τῷ τοῦ ἐμβρύου ἀρκούμεθα, τὰς ποικιλὰς μετὰ τὴν γένεσιν
 προσηγορίας ποιούμενοι, οὕτω καὶ ὁ τεχνικὸς τὴν φύσιν ἀπομιμούμενος τὸ
 τοῦ μέλλοντος χρόνου εἰς μίαν ἀπεκορύφωσε στάσιν. Τὸ δὲ παρωχηκὸς εἰς 30
 πλείους διεῖλε. Τὴν | δὲ περὶ τοῦ μέλλοντος στάσιν ὠνόμασε πραγματικὴν, ὥς 192
 | ἐπὶ πρᾶξιν προτρέπουσαν, ὅπερ ἐπὶ τῶν ἄλλων οὐκ ἐποίησε στάσεων· οὐ γὰρ
 10 ἐπὶ πράξεις ἐκεῖναι προτρέπονται, ἀλλὰ τὸ ἤδη γεγονὸς ἢ γενέσθαι δοκοῦν
 ζητοῦσι καὶ δοκιμάζουσι.

12

2 ὑποδιαίρει ego: ὑποδιαίρουσι testes || 3 στάσιν PbNe unde W7 et ego: cum compendio στῶ/ Pc στάσις
 Pa || 5 τῷ Pc: om. rell.

12. *ib.*]

Quarta divisão, terceira subdivisão. Após a primeira divisão, ele subdivide os estados de causa racionais em acto pretérito e futuro. Ele toma o futuro de forma sumária e faz dele, na sua totalidade, um único estado de causa, na medida em que

5 não resulta em acto⁹. De facto, tal como nos basta empregar uma só *l* designação, a de “embrião”, para os seres humanos ainda não dados à luz, criando os vários nomes depois do nascimento, assim também o Autor, imitando a Natureza, reduz o que respeita ao tempo futuro a um único estado de causa. Em contrapartida, dividiu o pretérito em grande número de tempos. O estado de causa respeitante ao futuro denominou-o “pragmático”, por exortar à acção¹⁰, o que ele não fez para os

10 outros estados de causa: estes, com efeito, não exortam *l* à acção, mas a questão que eles colocam e examinam prende-se com o que já foi ou parece ter sido feito.

⁹ O escoliasta utiliza esquemas filosóficos na sua exegese: ἐν δυνάμει / ἐν ἐνεργείᾳ “em capacidade” / “em acto”.

¹⁰ Em grego, πραγματική “pragmático” e πράξις “acção” são vocábulos cognatos.

13. *ib.*]

| Ἐδόκει τισὶν ὁ ὅρος οὐ περὶ πραγματικῆς καθεστάναι μόνης, ἀλλὰ 5
 περιλαμβάνειν καὶ ἐτέρας τῶν στάσεων· εἰσὶ γὰρ στοχασμοί, φασί, κατὰ τὸ
 μέλλον ἔχοντες τὴν ζήτησιν· οἷον “νέος πλούσιος ἀποβλέθας εἰς τὴν ἀκρόπο-
 λιν ἐδάκρυσε, καὶ κρίνεται τυραννίδος ἐπιθέσεως”. | Τὸ γὰρ “εἰ τυραννήσει” 10
 5 μέλλοντος. Καὶ οἱ κατὰ αἴτησιν δὲ ὅροι, φασί, περὶ τὸ μέλλον τὴν ζήτησιν
 ἔχουσιν· οἷον “φιλόσοφος συνεχῶς παρὰ τὸν τύραννον εἰσιῶν, πείσας αὐτὸν
 καταθέσθαι, τὴν τυραννίδα ὡς τυραννοκτόνος ἀξιοῖ δωρεὰν λαβεῖν”. Πᾶσα
 γὰρ αἴτησις, φασί — περὶ μέλλοντος | πράγματος. Ἐχρῆν δ’ αὐτοὺς ἀκριβέ- 15
 στερον διεξελεῖν τὸν ὅρον. Οὐ γὰρ εἶπεν ἀπλῶς ἀμφισβήτησις περὶ μέλλοντος
 10 πράγματος, ἀλλὰ προσέθηκεν· “εἰ δεῖ γενέσθαι τόδε τι ἢ μὴ γενέσθαι, ἢ
 δοῦναι ἢ μὴ δοῦναι”. Ὅπερ ἐν τῷ στοχασμῷ οὐκ ἔστιν. Ἐκεῖ μὲν γὰρ περὶ τῆς
 οὐσίας ζητοῦμεν ἀπλῶς, εἰ γενήσεται· ἐνταῦθα δὲ περὶ τῆς ποιότητος, “εἰ δεῖ 20
 γενέσθαι τόδε <τι> ἢ μὴ γενέσθαι”. Καὶ οὕτω μὲν τὸ τοῦ στοχασμοῦ
 ἀπολυόμεθα, τὸ δὲ τοῦ ὅρου ἐκείνως. Τινές μὲν προσγράφουσι τῷ κειμένῳ καὶ
 15 φασιν· “ἢ δοῦναι τόδε τι ἢ μὴ δοῦναι”. Ἀμεινον δὲ μὴ παρεντιθέναι, | ἀλλὰ 25
 κατὰ κοινοῦ τὸ ἄνω ἐκδέχεσθαι· “εἰ δεῖ γενέσθαι τόδε τι ἢ μὴ γενέσθαι, ἢ
 δοῦναι ἢ μὴ δοῦναι”, ἵνα ἀπὸ κοινοῦ τὸ “τόδε τι” λάβωμεν· τούτου δὲ οὕτως
 ἔχοντος οὐδεμία ἀμφιβολία καταλείπεται. Ἐν μὲν γὰρ τῷ ὅρῳ ἡ ιδιότης ἐστὶν
 ἡ ζητούμενη· εἰ τυραννοκτόνος, καὶ εἰ δεῖ | λαβεῖν αὐτὸν ὅλως δωρεάν. Ἐν δὲ 30
 20 τῇ πραγματικῇ οὐ περὶ τοῦ δοῦναι ὅλως ζητοῦμεν, ἀλλὰ περὶ τῆς ποιότητος, | 193
 εἰ τήνδε χρὴ δοῦναι ἢ μή. Ὡς εἰ πλάττομεν οὕτως· ἀνελὼν τις τύραννον ἀξιοῖ
 τὴν οὐσίαν αὐτοῦ λαβεῖν· ὅτι μὲν γὰρ δεῖ δοῦναί τινα δωρεάν, ὁμολογούμενον.
 Ἀλλ’ εἰ δεῖ ταύτην δοῦναι, ἐστὶν ἡ ζήτησις· τυραννήσεις γὰρ — φησὶν — ὥσπερ 5
 ἐκεῖνος, εἰ λάβοις τὴν οὐσίαν αὐτοῦ.

13

HERM.: 3-4 *St.* 49.21-22 || 10-11, 12-13, 15, 16-17 *ib.* 38.5-6.

FONTES: 6-7 *cf.* *Syr.* R2 101.25-26, *Sop.* W4 228.28-29, *Marc.* *ib.* 502.12-13 || 10-12 προσέθηκεν —
 τῆς ποιότητος *Marc.* W4 230.5-8 || 18-19 ἐν μὲν γὰρ — ἡ ζητούμενη *Syr.* *Sop.* *ib.* 228.16-17 || 19-20 ἐν δὲ —
 τῆς ποιότητος *cf.* *ib.* 228.17-19.

1 μόνον *Pc* || 7 λαβεῖν: λαμβανόμενα *Pc* || 8 φησί *testes* || 13 τι *ex Herm. textu supleui conferens supra*
 10: *om. testes* || 14-15 καὶ φασιν *om. Pc*.

13. *ib.*]

Pensavam alguns que a definição não se prenderia só com o estado de causa pragmático, mas que compreenderia também os outros estados de causa. Com efeito, nas conjecturas — afirmam eles —, a inquirição incide sobre o futuro. Por exemplo: “um jovem rico chorou, ao olhar fixamente para a acrópole, e é julgado por aspirar à tirania”¹¹. A questão “exercerá ele a tirania?” l pertence ao futuro. E as definições, por demanda, fazem incidir a inquirição sobre o futuro. Por exemplo: “um filósofo introduz-se insistentemente junto do tirano e convence-o a renunciar à tirania, pois ele aspira a receber uma recompensa enquanto tiranocida”. Com efeito, toda a demanda, dizem eles, diz respeito a um acto futuro. Mas eles deveriam ter desenvolvido mais completamente a definição. Pois ele não diz simplesmente “uma controvérsia sobre l um acto futuro”, mas acrescentou “deve isto realizar-se ou não, conceder-se ou não¹²?”. Tal não sucede na conjectura. Nesta última inquirimos simplesmente a existência: se se realizará. Aqui, porém, inquirimos a qualificação: se isto se deve ou não realizar. E deste modo refutamos a objecção relativa à conjectura, e da forma seguinte a relativa à definição. Alguns escrevem, em adição l ao texto dado: “ou conceder-se isto ou não?” É, porém, preferível não fazer tal interpolação, mas pôr o primeiro “isto” como denominador comum: “deve isto (realizar-se ou não, conceder-se ou não?)”, a fim de tomarmos “isto” em comum. Já que assim é, não subsiste nenhuma ambiguidade. Na definição, é a propriedade que é objecto de inquirição: “se ele é um tiranocida, e se ele deve, em absoluto, receber uma recompensa”. Todavia, no l estado de causa pragmático, não inquirimos o “conceder” em absoluto, mas a qualificação: se é necessário conceder-lhe esta recompensa ou não. De sorte que se configurássemos o exemplo do seguinte modo: “alguém, após destruir o tirano, se acha no direito de obter os seus bens”, reconhece-se que se lhe deve conceder uma recompensa. Mas deve-se conceder-lhe esta? — eis a questão. “Pois — diz ele — serás tão tirano como aquele, se confiscares os seus bens”.

¹¹ Exemplo referido já acima, cf. supra 2.a.14-15.

¹² 10-11 e passim: ἢ δοῦναι ἢ μὴ δοῦναι. Após ἢ δοῦναι Nilo V (= *Ambrosianus* 523 + *Basileensis* 70 + *Vaticanus Urb.* 130 Rabe) inserem τόδε τι. Cf. aparato de Rabe a *Estados de causa* 38.6.

14. ib. 38.7 ἐν Μαραθῶνι]

Ὅρᾱς, ὡς οὐκ ἔξω τοῦ δεδομένου ὅρου βεβάδικεν ἢ ἐξήγησις· ἢ γὰρ βουλή
 καὶ ἢ σκέψις περὶ τοῦ “γενέσθαι ἢ μὴ γενέσθαι ἢ δοῦναι ἢ μὴ δοῦναι”, οἷον “εἰ
 χρή” — φησί — “θάπτειν τοὺς ἐν Μαραθῶνι πεσόντας τῶν βαρβάρων”. Καὶ 10
 ὅλως περὶ τοῦ ποιῆσαι ἢ μὴ ποιῆσαι. Καὶ περὶ πραγμάτων ὁ λόγος καὶ τῷ
 5 διώκοντι καὶ τῷ φεύγοντι, τοῦ μὲν προτρέποντος, τοῦ δὲ ἀποτρέποντος. Ὡστε
 καὶ εἰκότως “πραγματική” ἢ στάσις τῷ τεχνικῷ κατωνόμασται. Φασὶν οὖν
 τινες ὡς ἀπὸ τοῦ περιέχειν τὰς ὅλας ἐν ἑαυτῇ στάσεις “πραγματική” 15
 ὠνομάσθη. Τό τε γὰρ νόμιμον αὐτῆς κεφάλαιον κατὰ μίαν τῶν νομικῶν 194
 ἐξετάζεται, καὶ τὸ δίκαιον κατὰ μίαν τῶν δικαιολογικῶν, ὥστε οὖν ταύτας ἐν
 10 ἑαυτῇ περιέχει· κἀντεῦθεν μᾶλλον πραγματική ὠνομάσθη. Ἄλλ’ εἰ διὰ τοῦτο | 5
 φαίμεν αὐτὴν οὕτως ὠνομασθῆναι, ἔδει καὶ τὴν μετάληψιν ἐν τῷ
 παραγραφικῷ μὲν αὐτῆς μέρει τὰς νομικὰς περιέχουσας, ἐν δὲ τῇ εὐθυδίκῃ
 τὰς λοιπὰς τῶν στάσεων, ὁμοιοτρόπως κληθῆναι· ἀλλ’ οὐκ ὠνόμασται οὕτως.
 Φασὶ δὲ πάλιν ὅτι διὰ τὸ τὸ ὅλον εἶδος τοῦ συμβουλευτικοῦ ἐν αὐτῇ 10
 15 ἀπειλῆσθαι πραγματικὴ ἐκλήθη. Ἄλλ’ ἐχρῆν καὶ τὸ ἐγκωμιαστικὸν διὰ τὸ τὸ
 πανηγυρικὸν ἅπαν εἶδος ἐμπεριέχειν πραγματικὸν ὠνομάζεσθαι· ἀλλ’ οὐχ
 οὕτως ὠνόμασται. Οὐκ οὖν διὰ ταῦτα, ἀλλὰ διὰ τὴν προειρημένην αἰτίαν, 15
 ἀρμόδιον ἂν εἴη τοῦ τῆς πραγματικῆς ὀνόματος ταύτην μεταλαχεῖν.

14

HERM.: 2 St. 38.5-6 || 3 ib. 38.6-8.

1 δεδομένου Pc || βεβάδικεν Pc: βεβίσκεν Pa βέβηκεν PbNe unde W7 || 2 οἷον om. Pa || 8 ὠνομάσθη Pc
 || 10 ὠνομάσθη Pa || 11 αὐτὴν om. Pc || 13 δὲ ante οὕτως add. Pc || 15 alt. τὸ om. Pc.

14. *ib.* 38.7 “... em Maratona...”]

Vês como o explanação não saiu da definição dada. Com efeito, a deliberação e o exame prendem-se com o realizar-se ou não se realizar, o conceder-se ou não se conceder, por exemplo: “se se deve — diz ele — sepultar os bárbaros caídos em Maratona”¹³, e, numa palavra, com o cumprir-lo ou não o cumprir. E o discurso quer do autor, quer do réu, l diz respeito aos actos: um exorta, o outro dissuade. De sorte que o estado de causa foi justamente denominado pelo Autor como “pragmático”. Dizem alguns que é denominado “pragmático” pelo facto de englobar em si a totalidade dos estados de causa. Com efeito, o “legal”, que é um tópico capital seu, é examinado como um dos estados de causa legais, e o “justo” como um dos judiciários, de sorte que engloba em l si estes estados de causa; e a denominação “pragmático” provém antes daqui. Mas se mostrarmos que é por essa razão que recebe esta denominação, deveria também a objecção receber idêntica designação, por englobar, na excepção, que é uma parte dela, os legais e, na acção directa, os restantes estados de causa; porém, não foi denominado desta forma. Dizem ainda que foi designado como “pragmático” pelo facto de a totalidade da espécie deliberativa l se encontrar encerrada nele. Mas também a encomiástica deveria ser denominada como “pragmática”, pelo facto de a globalidade da espécie panegírica estar englobada nesta; porém, não o foi. E assim, seria adequado, não por estas razões, mas pela referida acima¹⁴, que este estado de causa recebesse a denominação “pragmático”.

¹³ *Ib.* 38.6-8.

¹⁴ cf. *supra* 6.14.1-6.

ΠΕΡΙ ΑΝΤΙΑΛΗΨΕΩΣ

1. 38.8-9 ἂν μέντοι πεπραγμένον ἢ περὶ οὗ ἡ κρίσις ἤδη, κοινὸν μέν ὄνομα τούτῳ δικαιολογία]

Καὶ μὴν καὶ αἱ νομικαὶ καὶ ὁ ὅρος πεπραγμένον ἔχουσι τὸ κρινόμενον. Καὶ καλοῖντο ἂν κάκεῖναι “δικαιολογία” δικαίως. Ἄλλοις τε καὶ δικαιολογίας ἀντιποιοῦμεθα· ἐν πᾶσαις γὰρ στάσεσι κἂν τῷ στοχασμῷ 20 δι|καιολογίας ἀντιποιοῦνται οἱ ἀγωνιζόμενοι. Ἄλλ’ ὥσπερ λογικὰς πᾶσας 195 οὔσας, ὅτε καὶ λόγου μετεσχηκυίας, τὰς μετὰ τὴν τῶν νομικῶν ὑπεξαίρεσιν λογικὰς προσηγόρευσεν, ἐξ ιδιοτήτων Πικείων τῶν ἄλλων ὀνομασμέ|νων, οὐ- 5 τῷ δὴ καὶ νῦν, πεπραγμένον καὶ τῶν νομικῶν ἔχουσιν τὸ κρινόμενον, πρὸς δὲ καὶ τοῦ ὅρου, καὶ τοῦ δικαιολογικοῦ μετεχουσῶν τῶν στάσεων ἀπασῶν. Ὅμως τὰς μετὰ τὴν πραγματικὴν δικαιολογικὰς ἀπεκάλεσεν, ὡς τῶν λοιπῶν 10 ἰδιοσήμοις προσηγορευμένων ὀνόμασι. Ταύτῃ οὖν αἱ μετὰ τὴν πραγματικὴν 10 δικαιολογικαὶ ὀνομάσθησαν, ὥσπερ αἱ μετὰ τὸν στοχασμὸν καὶ τὸν ὅρον ποιότητες. Καὶ διὰ τί οὐκ εἶπεν “ὄνομα κοινὸν τούτῳ δικαιολογία, ὥσπερ ἐκεῖνῳ λογική” τὰς μετὰ τὰς νομικὰς ὀνομάσας; Ὅτι πρὸς τὸ γενικώτερον τὸν λόγον καὶ τὸ | καθολικώτερον ἀνήγαγεν, ὡς καὶ γνωριμώτερον· τῶν γὰρ 15 μερικωτέρων τὰ καθολικὰ μᾶλλον εἰσιν ἐμφανέστερα.

Capítulo 7

JUSTIFICAÇÃO

1. 38.8-9 “Mas, se o julgamento respeitar a um acto já cumprido, a designação genérica neste caso é de «qualificação judiciária.»”]

Ora, também nos estados de causa legais e na definição o ponto em juízo está cumprido. E chamar-se-iam àqueles estados de causa “qualificações judiciárias” em justiça. Também para os demais reivindicamos uma qualificação judiciária, pois em todos os estados de causa, assim como na conjectura, os contendores reivindicam uma qualificação judiciária. Mas assim como ele designou como “racionais” os estados de causa que se encontram após a divisão dos legais, por serem todas racionais, visto que l compreendem uma “razão”, ao passo que os
5 demais são denominados segundo as propriedades que lhes são específicas — de igual modo fez ainda aqui, mesmo que nos estados de causa legais, além da definição, o ponto em juízo esteja cumprido, e que todos os estados de causa participem do judiciário. No entanto, ele chamou “judiciários” aos que se encontram
10 depois do pragmático, visto que os restantes l são designados por nomes de significação específica. Por esta razão, pois, os estados de causa que seguem o pragmático foram denominados “judiciários”, do mesmo modo que aqueles que seguem a conjectura e a definição foram denominados “qualificações”. E porque não afirmou ele “a denominação comum para ele é «qualificação judiciária», como acima era a de «racional»” para denominar os estados de causa que seguem os legais? Porque ele reconduziu a exposição ao que é mais genérico e mais uni-
15 versal, como também mais comum, porquanto os universais são l muito mais evidentes do que os mais particulares.

2. *ib.*]

Διὰ τοῦ “πεπραγμένον” τὸν παρεληλυθότα λαμβάνει· διεΐλε γὰρ τὸ πρᾶγμα εἰς παρωχημένον καὶ μέλλοντα καὶ πρῶτον περὶ τοῦ μέλλοντος εἰπὼν νῦν πάλιν | διαιρεῖ τὸν παρωχημένον. “Κρίσις” δὲ εἶπεν ἐνταῦθα καὶ οὐ “ζήτησις”, 20 ἐπειδὴ καθόλου ἐν ταῖς δικαιολογικαῖς ἐγκλήματι ἔχομεν καὶ κατηγορίας.

3. *ib.*]

Μέτεισιν ἐπὶ τὸ ἕτερον τμήμα, ὅπερ ἐστὶ κατὰ τὸν παρωχημένον. Ζητοῦσι δὲ τινες πῶς τοῦτο μόνως | καλεῖ “δικαιολογίαν”· καὶ γὰρ ἐν στοχασμῷ καὶ ἐν 25 ὄρῳ περὶ τοῦ δικαίου πολλάκις ζητοῦμεν, καὶ ἐν ταῖς νομι|καῖς δὲ τῶν 196 στάσεων. Ὑποληπτέον οὖν πρὸς τοῦτο ὡς οὐδὲ ἐν στοχασμῷ οὐδὲ ἐν ὄρῳ 5 δύναται τις περὶ τοῦ δικαίου ποιεῖσθαι τὴν ζήτησιν. Ὁ μὲν γὰρ στοχασμὸς κατ’ αὐτὴν ἐστὶν ἀφανὴς τὴν οὐσίαν· περὶ δὲ τοῦ ἀφανοῦς | πῶς ἂν τις 5 ζητήσῃε πότερον δίκαιον ἢ οὐ; Ὁ δὲ ὅρος ἀτελής, τὸ δὲ ἀτελὲς οὐκ ἂν τις ὑπὸ τὴν περὶ τοῦ δικαίου ζήτησιν ἄγοι· οὔτε γὰρ δίκαιον τέως οὔτε ἄδικον. Περὶ δὲ τῶν νομικῶν ἐκεῖνό φαμεν ὅτι διαιρεῖται τὸ δίκαιον εἰς ἔγγραφόν τε 10 καὶ ἄγραφον. Τὸ μὲν οὖν ἔγγραφον καλεῖται νόμιμον, | τὸ δὲ ἄγραφον καλεῖ- 10 ται ὁμωνύμως τῷ γένει δίκαιον. “Τί δὲ ἂν λέγοις περὶ τῆς πραγματικῆς” — φαίη τις ἂν — “ἔνθα τὸ δίκαιον αὐτὸ κεφάλαιον γίνεται;” “Ναὶ” φήσομεν, “ἄλλ’ οὐ τῶν ἀποδεικνυμένων, τῶν ἀποδεικτικῶν δέ”· ἐν μὲν γὰρ τῇ ἐγγρά- 15 φῳ τὸ νόμιμον ἀποδείκνυνται, ἐν δὲ τῇ ἀγράφῳ τὸ | συμφέρον· ἐνταῦθα δὲ τὸ 15 δίκαιον πέρας ἐστὶ καὶ ἀποδεικνύμενον· εἰκότως οὖν ταύτας μόνας καλεῖ δικαιολογίας.

2

FONTES: 1 διὰ — λαμβάνει Sop. W4 230.23-24 || 3-4 κρίσις — κατηγορίας Marc. 231.19-22.

3

1 τμήμα PcPbNeW7: τίμημα Pa || 6 ἀφανὴς ex Pc: ἀφανὴς ἐς Pa ἀφανὲς βγ || 12 κεφάλαιον: κέ/ P μέ/ VhMb unde fort. μὲν W7.

2. *ib.*]

Através do termo “cumprido” ele aborda o passado; dividiu o acto em tempo pretérito e futuro; e, após falar, em primeiro lugar, sobre o futuro, divide agora o pretérito. A partir daqui ele diz o “julgamento”, e não a “questão”, visto que nas qualificações judiciais temos, em geral, queixas e acusações.

3. *ib.*]

Passa à outra secção, que respeita ao tempo pretérito. Questionam alguns por que razão lhe chama somente “qualificação judicial”; e, de facto, na conjectura e na definição, bem como nos estados de causa legais, inquirimos frequentemente o justo. Deve responder-se, relativamente a este ponto, que nem na conjectura
 5 nem na definição | se pode conduzir a inquirição acerca do justo. A conjectura é obscura quanto à própria existência; porém, como se poderia inquirir aquilo que é obscuro, se é ou não justo? A definição é imperfeita, e não se poderia submeter à inquirição do justo aquilo que é imperfeito, pois, enquanto estiver nestas condições, não é justo nem injusto. No tocante aos estados de causa legais, dizemos que
 10 o justo se divide em “escrito” | e “não-escrito”. Ao escrito atribui-se o nome de “legal”, ao não-escrito a mesma designação do género, a de “justo”. “E que dirias a respeito do pragmático — perguntaria alguém —, no qual o próprio tópico capital do justo está presente?” “Sim” — diremos nós —, “mas não nos elementos demonstrados, e sim nos demonstrativos”; com efeito, no pragmático escrito
 15 demonstra-se o legal, no não-escrito, o conveniente. Aqui, | porém, o justo representa uma conclusão e um elemento a demonstrar. Portanto, é justamente que ele designa apenas estes estados de causa de “qualificações judiciais”.

4. *ib.* 38.11-12 ἢ γὰρ ἔρεϊ τι πεποιηκέναι ὡς ἀδίκημα ὁ φεύγων καὶ κατὰ τι κεκωλυμένον ἢ οὐ]

Ἐχρῆν οὕτως εἰπεῖν· “ἢ γὰρ ἔρεϊ τι πεποιηκέναι κεκωλυμένον ὁ φεύγων, ἢ οὐ”. Πῶς γὰρ οἷόν τε τὸν ἡδικηκότα ὁμολογεῖν ἀδικεῖν; Πλὴν <ὅτι> “ὡς ἀδίκημα” εἶπεν, ὡς ἀπὸ τοῦ κατηγοροῦ. Ἐκεῖνος μὲν γὰρ ὡς ἀδίκημα προβάλλεται, ὁ δὲ φεύγων οὐχ ὁμολογεῖ ὡς ἀδίκημα, ἀλλὰ προβάλλεται τι δίκαιον.

5. *ib.*]

Φέρεται Ἀντιοχὶς ἀπορία γελοιοτάτη. Καὶ γὰρ | φασὶ τὸ Δημοσθηνικὸν 25 προβαλλόμενοι ἐκ τοῦ τῆς παραπρεσβείας, μὴ ἂν δικαστήριον συστήναί ποτε, ὁμολογοῦντος ἡδικηκέναι τοῦ φεύγοντος. “Ἀφ’ οὗ δὲ γέγονε δικαστήριον παρ’ ἡμῖν, οὐδεὶς ὁμολογῶν ἀδικεῖν ἐάλω”. Τοῦτο δὲ πολλῆς ἀνοίας μεστόν· πρόσκειται γὰρ ὡς “ἔρεϊ | τι πεποιηκέναι ὡς ἀδίκημα”. 30

6. *ib.* 38.12 καὶ κατὰ τι]

| “Κατὰ τί” εἶπε καὶ οὐ “καθόλου” ἐμφαίνων ὡς ἐν ταῖς ἀντιθέσεσιν 197 ἀδίκημα μὲν ἐστὶ φύσει τὸ πεπραγμένον, κατὰ δὲ τὴν περίστασιν οὐ κεκώλυται, ἀλλ’ ἔχει ταύτην ἐπικουροῦσαν τῷ ἀδικήματι.

4

HERM.: 1-2 *St.* 38.11-12 cf. lemma.

FONTES: 1 ἔχρῆν — ἢ οὐ Sop. W4 232.19-21 = W5 94.4-5 || 2-4 ὡς ἀδίκημα — τι δίκαιον Marc. W4 232.29-233.1.

1 πεποίηκε Pc.

5

FONTES: 3 ὁμολογοῦντος — φεύγοντος cf. Marc. W4 232.18.

LOCI: 3-4 Dem. 19.215.

3 ἡδικηκέναι Pc unde ego conferens fontem: ἡδικέναι Pa || δικαστήρια Pc.

6

HERM.: 1 *St.* 38.12 cf. lemma.

FONTES: totum Σ ex Marc. W4 233.10-13 sumpsit An.

1 ἀντιθέσεσιν: ἀντιθετικάς fons || 3 ἐπικουροῦσαν e fonte ego: sic etiam Vh W7 ἐπικυροῦσαν P.

4. *ib.* 38.11-12 “Pois ou o réu dirá que praticou um acto a considerar como um crime e de algum modo proibido, ou não.”]

Deveria exprimir-se do seguinte modo: “o réu ou dirá que praticou algum acto proibido ou que não”. Com efeito, como é que aquele que cometeu um crime é capaz de admitir que o cometeu? Excepto que ele diz: “como um crime”, como proveniente do acusador. Este, com efeito, alega que o acto foi como um crime,
5 mas o réu não concorda que seja como um crime, antes alega algo | justo.

5. *ib.*]

Conta-se uma aporia antióquide¹, verdadeiramente ridícula. Com efeito, apoiando-se num passo de Demóstenes de *Falsa embaixada*, eles afirmam que nenhum tribunal poderia subsistir, se o réu confessasse o crime. E “desde que os tribunais existem no nosso país, ninguém foi reconhecido culpado por confissão
5 própria.” Mas estas objecções estão repletas de enorme insensatez. | Com efeito, o Autor acrescenta “o réu confessará ter praticado um acto considerado como um crime”.

6. *ib.* 38.12 “... de algum modo...”]

Ele disse “de algum modo” e não “em geral”, mostrando que nas oposições o acto praticado é naturalmente um crime, mas não é interdito face à circunstância, antes compreende esta como um elemento que sustenta o crime.

¹ Parece tratar-se de algo conhecido da comunidade textual do tempo da redacção dos escólios, mas desconhecido para nós. O passo de Demóstenes é *Falsa embaixada* 19.215. Não temos uma verdadeira aporia mas uma dificuldade suscitada pelo texto de Hermógenes. A refutação à objecção dos críticos de Hermógenes baseia-se em ὡς ἀδίκημα.

7. *ib.* **κἂν μὲν μηδαμῶς]**

| λαμβάνεται ἢ ἀντίληψις τριχῶς, ἢ ἐξ ἔθους, ἢ ἐκ νόμου, ἢ ἐκ φύσεως. Ἡ 5
 γὰρ ἔθος λέγεται παρέχειν ἡμῖν τὴν ἐξουσίαν τοῦ πράγματος; ἢ νόμον ἢ
 φύσιν, οἷον· “φύσει οἱ ἄνθρωποι τόδε τι πάσχειν εἰώθαμεν”. Τινές δὲ
 προστιθέασι τούτοις τὸ “ἐκ τέχνης”, οἷον· “ζωγράφος ναυάγια | γράψας πρὸ 10
 5 τοῦ λιμένος ἀνέθηκεν· οὐ κατάγονται ἔμποροι, καὶ κρίνεται δημοσίων
 ἀδικημάτων”. Ἀναφέρει γὰρ — φασίν — ἐπὶ τὴν τέχνην ὅτι δίδωσι γράφειν
 ὅπερ ἂν τις βουληθείη. Ἄλλ’ ἐροῦμεν ὥς καὶ τοῦτο ὑπὸ ἔθος πάντως ἢ ὑπὸ
 νόμον ἀναχθήσεται. Ἐπιδιαιροῦμεν δὲ | οὕτως· τῆς ἀντιλήψεως τὸ μὲν ἐστὶ 15
 κατὰ τὸ μὴ κεκωλυμένον, τὸ δὲ κατὰ τὸ ἐπιτετραμμένον. Τοῦ μὲν οὖν μὴ
 10 κεκωλυμένου παράδειγμα· “Ἀλκιβιάδης δασὶ μυστικαῖς κωμάζων κρίνεται
 ἀσεβείας”. Ἐρεῖ γὰρ ὥς οὐ κεκώλυται τὸ δασὶ μυστικαῖς κωμάζειν. Ἐπεῖτοι
 ἂν τις αὐτὸ | κεκωλυμένον ἐκδέχεται, εὐθέως ἀσύστατον γίνεται. Τοῦ δὲ 20
 ἐπιτετραμμένου τοιόνδε παράδειγμα· “νόμος «τὸν μοιχὸν ἀναιρεῖν»· τρισαρι-
 στέα τις εὐρὼν μοιχὸν ἀνεῖλε, καὶ κρίνεται δημοσίων ἀδικημάτων”.
 15 Ἐπιτέτραπται γὰρ τὸν μοιχὸν ἀναιρεῖν. Καὶ πάλιν καθ’ ἑτέραν ἐπιδιαίρεσιν· 25
 | τῆς ἀντιλήψεως τὸ μὲν ἔχει τὴν κρίσιν ἀφ’ ὧν ἐποίησε· τὸ δὲ ἀφ’ ὧν οὐκ
 ἐποίησεν. Ἀφ’ ὧν ἐποίησεν, ὥς ἐπὶ τοῦ ζωγράφου τοῦ προτεθέντος ἐν τῷ
 λιμένι τὰ ναυάγια· τὸ δὲ ἀφ’ ὧν οὐκ ἐποίησεν, ζωγράφος μὴ γράψας ποτέ
 θεοὺς κρίνεται ἀσεβείας. Ἔτι δὲ τῆς ἀντιλήψεως τὸ μὲν ἔχει τι ἐπισυμβαῖνον 30
 20 ἄτοπον, τὸ δὲ οἷ. | Οἷον τοῦ μὲν προτέρου παράδειγμα ὁ ζωγράφος, ὁ πρὸ τοῦ 198
 λιμένος θεὸς τὰ ναυάγια· ἄτοπον γὰρ τι συνέβη τὸ μὴ καταίρειν τοὺς
 ἐμπόρους· τοῦ δὲ δευτέρου παράδειγμα ὁ Ἀλκιβιάδης δασὶ μυστικαῖς κωμά- 5

7

HERM.: 4-6 ζωγράφος — ἀδικημάτων *St.* 65.18-20.

FONTES: 1 λαμβάνεται — ἐκ φύσεως cf. *Sop.* W4 587.15-16 || 3-4 τινές δὲ — τέχνης cf. *Sop. Marc. ib.* 584.14, *Syr. R2* 129.19, W4 370.8 || 4-6 τὸ ἐκ τέχνης — ἀδικημάτων *Sop. ib.* 233.29-30, *Sop. Marc. ib.* 584.26-585.1, *Syr. R2* 130.6-8 || 13 τρισαριστέα — ἀδικημάτων cf. *Sop. Marc. W4* 584.14-16, 585.31-32 adn. 31, 587.23-24.

4 ναυαγία *Pc* || 5 λιμένος: λειμῶνος *Pc* || 12 ἀσύστατα *Pa* || 13 τρισαριστεὺς *W7* || 16 τὴν om. *Pc* || 17 προτιθέντος *Pa*.

7. *ib.* “Se, de modo nenhum...”]

A justificação é encarada em três vertentes: ou com base no costume, ou na lei, ou na natureza². Ou se afirma que o costume nos proporciona a permissão para o acto, ou a lei, ou a natureza; por exemplo: “esse é um comportamento a que nós, os seres humanos, estamos naturalmente acostumados”. Alguns acrescentam a estes três o modo “com base na arte”; por exemplo: “um pintor pintou um nau-
 5 frágio | e expô-lo defronte ao porto. Os mercadores não aportam, e ele é julgado por crimes públicos”³. De facto — dizem eles —, ele imputa-os à arte, alegando que esta lhe permite pintar o que quiser. Mas diremos que este acto remontará em todos os pontos ao costume, ou à lei. E nós subdividimos a justificação da seguinte forma: uma parte prende-se com o acto não proibido, a outra com o pres-
 10 crito⁴. Exemplo do | não proibido: “Alcibíades desfila com tochas dos ritos místéricos, e é julgado por impiedade”. Ele alegará, de facto, que desfilar com tochas dos ritos místéricos não é proibido. Uma vez, pois, que se poderá entender o caso como proibido, imediatamente se torna mal constituído. Do acto prescrito, temos o seguinte exemplo: “uma lei determina que «a pena do adúltero é a morte»; certo homem, ao encontrar um adúltero triplamente condecorado por bravura, ma-
 15 tou-o”. | O assassinio do adúltero está efectivamente prescrito. E de novo, segundo a outra subdivisão: da justificação, por um lado, o julgamento concerne os actos que praticou e, por outro, os que não praticou. Quanto aos que praticou, como o caso do “pintor que colocou o naufrágio defronte ao porto”. Quanto aos que não praticou, por exemplo: “um pintor, que nunca pintou deuses, é julgado por impiedade”. E ainda: da justificação há um caso que tem uma consequência |
 20 insólita, e outro que não. Exemplo do primeiro é o do “pintor que colocou o naufrágio defronte ao porto”. Com efeito, algo de insólito sucedeu: o não desembar-

² Em outros escoliastas, são apresentadas listas um tanto diversas de τρόποι ἀντίληψεως: em número de quatro, cf. Sópatro e Marcelino, *ib.* 584.13-14, Siriano R2 129.18-19, W4 370.7-8, com o acrescento de κατὰ τέχνην; em número de cinco, cf. Siriano e Sópatro W4 233.25-234.5, com o acrescento de κατὰ τέχνην e κατὰ τὸ μὴ κεκωλύσθαι (baseado em *Estados de causa* 38.12 κατὰ τι κεκωλυμένον ἢ οὐ. Vd. infra II. 8-9 e n. 5). O próprio escoliasta, nas linhas seguintes, embora dê a preferência à lista de três τρόποι, se faz eco destas outras variantes doutrinárias.

³ Exemplo de ἀντίληψις mediante μόρια τοῦ δικαίου “pontos do direito”, tirado do capítulo em que Hermógenes desenvolve a divisão deste estado de causa: *Estados de causa* 65.18-20. Este exemplo é citado com variantes por Siriano e Sópatro W4 233.22-24, Marcelino *ib.* 608.21-23; Sópatro *ib.* 237.3-5 = W5 96.23-24. Notamos ainda que, no aparato de fontes, se fez referência somente aos comentários em que este exemplo é citado por escoliastas como ilustrativo, especificamente, da ἀντίληψις κατὰ τέχνην. Outros casos há em que é citado como ilustrativo de ἀντίληψις ἀπλῇ κατὰ συμβεβηκός (cf. *Estados de causa* 68.12-13), Sópatro e Marcelino W4 585.33-586.3 n. 31; Siriano R2 131.10-13; e como ilustrativo da espécie de ἀντίληψις ἐκ περιστάσεως, Sópatro W4 233.22-24.

⁴ Esta divisão funda-se na afirmação de Hermógenes *Estados de causa* 38.12 κατὰ τι κεκωλυμένον ἢ οὐ.

ζων, εἴτα κρινόμενος. Προτέτακται δὲ εἰκότως ἡ ἀντίληψις τῶν ἀντιθετι-
 κῶν· τοῦτο μὲν ὅτι οὐδὲ προσίεται τὴν ἀρχὴν τὸ ἀδίκημα, τοῦτο δὲ ὅτι
 25 ἀπλούστερος ὁ περὶ αὐτῆς λόγος· ἀδιαίρετος γὰρ μένει τῆς ἀντιθέσεως
 διαιρουμένης εἰς τέτταρα.

JUSTIFICAÇÃO

que dos mercadores. Exemplo do segundo é o de “Alcibíades, que desfilou com tochas dos ritos místéricos, e depois é julgado”. O Autor ordenou justamente a justificação antes dos estados de causa de oposição, ora porque, inicialmente, não admite o crime, ora porque a sua exposição é mais simples. De facto, a justificação permanece indivisível, enquanto a oposição l é dividida em quatro vertentes.

25

**8. *ib.* 38.13-15 ἔστι γὰρ ἀντίληψις ἀνευθύνου πράγματος εἶναι
δοκοῦντος ὡς ὑπευθύνου κατηγορία]**

| Πῶς εἰ ἀνεύθυνον τὸ πεπαργμένον, συνίσταται τῇ περιστάσει ὑπεύθυνον 10
γινόμενον. “Δοκοῦντος” δὲ εἶπεν “ἀνευθύνου”, ἀλλ’ οὐχὶ “πάντως ἀνευθύν-
ου”, οὐδὲ γὰρ εἶπεν “ὄντος”. Καὶ πάλιν οὐκ εἶπεν “ἄντικρυς ὑπευθύνου”, ἀλλ’
“ὡς ὑπευθύνου”. Γίνεται δὲ ἀντίληψις, ὅταν ὁ φεύγων ὁμολογῶν | 15
5 πεπραξέναι προβάλλῃται τὴν ἐξουσίαν, φάσκων ἐξεῖναι αὐτῷ τοῦτο ποιεῖν.

8

HERM.: 2 δοκοῦντος — ἀνευθύνου *St.* 38.14-15 cf. lemma || 4 *ib.* ὡς ὑπευθύνου 38.15.

FONTES: 1-4 πῶς — ὡς ὑπευθύνου *Marc.* W4 237.11-17 || 4-5 ὅταν — τὴν ἐξουσίαν *de Minuc.* ἀντιλήψεις *definitione* cf. *Syr.* R2 127.22-128.1, *Syr. Sop.* W4 234.18-19; *Sop. ib.* 372.15-16, 587.16-17, W5 172.3-4.

1 περιστάσει: στάσει W7 || 3 ὑπευθύνου: ὑπεύθυνον W7 || 4 ὅταν *ego conferens infra* προβάλλεται *et fontem* *Syr.* R2 127.23: ὅτε *testes* || 5 προβάλλεται *ego conferens fontes et supra* Σ 7.4.4 (bis).

8. *ib.* 38.13-15 “Consiste, pois, a justificação na acusação de um acto aparentemente inocente na qualidade de culpado.”]

Como é que, se o acto praticado é inocente, face à circunstância ele constitui um acto que se torna culpado? Ele disse “aparentemente inocente”, e não “absolutamente inocente”, nem disse “que é inocente”. Nem disse ainda “directamente culpado”, mas “na qualidade de culpado”. Torna-se uma justificação quando o

5 réu, | confessando tê-lo praticado, alega a permissão, afirmando que lhe era permitido cometê-lo.

9. *ib.* 38.16 ἀποκηρύσσει]

Καὶ τὸ τῆς “δικαιολογίας” ὄνομα γενικόν ἐστίν· ἐφ’ ὅσον γὰρ κάτεισι
 διαιρῶν ὁ τεχνίτης καὶ μὴ ὀριζόμενος τὰ διαιρούμενα, γενικά εἰσιν,
 ὑπάλληλα ὄντα γένη | τε καὶ εἶδη· γένη μὲν τῶν ὑποκειμένων, εἶδη δὲ τῶν 20
 ὑπερκειμένων, ὡς ἂν ἢ ἀνιόντες εἰς γένος καταντήσωμεν γενικώτατον, μὴ
 5 ἔχον ἕτερον ὑπερκείμενον γένος, ἢ κατιόντες εἰς εἶδος τὸ εἰδικώτατον, μὴ
 ἔχον ἕτερον ὑποκείμενον εἶδος· ὃ καὶ στάσις ἐστί καὶ τὸν ὀρισμὸν | παρὰ τοῦ 25
 τεχνικοῦ ἐπιδέχεται. Εἰσὶ μέντοι καὶ εἶδη τινὰ τῶν στάσεων διαιρούμενα εἰς
 διάφορα εἶδη, ὥσπερ ὁ στοχασμός, ὁ ὅρος, ἡ ἀντίληψις, ἡ πραγματική, ὁ
 συλλογισμός τε καὶ ἡ μετάληψις, ὡς ἐν τῇ τῶν κεφαλαίων διαιρέσει
 10 γνωσόμεθα. Οὐ πολὺ μέντοι ἀλλήλων τὰ ἐν αὐτοῖς διαφέρει εἶδη, ἀλλ’ 30
 ἰδιώμασί τισιν, ὥσπερ Σκύθαι τῷ χρώματι καὶ Αἰθίοπες, ἄνθρωποι ὄντες καὶ
 φύσει τοῦ | αὐτοῦ εἶδους ἐκάτεροι. Ὑποδιαίρεται οὖν ὡς γένος καὶ ἡ 199
 δικαιολογία εἰς δύο, ὡς εἶναι τούτῳ τέτταρας ὑποδιαίρεσεις. Ὑποδιαίρεται δὲ
 εἷς τε τὸ κεκωλυμένον κατὰ τι — οὐ γὰρ εἰς τὸ πάντη κεκωλυμένον, ἢ γὰρ ἂν
 15 καὶ ἀσύ|στατον ἦν — καὶ εἰς τὸ πάντη ἀκώλυτον, ὡς ὁ κατηγορούμενος 5
 ἀπομάχεται, ἐπεὶ ὁ γε κατήγορος κεκωλύσθαι αὐτὸ καὶ μὴ ἀπλῶς ἀφειμένον
 εἶναι διισχυρίζεται. “Εἰ μὲν οὖν οὐδαμῶς” φησί — “φάσκει κεκωλύσθαι τὸ

9

HERM.: 1 *St.* 38.9 || 17-18 *ib.* 38.12-13.

2 τεχνικός Pa || 7 τῶν om. Pa || 11 Αἰθίοπες Pc unde ego: Αἰθίοψιν Pa Αἰθίοπες corr. PbNe || 13 τούτῳ
 ego: τοῦτο P || ὑποδιαίρεσεις recte corr. W7: ὑποδιαίρεσιν Pa ὑποδιαίριν Pc.

9. *ib.* 38.16 “... deserda...”]

E a designação “qualificação judiciária” é genérica, pois à medida que o Autor desce na divisão e sem definir os elementos resultantes da divisão, temos elementos genéricos, que são géneros e espécies, cada um no seu nível: os géneros dividem-se em elementos subordinados, as espécies resultam da divisão dos subordinantes, até ao ponto de, subindo, atingirmos o género mais genérico, que
 5 não compreende nenhum outro | género subordinante, ou, descendo, atingirmos a espécie mais específica, que não possui espécie subordinada a ela. Esta é também um estado de causa, e recebe, da parte do Autor, a respectiva definição. Há, não obstante, também algumas espécies de estados de causa que se dividem em diversas espécies, por exemplo, a conjectura, a definição, a justificação, o estado de causa pragmático, a inferência, a objecção, tal como as aprenderemos na divisão |
 10 em tópicos capitais. É certo que as espécies nestes estados de causa não diferem muito entre si, a não ser em algumas características peculiares, do mesmo modo que os Citas e o Etíope diferem na cor, sendo ambos seres humanos e pertencendo naturalmente um e outro à mesma espécie. Enquanto género, portanto⁵, também a qualificação judiciária se subdivide em duas, subdivisão que se seguirá de quatro outras subdivisões. Subdivide-se no acto de algum modo proibido — e não por
 15 certo no absolutamente proibido, ou seria | também mal constituído —, e no absolutamente permitido, tal como o acusado contesta, uma vez que o acusador sustenta que esse acto é proibido e não simplesmente lícito. “Se, pois, o acusado afirmar” — diz ele — “que o sucedido de modo algum é proibido, o estado de

⁵ O escoliasta, após uma longa digressão, retoma o fio da exposição iniciada no início do escólio.

γεγονὸς ὁ κατηγορούμενος, ἀντίληψίς ἡ στάσις ἐστίν”, ἣν καὶ ὀρί|ζεται λέγων· 10
 “ἀντίληψίς ἐστὶν ἀνευθύνου πράγματος εἶναι δοκοῦντος ὡς ὑπευθύνου
 20 κατηγορία”. Καὶ παρὰ πόδας τίθησι τὸ παράδειγμα· οἷον “γεωργὸς φιλοσο-
 φοῦντα τὸν υἱὸν ἀποκηρύττει”, {π}ὼς αἱ ἄτεχνοι πίστει διαλευκαίνουσι
 τρανῶς καὶ διαφωτίζουν τὰ λεγόμενα, μὴδὲ ἐρ|μηνείας ἐπιδεόμενα· διὰ γὰρ 15
 τοῦτο καὶ ἄτεχνοι λέγονται, ἀνεπιτήδευτον τῷ ἀκροατῇ ἐμποιοῦσαι τὴν τῶν
 λεγομένων διάγνωσιν. Ὁ γὰρ ὅρος ἀσυμφανῶς διηγόρευσεν καὶ εἰς προὔπτον
 25 τὸ παράδειγμα προκ|σ|τεθὲν ἐξενήνοψεν· “ἀνεύθυνου πράγματος εἶναι δοκοῦν-
 τος ὡς ὑπευθύνου κατηγορία”· | τὸ φιλοσοφεῖν γὰρ ἀνεύθυνον — οὕτω γὰρ 20
 πᾶσι δοκεῖ — ἀλλὰ γεωργῷ πατρὶ καὶ περὶ ἄλλα πονεῖν συνειθισμένῳ δοκοῦν
 ἀνόνητον καὶ διὰ τοῦτο κατηγορούμενον ὡς ὑπεύθυνον. Εἰ δὲ καὶ φύσεως ἢ
 ἔθους ἢ τέχνης ἢ ἀντίληψις ἐπιλάβοιτο, λαμπρότερα φανήσεται· φύσεως μὲν
 30 ὡς “Ἀλκιβιάδης γελάσας τὰ κατὰ Πύλον τοῦ Κλέωνος ἀπαγγέλλοντος, καὶ
 κρινόμενος ὕβρεως”· ἔθους <δὲ> ὡς “ὁ αὐτὸς ἐν ἐκπώμασι γράψας τὰ περὶ
 Σικελίαν καὶ δημοσίων κατηγορούμενος”· τέχνης δὲ ὡς “ὁ τὰ ναυάγια γράψας 25
 ἐπὶ τοῦ λιμένος καὶ μὴ καταιρόντων τῶν πλοίων κρινόμενος δημοσίων”.

9

HERM.: 19-20, 25-26 ib. 38.14-15 || 20-21 ib. 38.15-16 || 30-31 cf. ib. 68.6-8 || 32-34 cf. ib. 65.18-20.

FONTES: 30-31 φύσεις μὲν — ὕβρεως Marc. W4 167.29-168.2, Sop. ib. 233.27-29, 587.24-26 || 31-32 ἔθους δὲ — κατηγορούμενος Sop. W4 587.26-28 || 32-33 τέχνης — δημοσίων Sop. ib. 233.29-30, Sop. Marc. ib. 584.26-585.1, Syr. R2 130.6-8.

22 ἐπιδεόμενα: δεόμενα W7 || 25 εἶναι: ὡς Pc || 28 ἢ om. Pc || 32 ναυαγία Pc.

- causa é o da justificação”, que ele define com as seguintes palavras: “justificação
- 20 é a acusação de um acto aparentemente inocente mas visto como l culpado”. Ele dá um exemplo fácil (“um camponês deserda o filho, por se dedicar à filosofia”), à maneira como as provas inartísticas esclarecem manifestamente e ilustram as palavras, sem necessitarem de nenhuma interpretação. Efectivamente, é por esse motivo que se designam por “inartísticas”, produzindo no ouvinte o conhecimento
- 25 genuíno das palavras. A definição é pouco inteligível l e o exemplo acrescentado clarifica-a: “acusação de um acto aparentemente inocente mas visto como culpado”, porque estudar a filosofia é inocente — essa é, com efeito, a opinião geral —; mas, para o pai, sendo camponês e habituado às canseiras de outras actividades, a filosofia é ocupação inútil e, por isso, merecedora de acusação e vista como culpada. Se se acrescentar a justificação fundada sobre a natureza, o costume ou a
- 30 arte⁶, mostrar-se-á mais clara: l com base na natureza, como “Alcibíades, que se riu das declarações de Cléon relativas aos eventos de Pilo, e é julgado por ultraje”⁷; com base no costume, como “o mesmo Alcibíades, que pinta em taças os eventos da Sicília, e é acusado por crimes públicos”⁸; com base na arte, como “o pintor que pintou naufrágios no porto e que, por os navios não acostarem, é julgado por crimes públicos”⁹.

⁶ Cf. supra 7.7.1.

⁷ Marcelino W4 167.29-168.2 cita igualmente este exemplo, mas sem o associar a ἀντίληψις κατὰ φύσιν. Cf. também infra 16.a.9-10.

⁸ Este exemplo é também e simplesmente citado, sem associação a ἀντίληψις κατὰ ἥθος, por Marcelino W4 608.21-23, Sópatro *ib.* 233.20-21, W5 168.13-14, Anónimo W4 628.6-7.

⁹ Cf. supra 7.7.4-6.

|ΠΕΡΙ ΤΩΝ ΑΝΤΙΘΕΤΙΚΩΝ

1. 38.17 ὄνομα]

200

Καλῶς προσέθηκε τὸ “γενικὸν” ἵνα μὴ πλάνη τις ἐμπέσῃ· πλὴν γὰρ Μινουκιανοῦ πάντες ἀντίθεσιν μίαν ἴσασι στάσιν. Δηλοῖ οὖν διὰ τούτου ὅτι οὐ στάσις ἐστίν, ἀλλὰ γένος στάσεων.

5

2. *ib.*]

Ἔστι καὶ τοῦτο τῶν οὐχ ἥκιστα ἠπορημένων. Πῶς ταύτην “ἀντίθεσιν” οἰκείως καλεῖ; Πανταχοῦ γάρ — φασίν — ἐξ ἀντιθέσεως ἢ στάσις γίνεται, οἷον “ἐφόνευσας”· ἀντίθεσις “οὐκ ἐφόνευσα”. Οὐκ ἀκριβῶς δὲ κατενόησαν τὴν φύσιν τῆς ἀντιθέσεως. Ἐν ταύτῃ γὰρ αὐτὸς ἑαυτῷ τρόπον τινά ὁ 10 5 κατηγορούμενος ἀντιτίθῃσιν, ὥστε εἶναι δύο ἀντιθέσεις σχεδόν, τὴν μὲν τοῦ κατηγοροῦ, τὴν δὲ αὐτοῦ τοῦ κατηγορουμένου, ἣν αὐτὸς ἑαυτῷ ἀντιτίθῃσι τῷ δέχασθαι τὸ ἔγκλημα, ὥστε αὕτη κατ’ ἐξάρετον καλεῖται ἀντιθετική. 15

8

Titulum ex Pc sumpsit: ἀντιθέτων Pa articulum ommitens ἀντιθέσεως **PbNe**.

1

FONTES: totum **Σ** ex Sop. W4 238.15-19, W5 97.7-10 sumpsit An.

2 ἀντίθεσιν: ἀντιθέτων W7 || 3 στάσεων Pc et fontes unde ego: στάσεως Pa.

2

FONTES:

2 οἰκείως: ἰδίως Pc || φησίν Pc.

Capítulo 8

OPOSIÇÕES

1. 38.17 “... designação...”]

Ele acrescentou correctamente o termo “genérico”, a fim de se não cair em erro, pois, à excepção de Minuciano, todos conhecem um único estado de causa de oposição. Com este termo, ele mostra que se não trata de um estado de causa, mas de um género de estado de causa.

2. *ib.*]

Eis também aqui uma dificuldade, e não das menores¹. Porque lhe chama propriamente “oposição”? Em todas as circunstâncias — afirmam —, o estado de causa resulta de uma oposição; por exemplo: “mataste” — oposição: “não matei”. Mas eles não compreenderam rigorosamente a natureza da oposição. Nesta, com
5 efeito, o acusado opõe-se l de algum modo a si mesmo, de sorte que existem por assim dizer duas oposições, a do acusador e a do acusado, pela qual este se opõe a si mesmo na aceitação da acusação, de forma que este estado de causa se designa, preferentemente, por “oposição”.

¹ Cf. supra 7.5.1.

3. *ib. πάλιν*

“Πάλιν” ἐνταῦθα γενικὸν ἐξεῦρεν ὄνομα, τὴν ἀντίθεσιν, ὅταν ὁ φεύγων
 “ὁμολογῇ πεποιηκέναι τι ὡς ἀδίκημα”. Ἐξ ἧς τέτταρας ἀπογεννάσθαι στάσεις,
 τὰς ἀντιθετικὰς λεγομένας· ἀντίστασιν, ἀντέγκλημα, μετάστα|σιν καὶ 20
 συγγνώμην, ὡς ἰδιώμασιν οἰκείοις ἀποδιαιρεῖ ἀλλήλων καὶ διίστησιν οὕτως·
 5 εἰ μὲν γὰρ εἰς ἑαυτὸν ὁ φεύγων τὸ γεγονὸς ἀναδέχοιτο, θαρρούντως τοῦτο
 ποιεῖ, ὥς τι μείζον ἐπιδεδειγμένος κατόρθωμα. Καὶ καλεῖ ἀντίστασιν, ἣν καὶ
 ὀριζόμενός φησιν· γίνεται γὰρ ἀντίστασις “ὅταν | ὁμολογῶν ὁ φεύγων πε- 25
 ποιηκέναι τι ὡς ἀδίκημα ἀνθίστησιν ἕτερον εὐεργέτημα δι’ αὐτοῦ μείζον τοῦ
 ἀδικήματος | πεπραγμένον”. Σκόπει τοῦ ὀρισμοῦ τὴν ἀκρίβειαν· πῶς ἐκόλασε 201
 10 τὸ “ὁμολογῶν” ἀπὸ τε τοῦ εἰπεῖν “τι”, καὶ ἀπὸ τοῦ προσθεῖναι τὸ “ὡς”. Οὐ
 γὰρ καθάπαξ οὐδὲ ἀπλῶς ἀδικῆσαι ὁμολογεῖ, ἀλλὰ καὶ μικρὸν καὶ δοκοῦν
 ἀδίκημα· διὰ μὲν γὰρ τοῦ “τι” τὸ μέτριον καὶ μικρὸν ἐσήμανε· | διὰ δὲ τοῦ 5
 “ὡς” τὸ δοκοῦν τε καὶ νομιζόμενον· καὶ τοῦ “δι’ αὐτοῦ” πάλιν, οἷον διὰ τοῦ
 τοιούτου μετρίου καὶ νομιζομένου ἀδικήματος· οὐ γὰρ ἐξ ἄλλης αἰτίας. Ἥ γὰρ
 15 ἀναπολόγητος ὁ φεύγων ἦν, ἀλλὰ διὰ τοῦ ἀδικήματος αὐ|τοῦ, μείζον 10
 ἀνθίστησιν εὐεργέτημα. Καὶ ταῦτα μὲν ὁ φεύγων ἀγωνιεῖται. Ὁ δὲ διώκων
 τάναντία δηλονότι ἀνθυποφέρων ἐρεῖ. Πλὴν ἄλλ’ ὁ τεχνικὸς οὐ τέθεικε
 παράδειγμα, ἡμεῖς δὲ ἐναργείας ἔνεκα πλείονος θήσομεν, ἐξ αὐτοῦ λαβόντες,
 ὅπερ ἐν τῇ διαιρέσει τῶν κεφαλαίων τῶν ἀντιθετικῶν ἐξέθετο στάσεων· ἐν 15
 20 λιμῶ — φησί— καὶ πολιορκίᾳ συμβουλευόντων ὁ στρατηγὸς ἐξιέναι καὶ
 μάχεσθαι οὐκ ἔπεισε, διέκοθε λαθῶν μέρος τοῦ τείχους καὶ νενικήκασιν μὲν ἐξ-
 ελθόντες, δημοσίῳ δ’ ὕστερον φεύγει. Δείκνυσιν γὰρ ἐνταῦθα ὁ στρατηγὸς
 μείζον τῆς καθ|αιρέσεως τοῦ τείχους τὸ ἀπὸ τῆς νίκης εὐτύχημα δι’ αὐτοῦ γε- 20
 νόμενον τοῦ ἀδικήματος. Ὁ εἰ μὴ ὁ στρατηγὸς ἐτεχνάσατο, σὺν αὐτοῖς ἂν τοῖς
 25 τείχεσιν καὶ ἡ πόλις ἄρδην ἅπασα συναπόλωλεν.

3

HERM.: 2 *St.* 38.16-17 || 7-9 *ib.* 38.22-39.1 || 10, 12, 13 *ib.* 38.22.

FONTES: 8 εὐεργέτημα (...) μείζον, 15-16 μείζον (...) εὐεργέτημα cf. *Syr.* R2 139.9-10, 12.

4 οἰκείοις: ἰδίῳις *Pc* || 8 ἀνθίστησιν *P*: ἀνθιστᾶ *St.* 38.23 ἀνθιστῇ *alii.* cf. *appar.* ad *St.* 38.23 || 10 τε *om.* *Pc* || 13 *pr.* τοῦ *ego*: τὸ *P* || 16 ἀνθίστησιν *Pa* unde *ego* conferens *supra* l. 8: ἀντίθεσιν *Pc* || 17 ἄλλ’ *om.* *Pc* || 18 ἐναργείας: ἐναγείας *Pc* || 24 τοῖς *Pc*: *om.* *rell.*

3. *ib.* “... novamente...”]

De novo aqui ele forja uma designação genérica, “oposição”, quando o réu “confessa ter praticado algum acto visto como crime”. Nela originam-se quatro estados de causa, as chamadas “oposições”: compensação, contra-acusação, transferência e desculpa. Elas diferenciam-se umas das outras em características específicas e distinguem-se do seguinte modo: se l o réu assumir sobre si mesmo a responsabilidade pelo ocorrido, age ousadamente, por apresentar uma acção benéfica maior. E é designada por “compensação”, dando dela a seguinte definição: “produz-se uma compensação quando o réu, confessando ter praticado algum acto visto como crime, o compensa com um outro benefício maior², praticado através do próprio crime”. Observa o rigor da definição³, como moderou o l “confessando” com as palavras “algum acto” e com o acrescento “visto como”. Com efeito, ele não confessa de uma vez por todas nem pura e simplesmente que cometeu um crime, mas um crime insignificante e aparente: pois, através da locução “algum acto”, indicou a sua modéstia e insignificância; através da locução “visto como”, o facto de se tratar de uma apreciação e de um juízo; e ainda as palavras “através do próprio”, quer dizer, mediante um tal acto modesto e julgado como um crime, não por outro motivo. Pois certamente l o réu não tinha defesa, a não ser porque, através do próprio crime, ele o compensa com um benefício maior. E é isto que o réu sustentará⁴. Porém, o autor, em contestação, dirá evidentemente o contrário. No entanto, o Autor não apresentou nenhum exemplo, que nós apresentaremos, para maior evidência, tomando-o da exposição que ele fez na divisão dos tópicos capitais dos estados de causa de oposição: “numa situação l de fome e cerco — diz ele —, o general sugeriu que se saísse e combatesse, mas não foi convincente; abriu secretamente uma brecha numa secção da muralha, saíram por ela e obtiveram vitória; mais tarde, ele enfrenta uma acusação de crimes públicos”⁵. Aqui, pois, o general mostra que, maior do que o derrube da muralha, é o sucesso obtido com a vitória, através do próprio crime. Se o general não tivesse recorrido a este stratagem, juntamente com as próprias muralhas, toda a cidade teria sido l também completamente destruída.

² Cf. *Estados de causa* 73.14-15, 83.15-16 e os escólios Siriano R2 139.9-10, 12. Do escoliasta dependerá Nilo e os mss. V e Py (Rabe *Par.* 2923). Cf. o aparato de Rabe a *Estados de causa* 38.23.

³ *Estados de causa* 38.22-39.1.

⁴ Cf. *Invenção retórica* 211.16.

⁵ Exemplo de definição violenta (ὄρος βίαιος) aplicada aos estados de causa de oposição *ib.* 73.18 sqq.

ΠΕΡΙ ΑΝΤΙΣΤΑΣΕΩΣ

1. 38.21-39.1 γίνεται γὰρ ἀντίστασις, ὅταν ὁμολογῶν ὁ φεύγων πεποικέναι τι ὡς ἀδίκημα ἀντισθᾶ ἕτερόν τι εὐεργέτημα δι' αὐτοῦ τοῦ ἀδικήματος πεπραγμένον]

| Τεττάρων οὐσῶν τῶν ἀντιθετικῶν, κοινωνοῦσιν ἀντίστασις καὶ 25
ἀντέγκλημα τῷ ἀμφοτέρως ἔχειν τὸ ἐκούσιον, εἰ καὶ μὴ ἐπίσης — ἄλλο γάρ 202
ἔστι τὸ ἐκούσιον ἐν τῇ ἀντιστάσει, ἄλλο τὸ ἐν τῷ ἀντεγκλήματι —, ἀλλ' οὖν
κοινὸν ἀμφοτέρων τὸ ἐκούσιον. Κοινωνεῖ δὲ καὶ ἡ μετάστασις τῇ συγγνώμῃ,
5 καθὰ ἐν ἀμφοτέροις ἐστὶ τὸ ἀκούσιον· εἰ καὶ διαφόρως, ἀλλ' οὖν κοινὸν 5
ἀμφοτέρων τὸ ἀκούσιον. Γίνεται τοίνυν ἀντίστασις ὅταν μηδεμίαν ἔχη χώραν,
μήτε ἀρνεῖσθαι τὸ γεγενημένον, ὡς ἐν στοχασμῷ, μήτε μέρος ὡς ἐν ὄρῳ, μήτε
περὶ μέλλοντος ἔχη τὴν ζήτησιν, ὡς ἡ πραγματική, μήτε δύνηται ὁμολογῶν
τὸ ἔγκλημα εἰς ἐξουσίαν καταφυγεῖν, ἀλλ' ἐκ πάντων | τούτων ἐγκλειόμενος 10
10 ὁμολογῇ μὲν πεποικέναι, προτείνῃ δὲ γεγενημένην εὐεργεσίαν, δι' ἣν ἀξιοῖ
μὴ εἶναι ἔγκλημα τὸ πραχθέν. Γίνεται δὲ τοῦτο, ἡνίκα τὸ μὲν γεγενημένον
φύσει ἐστὶν ἀδίκημα, ἐκ περιστάσεως δὲ ἀνεύθυνον. Ἀντεστραμμένον τῇ
ἀντιλήψει· ἐκεῖ γὰρ οὐ φύσει | μὲν ἐστὶν ἀδίκημα τὸ ἔγκλημα, ἐκ περιστάσεως 15
δὲ δοκεῖ εἶναι ὑπεύθυνον· ἐνταῦθα δὲ τούναντίον φύσει μὲν πονηρόν, τῇ δὲ
15 περιστάσει οὐ δοκεῖ ἔγκλημα εἶναι.

Capítulo 9

COMPENSAÇÃO

1. 38.21-39.1 “Há, pois, compensação sempre que o réu, embora confesse ter praticado um acto que se considera, de algum modo, como crime, através da própria injustiça praticada a compensa com outro benefício maior.”]

Sendo quatro os estados de causa de oposição, a compensação e a contra-acusação têm em comum o facto de em ambas o acto ser voluntário, ainda que não de forma igual — pois o voluntário na compensação é de um tipo, o voluntário na contra-acusação é de outro —; todavia, em suma, resta como comum a ambas o voluntário dos actos. A transferência de culpa e a desculpa têm em comum l o

5 facto de em ambas o acto ser involuntário: comum a uma e outra, ainda que de forma diversa, é o acto involuntário. Produz-se, portanto, uma compensação não quando o réu está em posição de negar o sucedido — como na conjectura —, nem sequer uma parte dele — como na definição —, nem quando a inquirição incide sobre um acto futuro — como no pragmático —, nem ainda quando o réu admite o acto e se refugia no facto de ter permissão para o praticar, mas sim quando ele,

10 impedido de utilizar todos estes recursos, l confessa ter praticado o acto e alega que resultou num benefício, em virtude do qual ele entende que o acto não constitui motivo para acusação. Produz-se tal caso quando o ocorrido é por natureza um crime, mas inocente face às circunstâncias. Na justificação dá-se o inverso. Nesta última, com efeito, a acusação não concerne por natureza a um crime, mas, face às circunstâncias, é aparentemente motivo para culpa; mas aqui, pelo contrário,

15 o acto é por natureza maldoso, mas face às l circunstâncias não parece constituir motivo para acusação.

2. *ib.*]

Σημειωτέον ὅτι χρή δι' αὐτοῦ τοῦ ἀδικήματος ἀντεισάγειν τὸ εὐεργέτημα· οὐ γὰρ δυνατόν τὸν καθελόν|τα τὰ τείχη λέγειν ὥς ποτε εἰσενεγκὼν εἴη 20 χρήματα τῇ πόλει. Δεῖ γὰρ ἐξ αὐτοῦ τοῦ γενομένου ἀδικήματος εἰσφέρειν τὸ εὐεργέτημα. Ἔστι δὲ ἀεὶ ἐναντία τῇ ἀντιλήψει ἢ ἀντίστασις. Ἐν μὲν γὰρ τῇ
 5 ἀντιλήψει αὐτὸ «μὲν» τὸ πεπραγμένον ἀνεύθυνόν ἐστι, διὰ δὲ τὴν περίστασιν ὑπεύθυνον γίνεται. Ἐν δὲ τῇ ἀντιστάσει αὐτὸ μὲν τὸ πεπραγμένον ὑπεύθυνόν 25 ἐστι, διὰ δὲ τὴν περίστασιν ἀνεύθυνον γίνεται. Ζητοῦσι δὲ διαφορὰν τῆς συγγνώμης καὶ τῆς μεταστά|σεως. Αὐτὸς μὲν ὁ τεχνογράφος διορίζεται, ὥς ἂν 203 μὲν εἰς ὑπεύθυνόν τινα μεταφέρει τὴν αἰτίαν, μετάστασιν ποιοῦμεν, ἂν δὲ εἰς
 10 ἀνεύθυνον, συγγνώμην. Ἄλλ' ἐναντιοῦνται αὐτῷ πολλοί, αὐτίκα ὁ Μινουκιανὸς δίδωσι | πρόβλημα τοιοῦτο· “πρεσβύτης ἐξελθὼν οἰκείῳ παιδὶ τελευτήσαν- 5 τι χοᾶς ἐπενεγκεῖν γέγονεν ὑπὸ τοῖς πολεμίοις, εἴτα μαστιζόμενος ἐξεῖπε τὰ ἀπόρρητα· καὶ ἐπανελθὼν κρίνεται δημοσίων ἀδικημάτων”. Καὶ τοῦτο μεταστατικῶς μελετᾷ, ὅπερ ἂν εἴη συγγνώμη κατὰ τὸν τεχνικόν. Ἐτε|ροι δὲ 10
 15 ἄλλην διαφορὰν οἱ ἀμφὶ τὸν Ἄβαντα ἀποδιδόασιν· ἂν μὲν γὰρ εἰς πάθος οἰκεῖον — φασίν — μεταφέρει τὴν αἰτίαν ὁ κρινόμενος, οἷον μέθην, ὀργήν, ἔρωτα, συγγνώμην ποιεῖ· ἂν δὲ εἰς ἄλλο τι, μετάστασιν. Ἄλλοι δὲ διαφέρειν αὐτὰς ἀλλήλων ἔφασαν, καθὼς ἢ μὲν συγγνώμη εὐτελοῦς προώπου 15 ὑποκειμένου γίνεται, ἢ δὲ μετάστασις περιφανοῦς, οἷον· “εἰ μὲν κρίνοιτο οἱ
 20 δέκα στρατηγοὶ ἐφ' οἷς οὐκ ἀνείλοντο τὰ τῶν πεσόντων σώματα ἐν Ἀργινούσαις”, συγγνώμη γενήσεται, ἐπειδὴ οὐ λαμπρὰ τὰ πρόσωπα· ἂν δὲ Περικλῆς ὁ κρινόμενος ἦ, | μετάστασις. Περιφανὲς γὰρ τὸ Περικλέους καὶ οὐκ 20

2

HERM.: 8-10 αὐτὸς μὲν — συγγνώμην cf. *ib.* 39.6-11 || 19-21 οἷον — ἐν Ἀργινούσαις cf. *ib.* 39.15-16.

5 μὲν add. ego conferens infra ead. l. δὲ et 6 αὐτὸ μὲν || 7 διὰ δὲ τὴν περίστασιν Pc unde ego conferens supra 5: δ. δ. τῆς περιστάσεως rell. || 14 ἕτεροι Pa: ἄλλοι Pc || 16 φασίν om. Pc || 20 ὅτι ante οὐκ add. W7 || 20, 32 ἐν Ἀργινούσαις recte W7: ἐν ἀργιννοῦσαις Pa ἐναργιννοῦσαις Pc || 22 ἦ om. Pc.

2. *ib.*]

Assinale-se que se deve, por meio do próprio crime, apresentar em contrapartida um acto benéfico¹, pois quem derrubou as muralhas não poderia dizer que alguma vez também introduziu dinheiro na cidade. Com efeito, deve-se introduzir o benefício a partir do próprio crime cometido. E a compensação é sempre contrária à justificação. Na justificação, com efeito, l o próprio acto praticado é inocente, mas torna-se culpado devido às circunstâncias. Na compensação, porém, o próprio acto praticado é culpado, mas inocente face às circunstâncias. Perguntam qual a diferença entre a desculpa e a transferência. O próprio Autor as define distintivamente: se se transfere a culpa para uma pessoa culpada, temos uma transferência; se se transfere para uma pessoa l inocente, temos uma desculpa. Porém, muitos manifestam opinião contrária à dele, por exemplo, Minuciano, que propõe um problema como este: “um velho, ao sair para oferecer libações a um jovem criado seu que falecera, caiu em poder dos inimigos; de seguida, enquanto era açoitado por eles, revelou os segredos do Estado e, ao regressar, foi julgado por crimes públicos”. E declama este problema na forma de uma compensação, sendo que, segundo l o nosso Autor, se trataria de uma desculpa. Outros, da escola de Abante, apresentam outra diferenciação: se o indivíduo em julgamento transfere a culpa — dizem eles —, para um estado anímico próprio, tais como embriaguez, ira ou amor², temos uma desculpa; mas, se a transfere para qualquer outra coisa, temos uma transferência. Outros disseram que estes estados de causa diferem entre si por haver uma desculpa quando a pessoa em causa é comum, e transferência quando ela é ilustre; por exemplo: se se l julgarem os dez generais por não terem recolhido os cadáveres dos caídos nas Arginusas³, produzir-se-á uma desculpa, uma vez que as pessoas não são claras; mas, se for Péricles a ser julgado, produz-se uma transferência. É ilustre a pessoa de Péricles, e ele nunca poderia optar por pedir desculpas, mas, por transferência, atribuirá a culpa à tempestade.

¹ Cf. *Estados de causa* 38.23-39.1.

² Do texto do Anónimo 9.2.8-17 αὐτὸς μὲν ὁ τεχνογράφος — ἔρωτα depende certamente (quase à letra) o escólio de Nilo (cod. *Par. suppl. gr.* 670 f. 119r) com o lema *Estados de causa* 75.11-17: ὁ μὲν Ἑρμογένης διορίζεται τὴν προειρεμένην διαφορὰν, ὡς ἂν μὲν εἰς ὑπεύθυνόν τι μεταφέρωμεν τὴν αἰτίαν, μετάστασιν ποιούμεν, ἂν δὲ εἰς ἀνυπεύθυνον, συγγνώμην· ἀλλ’ ἐναντιοῦνται αὐτῷ πολλοί. Ὁ δὲ Μινουκιανὸς τοιαύτην ποιεῖ διαφορὰν, καθ’ ὃ ἐν μὲν τῇ συγγνώμῃ πάθη (πάθει cod.) εἰσὶ ψυχῆς, καὶ γὰρ εἰς πάθος οἰκεῖόν φασι μεταφέρει τὴν αἰτίαν ὁ κρινόμενος, οἷον μέθην, ὀργήν, ἔρωτα. Este mesmo assunto é retomado mais abaixo: 12.1.1-4 e W7 582.18-29. Cf. sobre a questão S. Glöckner, *Quaestiones*. 42.

³ *Estados de causa* 39.15 sqq.

ἂν ποτε ἔλοιτο συγγνώμην αἰτεῖν, ἀλλὰ μεταστατικῶς ἐπὶ τὸν χειμῶνα χω-
 ρήσει. Ἄμεινον δὲ ταύτην παρέντας τὴν Πορφυρίου διαφορὰν παραδέχεσθαι.
 25 Ἔστι δὲ αὕτη· εἰ μὲν εἴη τὸ ἀδίκημα οἷον ἐνδεχόμενον μὴ γε/νέσθαι ἀλλὰ
 θεραπείας τετυχηκέναι τινός, μετάστασις γίνεται, οἷον· “νόμος «τὸν πρεσβευ- 25
 τὴν εἴσω τριάκοντα ἡμερῶν ἐξιέναι, λαβόντα παρὰ τοῦ ταμίου χιλίας δραχμὰς
 εἰς ἐφόδιον»· μὴ λαβὼν τις καὶ καταμείνας κρίνεται”. Τοῦτο γὰρ ἐνεδέχετο μὴ
 γενέσθαι τὸ ἀδίκημα, δυναμένου τοῦ | πρεσβευτοῦ ἢ δανείσασθαι, ἢ οἰκεία 30
 30 ἔχοντος ἐφόδια ἐξελθεῖν· ἐὰν δὲ ἢ μὴ ἐνδεχόμενον ἐτέρως γεγενῆσθαι,
 συγγνώμην ποιεῖ, οἷον· “χειμῶνος ἐπιλαβόντος οὐκ ἀνείλonton οἱ στρατηγοὶ 204
 τὰ σώματα τῶν πεσόντων ἐν Ἀργινούσαις κατὰ τὴν μάχην καὶ κρίνονται”, οὐ
 γὰρ ἡδύναντό τινα θεραπείαν προσάγειν τῷ ἐκ τοῦ χειμῶνος κωλύματι.
 Ζητοῦσι | δὲ εἴ τι διόισι τὸ ἀντέγκλημα τοῦ ἀντεγκληματικοῦ στοχασμοῦ. 5
 35 Λάβωμεν δὲ ἐπὶ παραδείγματος ἀντεγκληματικὸν στοχασμόν· “ἐξ ἱεροῦ
 ἀπώλετο χρήματα, εὐρέθησαν δύο ῥήτορες, ὁ μὲν κατορύττων χρυσίον, ὁ δὲ
 γράφων ὑπὲρ ἱεροσυλίας λόγον, καὶ ἀντεγκαλοῦσιν ἀλλήλοις”. Καὶ γὰρ ἐν-
 | ταῦθα — φασίν — ἀντικατηγορήσουσιν ἑαυτῶν, ὥσπερ ἐν τῷ ἀντεγκλήματι. 10
 Σαφὴς δὲ καὶ ἡ τούτου διαφορὰ· ἐν μὲν γὰρ τῷ ἀντεγκλήματι διακεκριμένοι
 40 εἰσὶν ὁ τε κατηγορὸς καὶ ὁ ἀπολογούμενος καὶ δῆλον τὸ πεπραγμένον, ὅφ’
 ὅτου πέπρακται· οὐ μόνον δέ, ἀλλὰ καὶ τὸ ἐκουσίως | πεπράχθαι πρόσεστιν· ἐν
 δὲ τῷ ἀντεγκληματικῷ στοχασμῷ ἄδηλον τίς κατηγορεῖ ἢ τίς ὁ ἀπολογού- 15
 μενος, ἀντεγκαλοῦσι γὰρ ἀλλήλοις, καὶ τίς ὁ πεπραχὼς ἄδηλον. Ἐπειτα ἐν
 μὲν τῷ ἀντεγκλήματι μεταλλαγὴ τις εἶωθε γίνεσθαι. Συμβαίνει μὲν γὰρ τὸν
 45 κατηγορούμενον κατηγορεῖν, τὸν δὲ διώκοντα ἀπολογεῖσθαι· ὁ μὲν γὰρ 20
 φεύγων κατηγορήσει, φάσκων ἄξιον εἶναι παθεῖν τὸν πεπονθότα ὃ ἔπαθε, καὶ
 χρήσεται τοῖς τοῦ κατηγοροῦ κεφαλαίοις· ὁ δὲ διώκων ἐκ τοῦ ἐναντίον ἀπο-

2

HERM.: 26-28 οἷον — κρίνεται cf. *St.* 39.11-14.

30 μὴ om. Pc || 33 τοῦ Pc: om. rell. || 38 φασίν om. Pc || ἀντικατηγοροῦσιν Pc || 40 ὁ om. Pc || 42 ἢ: καὶ Pc || 45 μὲν om. Pc || 46 ἔπαθε: πέπονθε Pc || 47 τοῖς ante κεφαλαίοις transp. Pc.

- 25 É preferível pôr de lado esta diferenciação e aceitar a de Porfírio⁴. É ela a seguinte: se o crime é de tal ordem que teria sido possível não o cometer mas trazer-lhe um remedeio, produz-se uma transferência de culpa. Por exemplo: “uma lei determina que «o embaixador parta dentro de trinta dias, depois de receber do tesoureiro mil dracmas como viático». Um embaixador, como não o recebesse e ficasse no seu país, é levado a julgamento”⁵. Este crime podia ser evitado, pois o embaixador poderia ou ter pedido dinheiro emprestado, ou ter
- 30 recorrido às verbas próprias como viático. Se não puder ter sucedido de outro modo, temos uma desculpa. Por exemplo: “surpreendidos por uma tempestade, os generais não recolheram os cadáveres dos caídos na batalha das Arginusas, e são levados a julgamento”, pois não puderam prestar qualquer socorro, face ao obstáculo colocado pela tempestade. Perguntam se haverá alguma diferença entre
- 35 a contra-acusação e a conjectura com contra-acusação. Tomemos como exemplo uma conjectura com contra-acusação: “o dinheiro do templo foi pilhado; viram-se dois oradores⁶, um deles enterrando os objectos de ouro, o outro escrevendo um discurso sobre a pilhagem do templo; e acusam-se mutuamente”⁷. E aqui, de facto — dizem eles — fazem reverter a acusação sobre si mesmos, tal como na contra-
- 40 acusação. A diferença é também clara, pois na contra-acusação são distintos o acusador e o defensor, e é evidente o acto praticado e não apenas por quem foi praticado, e não apenas quem, mas acresce o facto de que o acto é voluntário. Na conjectura com contra-acusação, não é evidente quem acusa nem quem defende, pois acusam-se mutuamente. E não é também evidente quem é o agente. Por outro lado, na contra-acusação, costuma haver uma certa inversão. Sucede, pois, que o
- 45 acusado acusa, enquanto o autor da acção se defende. O réu, portanto, acusará, alegando que a vítima merece ter sofrido o que sofreu, e servir-se-á dos tópicos capitais do acusador. O autor, por sua vez, defender-se-á com base nos contrários.

⁴ Porfírio é filósofo neo-platónico. Com Porfírio concordará o escoliasta Cristóvão na distinção entre μεταστάσις e συγγνώμη. O comentário de Cristóvão, com a referência explícita a Porfírio, depende directamente do Anónimo 9.2.24-33: cf. cod. *Mess. S. Salv.* 119 ff. 101v-102r ed. H. Rabe, “De Chris ...” 247: ὁ δὲ Πορφύριος τοιαύτην λέγει διαφοράν, ὅτι, εἰ μὲν εἴη τὸ ἀδίκημα οἷον ἐνδεχόμενον μὴ γεγενῆσθαι ἀλλὰ θεραπείας τετυχηκέναι τινός, μετάστασις γίνεται, οἷον ὡς ἐπὶ τοῦ πρεσβευτοῦ· δυνατόν γὰρ ἦν ἀλλαχόθεν αὐτὸν λαβόντα ἐφόδια πρεσβεῦσαι· ἐὰν δὲ ἢ μὴ ἐνδεχόμενον ἐτέρως γεγενῆσθαι ἀλλὰ πᾶσα ἀνάγκη πραχθῆναι τὸ πραχθέν, συγγνώμην ποιεῖ, ὡς ἐπὶ τῶν μὴ ἀνελομένων δέκα στρατηγῶν τὰ τῶν πεσόντων σώματα τοῦ χειμῶνος διαλαβόντος· οὐ γὰρ ἦν δυνατόν τινα θεραπείαν προσαγαγεῖν τῷ ἐκ τοῦ χειμῶνος κωλύματι. Vd. S. Glöckner, *Quaestiones* 78.

⁵ *Estados de causa* 39.13 sq. Hermógenes cita-o como exemplo de μετάστασις.

⁶ Este mesmo exemplo foi citado supra 2.57.20-22.

⁷ Da fórmula de contra-acusação cf. outros exemplos: *Estados de causa* 55.14-15, 56.6-7 e 17.

λογήσεται. Ἐν δὲ τῷ ἀντεγκληματικῷ στοχασμῷ οὐκ ἔστι τὸ τοιοῦτον εὑρεῖν, 25
ὅπου γε οὐδὲ διακέκριται τίς μὲν ὁ κατήγορος, τίς δὲ ὁ κατηγορούμενος.

COMPENSAÇÃO

Na conjectura com contra-acusação, não é possível descobrir uma tal mudança, visto que não se distingue quem é o acusador, nem quem é o acusado.

**1. 39.3-5 γίνεται γὰρ ἀντέγκλημα, ὅταν ὁμολογῶν ὁ φεύγων
πεπονηκέναι τι ὡς ἀδίκημα ἀντεγκαλῇ τῷ πεπονθότι ὡς
ἀξίῳ παθεῖν, ἃ πέπονθεν]**

Τὸ ἕτερον τῆς διαιρέσεως σκέλος ἀπολαβὼν τὸ “εἷς τι τῶν ἔξωθεν”
μεθιστῶν τὸ ἀδίκημα, πάλιν ὑποδιαίρει τοῦτο διχῶς· ἢ γὰρ “εἷς τὸν παθόντα” 5
— φησὶν — “ἢ εἷς ἄλλο | τι” ὁ φεύγων μεθίστησιν. “Ἄν μὲν οὖν τὸν παθόν-
τα, ἀντέγκλημα γίνεται”, καὶ τὸν ὅρον ἐπήνεγκε εἶναι λέγων ἀντέγκλημα
5 “ὅταν ὁμολογῶν ὁ φεύγων πεπονηκέναι τι ὡς ἀδίκημα” — διὰ τοῦ “ὡς” πάλιν
καθαιροῦντα δεικνὺς τὸν κατηγορούμενον τὸ ἀδίκημα — “ἀντεγκαλῇ τῷ 10
πεπονθότι ὡς ἀξίῳ παθεῖν”. | Τὸ “ὡς” ἐνταῦθα βεβαιωτικόν, οὐκ ὑφέσιμον
ἀπὸ τοῦ φεύγοντος κατὰ τοῦ παθόντος λεγόμενον, εἴτε αὐτὸς ὁ κατήγορος εἴη
εἴτε καὶ ἕτερος. Παράδειγμα δὲ οὐδ’ ἐνταῦθα δίδωσιν, ὥσπερ οὐδὲ ἐν τῇ
10 ἀντιστάσει. Κεῖσθω δὲ παράδειγμα “ὁ ἀριστεύς, ὃς πορνεύοντα τὸν υἱὸν 15
ἀπέ|κτεινε καὶ φόνου φεύγει”· ἀντεγκαλέσας γὰρ τῷ πεπονθότι ὡς ἀξίῳ
παθεῖν αἰσχροῦ βίου ὄντι, ὡς καὶ πατρικὰ παρακινῆσαι σπλάγχνα δι’
ὑπερβολὴν τῆς αἰσχύνης.

10

1

HERM.: 1 *St.* 39.1 || 2 *ib.* 39.1-2 || 3 *ib.* 39.2 || 4 *ib.* 39.1-3 || 4-5 *ib.* 39.4 || 5 *ib.* || 6-7 *ib.* 39.5 || 10-11 *ib.* 72.15-16.

FONTES: 11-12 αἰσχροῦ βίου ὄντι cf. *Syr. Sop.* W4 242.21-22 ὁ τοῦ παιδὸς διεφθαρμένος βίος.

3 φησὶν Pa: φασὶν W7 om. Pc || 3 ὁ φεύγων om. Pc || 4 γίνεται Pc: γίνεσθαι Pa || 7 ὑφέσιμον hapax || 12 ὄντι: ὄντως W7.

Capítulo 10

CONTRA-ACUSAÇÃO

1. 39.3-5 “Há uma contra-acusação quando o réu, ao confessar ter praticado algum acto de algum modo visto como crime, contra-acusa a vítima, alegando que esta mereceu tê-lo sofrido”]

Retomando o segundo membro da divisão, aquele que transfere a culpa do crime “para alguma coisa exterior”, subdivide-o novamente em dois: “ou a transfere para a vítima” — diz ele —, “ou para alguma outra coisa. Se a transfere para a vítima, produz-se uma contra-acusação”; e acrescenta a definição, dizendo haver
5 uma contra-acusação “quando l o réu, ao confessar ter praticado algum acto visto como crime” — mostrando mais uma vez, através deste “visto como”¹, o acusado a minorar o crime —, “contra-acusa a vítima, alegando que esta mereceu tê-lo sofrido”. O “que” é aqui utilizado pelo réu contra a vítima como uma confirmação, não como um abrandamento², seja a vítima o próprio acusador ou seja um
10 outro. Ele não oferece aqui nenhum exemplo, tal como não o fez a respeito da compensação³. Mas considere-se o seguinte exemplo: “um homem, condecorado por bravura, matou o filho, que se prostituía, e é julgado por homicídio”. O pai alegou, em contra-acusação contra a vítima, que esta mereceu ter sofrido o que sofreu⁴, devido à vida infame que levava, a tal ponto que pôs fora de si o coração do pai por causa de tão grande infâmia.

¹ Πάλιν prova que este comentário a ώς depende da mesma fonte citada anteriormente: cf. 8.3.10 sqq.

² Ὑφέσιμον é um *hapax*.

³ Com efeito, Hermógenes não nos dá aqui qualquer exemplo de contra-acusação, mas apenas mais adiante, (cf. aparato hermogeniano), na διαίρεσις dos estados de oposição, donde o escoliasta cita.

⁴ *Estados de causa* 73.3-4 o desenvolvimento da contra-acusação com base no exemplo citado.

1. 39.9 μετάστασιν]

| Ὅταν μήτε εἰς ἑαυτὸν μήτε εἰς τὸν παθόντα μεθιστῶ ὁ φεύγων τὸ 20
 ἔγκλημα, ἀλλ' εἰς τι ἕτερον, τουτὶ πάλιν ὑποδιαιρούμενον εἰς τε τὸ ὑπεύθυνον
 καὶ ἀνεύθυνον, δύο στάσεις ἡμῖν ἀπογεννῶν ἀναφαίνεται, μίαν μὲν ἐκ | τοῦ 206
 ὑπευθύνου τὴν μετάστασιν, ἑτέραν δὲ ἐκ τοῦ ἀνευθύνου τὴν λεγομένην
 5 συγγνώμην. Ὅρους μὲν οὖν τῶν εἰρημένων οὐ δίδωσιν στάσεων, διὰ δὲ
 παραδειγμάτων τρανότερον τοῦ ὀρισμοῦ ταύτας ἡμῖν παραδίδωσι.

2. *ib.*]

| Ζητοῦσι πῶς εἶπεν “ὑπεύθυνον πρᾶγμα”. Πῶς γὰρ δυνατόν ὑπὸ κρίσιν 5
 καὶ εὐθύνας πρᾶγμα γενέσθαι, τοῦτο γὰρ προσώπων ἐστί; Ῥητέον δὲ ὡς ὑπεύ-
 θυνα λέγει πράγματα τοὺς νόμους καὶ τὰ ψηφίσματα· ὅσα γὰρ μὴ πρόσωπα,
 ταῦτα δηλονότι πράγματα. Εἶπερ οὖν οὐδαμῶς καθιρίθιμην ἐν τοῖς προσώ- 10
 5 ποῖς τὸν νόμον ἢ τὸ ψηφισμα, λείπεται πράγματα καθεστάναι αὐτά. Ὑπεύθυ-
 να δὲ γίνεται τῷ λυθῆναι ἢ τὸν τεθεικότα κολασθῆναι.

11

1

2 τουτὶ codd.: τούτου ap. Mb perperam legit W7 cf. 205.21 adn. 1 || 3 ἀναφαίνεται Pa: φαίνεται Pc || 5
 οὖν om. Pc.

2

HERM.: 1 St. 39.7.

1 τὸ ante πρᾶγμα habet Pc || ὑπόκρισιν Pc || 4 οὐδαμῶς Pc || post hoc Σ al. Σ habet Pc, praebitum in Σ
 min. ap. Pa lemm. St. 39.15 οἱ δέκα στρατηγοὶ] καλλικρατίδας ὁ τῶν λακεδαιμονίων ναύαρχος συμβαλὼν
 τοῖς ἀθηναίων στρατηγοῖς κόνωνι καὶ λέοντι καὶ συνκλείσας εἰς μιτυλήνην ἐπολιόρκει ἀθηναῖοι δὲ
 ἀκούσαντες ἔπεμψαν ναῦς (Pa³) ρο~ καὶ στρατηγοῦσι ι~ καὶ συμβαλόντες ἐν ταῖς λεγομέναις ἀργινούσαις
 (ἀργινούσαις Pa) καταδύουσι ναῦς τῶν λακεδαιμονίων ο~ καὶ καλλιστρατίδαν ᾧ προεῖπεν ὁ κυβερνήτης
 τὴν ἡτταν γεγονότος δὲ μετὰ τὴν μάχην χειμῶνος οὐκ ἠδυνήθησαν ἀνελέσθαι τοὺς ἑαυτῶν νεκροὺς
 κατέδυσαν γὰρ καὶ αὐτῶν νῆες κε~ οὐ ἔνεκα κατήγορος (κατηγόρησαν Pa) αὐτῶν καλλίξενος εἰς τῶν
 δημαγωγῶν καὶ ἀνήρέσθησαν πολλὰ παραινούντος Σωκράτους ἐπεὶ ἐπρυτάνευε μὴ ἀναιρεῖσθαι τοὺς
 ἄνδρας ἐφ' ᾧ ὀργισθέντες ἀθηναῖοι ἀπεχειροτόνησαν αὐτὸν ὕστερον δὲ μεταμεληθέντες καὶ τὸν
 καλλίξενον καθεῖρхан.

Capítulo 11

TRANSFERÊNCIA

1. 39.9 “... transferência...”]

Quando o réu não transfere a culpa pelo crime nem para si mesmo, nem para a vítima, mas para qualquer outra coisa, subdividindo-se esta de novo em inocente e culpada, torna-se-nos manifesto que se geram dois estados de causa, um dos quais é a transferência, baseada na inocente, e o outro a chamada “desculpa”, baseada na culpada¹. Ele não fornece definição para os estados de causa mencionados, mas através dos exemplos ele no-los transmite mais claramente.

2. *ib.*]

Questionam por que razão ele disse “uma coisa culpada”. Como pode uma coisa incorrer em julgamento e em culpabilidade, pois tal é próprio das pessoas? Deve dizer-se que, como coisas culpadas, ele se refere às leis e aos decretos; com efeito, tudo quanto não sejam pessoas, são evidentemente coisas. Dado que ele de modo algum inclui entre as pessoas a lei ou o decreto, resta estabelecê-los como “coisas”. Tornam-se culpadas quando ab-rogadas ou quando o legislador é punido.

¹ Cf. a divisão *Estados de causa* 39.6-11.

1. 39.17 εἰ δέ τις ἡμῖν τι περὶ τούτου ἀμφισβητεῖ]

| Πρὸς Μινουκιανὸν καὶ νῦν ἀποτείνεται λέγων “εἰ δέ τις περὶ τούτων 15
ἀμφισβητεῖ”. Ἐκεῖνος γὰρ ἄλλως διαιρεῖ τὴν συγγνώμην τῆς μεταστάσεως,
καὶ οὐ τῷ ἀνευθύνῳ καὶ ὑπευθύνῳ, ὥσπερ ὁ Ἑρμογένης, ἀλλὰ τοῖς τῆς ψυχῆς
πάθεσι καὶ τοῖς περὶ τὰ πάθη τὰ <οὐ> ψυχικά. | Τὸ μὲν γὰρ εἷς τι τῶν ψυχικῶν 20
5 μεθιστᾶν παθῶν συγγνώμης εἶναι ὀρίζεται, τὸ δὲ “εἷς ἄλλο τι” μετάστασιν,
κἂν ὑπὸ εὐθύνην δύνηται γενέσθαι κἂν μὴ· ὥς εἶναι αὐτοῖς τὴν διαφορὰν
περὶ τῶν μήτε εἰς πάθη ἀναφερομένων ψυχῆς, μήτε εὐθύνης δεκτικῶν, ὥς
φέρει εἰπεῖν, χειμῶν, χάλαζα, ὑετός, σκηπτός, καὶ εἴτι ἕτερον τοιοῦ|τότροπον. 25
Τὸ γὰρ εἰς τοιαῦτα Ἑρμογένης μὲν ὑπὸ τὴν συγγνώμην τάττεσθαι βούλεται, 207
10 ὥς καὶ τὸ εἷς τι πάθος ἀναφέρειν ψυχῆς. Ὁ δὲ Μινουκιανὸς ὑπὸ τὴν
μετάστασιν· ὥσπερ καὶ ἡνίκα αἰτιώμεθα τὸν ὑπ’ εὐθύνην γενέσθαι |
δυνάμενον. Ἐν μὲν γὰρ τοῖς ὑπ’ εὐθύνην καὶ τοῖς ψυχικοῖς συμφωνοῦσι 5
ἐκάτεροι, ἐν δὲ τοῖς τούτων μεταξὺ διαφέρονται· ὁ μὲν τῇ συγγνώμῃ, ὁ
Ἑρμογένης, ὁ δὲ τῇ μεταστάσει, ὁ Μινουκιανός, ταῦτα συνάπτοντες.
15 Ἄλλ’ ἵνα τῷ τεχνικῷ συνασπίσωμεν, ἄριστα περὶ αὐτῶν διεσκέψατο εἰρη|κῶς
ὅτι τὰ τοιαῦτα καὶ μετάστασιν ἂν τις ἐν καιρῷ καὶ συγγνώμην ἀποκα- 10
λέσειεν. Ὅτε μὲν ἀντιστῆναι τῷ προσισταμένῳ μηχανή τις προσῇ, ὑπὸ συγ-
γνώμην ἄγων αὐτά, ὀπηνίκα δὲ τοῦτο ἀδύνατον, ὑπὸ τὴν μετάστασιν τιθεῖς,

Capítulo 12

DESCULPA

1. 39.17 “Se alguém tiver alguma contestação a fazer contra nós relativamente a estes assuntos, ...”]

Ele visa agora Minuciano, ao afirmar “se alguém tiver alguma contestação a fazer relativamente a estes assuntos”¹. Aquele, com efeito, distingue de outra forma a desculpa da transferência, não segundo a inocência ou a culpabilidade, tal como Hermógenes, mas segundo as sensações da alma e as sensações que não são da alma². De facto, Minuciano define como próprio l da desculpa o transferir a culpa para alguma emoção da alma, e da transferência de culpa o transferi-la para qualquer outra coisa, ainda que possa incorrer em culpabilidade ou não, de sorte que a diferença entre eles não se prende com aquilo que se imputa às emoções da alma, nem com aquilo que admite castigo. Por exemplo: tempestade, granizo, chuva, aguaceiro ou qualquer outra coisa semelhante. A transferência de responsabilidade para tais coisas pretende Hermógenes classificá-la na desculpa, l do mesmo modo que a imputação a uma qualquer sensação da alma. Minuciano, porém, classifica-a na transferência de culpa, do mesmo modo que responsabilizamos aquele que pode incorrer em culpa³. Um e outro estão de acordo no tocante às coisas que incorrem em culpa e às que dizem respeito à alma, mas diferem nas intermédias a estas: um, Hermógenes, liga-as à desculpa, o outro, Minuciano, à transferência. Mas, para secundarmos l o Autor, examinou muito bem estes assuntos, afirmando que tais casos se designariam, conforme o contexto, “transferência” ou “desculpa”. Quando a pessoa sobre a qual pende a acusação tiver

¹ Cf. ainda *Estados de causa* 75.11-17, em que (como normalmente sucede) Hermógenes não cita Minuciano pelo nome, mas como um vago *τινός*. Que com estas palavras (e que são objecto de comentário pelo nosso e outros escoliastas) Hermógenes visa especificamente Minuciano e as divergências entre um e outro no tocante à diferenciação entre *μετάστασις* et *συγγνώμη* informam-nos os escólios: Siriano e Sópatro W4 245.30-246.1, Sópatro *ib.* 688.14-18, 689.4-12, W5 98.27-29, 101.12-14, Marcelino W4 248.27-29, 690.25-691.4. Não estamos certos, mais uma vez, de que estes escólios constituam fonte directa do nosso escoliasta, ou se este se faz eco de matéria escolar comum, pelo que se preferiu não dar estas referências em aparato de fontes.

² Cf. os escólios de Nilo Par. Suppl. gr. 670 ff. 118r, 119r-v a *Estados de causa* 75.11-17.

³ Por outras palavras, ele dispõe a transferência na mesma classe dos factores a que se pode atribuir responsabilidade, reservando as desculpas para as causas psicológicas.

ὅπερ μεθόδου δεινότητος, οὐ τοῦ διαιρετικοῦ | τρόπου ἴδιον, ὡς ἐν τῇ περὶ τῶν 15
 20 ἀντιθετικῶν διαιρέσει ὁ Ἑρμογένης ἡμῖν παραδίδωσιν. Ἄλλ' ἢ μὲν περὶ τῶν
 ἀντιθετικῶν στάσεων διάγνωσις ἐν τοσοῦτῳ· πλήν οὐδ' ἐκεῖνο παραδραμεῖν
 ἄξιον· τί δήποτε τῶν ἀντιθετικῶν ἀπασῶν τοῖς αὐτοῖς τεμνομένων
 κεφαλαίοις οὐ μιᾶς | καὶ τῆς αὐτῆς στάσεως, οἷον τῆς ἀντιθέσεως, εἶδη 20
 αὐτὰς ὁ τεχνικὸς ἀπεκάλεσεν, ὥσπερ ἐπὶ τοῦ στοχασμοῦ καὶ τοῦ ὅρου, καὶ
 25 μέντοι καὶ τῆς ἀντιλήψεως πεποιηκῶς καταφαίνεται, ἀλλ' ἐκάστην αὐτῶν
 ἰδίαν στάσιν ὠνόμασε; Πρὸς ὅπερ ἐπιλύοντες λέγομεν ὅτι ταυτότητα στά|σεως 25
 οὐχ ἢ ταυτότης τῶν κεφαλαίων, ἀλλ' ἢ τοῦ ὀρισμοῦ ταυτότης ἐργάζεται. Καὶ
 οὐ χρή τῇ ταυτότητι τῶν κεφαλαίων προσέχοντας μίαν δὲ καὶ τὴν αὐτὴν
 στάσιν τὰς ὅλας ἀποκαλεῖν ὅποσαι τοῖς αὐτοῖς κεφαλαίοις διή|ρηνται, ἀλλὰ 208
 30 τῷ ὀρισμῷ δεῖ προσέχειν. Κἂν τῷ αὐτῷ ταύτας ὑποκειμένας ἐφεύρωμεν, τῆς
 αὐτῆς εἶναι στάσεως εἶδη ταύτας ἀποκαλέσομεν. Εἰ δὲ διάφορον ὀρισμὸν
 ἐκάστη τούτων ἀποδεδομένον εὐρήσομεν, διαφόρους εἶναι | καὶ τὰς στάσεις 5
 ἐπιγνωσόμεθα. Ἐπεὶ τοίνυν ἐν μὲν τῷ στοχασμῷ καὶ τῷ ὄρῳ καὶ τῇ
 ἀντιλήψει ἓνα καὶ τὸν αὐτὸν ὀρισμὸν, τὸν ὑπὸ τοῦ τεχνικοῦ καθ' ἐκάστην
 35 τῶν εἰρημένων στάσεων ἀποδεδομένον, ἐφαρμόζοντα καὶ πᾶσι τοῖς
 λεγομένοις αὐτῶν εἶδεσι καταγνοοῦμεν, εἰκό|τως καὶ εἶδη τούτων εἶναι 10
 αὐτάς, ὧν τοῖς ὀρισμοῖς ὑπόκεινται, δεδιδάγμεθα. Ἐπὶ δὲ τῶν ἀντιθετικῶν
 ἐκάστης αὐτῶν ἴδιον ὅρον ἀφωρισμένως λαχούσης, εὐτέχνως καὶ στάσιν
 ἐκάστην εἶναι τούτων τοῦ τεχνικοῦ παρελάβομεν.

1

HERM.: 19-20 ὅπερ — παραδίδωσιν cf. *St.* 76.1-2.

22 ἐν ante τοῖς add. W7 || 25 ἀναφαίνεται Pc || 26 ἰδία στάσις Pa || 28 δέ: τε Pc || 30 ἐφεύροιμεν testes || 38 ἀφωρισμένον W7.

um meio de se defender, ele reporta estes casos à desculpa, mas quando esta possibilidade não existe, ele classifica-os na transferência de culpa, o que pertence propriamente ao método da habilidade e não ao modo da divisão, como

20 Hermógenes nos informa | na divisão dos estados de causa de oposição⁴. Mas isto é o que há a dizer acerca da distinção dos estados de causa de oposição, excepto algo ainda, porém, que não merece ser deixado de lado: o conjunto dos estados de causa de oposição comporta na totalidade uma divisão em tópicos capitais; ora, porque não os designou o Autor como “espécies” de um só e do mesmo estado de

25 definição, | sem esquecer a justificação, em vez de designar cada um deles em particular como “estado de causa”? Em relação a isto, fornecemos uma explicação, afirmando que não é a identidade dos tópicos capitais que produz a identidade dos estados de causa, mas a identidade da definição⁵. E não se deve, centrando a atenção na identidade dos tópicos capitais, designar como um só e o

30 mesmos todos os estados de causa que se dividem segundo os mesmos tópicos capitais, mas é necessário | centrar a atenção na definição. E, se descobrirmos que eles relevam da mesma definição, nós os designaremos como espécies do mesmo estado de causa; mas, se descobrirmos que se atribui uma definição diferente a cada estado de causa, reconheceremos que também são diferentes os estados de causa. Uma vez, portanto, que na conjectura, na definição e na justificação, nós

35 reconhecemos que a definição é uma só e a mesma, a fornecida pelo Autor para cada um | dos estados de causa mencionados e adequada também a todas as suas “espécies”, assim chamadas, é em boa razão que somos ensinados que estes são espécies daqueles sob cuja definição eles se dispõem. Nos estados de causa de oposição, cabe a cada um deles uma determinada definição particular, e o Autor mostra-nos habilidosamente que cada uma destas oposições é um estado de causa.

⁴ Cf. *Estados de causa* 75.21-76.2.

⁵ Cf. 14.9.22-23 e 16.5.11-14.

2. *ib.* 39.20-21 τὰς μὲν οὖν λογικὰς τῶν στάσεων ἐκ τούτων ἐπιγνωσόμεθα]

15

| Τὴν περὶ τῶν λογικῶν τελέσας στάσεων μέθοδον καὶ ταῖς νομικαῖς εἰσβαλεῖν ἤδη μέλλων, συμπληρωτικῇ ἐννοίᾳ καὶ καταστατικῇ ἅμα χρῆται, τὰς μὲν διὰ τῆς συμπληρωτικῆς ἀναπαύων ἐννοίας, τῶν δὲ καταστατικῶς 20 ἐναρχόμενος. Καί — φησί — “τὰς μὲν οὖν λογικὰς τῶν στάσεων ἐκ τούτων 5 ἐπιγνωσόμεθα”. Ποίων τούτων; Ἐκ τῆς διαιρέσεως, ἐκ τῶν ὀρισμῶν, ἐκ τῶν παραδειγμάτων αὐτῶν. Ἀλλὰ ταῦτα μὲν κοινὰ τῶν στάσεων ἀπασῶν. Οἷς δὲ ἀλλήλων διενηνόχασι ποῖα; Ὅτι αἱ μὲν λογικαὶ οὐ περὶ ῥητά, περὶ δὲ 25 πράγματα καταγίνονται, | καὶ τὴν τούτων ποιότητα, αἱ νομικαὶ δὲ περὶ ῥητὰ τὴν ζήτησιν ἔχουσι. Ταύτη τοι καὶ μετὰ τὰς λογικὰς εἰκότως ἐτάχθησαν, 10 ὕστερόχρονοι γὰρ οἱ νόμοι τοῦ λόγου, καὶ πᾶς μὲν νόμος καὶ λόγος, οὐ πᾶς δὲ λόγος καὶ νόμος. Ἐνθεν καὶ συντελέσας τὰ περὶ τῶν λογικῶν, καὶ τῇ 209 συμ|πληρωτικῇ ἐννοίᾳ ἐπισφραγίσας αὐτὰς καὶ περὶ τῶν νομικῶν ἐπήγαγε λέγων “τὰς δ’ αὖ νομικὰς οὕτως” καταστατικῶς εἰς ἀρχὴν ἀνάγων τὸν λόγον. Καὶ ὥσπερ ἐπ’ ἐκείνων ἰστῶν τὸν ἀκροατὴν, οὕτως ἐπὶ ταύτας διανιστῶν.

3. *ib.* 39.20-21 ἐπιγνωσόμεθα]

| Διεῖλε τὴν ποιότητα εἰς λογικὰς καὶ νομικὰς. Διεξεληθὼν οὖν τὰς λογικὰς 5 ἔρχεται ἀκολουθῶς ἐπὶ τὰς νομικὰς καὶ λέγει πρῶτον ὃ τί ποτέ ἐστι καθόλου νομικὴ στάσις, καὶ οὕτως ἐπὶ τὰ κατὰ μέρος ἔρχεται. Λέγει δὲ νομικὴν στάσιν τὴν ἀπὸ ῥητοῦ ἀρχομένην, καὶ περὶ | αὐτὸ τὴν ζήτησιν ἔχουσαν. Ἄν 10 5 γὰρ μὴ γένηται περὶ αὐτὸ ἡ ζήτησις, οὐκ ἔστι νομικὴ.

2

HERM.: 4-5 *St.* 39.20-21 cf. lemma || 13 *ib.* 39.21.

FONTES:

5 καὶ τῶν ὀρισμῶν W7 || 6 ταυτὶ Pc || 13 δὲ αὖ W7.

3

3 ἔρχεται Pa: διέρχεται fort. ditt. propter homoeoarton ex supra 1 διεξεληθὼν Pc || 5 γένοιτο Pa.

2. *ib.* 39.20-21 “Em suma, é com base nestes procedimentos que reconheceremos os estados de causa racionais”]

Após terminar o método dos estados de causa racionais e preparando-se já para abordar os legais, recorre simultaneamente a um pensamento de transição e de introdução⁶, parando naqueles, com um pensamento de transição, e principiando de novo com estes últimos, por meio de uma introdução. E — diz ele — “em suma, é com base nestes procedimentos que reconheceremos os estados de causa l racionais”. Que procedimentos são esses? A divisão e as definições, e ainda os próprios exemplos. Mas estes são comuns a todos os estados de causa. Em que diferem eles uns dos outros? No facto de que os racionais não dizem respeito a textos, mas se ocupam de actos e da respectiva qualificação, ao passo que os legais fazem incidir a inquirição sobre os textos. É por isto que estes estados de causa foram classificados justamente a seguir aos racionais, l porquanto as leis são posteriores à razão, e toda a lei e razão, e não toda a razão e lei. Consequentemente, após concluir a exposição dos procedimentos relacionados com os racionais e os sancionar mediante um pensamento de transição, apresenta os legais, com a seguinte afirmação introdutória, que remete de novo a exposição para um ponto de partida: “e os legais, por seu turno, do seguinte modo”. E, da mesma forma que propõe ao ouvinte uma pausa relativamente aos primeiros, relança a atenção deles para estes últimos.

3. *ib.* 39.20-21 “... reconheceremos...”]

Ele dividiu a qualificação em estados de causa racionais e legais. Portanto, após desenvolver os racionais, avança seguidamente para os legais e diz, em primeiro lugar, em que consiste estado de causa legal em geral; feito isto, passa aos seus aspectos particulares. Ele chama “estado de causa legal” àquele que parte de um texto, e que neste faz incidir a inquirição. Se, l pois, a inquirição não disser respeito a um texto, não é um estado de causa legal.

⁶ Cf. respectivamente *Categorias de estilo* 237.8-19 e 236.17.

ΠΕΡΙ ΤΩΝ ΝΟΜΙΚΩΝ ΣΤΑΣΕΩΝ

1. 39.21-22 πρῶτον μὲν περὶ ῥητὰ ἀνάγκη τὴν ζήτησιν ἐνταῦθα γίνεσθαι]

Πρὸ τῶν ἄλλων τοῦτο σε χρὴ γινώσκειν — φησι — τὴν διαφορὰν τῶν νομικῶν, ἣν ἔχουσι πρὸς τὰς λογικάς, | ἀλλὰ καὶ τὰς ἄλλας στάσεις, ὅτι “περὶ 15 ῥητὰ ἀνάγκη καὶ νόμιμα τὴν ζήτησιν ἐν ταύταις γίνεσθαι”, ἃ τῶν λόγων ὡς ἔγγραφα ὑπερρίζουσι. Μήτις ἄρα μάτην οἰέσθω ἡμᾶς ἐκείνων ταῦτα 5 ἀποδιελόντας καὶ ἀποκρίναντας ὑστεραίαν τὴν περὶ αὐτῶν ταμιεῦσαι ζήτησιν, ὅτι καὶ νόμοι | πρὸς λόγους τὸ μεταχρόνιον ἔχουσι. Καὶ οὐκ εἴ τι λόγος καὶ 20 νόμος εἴ τι δὲ νόμος καὶ λόγος καὶ καλῶς ἄρα ταύταις τὴν ἐσχάτην ἀπενείμαμεν χώραν ὡς εἰδικωτέραις καὶ ὑποβεβηκυίαις τοῦ λόγου προτε- ρεύοντος καὶ γενικωτέραν τὴν φύσιν καὶ καθολικωτέραν λάχοντος, εἰ καὶ | 25 τὴν μετάληψιν αὐταῖς ὑπεβάλομεν. Καὶ εἰκότως, ὡς κατὰ μίαν τῶν νομικῶν καὶ τῶν ἄλλων στάσεων ἐξεταζο|μένην, καὶ διὰ τοῦτο μετὰ πᾶσας ταχθεῖσαν 210 ἵνα τῶν ἐξ ὧν ἐστὶν ἤδη προεγνωσμένων τὸ εὐληπτον αὐτὴ καὶ τὸ εὐδιά- γνωστον ἔχει. Εἰ γὰρ καὶ τό ἄγγραφον αὐτῆς μέρος ἰδίους ἐξετάζεται κεφαλαίοις, ἀλλὰ τῷ μείζονι μέρει | καὶ κρείττονι συναπήχθη, καὶ τῆς αὐτῆς

Capítulo 13

ESTADOS DE CAUSA LEGAIS

1. 39.21-22 “Em primeiro lugar, a inquirição deve prender-se aqui com os textos...”]

Antes de ir mais longe, é necessário — afirma ele — conhecer o seguinte: as diferenças que os estados de causa legais comportam relativamente aos racionais, mas também aos demais estados de causa, a saber, que “a inquirição se deve prender aqui com os textos legais”, que, enquanto “escritos”, existem posteriormente à linguagem. Não se vá pensar que é em vão que, depois de l termos distinguido e separado estes daqueles, conduzimos a inquirição sobre estes em último lugar, pois também as leis são posteriores às palavras. E não, quer haja uma razão e uma lei, quer haja uma lei e uma razão, é pois correctamente que lhes concedemos o último lugar, como mais específicos e subordinados, sendo precedidos pela palavra¹, a qual possui uma natureza mais genérica e universal, mesmo que l façamos que estes estados de causa precedam a objecção. E isto a justo título, visto que esta é examinada em função de um dos estados de causa legais e dos demais estados de causa, motivo pelo qual foi também classificado a seguir a todos os outros, de modo que o conhecimento prévio daquilo que a compõe permita que seja fácil de compreender e conhecer. Com efeito, ainda que o “não-escrito”, que é uma parte da objecção, seja examinado nos seus próprios tópicos capitais, ela seguiu a sua parte mais importante e melhor, e recebeu l o mesmo lugar na classi-

¹ Como acima em 12.2.11-12, λόγος é tomado em sentido lato. Há em grego um jogo de significado sobre o termo, enquanto “palavra” (ou “linguagem”)/ “razão”/ “discurso”, impossível de traduzir, com que o escoliasta procura justificar (12.2.9-11) o facto de Hermógenes tratar em primeiro lugar as λογικαὶ στάσεις, e só depois as νομικαὶ στάσεις.

15 αὐτῷ τάξεως εἴληχε· κρείττων γὰρ ἢ νόμου παραγραφὴ τῆς ἀγράφου. 5
 Διαπορήσειε δ' ἂν τις περὶ τῆς πραγματικῆς διὰ τί μὴ καὶ αὕτη πασῶν τῶν
 στάσεων μετετάγη, τῶν αὐτῆς κεφαλαίων τοῦ τε νομίμου καὶ τοῦ δικαίου |
 κατὰ μίαν τῶν νομικῶν καὶ τῶν δικαιολογικῶν ἐξεταζομένων. Αὐτόθεν ἢ 10
 λύσις· ὅτι τῶν δύο μόνων αὐτῆς κεφαλαίων κατ' ἐκείνας ἐξεταζομένων τά
 20 λοιπὰ πλείονα ὄντα ἰδίαν ἔχει ἐξέτασιν, καὶ τῷ πλείονι καὶ αὕτη μέρει αὐτῆς
 συναπήχθη, καὶ ἦν ἐκείνῳ τάξιν ἢ διαίρεσις ἔταχε, | ταύτης εἰκότως καὶ 15
 ἢ πραγματικὴ πᾶσα τετύχηκεν. Ἄλλως δὲ καὶ ἢ μετάληψις τῆς διαιρετικῆς
 μεθόδου ἔξωθεν πίπτουσα μετὰ τὴν διαιρετικὴν εἰκότως τέτακται μέθοδον· ἢ
 πραγματικὴ δὲ τοιαύτης ἔλαχε τάξεως, οἷαν ἢ διαίρεσις παραδέδωκεν. Εἰ δὲ ἐν
 25 τῷ μεθόδῳ οὕτω τὴν | τάξιν αὐτῶν διαθεῖς ἐν τῇ τῶν κεφαλαίων διαιρέσει 20
 τὴν αὐτὴν μὴ ἐτήρησε τάξιν, ἑτέρου λόγου, ὃν ἐν τοῖς ἐκεῖσε γενομένοι
 λέξομεν.

2. *ib.*]

Εἵπομεν ὅτι κατὰ ῥητὸν ζήτησις γίνεται, ὅταν ὁμολογουμένων τῶν
 πραγμάτων ἐκ τῶν νόμων ἢ ζήτησις | ἀνακύπτῃ. Κἂν γὰρ καὶ ἐν ταῖς 25
 λογικαῖς εὐρίσκωνται νόμοι, ἀλλ' οὖν ἀπὸ ῥητῶν μὲν ἢ ζήτησις, οὐ μὴν δὲ
 καὶ περὶ ῥητά. Σκόπει γὰρ ὅπως ἀκριβῶς ὠρίσατο εἰπὼν “περὶ τὸ ῥητόν”· οὐ
 5 γὰρ ἀπλῶς, ὅπου δ' ἂν ἐμπίπτῃ ῥητόν, νομικὴν ποιήσει τὴν στάσιν, ἀλλ' ὅταν
 “περὶ τὸ | ῥητόν” ἢ ζήτησις ᾖ. 30

1

15 εἴληχε Pa: μετέλαβε Pc || 16 διαπορήσῃ Pa || αὕτη P: αὐτῇ Mb unde fort. αὐτῇ W7 || 21 ἐκεῖνα Pc.

2

HERM.: 4, 6 cf. *St.* 39.21-22 περὶ ῥητά.

FONTES: 1-3 εἵπομεν — νόμοι *Syr. Sop.* W4 251.5-8, *Sop.* W5 102.3-4 || 3-4 ἀλλ' οὖν — περὶ ῥητά *Syr.*
Sop. W4 251.13-14 || 4-6 σκόπει — ᾗ *Marc.* W4 254.15,19-22.

2 καὶ om. Pc.

20 ficação, pois a excepção que parte de uma lei é mais forte do que a que parte da
 ausência de escrito. Poder-se-ia levantar um problema relativamente ao pragmá-
 tico: porque não foi também este classificado no fim de todos os estados de causa,
 bem como dos respectivos tópicos capitais, o legal e o justo, que se examinam em
 função de um dos estados de causa legais e dos judiciários? A resposta é inerente
 à questão: sendo apenas dois os seus tópicos capitais que se examinam segundo
 estes estados de causa, os restantes, por serem em maior número, comportam um
 25 exame l específico, e ela segue também a sua parte mais importante, e o lugar que
 a divisão atribui a esta parte mais importante é a justo título aquela que ocupa a
 totalidade do estado de causa pragmático. A objecção, de forma diversa, por
 recair fora do âmbito do método divisivo, foi justamente classificada depois do
 método divisivo. Ao pragmático coube uma posição na classificação tal qual a
 25 divisão no-la transmitiu. Se, l no método, ao fazer uma tal distribuição da
 classificação, ele não conservou a mesma classificação na divisão dos tópicos
 capitais, é por uma outra razão, sobre a qual falaremos quando chegar o momento.

2. *ib.*]

Dissemos que se origina uma inquirição sobre o texto quando, havendo con-
 cordância relativamente aos actos, a inquirição emerge das leis. E de facto, ainda
 que se encontrem leis nos estados de causa racionais, todavia a inquirição baseia-
 -se nos textos, sem incidir sobre eles. Repara no rigor da definição, através das
 5 suas palavras: “diz respeito ao texto”. Com efeito, ele não diz simplesmente l que,
 sempre que há um texto, produz-se o estado de causa legal; mas antes, quando a
 inquirição “diz respeito ao texto”.

3. *ib.* 39.22-40.1 ῥητὰ δὲ λέγω οἶον νόμους, διαθήκας, ψηφίσματα, ἐπιστολάς, κηρύγματα ὠρισμένα, πάντα ἀπλῶς τὰ ἐν ῥητοῖς]

211

| Εἵπερ αἱ κατὰ ῥητὸν στάσεις αἱ μὲν νόμους, αἱ δὲ διαθήκας, αἱ δὲ ψηφίσματα ἔχουσιν ὑποκείμενα, πῶς οὐ καὶ διαθητικὰς εἰ τύχοι λέγομέν τινας 5 στάσεις καὶ ψηφισματικὰς, ἀλλ' ἐκ τοῦ ἐνὸς κοινῶς νομικάς; | Λεκτέον δὲ ὡς ἐκ τοῦ κυριωτέρου ἢ ἐπὶ πάντα ὀνομασία κεχώρηκε. Τοῦ δὲ κατὰ ῥητὸν ἀνάγκη 5 κην φησὶν “ἢ περὶ ἓν ῥητόν, ἢ περὶ πλείονα γίνεσθαι”. Ἐὰν μὲν οὖν — φησί — περὶ ἓν ῥητὸν γένοιτο, ἀντιτίθεμεν αὐτῷ ἢ τὴν διάνοιαν ἢ “πρᾶγμά τι εἰς 10 ταῦτόν ἄγοντες τὸ ἄγραφος τῷ ἐγ|γράφῳ”. Τοῦ μὲν οὖν προτέρου παράδειγμα τὸ “«τὸν ξένον ἐπὶ τὸ τεῖχος ἀνιόντα θανάτου ζημιοῦσθαι»· ἀνελθὼν τις ἡρίστευσε καὶ ὑπάγεται τῷ νόμῳ”. Ἀντιτίθῃσι γὰρ τὴν διάνοιαν τοῦ νομοθέτου, 10 ὅτι τοὺς ἐπὶ βλάβῃ ἀνιόντας ἐκώλυσε. Τοῦ δὲ δευτέρου “νόμος· «τὸν ἐκ πόρνης μὴ | δημηγορεῖν»· ἐκ πόρνου τις γενόμενος κωλύεται λέγειν”. Συνεισάγει γὰρ τὸν τε νόμον καὶ τὸ πρᾶγμα, φάσκων ταῦτόν εἶναι, ἃν τε ἐκ πόρνου τις ἂν τε ἐκ πόρνης γεγένηται. Ἀλλὰ κἀνταῦθα φαίη ἃν τις τὴν διάνοιαν ἐξετάζεσθαι τοῦ ὑποκειμένου ῥητοῦ. Τίς οὖν ἡ διαφορὰ τοῦ | 20 συλλογισμοῦ πρὸς τὸ ῥητὸν καὶ τὴν διάνοιαν; Πρῶτον μὲν ἐν τῷ ῥητῷ καὶ τῇ διανοίᾳ αἰτίαν ἀποδίδομεν, οἶον “διὰ τὸ μὴ βλάβην τινὰ γενέσθαι, ἀνιόντος ἐπὶ τὸ τεῖχος τοῦ ξένου, ἔθηκε τοῦτον ὁ νομοθέτης τὸν νόμον· «ἐγὼ δὲ 25 ὠφέλησα»”. Ἐν δὲ τῷ συλλογισμῷ οὐκ αἰτίαν ἀποδίδωμεν, ἀλλ' αὐτὸ τοῦτο εἶναι φήσομεν, τὸ ἐκ τοῦ νόμου διηγορευμένον. Ἐπειτα μὲν τῷ συλλογισμῷ ὁ 20 διώκων συνάγει τὸ τε ῥητὸν καὶ τὸ ἔξωθεν φερόμενον, ἐν δὲ τῷ ῥητῷ καὶ τῇ

3

HERM.: 1-2 αἱ κατὰ — ψηφίσματα cf. *St.* 39.22 || 5 *St.* 40.2-3 || 6-7 *ib.* 40.14-15 || 8-9 *ib.* 40.11-13 || 10-11 *ib.* 40.18-19.

1 μὲν ante διαθήκας transp. W7 αἱ δὲ ommitens || νόμους ex Herm. textu ego: νομικά Pa νομικὰ Pc || 3 κοινῶς om. Pc || 7 ἄγοντες ego: ἄγων Pa ἄγον Pc || ἄγραφα Pc || 9 διάνοιαν: διάθεσιν Pc || 12 συνεισάγει Pc: συνάγει Pa || 13 γένηται Pc || 16 ἀποδίδομεν Pc.

3. *ib.* 39.22-40.1 “Designo por «textos», por exemplo: leis, testamentos, decretos, cartas, éditos fixados, em suma, todos documentos escritos.”]

- Já que dos estados de causa legais relativos a um texto, uns se fundamentam em leis, outros em testamentos, e outros em decretos, por que razão não designamos eventualmente como “testamentários” e “decretórios” alguns estados de causa, mas, partindo de um só género de texto, os designamos em geral como “legais”? Responder-se-á que a denominação do mais importante foi aplicada a
- 5 todos. Aquilo que respeita a um texto l deve necessariamente — diz ele —, prender-se “ou com um único texto, ou com vários”. Se, pois — diz ele —, se prender com um único texto, opomo-lhe ou a intenção², ou “algum facto, assimilando a coisa não-escrita à escrita”. Exemplo do primeiro caso: “lei: «o estrangeiro que tiver subido à muralha será punido com a morte»; ora um estrangeiro, ao subir à muralha, cometeu um acto de bravura e é processado com base na lei”³.
- 10 Opõe-se-lhe, pois, a intenção do l legislador: a interdição é para quem o fizer dolosamente. Exemplo do segundo: “lei: “«o filho de uma prostituta é proibido de proferir um discurso público»; ora, um filho de um homem prostituído é proibido de tomar a palavra”. Assimila-se, pois, a lei ao facto, com a alegação de que são casos similares, quer se trate do filho de um homem prostituído, quer do de uma prostituta. Mas também aqui se mostraria que a intenção do texto dado é objecto
- 15 de exame. Qual é, pois, a diferença entre a l inferência e a letra e o espírito? Em primeiro lugar, fornecemos um motivo na letra e no espírito. Por exemplo: “por não resultar qualquer dano do facto de um estrangeiro subir à muralha, o legislador estabeleceu esta lei: «ora, eu prestei um serviço»”. Na inferência, porém, não forneceremos qualquer motivo, mas diremos que o estipulado pela lei é similar.
- 20 Por outro lado, na inferência o l autor assimila a letra e o facto trazido do exterior,

² Πητόν e διάνοια traduz-se como “texto” e “intenção” ou como “letra” e “espírito”, neste último caso quando o termo se refere, em sentido técnico, a um estado de causa legal.

³ Exemplo citado novamente em 13.7.5-6 e 14.2.2-3.

διανοία δίστη· τὸ γὰρ ῥητὸν μόνον προβάλλεται, τὴν δὲ τῆς διανοίας 30
 ἐξέτασιν οὐ παραδέχεται. | Τοῦτο γὰρ ὁ φεύγων ποιήσει. Τρίτη διαφορὰ ὅτι ἐν 212
 μὲν τῷ ῥητῷ καὶ τῇ διανοίᾳ τὸ ἕξωθεν παραλαμβανόμενον | ὁ κατήγορος ἔχει,
 τουτέστι τὸν τῆς διανοίας ἐξετασμόν, τὸ δὲ ῥητὸν ἀεὶ ὁ κατηγορῶν· ἐν δὲ τῷ
 25 συλλογισμῷ ὡς ἐπὶ πᾶν ὁ φεύγων τὸ ῥητόν. Προσέθηκε δὲ τὸ “ὡς ἐπὶ τὸ
 πλεῖστον”. Τινὲς φασίν, ὧν ἐστὶ καὶ | Μινουκιανός, ὅτι γε οὐκ ἐν παντὶ ῥητῷ 5
 καὶ διανοίᾳ τὸ ῥητὸν ὁ κατήγορος ἔχει· ἐν γὰρ τοῖς κατὰ αἵτησιν ὁ φεύγων
 αὐτῷ χρήσεται, οἷον “νόμος «τὸν πηρὸν ἐκ τοῦ δημοσίου τρέφεσθαι»· πη-
 ρώσας τις ἑαυτὸν ἀξιοῖ ἐκ τοῦ δημοσίου κομίζεσθαι τὰς τροφάς”. Ἐνταῦθα γάρ
 30 — φασίν — | ὁ μὲν κατηγορῶν χρήσεται τῇ διανοίᾳ, ὅτιπερ ὁ νόμος κελεύει 10
 «τοὺς κατὰ περίστασιν πηρωθέντας ἐκ τοῦ δημοσίου τρέφεσθαι, οὐ τοὺς ἐξεπί-
 τηδες τοῦτο ἑαυτοὺς δεδρακότας»· ὁ δὲ ἀπολογούμενος χρήσεται τῷ ῥητῷ.
 Τοῦτο δὲ οὐκ ἀληθές, ἀεὶ γὰρ τὸ ῥητὸν ἔσται τοῦ κατηγοροῦ, | ἀλλ’ ἵνα μὴ 15
 δόξῃ πάντα ἐναντιοῦσθαι Μινουκιανῷ, διὰ τοῦτο προσέθηκε τὸ “ὡς ἐπὶ τὸ
 35 πλεῖστον” ὁ τεχνικός.

3

HERM.: 25-26, 34-35 *St.* 40.10.

FONTES: 24 τὸ δὲ — ὁ κατηγορῶν, 33 ἀεὶ γὰρ — τοῦ κατηγοροῦ auctores incerti a Syr. Sop. W4
 256.13-15 *relati, qui, scripto* (id est τὸ ῥητόν) *semper accusantem partem et spirito* (id est ἡ διάνοια)
accusatam partem uti, censent.

23 κατήγορος Pc: κατηγορούμενος Pa.

ao passo que na letra e no espírito os separa. Com efeito, ele invoca apenas a letra, sem empreender o exame da intenção. Isto é, de facto, o que o réu fará. A terceira diferença é que: na letra e no espírito, é o acusado que alega aquilo que vem do exterior, isto é, o exame da intenção, enquanto o acusador alega sempre a letra⁴;

25 mas, na inferência, o réu invoca geralmente a letra. Acrescenta o Autor “o mais frequentemente”. Afirmam alguns, entre os quais também Minuciano, que o acusador não alega a letra em toda a letra e espírito, pois nos casos de demanda o réu recorrerá a ela⁵. Por exemplo: “lei: «um estropiado deve ser sustentado a

30 expensas públicas»; ora, certo homem estropiou-se a si mesmo, e pede que seu sustento seja providenciado a expensas públicas”. Aqui, pois — dizem eles —, o acusador socorrer-se-á da intenção, a saber, a lei ordena que «os estropiados acidentalmente sejam sustentados a expensas públicas, e não os que propositadamente o provocaram a si mesmos»; mas o defensor recorrerá à letra. Porém, isto não é verdade, pois a letra será sempre da alçada do acusador; mas, de modo a não

35 parecer que discorda em tudo de Minuciano, acrescentou, por esta razão, l “o mais frequentemente”.

⁴ Para perspectivas diversas, vd. Siriano e Sópatro W4 256.13-20.

⁵ O escolista parte do parecer (13.3.24, 33) de que o recurso à letra (τὸ ῥητὸν) cabe sempre à parte do acusador. Seguidamente (13.3.24 sqq.), confuta o parecer diverso de Minuciano (entre outros), segundo o qual a argumentação pela letra não é sempre utilizada pelo acusador, uma vez que casos há — os de demanda (κατὰ αἵτησιν) — em que o acusado a pode utilizar. Siriano e Sópatro (W4 256.13-15; cf. W5 103.14-21, onde l. 19 διώκων constitui erro de edição, por φεύγων) fazem-se eco de comentaristas cujo parecer é idêntico ao do nosso escoliasta e dos quais este seria possivelmente tributário (W4 256.13-14): τινές γὰρ ὡρήθησαν πάντως δεῖν τὸν φεύγοντα ἔχειν τὴν διάνοιαν, τὸν διώκοντα δὲ τὸ ῥητόν “alguns entendem que o arguido deve sempre recorrer ao espírito, e o autor à letra”. Mas contestam esta opinião, aproximando-se assim da de Minuciano. Para estes escoliastas (*ib.* 256.15-20), tal é verdade nos casos de letra e espírito por defesa e arguição (κατὰ φυγὴν καὶ δίωξιν), mas o inverso nos processos por “petição” (κατὰ ἀξίωσιν, designação possivelmente sinónima de κατὰ αἵτησιν, pois um dos exemplos de lei é similar: An. 13.3.28-29, Siriano e Sópatro W4 256.24-27, Sópatro W5 103.26-28; mas vd. W4 256.27 sqq., em que parece introduzir-se uma diferenciação entre κατὰ ἀξίωσιν / αἵτησιν). Nos casos de κατὰ ἀξίωσιν, é o arguido quem recorre sempre à letra (cf. ainda Marc. *ib.* 258.5, 9-10), e o adversário ao espírito. A controvérsia incide, portanto, sobre o categórico αἰεὶ “sempre” (ou πάντως em Siriano e Sópatro). É, em suma, por esta ordem de razões, e “para não parecer que discorda em tudo de Minuciano, segundo o nosso escoliasta (13.3.34), que Hermógenes acrescenta a locução restritiva ὥς ἐπὶ τὸ πλεῖστον “o mais frequentemente” (*Estados de causa* 40.10). Também os escoliastas Siriano e Sópatro colocam restrições a um carácter absoluto destas regras, afirmando que se trata de “regras gerais” (W4 256.16 καθόλου δὲ εἰπεῖν, W5 103.17 δεῖ δὲ καθολικὸν κανόνα εἰπεῖν).

4. *ib.*]

Ῥητά — φησίν — ἀκούσας μὴ μόνον νόμους νοήσης ἀλλὰ καὶ διαθήκας, ἐπεὶ καὶ αὗται ὡς νόμος παρὰ τοῖς κληρονόμοις κρατοῦσι. Καὶ ψηφίσματα, ἀπὸ γὰρ νόμων | καὶ ταῦτα ὥρμηνται. Καὶ ἐπιστολὰς οὐ τὰς ἐν τύπῳ φιλίας, 20 ἀλλὰ διαταγῆς δυνάμει ἐκ βασιλέων τοῖς ἄρχουσι τῶν ἐπαρχιῶν στελλομέν-
 5 νας, αἱ ὅροι αὐτοῖς καὶ νόμος εἰσὶν ἀπαράγραπτος· “κηρύγματα ὠρισμένα”, οὐχ ἀπλῶς κηρύγματα, ἀλλ’ ὁρισμοὺς καὶ διατάξεις ἐπι|τελεστικὰς τινὰς 25 ἔχοντα. “Πάντα ἀπλῶς τὰ ἐν ῥητοῖς”· τί φησι λέγειν; Διαθήκας, ψηφίσματα, ἐπιστολὰς, κηρύγματα — καὶ ταῦτα δὴ τὰ κατὰ μέρος νοούμενα —, συνε| 213
 λόντα εἰπεῖν ἅπαν ῥητὸν, ἢ τὸ πρὸς ὑπήκοον ἐν διατάγματι ἐκφωνούμενον
 10 τρόπῳ ἢ <τὰ> ἐν συμφώνοις τισὶν ἢ ἐν συναλλάγμασιν οἰοισδῆποτε κείμενα, <ἅ> εἰ μὴ ἐναντιοῦται τῷ νόμῳ, ἰσχὺν ἔχει νόμου, καὶ ὡς νόμος καὶ πράττεται καὶ | συνδεῖ καὶ συνέχει τοὺς συναλλάξαντας. Ἡ τοίνυν οὕτως ἐρμηνευτέον, 5
 ἢ τὸ μὲν κηρύγματα στικτέον, τὸ δὲ “ὠρισμένα” τῷ “πάντα ἀπλῶς τὰ ἐν ῥητοῖς” προσθετέον, ἵν’ ἢ πάντα ἀπλῶς τὰ ἐν ῥητοῖς ὠρισμένα, τουτέστι
 15 προστεταγμένα, εἴτε νόμος εἴεν εἴτε διαθήκαι | εἴτε ψηφίσματα εἴτε ἐπιστολαὶ 10
 εἴτε κηρύγματα εἴτε τινὰ ἕτερα ἐν ῥητοῖς θεωρούμενα, ὡς εἶναι τὸ “ὠρισμένα” οἷον κλεῖδά τινα καὶ σύνδεσμον, συνδέοντα πάντα τὰ προρρη-
 θέντα.

4

HERM.: 13 St. 40.1.

1 νοήσης: νομίσης Pc || 5 ἐστίν W7 || 6-7 ἀλλ’ ὁρισμοὺς — ψηφίσματα propter homoeotel. e κηρύγματα om. Pc || 10 ἐν ante συναλλάγμασιν Pc: om. rel. || 11 τῷ Pc: om. rel. || 14 ὠρισμένον Pc || 15 νόμος: νοήματα Pc.

4. *ib.*]

Ao ouvires “texto” — diz ele —, entenderás não apenas “leis”, mas igualmente: “testamentos”, visto que também estes têm para o herdeiro o valor de uma lei. “Decretos”, pois também estes derivam de leis. “Cartas”, não as escritas entre amigos, mas aquelas que, com o valor de ordenações, são enviadas pelos reis aos

5 governadores das províncias | e que têm para eles o valor de uma regra e de uma lei irrevogáveis. “Éditos fixados”, não simplesmente éditos, mas que contêm algumas disposições cuja execução é fixada. “Todos, de um modo geral, entre os documentos escritos”: que quer ele dizer com isso? Testamentos, decretos, cartas e éditos — estes são os textos em sentido particular —, em suma, todo o texto,

10 seja o dirigido a um subordinado sob a forma de uma ordenação, sejam os que | se encontram em certos acordos ou contratos de vária ordem, os quais, se não forem contrários à lei, têm força de lei e, como uma lei, obrigam, ligam e constroem os contraentes. Ou deve ser esta a interpretação, ou se deve colocar um sinal de pontuação em “éditos”, e ligar “fixados” a “numa palavra, todos os documentos escritos”, de sorte que tenhamos “numa palavra, todos os documentos escritos

15 fixados”, isto é, | prescritivos, sejam eles uma lei, testamentos, decretos, cartas, éditos ou ainda outros contemplados entre os documentos escritos, de sorte que “fixados” constitui, de certo modo, um fecho e um laço que une todos os textos acima referidos.

5. *ib.* 40.1-3 ταύτην δὲ τὴν ζήτησιν ἤτοι περὶ ἓν ἢ καὶ πλείονα γίνεσθαι συμβαίνει ρητά]

Τὴν περὶ τὰ ρητὰ συμβαίνουσιν ζήτησιν ἤτοι | περὶ ἓν ρητὸν ἢ καὶ περὶ 15
πλείονα συμβαίνει γίνεσθαι φησι, “πλείονα” λέγων, κἂν ἓν εἰς δύο σχίζεται
καὶ τὸ μὲν τοῦ ρητοῦ ὁ ἕτερος, τὸ δ’ ἕτερος πρὸς ἑαυτὸν ἐπισπᾶται. Λέγει δὲ
τοῦτο τὴν διαφορὰν τῶν δύο στάσεων ρητοῦ καὶ τῆς ἀντινομίας ἐντεῦθεν
5 ἡμῖν ὑπανοίγων καὶ | δεικνὺς ὅτι κἂν ἓν ἢ ρητὸν τοῖς δυσὶ, τῷ τε διώκοντι καὶ 214
τῷ φεύγοντι, κατ’ αὐτὰ τὰ ρητὰ μεριζόμενα ἀντινομία γίνεται. Κατ’ αὐτὰ δὲ
εἶπεν ὅτι τούναντίον πάλιν, κἂν πολλὰ ἢ ρητά, πάντα δ’ αὐτὰ τὰ ρητὰ τὸ ἓν |
ἀπολαβὼν μέρος ἔχη, εἰ καὶ ταῖς διανοίαις τὸ ἕτερον κέχρηται, ρητόν ἐστι καὶ 5
διάνοια. Σκόπει δὲ τὸν τεχνικὸν πῶς τῆς μεθόδου τῆς διαιρετικῆς οὐκ ἀφί-
10 σταται, ἀλλ’ ἄνωθεν τὸ περὶ τῶν νομικῶν σκέλος ἀπολαβὼν πάλιν διαιρεῖ
λέγων ἤτοι περὶ ἓν ἔσεσθαι ρητὸν ἢ περὶ | πλείονα τὴν ζήτησιν. Εἴθ’ οὕτως 10
περὶ τὸ ἓν στάς ρητὸν τὴν περὶ τούτου ἐξήγησιν ποιεῖται καὶ τὸ ρητὸν
ἀνευρίσκει καὶ τὴν διάνοιαν. Παραθεῖς δέ τι ἔξωθεν τῷ ρητῷ ἄγραφον καὶ
ἐτέραν στάσιν ἐφώρασε τὸν συλλογισμόν, πρὶν ἢ ἐπὶ τὰ πλείονα μετασταίη
15 ρητά, ἐπειδὴ καὶ μετὰ | τὴν πρόσθεσιν ἓν ἔτι φαίνεται τὸ ρητὸν καὶ οὕτω. 15
Μετὰ τὸν συλλογισμόν ἐπὶ τὰ πλείονα μέτεισιν· αἰεὶ γὰρ φίλον αὐτῷ, ἀλλὰ καὶ
τῇ διαιρετικῇ μεθόδῳ, ἀπὸ τῶν ἀπλουστερῶν χωρεῖν ἐπὶ τὰ συνθετώτερα.
Καὶ τὴν ἀντινομίαν ἐντεῦθεν πάλιν ἐθήρευσεν, οὐδὲν ἄλλο οὐσαν, ἀλλ’ ἢ 20
διπλὴν τινα ζήτησιν ρητοῦ καὶ διανοίας, μεριζομένων τῶν ρητῶν ἑκατέροις
20 τοῖς μέρεσι. Καὶ τοῦτο ἡ διαφορὰ ἑκατέρων τῶν στάσεων, τὸ τὰ ρητὰ ἐπὶ τῆς
ἀντινομίας τοῖς δυσὶν ἐπιδιασχίζεσθαι μέρεσιν, παρ’ ἐνὶ μέρει ἐπὶ τοῦ ρητοῦ
καὶ τῆς διανοίας εὐρισκομένων. | Τᾶλλα δ’ ἂν ἐπικοινωνοῦσιν ἐν ἅπασιν. Διὰ 25
γὰρ τοῦτο καὶ περὶ τοῦ ρητοῦ καὶ τῆς διανοίας ὁ τεχνικὸς προδιέλαβεν ὡς
ἐκεῖθεν τῇ ἀντινομίᾳ μετοχτετευομένων τῶν ἀφορμῶν.

5

HERM.: 11 λέγων — τὴν ζήτησιν cf. *St.* 40.20-41.1.

4 τῆς om. Pc || 7 εἶπον Pa || 13 ἀγράφῳ W7 || 18 ἐθήρασεν Pc || 21 ἐπισχίζεσθαι Pc || 22 ἐν om. Pc || 24 ἀντινομία: διανοία Pc.

5. *ib.* 40.1-3 “Esta inquirição pode respeitar ou a um só texto, ou a vários.”]

Afirma ele que a inquirição suscitada sobre os textos pode respeitar ou a um único texto ou a vários, dizendo “vários”, mesmo que um único texto se encontre dividido em duas partes, das quais uma é reivindicada para si mesmo por um dos contendores, e a outra pelo outro. Com esta afirmação, ele deixa-nos a partir daqui

5 perceber a diferença entre os dois estados de causa, a letra l e a antinomia, e mostra-nos que, mesmo que haja um único texto para os dois intervenientes, o autor e o réu, surge uma antinomia em relação aos próprios textos divididos. Com as mesmas palavras, ele diz o inverso: que temos a letra e o espírito, ainda que haja muitos textos, sendo que, porém, uma das partes isola e se apodera de todos eles, ainda que a outra recorra às intenções. Repara como o Autor se não afasta do

10 método l da divisão, mas, depois de ter isolado no início o ramo dos estados de causa legais, divide-os de novo, afirmando que a inquirição se prenderá ou com um único texto ou com vários. De seguida, do mesmo modo, fixando-se no texto único, procede à sua explanação e descobre “a letra e o espírito”. Adicionando algo exterior não-escrito ao texto, descobre ainda um outro estado de causa, a

15 “inferência”, antes de se dirigir aos casos de textos l vários, uma vez que, mesmo depois desta adição, o texto continua ainda a parecer um único e o mesmo. E só então, após a inferência, ele passa ao tratamento de textos vários, pois um procedimento que lhe é sempre caro, a si mas também ao seu método divisivo, é o de ir dos elementos mais simples para os mais complexos. E, a partir daqui, ele persegue de novo a antinomia, que outra coisa não é a não ser uma dupla inquirição da

20 letra e do espírito, estando os textos divididos entre as duas l partes. E é esta a diferença entre os dois estados de causa: na antinomia, os textos estão divididos em duas partes; na letra e no espírito, eles apresentam-se como uma única parte. Quanto ao resto, têm tudo em comum. Por este motivo, o Autor expõe previamente a letra e o espírito, visto que as fontes de argumentação da antinomia derivam daqueles.

**6. *ib.* 40.6-8 ἂν οὖν ἢ περὶ ἓν ῥητὸν ἢ ζήτησις, ἥτοι περὶ τὰς
τούτου διανοίας καὶ μόνας ἢ καθ' αὐτό θάτερον τῶν
μερῶν]**

30

Σαφῶς ὁμοῦ καὶ ἀσφαλῶς, ἀλλὰ μὴν συν|τόμως τῷ τεχνικῷ ταῦτα **215**
ἐκπέφρασται· “ἂν μὲν γὰρ ἢ” | — φησί — “περὶ ἓν ῥητὸν ἢ ζήτησις”, καὶ
“θάτερον τῶν μερῶν” — ἢ ὁ διώκων ἢ ὁ φεύγων, ἀορίστως γὰρ εἴρηκεν —, ἢ
“περὶ τὰς τούτου διανοίας μόνας, ἢ καθ' αὐτό” γε πάντως ἰστάμενον τὸ
5 ῥητόν, τὸ μὲν τὴν ὅλην τὸ δὲ τὸ εἶδος προτεῖνον καὶ προισχόμενον. Ὑλὴ γὰρ 5
τὸ ῥητόν, εἶδος δὲ ἡ διάνοια, τηνικαῦτα ἢ στάσις ῥη|τόν ἐστι καὶ διάνοια, καὶ
τὸν ὅρισμόν εὐθύς ἀποδέδωκεν εἰπών.

**7. *ib.* 40.8-10 γίγνεται γὰρ ῥητὸν καὶ διάνοιαν, ὅταν, τοῦ
έτέρου τὸ ῥητὸν προβαλλομένου καὶ ὡς ἐπὶ τὸ πλεῖστόν γε
τοῦ διώκοντος]**

Ἀκόλουθος τῇ διδασκαλίᾳ ὁ ὅρισμός ἀποδέδεται· γίνεσθαι γὰρ φησι ῥη-
τὸν καὶ διάνοιαν, ὅταν τοῦ έτέρου οἷον ἑνὸς τῶν μερῶν, εἴτε τοῦ διώκοντος 10
εἴτε τοῦ φεύγοντος τῷ ῥητῷ χρωμένου, “καὶ ὡς ἐπὶ τὸ πλεῖστόν γε τοῦ
διώκοντος”, σπανίως γὰρ τῷ φεύγοντι τὸ ῥητὸν ἐφαρμόζεται, “θάτερον μέ-
5 ρος”, ὁποῖον ἂν καὶ τύχοι, τὰς διανοίας μεταχειρίζεται. Καὶ τὸ παράδειγμα 15
ἐγγύθεν· “ὁ ξένος ὁ ἐπὶ τὸ τεῖχος ἀνίων νόμου κωλύοντος καὶ διὰ τοῦ|το
κρινόμενος”. Κάνταῦθα μὲν ὁ διώκων τῷ ῥητῷ χρήσεται. Ἐπ' ἐκείνου δὲ τοῦ
προβλήματος ὁ φεύγων, οἷον “πατὴρ τῷ διδασκάλῳ ἐπέταττε φονεῦσαι τὸν
υἱὸν, εἰ μὴ ἐκμανθάνοι καλῶς, μὴ μανθάνοντα τοῦτον ἀπέκτεινε καὶ φόνου 20
10 φεύγει”· τῷ ῥητῷ ἐνταῦθα φεύγων ὢν ὁ | διδάσκαλος χρήσεται.

6

HERM.: 2, 3, 4 *St.* 40.6-7 cf. lemma.

FONTES: 3 ἀορίστως γὰρ εἴρηκεν cf. *Syr. Sop.* W4 256.13.

3 ἢ ante ὁ διώκων om. Pa || 4 καθ' αὐτό e Herm. restitui: κατ' αὐτό testes || 5 ὕλη Pc: ὅλην Pa.

7

HERM.: 3-4 *St.* 40.10 || 4-5 cf. *ib.* 40.7-8 || 6-7 cf. *ib.* 40.11-13.

3 χρωμένῳ Pc || 5 ὄν ante ἂν fort. propter homoeotel. habet W7 || 6 ὁ ξένος ὁ ἐπὶ Pc: ὁ bis om. rell.

6. *ib.* 40.6-8 “Ora, se a inquirição respeita a um único texto, uma das duas partes recorre ou unicamente às intenções do texto, ou ao texto em si mesmo.”]

O Autor explanou estas matérias simultaneamente com clareza e solidez, mas também com concisão: “se — diz ele —, a inquirição se prende com um único texto” e “uma das partes” — o autor ou o réu, pois ele exprime-se de forma indefinida —, alega “ou apenas as intenções do texto, ou o texto em si” absolutamente estabelecido, isto é, uma das partes avança com e alega a matéria, a outra a forma. Matéria é o texto e forma a intenção; neste caso o estado de causa é “a letra e o espírito”, de que ele fornece imediatamente a respectiva definição, dizendo...”⁶

7. *ib.* 40.8-10 “Há letra e espírito quando uma das partes, geralmente o autor da acusação, invoca a letra”]

A acompanhar a explicação, é fornecida a respectiva definição. Diz ele que há a letra e o espírito quando uma delas — quer dizer, uma das partes, seja o autor, seja o réu⁷ —, recorre à letra, “e geralmente o autor, pois raramente a alegação da letra cabe ao réu, “e a l outra parte” — qualquer que ela seja — lança mão das intenções. E o exemplo vem imediatamente, do “estrangeiro que subiu à muralha, ainda que a lei o proibisse, e que, por esta razão, é julgado”. E aqui o autor recorrerá à letra. No problema seguinte, é o réu, por exemplo: “um pai ordenou ao professor do filho que o matasse, se não obtivesse bom aproveitamento escolar; como não o obteve, matou-o e é acusado l de homicídio”. Aqui o professor, constituído como réu, recorrerá à letra.

⁶ O texto do escólio está truncado e continua logicamente no seguinte. Podem os dois escólios ter constituído um único escólio contínuo cindido em dois.

⁷ Neste escólio e no anterior, que comentam o texto de *Estados de causa* 40.6 sqq. (ρήτον καὶ διάνοια), o escoliasta alterna e combina constantemente a citação textual com a paráfrase.

8. *ib.*]

Προτέτακται τὸ ῥητὸν καὶ ἡ διάνοια εἰκότως. Ἐν μὲν γὰρ τῷ συλλογισμῷ
 ἔξωθεν τι παραλαμβάνει <τις> καὶ συνάγει εἰς ταῦτόν τῷ ῥητῷ. Ἐνταῦθα δὲ
 τὴν διάνοιαν αὐτοῦ τοῦ ῥητοῦ ἀντεισάγει. Ὅσῳ δὴ μεῖζον τὸ ἐξ αὐτοῦ | τι 25
 παρεισφέρειν τοῦ ἔξωθεν παραλαμβάνειν, εἴτα συνάγειν, τοσούτῳ μᾶλλον
 5 ἔδει πρὸ τοῦ συλλογισμοῦ τὸ ῥητὸν τέταχθαι καὶ τὴν διάνοιαν.

9. *ib.* 40.13-14 ἢ τοῦτο μὲν οὐχί]

Περὶ τοῦ ῥητοῦ καὶ τῆς διανοίας ἀπαρτίσας διδασκαλίαν, ἐπείπερ εὔρισκε
 τῷ ῥητῷ καὶ ἔξωθεν τι ἀ|γράγως παραφύομενον, ἵνα μὴ τὴν περὶ ἑνὸς ῥητοῦ 30
 δια|κόψῃ διδασκαλίαν, παρενείρει καὶ αὐτὸ κατὰ καιρὸν τὸν ἀρμόζοντα καί 216
 φησιν· “ἢ τοῦτο μὲν οὐχί” — τὸ τὸ μὲν τοῖν μεροῖν περὶ τὸ ῥητόν, τὸ δὲ περὶ
 5 τὴν διάνοιαν ἵστασθαι —, ἀλλὰ τοῦ ἑνὸς τῷ ῥητῷ μετὰ τῆς διανοίας
 χρωμένου, θά|τερον μέρος “πρᾶγμά τι τῷ ῥητῷ παρατίθησιν, εἰς ταῦτόν ἄγον 5
 τὸ ἄγραφον τῷ ἐγγράφῳ καὶ συλλογισμὸν” ἀπεργάζεται. Οὕτως εἰπὼν, καὶ
 τὸν ὅρισμόν συνήθως ἐπήνεγκεν ἐπειπὼν.

8

FONTES: 1 προτέτακται — εἰκότως cf. Syr. Sop. W4 257.22-23, Sop. W5 104.13.
 1 μὲν om. Pc.

9

HERM.: 4 *St.* 40.13-14 cf. lemma || 6-7 *ib.* 40.14-15.

8. *ib.*]⁸

A letra e o espírito foram justamente classificadas em primeiro lugar. Com efeito, na inferência, toma-se algo exterior e assimila-se ao texto. Aqui, porém, alega-se o espírito da própria letra. Tal como acrescentar algo tirado da própria coisa prevalece sobre o tomar algo do exterior, e em seguida assimilar um e outro,
 5 assim também seria | mais necessário classificar a letra e o espírito antes da inferência.

9. *ib.* 40.13-14 “Ou não se faz isto, ...”]

Após completar a explicação da letra e do espírito, uma vez que descobriu que algo exterior não-escrito surge à margem da letra, insere-o também no momento adequado, de modo a não seccionar a explicação sobre o texto único, e afirma:
 5 “ou não se faz isto” — o facto de as duas partes se firmarem uma na letra, a outra no | espírito —, mas o facto de que uma recorre a um texto, juntamente com a intenção, e de que a outra “aproxima alguma coisa à letra, assimila a coisa não-escrita à escrita, e produz uma inferência”. Expressando-se assim, acrescenta também, como habitualmente, a respectiva definição, dizendo...⁹

⁸ Este escólio pertence a uma série de comentários que procuram justificações ontológicas para o método proposto por Hermógenes.

⁹ Mais um caso de escólio suspenso e truncado, que tem a sua continuação lógica no seguinte, ou de um único cindido em dois. Supostamente, inserir-se-ia no texto e encadear-se-ia na sequência ἐστὶ γὰρ... (*Estados de causa* 40.16).

10. ib. 40.16-18 ἔστι γὰρ συλλογισμὸς ἀγράφου πράγματος πρὸς ἔγγραφον παράθεσις εἰς ταὐτὸν συνάγοντός τινος τὸ ἄγραφον τῷ ἐγγράφῳ.]

Ἡ τοῦ συλλογισμοῦ φύσις παράθεσις ἔστι καὶ σύγκρισις καὶ συνεξέτασις 10
ἀγράφου πρὸς ἔγγραφον, τοῦ μὲν λέγοντος “ταὐτὸν” εἶναι “τὸ ἄγραφον τῷ
ἐγγράφῳ”, καὶ μηδὲν διαφέρειν μηδὲ διαλλάττειν αὐτοῦ, ἀλλ’ ἢ τῷ ἀγράφῳ
μόνον καὶ τῷ ἐγγράφῳ, τοῦ δὲ πάμπολου διαφέρειν καὶ διαλλάττειν, καὶ κατὰ
5 μηδὲν κοινωνεῖν. Καὶ τοῦτό ἐστιν | ἐκατέροις τῷ τε διώκοντι καὶ τῷ φεύγοντι 15
ἢ ἅμιλλα τὸ τὸν μὲν συνάγειν καὶ συνάπτειν ἀμφοτέρω, τὸν δὲ ἀπάγειν
ἀλλήλων καὶ ἀποκρίνειν καὶ διιστάειν. Οἷον· ὅτι οὐδὲν τὸ διάφορον, εἴτε ἐκ
πόρνῃς εἴτε ἐκ πόρνου τις γεννηθεῖη· τὸ γὰρ ἀμάρτημα τῶν γεννητόρων
ταυτόν· καὶ | αἰχωρότης ἡ αὐτή. Ἡ ὅτι πάνυ διαφέρει· ὁ μὲν γὰρ ἐκ πόρνῃς 20
10 ἀμφίβολος τινος ἂν καὶ εἴη παῖς, ὁ δὲ ἐκ πόρνου δῆλος, σὺμφωνος οὐσίας τῆς
τετοκυίας καὶ ἀπλῶς τοιαῦτα ἑκάτεροι. Κοινωνεῖν δὲ τῷ ὄρῳ ἢ στάσις αὕτη
καὶ ἐμφέρῃς εἶναι πάνυ δοκεῖ, ἐπεὶ καὶ ὁ τεχνικός φησιν, | ἐν τῇ τῶν 25
κεφαλαίων τοῦ συλλογισμοῦ διαιρέσει, ὅτι “ὅλως ὁ συλλογισμὸς πλὴν τῆς
ἐναλλαγῆς τῶν πρώτων κεφαλαίων κατὰ τὸν ὅρον διαιρεῖται”. Καὶ γὰρ εἰσιν,
15 ὡς εἴρηται, πάνυ ἀλλήλαις προσεοικυῖαι αἱ στάσεις, οἷον· ὅτι ταυτόν ἐστι, κἂν
ἱερά, κἂν ἰδιωτικά· εἴη τὰ ἐξ τοῦ ἱεροῦ | ἀποσυλόμενα χρήματα· καὶ πάλιν 30
ταυτόν ἐστι κἂν ἐκ πόρνῃς κἂν ἐκ πόρνου τις εἴη γεγεννημένος. Κάκεῖ νόμος·
“τὸν ἱερόσυλον τεθνάναι”. Κάνταυθα νόμος· τὸν ἐκ πόρνῃς μὴ λέγειν”. Τίς 217
οὖν ἡ διαφορά; Καὶ φαμεν ὅτι ἐπὶ μὲν τοῦ ὅρου οὐ αὐτὸ ἐκεῖνο τὸ
20 πεπραγμένον ὁ κατήγορος ἐγκαλεῖ, οἷον ὅτι “ἰδιωτικά ἀφείλου χρήματα | ἐκ 5

10

HERM.: 2-3 cf. *St.* 40.17-18 || 13-14 *ib.* 88.9-10 || 18 τὸν ἱερόσυλον τεθνάναι *ib.* 37.9 || τὸν ἐκ πόρνῃς μὴ λέγειν cf. *ib.* 40.18.

FONTES: 17 ταυτόν — ἐκ πόρνου cf. *Syr. Sop.* W4 260.15.

5 ἐκατέρω W7 || 7 διακρίνειν Pc || διαστάν Pc || 10 ἀμφίβολον W7 || 13 ὅλος W7 || 14 κατὰ: καὶ W7 || 16 ἐξ τοῦ ego: ἀπὸ τοῦ Pc τοῦ om. Pa || 17 εἴη γεγεννημένος: γεννηθείη Pc || κάκεῖ νόμος: κάκεῖνος Pa.

10. *ib.* 40.16-18 “Consiste, pois, uma inferência numa aproximação no mesmo de uma coisa não-escrita a uma coisa escrita.”]

A natureza da inferência consiste numa aproximação, comparação e exame conjunto de uma coisa não-escrita a uma coisa escrita, afirmando um “que a não-escrita é a mesma que a escrita”, e que em nada difere nem se distingue dela, a não ser pelo facto do não-escrito e do escrito; outro, que largamente diferem e se distinguem e l que nada têm em comum. E esta é a contenda que surge entre uma e outra partes, o autor e o réu: o facto de que um os assimila e os liga um ao outro, e de que o outro os dissimila, os distingue e os separa. Por exemplo: dizer que nada há de diferente em que alguém seja filho de uma prostituta ou de um homem prostituído, pois a iniquidade dos progenitores é a mesma, e a infâmia é a mesma; ou que diferem em muito. De facto, relativamente ao filho l de uma prostituta, é questão ambigua saber de que homem é ele realmente filho; em relação ao filho de um homem prostituído, pelo contrário, tal é evidente, sendo sua mãe uma senhora virtuosa. E, em suma, fazendo um e outro tais alegações. Este estado de causa muito parece ter em comum e ser similar ao da definição, visto que também o Autor afirma, na divisão dos tópicos capitais da inferência, que “numa palavra, se divide igualmente como a definição, à excepção da inversão dos primeiros tópicos capitais”. E, com efeito, l como foi afirmado, os estados de causa são muito análogos entre si; por exemplo: dizer que é o mesmo se o dinheiro saqueado do santuário for consagrado ou propriedade privada¹⁰; e ainda que é o mesmo quer se trate de um filho de uma prostituta, quer de um homem prostituído. No primeiro caso, “a lei é: «o sacrílego deve morrer». Aqui, “a lei é: «o filho de uma prostituta não tem o direito de tomar a palavra»”. Qual é, então, a diferença? E respondemos que, na definição, o acusador não alega em acusação o próprio l acto praticado; por exemplo: “roubaste dinheiro privado do santuário, e,

¹⁰ Exemplo *ib.* 37.8-13.

τοῦ ἱεροῦ, καὶ ἐπὶ τούτῳ ἱερόσυλος εἶ”. Ἀλλὰ τὸ ἰδιωτικὰ εἶναι τὰ χρήματα
 ἐπεκκλίνων, ὡς καθαιροῦν καὶ ὑποβιβάζον τὸ ἔγκλημα, τοῦτο μόνον φησὶν
 ὅτι “ἱερόσυλος εἶ, ὡς συλήσας ἐξ ἱεροῦ,” καὶ τὴν ἐξ ἱεροῦ ἀφαίρεσιν μόνον
 προβάλλεται, τὸ ἰδιωτικὰ εἶναι τὰ χρήματα ὑπεκφεύγων. Ἐπὶ δὲ τοῦ συλλο- 10
 25 γισμοῦ αὐτὸ τὸ πρᾶγμα, αὐτὸ τὸ ἐν ὃ κατήγορος λέγει· οὐ γὰρ δύναται ἄλλως
 ἔρεῖν, ἀλλ’ ὅτι ἐκ πόρνης εἶ καὶ οὐ δεῖ σε λέγειν. Τὸ δ’ αὐτὸ εὐρήσεις καὶ ἐπὶ
 τοῦ εὐνούχου τοῦ ἀλόντος ἐπὶ μοιχείᾳ καὶ ἀναιρεθέντος. Εἰ γὰρ καὶ τὸν
 γεγονότα φόνον προβάλλεται ὁ κατήγορος, ἀλλ’ οὐκ αὐτό ἐστὶ τὸ ζητούμε- 15
 νον, εἰ φόνος ἢ μή, ἀλλ’ εἰ μοιχὸς ὁ εὐνούχος ἢ μή, καὶ ὁ φεύγων κατηγορῶν
 30 τοῦ εὐνούχου διὰ τὸ ἀντεστράφθαι τὴν τάξιν, οὐ λέγει ὅτι “εὐνούχον
 ἀπέκτεινα ὡς μοιχόν”, ἀλλ’ ὡς καθαιρετικὸν τοῦτο τοῦ ἐγκλήματος φεύγων, 20
 ἐκεῖνο μόνον φησὶν ὅτι “μοιχὸν ἀπέκτεινα”. Ἦν δ’ ἂν ἐξ εὐθείας τὸ ἔγκλημα,
 εἰ μήπω ὁ εὐνούχος ἀνήρητο, ἀλλὰ περιὼν ἔτι κατηγορεῖτο μοιχείας. Καὶ γὰρ
 ἂν ἦν ὁ φεύγων τηνικαῦτα διώκων, καὶ ἐξ εὐθείας ἐκινεῖτο τὸ ἔγκλημα. Ἀλλ’
 35 ἢ μὲν διαφορὰ αὕτη τοῦ συλλογισμοῦ πρὸς τὸν ὅρον· τὸ ἐκεῖσε μὲν μὴ τὸ 25
 πεπραγμένον προβάλλεσθαι, ἀλλ’ οἷον σπευδεῖν συγκαλύπτειν αὐτό, καὶ πρὸς
 τὸ μείζον ἀεὶ φέρεσθαι τὸν κατήγορον, εἴτε καὶ τὸν φεύγοντα, ὅταν ἢ
 τάξιν ἐναμειφθῇ· ἐνταῦθα δὲ αὐτὸ τὸ γενόμενον λέγειν καὶ ἐξ αὐτοῦ τὴν |
 40 ἰσχὺν λαμβάνειν καὶ μὴ ἐτέρωθεν. Περὶ δὲ τῆς πρὸς τὰς ἄλλας στάσεις 30
 διαφοράς, εἴτε καὶ τοῦ συλλογισμοῦ, εἴτε | καὶ τῶν ἄλλων πρὸς ἄλληλα, 218

por esse motivo, és um sacrílego”. Mas contorna o facto de o dinheiro ser propriedade privada, pois tal destrói e minimiza a acusação, e afirma apenas o seguinte: “és um sacrílego, pois saqueaste um santuário”; e invoca apenas o assalto ao santuário, contornando o facto de se tratar de bens privado. Na l
25 inferência, em contrapartida, o acusador alega o próprio facto, a própria realidade, pois não poderá fazer outra alegação a não ser a seguinte: “és filho de uma prostituta, e não deves tomar a palavra”. Encontrarás a mesma coisa também no exemplo do eunuco que, ao ser apanhado em flagrante a cometer adultério, é morto. Ainda que, pois, o acusador invoque o assassinio ocorrido, todavia o que está em questão não é se houve ou não um assassinio, mas se o eunuco era ou não
30 um adúltero; e o réu, invertendo-se l os papéis, assume o de acusador face ao eunuco. Ele não alega: “matei o eunuco por ser adúltero”; mas evita este facto, por destruir a sua acusação, e diz apenas isto: “matei um adúltero”. A acusação seria directa, se o eunuco não tivesse sido morto, mas mesmo enquanto vivo será acusado de adultério. E, com efeito, o réu, nestas circunstâncias, converter-se-ia
35 em autor e promoveria uma acusação directa. Ora, essa é, l portanto, a diferença entre a inferência e a definição: nesta última, o acusador não invoca o acto cometido, mas, por assim dizer, esforça-se por cobri-lo e é sempre levado a aumentá-lo, ou ainda o próprio réu, depois que os papéis mudam; aqui, pelo contrário, afirma-se o facto ocorrido — e a sua força reside em si mesmo e não noutra coisa.
40 Quanto às diferenças que os demais l estados de causa, entre os quais a inferência ou outro, comportam entre si, seria, no presente momento, supérfluo falar; e so-

περίεργον ἂν εἶη λέγειν ἐν τῷ παρόντι· ἄλλως τε καὶ οὐδ' οὕτως ἐκείνων
 ἰσχνή ἢ διαφορά. Τοῦ δὲ συλλογισμοῦ πρὸς τὸν ὅρον, ἄξιον ἦν ἐξετάσεως· τῷ
 καὶ τὸν τεχνικὸν παρεικάσαι ἀμφοτέρως | τὰς στάσεις καὶ τὴν αὐτὴν τομὴν καὶ 5
 διαίρεσιν, πλὴν ὀλίγων τινῶν κεφαλαίων αὐτὰς ἐπιδέχεσθαι. Ἐκεῖνο δὲ
 45 μᾶλλον οἶον ἦδυσμά τι τῷ ῥητορικῷ συλλογισμῷ ἀπὸ τοῦ τῆς φιλοσοφίας
 ἀπολαβῶν συλλογισμοῦ παραμίζαιμι, καὶ τιμῆως τοῦτον ἀπὸ τοῦ φύσαντος·
 ἐκεῖθεν γὰρ αὐτῷ τὸ οὕτως ὀνομασθῆναι προσγένονεν. Ὡς γὰρ ἐκεῖνος 10
 συλλέγει τὸ ἀληθές καὶ τὸ κυρίως καλὸν ἢ φαῦλον καὶ δηλοποιὸς τῶν
 ἀδήλων συμπερασμάτων καθίσταται, οὕτως καὶ οὗτος· συλλέγει τὸ δοκοῦν
 50 ἀληθές καὶ τὸ ἐν ὑπολήψει καλὸν ἢ κακόν, καὶ | πιθανουργὸς τῶν ἀπιθάνων 15
 προβλημάτων καθίσταται. Οἶον ὅτι “ἐκεῖνος συνάγει ὅτι ἀθάνατος ἢ ψυχὴ”·
 συνάγει δὲ οὕτως· “ἡ ψυχὴ αὐτοκίνητος πρὸς τὴν ἐπ’ ἄμφω τοῦ καλοῦ τε καὶ
 τοῦ ἐναντίου ῥοπήν· τὸ αὐτοκίνητον πρὸς τὴν ῥοπήν ἐπ’ ἄμφω τοῦ καλοῦ τε
 καὶ τοῦ ἐναντίου ῥοπήν ἀθάνατον· ἡ ψυχὴ ἄρα ἀθάνατος”. Οὗτος συμπεραίνει 20
 55 ὅτι τὸν ἐκ πόρνου λέγειν οὐ χρή, συμπεραίνει δὲ οὕτως· “ὁ πόρνος τὸν αὐτὸν
 τῇ πόρνῃ βίον ἐπιδεικνύμενος φαίνεται· τὸν ἐκ πόρνῆς λέγειν ὁ νόμος οὐ
 συγχωρεῖ, τὸν ἐκ πόρνου ἄρα λέγειν ὁ νόμος οὐ συγχωρεῖ”. Καὶ | τοῦτο τὸ δι’ 25
 ὅλης κατασκευαζόμενον τῆς στάσεως. Καὶ ἔστι τὸ μὲν τοῦ κυρίως καὶ
 ἀψευδῶς ἀληθοῦς, τὸ δὲ τοῦ δοκοῦντος εἶναι δικαίου τε καὶ καλοῦ. Ὡς οὖν
 60 τὸν κυρίως συλλογισμὸν τῆς φιλοσοφίας ὑποδυόμενος συλλογι|σμός καὶ 219
 οὗτος κατ’ ἐκεῖνον ἐπωνομάσθη. Ἄλλ’ ἐπανίτω ὁ λόγος πρὸς τὸ ἀκόλουθον,
 καὶ τῶν τοῦ τεχνικοῦ ῥημάτων πάλιν ἀπτέσθω.

10

42 ἢ om. Pc || 46 ἀπολαβῶν Pa: παραλαβῶν Pc || 48 δηλοῖ ποιὸς PaNePb in hoc cod. δηλοῖ ποῖον
 perperam legit W7 cf. 218.12 adn. 27 || 49 ποιῶν ante συμπερασμάτων add. Pc || 51 οἶον ὅτι om. Pa || 59
 δικαίου ditt. Pa || 61 ἀλλὰ om. Pa.

bretudo porque não é tão ténue a diferença entre estes estados de causa. Em contrapartida, a diferença entre a inferência e a definição merecia um exame, pelo facto de o Autor comparar um e outro, e de admitir a mesma secção e divisão, à excepção de alguns poucos tópicos capitais. Eu gostaria no entanto | de acrescentar isto à inferência retórica, incorporando-o mais como um condimento tirado da inferência filosófica¹¹, e assim estabelecerei o valor da nossa inferência, em função daquela que lhe deu origem, pois é a partir que lhe provém a designação. Com efeito, tal como a inferência filosófica infere aquilo que é verdadeiro e propriamente bom ou vicioso e é evidenciador das conclusões não-evidentes, assim também o retórico infere aquilo que é aparentemente | verdadeiro e supostamente bom ou mau, e se constitui como produtor da verosimilhança nos problemas inverosímeis. Por exemplo, “aquele deduz que a alma é imortal”. E fá-lo da seguinte forma: “a alma possui em si mesma o impulso que a empurra ao mesmo tempo para o bom e para o seu contrário; aquilo que possui em si mesmo o impulso que o empurra simultaneamente para o belo e o seu contrário é imortal, logo a alma é imortal”. Este conclui | que o filho de um homem prostituído não deve tomar a palavra, e procede da seguinte forma: “vê-se que o homem prostituído apresenta o mesmo modo da prostituta; a lei não concede ao filho de uma prostituta o direito de tomar a palavra, logo também o não concede ao filho de um homem prostituído”. E é isto que se confirma, mediante a totalidade do estado de causa. E um é do domínio do própria e seguramente verdadeiro, enquanto o outro é do domínio do aparentemente justo e belo. Pois assim como | a inferência se reveste dos contornos da inferência propriamente dita da filosofia, é também designado como ela. Mas retomemos a exposição na sua sequência, e atenhamo-nos de novo às palavras do Autor.

¹¹ Cf. a justificação da tradução por “inferência” no capítulo sobre a nova edição crítica na introdução deste trabalho, pp. 62-64.

**1. 40.20-41.1 εἰ μέντοι περὶ δύο ῥητὰ ἢ καὶ πλείονα ἢ καὶ ἓν εἰς
δύο διαιρούμενον ἢ ζήτησις εἴη, ἀντινομία γίνεται]**

| Μετὰ τὴν τοῦ ῥητοῦ καὶ τῆς διανοίας καὶ τοῦ παρεζευγμένου ταύτη 5
συλλογισμοῦ παράδοσιν ἐπὶ τὴν ἀντινομίαν χωρεῖ, οὐκ εἰδὼς διάφορον, “εἰ
δύο ἢ καὶ πλείονα ῥητὰ εἴη, ἢ καὶ ἓν εἰς δύο διαιρούμενον”. Ἀλλ’ ἓν τοῦτο
ἀντινομίαν τὴν ἐξ οὐτινοσοῦν τούτων διαμάχην | ἀποκαλεῖ· μόνον εἰ τοῖς δυ- 10
5 σὶ μέρεσιν τό ῥητὸν ἢ τὰ ῥητὰ τῷ τε διώκοντι ἐπιμερίζοιτο καὶ τῷ φεύγοντι.

Capítulo 14

ANTINOMIA

1. 40.20-41.1 “Se, porém, a inquirição disser respeito a dois textos ou a único texto dividido em dois.”]

- Após a exposição da letra e do espírito e da inferência, que está ligado a este estado de causa, passa à antinomia, sem reconhecer qualquer distinção, “quer se trate de dois ou mais textos, quer de um só dividido em dois”. Mas, tratando isso como uma coisa única, ele designa por “antinomia” o conflito proveniente de um
- 5 qualquer destes casos, com a condição única de que l este texto, ou estes textos, se distribua entre as duas partes, a do autor e a do réu.

2. *ib.*]

Ἡ ἀντινομία, φησίν, δύο βούλεται ἔχειν ἢ καὶ πλείονα ῥητά, ἢ καὶ ἓν
 διαιρούμενον, τουτέστι διπλοῦν. | Οἷον εἰ λέγοι τις· “νόμος «τὸν ξένον μὴ 220
 ἀνιέναι εἰς τὸ τεῖχος»”· ἀπλοῦν ἐστὶ τὸ ῥητόν καὶ οὐκ ἂν εἷς τινα διαιροῖτο,
 ἀπλοῦν γε ὃν οὐδὲ ποιήσοι ἀντινομίαν. Εἰ δὲ λέγομεν “νόμος «τοῖς πατράσι
 5 βοηθεῖν»· μαχομένου πρὸς | τὴν μητέρα τοῦ πατρὸς ἐπήμυνέ τις τῇ μετρὶ καὶ 5
 ὑπάγεται τῷ νόμῳ”; Τί δέ ἐστι “μὴ φύσει ἐναντίων κατὰ περίστασιν δὲ
 μάχη”; Οὐ γὰρ δεῖ τὰ ῥητὰ ἐκ τῆς ἑαυτῶν φύσεως ἐναντία καθεστάναι πρὸς
 ἄλληλα, τοῦτο γὰρ ἀμαθές, ἀλλ’ ἐκ τῆς περιστάσεως γίνεσθαι. Οἷον οὐκ ἂν τις
 | λέγοι ὅτι νόμος· «τὸν κλέπτην κολάζεσθαι» καὶ νόμος ἕτερος «τὸν κλέπτην 10
 10 στεφανοῦσθαι». Καὶ οὕτω πλέκοι ἀντινομίαν. Ταῦτα γὰρ φύσει ἐναντία
 ἀλλήλοις ὄντα οὐχ ὑγιαίνουσης ἐστὶ πολιτείας, ἀλλὰ δεῖ αὐτοῖς μὲν μὴ εἶναι
 ἐναντία, γενέσθαι δὲ ἕκ τινος περιστάσεως· οἷον· “νόμος | «τὸν ἀποκήρυκτον 15
 15 τῶν πατρῶων ἀποστερεῖσθαι», καὶ νόμος «τὸν ἐπιμείμαντα χειμαζομένη νηὶ
 λαμβάνειν αὐτήν»· ἀποκήρυκτος ἐπὶ πατρῶας διαπλέων νηὸς ἐπέμεινε
 20 χειμαζομένη καὶ ἀντιποεῖται αὐτῆς”. Οὐ γὰρ ἐναντία φύσει τὸ τὸν
 ἐπιμείναντα χειμαζομένη νηὶ λαμβάνειν αὐτήν | τῷ τὸν ἀποκήρυκτον 20
 ἀποστερεῖσθαι τῶν πατρῶων· γίνεται δὲ διὰ τὸ συμβᾶν καὶ τὴν περίστασιν.
 Ἐζητήκασι δὲ περὶ τῆς τάξεως αὐτῆς καὶ φασὶ χρῆναι αὐτήν τετάχθαι
 δευτέραν μετὰ τὸ ῥητόν καὶ τὴν διάνοιαν, εἶγε, καθάπερ αὐτὸς ἔφη, “διπλῇ τις
 20 ὅλως ἐστὶ ζήτησις ῥη|τοῦ καὶ διανοίας”. Καὶ πρῶτον μὲν οἱ τοῦτο λέγοντες οὐ
 νενοήκασι τὸ εἰρημένον τῷ Ἑρμογένει, ὥς δειξθήσεται μικρὸν ὕστερον.
 Ἐπειτα ἐκεῖνό φαμεν ὅτι τὸ ῥητόν καὶ ἡ διάνοια ἐξ ἑνός ἐστὶν ἀπλοῦ ῥητοῦ,

2

HERM.: 1-2 ἡ ἀντινομία — διαιρούμενον *St.* 40.20-41.1 || 6-7 *ib.* 41.3-4 || 12-15 *cf. ib.* 41.5-8 || 19-20 *ib.* 41.4-5.

FONTES: 2-3 *cf. Syr.* R2 194.2-4.

3 *pr.* τὸ *om.* *Pc* || 4 ποιήσοι *Pa*: ποιῆσαι *W7* ποιῆ *Pc* || 5 τις *Pc*: *τε* *rell.* || 7 δεῖ: δὴ *Pc* || 8 οἷον: ὅτι *Pc* || 11 αὐτοῖς *ego*: αὐτοῖς *testes* || 12 γίνεσθαι *Pc* || 15 ἐναντίον *Pc* || 20 ὅλως *ex Herm.* *ego*: οὕτως *testes*.

2. *ib.*]

- A antinomia, diz ele, requer que existam dois ou mais textos, ou mesmo divisões num único texto, isto é, um texto duplo. Como se, por exemplo, se dissesse: “uma lei proíbe «o estrangeiro de subir à muralha»”¹; o texto é simples, e não se poderia aí distinguir partes, dado ser simples, nem se produziria uma antinomia.
- 5 Mas se dizemos: “uma lei ordena «que se preste auxílio l aos pais»; alguém, perante um conflito entre sua mãe e seu pai, socorreu a mãe e é processado com base na lei”? O que quer dizer “um conflito entre textos que se não opõem pela sua própria natureza, mas em virtude das circunstâncias”? Com efeito, não se deve estabelecer oposição entre os textos com base na sua natureza, pois tal é sinal de ignorância, mas com base nas circunstâncias. Por exemplo, ninguém
- 10 diria: “«uma lei pune o ladrão e outra l coroa-o»”. E desta forma se configuraria uma antinomia. Estas leis, por natureza opostas entre si, não são próprias de uma legislação sã; pelo contrário, não devem opor-se uma à outra, antes deve essa oposição resultar de uma circunstância. Por exemplo: “uma lei estipula: «o deserdado será privado do património», e outra estipula «aquele que permanece num navio durante uma tempestade tomará posse dele»; ora um deserdado, que navegava num navio propriedade de seu pai, permanece nele durante uma tempestade
- 15 e l reivindica a sua posse”². Com efeito, não há oposição natural entre o facto de aquele que permanece num navio durante uma tempestade tomar posse dele e o facto de o deserdado ser privado do património paterno, mas essa oposição deve-se ao sucedido e às circunstâncias. Puseram alguns em questão o lugar deste estado de causa e dizem que ele deveria ser ordenado como segundo estado de causa, a seguir à letra e ao espírito, já que, conforme afirma, a antinomia “con-
- 20 siste, l em suma, numa dupla inquirição sobre a letra e o espírito”. E, em primeiro lugar, os que tal dizem não compreenderam a afirmação de Hermógenes, como será mostrado um pouco mais adiante³. Por outro lado, dizemos que a letra e o

¹ A fonte directa do Anónimo, neste caso, é possivelmente Siriano. Com efeito, a redacção do texto da lei pelo Anónimo é literalmente a mesma da de Siriano R2 194.2-4, havendo apenas uma ordenação diversa dos termos na frase: νόμος τὸν ξένον εἰς τὸ τεῖχος μὴ ἀνιέναι.

² Hermógenes nada diz de o filho reclamar o direito de propriedade sobre o navio, antes enuncia o desfecho do caso, dizendo que esse direito lhe foi negado, pelo facto de o navio ser propriedade paterna. Pode dizer-se que a formulação linguística hermogeniana é entimemática, fazendo-se a elipse sobre a demanda interposta pelo filho, uma vez que, se houve decisão judiciária (neste caso, contrária às suas pretensões), esta pressupõe necessariamente uma demanda formal. A formulação deste exemplo por parte do nosso Anónimo, pelo contrário, faz menção da reivindicação interposta pelo filho, mas não da conclusão do caso (que houve uma decisão judiciária, e os termos da mesma). Dentre os escoliastas que o precedem e que se conhecem, só Siriano faz explicitamente a mesma menção: cf. R2 196.8 καὶ ἄξιόι δεσπότης εἶναι αὐτῆς.

³ Cf. o comentário ao erro destes outros escoliastas no escólio seguinte 14.3.7-11.

καὶ ὁ συλλογισμὸς ὅμοιος, ἢ δὲ ἀντινομία ἐκ πλειόνων. Ἐπεὶ οὖν
κεκοινω|νήκασι κατὰ τὸ ποσὸν τοῦ ῥητοῦ ὃ τε συλλογισμὸς καὶ τὸ ῥητὸν καὶ ἡ 30
25 διάνοια, εἰκότως μετὰ ἀλλήλων ἐτάγησαν.

ANTINOMIA

espírito se baseiam num único texto simples, do mesmo modo que a inferência, mas que a antinomia se baseia em vários. Pois, uma vez que a inferência e a letra
25 e o l espírito estão de acordo relativamente ao factor quantidade no tocante ao texto, foram justamente ordenados em conjunto uns com os outros.

3. *ib.*]

| Τρίτην ἔταξε τὴν ἀντινομίαν τῆς προσηκούσης εὐταχίας γενόμενος. 221
 Ἡβουλήθη γὰρ τὰς μὲν περὶ ῥητὸν ἔν καταγινόμενας πρῶτον εἰπεῖν, εἴτα
 ἀκολουθῶς τὰς περὶ δύο ῥητά. Μετὰ τὸ ῥητὸν οὖν καὶ τὴν διάνοιαν | ἔταξε καὶ 5
 τὸν συλλογισμόν· ἐκάτερα γὰρ περὶ τὸ ἔν ῥητὸν καταγίνεται. Εἴτα εἶπε τὴν
 5 ἀντινομίαν, ἥτις περὶ δύο ῥητὰ ἔχει τὴν ζήτησιν. Εἰ γὰρ πάλιν ἀνέδραμεν εἰς
 τὸν συλλογισμόν τὸν περὶ ῥητὸν ἔν ιστάμενον, πολλὴν ἐποίει τῷ λόγῳ
 σύγχυσιν, καὶ τάξιν οὐχ εἶχε τὰ τῆς τεχνολογίας. οἱ δὲ λέγοντες εἶδος εἶναι ῥητοῦ καὶ διανοίας 10
 τὴν ἀντινομίαν, ὡς ἐν στοχασμῷ εὐρίσκεται ἀπλοῦν τε καὶ διπλοῦς στοχασμός εἶδος καὶ ἐν ὄρῳ οὐκ ἴσασιν ὅτι τὰ εἶδη τῶν στάσεων
 οὐ ποιεῖ τῶν κεφαλαίων ἐναλλαγὴν, πορσθήκην μέντοι, διττῶς τῶν κεφαλαίων προερχομένων.

10

4. *ib.* 41.2-3 ἢ καὶ ἐνὸς διαιρουμένου]

Τὸ γὰρ | ἐν διαιρούμενον ἀναπληροῖ δύο νόμων τάξιν· τέλειον γὰρ ἐστὶν 15
 ἕκαστον τῶν μερῶν, καὶ οὐδὲ ἐναντίον ἕκαστον αὐτῶν τῷ ἄλλῳ κατὰ φύσιν,
 ἀλλ' ἡ περίστασις καὶ ἡ πλοκὴ τὴν μάχην ἐποίησεν. Ἐμέμψαντο δέ τινες, ἀφ'
 ὧν εἶπεν “ἢ καὶ ἐνὸς διαιρουμένου”· οὐ γὰρ δύναται ὁ εἷς | διαιρεῖσθαι εἰς δύο 20
 5 νόμους, οὐδὲ αὐτὸς ἑαυτῷ ἐναντίος εἶναι. Ἀλλ' ὥσπερ τοὺς μὴ φύσει
 ἐναντίους νόμους ἡ περίστασις ποιεῖ ἐναντίους, οὕτως καὶ τὸν ἕνα νόμον ἡ
 περίστασις ἀντιφάσκειν ἑαυτῷ ποιεῖ.

3

FONTES 7-9 οἱ δὲ λέγοντες — ἐν ὄρῳ cf. Marc. W4 269.28-31.

1 γινόμενος Pa || 6 ἔν ιστάμενον: ἐνιστάμενον testes.

4

HERM.: 4 St. 41.2-3 cf. lemma.

FONTES: 3-5 ἐμέμψαντο — εἶναι cf. Syr. Sop. W4 266.20-22.

Σ sine num. ap. Mb unde fort. in 3 (γ') inser. W7 || 5 οὐδὲ: ὁ δὲ fons W4 266.21 || ἐναντίοι Pc.

3. *ib.*]

Ele classifica a antinomia em terceiro lugar, adoptando a ordenação adequada. Era sua intenção enunciar em primeiro lugar os estados de causa respeitantes a um único texto, e depois, segundo um encadeamento natural, os respeitantes a dois textos. Assim, após a letra e o espírito, ele classificou também a inferência, pois
 5 um e outro dizem respeito a um texto único. De seguida, enuncia I a antinomia, que faz incidir a inquirição em dois textos. Se, pois, ele voltasse de novo à inferência, que se ocupa de um único texto, provocaria uma grande confusão na exposição, e as partes do tratado não teriam organização. Os que dizem que a antinomia é uma espécie de letra e espírito, do mesmo modo que na conjectura e na definição se encontram uma espécie simples e uma dupla⁴, não sabem que as
 10 espécies de estados de causa I não originam uma inversão dos tópicos capitais, mas certamente uma adição, apresentando-se estes em dobro.

4. *ib.* 41.2-3 “... ou até as divisões de um único texto...”]

As divisões do texto único estão em lugar de duas leis, pois cada uma das suas partes é completa e não se opõe, por natureza, à outra, mas são as circunstâncias e a combinação⁵ quem origina o conflito. Criticaram-no alguns por ter dito “ou até
 5 as divisões de um único texto”. De facto, uma única lei não se pode dividir em I duas nem opor-se a si mesma. Mas, tal como as circunstâncias geram oposição entre as leis que por natureza se não opõem, também fazem com que a lei única se contradiga a si mesma.

⁴ Cf. *infra* 14.6.2-4 καὶ εἰ διπλῇ ἔστιν ἐξέτασις ῥητοῦ καὶ διανοίας, διὰ τί μὴ διπλοῦν ῥητὸν καὶ διάνοια καλεῖται ὥσπερ διπλοῖ εἰσι στοχασμοὶ καὶ ὅροι;

⁵ Ideia reiterada no escólio seguinte 14.5.4-5.

5. ib. 41.4 μάχη]

“Μάχην” μὲν εἶναί τινα ἐκ διαφορῶν ἢ καὶ ἑνὸς | διαιρουμένου ῥητοῦ τὴν 25
 φύσιν τῆς ἀντινομίας ὀρίζεται, | οὐκ ἐκ φύσεως δὲ τὴν ἐναντιότητα, οὐδ’ ἀπ’
 αὐτῶν εἶναι τῶν τοῦ νόμου ῥητῶν. Ἄλλ’ αὐτὰ μὲν πρὸς ἄλληλα τὸ
 ἀστασίαστον ἔχειν παραβαλλόμενα καὶ τὸ ἄμαχον, ἐκ περιστάσεως δὲ καὶ
 5 συμβολῆς πραγμάτων τὴν στάσιν | αὐτοῖς ἀναφύεθαι. 30

6. ib. 41.4-5 καὶ ὅλως διπλῇ τίς ἐστι ζήτησις ῥητοῦ καὶ διανοίας]

Εἰ γὰρ πᾶν ῥητὸν ἢ ἐτέρῳ ῥητῷ ἢ διανοίᾳ λύ|εται, ἕκαστον δὲ τῶν ῥητῶν 222
 παρὰ τοῦ ἐναντίου τῇ διανοίᾳ λύεται, διπλοῦν ἂν εἴη ῥητὸν καὶ διάνοια. Καὶ
 εἰ διπλῇ ἐστὶν ἐξέτασις ῥητοῦ καὶ διανοίας, διὰ τί μὴ διπλοῦν ῥητὸν καὶ
 διάνοια καλεῖται, ὥσπερ διπλοῖ εἰσι | στοχασμοὶ καὶ ὅροι; Ὅτι ἐν ῥητῷ καὶ 5
 5 διανοίᾳ παράβασις εὐρίσκεται νόμου, ἐνταῦθα δὲ τῶν νόμων ὁ ἕτερος
 εὐρίσκεται φυλαττόμενος. Τὸ οὖν διάφορον ἐποίησε στάσιν ἑτέραν· ὀλίγη γὰρ
 ἐνναλλαγὴ στάσιν ἑτέραν ἐργάζεται. Ἐν δὲ τῷ στοχασμῷ καὶ ὄρῳ ἐπὶ πάντων
 τῶν εἰδῶν τὸ | ὅμοιον σώζεται. Διπλῇ δέ, ἐπεὶ ἀμφοτέρω διπλὰ δείκνυνται, 10
 οὐχ ὥς ἐν ῥητῷ καὶ διανοίᾳ, ὁ μὲν τὸ ῥητὸν ἀπενείμαντο, ὁ δὲ τὴν διάνοιαν·
 10 ἀλλ’ ἀμφοτέροι ἀμφοτέροις κέχρηται· ἑκάτερος γὰρ λύσας τῇ διανοίᾳ τὸ τοῦ

5

2 ἐν φύσεως Pc || δὲ Pc: ἐπὶ Pa.

6

FONTES: 2-12 καὶ εἰ — διανοίας Marc. W4 269.28-270.9.

1 πᾶν Pc: περὶ Pa.

5. *ib.* 41.4 “... conflito...”]

Ele define a natureza da antinomia como consistindo num certo “conflito” fundado em diferentes textos ou nas divisões de um texto único, e não como a oposição fundada na natureza, nem como partindo dos próprios termos da lei. Porém, quando comparados os textos entre si, diz que têm carácter não polémico e não susceptível de gerar estado de causa, mas que o estado de causa que lhes diz
5 respeito se origina das circunstâncias e da reunião dos factos.

6. *ib.* 41.4-5 “É, em suma, uma dupla inquirição sobre a letra e o espírito.”]

Pois, se todo o texto se refuta com um segundo texto ou com a intenção, e se cada um dos textos é refutado pela parte contrária com base na intenção, existirá uma letra e espírito duplos. E se há uma dupla inquirição sobre a letra e o espírito,
5 porque não é designada como “letra e espírito duplos”, do mesmo modo que há conjecturas e definições duplas⁶? Porque na letra e espírito se verifica uma transgressão da lei, ao passo que aqui uma das duas leis é observada. Assim, a diferença origina um segundo estado de causa. Com efeito, uma pequena inversão produz um segundo estado de causa. Na conjectura e na definição, todas as espécies conservam a semelhança. São duplos, uma vez que um e outro se apresentam
10 enquanto duplos, não como na letra e espírito⁷, em que uma das partes se atribui a letra, e a outra o espírito; pelo contrário, ambas as partes se socorrem tanto de uma como do outro⁸. Com efeito, cada uma das partes começa por refutar, por

⁶ O problema que se discute é o da designação correcta de antinomia, face à sua relação com a letra e espírito. Hermógenes chama-a διπλή τις ἐστὶ ζήτησις ῥητοῦ καὶ διανοίας “uma dupla inquirição sobre a letra e o espírito” (cf. o lema deste escólio). Para outros, será mais adequada a designação de διπλοῦν ῥητὸν καὶ διάνοια “letra e espírito duplos”. No entanto, o próprio Hermógenes, mais adiante, no início do capítulo dedicado especificamente à antinomia (*Estados de causa* 83.20-84.1), a define como οἷον διπλοῦν τι ῥητὸν καὶ διάνοια, ὡς κἀν τῇ μεθόδῳ, καθ’ ἣν ἐπέγνωνμεν τὰς στάσεις, ὠρισάμην “de certa forma, a letra e espírito duplos, tal como a defini na exposição do método pelo qual determinamos os estados de causa”. Ele mesmo remete, pois, para a definição dada em 40.20-41.5. Vê-se, portanto, que ambas as definições se devem ao retor de Tarso e que, para ele, uma e outra são sinónimas, não havendo em sua mente qualquer distinção entre uma e outra. Que haja, pois, subtil distinção entre uma e outra definição é problema que os comentaristas levantaram. Cf. sobre conjecturas duplas *Estados de causa* 53.14-56.20 e, sobre definições duplas, 65.1-8. Vd. ainda o comentário supra 14.3.7-9.

⁷ Isto é, na letra e espírito simples (cf. *Estados de causa* 40.6-11) ocorre quando uma das partes conflitantes alega exclusivamente a letra, e a outra, igualmente em exclusividade, o espírito da lei.

⁸ Isto é, na controvérsia dupla de letra e espírito, a antinomia: cf. *ib.* 84.21 sqq. o debate do exemplo de anti-nomia apresentado *ib.* 41.5-8.

ἐναντίου ῥητόν οὕτως ἐπείσάγει τὸ ἴδιον, καθολικὸν γὰρ | τοῦτο τοῖς 15
βλάπτουσι ῥητοῖς ἀντιτάττειν τὰς διανοίας.

ANTINOMIA

meio do espírito, a letra do texto que lhe é contrário, e seguidamente acrescenta o que é específico, pois é um procedimento universal opor as intenções aos textos que prejudicam a respectiva causa.

7. *ib.*]

Τὸ ὅλον τοῦτό ἐστιν· ἡ ἀντινομία — φησί — “διπλῇ ῥητοῦ καὶ διανοίας
 ἐξέτασις”. Τοῦ μὲν παρὰ τῷ διώκοντι ῥητοῦ τὴν διάνοιαν τοῦ φεύγοντος
 ἔχοντος, τοῦ δὲ παρὰ τῷ φεύγοντι τοῦ διώκοντος, καὶ οὕτως ἀλλήλοις |
 ἀντιδιατιθεμένων, τοῖς τε ῥήμασιν αὐτοῖς καὶ ἀμοιβαδὸν τοῖς νοήμασιν ἢ 20
 5 ἀντινομία συνίσταται. Τὸ δὲ παράδειγμα σαφέστερον παριστᾷ τὰ λεγόμενα.

7. *ib.*]

Este é o todo: a antinomia — diz ele —, é uma dupla inquirição sobre a letra e o espírito. O réu tem por seu lado a intenção do texto alegado pelo autor, e o autor a do texto alegado pelo réu, e perante esta oposição recíproca, a antinomia constitui-se por meio dos próprios termos e, mudando-se os textos, l dos pensamentos. O exemplo torna mais claro o que ele afirma.

8. *ib.* 41.5-8 οἷον ὁ ἀποκήρυκτος μὴ μετεχέτω τῶν πατρῶων καὶ
ὁ ἐπιμείνας χειμαζομένη νηϊ δεσπότης ἔστω τῆς νέως,
ἀποκήρυκτος ἐπέμεινε χειμαζομένη νηϊ καὶ εὐργεταὶ αὐτῆς
ὡς πατρώας]

Ἴδε πῶς οἱ νόμοι οὐ μάχονται ἀλλήλοις, οὐδὲ ἐναντίωσιν ἔχουσιν, καὶ 25
σκόπει πῶς ἐκ περιστάσεως διαμάχη τις αὐτοῖς καὶ ἐναντίωσις συνεμπέπτωκε.
Λεγέσθω γὰρ καὶ τὸ ἐξῆς τοῦ παραδείγματος· “ἀποκήρυκτος ἐπέμεινε χειμαζο-
μένη νηϊ”. Ὅρᾳς ὅπως ἐκ τῆς περιστάσεως τὰ τῆς στάσεως αὐτοῖς καὶ διαμάχης
5 συμβέβηκεν; Ἐνταῦθα γὰρ τοῦ μὲν πατρὸς λέγοντος “ὁ ἀποκήρυκτος μὴ 30
μετεχέτω τῶν πατρῶων” τῇ διανοίᾳ ἀπαντᾷ ὁ υἱὸς λέγων· “ἀλλὰ σκόπει,
πάτερ, πότε ὁ νόμος τὸν ἀποκήρυκτον εἴργει; Οὐχ ὅτε ἐπιμείνη χειμαζομένη 223
νηϊ· οὐδ’ ὅτε ἀπολλυμένη καὶ κινδυνεύουσα μὴ εἶναι τοῦ πατρός, ἀλλ’ ὅτε
παρὰ τῷ πατρί ἐστὶ καὶ παρ’ αὐτῷ διασώζεται καὶ τῆς τούτου δεσποτείας οὔσα
10 γνωρίζεται, οὐχ ὅτε ξένη καὶ ἀλλοτρία καὶ τοῦ κλύδωνος μᾶλλον καὶ τῆς 5
θαλάττης ἢ τοῦ πατρός”. | Πάλιν δὲ τοῦ υἱοῦ τὸν ἕτερον νόμον ἀντι-
προβαλλομένου καὶ λέγοντος· “ὁ ἐπιμείνας χειμαζομένη νηϊ δεσπότης ἔστω
τῆς νεώς”, ἀντιτίθεται αὐτῷ ὁ πατὴρ λέγων· “ἀλλὰ νόησον, τέκνον, πότε
φησὶν ὁ νόμος τὸν ἐπιμείναντα χειμαζομένη νηϊ δεσπότην εἶναι τῆς 10
15 διασωθείσης | νεώς. Ὅτε οὐκ ἀποκήρυκτος, ὅτε οὐ πατρώα ἡ ναῦς, καὶ τῶν
εἰργομένων γίνεσθαι παρὰ τῷ παιδί, ἀλλ’ ἑτέρου τινὸς ξένου καὶ ἀλλοτρίου
καὶ οὐ κατὰ πατρότητα τῷ ἐπιμείναντι ἀποκηρύκτῳ προσήκοντος· ἢ ὁ ἐπι- 15
μείνας ἕτερος καὶ οὐ μεμισημένος υἱὸς καὶ ἀπόκληρος, καὶ τῶν | πατρῶων ὑπὸ
τοῦ νόμου παντάπασιν ἐξειργόμενος”. Καὶ ἐφεξῆς δι’ ὅλης τῆς στάσεως οὕτως
20 ἀλλήλοις κατὰ τὴν τοῦ παρ’ ἐκάστου ῥητοῦ καὶ τῆς διανοίας δύναμιν ἀντιφέ-
ρονται.

8

HERM.: 3-4 *St.* 41.7 cf. lemma || 5-6 *ib.* 41.5-6.

4 ὅρᾳ πῶς Pc || 4 διαμάχη W7 || 7, 8 bis ὅτε Pc: ὅτι Pa || 12 ὁ ἐπιμείνας: ὁ δὲ μείνας Pc || 15
διασωθείσης: χειμαζομένης Pc || 18 ἐστὶ post ἕτερος add. W7 || 20 τοῦ om. Pc.

8. *ib.* 41.5-8 “... por exemplo: «o filho deserdado na participará do património paterno e aquele que permanece no navio durante a tempestade será o proprietário do mesmo»; ora, um deserdado permanece no navio e este é-lhe recusado como património».”]

Observa como as leis não entram em conflito nem apresentam oposição entre si, e verifica como surge uma certa polémica e oposição entre elas, em resultado das circunstâncias. Leiamos, pois, a sequência do exemplo: “um deserdado permanece no navio durante a tempestade”. Vês como os componentes do estado de

5 causa e da polémica entre as leis *l* resultam das circunstâncias? Pois aqui o pai afirma: “o filho deserdado não tomará parte do património”; e o filho contesta o espírito, dizendo: “mas examina, meu pai, quando a lei coloca tal impedimento ao filho deserdado. Não é quando permanece no navio durante a tempestade, nem quando este se encontra perdido e em risco de deixar de pertencer ao pai, mas quando pertence ao pai, a sua possessão está a este garantida e se reconhece que é

10 propriedade deste, não quando é estrangeira nem *l* propriedade alheia, nem quando pertence mais às ondas e ao mar do que ao pai”. Por sua vez, quando o filho alega contra a segunda lei, dizendo: “aquele que permanece no navio durante a tempestade tornar-se-á o seu proprietário”; opõe-se-lhe o pai, com a seguinte afirmação: “mas considera, meu filho, quando é que a lei diz que aquele que per-

15 manece no navio durante uma tempestade se tornará o proprietário do *l* navio salvo. É quando ele não é um filho deserdado, quando o navio não é património paterno nem incluído entre os bens cuja atribuição ao filho é interdita; pelo contrário, é quando pertence a uma terceira pessoa, estranha, estrangeira, e sem laço de parentesco com aquele que permaneceu no navio e que foi deserdado. Ou quando aquele que permaneceu no navio é uma outra pessoa, e não um filho a quem se odeia e que não participa da herança, e que pela lei está completamente excluído do património paterno”. E, ao longo de toda a sequência do estado de

20 causa, discutem *l* desta forma um com o outro, segundo o sentido da letra e do espírito invocados por cada um.

9. *ib.* 41.8-12 τοῦ δὲ κατὰ διαίρεσιν ῥητοῦ ποιοῦντος ἀντινομίαν
παράδειγμα τόδε· ἡ βιασθεῖσα ἢ γάμον ἢ θανάτου αἰρεῖσθω
τοῦ βιασαμένου, δύο τις κατὰ ταῦτόν ἐβιάσατο κόρας, καὶ ἡ
μὲν γάμον αὐτοῦ, ἡ δὲ θάνατον αἰρεῖται]

Καὶ οὗτος τὸ ἀστασίαστον ὁ νόμος ἔχων καθ' ἑαυτὸν ἐκ τῆς κατὰ τὴν βίαν 20
περιστάσεως στασιώδης ἐγένετο. Κάνταῦθα τοίνυν τὸ τοῦ νόμου ῥητόν ἐκ μέ-
ρους ἐκάστη τῶν βιασθεισῶν διελόμεναι ταῖς διανοίας ἀμοιβαδὸν ἀλλήλαις
ἀντιτεθήσονται. Καὶ διὰ τῶν λοιπῶν οὕτω κεφαλαίων ἀγωνιοῦνται, δίαυλον
5 ἀγῶνα τοῦ ῥητοῦ | καὶ τῆς διανοίας ἀγωνιζόμεναι. Ὁ δὲ πραγματικῆς εἶναι 25
στάσεως τὰ εἰρημένα τιθεῖς παραδείγματα ἡγνόησεν ἀντινομίαν καὶ πραγμα-
τικήν, κάντεῦθεν ἐξηπατήσθαι τὸν τεχνικὸν αὐτὸς ἡπατημένος ὑπέλαβεν. Ἦν
γὰρ ἂν τότε πραγματικῆς τὸ παράδειγμα, εἰ πρὸ τοῦ ἐπιμεῖναι τῇ νηϊ | ὁ υἱὸς 30
προσῆλθε τῇ βουλῇ γνῶσιν ἐπιζητῶν εἰ δοθήσεται αὐτῷ ἡ ναῦς ἐπιμείναντι.
10 Νῦν δὲ περὶ πράγματος | ἥδη γεγονότος τοῦ πατρὸς ἀπομαχομένου καὶ 224
τοῦ υἱοῦ εἰ δίδοται τῷ υἱῷ, ἐξ ὧν ἥδη πέπραχε, τὸ δεσπόσαι τῆς νεῶς ἡ
μή, ἀναμφίλεκτος ἡ ἀντινομία. Ἐπεὶ ὅρα καὶ τὰ κατ' αἵτησιν πάντα

9

FONTES: 5-7 ὁ δὲ — πραγματικὴν fort. seu ad Eusthatium ap. An. W7 646.12-14, seu ad Syr. R2 195.23-196.2, 15-16, seu ad Porph. ap. Marc. W4 268.24-26 haec uerba referuntur ut monet Glöckner *Qu.* 80.

8 ἂν Pc: om. rell. || 9 γνῶσιν: γνώμην Pc || ἐπιζητῶν: αἰτῶν Pc || 12 ὅρα ego: ἦρα P.

9. *ib.* 41.8-12 “Seja o seguinte exemplo de texto gerador de ambiguidade por divisão: «a mulher violada escolherá a pena do seu violador, ou que se case com ela, ou a sua morte»; ora, certo homem violou simultaneamente duas jovens, e uma escolheu casar-se com ele, enquanto a outra escolheu que ele sofresse a pena de morte».”]

Esta lei, que não gera por si mesma estado de causa, gera-o em virtude da circunstância do estupro. Pois aqui, cada uma das vítimas da violação, que partilha entre si uma parte do texto da lei, opor-se-ão uma à outra por meio de uma intenção do texto alegado pela outra⁹. E deste modo elas debatem, por meio dos restantes tópicos capitais, discutindo um pleito l duplo sobre a letra e o espírito. Um crítico, ao apresentar como exemplos de estados de causa pragmáticos os enunciados pelo Autor, desconhece a antinomia e o estado de causa pragmático¹⁰, e a partir daí é ele quem se equivoca, ao pensar que o Autor se equivocara. Pois então o exemplo de um estado de causa pragmático seria se o filho, antes de permanecer no navio, vai à assembleia solicitar que lhe seja dado conhecimento se o navio lhe será concedido em posse, no caso de nele permanecer. l Estando presentemente o pai em conflito com o filho a propósito de um facto já ocorrido, se for concedido ou não ao filho, por actos que já praticou, que ele tome posse do navio, a antinomia é incontestável. Observa pois que se podem designar todos os problemas de demanda (por exemplo, o do filósofo que convence o tirano a renunciar à tirania e

⁹ Este exemplo é novamente retomado por Hermógenes *ib.* 87.14-19.

¹⁰ Segundo Glöckner *Quaestiones*. 80, as palavras do Anónimo em W7 646.12-14 (e não 646.22, como erroneamente indica este autor) acerca da confusão e indistinção entre ἀντινομία (antinomia) e πραγματική στάσις (estado de causa pragmático), que ele compara com as deste escólio (14.9.5-7), aludem ou a Eustátio (sécs. IV-V), ou a Siriano (cf. R2 195.22-196.2, 15-16). Com efeito, Eustátio entende ἀντινομία como πραγματική κατὰ ῥητόν, e Siriano como πραγματική κατὰ ἀντινομίαν. Todavia, já Sópatro (W5 34.30-31) antes de Siriano (que viveu na primeira metade do séc. V d.C., mas aquele na segunda metade do IV), fala de duas espécies de πραγματική: uma, πραγματική κατὰ στοχασμόν; a outra, πραγματική κατὰ ἀντινομίαν. Por outro lado, um outro autor a que o escoliasta pode aludir é Porfírio, o qual, como escreve Marcelino (W4 268.24-26), ἔοικε δὲ μᾶλλον ὁ Πορφύριος ἀγνοεῖν τὴν διαφορὰν πραγματικῆς τῆς κατὰ ἀντινομίαν καὶ ἀντινομίας αὐτῆς (“parece que Porfírio desconhece a diferença entre causa pragmática por antinomia e a antinomia em si mesma”). Entretanto, para a sequência do comentário à opinião desse outro (ou desses outros) escoliastas aludidos, não se encontrou fonte. Contudo, uma vez que este escólio não refere explicitamente nenhuma concepção da antinomia enquanto πραγματική κατὰ στοχασμόν, não é de crer que o comentário vise Sópatro. E, uma vez que Siriano (*loc. cit.*) distingue entre πραγματική κατὰ ῥητόν καὶ διάνοιαν e πραγματική κατὰ ἀντινομίαν, será mais provável, em suma, que o nosso Anónimo tenha em mente Eustátio, possivelmente Siriano, ou mesmo por certo Porfírio. Em todo o caso, estamos perante uma tradição retórica escolar, mantida de geração em geração, não havendo entre os retores discondâncias substanciais; bem pelo contrário, como se tem notado, as classificações, as definições e os exemplos ilustrativos da doutrina são, as mais das vezes, comuns. Comparem-se as palavras de Siriano R2 195.22-196.2 οὔτε ῥητόν καὶ διάνοια οὔτε ἀντινομία συστήσεται ἀλλὰ πραγματική κατὰ ῥητόν καὶ διάνοιαν καὶ πραγματική κατὰ ἀντινομίαν com o seguinte excerto do escólio menor de Pc a *Estados de causa* 41.4-5 οὐ τῆς στάσεως ῥητοῦ καὶ διανοίας] οὐχ ἀπλῶς ἀντινομίας, ἀλλὰ πραγματικῆς κατὰ τὴν ἀντινομίαν.

προβλήματα, οἷον τὸ τοῦ φιλοσόφου τοῦ ἀποθέσθαι τὴν τυραννίδα τὸν 5
τύραννον πείσαντος καὶ τὸ γέρας αἰτοῦντος, καὶ εἴ τι τοιουτότροπον,
15 πραγματικὰς εἶναι λέγειν, μᾶλλον δὲ καὶ τὰς στάσεις ἀπάσας, ὅτι αἱ μὲν πρὸς
ποινάς, αἱ δὲ πρὸς γέρα προτρέπονται, πραγματικὰς ὀνομάζεσθαι. Ἔδοξε δέ
τισι περὶ | τῆς ἀντινομίας διπλοῦν εἶδος εἶναι ῥητοῦ καὶ διανοίας αὐτήν, 10
ὥσπερ ἐπὶ τοῦ στοχασμοῦ καὶ τοῦ ὅρου ὁ διπλοῦς στοχασμὸς καὶ ὁ διπλοῦς
ὅρος ἐστίν, οὐ μέντοι στάσιν ἑτέραν παρὰ τὴν τοῦ ῥητοῦ καὶ τῆς διανοίας, ὡς
20 κατ' οὐδὲν αὐτῆς διαλλάττουσαν, ἀλλ' ἢ μόνον τὸ διπλοῖς τέλμεσθαι τοῖς 15
κεφαλαίοις, οἷον ἐπὶ τοῦ στοχασμοῦ καὶ τοῦ ὅρου τεθεωρήκαμεν. Τὸ δ' αὐτὸ
κάνταυθὰ φαμεν ὁποῖον καὶ περὶ ἀντιθετικῶν προειρήκαμεν· ὅτι ταυτότητα
στάσεως οὐχ ἡ ταυτότης τῶν κεφαλαίων, ἀλλ' ἡ τοῦ ὀρισμοῦ ταυτότης οἶδεν
ἐργάζεσθαι. Ὅθεν ὁ μὲν διπλοῦς στοχασμὸς καὶ ὁ διπλοῦς ὅρος ὡς ὑπὸ τὴν 20
25 αὐτὴν ἐκείνοις φύσιν ὄντες καὶ τὸν αὐτὸν ὀρισμὸν ἔχοντες, εἰ καὶ εἶδη ἕτερα
ὀνομάσθησαν, καθάπερ Αἰθίοψ καὶ Σκύθης τῷ τῆς μορφῆς εἶδει, οὐ τῷ φυσικῷ
διαλλάττοντες. Ὁ δὲ καὶ περιγραφὴν οὐχ ὀρισμὸν ὁ λόγος οἶδεν ἀποκαλεῖν, 25
ὡς οὐκ ἐκ φυσικῶν διαφορῶν, οἷον λογικοῦ ἢ ἀλόγου, θνητοῦ ἢ ἀθανάτου, ἐξ
ᾧ ὁ ὀρισμὸς οἶδε γίνεσθαι, ἀλλ' ἀπὸ λευκοῦ καὶ μέλανος χρώματος τῶν
30 συμβεβηκότων, ἐξ ᾧ ἡ περιγραφὴ, ἀλλήλων διαφέροντες. Ἡ μέντοι
ἀντινομία, ἕτερον ὀρισμὸν παρὰ τὸν τοῦ ῥητοῦ | καὶ τῆς διανοίας ὡς ἔχουσα, 30
εἰκότως ἑτέρα στάσις ἡμῖν ὑπὸ τοῦ τεχνικοῦ παραδέδοται.

9

FONTES: 17-19 περὶ τῆς —ἐστίν cf. Marc. ib. 269.29-31 || 21 τεθεωρήκασι Pa || 29 χρώματος om. Pc ||
τῶν Pc: om. rell. || 31 ὡς Pc: om. rell. || ἔχουσα Pc unde W7 et ego: ἔχουσιν α δὲ post ἔχ. PbNe || 17-19 περὶ
τῆς ἀντινομίας — ὅρος ἐστίν cf. Marc. ib. 269.29-31.

15 λέγει W7 || 21 τεθεωρήκασι Pa || 29 χρώματος om. Pc || τῶν Pc: om. rell. || 31 ὡς Pc: om. rell. ||
ἔχουσα Pc unde W7 et ego: ἔχουσιν α δὲ post ἔχ. PbNe.

que reclama a atribuição de uma honraria, ou qualquer outro exemplo do género),
 15 l como “pragmáticos”; mais ainda, que se podem denominar como “pragmáticos”
 os estados de causa no seu todo, uns porque incitam à punição e outros à recom-
 pensa. Pensaram alguns que a antinomia é uma dupla espécie de letra e espírito¹¹,
 do mesmo modo que na conjectura e na definição existe uma dupla conjectura e
 uma dupla definição, e não certamente um estado de causa diferente do da letra e
 20 do espírito, visto que l em nada se distingue dele, excepto no que toca ao facto de
 serem cindidas em tópicos capitais duplos, como verificámos na conjectura e na
 definição. Afirmamos aqui o mesmo que dissemos anteriormente, a propósito dos
 estados de causa de oposição: que não é a identidade dos tópicos capitais que po-
 de produzir a identidade do estado de causa, mas a da definição¹². É o que sucede
 25 relativamente à dupla conjectura e à dupla definição, pois subordinam-se à l natu-
 reza da conjectura e da definição e possuem a mesma definição, ainda que tenham
 sido designadas como espécies diferentes, do mesmo modo que “Etíope” e “Cita”
 se distinguem pela espécie da aparência, e não pela natureza. É aquilo que preci-
 samente se pode designar pelo termo de “delimitação”, e não pelo de “definição”,
 por se diferenciarem entre si não com base em diferenças naturais, por exemplo
 “racional” ou “irracional”, “mortal” ou “imortal”, dos quais pode resultar a defi-
 30 nição, mas a partir dos l acidentes de tez, “branca” ou “negra”, sendo destes que
 provém a delimitação. Com efeito, a antinomia, por ter uma definição diferente da
 letra e do espírito, é-nos justamente apresentada pelo Autor como um estado de
 causa diferente.

¹¹ É o próprio Hermógenes quem assim entende, ao sintetizar (*Estados de causa* 41.4-5): διπλὴ τίς ἐστι ζήτησις ῥητοῦ καὶ διανοίας. Siriano e Sópatro W4 264.24-25 fazem-se eco da afirmação de Hermógenes, citando-a quase literalmente: φασί [fort. φησί] δὲ ὅτι καὶ διπλὴ τίς ἐστι ζήτησις ῥητοῦ καὶ διανοίας ἢ ἀντινομία. Não se compreende, pois, por que diz o escoliasta ἔδοξε δὲ τισι (“pensaram alguns”), uma vez que tal é concepção do próprio Hermógenes. Da comparação entre dupla antinomia e dupla conjectura e dupla definição, cf. supra o escólio 14.6.3-4.

¹² Cf. 12.1.26-27 e 16.5.11-14. A referência intratextual denuncia que a identidade de autoria dos comentários 12.1, 14.9 e 16.5 é a mesma.

10. *ib.*]

| Τινές τὸ παράδειγμα τῶν οὐ συνεστώτων φασί· πῶς γὰρ οἷόν τε κατὰ 225
ταὐτὸν τὰς δύο βιάσασθαι; Ἄλλως τε δὲ καὶ ἐξισάζει· ἐπ' ἀμφοῖν γὰρ ὁ νόμος
τὴν ἐξουσίαν δίδωσι τὴν αὐτήν, εἰ καὶ διαφόροις αἰτήσεσι. Καὶ | οὐδὲ τὸ μὲν 5
τοῦ νόμου πέπρακται, τὸ δὲ παραβέβασται — ὅπερ ἀντινομίας ἴδιον —, ἀλλὰ
5 καὶ ἡ βία ἴση καὶ τὰ πρόσωπα ἴσα. Καὶ ὁ καιρὸς ἄδηλος. Ἄλλ' ὁ μὲν
Μινουκιανὸς οὐκ ἰσάζειν φησί διὰ τὸ ἀνόμοιον τῆς αἰτήσεως. Ἄλλ' εἰ καὶ
διάφορα τὰ τῆς αἰτήσεως, ἀλλ' οὖν ἰσάζει τῷ | ἀμφοτέρας αἰτεῖν τι. Ὑπάρχει 10
δὲ τις ἐτέρα διαφορὰ· δύναται γὰρ ἡ αἰτούσα θάνατον λέγειν ὥς, εἰ τεθνή-
ξεται, ἀμφοτέραι λήψονται δίκην τῆς βίας, καὶ οὐδὲν μᾶλλον ὑπὲρ αὐτῆς ἢ
10 ὑπὲρ ἐκείνης αἰτεῖ. Τῇ δ' αὖ γάμον αἰτούσῃ δύναται χρήματα δώσειν
ἐπαγγείλασθαι ὑπὲρ | τῆς βίας. Ἔστι μὲν οὖν καὶ ἀπὸ τῆς διαφορᾶς 15
συκοφάντας δεῖξαι τοὺς μεμψιμοίρους· πλήν καὶ εἴ τις ἀκριβῶς σκοπήσοι, οὐ-
δὲ ἐν τῷ νόμῳ ῥητόν, ἀλλὰ τῇ προφορᾷ μὲν ἔν, διττὸν δὲ τῇ ἐννοίᾳ· ἄλλο
γὰρ ἔστιν, ὥς εἵπομεν, ἡ τοῦ θανάτου αἵρεσις, καὶ ἄλλο ἡ τοῦ γάμου. Εἰκὸς δὲ 20
15 καὶ πρότερον θατέραν ἐγνωκέναι καὶ τῇ ἐλπίδι τοῦ γάμου ἡσυχάζουσιν
ταύτην μηδὲν κατ' αὐτοῦ κινῆσαι· ἀκούσασαν δὲ μετὰ μικρόν, ὥς καὶ ἐτέραν
διέφθειρε, τότε τὴν τοῦ θανάτου κινῆσαι κατ' αὐτοῦ αἵρεσιν, ὥς εἶναι τὴν
περίστασιν διττήν· ἀπὸ τε τοῦ | χρόνου καὶ τοῦ προώπου. Ἀλλὰ καὶ τοῦ ῥητοῦ 25
παραβέβασται τι, τουτέστιν ἡ τῆς προγενεστέρας ἐλπίς τοῦ | γάμου. Οὐδὲ γὰρ 226
20 ἐνῆν τὰς δύο εἰς ὑμέναιον ἀγάγεσθαι.

10

HERM.: 1-2 κατὰ — βιάσασθαι *St.* 41.11.

FONTES: 1-4 τὸ παράδειγμα — ἴδιον *Syr. Sop.* W4 266.22-28 || 5-6 ἡ βία — τῆς αἰτήσεως *Marc. ib.* 270.13-16 || 6-11 εἰ καὶ — τῆς βίας *ib.* 270.19-25 || 12-14 εἴ τις — τοῦ γάμου *Syr. Sop. ib.* 267.22-24 || 14-18 εἰκὸς — προώπου *ib.* 267.31-268.4 || 18-20 ἀλλὰ καὶ — ἀγάγεσθαι *ib.* 268.10-12.

1-2 κατὰ ταῦτόν *Pc* unde ego conferens *Herm. textum*: κατ' αὐτόν *Pa* || 2 δὲ *om. Pc* || 9 αὐτῆς *Pa* W7 quoque unde ego: αὐτῆς *rell.* || 13 ἐννοίᾳ *Pa* unde ego conferens fontem W4 267.23: διανοίᾳ *Pc* || 16 μηδὲν ego conferens fontem: οὐδὲν testes || 18 ῥητοῦ *Pc*: ῥήτορος *Pa* || 20 ἀγάγεσθαι *Pa* unde ego conferens fontem: ἀγεσθαι *Pc*.

10. *ib.*]

Dizem alguns que este é um exemplo de questões sem consistência: como é possível violar ao mesmo tempo as duas raparigas¹³? Sobretudo, existe igualdade: a lei, com efeito, atribui a ambas a mesma possibilidade, ainda que as respectivas demandas sejam diferentes. E uma das partes da lei não é cumprida nem a outra

5 transgredida — o que é próprio da antinomia¹⁴ —, e além disso o estupro e as pessoas são iguais. E a ocasião não é evidente. Mas Minuciano diz que não há igualdade por causa da discrepância das demandas. Porém, ainda que as demandas sejam diferentes, pelo menos há igualdade: o facto de uma e outra demandarem alguma coisa. Há ainda uma segunda diferença: aquela que demanda a morte pode dizer que, se ele tiver morrido, ambas terão recebido uma compensação legal

10 pela violação, e que a sua demanda não é mais em seu próprio benefício do que a da outra. Por seu lado, a rapariga que demandou o casamento pode prometer a concessão de uma indemnização monetária pela violação. É portanto possível, partindo também das diferenças, apresentar aqueles que se dão à crítica como “caluniadores”. No entanto, observando com mais atenção, o texto da lei nem é único; antes é único na enunciação, mas duplo quanto ao pensamento expresso, pois uma coisa é, como dissemos, optar pela morte do violador, e outra optar por

15 casar com ele. É mesmo provável que uma delas já conhecesse antes a outra; e provável também que esta, confortada com a esperança do casamento, nada tivesse intentado contra o violador; e que, ao ouvir dizer, passado pouco tempo, que ele seduziu igualmente aquela, tenha então requerido a sua morte, de sorte que existe uma dupla circunstância: de tempo e de pessoa. Mas há também um aspecto transgredido no texto da lei, a saber: a esperança do casamento por parte

20 da mais velha das jovens violada. Com efeito, não poderiam as duas jovens casar-se com ele.

¹³ A propósito de 14.10.1-2 πῶς — βιάσασθαι vd. também Sópatro W5 107.2-3.

¹⁴ A propósito daquilo que é considerado específico da antinomia vd. também Siriano R2 195.16-19.

a. *ib.*]

Ἔστι παράδειγμα ἀντινομίας κατὰ διαίρεσιν τόδε· “νόμος «τιμωρεῖν τοῖς πατράσιν»· Ὁρέστης τὴν μητέρα ἀνεῖλε τιμωρῶν τῷ πατρί”. Δῆλον γὰρ ὡς ἐφ’ οἷς τὴν μητέρα | ἀνεῖλεν, εὐθύνοιτ’ ἂν εἶγε διὰ τοῦ “πατράσιν”, ὡς ἔφαμεν, 5 οὐχ ὁ πατήρ παραλαμβάνεται μόνος, ἀλλὰ καὶ ἡ μήτηρ. Τῆς δὲ κατὰ δύο ῥητὰ ἀντινομίας παράδειγμα τόδε· “«νόμος «τὸν στρατιώτην μὴ πωλεῖν» τὰ ὅπλα», καὶ “νόμος «θάπτειν τὸν πατέρα»· ἐπὶ στρατοπέδου τις ἀποθα|νόντος 10 τοῦ πατρὸς πωλήσας τὰ ὅπλα θάπτει αὐτὸν καὶ κρίνεται”.

a

FONTES: 4-7 τῆς δὲ — κρίνεται cf. Syr. R2 196.17-23.

post Σ 10 hoc Σ sine lemmate a codd. perhibetur || 1 οἷον ante νόμος add. Pc || 2-3 ἐφ’ ᾧ Pc.

a. *ib.*]

Exemplo de antinomia por divisão é o seguinte: “uma lei «determina que se honrem os pais». Ora Orestes matou a mãe para honrar o pai”. É evidente que ele seria julgado por ter matado a mãe, já que, no vocábulo “pais” se compreende não
5 apenas o “pai”, mas também a “mãe”. Exemplo de antinomia respeitante l a dois textos é o seguinte: “uma lei proíbe «o soldado de vender as suas armas», e outra determina que «se sepulte o pai». Enquanto servia no exército, alguém vendeu as suas armas para sepultar o pai falecido, e é processado”.

1. 41.13 ἢ μέντοι ἀμφιβολία]

Μετῆλθεν ἐπὶ τὴν ἀμφιβολίαν ὑστάτην τάξας αὐτήν, ὅπου γε πρὸς τινων
καὶ ἀπεβάλετο τῶν στάσεων, καθάπερ ὑπὸ Νέστορος τοῦ Στοῖκοῦ· οὐδεμία γὰρ 15
στάσις — φασί — περὶ ποιότητα φωνῆς ἔχει τὴν ζήτησιν, περὶ τόνου λέγω καὶ
διαστάσεως συλλαβῶν, ἅπερ γραμματικοῖς δικαίως ἂν καταλείποιτο. Ἔπειτα
5 — φασίν — ἀσύστατα ἂν εἴη, οὐ γὰρ δυνατόν πέρας ἢ λύσιν αὐτῆς | εὐρεθῇ- 20
ναί τινα, ἰσάζει γὰρ τὰ λεγόμενα. Ἄλλ’ ὅπερ ἐλέγομεν περὶ τῆς ἀντινομίας,
τοῦτο κἀνταῦθ’ αὖ φημεν· ὥς εἰ μὲν ἐφ’ ἅπασιν τὸ ἐξισάζειν εἶξεν, ἀσύστατα ἂν
ἦν, νῦν δὲ διαφόρους ἐστὶ τὰς τῶν προσώπων ποιότητος εὐρεῖν, ἐξ ὧν ἂν γί-
νοιτο τὸ συνεστηκός. Δείκνυσι δὲ καὶ | Δημοσθένης ὅτι τε στάσεων ἀμφιβολία 25
10 καὶ ὅπως | μεταχειριστέον αὐτήν. Ἐν γὰρ τῷ τῆς παραπρεσβείας ἐνέπεσε τοι- 227
όνδε αὐτῷ κεφάλαιον· “ἔχρησεν” — φησίν — “ὁ θεὸς τοὺς ἡγεμόνας φυλάσ-
σεσθαι”. Καὶ ἀμφισβητοῦσιν οἱ μὲν τοὺς ῥήτορας, οἱ δὲ τοὺς στρατηγούς λέ-
γοντες. Ἀμφιβάλλεται γὰρ τίνας εἶπεν ὁ θεὸς ἡγεμόνας, πότερον τοὺς στρα- 5
τηγούς ἢ τοὺς ῥήτορας. Ἐπιχειρεῖ οὖν ὁ Δημοσθένης ἐκ τοῦ καιροῦ· “εἰ μὲν
15 γὰρ ἦν”, — φησί — “πολέμου καιρὸς τοὺς στρατηγούς ἂν ἔλεγε, νῦν δὲ οὐκ

10

15

1

LOCI: 11-12, 14-16 Dem. 19.298.

2 ἀπεβάλλετο W7 || 3 φησί Pc || 5 αὐτῆς om. Pc || 7 ἐξισάζειν: ἡσυχάζειν Pc || 9 τε: τῶν W7 || 10 τῆς
om. Pc || 10 ἐνέπεσε Pc: ἐνέπεσον Pa corr. PbNe || 13 θεός: Δημοσθένης W7.

Capítulo 15

AMBIGUIDADE

1. 41.13 “Ora, a ambiguidade...”]

Ele passa à ambiguidade, classificando-a em último lugar, uma vez que era excluída dos estados de causa por alguns autores de tratados de retórica, tais como o estóico Nestor¹, porquanto — dizem eles — nenhum estado de causa incide a inquirição sobre a qualidade da enunciação, quero dizer, sobre o acento e a separação das sílabas, assuntos que seriam justamente deixados aos gramáticos. Por
5 outro lado I — dizem eles —, não terá consistência, pois não se poderia encontrar uma conclusão ou resolução alguma para ela, visto que os enunciados se equivalem. Porém, o que afirmámos a propósito da antinomia afirmamos também aqui: se houver igualdade em tudo, não terá consistência, mas como presentemente se podem descobrir diferenças na qualidade das pessoas, resulta que ele é bem cons-
10 tituído. Também Demóstenes mostra que a ambiguidade I faz parte dos estados de causa, e mostra também como se deve tratá-la. Com efeito, no discurso *Falsa embaixada*, ocorre-lhe um tal tópico capital: “o deus — diz ele — declarou em oráculo que se vigiassem os líderes”. E surge uma controvérsia: afirmam uns que ele se refere aos oradores, e outros que se refere aos generais”. De facto, é ambíguo a quem se refere o deus como “os líderes”: se aos “generais”, se aos “orado-
15 res”. Demóstenes argumenta com base na ocasião: “pois se I — diz ele — a oca-

¹ Não se encontraram quaisquer outras informações sobre este Nestor estóico.

ὄντος πολέμου, τίνας ἑτέρους ἢ τοὺς ῥήτορας προσαγορεύει | δεῖν φυλάττε-
σθαι”;

sião for a de uma guerra, o deus referir-se-á aos generais; mas, presentemente, como não se está em guerra, em relação a quem, a não ser aos oradores, declara ele que é preciso vigiar?”²

² Paráfrase de Demóstenes *Falsa embaixada* 19.298. Este passo de Demóstenes é referido nos escólios de Siriano e Sópatro W4 272.28-273.3, 274.1-2, Marcelino *ib.* 274.27-29, Sópatro W5 108.18-21 como exemplo de ambiguidade. Não parece que o nosso Anónimo dependa directamente destes escólios. Pelo menos, no respeitante ao comentário em si mesmo, o Anónimo nada deve a estes escoliastas (ou a outros de que se tenha conhecimento). Que Sópatro, Siriano e Marcelino citem o passo de Demóstenes em questão não prova que o Anónimo também o cite pelo simples facto de aqueles o terem citado. É mais provável que todos estes escoliastas (incluindo o nosso) se integrem uma tradição escolar comum, o que é facto igualmente habitual. O último escólio mencionado é aquele em que o passo de Demóstenes é citado mais *ad litteram*. Demóstenes não *ορθε στρατηγοί* (“generais”) propriamente a *ρήτορες* (“oradores”), mas *στρατηγοί* a *οἱ ἐπὶ τῆς πολιτείας ἐφεσθηκότες* (“às autoridades do Estado”, isto é, aos políticos, àqueles que estão investidos de autoridade civil). Uns são “líderes” (*ἡγεμόνες*) em guerra, os outros em paz. *Ῥήτορες* será, pois, interpretação dos comentaristas. É o próprio Sópatro quem a dá, logo abaixo (W5 108.26). Porém, o contexto não favorece uma interpretação tão redutora de *οἱ ἐπὶ τῆς πολιτείας ἐφεσθηκότες* como “oradores”, uma vez que Demóstenes afirma *οὗτοι γὰρ ἡγοῦνται, τούτοις πείθεσθ’ ὑμεῖς* “com efeito, estes [*sc.* os líderes políticos] governam, é a eles que obedeceis”. Na democracia de modelo ateniense, qualquer cidadão tinha a faculdade de participar no governo da mesma, como também a oportunidade de expressar verbalmente as suas opiniões nas assembleias. A capacidade oratória e de discorrer sobre dado assunto é condição para cada cidadão se dar a conhecer e, conseqüentemente, de vir a ser designado para uma magistratura pública. Daí que a oratória pudesse ter sido confundida com a actividade política em si mesma. Contudo, Demóstenes aqui não deixa dúvida de que se não refere aos oradores e à oratória, mas à actividade política e de administração do Estado.

2. ib. 41.13-14 ἀπ' αὐτοῦ τοῦ ὀνόματός ἐστι φανερά]

Τῶν λίαν ἡπορημένων ἐστὶ πῶς τοῦτο ὡς ἐξαίρετον ἐπὶ τῆς ἀμφιβολίας
 ἔφη. Δῆλον γὰρ ὡς ἐφ' ἀπάντων ταῦτόν ἐστιν. Καὶ γὰρ ἡ ἀντινομία ἀπὸ τοῦ
 ὀνόματος καθέστηκε φανερά ὅτι νόμων ἐναντίωσιν ἔχει. | Καὶ τὸ ῥητὸν δήπου 15
 καὶ ἡ διάνοια ἐκ τοῦ ὀνόματος τὴν ἐαυτῆς ὑποδείκνυσι φύσιν. Καὶ ὅλως τὰ
 5 τεχνικὰ τῶν ὀνομάτων δηλοῦν τὴν σημασίαν τῶν ὑποκειμένων βούλεται·
 τῶν γὰρ ὀνομάτων τὰ μὲν φυσικά, ἅπερ ἐξ ἀρχῆς ἐπὶ τινος τεθεμάτισται, ἃ καὶ
 οὐ πάντως ἔχει τινὰ ἐξ αὐτοῦ πρὸς ὑποκείμενον σημασίαν, τὰ δὲ τεχνικά, ἃ 20
 πάντως αὐτόθεν ἄπτεσθαι βούλεται τούτων, ὧν ἐστὶ καὶ ὀνόματα. Ἐροῦμεν
 οὖν κομψότατον λόγον, εὖρημα ὄντα τοῦ ἡμετέρου διδασκάλου, ὅτι γε ὄνομα
 10 πᾶσα λέξις καλεῖται. Καὶ δηλοῖ Δημοσθένης εἰπὼν ἐν τῷ ἐβδόμῳ | τῶν 25
 Φιλιππικῶν “ὅτι δι’ ἀμφοτέρων τῶν ὀνομάτων, ὁποτέρῳ ἂν χρῆσθε ὑμεῖς,
 ἔξετε τὴν ‘νῆσον’, ἂν τε λάβητε, ἂν | τε {μὴ} ἀπολάβητε”. Τὸ γὰρ “λάβητε” 228
 καὶ “ἀπολάβητε” ῥήματα ὄντα, εἶπεν “ὀνόματα”. Καὶ ἐν τῷ δεκάτῳ· “ἀλλ’
 ἔστιν, ὃ πρὸς τοῦ Διός, ὅστις εὖ φρονῶν οὐκ ἐκ τῶν ὀνομάτων μᾶλλον ἢ τῶν
 15 πραγμάτων τὸν ἄγοντα εἰρήνην ἢ πολεμοῦντα αὐτῷ σκέψαιτο ἄν;” Εἰ οὖν 5
 ὡς ἐδείχθη, πᾶσα λέξις ὄνομα κληθήσεται, λέγων Ἐρμογένης τὴν ἀμφιβολίαν
 καὶ ἐξ αὐτοῦ τοῦ ὀνόματος εἶναι φανεράν, οὐκ ὄνομα τὸ τῆς στάσεως
 παραλαμβάνει, ἀλλ’ ὀνομά φησι τὴν λέξιν, περὶ ἣν ἡ ἀμφιβολία γίνεται, οἷον
 τὸ “Πανταλέων”, καὶ “πάν|τα λέων”. Ἐξ αὐτοῦ γὰρ δὴ τούτου φανερόν τὸ τῆς 10
 20 ἀμφιβολίας γίνεται.

2

LOCI: 11-12 Dem. 7.5 || 13-15 Dem. 9.15.

2 ὡς om. Pa || 12 τὴν νῆσον e Dem. ego: ante ex eodem textu recte corr. W7 τὴν νόμον Pa τ. νόσον Pc
 τὸν νόμον PbNe || ἀπολάβητε Pa unde PbNe W7 et ego conferens Dem.: λάβητε codd. rell. || μὴ conferens
 Dem. seclusi: ante recte secl. W7 add. codd. || 15 αὐτῷ e Dem. ego: αὐτῷ testes || ἂν e Dem. addidi || 16
 λέγων: λέγει || 18 φασι Pc || 19 τούτου ego: τοῦτο testes.

2. *ib.* 41.13-14 “... é patente no próprio nome que a designa”]

Uma das coisas mais embaraçosas é saber porque ele diz isto preferencialmente a propósito da ambiguidade. De facto, assim é evidentemente com todos. E, com efeito, o vocábulo “antinomia” torna patente aquilo em que ela consiste, porquanto apresenta uma oposição entre leis³. E seguramente a letra e o espírito mostram a sua própria natureza a partir do seu nome. De um modo geral, os nomes técnicos tendem a evidenciar o significado da matéria. Efectivamente, há nomes naturais: aqueles que foram colocados originalmente em função de uma qualquer particularidade em qualquer ocasião e que, por este facto, não possuem por si mesmos significado algum relativamente às matérias; e outros que são técnicos: aqueles que tendem absolutamente por si mesmos a estar relacionados com essas matérias de que eles são designação. Vamos expor uma razão muito subtil, que foi encontrada pelo nosso mestre, pois toda a palavra *l* se designa por “nome”. É o que Demóstenes põe em evidência, ao afirmar, no sétimo livro de *Filípicas*: “compreendereis a «ilha» mediante um e outro vocábulo, qualquer que seja aquele de que vos sirvais, quer o aceiteis quer o recuseis”⁴. Às formas “aceiteis” e “recuseis”, ainda que se trate de verbos, ele chama “nome”. E no décimo: “mas, por Zeus, há alguém que seja sensato e que examine quem consigo faz a paz ou a guerra, baseando-se *l* não mais nas suas palavras⁵ do que nos seus actos?”⁶. Se, pois, como foi demonstrado, toda a palavra for designada por “nome”, Hermógenes, afirmando que a “ambiguidade” está patente no próprio vocábulo, não admite como “vocábulo” a designação do estado de causa, mas chama “nome” à palavra a que a ambiguidade diz respeito; por exemplo: “TODOLEÃO” e “TODO LEÃO”. É, pois, nisto mesmo que assenta o carácter patente *l* do nome “ambiguidade”.

³ A natureza deste estado de causa é atestada pela etimologia: ἀντινομία de ἀντί “contra” e νόμος “lei”. Nadeau verte por decalque “conflict-of-laws”.

⁴ Demóstenes, *Haloneso* 7.5

⁵ Literalmente, e de acordo com a linha de raciocínio do escoliastas, “nomes”. A razão de ser de todo o escólio assenta na ambiguidade e plurissignificação de ὄνομα, que pode exprimir as ideias de nome (gramaticalmente considerado, enquanto substantivo), vocábulo ou designação com que se designa algo, ou simplesmente vocábulo, como palavra.

⁶ Demóstenes, *Terceira Filípica* 9.15.

3. ib. 41.14 ἔστι γὰρ ἀμφιβολία]

Ἐκ τῶν σαφεστέρων ὑπέγραψεν αὐτήν, ἐπείτοι οὐκ ἐκ μόνης προσωδίας ἢ διαστάσεως συλλαβῶν ἡ ἀμφιβολία γίνεται, ἀλλ' ἐπειδὴ νῦν οὐ διαίρεσιν ἀμφιβολίας ἡμῖν εἰπεῖν βούλεται, ἀλλ' ὑπογραφὴν, εἰκότως τὰ φανερώτερα 15 παρέλαβεν. Ἰστέον μέντοι ὡς γίνεται ἡ ἀμφιβολία κατὰ τούσδε τοὺς τρόπους, 5 κατὰ πνεῦμα, κατὰ τόνον, κατὰ διάστασιν συλλαβῶν, καὶ καθ' ὑπέρθεσιν λέξεως, καὶ κατὰ ὁμωνυμίαν. Κατὰ μὲν οὖν πνεῦμα, οἷον | “συνωμολόγησαν 20 δύο πόλεις, ἐν δέκα ἔτεσι μὴ ἄρασθαι πόλεμον πρὸς ἀλλήλας. Τοῦ δεκάτου διανυσθέντος ἔτους πόλεμον αὐτῶν ἑτέρα κινεῖ, καὶ κρίνεται ὡς παραβεβη- κυῖα τὰς σπονδὰς.” Ἡ μὲν γὰρ ἀναγινώσκει δασέως, ἵνα σημαίνεται “ὄν” πρὸς 10 τοῖς “δέκα,” ἡ δὲ ψιλῶς “ἐν δέκα”, ὥστε | τὴν “ἐν” παραλαμβάνεσθαι πρόθε- 25 σιν. Ἀλλὰ καὶ κατὰ προσωδίαν τοῦτο δύναται καὶ κατὰ διάστασιν συλλαβῶν εἶναι, ἵνα ἡ μὲν ἀναγινώσκη προπαροξυτόνως ἑνδεκα ἔτεσι, ὡς μιᾶς λέξεως καθεστηκυίας, ἡ δὲ παροξυτόνως ὡς προθέσεως μετ' ὀνόματος οὔσης. Καὶ ἔτι κατὰ διάστασιν | συλλαβῶν, ἵνα ἡ μὲν ὑφ' ἐν, ἡ δὲ κατὰ διάστασιν | ἀνα- 30 15 γινώσκη. Διὸ παραιτητέον τὴν κατὰ πνεῦμα λεγομένην ἀμφιβολίαν, ὥστε 229

3

1 ἐκ τῶν σαφεστέρων: τῶν σαφεστέρων habet Pc ἐκ ommitens || ἦ: καὶ W7 || 4 δὲ post ἀμφιβολία Pc || 10 alt. ἐν recte W7: ἐν Pc ἐνω Pa.

3. *ib.* 41.14 “A ambiguidade, com efeito, é...”]

Ele esboçou a ambiguidade a partir de elementos mais claros, visto que ela não resulta unicamente do acento tónico e da separação das sílabas. Porém, uma vez que presentemente ele não pretende expor a sua divisão, mas um esboço, ele recorreu justamente aos aspectos mais patentes. Há que saber, no entanto, que a

5 ambiguidade se produz nas seguintes modalidades: | pela aspiração, pelo acento tónico, pela separação de sílabas, pela transposição de palavras e pela homonímia. Assim, pela aspiração, por exemplo: “duas cidades acordaram em não se envolver em guerra entre si no prazo de dez anos. No fim do décimo ano, uma delas desencadeia uma guerra e é acusada de ter violado o tratado”⁷. Uma delas, de facto, lê o

10 texto com espírito rude (HENDEKA), de forma que o interpreta como “dez anos | mais um”; a outra, com espírito brando (EN DEKA), de sorte que EN é entendido como preposição: “no prazo de”. Mas esta ambiguidade pode também resultar do acento tónico e da separação das sílabas, de sorte que uma lê a sequência sonora “«HÉNDEKA» anos”, com acento proparoxítono, como se se tratasse de uma só palavra, enquanto a outra a lê também com acento paroxítono, como uma preposição e um nome: “EN DÉKA”. E ainda na separação das sílabas, de forma que

15 uma leu a sequência como um único vocábulo e a outra com separação | de sílabas. Por isso, é necessário pôr de lado a chamada “ambiguidade pela aspiração”,

⁷ Sobre 15.3.6-10 κατὰ μὲν οὖν πνεῦμα — πρόθεσιν cf. o tratamento da espécie de ambiguidade designada “pela aspiração” (κατὰ πνεῦμα), ilustrado por exemplos, nos escólios de Siriano e Sópatro W4 273.8-11, Sópatro *ib.* 844.4-13 e Siriano R2 202.20-203.4. O exemplo dado nestes três passos é o mesmo: *ipsis uerbis* nos dois últimos passos, e com variantes no de Siriano e Sópatro W4 273.8-11. A única semelhança entre o exemplo aduzido pelo nosso Anónimo e os destes escoliastas é a sequência ambígua ENΔEKA. Está-se perante exemplos de ambiguidade linguística tradicionais na retórica escolar, na qual o próprio Hermógenes se integra. Citemos *u.g.* de R2 202.20-203.4: ἔστι δὲ κατὰ πνεῦμα μὲν ἀμφιβολία, ὡς τόδε κατέλιπέ τις φίλῳ τὴν οὐσίαν ἐφ’ ᾧ τε τὸν πιστότατον τῶν οἰκετῶν ἑνδεκα ἔτεσι θρέψαι καὶ ὁ μὲν δασύνων ἑνδεκα ἔτη ἀξιοῖ τραφῆναι, ὁ δὲ ψιλῶς ἀναγινώσκων δέκα ἔτη μόνα· κατὰ δὲ τόνους, οἷον ἑταίρα χρυσία εἰ φοροίη δημοσία ἔστω, ἑάλω χρυσία φοροῦσα ἑταίρα, καὶ ὁ μὲν παραξυτόνως ἀγαγινώσκων δημοσίαν αὐτὴν εἶναι κελεύει, οἱ δὲ συνηγοροῦντες ἐκείνη προπαροξυτόνως ἀναγινώσκοντες τὰ χρυσία φασὶ δεῖν εἶναι δημόσια. Não se pode dizer, pois, que o nosso Anónimo dependa aqui destes escólios, tratando-se possivelmente antes de ma-téria de ordinário dos currículos escolares de retórica.

ἡμῖν τέτταρα ἀμφιβολίας εἶδη. Τοῦ μὲν οὖν κατὰ τόνον καὶ κατὰ διάστασιν
 συλλαβῶν αὐτὸς παραδείγματα δέδωκε, τοῦ δὲ καθ' ὑπέρθεσιν | λέξεων τοῦτο
 ἔσται παράδειγμα· “τελευτῶν τις τοῖς παισὶν ἐπέτρεχε κατασκευάσαι Ἡρακλέα 5
 χρυσοῦν ρόπαλον ἔχοντα, καὶ ἀναθεῖναι τὸ ἄγαλμα τῷ θεῷ”. Ὁ μὲν γὰρ
 20 τὸ χρυσοῦν τῷ ροπάλῳ προσνέμει, ὥστε εἶναι μόνον τὸ ρόπαλον χρυσοῦν· ὁ
 δὲ ἐφ' Ἡρακλέους αὐτὸ ἐκδέχεται, ὥστε | {εἶναι} χρυσοῦν Ἡρακλέα ποιεῖν. 10
 Τοῦ δὲ καθ' ὁμωνυμίαν παράδειγμα τὸ ἀνωτέρω, ὅπερ ἐν τῷ παραπρεσβείας
 ἐμπεπτωκέναι ἐφάσκομεν, οἷον Δημοσθένης· ἔχρησεν Ἀπόλλων δεῖν τοὺς
 ἡγεμόνας φυλάττεσθαι, καὶ ἀμφισβητοῦσιν, οἱ μὲν περὶ τῶν στρατηγῶν,
 25 οἱ δὲ περὶ | τῶν ῥητόρων αὐτὸν εἰρηκέναι λέγοντες. Ἔτερον δὲ ἔχομεν ἐκ 15
 τῆς ἱστορίας παράδειγμα· ἔχρησεν ἐν τοῖς Μηδικοῖς Ἀπόλλων τοῖς
 Ἀθηναίοις “ξύλινῳ τείχει πρὸς τὸν πόλεμον χρήσασθαι”, καὶ οἱ μὲν συνεβού-
 λευον τὴν ἀκρόπολιν καταλαβεῖν, Θεμιστοκλῆς δὲ ἐμβῆναι προὔτρεπεν εἰς τὰς
 | ναῦς, ταύτας ὑπὸ τοῦ χρησιμοῦ φάσκων ξύλινον τεῖχος εἰρῆσθαι. Ἐνταῦθα 20
 30 γὰρ ὁμωνυμία· δύναται γὰρ ἐπ' ἀμφοτέρων νοεῖσθαι τὸ ξύλινον, ὃ ἐποίει τὴν
 ἀμφισβήτησιν.

3

FONTES: 18-21 τελευτῶν — ποιεῖν cf. Syr. R2 202.6-13, 203.10-15, Sop. Syr. W4 272.8-9, Sop. ib. 843.20-844.2, 843.38-42 adn. 7, 845.2-7, Sop. W5 109.16-21.

LOCI: 26-29 ἔχρησεν — εἰρῆσθαι cf. Herod. 7.141-143, praesertim 143.

17 λέξεως Pc || 20 εἶναι om. Pc || 21 Ἡρακλέος Pc unde fort. W7 || εἶναι secludendum censeo: propter homoeotel. e l. superiore codd. || 24 τῶν om. Pc || 30 τὸ ξύλινον om. Pc.

de sorte que nos ficam quatro espécies de ambiguidade. De ambiguidade pela acentuação e por separação de sílabas ele mesmo forneceu um exemplo. Mas de ambiguidade por transposição de palavras seja o exemplo seguinte: “alguém ao morrer ordenou a seus filhos que fizessem compor um Héracles de ouro uma maçã transportando e que consagrassem uma estátua ao l deus”⁸. Um deles atribui
20 a expressão l “de ouro” à maçã, de forma que apenas a maçã seria de ouro; o outro compreendeu-o como referindo-se a Héracles, de forma que se faria um Héracles de ouro⁹. De ambiguidade por homonímia, temos o exemplo acima mencionado, que, como dissemos, vem no discurso *Falsa embaixada*¹⁰, a saber: Demóstenes diz que Apolo declarou em oráculo que era necessário que se vigiassem os líderes,
25 e surge uma controvérsia: dizem uns que ele se referiu aos generais, l e outros que se referiu aos oradores. Temos um outro exemplo tirado da história: Apolo, durante as Guerras Médicas, ordenou aos Atenienses, em oráculo, “que se refugiassem numa muralha de madeira”¹¹; uns aconselhavam que se ocupasse a acrópole, enquanto Temístocles exortou a que se embarcasse nos navios, afirmando que estes seriam as “muralhas de madeira” a que o oráculo se
30 referira¹². Aqui há, l pois, homonímia; com efeito, a “madeira” pode ser entendida em dois sentidos, resultando daí a controvérsia.

⁸ Exemplo idêntico e mais um caso de retórica de escola, que figura, com algumas variantes, *u.g.*, nos Προγυμνάσματα Élio Téon de Alexandria 130.11-13 p. 97, e passou para os retores latinos: cf. Quint. 7.9.8.

⁹ Este exemplo é citado com variantes em Sópatro e Siriano W4 274.12-16 e W5 109.16-21: “Ἀρης por Ἡρακλῆς ε δόρυ χρυσοῦν por ῥόπαλον χρυσοῦν.

¹⁰ Cf. supra 15.1.11, 14-16.

¹¹ O verso oracular controverso (cf. Heródoto 7.141) é: τεῖχος Τριτογενεῖ ξύλινον διδοῖ εὐρύοπα Ζεύς “Uma muralha de madeira à estirpe tritogénia oferece Zeus de imensa voz”. Τριτογενεῖ ε é epíteto de Atena (talvez de τριτώ, palavra éolica para “cabeça” numa possível alusão à lenda do nascimento desta deusa, da cabeça de Zeus). A deusa representa, por metonímia, a cidade com que intimamente se identificava, Atenas. Εὐρύοπα é epíteto de Zeus, e significa de “grande voz” (de εὐρύς “grande” e ὄψ “voz”).

¹² Este seria um exemplo tradicional de ambiguidade por homonímia nos cursos de retórica: cf. também Siriano R2 203.8-9.

4. *ib.* 41.21-42.4 οἷον δύο ἥσαν τῷ παῖδες, Λέων καὶ Πανταλέων·
διέθετο οὕτως «ἔχέτω τὰ ἐμὰ πανταλεων», καὶ ἑκάτερος ἀν-
τιποεῖται πάντων, ὃ μὲν ὑφ’ ἐν ἀναγιγνώσκων Πανταλέων,
ὃ δὲ διιστὰς πάντα, εἶτα Λέων]

Ζητῆσαι ἄξιον πῶς ἄλλων νομικῶν τὴν ἀμ|φιβολίαν μετέταξεν ἐξ ἑνὸς 25
οὔσαν ῥητοῦ, καὶ ἔστιν εἰπεῖν, ὥς εἰ καὶ ἐξ ἑνὸς εἶναι δοκεῖ ῥητοῦ, ἀλλ’
οὐδὲν ἦττον ἐκ δυοῖν οὔσα εὐρίσκεται. Ἄλλο γὰρ τό “ἐταίρα χρυσία εἰ
φοροίη δημοσία ἔστω”, καὶ ἄλλο τό “δημοσία ἔστω” καὶ ἕτερον τὸ “ἔχέτω τὰ
5 ἐμὰ πάντα λέων”, καὶ τὸ “Πανταλέων” | ἔχέτω ἕτερον. Διὰ τοῦτο ὥς ἐκ δύο 30
οὔσαν σχεδὸν ῥητῶν, οὔτε τοῦ ῥητοῦ καὶ τῆς διανοίας, οὔτε τοῦ συλλογισμοῦ
| δεῖν ἔκρινε προτάχαι αὐτήν, τῆς δὲ ἀντινομίας πάλιν αὐτήν οὐ προτέθεικεν 230

4. *ib.* 41.21-42.4 “... por exemplo: certo homem tinha dois filhos: Leão e Tudoleão. Ele deixou o seguinte testamento: «os meus bens receberá TUDOLEÃO», e cada um reclama a totalidade da herança, sendo que um lê o texto como TUDOLEÃO, numa só palavra, e outro separando TUDO de LEÃO.”¹³

Merece a pena inquirir porque ele ordenou a ambiguidade após os outros estados de causa legais, baseando-se ela num único texto. E pode dizer-se que, ainda que aparentemente se baseie num único texto, todavia não é menos verdade que ele se baseia em dois textos. Com efeito, uma coisa é, no caso da “cortesã que trouxe uma jóia de ouro”, que “a cortesã se torne propriedade pública” e outra que “a jóia de ouro se torne propriedade pública”. E uma coisa é “os meus bens l

5 possuirá TUDO LEÃO” e outra “os meus bens possuirá TUDOLEÃO”¹⁴. Por esta razão, visto que a ambiguidade se baseia, por assim dizer, em dois textos, ele não julgou dever classificá-la antes da letra e do espírito nem da inferência. Nem a dispôs antes da antinomia, já que esta está compreendida na letra e no espírito e

¹³ Parece que este comentário não tem a mesma origem do precedente: aquele menciona cinco tipos de ambiguidade (por aspiração, por acentuação, por separação de sílabas, por transposição de palavras e por homonímia), este apenas três (por acentuação, por separação de sílabas e por homonímia); este último, por outro lado, debruça-se sobre a separação de sílabas.

¹⁴ Mais uma vez, trata-se de exemplos de ambiguidade linguística tradicionais na retórica escolar. O primeiro destes exemplos de ambiguidade linguística é dos que melhor fortuna teria em toda a tradição. O seu mais antigo testemunho antigo conhecido é Diógenes de Seleuceia, conhecido também por Diógenes da Babilónia (c. 240-152 a. C.), discípulo de Crisipo. Com algumas variantes, é citado ainda por Élio Téon 129.21-22 p. 96, e Cícero *Invenção retórica* 2.118. A ambiguidade resulta, em grego, da acentuação do adjectivo δημόσιος (“público”): se tiver acento paroxítono (δημοσίᾱ), a forma do adjectivo será um feminino singular, concordando com ἐταίρα (“cortesã”); se, pelo contrário, tiver acento proparoxítono, será um neutro plural concordando com χρυσία (“jóias de ouro”). Para manter a ambiguidade em português, vertemos o plural χρυσία por um singular, donde resulta que “ela” se pode referir ou a “cortesã”, ou a “jóia”. O exemplo de ambiguidade resultante ἐκ διαστάσεως συλλαβῶν “da divisão das sílabas” ΠΑΝΤΑΛΕΩΝ/ ΛΕΩΝ (*Estados de causa* 40.20sqq) é igualmente vulgar entre os Gregos. A ambiguidade reside no elemento ΠΑΝΤΑ: unido a ΛΕΩΝ, forma uma palavra, donde resulta a leitura de que será Tudoleão (literalmente “Pantaleão”) o herdeiro; se, pelo contrário, ΠΑΝΤΑ for lido separadamente de ΛΕΩΝ, deve ser considerado como adjectivo qualificando e precisando τὰ ἐμὰ, donde se deve entender que a vontade do pai seria conceder a totalidade da herança ao outro filho, Leão. Tal exemplo de ambiguidade é funcional somente na língua grega, sendo também citado pela retórica latina (Quint. 7.9.6). Seguramente por esse motivo, Quintiliano não o verteu na íntegra para latim, colocando a alternativa interpretativa em *bona OMNIA LEONTI/ bona PANTALEONTI*, e não em *bona OMNIA LEONTI/ bona OMNIALEONTI*, versão literal, embora inteligível em latim. Com efeito, o obstáculo está no antropónimo Πανταλέων “Pantaleão”. Somente em grego, pois, tal ambiguidade se coloca; e assim mesmo eram ministrados igualmente (sendo disso Quintiliano testemunho) nas escolas latinas. Estes exemplos são característicos de uma retórica helenística artificial, centrada eminentemente no exercício escolar. A versão portuguesa é, pelas mesmas razões, aproximativa e de compromisso. Para mais pormenores acerca da ambiguidade na teoria retórica grega e latina vd. o nosso estudo “*De ambiguitate scripti apud Quintilianum*: fundamentos de uma teoria retórica” *De Augusto a Adriano — Actas de Colóquio de Literatura Latina* (Lisboa, 2000. Novembro. 29-30), Lisboa, *Euphrosyne* — Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa, 2002, pp. 41-62. Neste estudo, é objecto de análise, entre outros, o presente exemplo de ambiguidade.

- ὥς ἐχομένης ἐκείνης τοῦ ῥήτου καὶ τῆς διανοίας καὶ μὴ χρῆναι διασπασθῆναι αὐτῆς. Εἰκότως οὖν μετετάγη. Εἶναι δὲ αὐτὴν καὶ ἀπ’ αὐτοῦ τοῦ | ὀνόματος
- 10 εἶρηκε φανεράν· ὅτι ἐξ ἐπιπολῆς ἔχει καὶ ἀπερικάλυπτον τὸ ἀμφίβολον, ἐξ αὐτῆς προφοράς ἐληλεγμένον καὶ φανερώτατον· τί γὰρ ἐκδηλότερον τοῦ “δημόσια” καὶ “δημοσία”, καὶ τοῦ “πάντα Λέων” καὶ “Πανταλέων”; Ὁ μὲν οὖν τεχνικὸς ἐκ προσωδίας ἢ διαστάσεως | συλλαβῶν τὴν ἀμφιβολίαν ἔφη 10 συνίστασθαι, καὶ ἀπ’ αὐτῶν παραδειγμάτων δῆλον ἐκότερον παρεσκεύασεν.
- 15 Ἔστι μέντοι καὶ ἐξ ὁμωνυμίας ἀμφιβολία, οἷον “δύο ἦσαν τῷ δοῦλοι, ὁμωνυμοῦντες ἀλλήλοις, Λέων καὶ Λέων. Τελευτῶν ὁ δεσπότης διέθετο, βούλεσθαι τὸν Λέοντα εἶναι ἐλεύθερον. | Καὶ ἀμφισβητοῦσιν οἱ δοῦλοι τῆς 15 ἐλευθερίας”. Ὁ δ’ οὖν τεχνικὸς ἐκ τοῦ ὀνόματος γνωρίζεσθαι τὴν ἀμφιβολίαν εἰπὼν, καὶ ταύτην ἐδήλωσε μᾶλλον ἐκείνων ἀπ’ αὐτοῦ τοῦ ὀνόματος, ἐνὸς καὶ
- 20 τοῦ αὐτοῦ ἀμφοτέρων τῶν δούλων κατηγορουμένου, τὸ ἀμφίβολον ἔχουσαν.

4

HERM. 9-10 εἶναι δὲ — φανεράν cf. *St.* 41.13-14.

12 τοῦ ante δημοσία add. W7 || 18 δ’ οὖν: γοῦν testes || 20 ἐχούσης Pc.

não deve ser separada deste estado de causa. Foi, pois, justamente que ele a orde
 10 nou no fim. Disse ele que a “ambiguidade” está patente | no próprio nome, porque
 a ambiguidade é aí visível e manifesta e porque ela se deixa ver muito claramente
 através da sua própria enunciação: “o que há, com efeito, de mais evidente do que
 “jóia pública” e “cortesã pública”, do que “tudo Leão” e “Tudoleão”? O Autor
 afirma que a ambiguidade se constitui com base na acentuação e na separação das
 15 sílabas, e tornou-o evidente a partir dos próprios exemplos. | Há, todavia, uma
 ambiguidade resultante da homonímia; por exemplo: “alguém tinha dois escravos
 com o mesmo nome, Leão e Leão. Ao morrer, o seu patrão expressou, em testa-
 mento, a vontade de conceder a liberdade a Leão. E os dois escravos entram em
 controvérsia relativamente ao ponto da liberdade”. Por outro lado, ao dizer que a
 ambiguidade se dá a conhecer pelo seu nome, o Autor designou também esta
 última, que, mais do que as primeiras, deve a sua ambiguidade ao próprio nome,
 20 porquanto os dois escravos | têm um só e mesmo nome.

5. *ib.*]

| Γίνεται καὶ καθ' ὁμωνυμίαν ἀμφιβολία, ὅταν ἡ αὐτὴ λέξις ἐπὶ διαφόρων 20
 λαμβάνηται πραγμάτων, οἷον “«δὺς μὴ εἶναι δίκας περὶ τῶν αὐτῶν»· φόνου
 τις κρινόμενος ἀπέφυγε. Χρωμένῳ τούτῳ ἔχρησεν ὁ θεὸς «ἀνδροφόνους οὐ
 χρῶ», καὶ κρίνεται φόνου πάλιν”. Καὶ τὸν νόμον | προβάλλεται. Ἐνταῦθα γὰρ 25
 5 ὁ μὲν φεύγων λαμβάνει τὴν δίκην ἐπὶ τοῦ δικάσασθαι, λέγων ὅτι περὶ τῶν
 αὐτῶν δὺς ὁ νόμος ἀπαγορεύει δικάζεσθαι. Ὁ δὲ κατήγορός φησιν ὅτι “δίκην ὁ
 νόμος λέγει τὴν τιμωρίαν, σὺ δ' οὕτω δέδωκας τιμωρίαν οὐδεμίαν”.

5HERM.: 2-4 *St.* 42.15-18.

3 ἔχρησεν: ἀνείλε Pc || 4 φόνου om. Pc.

5. *ib.*]

Produce-se também uma ambiguidade por homonímia quando a mesma palavra é utilizada para se referir a coisas diferentes, por exemplo: “«não se incorrerá em justiça duas vezes pelos mesmos factos». Um certo homem, acusado de homicídio, foi absolvido. Consultou o oráculo e o deus respondeu-lhe: «não dou oráculos a homicidas»; e é de novo acusado de homicídio”¹⁵. E invoca a lei. Aqui, com
 5 efeito, l o réu toma o vocábulo “justiça” como referindo-se ao acto de ser submetido a julgamento, alegando que a lei proíbe que se incorra duas vezes em justiça pelos mesmos factos. Mas o acusador diz: “a lei designa por «justiça» a punição, mas tu ainda não tiveste qualquer punição”.

¹⁵ Exemplo de objecção por rejeição da acção directa por meio da introdução de uma excepção baseada num texto legislativo. Este escólio prenuncia de algum modo os seguintes, que se debruçam sobre a “objecção”. Com efeito, o escoliasta sentiu que um exemplo como o citado serviria de ilustração teórica (de notar o carácter escolar e convencional desta retórica) não apenas da objecção (é nessa qualidade que Hermógenes o cita), como também — estando ainda a comentar a teoria da ambiguidade nos estados de causa legais e visando-a imediatamente abaixo no texto de Hermógenes — da ambiguidade. A objecção enquanto estado de causa parte da verificação de que não há cabimento para determinado pleito judiciário segundo certas condições, após o exame do caso em apreço sucessivamente segundo os demais estados de causa. A objecção pode, pois, partir de qualquer outro dos estados de causa, isto é, quando, a dado ponto do exame, há obstáculos à prossecução do mesmo. No caso citado, o pleito baseia-se num conflito entre duas interpretações distintas de um texto legal, em virtude da sua ambiguidade: δίκη como “acção em justiça, processo” ou como “penalização por um crime” (ver infra escólio 16.7). Como assinala Hermógenes logo abaixo (42.18-19), começa-se pelo exame da letra e do espírito da lei, a que se segue o exame conjectural. A objecção e, deste modo, o termo do pleito judiciário antes mesmo do seu início processual, resulta pois neste caso de se dar provimento prévio à excepção interposta pelo arguido. Se, porém, se desse provimento à interpretação da lei proposta pelo acusador, então seria de instituir o processo.

1. 42.5-13 τὴν δὲ μετάληψιν οὐκέθ' ὁμοίως, ἀλλ' ὅταν ἡ ζήτησις ἢ περὶ τοῦ εἰ δεῖ τὸν ἀγῶνα εἰσελθεῖν· ἐν γὰρ μεταλήψει οὔτε εἰ ἔστι τὸ προηγουμένως ζητήσεις, καθάπερ ἐν στοχασμῷ, οὔτε τί ἐστι, καθάπερ ἐν ὄρω, οὔτε ὁποῖόν τί ἐστιν, ὡς ἐν τοῖς λοιποῖς, ἀλλ' αὐτὸ τοῦτο, εἰ δεῖ ζητῆσαί τι τούτων. Παραγραφὴ γάρ ἐστι. Δύο δὲ αὐτῆς εἶδη· ἡ μὲν γάρ ἐστιν ἔγγραφος ἀπὸ ῥητοῦ τινος λαμβάνουσα τὴν ζήτησιν, ἡ δὲ ἄγραφος]

5

Τελευταία ἡ μετάληψις διὰ τὸ μὴ περὶ τὸ πρᾶγμα τὴν ζήτησιν ἔχειν, ἀλλ' ὁμολογημένου τοῦ πράγματος περὶ μόνην τὴν περίστασιν στρέφεσθαι· αἱ μὲν | γὰρ ἄλλαι στάσεις ἢ ἄρνησιν ἔχουσι τοῦ χρινομένου πράγματος, ἢ τὸ μὲν ὁμολογοῦσι, τὸ δ' οἷ' ἢ τι τῶν τοιούτων. Αὕτη δὲ οὐδὲ ὁμολογίας ἀξιοῖ τὸν
5 κατήγορον.

Capítulo 16

OBJECÇÃO

1. 42.5-13 “Mas com a objecção não se passa assim. Aqui, a questão centra-se sobre se se deve introduzir o debate. É que na objecção as questões primordiais não são se uma coisa existe, como na conjectura, nem em que consiste, como na definição, nem qual é a sua qualidade, como nos demais estados de causa, mas no próprio facto de saber se se deve colocar qualquer uma destas questões. Trata-se, de facto, da excepção. Desta, há duas espécies: a escrita, que toma a questão de um texto; e a não-escrita.”]

A objecção é o último estado de causa, por não fazer incidir a inquirição sobre o facto, mas, havendo concordância sobre a matéria de facto, por se centrar unicamente em torno das circunstâncias. Com efeito, os outros estados de causa ou apresentam uma negação do acto em julgamento, ou, por um lado, o assumem e, por outro, o não assumem, ou qualquer coisa deste género. Porém, este estado de

5 causa considera que o acusador não merece | nenhum acordo.

2. *ib.*]

- Περὶ τῶν προρρηθισῶν στάσεων ὅπως διαγινώσκονται εἶρηκεν ὅτι
 ζητούντων ἡμῶν “εἰ ἔστιν” ἢ “τί | ἔστιν”, ἢ “ὅποιόν τί ἔστιν”, οἷον τὴν 10
 ὑπαρξιν, τὴν ιδιότητα, τὴν ποιότητα. Τὴν δὲ μετάληψιν οὐχ ὁμοίως ἔφη
 διαγινώσκεσθαι· ἀλλ’ ὅταν ζητῇται “εἰ τὸν ἀγῶνα δεῖ εἰσελθεῖν” ὅλως· μήτε
 5 γὰρ τὸ εἰ ἔστι ζητεῖσθαι, ὥσπερ ἐν στοχασμῷ, μήτε τὸ τί ἔστιν, ὡς ἐν ὄρω,
 μήτε τὸ ὅποιόν | τί ἔστιν, ὡς ἐν ταῖς λοιπαῖς τῶν στάσεων· ἀλλ’ αὐτὸ τοῦτό 15
 φησιν· εἰ δεῖ εἰσαχθῆναι τὸν περὶ τούτων ἀγῶνα. Παραγραφὴ γάρ ἐστιν ἡγουν
 παραίτησις καὶ παρωθισμὸς τοῦ ἀγῶνος. Μετάληψις δὲ εἴρηται ὅτι κατ’
 ἔνστασιν εἰσάγεται καὶ ἀντιπαράστασιν, καθάπερ ἡ μετάληψις τὸ | κεφάλαιον.
 10 Ὡσπερ ἐπὶ τοῦ παρεστῶτος τῷ νεοσφαγεῖ σώματι καὶ κρινομένου λέγοντος 20
 ἀντιληπτικῶς ὅτι ἐξῆν μοι παρίστασθαι, μεταληπτικῶς ὁ κατήγορος ἀντι-
 καθίσταται, λέγων ὅτι οὐκ ἐξῆν σοι (ὅπερ ἐστὶν ἡ ἔνστασις)· εἴτα ὅτι εἰ καὶ
 ἐξῆν, ἀλλ’ οὐχ οὕτω, ξίφος κατέχοντα καὶ | ἡμαγμένον τὰς χεῖρας (ὅπερ ἐστὶν 25
 ἡ ἀντιπαράστασις)· οὕτω καὶ ἡ μετάληψις ἡ στάσις. Πρῶτον μὲν παραγραφὴ,
 15 διωθουμένη τὸν ἀγῶνα ἐνστατικῶς· ἔνθεν καὶ πα|ραγραφὴ λέγεται. Εἴτα 232
 δεχομένη πάλιν ἀντιπαραστατικῶς ἀγωνίζεται, ὡς ἐπὶ τῶν παραδειγμάτων ἐν
 τοῖς ἐφεξῆς σαφέστερον δηλωθήσεται.

2

HERM.: 2 εἰ ἔστιν *St.* 42.7-8 || τί ἔστιν *ib.* 42.9 || ὅποιόν τί ἔστιν *ib.* || 4 *ib.* 42.7 || 10 ἐπὶ τοῦ — σώματι
ib. 30.19-20, 36.12-13.

Hoc Σ post Σ b *Pc* || 1 προρρηθισῶν recte *PbNe* unde *W7*: προρρηθέντων *rell.* || 3 δὲ *om.* *Pc* || 4
 ζητεῖται *Pa* || 5 *alt.* τὸ *om.* *Pc* || 6 ὡς: ὥσπερ *W7* || τῶν *om.* *Pc* || 10 τῷ *om.* *Pc* || σώματος *Pc* || καί: τοῦ *W7* ||
 17 ἐν τοῖς *om.* *Pc*.

2. *ib.*]

Relativamente ao modo como são reconhecidos os estados anteriormente mencionados, ele afirmou que é quando colocamos a questão de saber “se uma coisa existe” ou “o que é”, ou “qual a sua qualidade”, ou seja, a sua existência, propriedade e qualificação. Em contrapartida, ele não disse que a objecção se reconhece de forma análoga, mas quando está em questão se se deve, em termos

5 absolutos, empreender o debate; com efeito, não l se inquire se qualquer coisa existe, como na conjectura, nem em que consiste, como na definição, nem qual a sua qualidade, como nos demais estados de causa, mas — diz ele —, precisamente o seguinte: se se deve introduzir o debate acerca destas questões. Com efeito, ela consiste numa excepção, quer dizer, uma recusa e uma rejeição do debate. Designa-se por “objecção”, porque é introduzida como uma instância e

10 uma réplica, tal como a objecção enquanto tópico capital. No caso l do indivíduo que se encontra junto do corpo recém-degolado, aquele que está em julgamento afirma, em justificação: “era-me permitido estar lá”; a isto o acusador contesta, mediante objecção, afirmando: “não podias” (nisto consistindo a instância); e, em seguida: “ainda que fosse permitido, não o seria assim, pois conservas em teu poder a espada e as mãos sujas de sangue” (nisto consistindo a réplica). Assim também sucede com a objecção enquanto estado de causa. Em primeiro lugar, a

15 excepção rejeita o debate l mediante uma instância, pelo que também se designa por “excepção”. De seguida, sendo admitida, debate novamente, por meio de réplica, como nos exemplos em seguida citados ficará mais claramente demonstrado.

a. ib. 42.5 τὴν δὲ μετάληψιν]

Εἴη ἂν ἀκριβῶς διαφορὰ ἀντιλήψεως καὶ μεταλήψεως αὕτη· τὸ ἐν μὲν τῇ ἀντιλήψει τὸ πεπονθὸς πρόσωπον λαμπρὸν εἶναι, τὸ δὲ ἀδικῆσαν εὐτελέσ· ὥσπερ ἐπὶ τοῦ ζωγράφου τοῦ προτιθέντος ἔμπροσθεν τοῦ λιμένος τὰ ναυάγια. Ἡδίκηται μὲν γὰρ ἡ πόλις, ὁ δὲ ἀδικήσας ζωγράφος. Καὶ ὁ ἀνελὼν τὸν 25

5 τρισαριστέα μοιχὸν εὐρὼν ἀριστέα ἀνείλεν εὐεργέτην τῆς πόλεως, λαμπρὸν τὸ πρόσω|πον καθ' ὑπερβολήν. Ἐν δὲ τῇ μεταλήψει οὐχ οὕτως· ἀλλὰ τὸ μὲν 235 πεπονθὸς εὐτελεῖ· καὶ τοῦ ταῦτα παθεῖν, ἅπερ ἔπαθεν, ἄξιον ὡς εἰπεῖν, τὸ δὲ πρᾶξαν λαμπρόν. Καὶ αὕτη μὲν ἡ διαφορὰ· ἔνθα πάθος τι καὶ ἄδικος | πρᾶξις 5 ὑπόκειται. Ἐνθα δὲ μὴ τοῦτο, ὡς ἐν ἐκείνῃ τῇ ἀντιλήψει· “Κλέωνος ἐπαγγελλομένου τὰ περὶ Πύλον, Ἀλκιβιάδης ἐγέλα, καὶ κρίνεται ὕβρεως”. Ἐτέρα ἐστὶ διαφορὰ ἡ κατὰ Πορφύριον· ἐν μὲν γὰρ τῇ ἀντιλήψει ὅλον τὸ πρᾶγμα συγκεχώρηται, ἐν δὲ τῇ μεταλήψει οὐχ ὅλον, | οἷον τὸ γελᾶν 10 Ἀλκιβιάδην κατὰ πάντα συγκεχώρηται καὶ χρόνον καὶ τόπον. Τὸ δὲ ἀποκτινύναι τὸν πένητα κατάκριτον ὄντα οὐ συγκεχώρηται πάντῃ. Καὶ ἡ

15 Ἀντιπάτρου δὲ οὐ παραδεχθήσεται, λεγόντων ἡμῶν ὡς κατὰ τὸ πρόβλημα ἔπαισε, μᾶλλον δὲ ἐφ' ἅπασι τοῖς εἰρημέ|νοισι. Κατὰ Παῦλον δὲ τὸν ἡμέτερον, 15 ταύτην ἀκριβεστέραν διαφορὰν προσθετέον· ὅτι ἡ μὲν μετάληψις ἀπὸ νόμου τινός ἀεὶ λαμβάνεται, ἡ δὲ ἀντίληψις ἢ ἀπὸ ἔθους ἢ ἀπὸ φύσεως ἢ ἀπὸ νόμου. Πρὸς μὲν οὖν τὸ ἀπὸ φύσεως καὶ ἔθους οὐδεμία ἂν γένοιτο κωνωνία

20 ὅλως, πρὸς δὲ τὸ | ἀπὸ νόμου, ἔνθα κοινωνοῦσι μόνον. Ἀπόχρη οὖν ἡ 20 Πορφυρίου διαφορὰ, ἐπιστάσεως δὲ ἄξιον· μήποτε ἐπὶ τῶν κατὰ νόμον ἀντιλήψεων πάντως λυπηρὰ ἔπεται ἔκβασις. Ἐπὶ δὲ τῶν ἐχόντων πρᾶξιν ἐκβᾶσαν ἡ κατὰ τὰ πεπονθότα πρόσωπα διαφορὰ πάνυ ἔρρωται.

a

FONTES: 3 ἐπὶ τοῦ ζωγράφου — τὰ ναυάγια cf. Syr. Sop. W4 233.22-23, 29-30, Syr. R2 130.6-8, 131.11-13 et W4 585.33-586.3 adn. 31 || 9-10 cf. Marc. W4 167.29-168.2, Sop. ib. 233.27-29 || 13-14 τὸ δὲ — ὄντα cf. R2 154.1-4.

Hoc Σ adhuc transposui lemmatum ordinationis causa: post Σ 5 Pa post Σ 1 habet Pc nec om. ut perperam dicit W7 (cf. 234.20 adn. 13) in Σ min. PbNe || 2 ἀδικῆσαι W7 || 3 προτεθέντος Pc || ἔμπροσθεν τοῦ λιμένος Pc: ἔμ. τ. om. Pa ἐπὶ λιμένος W7 || 16 al. δέ: καὶ Pc || 17 ταύτην Pc: om. rell. || 18 ἢ om. Pc || 20 οὖν om. Pc || 22 ἔπιται W7 || 23 τὰ om. Pa || πρόσωπον Pa || ἔρρωτο Pb ap. quem εὔρωτο perperam legit W7 (cf. 235.24 adn. 16).

a. *ib.* 42.5 “... a objecção...”]

A diferença entre a objecção e a justificação¹ seria, em rigor, a seguinte: na justificação, é ilustre a pessoa da vítima, ao passo que a pessoa do criminoso é ordinária, tal como no exemplo do pintor que representa os naufrágios no porto. Com efeito, o Estado foi vítima do crime, e o pintor aquele que a cometeu. E o assassino do homem três vezes condecorado por bravura, adúltero, encontra um condecorado por bravura e benfeitor do Estado. A pessoa é extremamente ilustre. Na objecção tal não sucede; mas a pessoa da vítima é ordinária e, por assim dizer, merecedora de ter sofrido o que sofreu, ao passo que a pessoa do agente é ilustre. E esta é a diferença, num caso em que está subjacente um acto sofrido e uma acção criminosa. Mas também há casos em que não sucede assim, como na justificação seguinte: “Quando Cléon fez promessas relativamente aos acontecimentos em Pilo, Alcibíades riu-se e é acusado de ultraje”. Há uma outra diferença, segundo Porfírio: na justificação, admite-se a totalidade do facto, mas na objecção nem tudo, por exemplo: o riso de Alcibíades é totalmente admitido, quer quanto ao tempo, quer quanto ao lugar. Pelo contrário, o assassinio do pobre, estando este condenado, não é totalmente admitido. E a diferença proposta por Antípatro não será aceite, pois afirmamos nós que ele fracassou no tocante ao problema, e mais ainda na totalidade das suas afirmações. Segundo o nosso Paulo², é necessário acrescentar esta outra diferença, mais exacta: a objecção provém sempre de uma lei, enquanto a justificação provém ou de um costume, ou da natureza, ou de uma lei. Quanto à fundamentação na natureza e no costume, nada há, de um modo geral, em comum entre elas; mas a fundamentação na lei é o único ponto em comum. É, portanto, suficiente a diferença estabelecida por Porfírio, mas deve-se ter em atenção o seguinte: nunca uma justificação segundo a lei conduz a um resultado absolutamente deplorável. Ora, onde uma acção é produzida, a diferença que se prende com as pessoas das vítimas desempenha grande papel.

¹ Sobre as diferenças entre estes estados de causa cf. Malcolm Heath, *Hermogenes On Issues: strategies of argument in later Greek rhetoric*, Oxford University Press, 1995, p. 115.

² Sobre Paulo, cf. Introdução pp. 34-35.

**3. *ib.* 42.6-7 ἀλλ' ὅταν ἡ ζήτησις ἢ περὶ εἰ δεῖ τὸν ἀγῶνα
εἰσελθεῖν]**

Μέμφονται αὐτόν τινες ὡς πᾶσαν τὴν μετάληψιν περὶ τοῦ “εἰ δεῖ τὸν 5
ἀγῶνα εἰσελθεῖν” ἀποφηνάμενον. Δύο γὰρ τῆς μεταλήψεως ὄντων εἰδῶν, τῆς
μὲν ἐγγράφου, τῆς δὲ ἀγράφου, μόνης τῆς ἐγγράφου τὸ εἰρημένον ἐστίν· ἡ γὰρ
ἄγραφος οὐ περὶ εἰσαγωγῆς ἔχει τὴν ζήτησιν, ἀλλὰ περὶ τῆς τοῦ πράγματος
5 περιστάσεως. Ἔδει οὖν οὕτως | ὀρίσασθαι· τὴν δὲ μετάληψιν οὐκέτι ὁμοίως 10
ἐπιγνώσομεθα, ἀλλ' ὅταν ἡ ζήτησις ἢ, ἢ περὶ τοῦ τὸν ἀγῶνα εἰσελθεῖν, ἢ περὶ
τινος τῶν περιστατικῶν. Οὕτως γὰρ ἂν καὶ τὴν ἄγραφον περιελάμβανε.

3

HERM.: 1-2 *St.* 42.7 cf. lemma.

FONTES: 1-5 μέμφονται — περιστάσεως ex Syr. Sop. W4 276.21-26 || 4-5 οὐ περὶ — περιστάσεως Sop. W5 110.2-3 || 5-7 ἔδει — περιελάμβανε Syr. Sop. W4 277.1-5.

2 ἀποφηνάμενον Pc || μεταλήψεως corr. Pa³ unde ego: sic coinec. Heath ἀντιλήψεως rell. || 7 τινος ego conferens 6 περὶ τοῦ: τινὰ testes τινῶν fons.

3. *ib.* 42.6-7 “Aqui, a questão centra-se sobre se se deve introduzir o debate.”]

Criticam-no alguns por apresentar toda a objecção como respeitando a saber se se deve empreender o debate. Existindo duas espécies de objecção, a escrita e a não-escrita, faz-se unicamente referência à primeira, pois a não-escrita não faz incidir a questão sobre a introdução do debate, mas sobre as circunstâncias l do acto. Seria, pois, necessário defini-la deste modo: “não reconheceremos da mesma forma a objecção, mas quando tem lugar uma questão que se prende seja com a introdução do debate, seja com uma das circunstâncias do acto”. Deste modo também entenderia ele a objecção não-escrita.

4. *ib.* 42.7-11 ἐν γὰρ μεταλήψει οὔτε εἰ ἔστι τι προηγουμένως
ζητήσεις, καθάπερ ἐν στοχασμῷ, οὔτε τί ἔστι, καθάπερ ἐν
ὀρῷ, οὔτε ὁποῖόν τί ἐστίν, ὥς ἐν τοῖς λοιποῖς, ἀλλ’ αὐτὸ
τοῦτο, εἰ δεῖ ζητῆσαί τι τούτων]

Χαρακτηρίζει αὐτὴν δι’ ὧν καὶ νομίζει· τριῶν | γὰρ οὐσῶν τῶν ζητήσεων, 15
“εἴ ἔστι”, “τί ἐστί” καὶ “ὁποῖόν τί”, οὐδέ — φησί — τούτων ἐν τῇ μεταλήψει
ζητοῦμεν· ἀλλ’ “εἰ δεῖ τούτων εἰσενεχθῆναι τι”. Καί τινες λέγουσι πρώτην αὐ-
τὴν ταχθῆναι, ἐπειδὴ παραγράφει τὸν ἀγῶνα. Σπουδάζουσι δὲ πάντες ἄνθρω-
5 ποι αὐτὸ τοῦτο· οὐδὲ εἰσέλθειν, ἀλλὰ παραγράφειν τὸν ἀγῶνα. Ἀλλὰ πρὸς 20
τοῦτο ἀσφαλῶς ὠρίσατο, “εἰ δεῖ <τι> τούτων εἰσενεχθῆναι” φήσας. Ἀδύνατον
γὰρ τούτων ἦν τι παραγράφεσθαι μὴ μαθόντας ὅλως τί ταῦτά ἐστιν. Καί φασί
τινες ὅτι ἐπεὶ τρία εἰσὶ τὰ ζητούμενα, τούτων δὲ οὐδέν ἐστιν ἢ μετάληψις, οὐκ |
ἂν εἴη στάσις. Ἀλλ’ οὐκ ἀνεῖλεν αὐτὴν καθόλου, ἀλλὰ “προηγουμένως” — 25
10 φησί — περὶ τούτων οὐκ ἔχει τὴν ζήτησιν. Καλῶς δὲ προσέθηκε τὸ
“προηγουμένως”. Ἐν γὰρ τῇ ἐγγράφῳ μεταλήψει, ἣν καὶ καλοῦμεν παραγρα-
φήν, ἐμπίπτει πάντως καὶ δεύτερον ζήτημα παρὰ τὸ τῆς <παρα>γραφῆς, κατὰ | 30
μίαν τῶν ἄλλων στάσεων, οὐ μὴν “προηγουμένως”, ἀλλ’ ἐν δευτέρῳ λόγῳ.
Δύο γὰρ ἐν παραγραφῇ τὰ ζητούμενα· ὧν | τὸ μὲν πρότερον ἔχει τὴν 233
15 παραγραφὴν, ἀπαγωγὴν οὔσαν τῆς εὐθυδικίας, τὸ δὲ δεύτερον κατὰ μίαν τῶν
προειρημένων στάσεων.

4

HERM.: 2 εἴ ἔστι *St.* 42.7-8 cf. lemma || τί ἐστί *ib.* 42.9 || ὁποῖόν τί *ib.* cf. lemma || 3, 6 *ib.* 42.10-11 || 9, 11 *ib.* 42.8.

FONTES: 1-3 χαρακτηρίζει — ζητοῦμεν *Marc.* W4 278.10-14 || 3-4 καί — ἀγῶνα *ib.* 278.17-21 || 6-7 ἀσφαλῶς — ἐστίν *ib.* 278.23-26 || 9-10 καί — ζήτησιν *ib.* 278.29-279.3 || 10-16 καλῶς — στάσεων *ib.* 279.9-17.

4 δὲ: γὰρ *Pa*³ || 5 παραγράφειν *ego*: παραγράφ^α *P* || 6 τι ante τούτων *e fonte ego*: s.l. post εἰσενεχθῆναι *habet Pa*¹ *om. rell.* || 7 γὰρ: δὲ *testes* || 9 αὐτὴν καθόλου *om. Pc* || 11-12 ἦν — παραγραφὴν *om. Pc*.

4. *ib.* 42.7-11 “É que na objecção não se colocam primordialmente as questões se uma coisa existe, como na conjectura, nem em que consiste, como na definição, nem qual é a sua qualidade, como nos demais estados de causa, mas no próprio facto de saber se se deve colocar qualquer uma destas questões.”]

Ele caracteriza-a recorrendo aos meios que lhe são habituais: havendo, pois, três questões a colocar, “se uma coisa existe”, “em que consiste”, “qual a sua qualidade”, nenhuma delas — diz ele — inquirimos na objecção, mas “se alguma delas deve ser introduzida. E sustentam alguns que ela deveria ser classificada em primeiro lugar, visto que opõe uma excepção ao debate. É isto mesmo que toda a gente procura: não introduzir o debate, mas opor-lhe uma excepção. Porém, em resposta a estas críticas, ele definiu-a com prudência, afirmando “se alguma destas questões deve ser introduzida”. Seria, efectivamente, impossível exceptuar alguma delas sem saber de todo em que elas consistem. E afirmam alguns que, uma vez que são três as questões que se colocam, a objecção não é uma delas, nem seria um estado de causa. No entanto, ele não suprimiu totalmente a questão, mas esta — diz ele — não incide “primordialmente” sobre estes aspectos. Ele acrescentou correctamente o advérbio “primordialmente”. Com efeito, na objecção escrita, a que igualmente chamamos “excepção”, surge também sempre uma segunda questão, ao lado da excepção, segundo um dos outros estados de causa, e não por certo “primordialmente”, mas na segunda exposição. São, pois, duas as questões existentes na excepção, das quais a primeira compreende a excepção, enquanto “rejeição da acção directa”, e a segunda segue um dos estados de causa nomeados anteriormente.

b. ib. 42.7 ἐν γὰρ μεταλήψει]

| Ἄλλαι μὲν γὰρ παρ' ἄλλων τάξεις τῇ μεταλήψει ἀπεδόθησαν, ὁ δὲ 25
 Ἑρμογένης καλῶς ποιῶν πασῶν αὐτὴν ἐν τῇ μεθόδῳ μετατάττει· οὐ τοσοῦτον
 πρὸς τὴν φύσιν ἀπιδών, ὅσον πρὸς τὸ τῆς διδασκαλίας ἀναγκαῖον· ἐπεὶ γὰρ οὐχ
 οἷόν τε τὴν παραγραγὴν καθ' αὐτὴν εἶναί πο|τε, ἀλλὰ δεῖ πάντως ἑτέρας 236
 5 ἔχειν στάσεως συμπλοκὴν, οἷον παραγραφὴ κατὰ τὸν στοχασμόν, παραγραφὴ
 κατὰ τὸν ὅρον καὶ κατὰ ῥητὸν καὶ διάνοιαν. Ἐπεὶ οὖν δεῖ πάντως ἑτέραν αὐτῇ
 συνυπάρχειν στάσιν, εὐλόγως ἐκεῖ|νας προδιεξήλθεν, ἵν' ὅταν τὴν συμπλε- 5
 κομένην τῇ παραγραφῇ στάσιν ἀκούωμεν, μηδὲν ταραττώμεθα πρὸς τὴν
 ἄγνοιαν. Οὕτως οὖν ἐν μὲν τῇ μεθόδῳ τάττει αὐτὴν μὴ πᾶσας, ἐν δὲ τῇ
 10 διαιρέσει μέσην· οὐκέτι γὰρ ὁ προειρημένος λόγος ἐκώλυεν ἤδη τὰς στάσεις
 ἐπισταμέ|νων ἡμῶν. 10

b

Hoc **Σ** adhunc transposui lemmatum ordinationis causa: post **Σ** a habet **P** || 7 ἐκεῖνας Pa: ἐκεῖνας Pc
 ἐκεῖνο W7 || τὴν: τῇ Pc.

b. *ib.* 42.7 “É que na objecção...”]

Outras classificações foram atribuídas à objecção por outros tratadistas, mas Hermógenes, procedendo correctamente, transpôs a sua classificação para o fim da totalidade dos estados de causa, sem atentar tanto para a sua natureza quanto para as suas exigências pedagógicas, uma vez que a excepção nunca pode estar

5 isolada por si mesma, mas deve sempre estar ligada a um outro l estado de causa, por exemplo, a excepção segundo a conjectura, segundo a definição e segundo a letra e o espírito³. Assim, uma vez que a excepção deve coexistir absolutamente com um outro estado de causa, foi com sabedoria que expôs os demais, de sorte que, quando ouvirmos um estado de causa combinado com a excepção, nos não

10 incomodemos por o não conhecermos. Assim, pois, no método, ele classifica a excepção no fim da totalidade dos estados de causa, ao passo que, na l divisão, a classifica no meio. Com efeito, a razão precedente não mais constituía obstáculo, por conhecermos já os estados de causa.

³ Sobre a excepção (παραγραφή) em que intervêm procedimentos de inquirição de conjectura e de letra e espírito, cf. *Estados de causa* 42.18-19.

c. *ib.*]

Μετάληψις λέγεται ὅτι μεταλαμβάνει ἀπὸ τοῦ πράγματος ἕτερόν τι τῶν
 περὶ τὸ πρᾶγμα, τουτέστι τῶν περιστατικῶν, καὶ περὶ αὐτοῦ ποιεῖται τὴν
 ζήτησιν, καὶ παραγραφὴ ὁμοίως, ὅτι παραγράφει καὶ παραχαράττει | τὸ 15
 πρᾶγμα ἥτι τῶν περὶ τὸ πρᾶγμα, φημί τῶν περιστατικῶν. Μία γοῦν αὕτη
 5 τούτων συγγένεια, καθὼς διαγράφει αὐτῶν ἑκάτερα τὸ πρᾶγμα. Ὡστε εἰ ἔργον y
 ἀμφοτέρων ἓν, καὶ τὸ ὄνομα αὐτῶν διαφόρως ἐφ' ἑκατέρας ταχθήσεται. Ἔστι
 δὲ καὶ ἑτέρα κοινωνία· ἄμφω | γὰρ ῥητοῦ τινος ἄρχεσθαι βούλονται. Ἄλλ' 20
 ἐπειδὴ κοινωνίας αὐτῶν διεξήλθομεν, καθ' ὧς καὶ τὸ ὄνομα καὶ τὸ πρᾶγμα
 κοινὸν ἔχουσιν, ἀναγκαῖον καὶ τινὰς διαφορὰς προσθεῖναι, ὅπως μὴ παντελῶς
 10 ἓν καὶ τὸ αὐτὸ νομισθεῖεν. Διαφέρει τοίνυν ἀλλήλων πρῶτον μὲν τῷ | τὴν 25
 μετάληψιν ἄρχεσθαι ἀπὸ ῥητοῦ, καὶ εὐθέως αὐτοῦ ἀφίστασθαι, τὴν δὲ παρα-
 γραφὴν περὶ αὐτὸ καταγίνεσθαι. Ἐπειτα ἡ μὲν παραγραφὴ ἔχει πρόδηλον τὴν
 ἑαυτῆς φύσιν· μόνη γὰρ αὕτη τῶν στάσεων οὐδεμίαν περὶ τὴν εὕρεσιν ἔχει
 τὴν ζήτησιν. Ὁ μὲν γὰρ λέγων τὸ πρόβλημα εὐθὺς προστίθησι τὸ καὶ 30
 15 παραγραφικόν, καὶ δηλοῖ τὴν στάσιν ἅμα τῷ προβλήματι προενέγκασθαι. Ἡ
 δὲ | μετάληψις οὐχ οὕτως, ὥσπερ οὐδὲ αἱ ἄλλαι τῶν στάσεων. Ὁ δὲ χρόνος 237
 διαιρεῖται εἰς τὸ μὴ νῦν, εἰς τὸ μηκέτι, εἰς τὸ μήπω· τοῦ μὴ νῦν παράδειγμα·
 “νόμος «ἐν ἱερομηνίᾳ μηδὲνα δικάζεσθαι»· κατηγορεῖ τις ἐν ἱερομηνίᾳ τινός 5

c

FONTES 12-16 ἔπειτα — τῶν στάσεων fort. e Ioanne Caesarensi, ut censet Heath. “*Metalepsis...*” 12, 15 et 29 sumpsit An.

Hoc Σ post Σ b positum ap. Pa recte ut censeo: in Σ min. ap. PbNe inueniuntur post Σ 4 Pc || 5 τούτων Pc unde ego: τούτου rell. || 6 ὄνομα ego: πρᾶγμα testes e l. superiore || ἀδιαφόρως Pc || 9 κοινόν: κοινωνόν Pc || ἔχουσιν Pc || 13 ἑαυτῆς: αὐτῆς Pc || 14 μὲν Pc: om. rell.

c. *ib.*]

Designa-se por “objecção” porque, a partir do acto, objecta, substituindo-os⁴, um dos restantes elementos, isto é, as circunstâncias, e porque desencadeia a inquirição sobre ele. E semelhantemente; por “excepção”, porque exclui e altera o valor do facto ou de algum dos seus elementos, a saber, as circunstâncias. Eis, em
 5 todo o caso, um primeiro parentesco l entre elas, na medida em que cada um deles anula o facto. Consequentemente, se a tarefa de ambas é uma só, empregar-se-á um nome diferente para cada uma⁵. Há também um outro aspecto em comum: um e outro partem de algum texto. Mas, como explanámos os aspectos comuns, na medida em que terão em comum quer o nome quer o acto, é necessário acrescentar
 10 algumas diferenças, de forma que se não l considere que se trata de uma só e da mesma coisa. Diferem, pois, entre si, primeiramente pelo facto de a objecção partir de um texto e se afastar imediatamente dele, ao passo que a excepção se ocupa dos próprios textos. Por outro lado, a excepção é evidente na sua própria natureza: de facto, ela é o único dos estados de causa cuja invenção dispensa a
 15 inquirição. Com efeito, o falante acrescenta o problema e o l procedimento de excepção, e mostra o estado de causa ao mesmo tempo que enuncia o problema. Mas com a objecção não sucede assim, tal como não sucede assim com os restantes estados de causa⁶. O tempo divide-se em: “não agora”, “não mais” e “ainda não”. Exemplo do “não agora”: “uma lei determina «ninguém será réu em justiça durante uma festa religiosa»; ora alguém, aquando de uma festa reli

⁴ Está aqui presente a noção de substituição implícita na μετάληψις (e no verbo μεταλαμβάνω). Cf. M. Patillon, *Hermogène...*, p. 166 n. 3.

⁵ Μετάληψις e παραγραφή eram originalmente procedimentos distintos. No entanto, acabaram-se por se confundir, anomalia que se pode explicar como uma adaptação pragmática à evolução da prática jurídica. Este assunto já foi precedentemente abordado na Introdução, pp. 65-66. Todavia, para um estudo mais completo sobre o mesmo, cf. M. Heath, “*Metalepsis...*”

⁶ O comentário das linhas 12-16 são conjecturalmente atribuídos a João de Cesareia, que viveu provavelmente na primeira metade do século V. Cf. M. Heath, “*Metalepsis...*” 12, 15 e 29.

20 ὡς ἡσεβηκότος, ὁ δὲ παραγράφει αὐτόν· κατά γε τὸν ἐνεστῶτα χρόνον παρα-
 γράφει, οὐκ ἀποσειόμενος παντελῶς τὴν κατηγορίαν, ἀλλὰ πρὸς τὸ παρὸν
 ἐκβάλλων. Τοῦ δὲ μηκέτι παράδειγμα· δύο πλούσιοι πένητι καθεστήκασιν
 ἐχθροὶ τὰ πολιτικά, ἐπὶ πρεσβείαν ἐξελη|θόντος τοῦ πένητος εὐρέθη ὁ υἱὸς 10
 νεκρὸς ἀσκύλευτος· καὶ ἀντεγκαλοῦσι ἀλλήλοις οἱ πλούσιοι, ἀπέφυγον
 ἀμφοτέρω, καὶ ἐπανελθὼν ὁ πένης βούλεται κρίνειν αὐτούς· οἱ δὲ
 25 παραγράφονται αὐτὸν κατὰ τὸν νόμον τὸν κελεύοντα δις περὶ τῶν αὐτῶν μὴ
 κρίνεσθαι. Ἐνταῦθα | γὰρ τὴν κατηγορίαν παντελῶς παραγράφονται, μὴ οἶόν 15
 τε εἶναι περὶ τούτων κρίνεσθαι τοῦ λοιποῦ, ἐφ' οἷς ἤδη ἐκρίθησαν· τοῦ δὲ
 μήπω ἐκεῖνο ἔστω ἡμῖν παράδειγμα· “νόμος «τριάκοντα ὕστερον ἡμερῶν
 εἰσιέναι τὴν δίκην»· δύο πένητες ἐγράψαντο πλούσιον· εὐρέθη ὁ ἕτερος αὐτῶν
 30 νε|κρὸς ἀσκύλευτος· καὶ ὁ ἕτερος πρὸ τῶν τριάκοντα ἡμερῶν τὴν δίκην ἀξιοῖ 20
 κρίνεσθαι”. Τοῦτο γὰρ οὐ παντελῶς, ἀλλὰ κατὰ τὸ μήπω παρεῖναι τὸν καιρὸν
 τῆς προόδου παραγράφεται, ἀναμένειν γὰρ αὐτὸν ἀξιῶσει τὸν προσήκοντα
 χρόνον.

- giosa, acusa outra pessoa de impiedade, e esta interpõe uma excepção”; ele
20 exceptua do momento | presente, sem anular totalmente a acusação, mas recusando-a no momento. Exemplo de “não mais”: “dois homens ricos constituíram-se inimigos políticos de um pobre; tendo o pobre partido em embaixada, seu filho foi encontrado morto e sem ter sido despojado; os ricos acusam-se mutuamente, sendo ambos absolvidos, e o pobre, ao regressar, pretende levá-los a julgamento;
25 estes | exceptuam, segundo a lei que determina que ninguém deve ser julgado duas vezes pelos mesmos crimes”. Aqui, pois, eles exceptuam totalmente a acusação, por não ser doravante possível que sejam submetidos a julgamento pelos mesmos crimes pelos quais haviam já sido julgados. De “ainda não”, socorramo-nos do seguinte exemplo: “uma lei determina «incorrer-se-á em justiça ao fim de
30 trinta dias»; dois pobres processaram um rico; um deles foi | encontrado morto, sem ter sido despojado, e o outro entende que deve intentar àquele uma acção judicial antes do termo dos trinta dias”. Aqui, a excepção não é total, mas exceptua com a alegação de que a ocasião para o procedimento ainda não chegou, pois o rico vai solicitar que se espere pelo tempo oportuno.

5. ib. 42.11 δύο δὲ αὐτῆς εἶδη]**233**

Διδάξας τὸν ὅρον τῆς μεταλήψεως, ὅτι παρα|γραφή ἐστὶν “εἰ δεῖ τὸν ἀγῶνα 5
 εἰσελθεῖν” τὸν περὶ τοῦ “εἰ ἔστιν” ἢ “τί ἐστὶν” ἢ “ὅποῖόν τί ἐστὶ” — τοῦτο γὰρ
 ὅρος τῆς μεταλήψεως —, διδάσκει καὶ περὶ τῶν ταύτης εἰδῶν, καινόν τι
 πρᾶγμα ποιῶν, ὅπερ ἐν οὐδεμιᾷ τῶν ἄλλων πεποίηκε στάσεων· πρὶν ἢ
 5 προσθεῖναι τὴν περὶ τῶν κεφα|λαίων διαίρεσιν διδάσκειν περὶ εἰδῶν. Ἄλλ’ 10
 ἐπειδὴ τὰ εἶδη τῆς μεταλήψεως ἰδίους ἕκαστον τέμνεται κεφαλαίοις, ὡς ἐν τῇ
 διαιρέσει τούτων εἰσόμεθα, τούτου ἔνεκα καὶ τάξεως αὐτὰ τῆς μετὰ τῶν
 στάσεων ἠξίωσεν· ἄλλ’ ἐνταῦθα ἕτερόν τι πάλιν ἀνεφύη ἄπορον, ὡς εἶγε
 ἰδίους | τέμνεται κεφαλαίοις ἑκάτερον εἶδος τῆς μεταλήψεως, πῶς οὐ στάσις 15
 10 εἶναι τούτων ἕκαστον καὶ νομίζεσθαι λέγεται, ἀλλ’ ὡς εἶδη ἡμῖν ὑπὸ τοῦ τεχ-
 νικοῦ παραδέδονται; Ἐντεῦθεν οὖν ἔστιν ἐπιγνῶναι ὅτι ὥσπερ οὐ στάσιν τὴν
 αὐτὴν ἢ ταυτότης τῶν κεφαλαίων ποιεῖ, οὕτως | οὐδὲ ἢ ἑτερότης ἑτερότητα 20
 στάσεων, ἀλλ’ ἢ τοῦ ὅρου ταυτότης ἢ ἑτερότης, αὕτη ταυτότητα στάσεων ἢ
 ἑτερότητα στάσεων κατεργάζεται. Καὶ διὰ ταῦτά φησιν ὅτι “δύο δὲ αὐτῆς
 15 εἶδη”. Εἰπὼν δὲ τὴν ποσότητα τῶν εἰδῶν ὅτι δύο, μέτεισι καὶ ἐπὶ τὴν τούτων
 ποιότητα· λέγων | ὅτι ἢ μὲν ἔγγραφός ἐστιν, ἢ δὲ ἄγραφος· τὸ ἔγγραφον 25
 ἐνταῦθα εἶδος τῆς μεταλήψεως τοῦ ἀγράφου προτίθησι· τούναντίον τῆς κατὰ

5

HERM.: 1-2 *St.* 42.7 || 2 εἴ ἐστι *ib.* 42.7 -8 || τί ἐστι *ib.* 42.9 || ὅποῖόν τι ἐστὶ *ib.* || 14-15 *ib.* 42.11 *cf.* lemma.

4 ἐν *Pc*: *om. rell.* || οὐδεμία *W7* || 6 κεφάλαιον *W7* || 10 ὑπὸ: *παρὰ W7* || 11 παραδέδοται *Pc* || 14 στάσεων *om. Pc* || 14 καὶ *om. Pa* || 17 εἶδος *Pa om.* || προτίθεται *Pc*.

5. *ib.* 42.11 “Desta, há duas espécies...”]

- Depois de ensinar a definição de “objecção”, dizendo que é uma excepção, para se saber “se se deve empreender o debate”, sobre se uma coisa existe, sobre aquilo em que consiste ou qual a sua qualidade — sendo pois esta a definição de objecção —, ele ensina quais são as suas espécies, originando um novo facto, o que ele não fez para nenhum dos outros estados de causa: ensinar sobre as suas
- 5 espécies antes de l apresentar a divisão dos respectivos tópicos capitais. Mas, visto que as espécies da objecção têm cada uma delas uma divisão em tópicos capitais que lhe é específica, como ficaremos a saber na respectiva divisão, com este propósito ele também considerou que elas deveriam figurar na classificação dos estados de causa. Mas aqui surge uma outra dificuldade, pois, visto que ambas as espécies de objecção se dividem em tópicos capitais específicos, porque se não
- 10 afirma que l cada um deles constitui e se considera um estado de causa, mas nos são apresentados pelo Autor antes como espécies? Isto permite-nos descobrir que, tal como a identidade dos tópicos capitais não gera o mesmo estado de causa, assim também a diferenciação dos tópicos capitais não gera uma diferenciação dos estados de causa, mas é a identidade ou diferenciação na definição que produz a identidade ou a diferenciação dos estados de causa⁷. E por este motivo diz: “são
- 15 duas as suas l espécies”. Ao expor a quantidade das espécies, que são em número de duas, passa também à respectiva qualidade, afirmando que uma é escrita, a outra não-escrita. Aqui ele apresenta a espécie de objecção escrita antes da não-escrita, procedendo inversamente ao que fizera na classificação da divisão dos estados de causa racionais e legais. No caso destes, pois, na transmissão dos esta-

⁷ Cf. 12.1.26-27 e 14.9.22-23.

τὴν διαίρεσιν τῶν λογικῶν τε καὶ νομικῶν στάσεων ἐνδεικνύμενος τάξεως·
 ἐκεῖ μὲν γὰρ διὰ τῆς διαιρετικῆς μεθόδου τὰς στάσεις παραδιδούς | τῇ 30
 20 διαιρετικῇ ἐπόμενος φύσει τὰς λογικὰς ὡς ἀπλουστέ|ρας τῶν νομικῶν προη- 234
 γόρευσεν. Ἐνταῦθα δὲ ὡς ἤδη τὴν φύσιν τῶν στάσεων παραδούς καὶ περὶ τῶν
 ὑπ' αὐτὰς εἰδῶν τὸν λόγον ποιούμενος τὴν ἔγγραφον ὡς ὕλωδεστέραν καὶ πα-
 χυτέραν τῆς ἀγράφου προτέθεικεν. Ἐπεὶ δὲ καὶ | αἱ νομικαὶ ἐξ ἐγγράφων 5
 εἰσίν, ἵνα τὴν πρὸς ἐκείνας δείξῃ διαφοράν, ἐπήνεγκε· “καὶ ἡ μὲν ἔγγραφός
 25 ἐστὶν ἀπαγωγή τῆς εὐθυδικίας κατὰ παραγραφὴν ἀπὸ ῥητοῦ τινος, περὶ οὗ ἡ
 ζήτησις”. Ἐκεῖναι — φησί — κατ' εὐθὺ χωροῦσι τῆς εὐθυδικίας, καὶ περὶ
 αὐτῆς αὐτίκα καὶ κατ' | ἀρχὰς ἀγωνίζονται· ἡ δὲ ἔγγραφος μετάληψις καὶ 10
 παραγραφὴ διωθεῖται τὸν ἀγῶνα, καὶ ἀποκρούεται, καὶ μὴ δεῖν αὐτὸν
 εἰσαχθῆναι πρότερον ἀγωνίζεται. Εἴτα ἐπειδὴν δι' ὅλης στάσεως τῆς ἀπὸ
 30 ῥητοῦ κατὰ μίαν τῶν νομικῶν ἐξεταζομένης δείξῃ τὸ κατ' αὐτὸ ὁ
 κατηγορούμενος μὴ δεῖν τὸν ἀγῶνα εἰσενεχθῆναι, κατὰ περιουσίαν χωρεῖ καὶ 15
 ἐπὶ τὴν εὐθυδικίαν αὐτήν, καθ' ὅποτέραν ἂν ἐμπίπτῃ τῶν στάσεων,
 ἀγωνιζόμενος κἀνταῦθα ἀνεύθυνον ἑαυτὸν ἀποδείξαι καὶ καταδίκης ἀνώτε-
 ρον. Ἀπὸ δὲ τοῦ παραδείγματος σαφέστερον δειχθήσεται τὸ λεγόμε|νον. 20

5

HERM.: 24-26 St. 42.13-15.

19 διαιρετικῆς: προαιρετικῆς Pc || 22 ὡς Pa: καὶ Pc || 24 δείξῃ: διδάξῃ Pc || 28 αὐτὸν om. Pc || 30 κατ' αὐτὸ (sc. τὸ ῥητόν): κατ' αὐτὸν testes || 33 ἑαυτὸν Pc: ἑαυτὸν corr. Pa².

- 20 dos de causa pelo método da divisão, prosseguiu esta l divisão natural falando primeiro dos racionais, por serem mais elementares. Aqui, porém, como já transmitiu a natureza dos estados de causa e está a tratar das espécies a eles subordinadas, apresentou primeiro a objecção escrita, por ser mais rica de matéria e densa do que a não-escrita. Como também os estados de causa legais provêm das espécies escritas, a fim de mostrar a diferença que comportam relativamente àqueles,
- 25 acrescentou: “e a escrita l consiste numa rejeição da acção directa, segundo uma excepção que parte de um texto, ao qual a inquirição diz respeito”. Aqueles — diz ele — afastam-se de imediato da acção directa, e geram rapidamente e logo de início o debate a seu respeito. Pelo contrário, a objecção escrita e a excepção rejeitam e recusam o debate, e sustentam previamente que não é necessário intro-
- 30 duzi-lo. De seguida, quando o acusado mostrou, l através do exame de todo um estado de causa segundo um dos legais partindo de um texto, o facto de, em função do texto, não haver necessidade de o debate ser introduzido, passa como acréscimo também à própria acção directa, segundo o estado de causa que estiver presente, discutindo também aqui que ele mesmo é inocente e que está acima do castigo. A afirmação ficará mais clara com o exemplo dado.

6. ib. 42.11 δύο δὲ αὐτῆς εἶδη]

| Πᾶσα — φησί — παραγραφή, ἥτις ἐστὶ καὶ ἔγγραφος μετάληψις, 25
 μεταλαμβάνεται γὰρ, εἶδη ἔχει δύο· ἡ μὲν γάρ ἐστιν ἔγγραφος, ἡ δὲ ἄγραφος
 ὥσπερ καὶ πραγματική. Καὶ ἡ μὲν ἔγγραφος κυρίως “παραγραφή” καλεῖται,
 καταχρηστικῶς δὲ καὶ “ἔγγραφος μετάληψις”· ἡ δὲ | “ἄγραφος” λέγεται μὲν 30
 5 κυρίως ὁμωνύμως τῷ γένει “μετάληψις”, λέγεται δὲ ὅμως καταχρηστικῶς καὶ
 “παραγραφή”. | Ἀμφότερα οὖν τὰ εἶδη μετάληψις ἐστὶ· μεταλαμβάνει γὰρ 238
 ἐκάστη τὴν περίστασιν, καὶ γὰρ ὁ νόμος ἀπὸ περιστατικοῦ τινος. Ἀλλὰ μὴν
 καὶ ἀμφότεραι πάλιν παραφραφαί· παραγράφεται γὰρ ἡ μὲν φανερώς, ἡ δὲ
 τὴν | ἐξουσίαν τῆς πράξεως, καθάπερ τὴν κατηγορίαν ἐκβάλουσα. Καὶ κατὰ 5
 10 τοῦτο διαφέρει· ὅτι ἡ μὲν παντελῶς ἐκβάλλει τὸν ἀγῶνα, ἡ δὲ δεχομένη τὴν
 ἐξουσίαν τοῖς περιστατικοῖς <πάλιν> κέχρηται· καὶ γνωρίζεται ἡ μὲν ἀπὸ τοῦ
 φεύγοντος, ἡ ἔγγραφος, ἡ δὲ ἀπὸ διώκοντος, ἡ | ἄγραφος. Γίνεται δὲ αὕτη 10
 σπανίως ἀπὸ τοῦ φεύγοντος.

6

HERM.: 2 εἶδη — ἄγραφος cf. *St.* 42.11-13.

FONTES 1-5 πᾶσα — μετάληψις *Syr. Sop.* W4 284.11-17 || 3-5 ἡ μὲν ἔγγραφος — μετάληψις cf. *ib.* 276.10-12 || 6-9 ἀμφότερα — ἐκβάλουσα *Marc. ib.* 279.23-28 || 10-11 διαφέρει — κέχρηται *ib.* 279.20-23, cf. 279.33-280.4.

5 ὁμωνύμως e fonte coniec. Heath: ὁμωνυμῶς testes || 8 πάλιν Heath e fonte: πάλαι testes || 11 πάλιν e fonte restitui.

6. *ib.* 42.11 “As suas espécies são em número de dois.”]

Toda a excepção — diz ele —, que consiste igualmente numa objecção por escrito, apresentando-se efectivamente como uma objecção, compreende duas espécies: uma, por escrito; a outra, sem escrito, tal como sucede também com o estado de causa pragmático. E à escrita chama-se propriamente “excepção” e
 5 também, por catacrese, “objecção por escrito”; a não-escrita designa-se | propriamente por “objecção”⁸ com a mesma denominação do género, mas designa-se abusivamente, também, por “excepção”. Assim, ambas as espécies constituem uma objecção, pois cada uma delas objecta a circunstância, sendo que a lei parte de algum elemento circunstancial. Na verdade, porém, ambas constituem, pelo contrário, excepções: uma, pois, exceptua de forma patente, enquanto a outra
 10 exceptua a permissão de agir, tanto como a acusação. E diferem | no seguinte ponto: enquanto uma recusa totalmente o debate, a outra, admitindo que é permitido, utiliza por seu lado os elementos circunstanciais; uma, a escrita, reconhece-se partindo do réu, e a outra, a não-escrita, partindo do autor. Esta última raramente parte do réu.

⁸ Além das fontes mencionadas no aparato cf. Siriano W4 774.20-22.

7. *ib.* 42.14 ἀπαγωγή]

Ἀπαγωγή, τουτέστι ἐκβολή τῆς τοῦ πράγματος κρίσεως εἰς ἀπολογίαν γὰρ
 ἐλκόμενος νόμον προβάλλεται, καθ' ὃν φησι δεῖν μὴ ὑποκεῖσθαι κατηγορία,
 ἀλλ' ἐπειδὴ ὑποπτοὶ ἐκ τούτου γινόμεθα πρὸς τοὺς δικαστάς, ὡς οὐ τοῖς 15
 δικαίοις θαρροῦντες, ἐφεῦρεν ἡμῖν ἡ τέχνη τὴν εὐθυδικίαν. Ἄλλ' οὐ παντα-
 5 χοῦ ταύτη χρηστέον, ἀλλ' ὅπου ὁ καιρὸς ἐπιτρέπει. Εὐθυδικία δέ ἐστι τὸ κατ'
 εὐθὺ τῆς δίκης ἰέναι, καὶ μὴ μόνον ἀπὸ τοῦ νόμου προβάλλεσθαι ἄδειαν, ἀλλὰ
 καὶ τὴν ἀπὸ τῶν | πραγμάτων ἀπολογίαν ποιεῖσθαι· οἷον ἐφ' οὗ λέγει ὁ τεχνι- 20
 κὸς ὑποδείγματος, ἐλκόμενος γὰρ εἰς ἀπολογίαν τοῦ μὴ πεποιηκέναι τὸν φό-
 νον προβάλλεται μὲν τὸν νόμον τὸν μὴ ἐξεῖναι δις τῶν αὐτῶν διαγορεύοντα
 10 ἀγωνίζεσθαι. Προσθήσει δὲ καὶ τὴν εὐθυδικίαν λέγων οὕτως, | ὅτι “εἰ καὶ μὴ 25
 νόμος ἐξαιρεῖταί με τοῦ κινδύνου, οὐδ' οὕτως ὑπεύθυνός εἰμι τιμωρίας· οὐ
 γὰρ ἔδρασα φόνον καὶ ταύτη καὶ τὴν πρὶν ἀπέφυγον δίκην”.

7

FONTES: 1 ἀπαγωγή — κρίσεως Marc. W4 285.18-19 || 2 ἐλκόμενος — κατηγορία Syr. Sop. *ib.* 281.16-17 || 3-4 ἐπειδὴ — θαρροῦντες *ib.* 281.19-21 || 4 ἐφεῦρεν — τὴν εὐθυδικίαν *ib.* 281.24 || 4-5 οὐ πανταχοῦ — ἐπιτρέπει 281.25-27 || 5-7 εὐθυδικία — ποιεῖσθαι Syr. Sop. 277.9-12 || 7-12 οἷον — δίκην *ib.* 277.13-20.

7. *ib.* 42.14 “... rejeição...”]

“Rejeição” quer dizer a recusa do julgamento do acto. Com efeito, compelido a defender-se, o réu invoca uma lei que o leva a afirmar que não deve estar sujeito a uma acusação; mas, uma vez que tal nos torna suspeitos aos olhos dos juízes, como se não tivéssemos confiança na justiça, a arte inventou além disso a “acção

5 directa”. Porém, não se deve recorrer a ela | em toda a parte, mas apenas quando o contexto o recomende. “Acção directa” consiste em incorrer directamente numa acção judiciária, e não apenas em invocar impunidade a partir de lei, mas também em produzir a defesa partindo dos factos; por exemplo, a propósito do exemplo

10 dado pelo Autor, compelido a defender que não cometeu homicídio, invoca a lei que prescreve que se não desancadeia segundo debate judicial | pelos mesmos crimes. Mas acrescentará também a acção directa, exprimindo-se deste modo: “ainda que a lei me não livre do perigo, nem assim estou sujeito a castigo, pois não cometi homicídio e por isso fui absolvido de pena também na acção anterior”.

d. ib. 42.14 κατὰ παραγραφὴν]

Γίνεται κατὰ τέτταρας μόνας τῶν στάσεων ἢ παραγραφῇ· κατὰ στοχασμόν,
κατὰ ὅρον, κατὰ ῥητὸν καὶ | διάνοιαν, κατὰ ἀμφιβολίαν. Κατὰ μὲν στοχασμόν 10
παραγραφῆς ὁ Κατὰ Τιμάρχου παράδειγμα. Κατὰ δὲ ὅρον, ἰέρειάν τις
ἐγράψατο ἀσεβείας ὡς προαγωγέυσασαν· ἡττᾶται τὴν δίκην ὁ κατήγορος, καὶ
5 ὕστερον βούλεται αὐτὴν γράφεσθαι οὐκέτι ἀσεβείας, ἀλλὰ προαγωγείας· ἢ δὲ
παραγραφὴ κατὰ τὸν νόμον τὸν κελεύοντα δις περὶ τῶν αὐτῶν μὴ κρίνεσθαι. 15
Ζητοῦμεν γὰρ ὀρικῶς ἄρα τὸ πάλαι μὲν ἀσεβείας γεγράφθαι, νῦν δὲ προ-
αγωγείας διαφορὰν ἔχει, καὶ οὐχ ἀρμόττει ὁ νόμος, ἢ ταυτόν ἐστι καὶ
ἀρμόττει. Κατὰ ῥητὸν καὶ διάνοιαν παραγραφῆς δέδωκεν ὁ Ἑρμογένης 20
10 παράδειγμα “«δις περὶ τῶν αὐτῶν δίκας μὴ εἶναι»· φόνου κρινόμενός τις
ἀπέφυγεν, ὕστερον χρωμένῳ αὐτῷ ἀνεῖλεν ὁ θεός «ἀνδροφόνους οὐ χρῶ», καὶ
πάλιν φεύγει”. Ἐξετάζεται γὰρ ὁ νόμος, πότερον ἐπὶ τῶν ἐλαττόνων ἀμαρ-
τημάτων λέγει μὴ εἶναι | δις περὶ τῶν αὐτῶν δίκας, ἐπὶ τηλικούτων δὲ οὐκέτι 25
ἢ τὸ ῥητὸν δεῖ ψιλῶς ἐπὶ πάντων ἐκδέχεσθαι. Αὐτὸ δὲ τὸ | πρόβλημα τοῦτο 243
15 δύναται κατὰ ἀμφιβολίαν εἶναι, ὥσπερ παρέλαβον αὐτὸ κατὰ ἀμφιβολίαν ἥδη
τινές {ἢ ἀμφιβολίας} τὴν καθ’ ὁμωνυμίαν. Πότερον δίκας λέγει ὁ νόμος
τὰς τιμωρίας ἢ δίκας ἀπλῶς τὰς εὐθύνας. Φαίη γὰρ | ἂν ὁ διώκων 5

d

HERM.: 10-12 *St.* 42.15-18.

FONTES: 2-3 κατὰ μὲν — παράδειγμα cf. *Syr. Sop.* W4 282.5-6, 283.8-9.

Hoc **Σ** adhunc transponendum censeo lemmatum ordinationis causa: post **Σ** 10 habet *Pc* post **Σ** 14 *Pa* post **Σ** 12 transp. *PbNe* hoc **Σ** numero 15 (ιε') signat *W7* || 7 ἄρα **P**: ἄρα *rell.* || 12 ἐξετάζεται *ego*: ἐξετάζει *testes* || 12 ἀμαρτημάτων: ἀμιοτημάτων *Pc* || 15 αὐτὸ: τοῦτο *Pc* || 15-16 κατὰ ἀμφιβολίαν *om.* *Pc* || 16 τινές: ἢ ἀμφιβολίας τῆς *testes*.

d. *ib.* 42.14 “... segundo a excepção...”]

Produz-se a excepção em apenas quatro estados de causa: segundo a conjectura, a definição, a letra e o espírito e a ambiguidade. Exemplo de excepção segundo a conjectura é o *Contra Timarco*. Segundo a definição, é o de alguém que move um processo contra uma sacerdotisa por impiedade, devido ao facto de esta se ter prostituído. O acusador é derrotado em justiça, l e posteriormente intenta processá-la já não por impiedade, mas por prostituição. A excepção é segundo a lei que determina que se não seja julgado duas vezes pelo mesmo crime. Com efeito, inquirimos, na forma de uma definição, se há diferença entre o anterior processo por impiedade e o presente por prostituição, e a lei não se coaduna, ou então são o mesmo processo e a lei coaduna-se. De excepção segundo a letra e o espírito deu Hermógenes l um exemplo: “não se incorre em justiça duas vezes pelo mesmo crime; ora certo homem, acusado de homicídio, é absolvido. Consultou o oráculo e o deus respondeu-lhe: «não dou oráculos a homicidas»; e ele é de novo constituído arguido”. Examina-se a lei, se se refere a crimes menores, quando prescreve que “se não incorre duas vezes em justiça pelos mesmos crimes, e não a crimes desta dimensão, ou se se deve admitir a letra como referindo-se simplesmente a todos. Este mesmo problema l pode relevar da ambiguidade, tal como já outros ensinaram que ele relevava da ambiguidade por homonímia. Por “justiça” a lei entende as penas ou simplesmente os processos em justiça.

τὸν νόμον μὴ δεδωκέναι δις περὶ τῶν αὐτῶν δίκας· δίκας δὲ εἶναι τὰς τιμωρίας, τὸν δὲ φεύγοντα οὐ τιμωρηῆσθαι ἤδη. Ἔχομεν οὖν τὸ αὐτὸ
 20 παράδειγμα καὶ τῆς κατὰ ῥητὸν καὶ διάνοιαν παραγραφῆς καὶ τῆς κατὰ
 ἀμφιβολίαν. Ἡ μὲν οὖν παραγραφή κατὰ | ταύτας τῶν στάσεων γίνεται· ἡ δὲ 10
 εὐθυδικία, τουτέστιν ὁ ἐκβαλλόμενος λόγος, κατὰ πᾶσας. Καλεῖται γὰρ ὁ μὲν
 ἐκβάλλον λόγος παραγραφή, καὶ γίνεται κατὰ τὰς εἰρημένους τῶν στάσεων· ὁ
 δὲ ἐκβαλλόμενος εὐθυδικία, καὶ κατὰ πᾶσας εὐρίσκεται.

8. *ib.* 42.18 κατὰ ῥητὸν καὶ διάνοιαν]

Τοῦ μὲν φεύγοντος ἐνταῦθα προτεινομένου τὸ ῥητόν τοῦ δὲ κατηγοροῦ
 τὴν διάνοιαν. Λέξει γὰρ ἔχειν | μὲν οὕτω τὸν νόμον, οὐ μὴν ἐπὶ τούτοις, οὐδὲ 30
 ἐπὶ τῶν | οὕτω μεγάλων καὶ δεινῶν, ἀλλ' ἐπὶ τῶν εὐτελῶν ἅπαξ κρίνεσθαι 239
 προστάττει. Ἄλλοι δὲ κατὰ ἀμφιβολίαν τὴν πρώτην εἰρήκασιν γίνεσθαι·
 5 ὁμωνύμως γὰρ τὰς δίκας νοεῖσθαι καὶ τὰς τιμωρίας, οἷον τιμωρεῖσθαι μὲν
 δεύτερον | κωλύει, κρίνεσθαι δὲ δεύτερον οὐ κωλύει. Παρατηρητέον δὲ ὡς 5
 διπλῇ τις ἡ τοιαύτη στάσις, τουτέστιν ἡ ζήτησις· δύο γὰρ ἐν ταύτῃ τὰ
 ζητήματα. Καὶ τὸ μὲν πρῶτον, εἰ μὴ δεῖ κρίνεσθαι τὴν ἀρχὴν ἐπὶ τούτοις. Τὸ δὲ
 δεύτερον τουτέστι τὸ τῆς εὐθυδικίας ἐκ τῆς φύσεως τοῦ | πράγματος 10
 10 ἀναφυόμενον, καθ' ἣν ἂν ἐμπέσῃ στάσιν, μελετᾶται.

d

FONTES: 24 εὐθυδικία — εὐρίσκεται Syg. Sop. W4 282.30-31.

19 οὐ τιμωρηῆσθαι Pc unde ego conferens perfectum supra 18 δεδωκέναι: οὔτε τιμωρηῆσθαι Pa οἷ. τιμωρεῖσθαι rell. || οὖν: γοῦν Pc || post hoc Σ al. Σ habet Pc lemm. St. 42.21 τὴν ζήτησιν] ἐδήλωσε τὴν διαφορὰ αὐτῆς πρὸς τὴν ἔγγραφον εἰπὼν οὐκέτι δὲ τὴν ζήτησιν περὶ τὸ ῥητὸν ἔχει, ἀλλὰ τρόπον τινα παραγράφεται ἐκβάλλουσα τὴν ἐχουσίαν τῆς παρουσίας (πράξεως Pa) κέχρηται μὲν γὰρ ὁ φεύγων κἀνταῦθα (κἀ. ὁ φ. Pa) τῷ ῥητῷ ὁ φεύγων (ὁ φ. om. Pa) ἀποστὰς δὲ ταχέως τοῦ ῥητοῦ ἐπὶ τὸ πρᾶγμα μετέρχεται, ὥστε τὴν χρεῖαν ἐνταῦθα μόνον παρεχόμενοι οὐκ ἐμμένονεν αὐτῷ ἐὰν (ἐν Pa) δὲ τῇ ἐγγράφῳ ἐνδιατρίβομεν «αὐτῷ Pa» τῷ ῥητῷ τοιγάρτοι καὶ ὁ κατήγορος ἐνταῦθα τὸ γεγενημένον κατὰ νόμον ὁμολογῶν γενέσθαι ἔν τι τῶν περιστατικῶν αἰτιάσεται (sic Pc: αἰτιάσ. Pa): in Σ min. Pa. fons huius Σ Marc. W4 291.17-24 est.

8

FONTES: 1-4 τοῦ μὲν — προστάττει Marc. W4 285.30-286.4 || 4-6 ἄλλοι — οὐ κωλύει ib. 286.6-9 || 6-8 παρατηρητέον — τούτοις ib. 285.27-29 || 8-10 τὸ δὲ — μελετᾶται Syg. Sop. ib. 282.23-25. cf. Sop. W5 110.26-28.

Com efeito, o autor poderá dizer que a lei interdita incorrer em justiça duas vezes pelos mesmos crimes, e que “justiça” significa “as penas”, e o réu poderá dizer
 20 que ela interdita tudo, inclusive o ser punido. Temos, pois, o mesmo exemplo na excepção segundo a letra e o espírito e segundo a ambiguidade. Em suma, a excepção faz-se segundo estes estados de causa, ao passo que a acção directa, isto é, a argumentação que se procura rejeitar, se faz totalidade dos estados de causa. Com efeito, à argumentação que procura rejeitar chama-se “excepção”, e gera-se segundo os referidos estados de causa; à rejeitada, chama-se “acção directa”, e é inventariada segundo a totalidade dos estados de causa.

8. *ib.* 42.18 “... segundo a letra e o espírito...”]

O réu reivindica aqui a letra, e o acusador o espírito. Ele dirá que a lei se pronuncia assim, mas não seguramente por causa destes crimes, nem dos que são deste modo grandes e terríveis; antes prescreve que seja julgado uma vez pelos
 5 ordinários. Outros têm afirmado que o primeiro exame procede por ambiguidade, pois os “julgamentos” e as “penas” são homónimos⁹, na medida em que proíbe que se seja punido uma segunda vez, mas não proíbe que se seja julgado uma segunda vez. Deve observar-se que um tal estado de causa é duplo, isto é, a inquirição, pois nesta são duas as questões que se colocam. A primeira: se se não deve inicialmente ser julgado por estes crimes. A segunda, quer dizer, a questão
 10 da acção directa produzida pela natureza do acto, é declamada segundo o estado de causa que estiver presente.

⁹ O comentário prende-se aqui com *Estados de causa* 42.15-16. Δίκη significa tanto o “julgamento” como o “castigo”.

9. *ib.* 42.19 ἔπεται τὸ στοχαστικόν]

Τὸ μὲν οὖν παραδειγματικὸν πρόβλημα τοιοῦτόν ἐστιν, ἐφ’ ᾧ καὶ φόνου
 κρινόμενος ὁ κατηγορούμενος ἐπὶ τὸν νόμον καταφεύγει· καὶ δι’ αὐτοῦ τὸν
 περὶ | τοῦ φόνου διωθεῖται ἀγῶνα, μὴ δεῖν περὶ τῶν αὐτῶν αὐθις κρίνεσθαι 15
 λέγων. Ὁ δὲ κατήγορος τῆς τοῦ ῥητοῦ διανοίας ἀντέχεται, τότε λέγειν τὸν
 5 νόμον μὴ παλινδικεῖν ἐνιστάμενος, ὅτε μὴ τὸ θεῖον κατηγορεῖ, ὅτε οὐ χρησμῶ
 τὰ τῆς μαιφονίας ἐλέγχεται, ὅτε μὴ αὐτὸς ὁ | Πύθιος κατὰ στόμα προσαπαντᾷ 20
 τῷ φονεύσαντι. Νῦν δὲ διὰ τῶν λοιπῶν τῆς στάσεως κεφαλαίων τῆς ζητήσεως
 προΐουσης μετὰ τὸν ἀπαρτισμὸν τῆς παραγραφῆς τὰ τῆς εὐθυδικίας εἰσάγεται
 κατὰ τὸν στοχασμὸν μελετώμενα, ἀντὶ σημείων λαμβανομένων τῶν τοῦ
 10 Πυθίου ῥημάτων, | εἰρηκότος ὅτι “ἀνδροφόνους οὐ χρῶ”, καὶ τούτων 25
 στοχαστικῶς ἐξεταζομένων, καὶ τοῦ μὲν ὑπ’ εὐθύνην τὸν κατηγορούμενον
 ἄγοντος, τοῦ δὲ εὐθύνης ἑαυτὸν ὑπεξάγοντος.

9. *ib.* 42.19 “... seguindo-se o conjectural...”]

- O que faz exemplar este problema é que, julgado por homicídio, o acusado se refugia na lei, e através dela rejeita o debate acerca do homicídio, alegando que não deve ser novamente julgado pelos mesmos crimes. O acusador apoia-se no
- 5 espírito do texto, empenhando-se então em afirmar que a lei não l permite o reinício do processo, quando a divindade não acusa, quando as circunstâncias do homicídio não são confirmadas por um oráculo e quando o próprio Pítio não se dirige ao homicida pela sua própria boca. Agora, avançando a inquirição mediante os restantes tópicos capitais do estado de causa, os elementos da acção directa são introduzidos após a conclusão da excepção, declamados segundo a conjectura,
- 10 tomando-se por indícios as palavras l do Pítio, com a afirmação “não dou oráculos a homicidas”, sendo estas examinadas conjecturalmente, e sendo que o acusador leva o acusado a incorrer em culpabilidade, enquanto este se procura eximir dessa culpabilidade.

10. *ib.*]

Τὸ ἕτερον — φησί — ζήτημα τὸ τῆς εὐθυδικίας, ὃ ἐστὶ | τοῦ πράγματος ἢ 30
 ἐξέτασις, ὅπερ ἐξ ἀρχῆς παρεγράψατο. | Ἐπλανήθησαν δέ τινες ἀφ’ ὧν εἶπεν ὁ 240
 τεχνικὸς “εἶτα ἔπεται τὸ στοχαστικόν”· ὅτι κατὰ μόνον στοχασμὸν ἢ
 εὐθυδικία μελετᾶται. Οὐκ ἔστι δέ, ἀλλὰ κατὰ τὰς ἄλλας στάσεις, πλὴν τῆς
 5 μεταλήψεως, τῆς ἐγγράγου τε καὶ | ἀγράφου· οὐ γὰρ οἷόν τε στάσιν εὐρεθῆναι 5
 ἐν τῇ αὐτῇ στάσει. Χρὴ οὖν διαιροῦντα ζητεῖν μετὰ τὴν παραγραφὴν ὑπὸ τίνα
 τῶν στάσεων ἀνάγεται ἢ εὐθυδικία· καὶ κατὰ τὸ ταύτης κεφάλαιον διαιρεῖν
 τὸ ζήτημα, περὶ οὗ ἢ παραγραφῆ. Οὐ πάντως οὖν ἐπὶ πάσης παραγραφῆς
 στοχαστικόν, ἐκάστοτε δὲ πρὸς τὸ προκείμενον. Ἐνταῦθα γοῦν ἢ μὲν 10
 10 παραγραφὴ ἐκ τοῦ ῥητοῦ καὶ διανοίας, ἢ ἐξ ἀμφιβολίας, ἢ δὲ εὐθυδικία κατὰ
 στοχασμὸν. Στοχαστικὸν δὲ λέγει οὐ κεφάλαιον, ἀλλὰ ζήτημα. Χρὴ δὲ καὶ
 τοῦτο γινώσκειν· ὡς τῆς παραγραφῆς ἢ μὲν τελεία ἐστίν, | ἢ δὲ ἀτελή. Τελεία 15
 μὲν ὅτε τοῦ πράγματός ἐστι παραγραφῆ, ὡς ἐπὶ τοῦ φεύγοντος φόνου καὶ
 λέγοντος ὅτι ἐκρίθην. Οὔτε γὰρ τὸν κατηγοροῦντα νῦν, οὔτε ἄλλον τινά
 15 δέχεται, λέγει γὰρ ὅτι “οὔτε σοι, οὔτε ἄλλω τινὶ δικάζομαι περὶ τούτου”.
 Ἀτελής δὲ ὅτε προώπου μόνου | γίνεται παραγραφῆ, λέγει γὰρ ὅτι “σοι μὲν οὐ 20
 δικάζομαι, ἐτέρῳ δὲ τῷ βουλομένῳ”.

10

HERM.: 3 St. 42.19 cf. lemma.

FONTES: 1-2 τὸ ἕτερον — παρεγράψατο Marc. W4 286.10-12 || 2-4 ἐπλανήθησαν — στάσεις Syr. Sop. ib. 285.4-7 || 4-6 πλὴν τῆς — στάσει ib. 282.31-283.2 || 8-9 οὐ πάντως — προκείμενον Marc. ib. 286.12-14 || 9-11 ἐνταῦθα — στοχασμὸν Syr. Sop. ib. 285.8-9 || 11 στοχαστικόν — ζήτημα id. ib. 286.14-15 || 11-17 χρὴ δὲ — βουλομένῳ Syr. Sop. Ib. 283.24-31.

2 δέ Pc: om. rell. || 13 ὅτε e fonte ego Heath quoque: ὅτι testes || 15 τινί Pc: om. rell.

10. *ib.*]

A outra questão — diz ele — prende-se com a acção directa, que constitui o exame do acto, aquele mesmo que havia sido inicialmente objecto de excepção. Erraram alguns porque o Autor afirmou: “de seguida, vem o exame conjectural”, por pensarem que a acção directa é declamada unicamente segundo a conjectura. Não se trata de nada disso, mas ela se declama também segundo os outros estados

5 de causa, salvo a objecção, | tanto a escrita como a não-escrita, pois não é possível encontrar-se um estado de causa no mesmo estado de causa. Assim, na divisão é necessário inquirir, depois da excepção, a que estado de causa a acção directa remonta e, segundo o tópico capital desta, dividir a questão a que a excepção res-

10 peita. Não se procede ao exame conjectural em toda a excepção, mas em todas as ocasiões relativamente ao assunto proposto. Aqui, a excepção | baseia-se certamente na letra e no espírito, ou na ambiguidade, enquanto a acção directa se processa segundo a conjectura. Mas chama “conjectura” não a um tópico capital, mas à questão. É necessário conhecer ainda o seguinte: há uma excepção perfeita¹⁰, e outra imperfeita. “Perfeita”, quando a excepção se prende com o acto, como no caso do réu por homicídio, ao afirmar que já foi julgado. Com efeito, não admite

15 agora nem o acusador nem nenhum | outro, pois diz ele: “não enfrento um processo nem contra ti, nem contra nenhum outro, por este crime.” “Imperfeita”, quando a excepção se prende unicamente com uma pessoa, pois afirma ele: “não enfrento um processo contra ti, mas contra outro que o deseje”.

¹⁰ Cf. *ib.* 79.19-20.

11. *ib.* 43.2 ἐν δέ τι τούτων]

Περὶ τῆς ποιότητος τῆς ἐγγράφου μεταλήψεως εἰρηκῶς νῦν καὶ περὶ τῆς ἀγράφου ὁποῖα τίς ἐστι. Διαλέγεται ὅτι ἔστιν “ἀπαγωγή μὲν τῆς εὐθυδικίας καὶ αὐτὴ | κατὰ παραγραφὴν ἀπὸ ῥητοῦ”· οὐχ ἴσταται δὲ περὶ τὸ ῥητὸν αὐτὸ — ἧ 25 γὰρ ἂν οὐδὲν τῆς ἐγγράφου διέφερε μεταλήψεως, παραγραφὴ καὶ αὐτὴ 5 οὔσα —, ἀλλ’ ἀφισταμένη τοῦ ῥητοῦ περί τι τῶν περιστατικῶν καταγίνεται καὶ εἰς αὐτὸ περιίσταται, ἐν ταύτῳ καὶ τὴν ἔγγραφον | ὁμοῦ μετάληψιν καὶ τὰς 30 νομικὰς διαφεύγουσα· τὴν μὲν ὡς μετὰ τοῦ ῥητοῦ καὶ τῆς παραγραφῆς ἀποχωροῦσα, | καὶ πρὸς τὴν εὐθυδικίαν μεταχωροῦσα, εἰ καὶ πρὸς βραχὺ παραγράφει· 241 τὰς δὲ ὡς τοῦ ῥητοῦ μεθισταμένη καὶ πρὸς τι τῶν περιστατικῶν ἀποκλίνουσα, 10 τόπον ἢ χρόνον, ἢ πρόσωπον καὶ τὰ ἐξῆς καὶ τούτων ἑνὸς μεταλαμβάνουσα 5 καὶ περὶ αὐτὸ τὴν δύναμιν τοῦ ἀγῶνος συνάγουσα.

12. *ib.* 43.3 ἐξῆν]

Παραδείγματι τὸ πᾶν ἐσαφήνισε. Καὶ γὰρ ἐπὶ τοῦ δοθέντος προβλήματος τὸ μὲν πραχθέν συγχωροῦμεν, τὸν νόμον αἰδούμενοι τὸν μοιχὸν καὶ τὴν μοιχευομένην ἀναιρεῖσθαι κελεύοντα· τὸν τόπον δὲ καὶ τὸν χρόνον 10 μεταλαμβάνοντες αἰτιώμεθα ὅτι οὐκ ἐξῆν ἐπὶ τοῦ τάφου φονεῦειν, οὐδὲ χρό- 5 νῳ ὕστερον τῆς γυναικὸς κατατρέχειν. Τοσαῦτα καὶ περὶ τῆς μεταλήψεως.

11

HERM.: 2-3 *St.* 42.14.

3 τὸ ῥητὸν αὐτὸ ego: τὸ αὐ. ῥ. α αὐτὸ om. Pc || 4 τῆς om. Pc || 8 μεταχωροῦσα Pa: ἀποχωροῦσα Pc.

12

3 pr. τὸν om. Pc.

11. *ib.* 43.2 “... uma destas circunstâncias...”]

- Acabando de falar sobre a qualidade da objecção escrita, discorre agora também sobre aquilo em que consiste a não-escrita. Afirma que esta consiste “numa rejeição da acção directa ela mesma, segundo uma excepção a partir de um texto”. Não se centra no próprio texto — pois, com efeito, em nada diferiria da objecção
- 5 por escrito, pois também esta é uma excepção —, l mas, depois do texto, ocupa-se de uma das circunstâncias do acto e nela se centra, evitando ao mesmo tempo quer a objecção por escrito quer os estados de causa legais: uma, porque, depois do ponto do texto, se afasta também da excepção, e passa à acção directa, mesmo que exceptue com brevidade; os outros, porque ela abandona o texto e debruça-se
- 10 sobre alguma das l circunstâncias, lugar, ou tempo, ou pessoa, etc., e objecta apenas uma delas, e faz incidir sobre ela o essencial do debate.

12. *ib.* 43.3 “... era permitido...”]

- Pelo exemplo ele clarificou o todo. E, com efeito, no problema dado nós aceitamos o acto, em observância da lei que ordena que se mate o amante e a adúltera; no entanto, pomos em causa, por uma objecção, o tempo e o lugar, porque não
- 5 seria permitido assassiná-la sobre a sepultura, nem invectivar l a mulher num tempo posterior. Estes são os aspectos relativos à objecção.

**13. *ib.* 43.7-8 τὸν γὰρ τρόπον ἐνταῦθα καὶ τὸν χρόνον αἰτιώμεθα
δήπουθεν]**

15

Ἐν τῇ μεταλήψει — φησὶν — ἥτις ὁμώνυμός ἐστιν | τῷ οἰκείῳ γένει, περὶ
τοῦ ποῖόν τί ἐστι ζητοῦμεν. Λέγομεν γὰρ μεταλαμβάνοντες ὡς οὐ δικαίως
γέγονεν ὁ φόνος ἐνταῦθα, ἢ ἀπὸ τοῦδε τοῦ προώπου, ἢ ἐν τῶν νῦν χρόνῳ, ἢ
ἀπὸ τινος τῶν περιστατικῶν. Ἀπὸ προώπου μὲν ὡς ἐπὶ τοῦ τὴν μητέρα 20
μοιχευομένην ἀνελόντος. | Ἀπὸ προώπου δὲ καὶ πράγματος ὡς ἐπὶ <τοῦ> τῆς
ἱερείας τῆς μυστικῆς τὸν τύραννον καὶ ἀποκτεινάσης. Τὸ πρᾶγμα γὰρ
μεταλαμβάνοντες λέγομεν ὅτι οὐκ ἐχρῆν ἀποκτεῖναι, ἀλλὰ καὶ τὸ πρόσωπον, 25
ὅτι καὶ ἱέρεια, καὶ τὸν χρόνον δέ· παρὰ γὰρ τὸν καιρὸν τῆς μυστικῆς. Καὶ τὸν
τόπον, ἐν | ἱερῷ γὰρ ἀθέμιτον φόνος. Ἀπὸ τρόπου δὲ ὡς ἐπὶ τοῦ κατα-
10 φλέξαντος σὺν τῷ μοιχῷ τὴν οἰκίαν· ὁ τρόπος γὰρ ἐνταῦθα μέμφεται τῆς
τιμωρίας. Τόπον δὲ καὶ χρόνον, ὡς ἐφ’ οὗ ὑποδείγματος εἶπεν ὁ τεχνικός.

14. *ib.* 43.11 εἰδέναι]

Μέλλων ἤδη περὶ τὴν τῶν κεφαλαίων διαίρεσιν | εἰσβαλεῖν, καὶ ἀπὸ τοῦ 30
στοχασμοῦ ἀναγκαίως ἄρξασθαι καὶ ἐνδιατρίψαι μᾶλλον τοῖς κατ’ αὐτὸν τῶν
ἄλλων, | καὶ τὴν αἰτίαν προλέγει καὶ προκαθιστῶ καὶ παρασκευάζει τὰ 242
ῥηθήσεσθαι μέλλοντα, ὅτι τε ἀπὸ τοῦ στοχασμοῦ ἡ ἀρχὴ αὐτῷ γενήσεται κατὰ
5 πρόφασιν ἀναγκαίαν καὶ εὐλόγον, καθ’ ἣν καὶ τῆς διαιρετικῆς αὐτόθεν
μεθόδου | ἤρξατο τῶν στάσεων, καὶ ὅτι μακρότερα τὰ περὶ αὐτοῦ ῥηθησόμενα 5
ἔσται, τῷ εἰς ἅπαντα σχεδὸν τὰ μετὰ ταῦτα συντελεῖν καὶ συμβάλλεσθαι.

13

FONTES: 1-5 ἐν τῇ — ἀνελόντος Syr. Sop. W4 287.26-288.1,20-21 || 5-11 πράγματος — ὁ τεχνικός
Syr. Sop. *ib.* 288.21-31 || 5-6 ὡς — ἀποκτεινάσης exemplum iterum ap. Syr. Sop. *ib.* 290.6-7, Marc. *ib.*
292.4-5 inuenitur.

1 ἐστὶν om. Pc || 2 γὰρ: παρ W7 || 8 ἐν Pc unde W7 et ego conferens fontem: ὡς Pa || 9 φόνος: φονεύειν
W7 || ἐπὶ: ἀπὸ W7.

13. *ib.* 43.7 “Com efeito, aqui colocamos em causa evidentemente o lugar e o tempo.”]

Na objecção — diz ele — homónima do género apropriado, inquirimos sobre aquilo que a coisa é. Com efeito, afirmamos, em objecção, que o homicídio não é justo aqui, ou partindo desta pessoa, ou no tempo presente, ou partindo de uma das circunstâncias¹¹. Partindo da pessoa, como no caso do assassino l da mãe adúltera. Partindo da pessoa e do acto, como no caso da sacerdotisa que inicia o tirano nos rituais místéricos e o mata. Objectamos, pois, o acto dizendo que não era lícito matar, mas também a pessoa, por se tratar de uma sacerdotisa, e ainda o tempo: durante o tempo da iniciação. E o lugar, dizendo que é ilícito matar num santuário. Partindo do modo, como no caso daquele que pegou fogo simultaneamente à casa e l ao adúltero¹²; aqui, de facto, critica o modo da vingança. Lugar e tempo, como no tocante ao modelo que o Autor expôs.

14. *ib.* 43.11 “... conhecer...”]

No momento já a abalançar-se à divisão dos tópicos capitais e a começar necessariamente pela conjectura e a ocupar-se mais dos que a esta respeitam do que aos outros estados de causa, anuncia previamente o motivo e estabelece antecipadamente e prepara aquilo que vai ser exposto, a saber: que principiará pela conjectura, segundo l um pretexto necessário e razoável, a mesma razão pela qual também principiara por aí o método divisivo dos estados de causa; e que aquilo que vai ser exposto a respeito da conjectura será mais extenso, porque isso concorre e contribui para quase tudo o que vem após esta exposição.

¹¹ Cf. *ib.* 42.22-43.1, em que se listam seis περιστατικά.

¹² Cf. *ib.* 43.3-7. Vd. escólios Anon. W8 402-413 n. 64.

e. *ib.* 43.7-8 αἰτιώμεθα]

243

| Γίνεται πάντως ἡ μετάληψις καθ' ἓν τι τῶν περιστατικῶν· ἀπὸ προώπου, 15
 ἀπὸ τόπου, ἀπὸ χρόνου, ἀπὸ τρόπου, ἀπὸ αἰτίας. Ἀπὸ μὲν οὖν προώπου
 μεταλήψεως παράδειγμα τόδε· “πλούσιος τῷ δημίῳ δοὺς χιλίας δραχμὰς πένη-
 τα ἑαυτοῦ ἐχθρὸν κατάκριτον ὄντα ἀνεῖλε | καὶ κρίνεται φόνου”, τὸ γὰρ πρό- 20
 5 σωπον μεταλαμβάνει ὅτι γε “οὐ σοὶ ἐξῆν φονεῦειν αὐτόν”. Ἀπὸ δὲ τόπου, οἷον
 “τύραννόν τις καταφυγόντα εἰς τὸ ἱερὸν ἀνεῖλε καὶ κρίνεται φόνου”· λέγει γὰρ
 ὡς οὐκ ἐν ἱερῷ ἐχρῆν φονεῦειν αὐτόν. Ἀπὸ δὲ χρόνου· “κυβερνήτης ἰδὼν ὑπό-
 τινος τῶν | ἐπιβατῶν ἐν τῷ πλῶ μοιχευομένην τὴν ἑαυτοῦ γυναῖκα τέως μὲν 25
 ἐπέσχε· ἐν δὲ τῷ λιμένι γενόμενος ἀνεῖλε τὸν μοιχόν· μεταλαμβάνει γὰρ
 10 ὁ διώκων τὸν χρόνον ὅτι “ἔδει σε παρ' αὐτὰ φονεῦειν αὐτόν, ἡνίκα
 κατέλαβες”. Ἀπὸ δὲ τρόπου· “καταλαβὼν τις ἐπὶ τῇ γυναικὶ μοιχὸν ἐνέπρησε |
 τὸ δωμάτιον καὶ κρίνεται”· ὁ γὰρ τρόπος παρέσχε τῷ κατηγορῶ τοὺς λόγους· 30
 ὅτι παρὰ τὸ καθεστηκὸς αἰεὶ καὶ τοῖς νόμοις δοκοῦν ἡ ἀναίρεσις γέγονε. Τοῦ δὲ
 ἀπὸ τῆς αἰ|τίας ἐκεῖνο παράδειγμα· “κατέλαβέ τις ἐπὶ τῇ γυναικὶ μοιχόν· ὁ δὲ 244
 15 ληφθεὶς ἐπηγγείλατο δώσειν χιλίας δραχμὰς, εἰ ἑάσοι αὐτόν· πεισθέντος
 τοῦ ἀνδρὸς ἐπὶ τούτοις, ἐχθρὸς τις ὢν τῷ μοιχῷ ἀνθυπέσχετο χιλίας δραχμὰς, 5
 εἰ | ἀνέλοι αὐτόν· ὁ δὲ ἐπείσθη καὶ ἀνεῖλε, καὶ ἀνελὼν κρίνεται”. Κρίνεται γὰρ
 ἐπὶ τῇ αἰτίᾳ, ὅτι τὰς χιλίας λαβὼν ἐφόνευσε καὶ οὐκ ἐπὶ τῇ μοιχείᾳ ἀχθόμενος.

e

FONTES: 1-2 γίνεται — αἰτίας cf. Syr. Sop. W4 288.18-20 || 3-4 cf. Syr. R2 154.3-4 || 13-18 τοῦ δὲ — ἀχθόμενος cf. W4 288.33-289.5.

3 δημίῳ ego conferens fontem: δήμῳ testes || 6 φόνου: ἀσεβείας Pc || 7 ὑπό Pc unde ego: ἀπό rell. || 11 ἐπὶ τῇ γυναικὶ om. Pc || 13 ὅτι om. Pc || καὶ om. Pa || 14 τῆς Pc: om. rell.

e. *ib.* 43.7-8 “... colocamos em causa...”]

A objecção produz-se sempre segundo uma das circunstâncias: a partir da pessoa, do lugar, do tempo, do modo ou do motivo. Exemplo da objecção que parte da pessoa é: “um homem rico doou mil dracmas ao carrasco e matou um pobre, seu inimigo, que tinha sido condenado, e é julgado por homicídio”; com efeito, o

5 acusador objecta à pessoa: “não te era permitido matá-lo”. Partindo do lugar, por exemplo: “alguém matou o tirano que se refugiou no santuário e é julgado por homicídio; diz o acusador: “não deverias tê-lo matado num santuário”. Partindo do tempo: “um piloto de um navio, vendo que sua mulher cometia adultério com um passageiro do cruzeiro, conteve-se até então, mas, chegado ao porto, matou o

10 amante”; com efeito, o autor objecta o tempo: “deverias tê-lo matado no acto, logo que o surpreendeste”. Partindo do modo: “alguém, surpreendendo um homem em pleno adultério com sua mulher, pôs fogo à casa e é julgado”; com efeito, o modo deu as razões ao acusador, visto que o assassinio está à margem do que está sempre estabelecido e do estipulado nas leis. Exemplo de excepção que

15 parte do motivo é o seguinte: “certo indivíduo surpreendeu um homem em adultério com a sua mulher; este, ao ser apanhado, prometeu oferecer-lhe mil dracmas, se o deixasse em paz. O marido deixou-se convencer por tal proposta, e um outro indivíduo, que era inimigo do adúltero, ofereceu, por sua vez, mil dracmas ao marido, em troca da morte daquele. Este deixou-se convencer e matou-o; na sequência do crime, é levado a julgamento”. De facto, ele é julgado pelo motivo, a saber, que ele matou porque recebeu as mil dracmas, e não por se ter irado por causa do adultério.

f. *ib.* 43.8 δῆπουθεν]

Ἐπειδὴ ἐλέγομεν τὴν μετάληψιν ἐκ τοῦ κατηγοροῦ λαμβάνεσθαι, καὶ τοῦ-
 το θαυμαστὸν παρὰ τὰς ἄλλας | πεπονθέναι στάσεις αὐτήν· ὅτι αἱ μὲν ἄλλαι 10
 πᾶσαι ἐκ τοῦ φεύγοντος χαρακρηρίζονται, αὕτη δὲ μόνη ἐκ τοῦ κατηγοροῦ. Ὁ
 Μινουκιανὸς δέ φησι καὶ ἐκ τοῦ φεύγοντος μετάληψιν γίνεσθαι. Καὶ δίδωσιν
 5 ἡμῖν τοιοῦτο παράδειγμα· “νόμος παρὰ Ἀθηναίοις «τὸν φθείραντα κό|ρην 15
 ἐκτινύναι χιλίας δραχμάς»· παρὰ δὲ Λακεδαιμονίοις «θάνατος ἐτιμᾶτο τῷ
 φθείραντι»· Λακεδαιμόνιός τις Ἀθήναζε πρεσβευτὴς ἀφικόμενος φθείρει
 κόρην ἀστὴν καὶ κατὰ τὸν νόμον ἐξέτισε τὰς χιλίας· μετὰ ταῦτα ἐλθὼν εἰς
 Λακεδαίμονα τῷ ἐκεῖσε νόμῳ ὑπάγεται”. Τὸ δ’ | αὐτὸ τῷ Μινουκιανῷ πέπονθε 20
 10 καὶ Ἀντίπατρος. Ἐοίκασι δ’ ἀμφοτέρω παρηγμένοις καὶ παρεωρακόσι τὸ
 ἀληθές, διὰ ταῦτα· ἐν τούτῳ τῷ προβλήματι δύο ἐστὶ μεταληπτικά, τὸ μὲν τοῦ
 διώκοντος, οὐκ ἀλλαχόσε χρή διδόναι τὴν δίκην, ἀλλ’ ἐνθάδε Λακεδαιμόνιόν
 γε ὄντα, τὸ δὲ τοῦ | φεύγοντος, ἀλλ’ οὐκ ἐβιασάμην ἐνθάδε, Ἀθήνησι δέ. 25
 Ὅντων οὖν δύο μεταληπτικῶν τὸ πρωταγωνιστοῦν ἐστὶ τὸ τοῦ διώκοντος,
 15 πότερόν ποτε Ἀθήνησι δεδωκότα τὴν δίκην χρή δοῦναι καὶ ἐν Σπάρτῃ, ἢ οὐ;
 Τοῦτο δὲ ἐκ τῆς τοῦ κατηγοροῦ φωνῆς γίνεται. Πρὸς γὰρ τὸν τούτου λό|γον, 245
 ὅτι “ἐνταῦθά σε χρή ὄντα δίκην”, ὁ παρὰ τοῦ φεύγοντος ἀντιτίθεται, ἐν ᾧ
 φησιν· “ἀλλ’ ἐνταῦθα βεβίασμαι”. Ὡστε εὐρίσκεται καὶ τοῦτο τὸ ζήτημα ὑπὸ
 τὴν τοῦ κατηγοροῦ πίπτον φωνήν.

f

FONTES: 1 τὴν μετάληψιν — λαμβάνεσθαι Syr. Sop. W4 288.3-4

7 διαθείραντι Pa || 8 κατὰ: μετὰ Pa || 11 ταῦτα: τοῦτο W7 || 14 οὖν: δὲ Pc || δύω W7 || alt. τὸ om. Pc ||
 15 καὶ: τὰ W7 || 16 γὰρ ego: δὲ testes || 16 φωνῆς Pc: φωνῆς Pa φω. recte βγ.

f. *ib.* 43.8 “... evidentemente...”]

- Como dissemos que a objecção provém do acusador, acrescentemos também que é de admirar que suceda com ela diferentemente dos outros estados de causa, pois todos os outros se distinguem em função do réu, mas somente a objecção em função do acusador. Minuciano, no entanto, afirma que há também uma objecção
- 5 baseada no réu. E dela nos I fornece o exemplo seguinte: “há uma lei, entre os Atenienses, que determina que «aquele que seduzir uma rapariga virgem pagará como reparação uma multa de mil dracmas»; entre os Lacedemónios, porém, considera-se o sedutor merecedor da pena de morte; ora certo lacedemónio, chegado a Atenas como embaixador, seduziu uma rapariga residente nesta cidade e, nos termos da lei, pagou as mil dracmas; posteriormente, aquando do seu regresso à Lacedemónia, incorre na alçada da lei local”¹³. Também Antípatro concorda I
- 10 com Minuciano. Mas parece que ambos se desviam e negligenciam a verdade, pelo seguinte: neste problema são dois os pontos de objecção, o do autor, que diz: “o réu não deve receber a punição em outra cidade, mas aqui, visto que é cidadão lacedemónio”; e o do réu, que afirma: “não foi aqui que violentei a jovem, mas
- 15 em Atenas”. Sendo, porém, duas as objecções, a que prevalece é a do autor: I se ele foi uma vez punido em Atenas, deve ou não sê-lo também em Esparta? Isto provém do que afirma o acusador. Com efeito, à argumentação deste — “deves ser punido aqui” —, é contraposta uma argumentação em contestação por parte do réu. Afirma ele: “mas não foi aqui que eu violentei a moça”. De sorte que se verifica que também esta questão se liga à afirmação do acusador.

¹³ Este exemplo é também citado por Marcelino W4 292.29-293.6.

BIBLIOGRAFIA

1. Literatura crítica com referência aos códices Pa e Pc

Pa

ALLEN, T. W., *Notes on abbreviations in greek mss.*, Oxford, 1989, pp. 4, 5, 14, 24.

AUJAC, Germaine, *Revue d'Histoire des Textes* 4 (1975), pp. 9 n. 2, 13 n. 1, 20, 21, 22, 23, 24, 32, 37, 42, 43.

BARBOUR, Ruth, *Greek literary hands 400-1600 a.D.*, Oxford, 1981, p. 14 n. 49.

BÜHLER, W., *Zenobii Athoi proverbia* I, Göttingen, Vandenhöck & Ruprecht, 1987, t. I, p. 158 n. 58.

Byzantinische Zeitschrift 19 (1910), 9. 484.

Byzantion (1926), p. 160, 169 sq.

Byzantion (1939), p. 591.

CANFORA, L., *Per la cronologia di Demostene*, p. 103 e n. 1.

DUARTE, Rui Miguel O., “Aventuras de um editor de textos críticos gregos”, *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 3 (2001), pp. 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45 (anexo 1), 46 (anexo 2), 47-48 (anexo 3).

Hephaistion, Teubner, pp. XXII n. 2, XXIII sq.

MARTÍNEZ MANZANO, T., *Konstantinus Laskaris, Humanist, Philologue, Lehrer, Kopiste*, Hamburgo, 1994, p. 66.

MATELLI, E., “Libro e testo nella tradizione dei Caratteri di Teofrasto”, *Scrittura e civiltà* 12 (1988), pp. 329-386.

Mélanges Desrousseaux, p. 249.

- ODORICO, L., “*Cronologium Byzantinum* e la recensione del Cod. Bibl. Nat. Athen. 1070”, *Rivista di Studi bizantini e slavi* II [Miscellanea Agostino Pretusi, t. 2] (1982), p. 4 e n. 22.
- OMONT, H., *Fac-similés des manuscrits grecs dates de la Bibliothèque nationale du IV au XIII^e siècle*, Paris, 1892.
- PERNOT, L., “*Anecdota rhetorica*. Un résumé d’Hermogène et d’Aphthonios”, *Revue d’Histoire des Textes* 10 (1980), p. 57.
- PATILLON, M., *Anonyme de Séguier. Ars du discours politique*, Paris, Les Belles Lettres, 2005, pp. XVIII, XCIV-XCVII.
- RABE, H., “Rhetoren corpora”, *Rheinisches Museum für Philologie* 67 (1912), pp. 23 sqq..
- _____, *Rhetores Graeci* vol. 2, Teubner, praefatio p. VII.
- _____, *Rhetores Graeci* vol. 6, Teubner, praefatio p. XVII.
- _____, *Rhetores Graeci* vol. 10, Teubner, praefatio p. III.
- _____, *Rhetores Graeci* vol. 11, Teubner, praefatio p. XXXIV.
- _____, *Rhetores Graeci* vol. 14, Teubner, praefatio pp. XXXIX, LX, XCIX, CVI, CIX, CXV.
- Revue de philologie* 32.2 (1908), p. 87;
- Revue de philologie* 36.1 (1962), p. 130.
- Revue des études byzantines* 33 (1975), pp. 258, 259, 274.
- Scriptorium* 16.1 (1962), p. 87 n. 40.
- Scriptorium* 32.1 (1978), p. 7 n. 30.
- Scriptorium* 34.1 (1980), p. 157.
- Scriptorium* 34.2 (1980), p. 347.
- VAN GRONINGEN, B.A., *Short Manual of Greek Paleography*, Leyden, A. W. Sijthoff, 1967, p. 40.

Pc

- AUJAC, G., *Revue d’Histoire des Textes* 4 (1975), pp. 20, 22, 23, 34 n. 1, 36 n. 1.
- CANFORA, L., *Per la cronologia di Demostene*, p. 103 e n. 1.
- DUARTE, R. M. O., “Aventuras de um editor de textos críticos gregos”, *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 3 (2001), pp. 27, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45 (anexo 1), 46 (anexo 2), 47-48 (anexo 3).
- MATELLI, E., “Libro e testo nella tradizione dei Caratteri di Teofrasto”, *Scrittura e civiltà* 12 (1988), pp. 329-386.
- OMONT, H., *Fac-similés des manuscrits grecs dates de la Bibliothèque nationale du IV au XIII^e siècle*, Paris, 1892.

- _____, *Manuscripts grecs de Fintainebleau*, p. 69.
- Paleografia e codicologia greca*, Berlim, Wolfrnbüttel, 1991, p. 101.
- PERNOT, L., “*Anecdota rhetorica*. Un résumé d’Hermogène et d’Aphthonios”, *Revue d’Histoire des Textes* 10 (1980), p. 57.
- PATILLON, M., *Anonyme de Séguier. Ars du discours politique*, Paris, Les Belles Lettres, 2005, pp. XVIII, XCVII.
- RABE, H., “Rhetoren corpora”, *Rheinisches Museum für Philologie* 67 (1912), pp. 23 sqq..
- _____, *Rhetores Graeci* vol. 2, Teubner, praefatio p. VIII.
- _____, *Rhetores Graeci* vol. 6, Teubner, praefatio p. XVII.
- _____, *Rhetores Graeci* vol. 10, Teubner, praefatio p. III.
- _____, *Rhetores Graeci* vol. 11, Teubner, praefatio p. XXXIV.
- _____, *Rhetores Graeci* vol. 14, Teubner, praefatio pp. XXXIX, LX, XCIX, CVI, CIX.
- Revue de philologie* 32.2 (1908), p. 87.
- SAUTEL, J.-H., “Répertoire de réglures dans les manuscrits recents sur parchemin”, Tournai, *Bibliologia* 13 (1995), index.
- Scriptorium* 16 (1962), p. 98 n. 44.
- Scriptorium* 32.1 (1978), p. 7 n. 30.
- Scriptorium* 34.1 (1980), p. 157.
- SICHERL, M., “Griechische Erstaussagen des aldis Manutius Druckvorlagen Stellenwert, kultureller Hintergrund”, *Studien zur Geschichte und Kultur des Altertums* 1.10, Paderborn, 1997, p. 313, 332.

2. Edições de Hermógenes

- HERMÓGENES DE TARSO, *Hermogenis de statibus*, ed. G. KOWALSKY, Travaux de la Société des Sciences et des Lettres de Wroclaw, sér. A n° 1, Wroclaw, 1947.
- _____, *Hermogenis opera*, ed. H. RABE, *Rhetores Graeci* vol. 6, Leipzig, Teubner, 1913 (reimpr. 1985), pp. 1-456 (Περὶ στάσεων 28-92).

3. Traduções de Hermógenes

- BALDWIN, C. S., trad. de Προγυμνάσματα, *Medieval Rhetoric and Poetic*, Nova Iorque, 1928, pp. 23-38.

HEATH, M., trad. de Περὶ στάσεων, *Hermogenes' On Issues: Strategies of Argument i Later Greek Rhetoric*, Oxford, Oxford University Press, 1995.

KENNEDY, George A, *Invention and Method: two rhetorical treatises from the Hermogenic corpus*, Atlanta, Society of Biblical Literature, 2005. ISBN 11-58983-121-7.

_____, *Progymnasmata: greek textbook of prose composition and rhetoric*, Atlanta, Society of Biblical Literature, 2003.

NADEAU, R., trad. de Περὶ στάσεων, “Hermogenes’ On stases: a translation with an introduction and notes”, *Speech Monographs (= Communication Monographs)* 31 n° 4 (1964), pp. 361-424.

PATILLON, M., trad. integral, *Hermogène. L’Art rhétorique*, Paris, L’Age d’Homme, 1997.

WOOTEN, C. W., trad. de Περὶ στάσεων, *Hermogenes’ On Types of Style*, Chapell Hill e Londres, The University of Carolina Press, 1987.

4. Edições do escoliasta Anónimo

ANÓNIMO, Σχόλια εἰς στάσεις, ed. H. RABE, *Rhetores Graeci* vol. 7, Estugarda e Tübingen, 1832-1836, pp. 104-696.

5. Outros escoliastas de Hermógenes

AA.VV., *Prolegomenon sylloge*, ed. H. RABE, *Rhetores Graeci* vol. 14, Leipzig, Teubner, 1931.

ANÓNIMO, Περὶ στάσεων, ed. C. WALZ, *Rhetores Graeci* vol. 5, Estugarda e Tübingen, pp. 591-597.

ANÓNIMO, Προλεγομένων συλλογή, ed. C. WALZ, *Rhetores Graeci* vol. 7, Estugarda e Tübingen, pp. 1-51.

FEBÁMON, Προλεγόμενα εἰς Ἑρμογένους στάσεις, ed. H. RABE, *Prolegomenon sylloge*, pp. 375-388.

MARCELINO, Σχόλια εἰς στάσεις, ed. C. WALZ, *Rhetores Graeci* vol. 4, Estugarda e Tübingen, pp. 39-846.

MÁXIMO PLANUDES, Προλεγόμενα τῶν στάσεων, ed. C. WALZ, *Rhetores Graeci* vol. 5, Estugarda e Tübingen, pp. 222-231.

_____, Σχόλια εἰς τὴν τοῦ Ἑρμογένους τέχνην, ed. C. WALZ, *Rhetores Graeci* vol. 5, Estugarda e Tübingen, pp. 232-363.

- SIRIANO, Σχόλια εἰς τὴν τοῦ Ἑρμογένους τέχνην, ed. H. RABE, *Syriani in Hermogem commentaria, Rhetores Graeci* vol. 2, Leipzig, Teubner, 1893.
- SÓPATRO, Ὑπόμνημα εἰς τὴν Ἑρμογένους τέχνην, ed. C. WALZ, *Rhetores Graeci* vol. 5, Estugarda e Tübingen, pp. 1-211.

6. Autores antigos

- AFTÓNIO, Προγυμνάσματα, ed. H. RABE, *Rhetores Graeci* vol. 10, Leipzig, Teubner, 1926.
- AGOSTINHO, O RETOR, *De rhetorica liber*, ed. C. HALM, *Rhetores Latini minores*, Leipzig, 1863 (reimp. Frankfurt, 1964), pp. 137-151.
- ÁPSINES DE GÁDARA, *Apsines. Art rhétorique*, ed. Michel PATILLON, Paris, Les Belles Lettres, 2001.
- _____, *Seguerianus Anonymous and Apsines Of Gadara, Two Greek Rhetorical Treatises from the Roman Empire: Introduction, text, and Translation of the Arts of Rhetoric Attributed to Anonymous Seguerianus and to Apsines of Gadara*, edd. Mervin R. DILTS e George A. KENNEDY, Leiden, Brill, 1997. [cf. infra SEGUERIANO ANÓNIMO]
- ARISTÓTELES, *Ars rhetorica*, ed. W. C. ROSS, Oxford, Clarendon Press, 1959.
- _____, *Categories. On Interpretation. Prior Analytics*, ed. H. P. COOKE, H. TREDENNICK, Harvard, Harvard University Press.
- _____, *Posterior Analytics. Topica*, ed. H. TREDENNICK e E. S. FORSTER, Harvard, Harvard University Press.
- _____, *Rhétorique*, 3 voll., ed. M. DUFOUR (livro 1 e 2) e M. DUFOUR e A. WARTELLE (livro 3), Paris, Les Belles Lettres, 1931-1973 (3ª-5ª tir. 2002-2003).
- _____, *Ethica Nicomachea*, ed. I. BYWATER, Oxford, Clarendon Press, 1959.
- _____, *Analytica priora et posteriora*, ed. W. D. ROSS, Oxford, Clarendon Press, 1978.
- _____, *Topica et sophistici elenchi*, ed. W. D. ROSS, Oxford, Clarendon Press, 1958.
- _____, *Topiques*, ed. J. BRUNSCHWIG, Paris, Les Belles Lettres, 1967 (2ª tir. 2002).
- CÍCERO, *De inuentione rhetorica*, ed. E. STRÖBEL, Leipzig, Teubner, 1915 (reimpr. Estugarda, 1977).
- _____, *De l'invention*, ed. Guy ACHARD, Paris, Les Belles Lettres, 1994 (2ª tir. 2002).

- _____, *De oratore*, ed. E. COURBAUD, Leipzig, Teubner, 1969.
- _____, *De l'orateur*, 3 voll., ed. F. KUMANIECKI (livros 1 e 2) e H. BORNECQUE (livro 3), Paris, Les Belles Lettres, 1922-1930 (5ª e 8ª 2002-2003).
- _____, *Orator*, ed. A. YON, Paris, Les Belles Lettres, 1964.
- _____, *Divisions de l'art oratoire. — Topiques*, ed. H. BORNECQUE, Paris, Belles Lettres, 1924 (4ª tir. 2002).
- DEMÓSTENES, *Plaidoyers civils*, 4 voll., ed. Louis GERNET, índice por J. A. DE FOUCAULT e R. WEIL, Paris, Les Belles Lettres, 1954-1960.
- _____, *Plaidoyers politiques*, 4 voll., edd. O. NAVARRE e P. ORSINI (vol. 1), G. HUMBERT e L. GERNET (vol. 2) e G. MATHIEU (voll. 3 e 4), Paris, Les Belles Lettres, 1946-1959.
- DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *La composition stylistique*, ed. G. AUJAC e M. LEBEL, Paris, Les Belles Lettres, 1981.
- ÉLIO TÉON DE ALEXANDRIA, *Aelius Théon. Progymnasmata*, ed. Michel PATILLON, Paris, Les Belles Lettres, 1997.
- EUNÁPIO, *Vitae sopistorum*, ed. J. GIANGRANDE, Roma, 1956.
- FILÓSTRATO, *The Lives of the Sophists*, ed. W. C. WRIGHT, Londres, Loeb, 1921.
- FORTUNACIANO, *Ars rhetorica*, ed., introd., trad. e coment. de L. CALBOLI MONTEFUSCO, Bolonha, Pàtron, 1979.
- GRÍLIO, *Commentum in ciceronis libros de inuentione*, ed. Josef MARTIN, “Grilius, Ein Betrag zur Geschichte der Rhetorik”, *Studien zur Geschichte und Kultur des Altertums* 14, 2/3, Paderborn, F. Schöningh, 1927.
- HERMÁGORAS, *Hermagorae Temnitae Testimonia et fragmenta*, ed. Dieter MATTHES, Leipzig, Teubner, 1962.
- ISÓCRATES, *Discours*, 4 voll., ed. G. MATHIEU E. BREMOND (voll. 1, 2 e 4), G. MATHIEU (vol. 3), Paris, Les Belles Lettres, 1928-1962.
- JÚLIO VICTOR, *Ars rhetorica*, edd. Remo GIOMINI e Maria Silvana CELENTANO, Leipzig, Teubner, 1980.
- LÍSIAS, *Lysias. Discours*, edd. Louis GERNET e Marcel BIZOS, voll. 2 Paris, Les Belles Lettres, 1954.
- MARCIANO CAPELA, *De nuptiis Philologiae et Mercurii libri VII*, ed. Adolf DICK, Leipzig, Teubner, 1925, revisão e correcção por J. PREAUX, Estugarda, 1978.
- _____, *De nuptiis Philologiae et Mercurii*, J. WILLIS, Leipzig, Teubner, 1983.
- NICOLAU DE MIRA, Προγυμνάσματα, ed. J. FELTEN, Leipzig, 1913.
- PLATÃO, *Introduction. — Hippias mineur. — Alcibiade. — Apologie de Socrate. — Eutyphron. — Criton*, ed. M. CROISSET, Paris, Les Belles Lettres, 1920 (14ª tir. 2002).
- _____, *Cratyle*, ed. L. MERIDIER, Paris, Les Belles Lettres, 1931 (7ª tir. 2003).

- _____, *Phédon*, ed. P. VICAIRE, Paris, Les Belles Lettres, 1983 (4^a TIR. 2005).
- _____, *Phèdre*, ed. CL. MORESCHINI e trad. P. VICAIRE, Paris, Les Belles Lettres, 1985 (18^a tir. 2003).
- _____, *Gorgias. — Ménon*, ed. M. CROISET e L. BODIN, Paris, Les Belles Lettres, 1923 (18^a tir. 2003).
- _____, *La République*, 3 vols., ed. E. CHAMBRY, Paris, Les Belles Lettres, (10^a e 11^a tir. 2002-2003).
- _____, *Théétète*, ed. A. DIES, Paris, Les Belles Lettres, 1923 (9^a tir. 2003).
- QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, 7 voll., ed. J. COUSIN, Paris, Les Belles Lettres, 1975-1980.
- RETÓRICA A ALEXANDRE, ed. M. FUHRMANN, Leipzig, Teubner, 1966.
- RETÓRICA A HERÉNIO, *Cornifici Rhetorica ad C. Herennium*, ed., introd. e coment. De Gualtiero CALBOLI, Bolonha, Pàtron, 1993.
- _____, ed. Guy ACHARD, Paris, Les Belles Lettres, 1989.
- SEGUERIANO ANÓNIMO, *Anonyme de Séguier. Art du discours politique*, ed. Michel PATILLON, Paris, Les Belles Lettres, 2005.
- _____, *Seguerianus Anonymous and Apsines Of Gadara, Two Greek Rhetorical Treatises from the Roman Empire: Introduction, text, and Translation of the Arts of Rhetoric Attributed to Anonymous Seguerianus and to Apsines of Gadara*, edd. Mervin R. DILTS e George A. KENNEDY, Leiden, Brill, 1997. [cf. supra ÁPSINES DE GÁDARA]
- SUIDAE LEXICON, ed. Ada ADLER, Leipzig, Teubner, 1928-1938 (Estugarda, 1971).
- SULPÍCIO VICTOR, *Institutiones oratoriae*, ed. C. HALM, *Rhetores Latini minores*, Leipzig, 1863 (reimp. Frankfurt, 1964), pp. 311-352.

7. Autores modernos

- ALEXANDRE JÚNIOR, M., *Hermenêutica retórica*, Lisboa, Alcalá, 2004.
- AUJAC, Germaine, “Recherches sur la tradition du Περὶ συνθέσεως ὀνομάτων de Denys d’Halicarnasse”, *Revue d’Histoires des Textes* 4 (1975), pp. 1-44.
- BARTHES, Roland, “L’ancienne rhétorique”, *Communications* 16 (1970).
- BONNER, Stanley F., *Roman declamation in the late Republic and early Empire*, Liverpool, Liverpool University Press, 1969.
- BARWICK, Karl, “Augustinus Shrift De rhetorica und Hermagoras von Temnos”, *Philologus* 105 (1961), pp. 97-110.

- _____, "Zur Erklärung und Geschichte der Staseislehre des Hermagoras von Temnos", *Philologus* 108 (1964), pp. 80-101.
- BONNER, S. F., *Education in ancient Rome. From the elder Cato to the younger Pliny*, Londres, Methuen & Co, 1977.
- BORZEMSKA-LESNIKOWSKA, Venceslaa, "De Anonymo Hermogenis Statuum interprete (*Rh. Gr.* VII 320-397 W.) cum Nilo (Par. Suppl. Gr. 670 ff 1r-36r) comparato", *Analecta Hermogeniana*, Travaux de Société de Sciences et Lettres de Wrocław, série A, 42 (1951), pp. 17-43.
- CALBOLI MONTEFUSCO, Lucia, *La dottrina degli status nella retorica greca e romana*, Hildesheim, Olms, 1986.
- _____, "La dottrina del κρινόμενον", *Athenaeum*, n.s. 50 (1972), pp. 276-293.
- _____, "La translatio e la praescriptio nei rhetori latini", *Hermes* 103 (1975), pp. 212-221.
- _____, "«Status principales» e «status incidentes» nella dottrina retorica antica", *Athenaeum*, n.s. 61 (1983), pp. 534-545.
- CLARK, Daniel L., *Rhetoric in Graeco-Roman education*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1957.
- DAVIS, Janet B., "Stasis theory", ed. Theresa ENOS, *Encyclopedia of Rhetoric and Composition. Communication from ancient times to the information age*, Nova Iorque & Londres, Garland Publishing Inc., 1996, pp. 696-696.
- _____, "De ambiguitate scripti apud Quintilianum: fundamentos de uma teoria retórica" *De Augusto a Adriano — Actas de Colóquio de Literatura Latina* (Lisboa, 2000. Novembro. 29-30), Lisboa, Euphrosyne — Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa, 2002, pp. 41-62.
- DUARTE, Rui Miguel O., "Aventuras de um editor de textos críticos gregos", *Ágora. Estudos clássicos em debate* 3 (2001), pp. 25-49.
- _____, "De ambiguitate scripti apud Quintilianum: fundamentos de uma teoria retórica": *Actas do Colóquio Literatura Latina de Augusto a Adriano*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 29-30 Nov. 2000, pp. 41-62.
- GALAY, J. L., "Le texte et la forme", *Révue Européenne de Sciences Sociales*, 12:32 (1974).
- GALIANO, M. F., "Varia Graeca", *Humanitas* 3 (1950-1951), pp. 301-322.
- GARAVELLI, Bice Mortara, *Manuale di retorica*, Bompiani, 1988.
- GERNET, L., *Droit et institutions en Grèce antique*, Paris, 1982.
- GLÖCKNER, Stephan, *Die Handschriften der P.-Scholien zu Hermogenes Περί τῶν στάσεων*, Breslau, 1928.

- _____, “Quaestiones rhetoricae. Historiae qualis fuerit aevo imperatorio capita selecta”, *Breslauer philologische Abhandlungen* 8.2 (1901), pp. 1-115.
- _____, *Zur Komposition der P.-Scholien zu Hermogenes Peri tōn stásewn, Satyra Viadrina altera*, Festschrift. Zum 50 jähr. Bestehen d. Philol. Vereins zu Breslau, 1921.
- HEATH, Malcolm, “Hermagoras: transmission and attribution”, *Philologus* 146 (2002), pp. 287-298.
- _____, “Metalepsis, paragraphe and the scholia to Hermogenes”, *Leeds International Classical Studies* 2.2 (2003), pp. 1-91.
- _____, “Porphyry’s rhetoric”, *Classical Quarterly* 53 (2003), pp. 144-166.
- _____, “Porphyry’s rhetoric: testimonia and fragments”, *Greek, roman and Byzantine studies* 43 (2002), pp. 129-160.
- HELLEBRAND, Walter, Παράγραφη, *Realencyclopädie der Altertumswissenschaft* 18.3 (1949), coll. 1169-1181.
- IRIGOIN, Jean, “La tradition des rhéteurs grecs dans l’Italie Byzantine (Xe-XII^e siècles)”, *Sicilorum Gymnasium* 3 (1983), texto de comunicação apresentada ao I Congresso Internazionale di Studi Cristiano-bizantini *Conservazione e innovazione nella tradizione culturale e linguistica greca dal IV al XII secolo*, Enna, 22-25/10/1983.
- JÄNEKE, Walter, *De statuum doctrina ab Hermogenis tradita*, Leipzig, 1904.CK, 1966.
- KEIL, B., “Pro Hermogene”, *Nachrichten von der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen*, 1907, pp. 176-222.
- KENNEDY, George, *A history of rhetoric*, 3 voll., Princeton, 1963-1983.
- _____, *Classical rhetoric and its Christian and Secular Tradition from Ancient to Modern Times*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1980. Segunda edição, 1999.
- _____, *A New History of Classical Rhetoric*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1994.
- _____, *Greek Rhetoric under Christian Emperors*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1983.
- _____, *Greek rhetoric under christian emperors*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1983.
- _____, *The art of persuasion in Greece*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1963.
- _____, *The art of rhetoric in the Roman world 300 b.C. — a.D. 300*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1972.
- KOLLITSCH, Werner, *Praescriptio und expeditio, außerhalb des Formularverfahrens*, *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte (Romanistische Abteilung)* 76 (1959), pp. 265-305.

- KOWALSKI, Georg, "Ad Georgii Moni in Hermogenis Status commentarii capita scholiis P adjecta adnotationes criticae", *Eos* 40 (1939), pp. 49-69.
- _____, "De commentarii in Hermogenis Status e tribus interpretibus confecti (Rh. Gr. IV Walz) recensione in codice *Par. Gr.* 2983 obvia", *Eos* 41 (1940-1946), pp. 46-80 e 42 (1947), pp. 122-141.
- _____, "Commentarium codicis Pal. gr. 113 in Hermogenis *status*", *Analecta Hermogeniana*, Travaux de Société de Sciences et Lettres de Wrocław, série A, 42 (1951), pp. 7-16.
- _____, *Commentarium codicis Vaticani gr. 107 in Hermogenis* Περὶ τῶν στάσεων et Περὶ τῆς εὐρέσεως *cum scholiis minoribus in omnia praeter Praeexercitamenta opera*, ed., Univ. Leopoldensis Acta Semin. Philol. II, 5-7, Lwów, 1939.
- _____, *Hermogenis de statibus* Travaux de la Société des Sciences et des Lettres de Wrocław, sér. A n° 1, Wrocław, 1947.
- KUSTAS, G. L., *Studies in Byzantine rhetoric*, Tessaonica, 1973.
- LAUSBERG, Heinrich, *Handbuch der literarischen Rhetorik*, Munique, Max Hueber, 1960¹.
- LAVENCY, Marius, "La technique des lieux communs de la rhétorique grecque", *Les Études Classiques* 32 (1965), pp. 113-126.
- MARROU, Henri-Iréné, *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité*, 2 voll. (vol. 1: *Le monde grec*; vol. 2: *Le monde romain*), Paris, Seuil, 1948 (1981).
- MARTYN, John R. C., "Lectures given by Pedro Nunes at the University of Lisbon", *Euphrosyne* 23 (1995), pp. 281-288.
- MELO, João e MARTINS, Herlander Antunes, *Dicionário de conceitos e princípios jurídicos*, Coimbra, Almedina, 1991³.
- MATTHES, Dieter, *Hermagorae Temnitae Testimonia et fragmenta*, Leipzig, Teubner, 1962.
- _____, "Hermagoras von Temnos", *Lustrum* 3 (1958), pp. 58-215 e 262-278.
- NADEAU, Ray, "Classical systems of stases in Greek: Hermagoras to Hermogenes", *Greek, Roman and Byzantine Studies* 2 (1959), pp. 53-71.
- _____, "Hermogenes on stock issues in deliberative speaking", *Speech Monographs* 25 (1958), pp. 51-71.
- _____, "Hermogenes' On stases: a translation with an introduction and notes", *Speech Monographs (= Communication Monographs)* 31 n° 4 (1964), pp. 361-424.
- PATTERSON, Annabel M., *Hermogenes and the Renaissance seven ideas of style*, Princeton, 1970.
- PATILLON, Michel, *Elements de rhétorique classique*, Paris, Nathan, 1990.
- _____, *Hermogène, L'art rhétorique*, Paris, L'Age d'Homme, 1997.

- _____, *La théorie du discours chez Hermogène le rhéteur. Essai sur la structure de la rhétorique ancienne*, Paris, Les Belles Lettres, 1988.
- _____, *Le corpus d'Hermogène. Essais critiques sur les structures linguistiques de la rhétorique ancienne, accompagnés d'une traduction du corpus*, Paris, 1985.
- PERNOT, Laurent, "Anecdota rhetorica. Un résumé d'Hermogène et d'Aphthonios", *Revue d'Histoire des Textes* 10 (1980), pp. 55-73.
- _____, "Lieu et lieu commun dans la rhétorique antique", *Bulletin de l'Association Guillaume Budé* 86 (1983), pp. 253-284.
- PROVOST, M., *De Hermogenis Tarsensis dicendi genere*, Leipzig, 1910.
- RABE, Hugo, "Aus Rhetoren-Handschriften. 1. Nachrichten über das Leben des Hermogenes", *Rheinisches Museum für Philologie* 62 (1907), pp. 247-262.
- _____, "Aus Rhetoren-Handschriften. 11. Der Dreimänner-Kommentar W IV", *Rheinisches Museum für Philologie* 64 (1909), pp. 578-589.
- _____, "Aus Rhetoren-Handschriften. 12. Die Hermogenes-Handschriften der Bulgarischen Literarischen Gesellschaft in Sofia", *Rheinisches Museum für Philologie* 64 (1909), pp. 589-590.
- _____, "De Christophori commentario in Hermogenes librum Περὶ στάσεων", *Rheinisches Museum für Philologie* 50 (1895) 241-249.
- _____, "Der anonyme Hermogenes-Kommentar in Messina", *Rheinisches Museum für Philologie* 55 (1900) 154-157.
- _____, "Aus Rhetoren-Handschriften. 10. Einleitungen", *Rheinisches Museum für Philologie* 64 (1909), pp. 539-578.
- _____, "Hermogenes-Handschriften", *Rheinisches Museum für Philologie* 58 (1903) 209-217.
- _____, *Hermogenis opera, Rhetores Graeci* vol. 6, Leipzig, Teubner, 1913 (reimpr. 1985).
- _____, *Prolegomenon sylloge, Rhetores Graeci* vol. 14, Leipzig, Teubner, 1931.
- _____, "Rhetoren Corpora", *Rheinisches Museum für Philologie* 67 (1912), pp. 321-357.
- _____, *Syriani in Hermogem commentaria, Rhetores Graeci* vol. 2, Leipzig, Teubner, 1893.
- RADERMACHER, L., "Hermogenes, Rhetor auf Tarsos", *Realencyclopädie der Altertumswissenschaft* 8A, col. 865-877.
- RICHTER, H., "Byzantinischer Kommentar zu Hermogenes", *Byzantion* 3 (1926), pp. 153-204.

- ROMANO, Roberto, "Il commentario a Ermogene attribuito a S. Nilo di Rossano (Par. suppl. gr. 670, ff. 1-179v)", *Epeteris Etairias Byzantinon Spoudon* 47 (Atenas, 1989), pp. 253-274.
- _____, "Niliaca ab Anonymo Rh. Gr. VII W. non expressa", *Vichiana* 3^a sér., 2 (1991), pp. 263-264.
- _____, "Um nuovo capitolo del commentario a Ermogene attribuito a S. Nilo di Rossano", *Vichiana* 3 (1992), pp. 189-198.
- ROCCHI, A., *De ceonobio Cryptoferratensi eiusque bibliotheca et codicibus praesertim Graecis commentarii*, Túsculo, 1893.
- RUSSELL, D. A., *Greek declamation*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983.
- RYCHLEWSKA, Ludovica, "In Anonymum Hermogenis Statuum interpretem (Rh. Gr. VII, 397-442 Walz) cum Nilo (Par. Gr. Suppl. 670 sqq. 36v-65r) collatum observationes criticae", *Eos* 41, 1 (1940-1946), pp. 173-184, e 42, 1 (1947), pp. 195-211.
- SANTA CRUTZ, José, *Der Einfluß der rhetorischen Theorie der Status auf die römische Jurisprudenz, insbesondere auf die Auslegung der Gesetze und Rechtsgeschäfte, Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte (Romanistische Abteilung)* 75 (1958), pp. 91-115.
- SCHISSEL VON FLESCHENBERG, Otmar, "Studien zum στάσεις — Kommentar des Paris. gr. 3032", *Byzantinisch-neugriechischen Jahrbücher* 3 (1922), pp. 37-48.
- SCHOULER, Bernard, "Personnes, faits et états de la cause dans le système d'Hermogène", *LALIES (Actes des sessions de linguistique et de littérature de l'École Normale Supérieure)* 8 (1990), Paris, Publ. de la Sorbonne-Nouvelle Paris III, pp. 111-127.
- SCHRÖDER, F., *Thucydidis historiarum memoria quae prostat apud Aristidem, Aristidis scholiastas, Hermogenem, Hermogenis scholiastas*, diss. Göttingen, 1887.
- STEINWENTER, Artur, *Rhetorik und römischer Zivilprozeß, Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte (Romanistische Abteilung)* 65 (1947), pp. 69-120.
- VONGLIS, Bernard, *La lettre et l'esprit de la loi dans la jurisprudence classique et le rhétorique*, Paris, Sirey, 1967.
- WALZ, Christian, *Rhetores Graeci*, 9 voll., Estugarda e Tübingen, 1832-1836, reimpr. Osnabrück, 1968.
- WOLFF, Hans Julius, *Die attische Paragraphe*, Weimar, 1966.

ÍNDICES

INDEX HERMOGENIANVM

Id. (= *As categorias de estilo*): 3.99.3; 3.5.7, 11; 3.7.4; **214.4-215.21**: 1.12.4; **226.14-15**: 1.14.13-14; **379.9**: 2.a.29-30; **388.17-389.6**: 1.11.19-20; **388:20-22**: 1.11.21.

Heu. (= *A invenção*): 1.14.19; 1.18.2, 6, 7; **93.5-8**: 1.12.3.

Pr. (= *Proginasmas*): 3.5.10.

St. (= *Os estados de causa*): 1.14.18; 1.18.7-8; 3.5.10-11; **28.3**: 1.1.12-13; 1.4.1; **28.4**: 1.5.1, 6-7; **28.4-5**: 1.8.1; **28.5**: 1.10.1; **28.5-6**: 1.10.5-6; **28.6**: 1.11.6; **28.6-7**: 1.11.7; **28.7**: 1.11.8, 15; **28.7-8**: 1.12.9-10; **28.8-9**: 1.12.13; **28.9**: 1.14.5; **28.8-9**: 1.14.17; **28.10**: 1.15.4-5; **28.10-11**: 1.16.2; **28.11-12**: 3.8.1-2; **28.11-13**: 1.17.4-6; **28.13**: 1.18.1; 1.19.1, 2; **28.13-14**: 1.14.18-19; 1.19.2, 3-4; **29.1**: 1.21.3, 5, 18; **29.2-3**: 1.22.4-5, 8; **29.3-4**: 1.22.5-7; **29.4-6**: 1.22.8-9; **29.7**: 1.25.1, 2; 1.26.4; **29.14**: 1.32.1-2; **29.14-15**: 1.33.9; **29.15**: 1.32.6; **29.15-16**:

1.33.10; **29.16**: 1.34.1; **30.4**: 1.33.17; **30.9**: 1.45.2-3; **30.12**: 1.46.5; **30.13**: 1.31.6; 1.50.2; **30.13-14**: 2.60.2-3; **30.19**: 2.b.2, 4-5; **30.19-20**: 2.b.8; 16.2.10; **30.19-21**: 2.b.6-7; 6.1.18-19; **30.21-22**: 2.a.4-5, 12-13; 2.b.2-3, 8-10; **30.23-31.1**: 2.b.10-11; **31.1**: 2.b.3, 12, 16, 17; 2.54.1; **31.1**: 2.a.7; **31.1-3**: 2.54.20-21; **31.5**: 2.b.18-19; **31.7-8**: 1.36.7-8; 4.7.20; **31.8-9**: 2.58.1-2; **31.9-11**: 2.c.2-4; **31.11**: 2.57.9-10, 15/16; 2.c.10; 2.59.3-4; **31.12-13**: 2.60.1-5; **31.12-18**: 2.60.3-5; 2.83.12; **31.13-16**: 1.30.2-3; **31.19-32.1**: 2.63.2-3; **32.1**: 2.64.1; **32.2-3**: 2.68.2-3; **32.3**: 2.66.3; **32.3-4**: 2.66.3; 2.68.4; **32.4**: 2.62.18, 19-20; 2.68.6; 2.69.3; **32.4-5**: 2.68.7; 2.69.3-4; 2.69.4-5; 3.94.20; **32.5**: 2.62.18, 19, 20, 21; 2.68.8; 2.69.6; **32.5-7**: 2.68.10-11; **32.6-7**: 3.94.12-13, 17; **32.7**: 2.69.7; **32.7-8**: 2.68.15; 3.93.3; **32.10-11**: 2.81.2; **32.11-13**: 2.70.9-10; 2.71.17-20; **32.11**: 2.70.11; **32.12**:

2.70.13, 13-14, 15; **32.13**: 2.70.15-16; 2.80.1; 3.93.3; **32.10-32.14**: 2.74.2; **32.14-17**: 1.30.2-3; **32.18-33.1**: 2.76.3-6; **33.2**: 2.76.1-2; **33.4-5**: 2.62.24-25; 2.79.21; 2.80.4; **33.6-7**: 2.87.36-37; **33.10-11**: 2.83.6-7; **33.11**: 2.83.12; **33.12**: 2.87.71; **33.12-13**: 2.86.4; **33.16**: 2.72.6-7; **33.17**: 3.88.3, 4; **33.20-34.1**: 2.89.5-10; **34.2-3**: 3.92.4-5; **34.2-8**: 2.89.2; **34.9**: 2.68.11-12; **34.15**: 3.97.9; **34.15-16**: 3.97.4-5; **34.17**: 3.98.6; **34.19**: 3.1.1; **34.20-21**: 3.1.2; **35.3**: 3.2.3; 3.12.2; **35.5-6**: 3.3.3-4; **35.10**: 3.16.3, 4; **35.12**: 3.7.1; **35.12-14**: 3.8.3-4; **35.15-17**: 3.9.2-4; **35.16**: 3.11.5; **35.16-17**: 3.11.5-6; **35.19**: 3.17.1; **35.20**: 3.16.3, 4; **36.3-4**: 3.16.7-8; **36.4-5**: 3.16.13; **36.7-8**: 4.1.4-5, 5, 6; 4.3.9-10; **36.8-9**: 4.1.7; 5.2.1-2; **36.8-37.4**: 5.1; **36.10**: 4.2.2, 4, 14, 15; 4.6.2, 4; 4.7.5, 6, 11; **36.10-11**: 4.7.2-3; **36.11**: 4.6.14, 16; 4.7.18-19; **36.12-13**: 4.2.28-29; 6.1.18-19; 16.2.10; **36.14-15**: 4.8.4-5, 7; **37.1-2**: 5.2.3-4, 6; 5.3.1-2; **37.2-3**: 5.5.1; **37.2**: 5.6.1; **37.3**: 5.4.1; **37.3-4**: 5.4.4; **37.5**: 5.6.4; **37.6**: 5.8.1, 3; **37.6-7**: 5.8.11, 17-18; 5.9.2-3; **37.8**: 13.10.18; **37.8-13**: 5.8.23; **37.11-12**: 5.9.3, 5-6; **37.15-16**: 6.3.1-3, 5-6; **37.16**: 6.4.1-2; **37.17**: 6.5.1; **38.4**: 6.11.1; **38.5-6**: 6.13.10-11, 12-13, 15, 16-17; 6.14.2, 3; **38.6-8**: 6.14.3; **38.9**: 7.9.1; **38.9-10**: 7.1.12-13; **38.11-12**: 7.4.1-2; **38.12**: 7.6.1; **38.12-13**: 7.9.17-18; **38.14-15**: 7.8.2; 7.9.19-20, 25-26; **38.15**: 7.8.4; **38.15-16**: 7.9.20-21; **38.16-17**: 8.3.2; **38.22**: 8.3.10, 12, 13; **38.22-39.1**: 8.3.7-9; **39.1**: 10.1.1; **39.1-2**: 10.1.2; **39.1-3**:

10.1.4; **39.2**: 12.1.5; **39.4**: 10.1.4-5, 5; **39.4-5**: 10.1.4-7; **39.5**: 10.1.6-7; **39.6-11**: 9.2.8-10; **39.7**: 11.2.1; **39.11-14**: 9.2.26-28; **39.15-16**: 9.2.19-20; **39.7**: 11.2.1; **39.17**: 12.1.1-2; **39.20-21**: 12.2.4, 6; **39.21**: 12.2.13; **39.21-22**: 13.1.2-3; 13.2.4, 6; **40.1**: 13.4.13; **40.2-3**: 13.3.5; **40.6-7**: 13.6.2-4; **40.7-8**: 13.7.4-5; **40.10**: 13.3.25-26, 34-35; 13.7.3-4; **40.11-13**: 13.3.8-9; 13.7.6-7; **40.13-14**: 13.9.4; **40.14-15**: 13.9.6-7; **40.15-16**: 13.3.6-7; **40.17-18**: 13.10.2-4; **40.18**: 13.10.18; **40.20-41.1**: 13.5.11; 14.1.2-3; 14.2.1-2; **41.2-3**: 14.4.4; **41.3-4**: 14.2.6-7; **41.4-5**: 14.2.19-20; **41.5-6**: 14.8.5-6; **41.5-8**: 14.2.12-15; **41.16-17**: 15.4.3-4; **41.7**: 14.8.3-4; **41.11**: 14.10.1-2; **41.13-14**: 15.4.9-10; **41.16-17**: 15.4.3-4; **42.1-2**: 15.4.4-5; **42.5-11**: 16.2.1-6; **42.7**: 16.2.4; 16.3.1-2; 16.5.1-2, 5; **42.7-8**: 16.4.2; 16.5.2; **42.7-9**: 16.4.2; 16.5.2; **42.8**: 16.4.9, 11; **42.9**: 16.4.2; 16.5.2; **42.10-11**: 16.4.3, 6; **42.11**: 16.5.14-15; **42.11-13**: 16.6.2; **42.13-15**: 16.5.24-26; **42.14**: 16.11.2-3; **42.15-18**: 15.5.2-4; 16.d.10-12; **42.17**: 16.9.10; **42.19**: 16.10.3; **44.7-9**: 2.b.10-11; **45.4-8**: 1.16.23-28; **49.21-22**: 2.a.14-15; 6.13.3-4; **50.6**: 2.b.10-11; **54.13-14**: 2.58.1-2; **54.17-18**: 2.59.2; **55.6-8**: 2.b.20-21; 2.54.20-21; **56.14-20**: 2.60.1-5; **56.15-17**: 2.57.24-26; **58.19-21**: 4.8.6-7; **65.18-20**: 7.7.4-6; 7.9.32-33; **68.6-8**: 7.9.30-31; **72.15-16**: 10.1.10-11; **76.1-2**: 12.1.19-20; **88.9-10**: 13.10.13-14; **91.2-3**: 15.4.3-4.

INDEX LOCORVM

ARISTÓTELES, Primeiros Analíticos

1.7 29a.22sq., 27-28, 1.14 33.a.28-31,

1.21 39b.26-28, 31-33: 2.79.22-23.

DEMÓSTENES

Primeira Olintíaca **1.23:** 1.49.3-4.

Segunda Olintíaca **2.10:** 1.21.10-12;

2.17: 1.49.2-3.

Halcones **7.5:** 15.2.11-12.

Terceira Filípica **9.15:** 15.2.13-15.

Organização financeira **13.34:** 2.83.9.

Tratado com Alexandre **17.23:** 2.83.10.

Coroa **18:** 1.23.1-2; **18.97:** 1.21.9-10.

Falsa embaixada **19:** 4.6.8-9; **19.215:**

7.5.3-4; **19.298:** 15.1.11-12, 14-16.

Contra Léptines **20:** 1.23.1.

Contra Aristócrates **23:** 3.98.23-25.

ÉSQUINES

Contra Timarco **1:** 16.d.3; **1.164:** 2.85.7-10.

HERÓDOTO

7.129-130: 2.84.10; **7.141-143:** 15.3.26-29.

ISÓCRATES

A Demonico **1.34.2-3:** 4.2.20.

PLATÃO

Górgias **463b3-4:** 1.3.2-3; **465a2-3:** 1.3.2-3; **463d1-2:** 1.3.3.

República **440e-441a:** 1.11.2-3.

TUCÍDIDES

5.16.1: 3.92.7-8.

7.10-15: 3.92.6-7.

INDEX NOMINVM

- Ἄβας Abante: 9.2.15.
- Ἀθῆναι Atenas; Ἀθήναζε para Atenas: 16.f.7; Ἀθήνησιν em Atenas: 2.77.1; 2.94.3; 16.f.13, 15.
- Ἀθηναῖοι Atenienses: 1.22.14, 16, 17; 2.77.4; 2.82.2; 2.84.8; 3.89.2; 2.98.22; 3.4.13; 15.3.27; 16.f.5.
- Αἶας ὁ Οἰλέως Ajax, filho de Oileu 1.13.5.
- Αἶας ὁ Τελαμώνιος Ajax, filho de Télamon: 1.13.5.
- Αἰθίοπες Eτίopes: 1.13.8; 3.16.5 *bis*; 7.9.11; 14.9.26.
- Αἰσχίνης Ésquines: 1.28.2; 2.85.6; 4.6.9.
- Ἀλέξανδρος Alexandre: 2.62.24; 2.79.11, 21; 2.80.4; 2.87.42; 3.92.9.
- Ἀλκιβιάδης Alcibiádes: 1.11.20, 21; 1.23.12; 7.7.10, 22; 7.9.30; 16.a.10, 13.
- Ἀμφίπολις Anfípolis: 3.92.8.
- Ἀντίπατρος Antípatro: 16.a.15; 16.f.10.
- Ἀπόλλων Apolo: 15.3.23.
- Ἀργινοῦσαι Arginusas: 9.2.20, 32.
- Ἀριστείδης Aristides: 2.82.2.
- Ἀριστογείτων Aristogítton: 2.89.6.
- Ἀριστοκράτης Aristócrates: 3.98.23.
- Ἀριστοτέλης Aristóteles: 2.79.22, 34.
- Ἀρχίδαμος Arquidamo: 2.b.20, 23, 27, 28; 2.54.19; 2.55.1, 4, 6.
- Βρασίδης Brásidas: 3.92.8.
- Δημοσθένης Demóstenes: 1.9.3; 1.13.3; 1.21.8; 1.32.4; 1.33.10, 16; 1.43.2; 2.a.16; 3.98.9; 3.15.44, 48; 3.17.7; 15.1.9, 14; 15.2.10; 15.3.23; Δημοσθηνικόν um passo da obra de Demóstenes: 2.83.8-9; 7.5.1.
- Ἕλληνες Gregos: 2.83.7, 10; 2.84.2.
- Ἑρμαγόρας Hermágoras: 3.15.31.
- Ἑρμογένης Hermógenes: 1.3.4; 1.11.20; 1.16.1; 1.22.1; 1.33.15; 2.a.7; 2.b.14; 2.58.3; 2.67.8; 3.97.1; 4.7.4; 12.1.3, 9, 14, 20; 14.2.21; 16.2.15; 16.b.2; 16.d.9.
- Ζεύς (Zeus): 1.49.4; 15.2.14.
- Ἡρακλῆς Héracles: 15.3.18, 21 *bis*.
- Ἡρόδοτος Heródoto: 2.84.10.
- Θεμιστοκλῆς Temístocles: 3.98.16, 18; 15.3.28.
- Ἰάσων Íasão: 2.76.7.
- Ἴωνες Iónios: 4.4.13
- Κλέων Cléon: 3.92.5, 7, 18; 7.9.30; 16.a.9.
- Κριτίας Crícias: 3.89.2, 3, 6; 3.90.6.

Λακεδαιμόνιοι Lacedemónios: 1.22.11,
13, 17; 2.94.4; 16.f.6, 7, 12.

Λακεδαίμων Lacedemónia: 16.f.9.

Λάκωνες Lacónios: 4.4.13.

Λεπτίνης Léptines: 1.23.6.

Μαρωνεῖται Maronitas (pono): 2.83.10.

Μεγαπένθης Megapentes: 3.17.8.

Μηδεία Medeia: 2.76.8.

Μηδικά as Guerras Médicas: 15.3.26.

Μινουκιανός Minuciano: 1.26.4; 2.58.1;
2.59.1; 2.67.1, 8, 14; 3.99.1; 3.13.2;
4.7.3; 8.1.2; 9.2.10; 12.1.1, 10, 14, 26,
34; 13.3.34; 14.10.6; 16.f.4, 9.

Μοῦσαι Musas: 3.98.15, 20.

Νεῖλος Nilo: 3.15.47; 3.17.8.

Νέστωρ Nestor: 15.1.2.

Νικίας Nícias: 3.92.5.

Ὀδυσσεύς Ulisses: 2.81.6.

Ὀλυμπος Olimpo: 3.84.9.

Ὀλύνθιοι Olíntios (pono): 2.a.28, 32.

Ὀρέστης Orestes: 14.a.2.

Ὀσσα Ossa (monte): 2.84.9.

Παῦλος Paulo: 16.a.16.

Περικλῆς Péricles: 1.28.2; 1.33.10, 20;
2.b.21, 26, 28; 2.54.19, 21; 2.55.2;
2.56.2; 2.70.11; 3.98.19; 3.17.7;
9.2.22 *bis*.

Πέτρος Pedro (leitor destinatário do
escólio): 1.32.8.

Πηνειός Peneu, rio: 2.84.10.

Πλάτων Platão: 1.7.2; 1.10.1; 1.13.3;
1.14.11; 2.79.29; 4.1.7.

Προφύριος Porfírio: 9.2.24; 16.a.11, 21.

Πυθία Pítia: 2.84.10.

Πύθιος Pítio: 2.83.12; 16.9.10.

Πύλος Pilo: 7.9.30; 16.a.10.

Σαλαμῖς Salamina: 3.98.17, 22.

Σικελίας Sicília: 7.9.32.

Σίφνιοι Sífnios (pono): 2.83.2, 10;
2.84.1, 8; 3.98.21.

Σκύθαι Citas (pono): 1.13.7; 7.9.11;
14.9.26.

Σκυθίς Cítia: 2.76.8.

Σπάρτη Esparta: 16.f.15.

Σόλων Sólon: 2.77.6.

Σωκράτης Sócrates: 1.13.4; 1.14.11,
2.81.6; 2.82.2, 4, 6; 2.87.16, 65; 6.5.5.

Τίμαρχος Timarco: 16.d.3.

Φιλίππος Filipe: 1.32.5; 2.a.16.

Φωκεῖς Focetus (pono): 4.6.9.

Χαιρωνεία Queroneia: 1.21.14.

Χερσόνηος Quersoneso: 3.98.24.

INDEX VERBORVM

α

ἄβρός alegre (categoria de estilo): 3.1.8.

ἄγραφος não-escrito: 6.3.12; 7.3.10 *bis*, 14; 13.1.13, 15; 13.3.7; 13.5.13; 13.9.7; 13.10.2 *bis*; 16.3.3, 4, 7; 16.5.16, 17, 23; 16.6.2, 4, 12; 16.10.5; 16.11.2.

ἄγών debate: 1.14.5; 1.36.4; 14.9.5; 16.2.4, 7, 8, 15; 16.3.2, 6; 16.4.4, 5; 16.5.1, 28, 31; 16.6.10; 16.9.3; 16.11.11.

ἀγωνίζομαι contender, debater, sustentar contenda ou demanda em tribunal: 16.2.16; 16.5.27, 29; 16.7.10; contendor, ἀγωνιζόμενος cada uma das partes de um debate judicial: 7.1.4; 14.9.5; 16.5.33.

ἀγωνιστικός elemento, tópico de debate: 1.38.8.

ἄδελφός irmão (tipo de pessoa): 1.35.13; 2.76.9; 3.97.18.

ἄδηλος não-evidente: 1.10.3; 3.97.11, 14; 4.2.30; 4.4.2, 15; 4.6.2, 3; 4.7.2, 8, 15 *bis*, 16, 18; 4.8.8; 9.2.42, 43; 13.10.49; 14.10.5; ἀδήλως: 3.96.3.

ἀδιαίρετος indivisível: 1.33.5; 7.7.24.

ἀδίκημα crime, injustiça: 3.97.41; 7.4.3, 4; 7.5.5; 7.6.2, 3; 7.7.6, 14, 24; 8.3.2, 8, 9, 12, 14, 15, 24; 9.1.12, 13; 9.2.1, 3, 13, 25, 29; 10.1.2, 5, 6.

ἄδικος acto criminoso: 16.a.8; injusto (tópico): 6.1.6; 7.3.8.

ἀδικῶ cometer, praticar crime ou injustiça: 1.21.11; 7.4.2 *bis*; 7.5.3, 4; 8.3.11; 16.a.4; ἀδικήσας autor do acto ilícito; o criminoso (pessoa): 16.a.2, 4 ἀδικήσαν πρόσωπον o criminoso (pessoa) (ver ἀδικήσας): 16.a.2.

ἄδοξος desonroso: 2.85.2; 3.98.13 *bis*, 14, 19, 21; 3.99.7; ἄδοξον desonrosa (causa, questão, problema): 2.68.12 *bis*; 2.69.6; 2.85.1; 2.86.1, 3, 7; 2.87.61, 68; 3.96.11; 3.100.4.

ἄδύνατος impossível (tópico): 2.58.6; 2.67.14; 2.72.2; 2.80.8; 2.83.3, 4, 7, 8, 10, 12; 3.88.8, 9; 3.92.4, 9, 12; 3.3.4; ἄδύνατον impossível (causa, questão mal constituída): 2.68.9 *bis*; 2.69.4; 2.72.2; 2.83.1 *bis*, 3; 2.84.6; 2.87.12, 13, 48, 57, 68; 3.92.1, 3, 16.

αἴσθησις sensação: 1.6.2, 3, 5; 1.17.11.

αἵτημα demanda: 3.93.12.

αἰτία causa, motivo: 1.1.8; 1.6.9; 1.40.31, 32; 2.53.3; 2.a.2; 2.57.10, 15, 16; 2.59.4, 5; 2.c.2, 5, 9; 2.73.9; 2.76.9; 2.87.3, 7, 8, 17, 77, 79 *bis*, 81, 84, 86, 87, 88, 90; 3.94.3; 3.96.8; 3.97.19, 20, 43; 3.4.1; 3.5.1; 3.15.35, 36; 3.16.4; 3.17.6, 7; 3.18.4, 7; 3.19.1; 4.2.25, 33; 6.14.17; 8.3.14; 9.2.9, 16; 13.3.16, 18; 16.14.3; 16.e.2, 18.

αἵτησις demanda: 6.13.5, 8; 13.3.27;
14.9.12.
αἰτιατόν consequência: 3.4.1.
αἴτιον causa; razão: 2.c.12; 2.67.3 *bis*,
19, 22; 3.88.8; 3.3.3.
αἴτιος culpado; motivo para acusação:
4.8.9.
ἀκούσιος involuntário (acto): 9.1.6.
ἀκούων ouvinte: 2.62.22; 2.87.61.
ἀκροατής ouvinte (sinónimo de ἀκούων):
1.4.1; 1.49.5; 3.94.28; 7.9.23; 12.2.14.
ἀκρώμενος ouvinte (sinónimo de
ἀκούων): 2.62.16.
ἀληθής verdadeiro; verosímil (tópico):
13.10.48, 50, 59.
ἄλογος irracional: 1.13.2; 14.9.28;
absurdo: 2.84.1; ἀλόγως: 6.7.5.
ἀμφιβάλλω expressar-se ambiguamente:
3.95.2; suscitar dúvidas: 5.4.5.
ἀμφιβολία ambiguidade: 2.80.8; 3.95.3;
6.13.18; 15.1.1, 9; 15.2.1, 16, 18, 20;
15.3.2, 4, 15, 16; 15.4.1, 13, 15, 18;
15.5.1; 16.d.2, 15, 16 *bis*, 21; 16.8.4;
16.10.10.
ἀμφίβολος ambíguo: 4.2.6; 5.9.3;
13.10.10; 15.4.10, 20.
ἀμφίδοξος dúbio (causa, questão,
problema): 3.98.13; 3.99.7; 3.100.4.
ἀμφισβητήσιμον assunto, elemento de
controvérsia: 5.9.1.
ἀμφισβήτησις controvérsia: 1.21.2 *bis*;
1.22.2; 1.25.2; 2.67.6; 6.6.2, 4, 6;
6.11.1; 6.13.9; 15.3.31.
ἀμφισβητῶ debater uma controvérsia:
2.87.45; 3.14.3; 5.8.1; 12.1.2;
15.1.12; 15.3.24; 15.4.17;

ἀμβισβητούμενον elemento, assuntos
de controvérsia: 2.67.7; 5.9.1.
ἀναίρεσις negação: 2.62.5, 6, 7, 13;
2.79.30, 33, 34 *bis*; 6.1.19; 16.e.13.
ἀναιρετικός anulante, que anula: 2.51.7.
ἀναιρῶ anular: 2.87.42, 45; suprimir:
3.97.47, 49; 16.4.9; matar; assassinar,
destruir: 1.36.25; 3.94.3; 4.2.30;
6.1.20, 21 *bis*; 6.13.21; 7.7.13, 14, 15;
13.10.27; 14.a.2, 3; 16.a.5; 16.12.3;
16.13.5; 16.e.4, 6, 9, 17 *ter*;
prescrever, ordenar (um oráculo)
16.d.11.
ἀναίτιος inocente, isento de culpa: 4.8.9.
ἀναλυτικός analítico (modo ou método):
1.12.5, 7; 4.1.2.
ἀνατρεπτικός refutativo (tópico): 2.79.3.
ἀνδροφόνος homicida (tipo de pessoa;
sinónimo de φονεύς): 15.5.3; 16.d.11;
16.9.10.
ἀνεξέταστος não passíveis de exame
(pessoas ou actos): 1.33.4 *bis*; 1.50.2;
2.60.1, 4; 2.62.2, 5, 6, 9, 10, 12, 15;
4.4.3; 5.9.6.
ἀνεύθυνος inimputável, inocente: 4.2.23,
31, 33; 7.8.1, 2 *bis*; 7.9.19, 25, 26;
9.1.12; 9.2.5, 7, 10; 11.1.3; 12.1.3;
16.5.33.
ἀνθέλκω opor-se a: 3.15.34.
ἀνθηρός florido (estilo): 3.100.1.
ἀνθίστημι compensar (um acto com
outro, por meio do estado de causa da
compensação): 8.3.8, 16; 12.1.17.
ἀντεγκαλῶ contra-acusar: 2.57.22, 26;
9.2.37, 43; 10.1.6, 11; 16.c.23.

ἀντέγκλημα contra-acusação (estado de causa): 2.70.11, 12; 8.3.3; 9.1.2, 3; 9.2.34, 38, 39, 44; 10.1.4 *bis*.
 ἀντεγκληματικὸς στοχασμός conjectura com contra-acusação: 9.2.34, 35, 42, 48.
 ἀντιδιαίροῦμαι opor-se: 5.7.2.
 ἀντιδιαστέλλω distinguir: 2.68.3.
 ἀντιδιαστολή distinção, oposição: 1.17.2; 2.68.17; 4.7.7.
 ἀντιδιατίθεμαι opor-se reciprocamente: 14.7.4.
 ἀντίθεσις oposição (estado de causa): 6.5.8; 7.6.1; 7.7.25; 8.1.2; 8.2.1, 2, 3, 4, 5; 8.3.1; 12.1.23; objeção: 1.1.19;
 ἀντιθετικὴ στάσεις oposições (estado de causa, sinónimo de ἀντίθεσις): 7.7.23; 8.2.7; 8.3.3, 19; 9.1.1; 12.1.20, 21, 22, 37; 14.9.22.
 ἀντικαθίστημι contestar: 16.2.12.
 ἀντικατηγορῶ contra-acusar: 9.2.38.
 ἀντιλαμβάνω abordar um assunto: 3.15.32, 33; referir-se a: 3.15.45.
 ἀντιληπτικός justificativo (tópico da justificação): 3.2.2; ἀντιληπτικῶς: 16.2.11.
 ἀντίληψις justificação (estado de causa): 2.59.9; 4.7.16; 6.5.7; 7.7.1, 8, 15, 23; 7.8.4; 7.9.8, 18, 19, 29; 9.1.13; 9.2.4, 5; 12.1.25, 34; 16.a.1, 2, 9, 11, 18, 22.
 ἀντινομία antinomia (estado de causa): 13.5.4, 6, 18, 21, 24; 14.1.2, 4; 14.2.1, 4, 10, 23; 14.3.1, 5, 8; 14.5.2; 14.7.1, 5; 14.9.6, 12, 17, 30; 14.10.4; 14.a.1, 5; 15.1.6; 15.2.2; 15.4.7.
 ἀντιπαράστασις réplica: 16.2.9, 14.

ἀντιπαραστατικῶς por meio de réplica: 16.2.16.
 ἀντίστασις compensação (estado de causa): 3.94.5, 7, 9; 6.3.7, 8, 10; 6.5.7; 8.3.3, 6, 7; 9.1.1, 3, 6; 9.2.4, 6; 10.1.10.
 ἀντιστρέφω contrapor-se: 1.11.14; ἀντιστρέφον reversível (causa, questão mal constituída): 2.62.21; 2.68.8; 2.69.5; 2.75.1, 4, 6; 2.80.7, 9; 2.87.26, 28.
 ἀντιτίθημι opôr-se, exercer oposição: 8.2.5, 6; 13.3.6; 14.8.13; 14.9.4; 16.f.17.
 ἀξίωμα autoridade: 3.1.6 ἀξιωματικῶς: 1.24.1.
 ὁρίστος indefinido: 2.60.3; 2.87.71; ὁρίστως: 2.c.10; 13.6.3.
 ἀπαγγελία expressão: 3.98.6; introdução: 3.11.3, 6.
 ἀπαγγέλλω introduzir: 3.11.4; declarar, anunciar: 7.9.30.
 ἀπαγόρευσις interdição: 2.79.35.
 ἀπαγωγή rejeição, proibição: 16.4.15; 16.5.25; 16.7.1; 16.11.2.
 ἀπάγω dissimilar: 13.10.7.
 ἀπαίτησις ἐλέγχων exigência de provas (ponto da conjectura): 2.59.10.
 ἀπερίστατον isento de circunstâncias (causa, questão mal constituída): 2.62.20; 2.68.6; 2.69.6; 2.71.9; 2.72.6, 7; 2.87.1, 5, 7, 8, 14, 17; 3.96.5, 7; 3.97.16.
 ἀπίθανος inverosímil (tópico): 2.81.7; 2.82.3, 5; 2.83.2, 8; 2.86.7; 2.87.16, 19, 63; ἀπίθανον inverosímil (causa, questão mal constituída): 2.62.21;

- 2.67.22; 2.68.7; 2.69.4; 2.81.4;
2.82.1; 2.83.2, 3 *bis*; 2.86.1, 2, 6;
2.87.15, 18, 47, 57, 62, 68, 73;
3.92.15; 3.94.16, 18, 19; 13.10.50.
- ἀπιθανότης inverosimilhança: 2.87.18,
65.
- ἀπλοῦς simples: 2.57.31; 2.58.2; 4.3.5;
5.3.8; 7.7.24; 13.5.17; 14.2.3, 4, 22;
14.3.8; 16.5.20.
- ἀπόδειξις demonstração: 1.12.8, 10, 12,
1.33.8; 1.36.3, 5, 11; 2.a.25; 2.57.33;
3.15.27; 4.6.13.
- ἀποδείκνυμι demonstrar: 1.1.21; 1.7.2;
1.12.11; 7.3.14; ἀποδείκνυς
demonstrativo: 6.9.10;
ἀποδεικνύμενος o elemento
demonstrado: 6.9.10, 11, 12; 7.3.13,
15; elemento demonstrativo: 2.87.40.
- ἀποδεικτικός demons-trativo: 2.54.12,
15; 2.87.39; 3.97.17; 4.6.17; 7.3.13;
demonstrativo; (modo ou método):
1.12.5, 6, 7; 4.1.2.
- ἀποδιαίρῳ diferenciar: 8.3.4; 13.1.5.
- ἀποδιαστέλλω distinguir: 1.14.16.
- ἀποκρίνω distinguir, separar: 2.68.15;
13.1.5; 13.10.7.
- ἀπολογία defesa: 2.59.3, 4, 9; 2.60.6;
2.67.18; 2.71.18; 3.90.5; 16.7.1, 7, 8.
- ἀπολογοῦμαι defender; proferir discursos
de defesa: 2.c.4; 9.2.45, 48;
ἀπολογούμενος defensor: 2.71.8, 9;
2.86.6; 2.87.9; 3.89.7; 9.2.40, 42;
13.3.32.
- ἄπορον inconclusiva (causa, questão mal
constituída): 2.67.25; 2.68.15; 2.69.8;
2.79.1 *bis*; 2.80.6, 7, 8; 2.84.5 *bis*;
2.87.32, 44, 56; 3.94.23; 3.97.37;
16.5.8.
- ἀποτροπή dissuasão: 1.14.3.
- ἀποφαίνω declarar: 1.24.2; pronunciar-se
sobre: 6.3.5; apresentar, expressar:
4.1.8; 16.3.2
- ἀποφαντικῶς afirmativamente: 3.95.2.
- ἀπόφασις negação: 1.24.2; 2.79.23.
- ἀποφεύγω ser absolvido de processo
judicial: 15.5.3; 16.c.23; 16.7.12;
16.d.11.
- ἀπρεπής inconveniente (tópicos): 3.96.9.
- ἀπροσδιόριστος indefinido: 2.79.22, 27,
30.
- ἄριστεύς condecorado por bravura (tipo
de pessoa): 1.36.18, 21; 2.57.24;
10.1.10; 16.a.5.
- ἄρνησις negação: 2.79.35; 4.2.9, 11;
16.1.3.
- ἄρνούμαι negar: 3.19.3; 4.2.7, 9, 12, 16;
4.7.5; 9.1.7.
- ἀσέβεια impiedade: 1.36.19, 20; 2.82.6;
3.98.16, 20; 7.7.10, 18; 16.d.4, 5, 7.
- ἀστασίαστος não susceptível de gerar
estado de causa: 1.11.17, 18; 14.5.4;
14.9.1.
- ἄσύμφορος inconveniente, inútil (tópicos):
6.1.6, 17.
- ἄσύστατος mal constituída (causa,
questão): 1.36.15; 2.62.26; 2.64.4 *bis*;
2.67.1, 14, 17, 30; 2.68.1, 4, 5, 16;
2.69.2, 8; 2.70.4 *bis*, 5; 2.71.5, 6, 7;
2.72.1, 8, 9; 2.73.2, 4; 2.74.1; 2.75.7,
9; 2.79.4, 9, 12, 14, 16, 17; 2.80.2;
2.81.1, 8; 2.84.13; 2.85.2, 12; 2.87.20,
23, 24, 31, 67, 85, 89; 3.88.4, 6;
3.90.4; 3.92.13, 14, 17; 3.93.1, 5;

3.94.13, 18, 21, 23; 3.97.8; 3.98.3;
3.13.15,16 *bis*; 4.7.17; 5.5.2; 5.8.13;
7.7.12; 15.1.5.

ἄσωτος devasso (tipo de pessoa):
1.35.13; 1.36.8; 2.55.1, 7; 2.56.3;
2.57.9, 15; 2.59.2, 4; 2.c.4; 4.7.20, 23,
29; ἄσώτως: 2.55.5.

ἄτέλεια imperfeição: 5.4.3.

ἄτελής incompleto, imperfeito: 2.57.29;
2.58.1, 3; 2.61.1; 3.5.5, 8; 4.8.2 *bis*;
5.1.3 *bis*, 4; 5.2.4, 7, 8, 15; 5.3.1, 2, 4
bis, 5; 5.4.2.; 5.5.1, 3; 5.6.1, 4; 5.8.8,
17, 22; 6.1.1, 2; 6.8.2; 7.3.7 *bis*;
16.10.12.

ἄτεχνος inartística (prova retórica): 6.9.4,
5; 7.9.21, 23.

ἀφέλεια simplicidade (categoria de
estilo): 3.1.4.

ἀφορμή fundamento da argumentação:
1.42.3; 1.50.3; 2.a.23; 2.67.4; 13.5.24.

ἄφανής obscuro, não-patente: 2.54.15
ter, 18, 19, 21; 2.57.3; 2.68.11;
3.94.13, 17; 4.1.7; 4.2.20, 30; 4.4.1, 4
bis, 6, 7, 14 *bis*; 4.6.7, 11, 13, 14 *bis*;
4.7.13, 19 *bis*; 4.8.4; 5.1.1 *bis*; 5.2.1,
2; 5.3.1; 6.1.1; 6.6.1; 6.8.2; 7.3.6 *bis*.

β

βία violação (tipo de crime): 14.9.2;
14.10.5, 9, 11.

βουλή assembleia: 1.1.16; 1.11.6; 2.84.6;
2.87.42; 6.14.1; 14.9.9.

βούλησις vontade (tópicos): 1.17.12;
2.57.16; 2.59.7.

γ

γενικός genérico: 2.67.14, 31; 2.72.1;
4.6.19, 21; 6.1.8; 6.2.1, 2, 3, 4; 6.5.5;
6.11.2; 7.1.13; 7.9.1, 2, 4; 8.1.1;
8.3.1; 13.1.9; γενικῶς: 6.8.2, 4.

γένος género: 1.1.9, 10; 1.12.13; 1.13.1;
1.14.1, 3, 5, 6, 7 *bis*, 9, 12, 13, 17;
1.21.1 *bis*; 1.32.6; 1.46.1, 3; 2.83.6;
3.100.5; 3.15.24, 25, 37, 39; 4.7.14;
5.7.1; 6.1.9; 6.2.2, 3 *bis*, 4; 6.5.6 *bis*,
8, 9; 6.8.7; 6.11.2; 7.3.11; 7.9.3 *bis*, 4,
5, 12; 8.1.3; 16.6.5; 16.13.1.

γεωργός camponês (tipo de pessoa):
1.38.9; 7.9.20, 27.

γνήσιος filho legítimo (tipo de pessoa):
3.97.51, 52 *bis*, 53.

γνώμη intenção do agente da acção:
2.51.2, 3; 3.95.3; 4.4.5; 4.8.5;
decisão: 2.68.13; 2.80.9.

γνώσις conhecimento: 1.5.5; 1.6.1, 2;
1.9.1; 1.33.19, 21; 4.4.7; 14.9.9.

γραμματική gramática: 3.13.1.

γραμματικός gramático: 1.26.2; 1.40.7;
3.14.3; 5.8.2; 6.10.3; 15.1.4.

γραφή acção, processo judicial: 2.67.4.

γυμνασία exercício: 1.9.2; 1.33.13.

γυνή mulher (tipo de pessoa): 1.30.3;
1.36.15, 27, 30; 1.38.9; 2.67.24;
2.73.9, 11; 2.85.5; 2.86.4; 3.93.9;
3.94.3; 3.97.27; 16.12.5; 16.e.8, 11,
14.

δ

δεσπότης senhor, patrão (tipo de pessoa):
1.34.3, 4, 10; 14.8.12, 14; 15.4.16.

δῆλος evidente: 1.10.3 *bis*; 1.11.9;
1.15.4; 1.23.11; 1.32.3; 1.36.13;

- 2.54.3, 20; 3.90.1; 3.92.11; 3.96.2, 11; 3.97.11, 12; 3.11.3; 3.15.15, 35, 37; 4.6.9; 4.8.7; 6.1.18; 9.2.40; 13.10.10; 14.a.2; 15.2.2; 15.4.14.
- δήμιος carrasco (tipo de pessoa): 16.e.3.
- δημόσιος público (discurso): 3.94.9, 11; 3.97.41; 3.98.9, 10; 7.7.5, 14; 7.9.32, 33; 8.3.22; 9.2.13; 13.3.28, 29, 31; 15.4.4 *bis*, 12 *bis*.
- διάγνωσις análise: 2.65.1, 3; 3.9.8; conhecimento: 3.3.3; 3.20.2, 3; 4.2.20; 7.9.24; distinção: 12.1.21; decisão: 2.68.13.
- διαγινώσκω conhecer, reconhecer: 16.2.1, 4.
- διαβεβλημένον (πρόσωπον) infame (categoria de pessoa): 1.35.12, 16 *bis*, 1.36.1, 9, 13; 1.37.2, 5, 7; 1.38.4, 7.
- διαθήκη testamento (tipo de texto legal): 13.3.1; 13.4.1;
- διαίρεσις divisão: 1.4.4; 1.12.10, 12; 1.13.1, 9, 10; 1.14.8; 1.16.4; 1.17.5; 1.29.3; 1.30.4; 1.33.3, 11; 2.a.18, 22; 2.64.2; 3.5.2, 8; 3.8.2, 3; 3.9.8; 3.10.7, 11 *bis*; 3.13.9, 10, 13; 3.16.7; 3.18.3; 6.3.1; 6.9.14, 16; 6.12.1 *bis*; 7.9.9; 8.3.19; 10.1.1; 12.1.20; 12.2.5; 13.1.21, 24, 25; 13.10.13, 44; 14.a.1; 15.3.2; 16.b.10; 16.5.5, 7, 18; 16.14.1.
- διαιρετικός divisivo (modo ou método): 1.12.5, 6 *bis*; 4.1.1, 2, 7, 9; 12.1.19; 13.1.22, 23; 13.5.9, 17; 16.5.19, 20; 16.14.5.
- διαίρῳ dividir: 1.12.10; 1.14.9, 11, 12, 13; 1.30.1, 2; 1.47.2; 2.a.3, 8; 3.100.5; 3.9.5; 3.10.2; 4.6.20; 5.2.3; 6.9.1; 7.2.3; 7.3.9; 7.7.25; 7.9.2, 7; 10.1.1; 12.1.2, 29; 13.5.10; 13.10.14; 14.1.3; 14.2.2, 3; 14.4.1, 4 *bis*; 14.5.1; 16.10.6, 7; διαιρούμενον elemento resultante de uma divisão: 7.9.2.
- διαλεκτική dialéctica: 6.9.3.
- διάνοια intenção, espírito de uma lei ou texto: 13.3.6, 9, 14, 15, 16, 21 *bis*, 23, 24, 27, 30; 13.5.8, 9, 13, 19, 22, 23; 13.6.4, 6 *bis*; 13.7.2, 5; 13.8.1, 3, 5; 13.9.1, 5 *bis*; 14.1.1; 14.2.19, 20, 22, 25; 14.3.3, 8; 14.6.1, 3, 4, 5, 9 *bis*, 10, 12; 14.7.1, 2; 14.8.6, 20; 14.9.3, 5, 17, 19, 31; 15.2.4; 15.4.6, 8; 16.b.6; 16.d.2, 9, 20; 16.8.2; 16.9.4; 16.10.10.
- διάστασις συλλαβῶν separação de sílabas: 15.1.4; 15.3.2, 5, 11, 14 *bis*, 16; 15.4.13.
- διαστέλλω distinguir: 1.14.18; 1.16.1, 3; 2.68.5, 16; 5.7.1.
- διαστολή distinção: 1.15.6; 2.68.1.
- διδασκαλία explicação, tratamento teórico ou pedagógico, ensino: 1.13.11; 1.33.2; 1.40.1, 4; 2.60.1; 2.62.1, 10; 2.69.2; 2.72.7; 3.98.2, 5; 3.6.1; 3.8.1; 3.13.17; 3.18.1; 4.2.2; 4.5.2; 5.8.26; 6.10.4; 13.7.1; 13.9.1, 3; 16.b.3.
- διαφορά diferença: 1.1.9, 11, 16; 1.18.2; 1.21.1, 3; 1.27.1, 3, 5, 6; 1.29.2; 2.a.3, 6, 16, 19, 28, 29, 34; 2.b.1; 2.54.10; 2.60.5; 2.63.1; 2.71.1; 2.75.3; 2.78.1; 2.87.15, 44, 62; 3.9.2, 7; 3.15.24, 37; 4.6.18; 4.7.12; 5.7.1; 9.2, 7, 15, 24, 39; 12.1.6 13.1.1; 13.3.14, 22; 13.5.4, 20; 13.10.19, 35, 40, 42; 14.9.28; 14.10.8, 11; 16.a.1, 8, 11, 17, 21, 23; 16.c.9; 16.5.24; 16.d.8.

διαχείρισις tratamento de um assunto ou ponto: 2.79.9.

διήγησις narração: 1.6.8; 1.14.4; 3.2.1.

δίιστημι separar, distinguir: 8.3.4.

δυστῶ separar, distinguir (vd. δίιστημι): 13.10.7; 13.3.21.

δικαιολογία qualificação judiciária: 6.3.7, 10; 6.5.7; 7.1.2, 3, 4, 11, 12; 7.3.2, 16; 7.9.1, 13.

δικαιολογικὴ στάσις estado de causa judiciário (sinónimo de δικαιολογία): 6.3.9 *bis*; 6.14.9; 7.1.9, 11; 7.2.4; 13.1.18.

δίκαιος justo: 1.11.11, 12, 13, 15; 1.21.6; 1.22.5, 6, 8, 9, 12, 13, 15, 16, 18; 1.23.3, 7, 9 *bis*; 3.89.9; 3.13.5; 6.1.5; 6.3.2, 6, 7, 9, 12, 13, 14; 6.4.1; 6.14.9; 7.3.3, 5, 7, 8 *bis*, 9, 11, 12, 15; 7.4.5; 13.1.17; 13.10.59; 16.7.4; δικαίως: 3.19.5; 7.1.2; 15.1.4; 16.13.2.

δικανικός judicial (género de discurso): 1.4.2; 1.9.3; 1.11.4, 7, 12, 24; 1.14.2; 1.23.3, 8, 9; 3.97.48; 3.98.8, 10; 3.99.6; 3.100.6, 9, 10 *bis*, 12; 3.1.3, 4.

δικαστής juiz: 1.6.7; 1.36.5; 2.67.7, 25; 2.68.10, 12; 2.71.14; 2.73.5; 2.80.8, 9; 2.81.6; 2.85.1, 5, 11; 2.87.86; 3.88.10; 3.93.1; 3.95.2; 5.2.4.

δικαστήριον tribunal: 1.1.16; 1.11.7, 23; 1.36.5, 13, 20; 2.62.16; 2.68.14; 2.87.10, 11, 13, 18; 5.4.2; 7.5.2, 3.

δίκη compensação legal, justiça: 14.10.9; justiça: 15.5.2, 5; 16.c.29, 30; 16.7.6; 16.d.4, 10, 13, 16, 17, 18; julgamento: 16.8.5; pena (sinónimo de τιμωρία): 15.5.6; 16.7.12; 16.d.16, 18; 16.f.12, 15, 17.

διπλοῦς duplo: 1.35.14; 1.44.3; 2.57.18, 29, 31; 2.58.3; 2.c.11; 2.61.1; 2.66.7 10; 2.69.2; 13.5.19; 14.2.2, 19; 14.3.9, 14.6.2, 3 *bis*, 4, 8 *bis*; 14.7.1; 14.9.17, 18 *bis*, 20, 24; 16.8.7.

διώκω perseguir judicialmente, mover uma acção judicial contra outra pessoa: 1.22.11; διώκω autor (no sentido jurídico, aquele que persegue judicialmente, que move uma acção em tribunal contra outro indivíduo): 2.87.12; 6.14.5; 8.3.16; 9.2.45, 47; 13.3.20; 13.5.5; 13.6.3; 13.7.2, 4, 7; 13.10.5, 34; 14.1.5; 14.7.2, 3; 16.6.12; 16.d.17; 16.e.10; 16.f.12, 14.

δούλη escrava (tipo de pessoa): 3.97.53.

δοῦλος escravo (tipo de pessoa): 1.34.2, 3, 4, 8, 10; 1.35.7; 15.4.15, 17, 20.

δύναμις possibilidade, capacidade (tópico): 1.17.12; 1.34.5; 1.44.4, 5; 1.45.2; 2.b.4, 9, 12; 2.57.16; 2.59.7; 2.87.4; 3.90.3; significado, sentido (de uma lei): 14.8.20; autoridade: 1.21.11; valor, poder (de uma ordenação legal): 12.4.4; o essencial: 16.11.11.

δυνατός possível (tópico): 1.30.4; 2.71.2; 2.83.3; 3.15.8; 9.2.2; 11.2.1; 15.1.5.

ε

ἔγγραφος escrito: 7.3.9, 10, 14; 13.1.4, 13; 13.3.7; 13.9.7; 13.10.2, 3, 4; 16.3.3 *bis*; 16.4.11; 16.5.16 *bis*, 22, 23, 24, 27; 16.6.1, 2, 3, 4, 12; 16.10.5; 16.11.1, 4, 6.

ἐγγύς ἀσυστάτων, τ+ vizinhas de mal constituídas (questões, causas):

2.68.2, 16; 2.71.6-7, 11-12; 3.88.2; 3.93.1; 3.94.23.

ἐγκαλῶ acusar: 2.87.91; 3.96.3; 3.10.5; 13.10.20.

ἐγκλημα acusação: 2.a.24, 25; 2.81.4; 3.93.13; 3.94.6, 7, 9, 10, 11; 4.2.7, 9, 29; 3.13.5; 3.19.3; 4.7.4, 6, 26, 27; 8.2.7; 9.1.9, 11, 13, 15; 11.1.2; 13.10.22, 31, 32, 35; queixa: 4.2.18, 19; 7.2.4.

ἐγκωμιαστικός encomiástico (tópico, matéria): 1.23.13; 1.32.5; 1.34.7; 1.46.1, 2, 5; 1.48.1; encomiástico (género de discurso): 6.14.15.

ἐγκώμιον encómio: 1.47.2 *bis*, 1.49.2.

ἔθος costume: 1.12.1; 7.7.1, 2; 7.9.29, 31; 16.a.18, 19.

εἰδικός específico: 1.1.11, 16; 6.5.7; 7.9.5; 13.1.8; εἰδικῶς: 2.67.32.

εἶδος espécie: 1.2.2; 1.11.1, 3, 6, 7, 9, 10; 1.12.13; 1.13.1, 2; 1.14.1, 3, 6, 7, 9 *bis*, 10, 12, 14, 17; 1.23.2, 5; 2.a.17; 2.57.34; 2.67.15, 29; 2.72.1, 6; 2.85.6; 3.88.7; 3.93.1; 3.97.4, 5; 3.98.6 *bis*; 3.99.3, 4, 5; 3.100.1, 3, 5 *bis*, 9 *bis*, 10; 3.1.1; 3.2.6; 3.7.3; 5.8.6; 6.1.10; 6.5.4, 6; 6.8.6; 6.14.14, 16; 7.9.3 *bis*, 5, 6, 7, 8, 10, 12; 12.1.24, 31, 36 *bis*; 14.3.7, 9 *bis*; 14.6.8; 14.9.17, 25, 26; 15.3.16; 16.3.2; 16.5.3, 5, 6, 9, 10, 15 *bis*, 17, 22; 16.6.2, 6; forma (oposto a ὕλη matéria): 3.96.8; 13.6.5, 6.

εἰκός probabilidade, verosimilhança: 2.71.3; 4.6.17, 18, 19, 20, 21; 14.10.14;

ἐκούσιος voluntário (acto): 9.1.3, 4; ἐκουσίως: 9.2.41.

ἐλεγχος prova: 1.36.16; 2.59.10; confusão: 2.75.5; 2.87.30, 34, 46, 49; escrutínio: 4.6.2; 4.7.2, 6, 9, 11.

ἐλέγχω provar: 2.75.4; confundir: 2.87.28, 31, 36; confirmar: 16.9.6.

ἐμπειρικός empírico: 1.5.5.

ἔμφασις sentido: 1.37.2.

ἔνδοξος honroso (causa, questão, problema): 3.98.12, 14, 17, 19, 21; 3.99.6; 3.100.4.

ἐναντίος contrário, oposto: 1.5.2; 1.24.2; 1.31.4; 1.48.4; 2.66.1; 2.72.8; 2.78.5 *bis*; 2.79.3, 6; 2.81.4; 2.82.5; 2.87.33, 38; 6.4.2, 4; 9.2.4, 48; 13.10.53; 14.2.6, 7, 10, 12, 15; 14.4.2, 5, 6 *bis*; 14.6.2, 11.

ἐναντίωσις oposição, contencioso: 14.8.1, 2; 15.2.3.

ἐνεργηθέν, τὸ acto: 5.2.6.

ἐνέργεια actividade, acto: 1.40.16, 25; 5.2.7, 8; 6.12.4.

ἐνθύμημα entimema: 1.17.13; 1.18.2, 4, 5, 9; 6.9.5, 8.

ἔννοια pensamento: 1.14.15, 16; 3.1.2; 3.7.4; 12.2.2, 3, 12; 14.10.13.

ἔννομος conforme à lei: 6.1.6.

ἔνστασις instância: 16.2.9, 12; ἐνστατικῶς mediante uma instância: 16.2.15.

ἐντεχνος artística (prova retórica): 6.9.4, 5, 6.

ἐξετάζω submeter a exame (pessoa ou acto): 1.17.8; 1.32.1; 1.33.4, 5; 1.34.9; 1.36.21; 1.42.2; 1.46.6; 1.50.1; 2.57.27; 2.58.2, 4; 2.59.2, 6; 2.60.5; 2.62.2, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 14; 2.71.3, 4; 4.7.16, 21; 6.1.8, 14; 6.5.1;

6.14.9; 13.1.13, 18, 19; 13.3.14; 16.5.30; 16.9.11.

ἐξέτασις *exame*: 1.15.3; 1.31.4, 5; 1.34.8, 12; 1.44.2; 1.45.4; 2.a.1, 2; 2.b.14; 2.c.13; 2.61.2, 4; 2.85.3; 3.92.2; 6.6.1; 13.1.20; 13.3.22; 14.6.3; 14.7.2; 16.10.2.

ἐξισάζον *igual* (cf. ἰσάζον): 2.60.2, 5; 2.69.5; 2.75.3, 8; 2.79.7; 2.87.25, 27, 37.

ἔπαινος *elogio*: 1.12.2; 1.47.1, 2.

ἐπαινῶ *elogiar*: 1.22.13, 15; 1.47.3.

ἐπενθύμημα *epentimema*: 1.17.13.

ἐπιδιαίρεσις *subdivisão*: 7.7.15.

ἐπιείκεια *moderação* (categoria de estilo): 3.1.4.

ἐπιζητῶ *inquirir*: 2.87.54; 14.9.9.

ἐπιλογικός *relativo a epílogo*: 1.36.12.

ἐπίλογος *epílogo*: 1.14.5.

ἐπιδιαίρεσις *divisão*: 7.7.15.

ἐπιδιαιρῶ *subdividir*: 7.7.8.

ἐπιθυμητικόν *conpuciscível* (faculdade da alma): 1.11.3, 4.

ἐπιστήμη *conhecimento*: 1.14.1.

ἐπιστολή *carta* (tipo de texto legal): 13.4.3, 8, 15;

ἐπιφορά *sequência*: 3.2.4.

ἐπιχείρημα *epiquirema*: 1.17.13; 1.21.9.

ἐρμηνεία *expressão*: 3.98.9; *interpretação*: 1.40.33; 7.9.22.

ἐρώτησις *pergunta*: 3.15.10.

ἐταίρα *cortesã* (tipo de pessoa): 15.4.3.

ἐτερορρεπές *desequilibrada para um dos lados* (causa, questão vizinha de mal constituída): 2.68.7; 2.71.12; 3.88.8; 3.89.1, 10; 3.90.1; 3.94.25; 3.97.50, 55.

ἐτερότης *diferenciação*: 16.5.12 *bis*, 13, 14.

εὐεργεσία *benefício*: 3.97.47.

εὐεργέτημα *benefício*: 8.3.16.

εὐζωνος *ligeiro* (estilo): 3.98.8, 9.

εὐθυδικία *acção directa*: 16.4.15; 16.5.25, 26, 32; 16.7.4, 5, 10; 16.d.22, 24; 16.8.9; 16.9.8; 16.10.1, 3, 7, 10; 16.11.2, 8.

εὐνοῦχος *eunuco* (tipo de pessoa): 13.10.29, 30, 31, 33.

εὐπορία *abundância de recursos*: 1.32.5; 1.33.9, 18; 1.36.6, 9; 1.38.10; 4.2.24.

εὕρεσις *invenção*: 1.4.2; 1.6.9; 1.9.2; 1.12.3, 10; 1.14.18, 19; 1.18.2, 4, 6, 7; 1.19.2, 4; 4.5.1; 16.c.13.

εὐσέβεια *piedade, devoção religiosa*: 3.98.18.

ζ

ζήτημα *questão*: 1.17.1, 2, 3, 5, 6, 7; 1.22.1; 1.23.13; 1.26.1, 3, 5; 1.33.17; 1.36.6, 14, 23; 1.38.8; 2.51.5; 2.55.1; 2.56.1; 2.59.3; 2.c.1; 2.62.25; 2.63.3; 2.64.3, 4, 6; 2.67.5, 31; 2.69.1, 9; 2.72.3, 5; 2.76.10; 2.84.2; 2.87.79, 82; 3.92.9, 18; 3.93.3, 11; 3.94.12; 3.2.5; 3.8.2; 3.9.4; 3.10.6, 8; 3.13.9, 12, 13, 15, 17; 3.15.1, 2 *bis*, 3, 5, 8, 9, 11, 14 *ter*, 16, 17, 18, 23, 25 *bis*, 40; 3.17.3; 3.18.2; 3.19.6; 4.1.4; 4.3.1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 12; 4.4.1; 4.7.7 *bis*, 20, 23, 26; 5.2.12; 5.5.4; 5.8.14; 16.4.12; 16.8.8; 16.10.1, 8, 11; 16.f.18.

ζήτησις *pesquisa, investigação*: 1.15.2; 1.21.2, 4; 1.24.3; 2.a.26; 2.57.6, 11, 27; 2.70.13; 2.72.4; 3.2.6; 3.15.10;

- 3.16.11; 3.17.1; 3.18.9; 4.2.14, 15, 17, 19; 4.3.10; 4.4.6; 4.7.6, 13; 5.4.3; 5.8.1; 5.9.1; 6.1.11, 12, 15, 23; 6.9.17; 6.13.3, 5, 23; 7.2.3; 7.3.5, 8; 9.1.8; 12.2.9; 12.3.4, 5; 13.1.3, 5; 13.2.1, 2, 3, 6; 13.5.1, 11, 19; 13.6.2; 14.2.20; 14.3.5; 15.1.3; 16.1.1; 16.3.4, 6; 16.4.1, 10; 16.c.3, 14; 16.5.26; 16.8.7; 16.9.8.
- ζητῶ inquirir, perguntar, questionar: 1.5.1; 1.20.2; 1.21.6; 1.22.8; 1.35.15, 19; 2.54.2; 2.56.6; 2.62.7, 17, 22, 23; 2.64.2; 2.72.2 *bis*; 2.75.1; 2.79.1; 2.82.1; 2.83.1, 6; 2.87.1, 5, 15, 45, 86; 3.93.2; 2.94.5, 12; 3.97.5 *bis*; 3.14.2; 3.18.9; 4.3.9; 4.4.2; 4.6.3; 4.7.13; 4.8.5, 8; 5.5.5; 5.6.2; 6.1.3, 6, 16, 18, 20; 6.3.1, 14; 6.6.3; 6.7.1; 6.9.14; 6.10.1; 6.12.11; 6.13.19, 20; 7.3.1, 3, 7; 9.2.7, 34; 11.2.1; 13.10.29; 14.2.18; 15.4.1; 16.2.2, 4, 5; 16.4.3; 16.d.7; 16.10.6; 16.13.2; formular, colocar uma questão (ζήτημα): 1.17.8; 1.44.1; 2.a.25; 4.4.2; ζητούμενον, τὸ ponto em questão: 1.29.1; 1.36.21; 2.a.20, 31 *bis*, 32; 2.b.27; 2.62.24; 2.87.45; 3.20.2; 4.2.25; 13.10.28; 16.4.8, 14.
- ζωγράφος pintor (tipo de pessoa): 7.7.4, 17, 18, 20; 16.a.3, 4.
- η
- ἠθικός ético: 3.99.6; ético (categoria de estilo): 3.1.5; ὑθικόν (πρόσωπον) ética (categoria de pessoa): 1.37.2, 7; 1.38.3.
- ἦθος carácter: 3.97.12; *ethos*: 1.38.3, 5, 7, 10.
- θ
- θέσις afirmação: 2.62.5 *bis*, 7, 8, 12; 2.79.23, 26, 32.
- θυμικόν, τὸ irascível (faculdade da alma): 1.11.2, 4.
- θυγατήρ filha (tipo de pessoa): 2.67.26; 3.97.31, 32.
- ι
- ιδέα categoria de estilo: 1.4.3, 5; 1.11.20; 1.12.4; 1.14.7, 12, 16; 1.15.4, 6; 1.16.1, 3; 3.98.7; 3.99.1, 3; 3.100.5, 6, 8, 9, 10, 11; 3.1.1, 3; 3.3.1, 4; 3.5.1, 7, 9, 11; 3.6.1; 3.7.2, 4.
- ιδιότης propriedade: 1.40.9, 22; 3.19.6; 4.2.4, 10, 14; 4.4.9 *bis*, 11, 12; 5.5.4; 5.6.2; 6.9.18; 6.13.18; 16.2.3.
- ιδιωτικός privado: 3.94.10 *bis*, 11; discurso sobre matéria privada: 2.83.9; 3.98.9; específico: 3.15.44; propriedade privada: 13.10.16, 20, 21, 24.
- ἱέρεια sacerdotisa (tipo de pessoa): 3.97.22 *bis*, 23; 16.d.3; 16.13.5, 7.
- ἱεροσυλία sacrilégio (tipo de crime): 2.57.21; 9.2.37.
- ἱερόσυλος sacrílego (tipo de pessoa): 5.9.1, 5, 6; 13.10.18, 21, 23.
- ἰσάζον igual (causa, questão mal constituída): 1.30.1; 1.50.2; 2.57.22, 26; 2.58.5; 2.62.19; 2.68.5; 2.70.7; 2.73.3; 2.75.1.

- κ
- καθολικός universal, geral: 1.21.8; 2.86.3, 5; 3.15.11, 12, 13; 7.1.14, 15; 13.1.9; 14.6.11.
- καθόλου, τὸ universal (τόπico): 1.3.6; 1.6.1; 1.10.5; 1.13.2; 1.21.6, 7, 18; 1.22.9, 15; 1.24.3; 2.79.23; 2.87.70, 72; 3.99.2; 6.3.5; 7.2.4; 7.6.1; 12.3.2; 16.4.9.
- κακόδοξος vil (causa, questão, problema): 2.85.3.
- κακοήθεια μά conduta: 3.97.12, 50, 55.
- κακόπλαστον mal-forjada (causa, questão vizinha de mal constituída): 2.68.9; 2.71.15; 3.88.8; 3.91.1; 3.92.14; 3.94.27.
- κάλλος beleza: 1.11.14; 3.1.7, 8.
- καλλωπιστής janota (tipo de pessoa): 1.40.16, 19.
- καλός belo (τόπico): 1.11.10, 12, 13, 14; 1.22.6, 9, 15, 16, 17; 1.23.8, 9; 6.1.19; 13.10.48, 50, 52, 59.
- κατεπείγων necessário (τόπico): 1.46.7.
- καταδρομή inectiva: 1.36.4, 12; 1.38.2.
- κατάληψις concepção: 1.1.14; 1.3.7; 1.5.8; 1.6.1, 5; 1.8.3; 1.9.1.
- κατασκευαστικός confirmativo (sinal, τόπico): 2.54.18, 22; 2.57.4; 2.79.2, 4; 4.6.12.
- κατασκευή confirmação: 2.87.35, 59; 4.6.10; 6.9.14.
- κατηγορία acusação: 2.a.23; 2.b.5; 2.67.25; 2.68.10; 2.87.78; 3.97.20; 4.2.24; 7.2.4; 7.9.20, 26; 16.c.20, 26; 16.6.9; 16.7.2.
- κατήγορος acusador, a parte acusadora: 2.67.4, 18, 21; 2.71.8, 10; 2.85.11; 2.86.6; 2.87.8, 10; 3.89.5; 3.90.5; 3.97.50; 3.15.30, 31; 4.2.22, 32; 4.7.28; 5.2.9, 12, 13, 15; 6.4.3; 7.4.3; 7.9.16; 8.2.6; 9.2.40, 47, 49; 10.1.8; 13.3.23, 27, 33; 13.10.20, 25, 28, 37; 15.5.6; 16.1.5; 16.2.11; 16.d.4; 16.8.1; 16.9.4; 16.e.12; 16.f.1, 3, 16, 19.
- κατηγορῶ acusar: 1.50.5; 3.93.13; 3.96.6; 7.9.28, 32; 9.2.45, 46; 13.10.33; 16.c.18; 16.9.5; predicar: 6.1.10; afirmar: 1.12.9; κατηγορῶν acusador; a parte acusadora: 2.67.23; 2.71.11, 14; 13.3.24, 29; 16.10.14; κατηγορούμενος a pessoa do acusado em processo judicial: 2.71.11; 3.96.8; 7.9.15, 18; 8.2.5, 6; 9.2.45, 49; 10.1.6; 16.5.31; 16.9.2, 12.
- κεκωλυμένον proibido (acto): 7.4.1; 7.7.9, 12; 7.9.14.
- κεφάλαιον τόπico capital: 1.4.4; 1.17.5, 10, 12, 14; 1.18.5; 1.19.5; 1.29.3; 1.47.3; 2.57.8, 11, 14, 17; 2.59.7, 11; 2.c.1, 3; 3.2.2; 3.5.2; 3.8.2, 4; 3.9.5, 8; 3.10.10; 3.12.2; 3.16.7; 3.18.3; 6.14.8; 7.3.12; 7.9.9; 8.3.19; 9.2.47; 12.1.23, 27, 28, 29; 13.1.14, 17, 19, 25; 13.10.13, 14, 44; 14.3.10 *bis*; 14.9.4, 21, 23; 15.1.11; 16.2.9; 16.5.6, 9, 12; 16.9.7; 16.10.7, 11; 16.14.1.
- κήρυγμα édito (tipo de texto legal): 13.4.5, 6, 8, 13, 16;
- κλέπτης ladrão (tipo de pessoa): 1.40.14, 17, 20; 5.9.4; 14.2.9 *bis*.
- κλῆσις resignação: 5.9.3.
- κοινός comum: 1.1.11; 1.27.6 *bis*; 1.31.4; 1.33.5 *bis*; 1.35.3, 7; 2.56.3; 2.64.3;

3.92.16; 3.15.39, 41, 43, 46; 3.16.3; 3.17.3, 4, 5; 4.2.8; 6.5.1, 4, 5; 6.13.16, 17; 7.1.12; 9.1.4, 5; 12.2.6; 16.c.9; κοινῶς: 6.3.11, 14; 13.3.3.

κολακεύω adular, praticar adulação: 1.40.15.

κόλαξ adulador (tipo de pessoa): 1.40.15, 20.

κόρη rapariga, jovem (tipo de pessoa): 1.36.24, 25; 21.80.6; 16.f.5, 8.

κρίνω julga, acusar: 1.25.3; 1.30.3; 1.31.2, 6; 1.36.8, 15, 28; 2.a.4, 9, 15, 16; 2.b.5, 11, 12, 24 *bis*; 2.58.2, 4; 2.c.3, 9; 2.60.2; 2.61.2; 2.67.7, 11, 20, 24; 2.73.2; 2.81.4, 6, 7; 3.93.2, 6, 9; 3.94.4; 3.96.10; 3.97.22, 41, 54; 3.98.16, 20; 5.2.10; 5.8.16; 6.13.4; 7.7.5, 10, 14, 18; 9.2.13, 19, 28, 32; 14.a.7; 15.3.8; 15.4.7; 15.5.4; 16.a.10; 16.c.24, 26, 27, 31; 16.d.6; 16.8.3, 6; 16.9.3; 16.e.4, 6, 12, 17 *bis*;

κρινόμενος a pessoa em julgamento: 1.36.18, 19; 2.b.2, 3, 9, 13, 15, 22; 2.57.10, 15; 2.c.4; 7.9.31, 33; 9.2.16, 22; 13.7.6; 15.5.3; 16.2.10; 16.d.10; 16.9.2; κρινόμενον πρόσωπον a pessoa em julgamento: 2.81.5, κρινόμενον ponto em julgamento: 2.57.23; 2.67.3, 6, 25; 2.68.3; 2.73.4; 2.76.2; 2.80.2; 2.84.13; 3.88.10; 3.94.2; 3.10.4; 4.1.7; 5.1.1; 5.2.1, 6; 5.9.6; 6.8.1; 7.1.1, 7.

κρίσις julgamento: 1.31.3, 5; 1.33.17; 1.36.20; 2.57.22; 2.c.12; 2.68.11 *bis*, 12; 2.71.13; 2.73.2; 2.79.12; 2.85.1, 6; 3.93.8; 3.94.12, 14, 17; 5.2.5, 7; 7.2.3; 7.7.16; 11.2.1; 16.7.1.

κροκοδειλίτης sofisma de crocodilo: 3.97.11, 27, 34.

κύριος próprio: 6.5.6; κύριον (πρόσωπον) pessoa designada por nome próprio (categoria de pessoas): 1.27.6; 1.32.3, 5, 7; 1.33.5, 10, 12, 15, 18; 1.34.6; 1.35.1; 1.43.2; 1.44.1 *bis*, 5; 1.45.1; 1.46.2, 4; 2.56.2; 3.10.3; 6.5.5; κυρίως: 1.38.4; 4.4.14; 13.10.48, 58, 60; 16.6.3, 5.

λ

λαμπρός brilhante (estilo): 3.98.8; 3.100.1; 7.9.29; 9.2.21; 16.a.2, 5, 8.

λαμπρότης brilho (qualidade de estilo): 3.100.7.

λέγων, ὁ falante: 2.87.31, 34, 36, 46, 64, 66; orador: 1.50.3; 2.62.16, 17, 22; 16.c.14;

λέξις expressão: 2.67.10; formulação linguística: 5.7.2; palavra, vocábulo: 1.40.8; 15.2.10, 16, 18; 15.3.6, 12, 17; 15.5.1.

λογικὴ στάσις estado de causa racional: 6.5.6; 6.8.8; 6.9.2 *bis*, 7, 9, 13, 14, 16; 6.12.2; 7.1.4, 6, 13; 12.2.1, 7, 9, 11; 12.3.1 *bis*; 13.1.2; 13.2.3; 16.5.18, 20.

λογικός racional: 1.7.2; 1.13.2; 3.15.36; 6.9.2, 3; 14.9.28; verbal: 1.21.3, 5; lógico: 1.14.1.

λογιστικόν, τὸ racional (faculdade da alma): 1.11.2, 3.

λόγος palavra, termo: 2.a.19, 25; 12.2.10, 11; 13, 13.1.6; 14.9.27; passo de obra ou tratado: 2.71.3; 2.85.7; 3.99.3; afirmação, declaração, asserção: 1.1.20; 1.36.29; 2.57.30; 3.99.2;

5.5.1; discurso: 1.4.4; 1.6.9; 1.12.11; 1.14.4; 1.18.3; 1.21.8, 18; 1.22.2; 1.23.1, 5, 8; 1.26.2; 2.57.21; 2.62.18; 2.87.65; 3.1.6; 3.2.1, 3; 3.7.3; 3.8.2; 9.2.37; enunciado: 2.84.7; linguagem: 13.1.4; livro, tratado: 1.18.6; 3.5.9; raciocínio: 1.7.3; 2.87.59; argumento: 2.57.7, 18; 2.67.12; 2.73.4, 5; 2.75.2; 2.78.2, 3, 5; 2.79.2; 2.85.1; 3.5.3, 5, 7; 4.3.4; 16.d.22, 23; razão, motivo: 1.1.18; 2.b.24; 2.68.6; 2.69.5; 2.81.2; 2.84.12; 2.85.12; 2.87.26, 36, 38, 40; 3.89.1, 11; 3.94.20; 3.97.17; 3.13.14; 3.15.20; 5.3.5; 6.14.4; 7.1.5; 12.2.10 *bis*; 13.1.6, 7, 26; 15.2.9; 16.b.10; 16.e.12; assunto, tema: 1.11.16; 1.14.19; 1.17.4; 1.40.11; 3.6.2; exposição, tratamento, desenvolvimento de um assunto: 1.50.1; 2.54.4; 2.62.2, 4, 7; 2.67.2; 2.71.5, 6, 13; 2.79.14; 2.87.45; 3.98.5; 3.99.1; 3.11.1; 3.12.3; 3.14.2; 3.15.24; 5.3.6, 8; 6.7.6; 6.8.7; 6.10.2, 5; 7.1.14; 7.7.24; 12.2.13; 13.10.60; 14.3.6; 16.4.13; 16.5.22; estilo: 3.1.8.

μ

μέγεθος grandeza: 3.1.6.

μεθιστῶ transferir: 10.1.2; 11.1.1; 12.1.5.

μεθίστημι transferir: 10.1.3; 16.11.9.

μέθοδος método: 1.14.15, 16; 1.45.3; 2.71.16; 3.1.2; 3.9.6; 3.13.10; 3.16.6; 3.20.1; 4.1.3, 9; 4.7.1; 5.8.25; 12.1.19; 12.2.1; 13.1.23 *bis*, 25, 13.5.9, 17; 16.b.2, 9; 16.5.19; 16.14.6.

μερικός particular: 1.21.6, 17; 1.22.3, 4; 2.86.2; 3.2.5; 3.15.11, 12, 13; 6.5.9;

7.1.15; particularidade: 2.79.23, 27, 30, 31; parcial: 2.87.74;

μέρος parte: 1.1.3, 5, 7; 1.4.4, 5; 1.6.8; 1.11.5; 1.13.4, 10 *bis*; 1.14.3, 4, 6, 9, 12, 13, 15, 17; 1.15.5 *bis*, 6; 1.17.8, 11; 1.21.5, 18; 1.26.3; 2.62.18, 20; 2.67.30; 2.68.3, 6; 2.69.3; 2.70.6; 2.87.6, 24; 3.89.4; 3.90.2; 3.94.20; 3.2.1, 2; 3.15.27; 5.3.4; 6.3.10; 6.6.2 *bis*; 6.14.12; 8.3.21; 9.1.7; 12.3.3; 13.1.13, 14, 20; 13.4.8; 13.5.8, 20, 21 *bis*; 13.6.3; 13.7.2, 4; 13.9.6; 14.1.5; 14.4.2; 14.9.2.

μεταλαμβάνω impugnar: 16.6.2, 6; 16.11.10; 16.12.4; 16.13.2, 6; 16.e.5, 9; substituir: 16.c.1.

μεταληπτικός objeção (ponto de debate): 16.f.11, 14; μεταληπτικῶς por meio de uma objeção: 16.2.11.

μετάληψις objeção (estado de causa): 2.76.11; 6.14.11; 7.9.9; 13.1.10, 22; 16.1.1; 16.2.3, 8, 9, 14; 16.a.1, 6, 12, 17; 16.3.1, 2, 5; 16.3.5; 16.4.2, 8, 11; 16.b.1; 16.c.1, 11, 16; 16.5.1, 3, 6, 9, 17, 27; 16.6.1, 4, 5, 6; 16.10.4; 16.11.1, 4, 6; 16.12.5; 16.13.1; 16.e.1, 3; 16.f.1, 4.

μετάθεσις mudança: 3.92.12; μετάθεσις (αίτίας) mudança de motivo: 2.57.10, 15, 16; 2.59.4 *bis*, 8; 2.c.5, 9; 2.87.79; 4.2.26.

μετάστασις transferência: 3.97.42, 44; 9.2.8, 9, 17, 19, 22, 26; 11.1.4; 12.1.2, 5, 10, 14, 16, 18.

μετατίθημι mudar: 3.92.10.

μετοχή participio: 1.40.6, 8, 12, 13, 16, 27; μετοχικῶς: 1.40.21, 27.

μητήρ mãe (tipo de pessoa): 3.96.9;
3.97.54; 14.2.5 *bis*; 14.a.2, 3; 16.13.4.

μητρυιά madrasta (tipo de pessoa):
2.57.25, 28; 4.8.6, 8, 9.

μικτός misto (espécie de problema):
3.99.6.

μνηστήρ pretendente (tipo de pessoa):
1.36.27.

μοιχεία adultério: 1.28.3; 1.30.3; 1.36.17,
19, 22, 27, 28; 2.60.8; 2.67.23; 2.81.7;
3.94.4; 13.10.27, 33; 16.e.18.

μοιχεύω cometer adultério: 1.40.15;
μοιχευομένη adúltera (tipo de
pessoa): 16.12.3; 16.13.4; 16.e.8.

μοιχικός adúltero (homem com tal
conduta de vida): 1.36.16.

μοιχός adúltero (tipo de pessoa): 1.35.14,
16, 17, 19, 20; 1.36.13 *bis*, 14, 15, 17,
18; 1.40.15, 18, 20; 7.7.13, 14, 15;
13.10.29, 31, 32; 16.a.5; 16.12.2;
16.13.10; 16.e.9, 11, 14, 16.

μονομερές unilateral (causa, questão mal
constituída): 2.62.20; 2.67.16, 18;
2.68.6; 2.69.3; 2.70.5; 2.71.7, 17;
2.72.6; 2.73.3; 2.81.1, 2; 2.87.5, 7, 8,
9, 23; 3.89.10; 3.94.26; 3.97.14, 23.

ν

νέος πλούσιος jovem rico (tipo de
pessoa): 1.30.2; 1.39.2; 2.a.14; 2.60.2;
6.13.3.

νόθος filho ilegítimo (tipo de pessoa):
3.97.51, 53, 54.

νοήμα pensamento: 14.7.4;

νομική στάσις estado de causa legal:
6.3.8, 13; 6.5.6; 6.6.6; 6.8.4; 6.9.1, 2,
7, 12; 6.14.8, 12; 7.1.1, 5, 7, 13; 7.3.3;

12.2.1, 8, 12, 13; 12.3.1, 2, 3 *bis*, 5;
13.1.1, 10, 18; 13.2.5; 13.3.3; 13.5.10;
15.4.1; 16.5.18, 20, 23, 30; 16.11.7.

νόμιμος legal (tópicos): 1.22.11; 6.3.3, 6,
8, 13, 14; 6.4.1, 4; 6.14.8; 7.3.10, 14;
13.1.3, 17.

νόμος lei: 1.22.3, 11, 12, 14; 1.23.11;
1.36.21; 3.89.3, 8; 3.90.4, 7; 3.97.21,
38, 42, 51; 3.98.23; 5.8.8, 12, 18;
6.7.3 *bis*, 4 *bis*, 6.9.5, 9, 12, 13; 7.7.1,
2, 7, 13; 9.2.26; 11.2.3, 5; 12.2.10 *bis*,
11; 13.1.6, 7 *bis*, 15; 13.2.2, 3; 13.3.1,
9, 10, 12, 17, 19, 28, 30; 13.4.1, 2, 3,
5, 11 *ter*, 15; 13.7.6; 13.10.18, 56;
14.2.2, 4, 6, 9 *bis*, 12, 13; 14.4.1, 5, 6
bis; 14.5.3; 14.6.5 *bis*; 14.8.1, 7, 11,
14, 19; 14.9.1, 2; 14.10.2, 4, 13;
14.a.1, 5, 6; 15.2.3; 15.5.4, 6 *bis*;
16.a.17, 19, 20, 21; 16.c.18, 25, 28;
16.6.7; 16.7.2, 6, 9, 11; 16.d.6, 8, 12,
16, 18; 16.8.2; 16.9.2, 5; 16.12.2;
16.e.13; 16.f.5, 8, 9.

ο

ὁμολογία acordo: 16.1.4.

ὁμολογῶ concordar; reconhecer: 1.1.28;
1.35.19, 20; 2.57.29; 3.94.7, 8; 4.2.13
bis, 14, 22, 23, 31; 4.4.3; 4.7.17, 25,
29, 30; 5.2.5, 11; 5.8.4, 14; 6.6.2;
6.13.23; 7.4.2, 4; 7.5.3, 4; 7.8.4; 8.3.2,
7, 10, 11; 9.1.8, 10; 10.1.5; 13.2.1;
16.1.4; ὁμολογουμένως 3.97.13, 37;
ὡμολογημένον matéria admitida con-
sensualmente: 1.31.1; 4.7.28; 16.1.2.

ὁμωνυμία homonímia: 15.3.6, 22, 30;
15.4.15; 15.5.1; 16.d.16; ὁμωνύμως:
16.6.5.

ὄνομα nome, denominação, designação:

1.38.5; 1.39.1; 2.87.70; 3.90.1;
3.92.15, 16; 3.98.15, 20; 3.12.1;
3.14.2; 3.15.39, 45, 47, 3.16.3, 5;
3.17.1, 2, 3, 5; 5.4.2, 3, 4, 5; 5.8.1, 3
bis, 4, 25; 5.9.1; 6.5.1; 6.12.5;
6.14.18; 7.1.10, 12; 7.9.1; 8.3.1;
15.2.4, 8, 16, 17, 18; 15.4.9, 18, 19;
vocábulo, palavra: 15.2.3, 9, 11, 13,
14, 17 *bis*; substantivo, nome: 1.40.6,
7, 9, 12, 22, 27; 15.2.5, 6; 15.3.13.

ὀνομάζω nomear, designar: 1.1.24;
2.a.21; 2.b.13; 3.6.4; 5.6.4; 6.1.7;
6.8.2; 6.12.8; 6.14.13, 16, 17; 7.1.13;
12.1.26; 14.9.16, 26,

ὀνομασία denominação 13.3.4;

ὀρίζω definir: 1.1.4, 8, 18; 1.3.1; 2.53.2;
2.66.5; 3.13.12, 16; 3.15.22, 26, 32;
4.7.3; 7.9.2; 8.3.7; 12.1.5; 13.2.4;
14.5.2; 16.3.5; 16.4.6; determinar,
fixar: 4.7.10; 13.4.5, 13, 14, 17;
ὀριζόμενον definido: 5.7.2; 13.15.36;
ὠρισμένος definido: 2.53.2; 2.66.5;
13.4.5, 13, 14, 17; ὠρισμένον
(πρόσωπον) definida (categoria de
pessoas): 1.31.5; 1.32.3, 6; 1.33.9;
1.34.6; 1.35.8; 1.38.3, 6; 1.43.2.

ὀρική στάσις definição (estado de causa):
5.5.5.

ὀρικός definitivo (tópico relativo à
definição): 3.2.2; ὀρικῶς 16.d.7.

ὀρισμός definição: 1.1.12; 2.62.4;
2.68.17; 3.13.14; 4.7.2, 14; 7.9.6;
8.3.9; 11.1.6; 12.1.27, 30, 31, 34, 37;
12.2.5; 13.4.6; 13.6.6; 13.7.1; 13.9.8;
14.9.23, 25, 27, 29, 31.

ὀριστικός definitivo (modo ou método):
1.12.5, 8; 4.1.2 *bis*.

ὅρος definição: 1.1.2, 3, 6, 9, 11, 12, 15,
17, 21, 22; 1.3.6; 1.10.5; 1.12.9;
1.21.1, 4; 1.26.1 *bis*; 2.69.1; 2.81.1;
2.84.6; 3.93.2; 3.13.6, 10, 13; 3.15.19,
20, 21, 23, 35, 37; 3.16.12; 4.6.1, 16;
5.8.6, 24, 25; 6.11.2, 3; 6.13.1, 9;
6.14.1; 7.9.24; 10.1.4; 12.1.38; 16.5.1,
3, 13; definição (estado de causa):
5.1.3; 5.4.3; 5.6.2; 5.7.2; 5.8.6, 23;
6.5.3; 6.9.15, 17; 6.13.1, 5, 14, 18;
7.1.1, 8, 11; 9.1.7; 12.1.24, 33;
13.10.11, 14, 19, 35, 42; 14.3.9;
14.6.4, 7; 14.9.18, 19, 21, 24; 16.2.5;
16.b.6; 16.d.2, 3; regra: 13.4.5.

οὐσία substância: 1.13.6, 8; essência, ser:
3.15.41; 3.20.3; 4.2.3, 4; 4.4.14;
4.7.12; 6.1.13, 16; 6.2.4; 6.9.18;
existência, existir: 3.16.11; 3.18.8, 9;
3.19.6, 7, 8; 4.4.8; 5.2.6; 6.13.12, 22,
24; 7.3.6; herança, bens: 3.97.52, 53;
6.13.22, 24.

ξ

ξένος estrangeiro (tipo de pessoa):
1.22.11, 14; 13.3.8; 13.7.6, 17; 14.2.2;

π

παθητικός patético (género de discurso):
3.99.6.

παιδεία educação: 1.32.6

παιδίον filho (tipo de pessoa): 3.97.27.

παῖς filho (tipo de pessoa; ver παιδίον):
2.87.87; 3.96.9, 11; 3.97.15, 28, 29,
33, 52, 54; 13.10.10; 14.8.16; 15.3.18;
criado (tipo de pessoa): 9.2.11.

πανηγυρικός panegírico (género de discurso): 1.4.2; 1.9.4; 1.11.4, 8, 10, 16 *bis*, 18, 19, 22; 1.14.2; 1.23.3; 3.98.7; 3.99.5; 3.100.11 *bis*; 3.1.7 *bis*; 6.14.16.

παραγραφή excepção: 13.1.15; 16.2.7, 14, 15; 16.4.11, 14, 16; 16.b.5 *bis*, 8; 16.c.3, 11, 12; 16.4.13; 16.5.25, 28; 16.6.1, 3, 6; 16.d.1, 3, 6, 20, 21, 23; 16.9.8; 16.10.6, 8 *bis*, 10, 12, 13, 16; 16.11.3, 4, 7.

παραγραφικόν excepção (ponto da conjectura): 2.59.9; excepção (sinónimo de παραγραφή): 6.14.12; 16.c.15.

παραγράφω exceptuar: 16.4.4, 5, 7; 16.c.3, 19 *bis*, 25, 26, 32; 16.6.8; 16.11.9;

παράδειγμα exemplo: 1.18.3, 5, 8; 1.42.3; 1.43.1; 2.b.6, 15; 2.57.24; 2.58.5; 2.61.1; 2.71.17; 2.87.60; 4.2.27; 4.8.1; 5.8.24, 25; 7.7.10, 13, 20, 21; 6.9.5; 7.9.20, 25; 8.3.18; 9.2.35; 10.1.9, 10; 13.3.8; 13.7.5; 14.7.5; 14.8.3; 14.9.6, 8; 14.10.1; 14.a.1, 5; 15.3.17, 18, 22, 26; 16.2.16; 16.c.17, 21, 28; 16.5.34; 16.d.3, 10, 20; 16.12.1; 16.e.3, 14; 15.f.5.

παράδοξος contraditório (causa, questão, problema): 3.98.14, 23; 3.99.7; 3.100.4.

παραλογισμός paralogismo: 2.57.13.

παραλογιστικός paralogístico: 2.57.15.

πατήρ pai (tipo de pessoa): 1.33.16; 1.34.3, 4, 10; 1.35.5, 10, 13, 15; 1.36.8, 26 *bis*; 1.43.3; 2.55.4, 7; 2.c.5; 2.87.83, 85, 91; 3.96.10 *bis*; 3.97.13,

14; 4.7.29; 7.9.27; 13.7.8; 14.2.4, 5; 14.8.5, 7, 8, 9, 11, 13; 14.9.10; 14.a.2 *bis*, 3, 4, 6, 7.

πένης pobre (tipo de pessoa): 3.97.38, 39; 16.c.21, 22, 24, 29; 16.e.3.

πεπονθώς vítima de um acto criminoso: 9.2.46; 10.1.7, 11; 16.a.2, 7, 23.

πεπραγμένος cumprido: 7.1.1, 7; 7.2.1; πεπραγμένον, τὸ ο acto criminoso praticado (sinónimo deπραχθέν): 2.b.15, 20, 22; 2.54.6, 7; 2.55.5; 2.c.9; 2.85.9, 12; 3.19.5; 5.8.7; 7.6.2; 8.3.9; 9.2.5, 6, 40; 13.10.20, 36.

πεπραχώς agente, autor do acto criminoso (sinónimo de πράξας): 2.51.2, 3; 2.53.2; 2.b.22; 9.2.43.

πέρας conclusão: 1.21.9; 2.62.23; 2.67.7, 13; 2.68.15; 2.69.8; 2.80.1, 8; 2.87.32; 3.5.6; 7.3.15; 15.1.5.

περιγραφή delimitação: 14.9.27, 30.

περιεχόμενα conteúdos: 3.2.5.

περίστασις circunstância: 1.45.3; 2.76.3, 6; 2.87.81; 3.89.11; 7.6.2; 7.8.1; 9.1.12, 13, 15; 9.2.5, 7; 14.2.6, 8, 12, 17; 14.4.3, 6, 7; 14.5.4; 14.8.2, 4; 14.9.2; 14.10.18; 16.1.2; 16.3.5; 16.6.7; κατὰ περίστασιν em virtude de dada circunstância, isto é, accidental-mente: 13.3.31.

περιστατικόν circunstância: 2.73.6; 2.76.7; 2.80.3; 2.87.3, 76; 16.3.7; 16.c.2, 4; 16.6.7, 11; 16.11.5, 9; 16.13.4; 16.e.1.

πιθανή ἀπολογία defesa credível: 2.59.9.

πιθανός verosímil: 1.32.3; 2.62.18, 20; 2.67.12; 2.68, 7; 2.69.4; 2.84.12; 3.94.20; πιθανώς: 1.32.2; 2.64.3.

πιθανουργός operador, gerador de verossimilhança: 13.10.50.

πιστούμενον factum em prova: 2.a.30 *bis*, 34.

πιστωτικόν elemento, argumento probatório: 2.a.30, 31.

πλούσιος rico (tipo de pessoa): 2.77.2; 3.97.38, 40, 43; 16.c.21, 23, 29; 16.e.3.

ποιητής poeta: 1.45.4.

ποιότης qualidade: 1.31.2; 1.33.7, 8, 20; 1.34.11; 1.35.3, 4, 9; 1.40.18, 39; 1.42.1, 2; 1.45.2; 1.49.5; 2.57.27; 2.63.3; 2.81.4; 2.83.4; 2.86.5; 3.100.7; 3.10.1, 9; 3.16.12, 14; 3.19.6; 4.2.4, 11; 4.4.10, 13; 6.1.2, 14, 17; 6.5.1 *bis*; 6.6.3; 6.9.17; 15.1.3, 8; 16.2.3 16.5.16; 16.11.1; qualificação; qualidade (estado de causa): 4.2.15; 5.5.5; 6.1.7, 17, 22; 6.3.1, 5, 13; 6.5.1, 2, 5, 9; 6.8.3; 6.9.17; 6.13.12, 20; 7.1.12; 12.2.8; 12.3.1.

ποιότης γενική qualificação genérica: 6.1.7.

ποιότης κοινή qualidade genérica: 1.35.3-4.

πολιτική política: 1.3.3.

πολιτικός político: 1.18.4; 1.27.1, 2, 3, 5, 6 *bis*; 1.22.1; πολιτικὸς λόγος (género de discurso ou questão): 1.4.4; 1.6.8; 1.11.19; 3.2.1; 3.8.1.

πομπικός cerimonioso (estilo): 3.98.8.

πορνεία prostituição: 2.82.5, 6.

πόρνη prostituta (tipo de pessoa): 3.98.15; 13.3.11, 13; 13.10.8, 10, 17, 18, 26, 56 *bis*.

πορνοβοσκός proxeneta (tipo de pessoa): 2.70.9, 11, 14, 15; 2.71.17, 19; 3.98.15.

πόρνος prostituto (tipo de pessoa): 13.3.11, 13; 13.10.8, 10, 17, 54 *bis*, 56.

πρᾶγμα factum; acto: 1.1.10, 23; 1.4.3; 1.15.1; 1.22.3, 4; 1.26.3, 5; 1.27.3, 4 *bis*; 1.28.2, 3; 1.29.1; 1.30.4; 1.31.1, 2; 1.33.1; 1.36.18; 1.40.2, 5, 7, 10, 11, 23, 24 *bis*, 26, 28, 31, 34, 36, 38, 40, 41; 2.a.1, 3, 9, 20, 21, 22, 23, 32, 33, 34; 2.b.2; 2.54.3; 2.56.4; 2.57.2, 4, 9, 11, 19, 24, 27, 29, 32; 2.58.4; 2.59.2, 6, 8 *bis*; 2.c.3, 10, 12; 2.60.3, 4, 6; 2.61.2, 3, 5; 2.62.1, 4, 17; 2.63.1; 2.65.1; 2.66.3 *bis*, 4, 9; 2.67.11; 2.68.3, 14; 2.70.14; 2.71.1, 3; 2.73.1; 2.76.8, 10, 11; 2.79.10, 15, 17; 2.83.5; 2.84.7; 2.85.11; 2.86.4, 7; 2.87.31, 32, 34, 47, 48, 50, 54, 55, 64, 77, 80, 82, 84, 89; 3.89.1; 3.92.7; 3.94.15, 16; 3.98.12, 13, 18, 19, 21; 3.5.3; 3.6.4; 3.9.3, 7; 3.10.2, 3, 9, 11; 3.11.5; 3.15.33, 41; 3.16.11; 3.18.8; 3.19.2, 4; 4.2.1, 3 *bis*, 13, 21; 4.4.5, 7; 4.6.18; 4.7.2, 15 *bis*, 17, 21, 25, 28; 4.8.4; 5.2.1; 5.4.1; 5.8.3; 5.9.2; 6.1.5, 8, 11, 14, 15, 23; 6.6.4, 5; 6.7.2, 3 *bis*, 4 *bis*, 6; 6.8.3, 7; 6.9.12; 6.13.8, 10; 6.14.4; 7.2.1; 7.7.2; 7.9.19, 25; 11.2.1, 2, 3, 4, 5; 12.2.8; 13.2.2; 13.3.6; 13.10.25; 14.5.5; 14.9.10; 15.2.15; 15.5.2; 16.1.1, 2, 3; 16.a.12; 16.3.4; 16.c.1, 2, 4 *bis*, 5, 8; 16.5.4; 16.7.1, 7; 16.8.9; 16.10.1, 13; 16.13.5, 6.

πραγματεία objecto de estudo de um tratado, trabalho: 1.1.2; 3.7.2; 3.11.2; tratado de retórica: 3.13.8.

πραγματική pragmático (estado de causa): 1.23.4, 6; 4.7.17; 6.1.11, 15, 22; 6.3.3, 4, 12; 6.12.8; 6.13.1, 20; 6.14.6, 7, 10, 15, 18; 7.1.9, 10; 7.3.12; 7.9.8; 9.1.8; 13.1.16, 22, 24; 14.9.5, 6, 8, 15, 16; 16.6.3.

πραγματικός relativo ao acto; pragmático: 2.57.8, 11, 14; 2.c.2; 6.14.16.

πράξας agente, autor do acto criminoso (sinónimo de πεπραχώς): 2.a.4 *bis*, 5, 12, 13; 2.b.9; 3.10.5.

πραχθέν o acto criminoso praticado (sinónimo de πεπραγμένον): 2.a.5, 6; 5.4.5; 9.1.11; 16.12.2.

πρεσβευτής embaixador (tipo de pessoa): 1.43.4; 3.97.39; 9.2.27, 29; 16.f.7.

πρεσβύτες velho (tipo de pessoa; ver πρεσβευτής): 9.2.11.

προαγωγή prostituição (tipo de crime): 16.d.5, 8.

πρόβλημα problema: 1.11.20; 1.22.7; 1.36.8; 2.56.6; 2.60.4; 2.63.2; 2.64.4, 5; 2.79.10; 2.81.8; 3.92.13; 3.97.34; 3.99.3, 5; 3.100.2, 3; 3.1.2, 3; 3.3.1, 3; 3.13.15; 9.2.11; 13.7.8; 13.10.51; 14.9.13; 16.a.15; 16.c.14; 16.d.14; 16.9.1; 16.12.1; 16.f.11.

προγυμνάζω exercitar-se: 1.33.13.

προγύμνασμα exercício preparatório; proginasma: 3.5.10.

προειλημμένον juízo prévio (causa, questão vizinha de mal constituída): 2.67.22; 2.68.11, 12; 2.69.7 *bis*;

2.71.13; 3.88.9; 3.93.3; 3.94.1, 13, 14, 16, 17; 3.97.47; 5.2.5.

πρόθεσις proposição: 15.3.10, 13.

προοίμιον proémio: 1.6.7; 1.14.4; 3.2.1.

προσδιορισμός definição suplementar: 2.80.2.

προσηγορία nome designativo: 1.39.1; 3.17.6; 6.12.6.

προσηγορικός nome designativo: 1.39.1; 1.40.14, 17.

πρός τι (πρόσωπον) correlativa (categoria de pessoa): 1.34.1, 5; 1.35.10, 13; 1.38.4, 6.

προσωπικός pessoal, relativo a pessoa: 1.40.39; 2.57.8, 14, 17; 2.c.1.

πρόσωπον pessoa: 1.4.3; 1.26.3, 5; 1.27.3, 4 *bis*; 1.28.2 *bis*; 1.29.1; 1.30.4; 1.31.3, 4; 1.32.1; 1.33.1, 3, 7, 11; 1.34.1, 2, 11; 1.35.10, 16; 1.36.6, 9; 1.40.2, 5, 6, 10, 12, 19, 22, 23 *bis*, 25, 26, 28 *bis*, 30, 31, 35 *bis*, 40; 1.42.1; 1.43.1; 1.45.1, 2; 1.50.1; 2.a.1, 2, 20; 2.b.1; 2.56.2, 4; 2.57.5 *bis*, 6, 9, 20 *bis*, 22, 27; 2.58.2, 4; 2.59.6, 7, 10; 2.c.11, 12; 2.60.1 *bis*, 5, 6; 2.61.1; 2.62.1, 3, 16, 22; 2.63.1; 2.65.1; 2.66.4, 6, 9; 2.67.11; 2.68.3; 2.70.2, 8; 2.71.1, 3; 2.73.1, 8; 2.76.7; 2.79.9, 16; 2.81.5; 2.83.4; 2.84.7; 2.86.2, 3, 7; 2.87.1, 64, 76, 82, 83, 88; 3.92.2; 3.94.1, 15 *bis*; 3.97.43, 48; 3.98.12, 14, 17, 18, 21; 3.5.3; 3.9.2, 6; 3.10.1, 2, 9, 11; 3.11.5; 3.15.33; 4.4.4; 4.6.17; 4.8.7; 6.4.3; 9.2.18, 21; 11.2.3, 4; 14.10.5, 18; 16.a.2, 23; 16.10.16; 16.11.10; 16.13.3, 4, 5, 7; 16.e.1, 2, 4.

πρότασις premissa, prótase: 3.97.36;
proposição: 2.57.13; 2.75.6; 3.13.4;
3.15.4, 22, 28, 30; 4.3.2 *bis*, 3, 4, 6
bis, 9.

προτροπή exortação: 1.14.3.

προφορά pronúncia: 3.15.44, 46;
14.10.13; 15.4.11.

ρ

ῥῆμα palavra, termo: 1.11.1; 1.36.29;
13.10.62; 14.7.4; 16.9.10; verbo:
1.40.6, 7, 8, 11, 12, 17, 22, 30;
15.2.13; ῥηματικῶς verbalmente:
1.40.21.

ῥητόν texto, letra: 1.33.6; 6.6.4, 6; 6.7.1,
6, 7; 6.8.3 *bis*, 7; 12.2.7, 8; 12.3.4;
13.1.2; 13.2.1, 3, 4 *bis*, 5, 6; 13.3.1, 4,
5, 6, 14, 20, 21, 24, 27, 32, 33; 13.4.7,
9, 13, 14, 16; 13.5.1 *bis*, 3, 4, 5, 6, 7
bis, 8, 11, 12 *bis*, 13, 15 *bis*, 19, 20,
13.6.2, 4, 5; 13.7.3, 4, 7, 9; 13.8.2, 3;
13.9.2 *bis*, 4, 5, 6; 14.1.3, 5 *bis*;
14.2.1, 3, 7, 22, 24; 14.3.2, 3 *bis*, 4, 5,
6; 14.5.1, 3; 14.6.1 *ter*, 9, 11, 12;
14.7.2; 14.9.2; 14.10.13, 18; 14.a.5;
15.4.2 *bis*, 6; 16.c.7, 11; 16.5.25, 30;
16.d.14; 16.8.1; 16.9.4; 16.11.3 *bis*, 5,
7, 9.

ῥητὸν καὶ διάνοια letra e espírito (estado
de causa): 13.3.15, 15-16 *bis*, 20-21,
23, 26-27; 13.5.8-9, 19, 21-22, 23;
13.6.6; 13.7.1-2; 13.8.1, 5; 13.9.1;
14.1.1; 14.2.19, 20, 22, 24-25; 14.3.3,
8; 14.6.2, 3, 3-4, 4-5, 9; 14.7.1;
14.8.20; 14.9.5, 17, 19, 31; 15.2.3-4;
15.4.6, 8; 16.b.6; 16.d.2, 9, 20;
16.10.10.

ῥητορικὴ retórica: 1.1.2 *bis*, 3, 4, 6, 8, 17,
19, 21, 24, 26; 1.2.2; 1.3.1, 2; 1.5.6;
1.6.6; 1.10.3; 1.11.1; 1.14.2, 3;
1.15.5; 1.22.8; 1.24.2; 2.79.29;
3.100.6; 4.7.9; 6.9.2, 4.

ῥητορικός retórico, relativo à retórica:
1.17.2, 12; 1.18.3; 1.25.1; 2.87.72, 74;
13.10.45.

ῥήτωρ retor, orador: 1.11.16; 1.12.1 *bis*,
1.21.6, 7, 8, 13; 1.22.16; 1.35.18;
1.40.26; 1.45.4; 2.79.12; 2.87.41, 49,
51, 52, 57, 58; 3.13.7; 3.14.4; 5.8.2;
orador (tipo de pessoa): 1.43.3;
2.57.21, 23; 9.2.36; 15.1.12, 14, 16;
15.3.25.

σ

σαφήνεια clareza, evidência: 1.14.13.

σαφής claro, evidente: 1.1.27; 1.10.1, 6;
2.62.9; 2.67.8; 2.83.1; 3.98.5; 3.99.9;
3.2.27; 4.2.27; 4.7.4; 5.8.26; 5.9.5;
9.2.39; 14.7.5; 15.3.1; 16.2.17;
16.5.34; σαφῶς: 3.5.5; 13.6.1.

σεμνός solene, nobre (qualidade de
estilo): 3.98.10; σεμνῶς: 1.24.1.

σημεῖον sinal: 1.36.25, 28; 2.54.12, 13,
14, 15, 17, 21, 22; 2.57.3, 25; 3.97.16;
4.2.17, 18, 21, 22, 30; 4.6.6, 7, 12, 15,
16, 17, 18, 19 *bis*, 20, 21 *bis*; 4.7.3,
19, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 30; 16.9.9.

στασιάζω discutir uma causa: 1.11.19;
1.23.11; tomar de uma posição para
uma luta: 3.13.3; στασιαζόμενον
ponto em disputa: 1.17.7.

στάσις estado de causa: 1.1.24, 26; 1.4.2.;
1.11.16; 1.14.17, 18; 1.15.4; 1.17.1, 6;
1.18.8; 1.22.2; 1.23.4, 6; 1.28.1,

- 1.33.7; 1.40.29, 36; 3.99.1; 3.1.2; 3.3.1, 3; 3.5.2, 11; 3.6.2; 3.8.4; 3.9.3, 4, 5, 7; 3.10.6 *bis*, 8; 3.11.6; 3.13.1, 3, 6, 10; 3.14.1, 2; 3.15.1, 2 *bis*, 3 *bis*, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 19, 21, 22, 25 *bis*, 28, 29, 32; 3.16.1, 3, 6, 11, 14; 3.18.5, 7, 10; 3.20.3; 4.2.8, 10; 4.3.13; 4.5.1, 2; 4.6.3, 4; 4.7.1, 5, 12, 15; 5.2.2; 5.5.5; 5.8.24, 25; 6.1.9, 14, 23; 6.3.11, 14; 6.5.2 *ter*, 8; 6.6.1; 6.8.4 *bis*; 6.9.11, 12, 13; 6.12.3, 7, 8, 9; 6.13.2; 6.14.6, 7, 13; 7.1.3, 8; 7.3.4; 7.9.6, 7, 18; 8.1.2, 3 *bis*; 8.2.2; 8.3.2, 19; 11.1.3, 5; 12.1.21, 23, 26, 29, 31, 32, 35, 38; 12.2.1, 4, 6; 12.3.3, 4; 13.1.2, 11, 17; 13.2.5; 13.3.1, 3; 13.5.4, 14, 20; 13.6.6; 13.10.12, 15, 39, 43, 58; 14.3.9; 14.5.5; 14.6.6, 7; 14.8.4, 19; 14.9.6, 15, 19, 23, 32; 15.1.3, 9; 15.2.17; 16.1.3; 16.2.1, 6, 14; 16.4.9, 13, 16; 16.b.5, 7, 8, 10; 16.c.13, 15, 16; 16.5.4, 8, 9, 11, 13 *bis*, 14, 18, 19, 21, 29, 32; 16.d.1, 21, 23; 16.8.7, 10; 16.9.7; 16.10.4, 5, 6, 7; 16.14.6; 16.f.2; *conflito*: 2.77.7.
- στασιώδης *susceptível de gerar estado de causa*: 14.9.2.
- στοχασμός *conjectura (estado de causa)*: 1.33.8; 2.54.17; 2.57.19, 29, 31, 34; 2.58.1; 2.c.11; 2.61.1, 4; 2.66.7, 10; 3.10.9, 10; 3.16.8, 10, 13; 3.18.4, 5, 8, 10; 3.19.1, 7; 4.2.1, 5 *bis*, 6, 11; 4.6.6, 11; 4.7.2, 12, 14, 18; 4.8.1, 2, 3, 5; 5.1.2; 5.6.3; 6.1.13, 17; 6.5.3; 6.9.15, 17; 6.13.2, 11, 13; 7.1.3, 11; 7.3.2, 4, 5; 7.9.8; 9.1.7; 9.2.34, 35, 42, 48; 12.1.24, 33; 14.3.8, 9; 14.6.4, 7; 14.9.18 *bis*, 21, 24; 16.2.5; 16.b.5; 16.d.1, 2; 16.9.9; 16.10.3, 11; 16.14.2, 4.
- στοχαστική στάσις *conjectura (estado de causa)*: 5.2.2.
- στοχαστικός *conjectural (tópico relativo à conjectura)*: 3.2.2; 16.10.3, 11; *στοχαστικῶς*: 16.9.11.
- στρατηγός *general (tipo de pessoa)*: 1.37.4; 3.92.5; 8.3.20, 22, 24; 9.2.20, 31; 15.1.12, 13, 15; 15.3.24.
- στρατιώτης *soldado (tipo de pessoa)*: 1.43.4.
- συγγνώμη *desculpa (estado de causa)*: 8.3.4; 9.1.4; 9.2.8, 10, 14, 17, 21, 23; 11.1.5; 12.1.2, 5, 9, 13, 16, 17.
- συγκατασκευαζόμενος *cumulativa (espécie de conjectura)*: 2.54.17; 2.57.3; 4.6.8.
- συλλαβή *sílaba*: 15.1.4; 15.3.2, 5, 11, 14, 17; 15.4.13.
- συλλογισμός *inferência (estado de causa)*: 7.9.9; 13.3.15, 18, 19, 25; 13.5.14, 16; 13.8.1, 5; 13.9.7; 13.10.1, 13 *bis*, 24, 35, 40, 42, 45, 46, 60 *bis*; 14.1.2; 14.2.23, 24; 14.3.4, 6; 15.4.6; *silogismo*: 2.59.1, 3.
- συμβάν *acidente, acontecimento*: 3.15.45-46; 6.1.6; 14.2.17.
- συμβεβηκός, τὸ *acidente (vd. συμβάν)*: 1.13.7, 8; 3.16.4; 14.9.30; *accidental, contingente*: 3.15.40, 42, 45; 3.17.3, 7.
- συμβουλευτικός *deliberativo (género de discurso)*: 1.4.2; 1.9.3; 1.11.3, 7, 11, 24; 1.14.2, 4; 1.23.5, 7, 10; 2.a.17, 26;

3.98.11; 3.100.6, 11, 12; 3.1.5, 6; 6.14.14.
 συμπέρασμα conclusão: 3.2.4.
 συμπλοκή combinação: 1.39.2; 1.40.35, 37; 1.41.2, 3; 16.b.5.
 συμφέρω ser conveniente: 1.21.15; 1.46.6; ser favorável: 1.48.5; συμφέρον conveniente, útil (tópicos): 1.11.11, 12, 13, 14; 1.22.6, 9; 1.23.4 *bis*, 6, 9, 10; 1.46.7; 6.1.17; 6.3.3, 6, 7, 12, 14; 6.4.2; 7.3.14; συμφερόντως: 3.19.5.
 συνάγω assimilar: 13.3.20; 13.8.2, 4; 13.10.6; deduzir: 13.10.51, 52; dizer respeito a: 1.16.1; fazer incidir: 16.11.11.
 συνέχον, τὸ continente: 2.67.3, 4, 16; 2.87.88.
 συνίστημι ter boa constituição; reunir (uma causa ou questão) condições para formar estado de causa: 1.1.9; 1.18.3; 1.21.1; 1.30.5; 1.39.5; 2.59.3, 6; 2.63.3; 2.64.2, 5; 2.75.7; 2.79.22; 2.80.5 *bis*; 2.84.8, 10; 2.87.10, 13; 3.88.10; 3.92.2, 11, 12; 3.93.3, 7, 8; 3.94.22; 4.1.5 *bis*, 6; 3.15.23, 24, 37; 3.18.2; 4.3.10, 11 *bis*; 5.5.3; 7.5.2; 7.8.1; 14.7.5; 15.4.14; συνεστηκός causa ou questão com boa constituição, que formam estado de causa; boa consistência (sinónimo de συνεστώς): 2.67.2; 2.74.3; 2.75.7; 2.79.28; 3.90.1, 2, 3; 3.93.6; 3.94.3, 4, 22; 3.97.8, 42, 49; 3.98.4; 4.3.1, 9, 10, 13; 15.1.9; συνεστώς causa ou questão com boa constituição, que formam estado de causa; boa

consistência (sinónimo de συνεστηκός): 2.63.2; 2.64.1, 3; 2.67.9, 10; 2.68.1, 15, 17; 2.72.5; 3.88.2, 5, 6; 4.1.6; 14.10.1; συνιστάμενον causa ou questão com boa constituição, que formam estado de causa; boa consistência (sinónimo de συνεστηκός): 2.69.1; 3.88.1; 3.93.7; 3.15.23.
 σύστασις constituição (condições que permitem que uma causa ou questão forme estado de causa): 1.17.7; 1.39.4, 5; 1.48.3; 2.87.82; 3.89.12; 6.9.8.
 συστατικός constitutivo: 5.7.1.
 σύστημα sistema: 1.1.14; 1.3.6, 7.
 σφοδρότης veemência (qualidade de estilo): 3.100.7; 3.7.3.
 τ
 τεκμήριον indício: 1.36.23; 2.60.7; 2.87.81;
 τέλειος perfeito, completo: 1.1.3; 3.88.3; 4.8.1, 2, 3; 5.1.3; 5.2.4, 14; 5.3.2, 3 *bis*, 4, 7; 5.4.1, 5; 5.5.2, 4; 5.8.7, 8, 19 *bis*; 6.1.2, 5; 6.8.2 *bis*; 14.4.1; 16.10.12 *bis*; τελείως 1.22.9; 1.24.1; 2.87.80.
 τελειότης cumprimento (de um acto): 3.16.12.
 τέλος fim: 1.1.14; 1.10.5; 1.11.9 *bis*, 11 *bis*; 1.23.2, 4, 7; 2.59.5, 6, 8; 2.84.5.
 τέχνη arte: 1.1.12 *bis*, 15, 19, 21, 22, 24, 28; 1.3.5 *bis*, 6, 8; 1.5.1, 7; 1.6.2, 4; 1.7.3; 1.10.3, 5; 1.12.1; 4.2.17; 4.7.7, 9; 6.9.3; 7.7.4, 6; 7.9.29, 32; 16.7.4.

τεχνικός artístico, técnico: 1.5.5; 15.2.5, 7; autor de uma τέχνη ou tratado de retórica; o Autor (Hermógenes): 1.1.1; 1.19.5; 1.40.1, 9, 32; 1.44.3; 2.a.21; 2.56.5; 2.57.1, 7, 17, 33, 34; 2.c.9; 2.61.3; 2.67.15; 2.81.3; 2.84.1; 2.87.37; 3.96.12; 3.99.3, 8; 3.5.9; 3.13.5; 3.18.1; 3.20.2; 4.2.28; 4.7.20, 23, 31; 5.8.18; 6.1.13; 6.7.5; 6.12.6; 6.14.6; 7.9.7; 8.3.17; 9.2.14; 12.1.15, 24, 34, 39; 13.3.35; 13.5.9, 23; 13.6.1; 13.10.12, 43, 61; 14.9.7, 32; 15.4.13, 18; 16.5.10; 16.7.7; 16.10.3; 16.13.11; autores (outros): 2.56.7.

τεχνογράφος autor de uma τέχνη ou tratado de retórica (sinónimo de τεχνικός); o Autor (Hermógenes): 2.a.19, 27; 3.98.2; 3.15.39; 4.2.1; 4.3.5; 9.2.8.

τόνος acento tónico: 15.1.3; 15.3.5, 16.

τραχύτης rudeza (qualidade de estilo): 3.100.7; 3.7.3.

τρισαριστεύς homem três vezes condecorado por bravura (tipo de pessoa): 2.b.10, 11; 7.7.13; 16.a.5.

τρόπος modo, modalidade, 1.1.9; 1.33.6; 1.35.13; 1.36.1, 2, 10, 16; 1.38.8; 1.49.1; 2.a.8; 2.67.3, 9, 11; 2.69.8; 2.73.6; 2.76.9; 2.87.90; 3.88.1; 3.98.6, 11; 3.99.3, 4, 6; 3.100.1, 3; 3.1.1; 3.2.7; 4.1.1, 8; 4.2.6; 8.2.4; 12.1.19; 13.4.10; 15.3.4; 16.13.9, 10; 16.e.2, 11, 12.

τυραννίς tirania: 6.13.4, 7; 14.9.13.

τυραννοκτόνος tiranocida (tipo de pessoa): 6.13.7, 19.

τύραννος tirano (tipo de pessoa): 2.67.24; 3.89.6 *bis*; 3.93.10; 3.94.4; 6.1.19, 21; 6.13.6, 21; 14.9.14; 16.13.6; 16.e.6.

υ

υἱός filho (tipo de pessoa): 1.34.2, 3 *bis*, 8, 10; 1.35.7, 15; 2.55.5; 2.87.17; 3.97.13, 15; 4.8.6; 7.9.21; 10.1.10; 13.7.8; 14.8.6, 11, 18; 14.9.9, 11 *bis*; 16.c.22.

ὑλή matéria: 1.36.2; 1.38.1; 1.40.25; 1.45.3; 2.87.41; 3.100.2; 3.3.4; 3.10.2; 3.18.2; 13.6.5 *bis*.

ὑπαρξίς existência: 4.2.3, 10, 11, 15; 4.4.15; 5.6.3; 16.2.3.

ὑπεύθυνος culpado: 7.8.1, 3, 4; 7.9.19, 26, 28; 9.1.14; 9.2.6 *bis*, 9; 11.1.2, 4; 11.2.1, 2; 12.1.3; 16.7.11.

ὑπογραφή esboço, linhas gerais: 6.11.4 *bis*; 15.3.3.

ὑπόδειγμα exemplo, modelo: 16.7.8; 16.13.11.

ὑποδιαίρεσις subdivisão: 6.12.1; 7.9.13.

ὑποδιαίρω subdividir: 1.33.6; 2.83.2; 5.1.2; 5.3.1, 6; 6.8.2, 3; 6.12.2; 7.9.12, 13; 10.1.2; 11.1.2.

ὑπόθεσις hipótese: 2.85.7; causa: 1.21.17; 2.a.24; 3.98.11.

ὑπόκρισις representação cénica: 1.38.2.

φ

φανερός evidente, patente: 2.54.18, 19, 22, 23; 2.89.7; 2.96.3; 4.1.7; 4.2.17, 18 *bis*, 20, 21, 30; 4.4.1, 3, 5, 6, 7, 8 *bis*, 9; 4.6.7, 12, 15, 16; 4.7.3, 19, 22, 25 *bis*, 28, 30; 4.8.4; 5.1.1, 2; 5.2.2, 3,

4 *bis*, 6; 5.3.1, 3; 6.1.1, 5, 18; 6.8.1 *bis*; 15.2.3, 17, 19; 15.3.3; 15.4.10, 11; φανερώτερος: 2.79.13; φανερώς: 1.10.1; 4.7.27; 16.6.8.

φάσις afirmação: 3.15.26.

φαῦλος vicioso: 13.10.48.

φεύγω enfrentar processo judicial; ser arguido em processo judicial: 2.b.25; 2.55.2; 4.2.29; 16.d.12; φεύγων réu, arguido, o individuo objecto de processo judicial: 2.67.5, 17; 3.89.11; 3.90.4, 6; 3.10.4; 3.15.29, 31; 4.2.7, 8, 12, 16, 22, 23, 25, 33; 4.7.5, 29; 5.2.8, 11, 13; 6.4.3; 6.14.5; 7.4.1; 7.5.3; 7.8.4; 8.3.1, 5, 7, 15, 22; 9.2.46; 10.1.5, 8; 11.1.1; 13.3.22, 25, 27; 13.5.6; 13.6.3; 13.7.4, 8, 10; 13.10.6, 29, 32, 34, 37; 14.1.5; 14.7.2, 3; 15.5.5; 16.6.12, 13; 16.d.19; 16.8.1; 16.10.13; 16.f.3, 4, 13, 17.

φιλοσοφία filosofia: 1.24.3; 2.c.7; 4.7.8; 13.10.45, 60.

φιλόσοφος filósofo: 1.10.2; 1.17.2; 1.21.5; 2.79.28; 2.87.52, 72; filósofo (tipo de pessoa): 1.37.3; 6.13.6; filosófico: 1.21.5.

φονεύς homicida (tipo de pessoa): 4.8.8.

φονεύω assassinar: 1.31.2; 2.67.5, 6; 3.97.13; 3.15.4 *bis*, 5, 6, 7; 4.2.32, 33; 4.8.5, 9; 8.2.3 *bis*; 13.7.8; 16.12.4; 16.e.5, 7, 10, 18; φονεύσας, ó homicida (tipo de pessoa; sinónimo de φονεύς): 4.8.5, 7; 16.9.7.

φόνος homicídio (tipo de crime): 1.28.3; 1.31.3; 1.36.8, 28 *bis*; 2.55.2; 2.67.21; 2.76.8; 3.96.3; 4.2.29; 6.1.18; 10.1.11; 13.7.9; 13.10.28, 29; 15.5.2,

4; 16.7.8, 12; 16.d.10; 16.9.1, 3; 16.10.13; 16.13.3, 9; 16.e.4.

φράσις expressão: 3.100.7.

φύσις natureza: 1.5.4, 6; 1.7.1; 1.20.1; 1.35.3, 11, 12; 1.36.2; 2.79.10, 15; 2.83.4; 2.87.14, 48, 50, 52, 54, 74, 87; 3.92.4, 8, 11; 3.97.3, 6; 3.16.9, 14; 3.18.9; 3.19.2; 3.20.3; 4.2.1; 4.4.6; 5.3.3; 5.4.1; 5.8.22 *bis*; 6.1.16; 6.12.6; 7.6.2; 7.7.1, 3 *bis*; 7.9.12, 28, 29; 8.2.4; 9.1.12, 13, 14; 13.1.9; 13.10.1; 14.2.6, 7, 10, 15; 14.4.2, 5; 14.5.2 *bis*; 14.9.25; 15.2.4; 16.a.18, 19; 16.b.3; 16.c.13; 16.5.20, 21; 16.8.9.

φωνή afirmação: 16.f.16, 19; enunciação: 15.1.3; formulação linguística, linguagem: 5.2.9, 12, 13, 15; palavra: 2.67.21; vocábulo: 1.13.4.

χ

χαρακτήρ estilo: 3.100.1, 2.

χαρακτηρισμός caracterização: 1.19.5.

χρησμός oráculo: 15.3.29; 16.9.5.

ψ

ψέγω censurar: 1.47.3.

ψήφισμα decreto (tipo de texto legal): 11.2.3, 5; 13.3.3; 13.4.2, 7, 15;

ψόγος censura: 1.47.2, 3.

ω

ώραῖος gracioso (categoria de estilo): 3.1.8.